

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



QUANDO TODOS OS CAMINHOS LEVAVAM A PORTUGAL

*Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de
Portugal (Séculos XIV-XV)*

ARDIAN MUHAJ

DOUTORAMENTO EM LETRAS

RAMO: HISTÓRIA

ESPECIALIDADE: HISTÓRIA MEDIEVAL

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



QUANDO TODOS OS CAMINHOS LEVAVAM A PORTUGAL

*Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de
Portugal (Séculos XIV-XV)*

ARDIAN MUHAJ

TESE ORIENTADA PELA **PROFESSORA DOUTORA MANUELA MENDONÇA**
ESPECIALMENTE ELABORADA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
HISTÓRIA MEDIEVAL

2013

Resumo

A Guerra dos Cem Anos teve consequências profundas sobre a história da França e da Inglaterra. Porém, o seu impacto e importância na história de outros países europeus e da Europa em geral, tem sido muito pouco estudado. Mesmo os defensores da chamada "crise do final da Idade Média" não mostraram grande interesse em estabelecer qualquer tipo de relação entre essa "crise" e a Guerra dos Cem Anos, embora ambas coincidam perfeitamente em termos cronológicos. O nosso objetivo é estabelecer uma relação entre o conflito anglo-francês e as dificuldades e/ou a decadência económica de alguns países e regiões da Europa durante o mesmo intervalo de tempo. Antes da guerra, a França foi o centro comercial da Europa, mas durante o curso da guerra, tornou-se o seu principal campo de batalha. Foi um conflito entre a Inglaterra e a França, que se travou e se decidiu totalmente em territórios e dependências francesas. Portanto, deve perguntar-se: como aconteceu esta transformação do reino maior, mais rico, mais central e mais importante da Europa, que passou de um centro comercial a um campo de batalha, e influenciou o cenário económico do continente? Neste trabalho, em vez de fixarmos a atenção sobre os movimentos e itinerários dos exércitos, pretendemos concentrarmo-nos sobre os itinerários dos comerciantes e sobre a mudança da geografia das rotas comerciais. Mercê da sua transformação em campo de batalha, a França, que fora até então um paraíso para os comerciantes, tornou-se um paraíso para a cavalaria e os soldados e um inferno para os comerciantes. Assim, os países e regiões mais aptos para servir como alternativa para o comércio, aumentaram a sua participação no tráfego comercial, ou melhor, na riqueza disponível.

Portugal tornou-se num desses paraísos comerciais, que ajudaram o fluxo de bens e riqueza a expandir-se. A alteração da geografia das rotas comerciais, não só ajudou estes novos centros comerciais a fortalecer as respectivas economias, mas aumentou os custos de operações e de

manutenção do comércio. Bens e riquezas fluíam facilmente através das novas rotas, mas estas novas rotas de comércio eram caras alternativas às antigas rotas francesas.

Porém, com o fim da Guerra dos Cem Anos, acabou a necessidade de evitar as rotas francesas e o fluxo de comércio retornou a França. Contudo, a nova geografia do comércio ampliado e a riqueza acumulada durante o conflito continuaram por algum tempo a promover o desenvolvimento nesses países. Entretanto, a França foi retomando a sua centralidade nas rotas comerciais do continente.

A situação económica de Portugal durante a Guerra dos Cem Anos tem sido tradicionalmente associada pelos historiadores ao padrão francês, amplamente aceite como negativo, e em profunda crise. A base teórica para essa relação é a "crise final da Idade Média", ou a interpretação malthusiana da história da Idade Média. De acordo com esta interpretação, a "crise do final da Idade Média" foi geral para toda a Europa e mesmo fora dela, embora reconhecendo algumas excepções insignificantes. Na verdade, numa visão mais abrangente, exceptuado o efeito generalizado da Peste Negra, a maior parte da Europa não passa por uma "crise final da Idade Média". Portugal tinha todas as condições para ganhar com a mudança das rotas comerciais e foi um dos países mais importantes que serviram o sistema económico do continente para continuar a funcionar sem problemas, mesmo com o obstáculo da guerra. A nossa investigação conduz-nos a conclusões diferentes das tradicionalmente aceites e leva-nos a afirmar que, durante a suposta "crise", Portugal fortaleceu-se em termos económicos. A Peste Negra teve seu preço e a moeda foi desvalorizada, mas o comércio ampliou-se, a área cultivada cresceu, as fronteiras políticas e geográficas expandiram-se, o avanço tecnológico foi um dos maiores do continente, a projeção internacional aumentou, a independência do reino foi assegurada, as cidades ampliaram-se no momento em que a agricultura cresceu e a riqueza e o bem-estar do povo aumentou.

Abstract

The Hundred Years War has had a profound impact on the history of France and England. Yet its impact and importance on the history of other European countries and of Europe in general has been overlooked and much less studied. Even the supporters of the so-called “late medieval crisis”, have not shown any interest in establishing any kind of relationship between the “crisis” of the Late Middle Ages, and the Hundred Years War, although both match perfectly in chronological terms. We aim to establish a relation between the anglo-french conflict of the Late Middle Ages and the difficulties and/or the decline of some European countries and regions during the same time span. Before the war France was the commercial hub of Europe, but during the course of the war became its main battlefield. It was a conflict between England and France, fought and decided entirely in French territories and dependencies. So, how this transformation of the biggest, the richest, the most central and the most important kingdom of Europe, from a commercial hub to a battlefield, influenced the economic landscape of the continent, is a central question to answer? Instead of focusing the attention on the movements and itineraries of the fighting or ravaging armies, we aim to focus on the itineraries of the traders and on the shifting geography of the trade routes. Through her transformation in a battlefield France, once a paradise for the traders, became a paradise for the chivalry and the soldiers, but a hell for the traders. Thus, many countries and regions better suited to serve as an alternative choice for the commerce and the traders, increased their share of the commercial traffic, or better said, of the wealth available.

Portugal became one of these commercial paradises that helped the stream of goods and wealth to flow. At the same time this shifting geography of the trade routes, not only helped these new commercial paradises to strengthen their economies, but it increased the costs of transactions and maintenance of the commerce. Goods and wealth flowed easily through the new routes, but these new trade routes were expensive alternatives of the old French-centred

routes. With the end of the Hundred Years War, ended the need to avoid the French routes, and the flow of commerce shifted back to France, but the new geography of the expanded commerce and the wealth accumulated during the war continued for some time to foster the development of the these countries during the time that France was retaking its centrality in the commercial routes of the continent.

Portugal's economic outlook during the Hundred Years War has been traditionally linked by the historians to the French pattern, widely accepted as negative, depressionist and in deep crisis. The broad framework for this relation is the "late medieval crisis", or the Malthusian interpretation of the history of Late Middle Ages. According to this interpretation, the "late medieval crisis" was general to the whole of Europe, and even beyond, although recognizing some insignificant exceptions. In fact, focusing on the broad picture, except the generalized effect of the Black Death, most parts of Europe did not go through a "late medieval crisis". Portugal had all the conditions to gain from the shift of the trade routes, and was one of the most important countries that served the economic system of the continent to continue to run smoothly even with the significant obstacle of the war. During the supposed "crisis", Portugal went from strength to strength in economic terms. The Black Death took its toll and the money was devalued, but commerce expanded, the area under cultivation increased, its political and geographical boundaries expanded, technological advance was one of the greatest in the continent, its international projection increased, its independence was assured, its towns increased at the time that agriculture boomed and the wealth and the welfare of its people increased.

PALAVRAS-CHAVES

GUERRA DOS CEM ANOS- PORTUGAL- IDADE DE OURO- DESCOBRIMENTOS

KEY WORDS

HUNDRED YEARS WAR- PORTUGAL- GOLDEN AGE- DISCOVERIES

AGRADECIMENTOS

Na elaboração desta dissertação, foi muito importante partilhar os problemas com outras pessoas, que se interessaram e contribuíram, através da sua experiência, para a construção dum trabalho mais completo e mais rigoroso. Sendo embora próprio da praxe académica, mas não apenas por isso, cumpre agradecer à nossa orientadora, a Professora Doutora Manuela Mendonça, não só pelo interesse que desde sempre manifestou pelo nosso trabalho e pela esperança que depositou nas nossas capacidades, mas também pelas sugestões assertivas e correcções que foi fazendo ao longo destes anos.

Lembro também os professores do departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, com os quais mantive uma relação privilegiada desde os anos do mestrado: Professor Doutor Armando Alberto Martins, Professora Doutora Manuela Santos Silva, Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, Professor Doutor Hermenegildo Fernandes, Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa e Professora Doutora Margarida Garcês Ventura.

Não posso deixar de mencionar e agradecer aos colegas que me acompanharam desde os tempos de mestrado, designadamente àqueles com quem privei mais de perto e são amigos, pelo apoio dado na realização deste trabalho: Maria da Graça Antunes Vicente, Vitaline Cardoso Ferreira, Maria Odete da Fonseca Sequeira Martins. Um agradecimento também a Sally Bowen por ter visto vários textos em inglês.

Este agradecimento torna-se ainda extensivo aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras, da Biblioteca Nacional, da Torre do Tombo, assim como aos funcionários da Biblioteca da University of London e, sobretudo, do Institute of Historical Research da mesma universidade, onde efectuei a maior parte da pesquisa, pelo bom acolhimento que sempre me dispensaram.

Índice

INTRODUÇÃO	12
PRIMEIRA PARTE	27
1. PORTUGAL E A EUROPA ANTES DA GUERRA DOS CEM ANOS	28
1.1. A marginalidade de Portugal nos circuitos comerciais da Europa no século XIII	29
1.2. D. Dinis e o conflito anglo-francês de 1294-1303	38
1.3. A guerra de <i>Saint-Sardos</i> (1323-1325) e Portugal	46
2. PORTUGAL COMO FACTOR NEUTRAL NA GUERRA	50
2.1. D. Afonso IV: O início da Guerra e a diplomacia francesa em Portugal	51
2.2. D. Pedro I: A paz de Bretigny e o conflito civil castelhano	58
3. O PERÍODO DE ENVOLVIMENTO POLÍTICO NA GUERRA	61
3.1. D. Fernando I: A neutralidade impossível	62
3.2. D. João I. Uma nova Idade do Mundo	69
4. A NEUTRALIDADE DE NOVO	74
4.1. D. Duarte I O retorno de Flandres. Borgonha e Portugal	75
4.2. D. Afonso V: O “Africano” e a criação do “Mediterraneo” português no Atlântico	79
SEGUNDA PARTE	83
1. A ECONOMIA PORTUGUESA E A GUERRA DOS CEM ANOS.	84
1.1. Antes da Guerra	85
1.2. Durante a guerra	92
2. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL DURANTE A GUERRA	101
2.1. O aumento do comércio entre Portugal e a Inglaterra durante a Guerra	102
2.2. O aumento do comércio com os estados italianos	109
2.3. O aumento das relações comerciais com a Hansa e os Países Baixos	123

2.4.	Outros participantes na Rota do Estreito: Catalães, Valencianos, Franceses	131
TERCEIRA PARTE		136
A GUERRA DOS CEM ANOS E “CRISE GERAL” DO CONTINENTE		137
1.1.	Guerra e comércio	138
1.2.	A terra, o habitat do homem. O mar, como fronteira e limite.	145
1.3.	O declínio das feiras de Champagne e a abertura das rotas transalpinas	152
1.4.	A destruição do papel da França como intermediário nas rotas do comércio	159
1.5.	A Guerra dos Cem Anos e a descentralização do comércio nos séculos XIV-XV	162
1.6.	O retorno de centralidade da França depois da Guerra dos Cem Anos	169
1.7.	Geografia económica da Europa e a Guerra dos Cem Anos	172
1.8.	Geografia económica e geografia política na Europa	189
QUARTA PARTE		193
1. PORTUGAL: UM CASO CONVERGENTE OU DIVERGENTE NA “CRISE GERAL”?		194
1.1.	Ritmos de desenvolvimento das cidades portuguesas	195
1.2.	A colonização interna e a colonização das ilhas: Sesmarias e Descobrimentos	204
1.3.	História de motivos e desejos ou de condições e possibilidades?	218
1.4.	Porque fomos a Ceuta? E porque fomos a Madeira?	223
1.5.	As aldeias “perdidas” na Europa e as aldeias “encontradas” em Portugal	233
1.6.	Auto-suficiência <i>versus</i> comercialização na agricultura	238
1.7.	Situação de Portugal no meio da “crise geral” europeia	243
2. A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA GUERRA DOS CEM ANOS		252
2.1.	A fase ibérica da Guerra. Aljubarrota	253
2.2.	A última batalha portuguesa da Guerra: Ceuta	256
CONCLUSÕES?		263
FONTES E BIBLIOGRAFIA		265

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ANTT - Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

CAEB - Cartulaire de l'ancienne Estaple de Bruges

CCR - Calendar of Close Rolls

CPR - Calendar of the Patent Rolls

DP - Descobrimentos Portugueses – João Martins da Silva Marques

fl.- fólio

Guerra (a)- Guerra dos Cem Anos (a)

MH- Monumenta Henricina.

séc.- século

TNA: The National Archives, Londres

VSDM: Venezia-Senato. Deliberazioni miste.

INTRODUÇÃO¹

A série de conflitos entre os dois reinos mais importantes da Europa na Baixa Idade Média, França e Inglaterra, que desde o século XIX começou a ser chamada, ou “mal-chamada”, Guerra dos Cem Anos², embora tivesse durado mais de cem anos, (1337-1453)³, não só continuou por muito mais tempo, mas também envolveu outros estados e principados⁴.

A opinião geral é que quem perdeu esta Guerra foi a Inglaterra, que naturalmente teve que ceder o seus direitos sobre a Gasconha, que foi a causa formal do conflito⁵. Do ponto de vista

¹ Este texto não segue o novo acordo ortográfico.

² Segundo K.B. McFarlane, *The Nobility of Later Medieval England* (Oxford: Clarendon Press, 1973), 5, este conflito, o qual ‘we have agreed to miscall the Hundred years War’ é visto muitas vezes como uma fase dentro dum conflito muito mais longo entre os reinos de Inglaterra e França durante a Idade Média, e que se estendeu ainda mais tarde em tempos modernos. Neste sentido, para Malcolm Vale, “England, France and the Origins of the Hundred Years War”, in *England and her Neighbours, 1066-1453, Essays in Honour of Pierre Chaplais*, ed. Michael Jones and Malcolm Vale (London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989), 199, mesmo se datamos o início deste conflito em 1066, 1152, ou 1294, e o seu fim em 1453, 1492, 1558, é provavelmente irrelevante. O ponto em questão é que alguma forma de relacionamento hostil existia entre Inglaterra e França durante a Idade Média; A primeira referência escrita a *guerre de cent ans* data de 1823 e a sua difusão deve-se aos historiadores franceses. As duas balizas cronológicas geralmente aceites são 1337 e 1453. Estas datas delimitam uma guerra que tinha uma integridade: a primeira marca a chegada das tropas inglesas em solo francês e a segundo marca sua saída. Ian Mortimer, ‘What Hundred Years War?’, *History Today* 59 (October 2009), pp. 27-33. Embora a expressão date somente do século XIX, a historiografia anterior já considerava os 116 anos da Guerra (1337-1453), como «la phase la plus dramatique des interminables conflits franco-anglais du Moyen Age». Michel Mollat du Jourdin, *La guerre de Cent Ans vue par ceux qui l’ont vécu* (Paris: Seuil, 1992), 7; As causas que deram início a este conflito remontam a 1066 momento da conquista da Inglaterra pelos normandos. Sobre este assunto veja-se: Cristopher Allmand, *La guerra de los Cien Años. Inglaterra y Francia en Guerra, c. 1300-c. 1450*, trad. castelhana (Barcelona: Crítica, 1990), 23-40; Elisabeth Lalou, *Les négociations diplomatiques avec l’Angleterre sous le règne de Philippe le Bel*, in *La «France anglaise» au Moyen Age, Actes du 111^e Congrès National des Sociétés Savantes (Poitiers, 1986)*, t. I. (Paris: CTHS, 1988), 325-355.

³ Estas balizas cronológicas são aceites pela maioria dos autores, mesmo quando se lembra por exemplo que a Guerra acabou oficialmente em 1475. Michel Mollat, *Genèse médiévale de la France moderne. XIV^e-XV^e siècle* (Paris: Arthaud, 1977), 13.; Por vezes, a invasão inglesa do norte da França, em 1523, tem sido vista como a última campanha da Guerra dos Cem Anos. Jeremy Black, *Convergence or Divergence? Britain and the Continent* (Basingstoke and London: Macmillan, 1994), 85.; Para P. S. Lewis, *Essays in Later Medieval French History* (London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1985), 235, a Guerra dos Cem Anos, começou em 1066 e não acabou em 1453, isto é, o conflito intermitente entre os governantes da França e da Inglaterra foi uma característica dominante da vida política da Europa Ocidental por meio milênio.

⁴ Robin W. Winks e Teófilo F. Ruiz, *Medieval Europe and the World. From Late Antiquity to Modernity, 400-1500* (New York, Oxford: Oxford University Press, 2005), 244. A questão escocesa caracterizou a primeira fase da Guerra, 1337-1360. A segunda fase caracterizou-se pela ação ibérica entre 1369-1389, e a terceira 1415-1453 caracterizou-se pela ascendência da Borgonha e pela centralização da problemática da Guerra na França.; Anne Curry, “After Agincourt, What Next? Henry V and the Campaign of 1416”, in *The Fifteenth Century. Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, ed. Linda Clark, vol. VII. (Woodbridge: The Boydell Press, 2007), 82.

⁵ C. F. Richmond, “The War at Sea”, in *The Hundred Years War*, ed. Kenneth Fowler (London and Basingstoke: Macmillan, St. Martin Press, 1971), 117. P. S. Lewis, *Later Medieval France. The Polity* (London, Melbourne,

militar considera-se que os ingleses ganharam a maior parte das batalhas e os franceses ganharam a Guerra⁶, ou ainda que os ingleses ganharam as batalhas e os franceses a paz⁷.

Mas a realidade pode ser bem mais complexa, pelo que importa questionar as conclusões a que chegou a historiografia tradicional. O mais provável é que nesta guerra nenhum dos beligerantes tenha ganho mais⁸ do que os que ficaram fora do conflito militar e aproveitaram a paz. Foi esse o *leitmotif* do nosso trabalho, que veio a desenvolver-se na ideia de que, num quadro geral, todos perderam, mesmo os que ficaram fora do conflito, ainda que estes últimos viessem a conhecer uma evidente melhoria económica, se bem que relativa. Aliás, um dos fundamentos mais importantes em que assentou a chamada “crise dos finais da Idade Média” foi a Guerra dos Cem Anos. Neste aspecto a nossa tarefa foi dupla. Tivemos que tentar dar resposta a duas perguntas básicas, mas fundamentais: primeiro, qual foi o impacto da Guerra na vida do continente, sobretudo no aspecto do comércio e da economia em geral, e, segundo, que papel teve a Guerra na vida económica e política de Portugal.

O teatro da Guerra foi a França e foi também ela quem sofreu os maiores danos e destruições. O estudo de H. Denifle sobre as destruições das igrejas em França pelas acções decorrentes da Guerra dos Cem Anos é muito significativo⁹. É de notar que a influência desta guerra tem sido sublinhada em relação a muitos aspectos da história da Europa, sobretudo na formação da identidade nacional e dos estados nacionais das duas potências beligerantes¹⁰, assim como

Toronto, New York: Macmillan, St. Martin's Press, 1968), 377; Robert S. Hoyt, Stanley Chodorow, *Europe in the Middle Ages*, 3rd ed. (New York: Harcourt Brace, 1976), 576.

⁶ Clifford R. Backman, *The Worlds of Medieval Europe* (New York, Oxford: Oxford University Press, 2003), 383.; Hoyt e Chodorow, *Europe*, 577.

⁷ “The English tended to win the battles and the French, in a sense, the peace” Lewis, *Essays*, 236-237.

⁸ “uma guerra inútil e desnecessária, no sentido de que não foi provocada por qualquer necessidade vital”. Henri Pirenne, *A History of Europe from the Invasions to the XVI Century* (London: Allen & Unwin, 1967), 420. (1st ed.1939)

⁹ Henri Denifle, *La désolation des églises, monasteries & hopitaux en France pendant la guerre de Cent ans*, (Paris, 1897), tome. I; Esta lista, preenche dois densos volumes, mas as numerosas aldeias e casas destruídas exigiria um espaço muito maior. Hoyt e Chodorow, *Europe*, 578.

¹⁰ Segundo Nicholas Wright, *Knights and Peasants. The Hundred Years War in The French Countryside* (Woodbridge: The Boydell Press, 1998), 121, a teoria de Michelet da Guerra tardo-medieval como construtora da nação francesa, não está de maneira nenhuma desacreditada.

no quadro do desenvolvimento de novas técnicas militares¹¹, mas tem-se desvalorizado as consequências deste conflito em relação ao comércio interno e externo francês, e as suas eventuais repercussões. É certo que existem estudos para os níveis local e regional, mas faltam visões de conjunto sobre as consequências da Guerra no comércio e na vida económica da Europa. Embora tendo sido o acontecimento, “mais dramático” dos finais da Idade Média¹², a sua importância para a história da Europa tem-se visto mais no estrito quadro das relações anglo-francesas, do que no quadro mais vasto continental¹³.

No período em questão, as tendências de expansão dos séculos anteriores foram revertidas. O período tem sido descrito como de crise¹⁴, de transição¹⁵, de declínio¹⁶, de depressão económica¹⁷, de contracção económica¹⁸, de estagnação e de recessão económica¹⁹, e até de preparação para a revolução comercial que se iria seguir²⁰. Embora a sociedade tenha ficado ferida nos seus alicerces, estes eram bastante fortes para fazer face à crise, reverter o declínio

¹¹ Backman, *Medieval Europe*, 386; C.J. Rogers, "The military revolutions of the Hundred Years War," *Journal of Military History* 57 (1993): 241-278.

¹² Hoyt e Chodorow, *Europe*, 574.

¹³ Otto Hintze, "Military Organization and the Organization of the State," in *The Historical Essays of Otto Hintze*, ed. Felix Gilbert (Oxford: Oxford University Press, 1975), 183, pensa que os conflitos entre nações tiveram mais importância como “força motriz da história”, do que os conflitos de classe, sobretudo no aspecto da formação dos estados modernos. Por seu lado Samuel K. Cohn, *Creating the Florentine State. Peasants and Rebellion, 1348-1434* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 7, pensa que talvez seja hora de reavaliar o conflito de classes como uma força criativa e não apenas negativa na formação de Estados.

¹⁴ J. A. van Houtte, *An Economic History of the Low Countries 800-1800* (London: Weidenfeld and Nicolson, 1997), 59; Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 239. Randolph Starn, "Historians and "Crisis", *Past and Present*, 52 (1971): 3.

¹⁵ Elias H. Thuma, *European Economic History. Tenth Century to the Present. Theory and History of Economic Change* (New York: Harper and Row, 1971), 65.

¹⁶ Denis Hay, *The Italian Renaissance in its Historical Background* (Cambridge: Cambridge University Press, 1970), 66-67.; F. R. H. Du Boulay, *An Age of Ambition. English Society in the Late Middle Ages* (London: Nelson, 1970), 38; Hoyt e Chodorow, *Europe*, 640, 643; Para Backman, *Medieval Europe*, 369, o século XIV foi uma calamidade. Guerra, fome doença, decadência e económica, caos político, crise espiritual, e agitação social cobriram todo o século..

¹⁷ Benjamin Z. Kedar, *Merchants in Crisis. Genoese and Venetian Men of Affairs and the Fourteenth-Century Depression* (New Haven and London: Yale University Press, 1976), 1-5; “A grande depressão” deste tempo é comparada com a “crise geral” de 1620-1720 por John Day, *Money and Finance in the Age of Merchant Capitalism* (Oxford: Blackwell, 1999), 22; Monique Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale autour de 1300: tensions destructrices, tensions novatrices”, *Annales. Histoire, sciences sociales*, 66 (2011): 664.

¹⁸ Day, *Money and Finance*, 23; Du Boulay, *An Age of Ambition*, 36; Jill N. Claster, *The Medieval Experience: 300-1400* (New York and London: New York University Press, 1982), 353; Jean-Pierre Leguay, “Urban Life”, in *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*, ed. Michael Jones, VI. (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 102.

¹⁹ Há autores que reconhecem que esta tendência não era paneuropeia como se tem pensado, mas era válida só para uma parte importante da Europa. Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale”, 665.

²⁰ Thuma, *Economic History*, 65.; Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 239.

e possibilitar a transição. A crise, que coincidiu com o outono da Idade Média, afinal não foi tão grave como aquela que tinha coincidido com o outono da Idade Antiga²¹. Este período vinha depois dum outro anterior que, por sua vez, tem sido descrito como um período de expansão económica²² e demográfica²³.

Até à segunda metade do século XX, depois H. Pirenne ter questionado a imagem que os historiadores até então tinham feito da Idade Média, apresentando-a como uma época de progresso laborioso mas contínuo, outros historiadores se colocaram na mesma linha, trazendo numerosos estudos sobre a descontinuidade do progresso medieval no tempo. No entanto, até aos anos 70 não existiu um grande interesse sobre a cronologia da descontinuidade e muito menos sobre a geografia desta quebra do progresso²⁴. O contraste entre o século XIII e o século XIV tem chamado especialmente a atenção dos autores²⁵.

O interesse dos historiadores para os aspectos económicos e sociais da Idade Média é, pois, um tema do século XX²⁶, sendo que a abordagem das possibilidades e dos limites do desenvolvimento da Europa no período medieval ocuparam uma literatura cada vez mais

²¹ Esta crise foi causada pela fome, a peste e o declínio populacional que se seguiu; guerras internas e externas, incluindo a Guerra dos Cem Anos, o rápido desenvolvimento das cidades e da economia urbana. Thuma, *Economic History*, 6. De qualquer maneira não constituiu o tipo de catástrofe que destruiu a economia do mundo romano. Francis Oakley, *The Medieval Experience. Foundations of Western Cultural Singularity* (Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1988), 95; Norman F. Cantor, *The civilization of the Middle Ages. A Completely Revised and Expanded Edition of Medieval History. The Life and Death of a Civilization* (New York: Harper Collins, 1994), 481.

²² Day, *Money and Finance*, 23; Du Boulay, *An Age of Ambition*, 36; Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale”, 665; Claster, *The Medieval Experience*, 354; Backman, *Medieval Europe*, 370.; “Se esta situação expansiva se verificou também na Península Ibérica, teríamos de integrar nela a Reconquista”. José Mattoso, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, II, *A Monarquia feudal (1096-1480)* (Lisboa: Estampa, 1993), 243

²³ Segundo Josiah C. Russell, “Population in Europe”, in Carlo M. Cipolla, ed., *The Fontana Economic History of Europe*, Vol. I: The Middle Ages, (Glasgow : Collins/Fontana, 1972), 25-71, a população total da Europa, incluindo a Rússia, de 18 milhões em 650, passou para 38.5 milhões em 1000, 73.5 milhões em 1340 e 50 milhões em 1450.

²⁴ Pirenne colocou algumas dúvidas quanto à continuidade do suposto crescimento económico nos últimos mil anos, e falou de uma “crise de saturação” em meados do séc. XIV. Em seguida, diversos autores como Abel, Barbagallo, Perroy, Postan, Schreiner, van Werveke, trabalharam esta hipótese. R. S. Lopez e H. A. Miskimin, “The Economic Depression of the Renaissance”, *The Economic History Review*, 2nd ser., XIV (1962): 408.

²⁵ “The Catastrophes of the Fourteenth Century”, Claster, *The Medieval Experience*, 354 ss.; Wallace K. Ferguson, *Europe in Transition 1300-1520* (Boston: Houghton Mifflin, 1962), 95.

²⁶ *Essays in French Economic History*, ed. Rondo Cameron, Franklin F. Mendels and Judith P. Ward, (Georgetown, Ontario: Irwin-Dorsey, 1970), 3.

vasta. Dentro desta literatura podemos identificar três abordagens diferentes: na primeira, “de inspiração malthusiana”²⁷, a análise tenta salientar a importância dos factores demográficos, segundo os quais o potencial de crescimento da economia medieval era limitado pela disponibilidade da terra desabitada²⁸.

A segunda, “de inspiração marxista”, sublinha o papel dos efeitos das relações de propriedade e da distribuição de riqueza e, identificando os limites de crescimento nas relações sociais feudais, conclui que se trata duma crise do feudalismo²⁹; uma terceira, de inspiração smithiana, traz a abordagem comercialista, que salienta o efeito estimulante na economia medieval do aumento de especialização³⁰. Esta última também sublinha a importância que supostamente teve o comércio de longo percurso intercontinental, entre a Europa e a Ásia, relacionando o declínio económico europeu com o fecho das ligações comerciais, depois da queda do império mongol e o aparecimento dos otomanos. Mas esta abordagem não explica como é que foi possível um tal impacto neste comércio intercontinental, que praticamente era

²⁷ “uma população em crescimento muito rápido e ultrapassando a sua capacidade de produzir alimentos”. Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 239.

²⁸ Segundo esta abordagem, que se baseia nas ideias de Ricardo e Malthus associada com historiadores de história económica como H. J. Habakkuk, “The Economic History of Modern Britain”, *Jl. Econ. Hist.*, xviii (1958): 486-501, Postan (1972, 1973) e Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les paysans de Languedoc*, 2 vols. (Paris:1966), o sistema feudal é visto como tecnologicamente estagnante e “as restrições ao crescimento são determinadas em grande parte por forças demográficas.” Gunnar Persson e Peter Skott, “Growth and Stagnation in the European Medieval Economy”, in *Suntory Toyota International Centre for Economics and Related Disciplines* (London: London School of Economics and Political Sciences, S.d), 1; Na realidade desde 1950 M. Postan, “Moyen Age”, *Rapports I, IX^e Congrès international des sciences historiques*, (Paris, 1950), 236, 241, que começa a delinear a sua abordagem neo- malthusiana da crise, e que irá desenvolver ainda mais em 1952. Michael M. Postan e Edwin E. Rich, “Trade and Industry in the Middle Ages”, in *The Cambridge Economic History*, vol. II, (Cambridge: University Press, 1952) 214, e depois.

²⁹ Segundo esta abordagem inspirada por Marx e associada com Dobb (1946), Guy Bois, *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale, au début du XIV^e siècle au milieu du XVI^e siècle* (Paris: EHESS, 1976), e Guy Bois, “Against the Neo-malthusian Orthodoxy”. *Past and Present* 79 (1978):60-69. e Robert Brenner “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-industrial Europe”, *Past and Present* 70 (1976): 30–74, a qualidade dinâmica das economias pre-industriais “irá depender da natureza das relações de propriedade e da força relativa das diferentes classes. Persson e Skott, “Growth and Stagnation”, 1-2; Nils Hybel, *Crisis or Change, The Concept of Crisis in the Light of Agrarian Structural Reorganization in Late Medieval England* (Aarhus: Aarhus University Press, 1989), 197-205, dá crédito no caso da Inglaterra a Kosminsky e R. H. Hilton, ponto de vista que esta condensado na afirmação de R. H. Hilton, que a Peste Negra, foi “consequência da opressão e pobreza.” Rodney H. Hilton e Hyman Fagan, *The English rising of 1381*: (London: Lawrence and Wishart, 1950), 23

³⁰ Esta abordagem sugere que o aumento do comércio e o crescimento urbano estão relacionados com a maior especialização e que este por sua vez, induz a uma organização mais eficiente económica em todos os sectores da economia. John Hatcher e Mark Bailey, *Modelling the Middle Ages. The History and Theory of England's Economic Development* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 1-19.

constituído por mercadorias de luxo, sem qualquer ligação com a vida da maioria da população³¹. Como observa A. Saporì, nos antigos estudos da história do comércio, todo ou quase todo o tráfego comercial da Idade Média teria consistido na compra e venda das especiarias³². Este ponto de vista sub-estima o valor e a importância do comércio local e interno do continente e dos países particulares³³.

Outros autores têm tentado alargar a cronologia da crise e salientar a importância daquilo a que chamam “a conjuntura do ano 1300”³⁴. Recentemente tem-se tentado alargar o quadro e colocar a questão da importância dos factores ecológicos, como o clima, indicando um “refroidissement general”³⁵ ou “mini-ice age”³⁶, ou “little Ice Age”³⁷, mas esta abordagem também se tem questionado em relação ao Mediterrâneo³⁸, embora tenha mais tradição e

³¹ A.R. Bridbury, *Economic Growth: England in the later Middle Ages* (Brighton: The Harvester Press, 1975) xii, (1st ed. London 1962); “As flutuações no comércio externo não podem ser relacionadas diretamente com novos campos, novas aldeias, mais plantações e animais, no século XIII, ou para o declínio na área e na produção da agricultura medieval no final da Idade Média. M. M. Postan, *Essays on Medieval Agriculture and General Problems of the Medieval Economy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973), 9.; Segundo Malowist na Polónia os produtos locais, desempenharam um papel considerável na área de comércio internacional. Supunha-se que esse comércio se baseava nos produtos das colónias italianas transportados do Mar Negro, a oeste, e nos panos da Holanda e da Inglaterra transportados para o leste e Hungria. Isso é incorreto. Marian Małowist, “L’inégalité du développement économique en Europe au bas Moyen Age”, in *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles. Recueil d’articles*, (Paris: Armand Colin, 1972), 46.

³² “les marchandises riches, d’un grand prix et de petit volume, furent-elles seules objet du commerce international? Ou bien faut-il y ajouter les marchandises pauvres, lourdes et encombrantes?” Armando Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age. Conférences et bibliographie*, introd. Lucien Febvre, (Paris: Armand Colin, 1952), XL.

³³ Os Bardi tinham tantos ramos nas cidades italianas, quantos tinham fora da Itália. Hay, *The Italian Renaissance*, 53-54.

³⁴ Um panorama de conjunto sobre este tema veja-se em: Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale”, 663-704.

³⁵ Bruce M. S. Campbell, “Nature as historical protagonist”, Tawney Memorial Lecture, 2008: <http://www.ehs.org.uk/>; Idem, “Physical shocks, biological hazards, and human impacts: The crisis of the fourteenth century revisited”, in *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell’Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*, dir. S. Cavaciocchi, (Firenze: Firenze University Press, 2010), 13-32.

³⁶ Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 239.

³⁷ “A Europa entrou na sua “Pequena Idade do Gelo”. Vários indicadores, incluindo as actividades de geleiras no final do séc. XIII e no séc. XIV mostram que os invernos em toda a Europa se tornaram mais frios e mais longos. Cantor, *Civilization of the Middle Ages*, 482.

³⁸ Mas os anos 1315-1317, terríveis nas costas do Mar do Norte, são anos normais agrícolas do Mediterrâneo e geralmente a cronologia de más colheitas não é a mesma no Norte e no Sul. Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale”, 672.; Para Robert Lopez, Harry Miskimin, e Abraham Udovitch, “England to Egypt, 1350-1500: Long-term Trends and Long-distance Trade”, in *Studies in the Economic History of the Middle East*, ed. M. A. Cook (Oxford: Oxford University Press, 1970), 94, “mais ao sul, é verdade, que a alteração parece ser menos dramática com o aumento das chuvas ... e na verdade pode favorecer culturas mal adaptadas, como o arroz no vale do Pó e açúcar nas ilhas gregas.”

esteja mais desenvolvida, sobretudo por autores que tratam dos países nórdicos ou da Europa do Norte em geral³⁹.

Segundo a interpretação demográfica a Europa caminhou para uma crise de subsistência desde as primeiras décadas do século XIV. A pressão sobre a terra aumentou e a terra boa deteriorou-se pelo cultivo intensivo e pela adubação insuficiente. O resultado foi uma frequência crescente de fomes e, finalmente, o empobrecimento fez com que as pessoas se tornassem susceptíveis às epidemias, como a Peste Negra⁴⁰, que representou um enorme choque demográfico, com uma tal perda populacional que a maioria das estimativas aponta para um valor que se situa entre um quarto e um terço do total da população⁴¹. Mas houve muito diversidade regional dentro da Europa, tendo surgido desde cedo oposição contra a explicação demográfica. Aqui se destacam os historiadores italianos de história económica, que argumentaram que esta abordagem não se aplicava no caso da Itália⁴².

Numa tendência geral a partir de 1970, vários autores têm vindo a demonstrar a relatividade do conceito da crise dos finais da Idade Média. Naturalmente, não é que a Itália não fosse afectada pela crise geral na economia europeia, que se seguiu aos desastres demográficos da primeira metade do século XIV, mas, nesta época, a Itália do Norte não mostrava quaisquer sinais de iminente crise de subsistência⁴³.

O quadro histórico apresentado pela Itália não era único. G. Sivery põe em dúvida a ideia de que os finais do século XIII e os inícios do século XIV tenham sido somente o prelúdio da

³⁹ Uma das primeiras tentativas para explicar a crise através dos factores climáticos foi a de Axel Steensberg, "Archeological Dating of the Climatic Changes in North Europe about A.D. 1300", *Natura*, 168 (1951): 672-4; "all indicate that over the course of the fourteenth century Europe's average temperature declined approximately two degrees Celsius". Backman, *Medieval Europe*, 370.

⁴⁰ Du Boulay, *An Age of Ambition*, 38. "the worst natural disaster in western history." Backman, *Medieval Europe*, 375.

⁴¹ Claster, *The Medieval Experience*, 356; Ferguson, *Europe in Transition*, 96.

⁴² Wilhelm Abel, *Agricultural Fluctuations in Europe. From the Thirteenth to the Twentieth Centuries* (London: Taylor & Francis 2006), 73. Gemma Miami, "L'économie lombarde aux XIVe et XVe siècles : une exception à la règle?", *Annales ESC* 19/3 (1964): 569-579.

⁴³ Douglas F. Dowd, The Economic Expansion of Lombardy, 1300-1500. A Study in Political Stimuli to Economic Change *The Journal of Economic History*, 21 (1961): 143-160.

catástrofe demográfica que estava para chegar. Em vez disso, ele avança a tese duma continuidade do desenvolvimento agrário, apesar da Peste⁴⁴. Uma tese semelhante tem sido colocado para os Países Baixos e França do Norte e para o Vale do Reno, sobretudo por H. Van der Wee⁴⁵ e Irsigler (1982)⁴⁶. A abordagem demográfica tem-se questionada também para a Inglaterra⁴⁷. Barbara Harvey pensa que, segundo os malthusianos, uma estagnação no aumento da população deve ter sido precedido por um declínio nas receitas e também na urbanização, mas não há nenhuma prova do declínio na urbanização no início do séc. XIV⁴⁸.

Recentemente, também para a Península Ibérica têm surgido vozes que diferem do quadro clássico de interpretação e da imagem da crise pan-europeia, que se têm fundamentado em fontes e contextos relacionados com a Europa norte-occidental, sobretudo com a França e com a Inglaterra⁴⁹.

Então como interpretar a Peste Negra e o declínio dramático na população, desde a primeira metade do século XIV? Segundo G. Persson, a Peste Negra foi um fenómeno largamente exógeno aos assuntos económicos. É difícil interpretar a Peste Negra como um agente de

⁴⁴ Gérard Sivéry, "Les débuts de l'économie cyclique et de ses crises dans les bassins scaldien et mosan: Fin du XII^e et début de XIII^e siècle," *Revue du nord* 64 (1982): 667-681.

⁴⁵ Herman van der Wee e Erik Aerts, *De economische ontwikkeling van Europa 950-1950* (Leuven: Acco, 1982), pp. 29-31.

⁴⁶ Persson e Skott, "Growth and Stagnation", 30.

⁴⁷ Sobre uma visão de conjunto veja-se Hybel, *Crisis or Change*, 217-282; Thuma, *Economic History*, 65. A população de Inglaterra estima-se em 3.7 milhões em 1348, 3.1 em 1350, 2.74 depois da peste de 1361, 2.45 depois da peste de 1369 e 2.25 depois da peste de 1364.; John Hatcher, *Plague, Population and the English Economy, 1348-1530* (London, Basingstoke: Macmillan Press, 1977), 68-69, calcula 4.5 a 6 milhões para 1348 e para 1520 pensa 2.25 a 2.75 milhões, um pequeno aumento nos meados do século XV, que pensa ter sido o nível mais baixo variando entre 2 e 2.5 milhões. Segundo R. S. Lopez, em 1348, a Inglaterra contava 3, 700, 000 habitantes. Nos inícios do séc. XV caiu para 2,100,000, e em 1545 tinha ainda meio milhão, menos do que antes da Peste. Robert S. Lopez, "Hard Times and Investment in Culture", in *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*, ed. Anthony Molho, (New York: John Wiley and Sons, 1969), 105.

⁴⁸ Barbara Harvey, "The Population Trend in England between 1300 and 1348", in *Transactions of the Royal Historical Society*, 5th series, vol. 16, (1966): 23-42.

⁴⁹ Antoni Furió, "Disettes et famines en temps de croissance. Une révision de la "crise de 1300": le royaume de Valence dans la première moitié du XIV^e siècle", in *Les disettes dans la conjuncture de 1300 en Méditerranée occidentale*, 27-28 février 2004, dir. Monique Bourin, John Drendel et François Menant, (Rome: École française de Rome); Bourin et al., "Les campagnes de Méditerranée occidentale", 665, 668, o modelo que se tem imposto para explicar a crise da Baixa Idade Média, "avait été construit avant tout à partir de documents concernant l'Europe du Nord-Ouest"

controle positivo malthusiano⁵⁰. O crescimento da população, no período antes da Peste, era regulado pelo impacto dos factores económicos na fertilidade. Mas, depois da Peste, o ritmo do aumento da população foi dominado pela mortalidade⁵¹. Os dados demográficos para o período antes da Peste Negra divergem, segundo o autor e método de cálculo⁵².

É claro que para este período os dados são escassos, mas suficientes para sugerir a tendência. Sabe-se que até ao século XIV a tendência é ascendente⁵³, e nos séculos XIV e XV esta tendência torna-se descendente. A Peste Negra de epidémica tornou-se endémica, resurgindo em diferentes sítios e em diferentes tempos. Assim, por mais de um século a população europeia permaneceu em níveis consideravelmente baixos, relativamente ao nível que tinha atingido antes da Peste, tendo apenas chegado a estes por volta do final do século XV. Naturalmente que, sobretudo na primeira metade do século XV, houve diferenças notáveis entre diferentes regiões. O crescimento foi lento na França por causa da Guerra e também na Itália a tendência ascendente foi muito lenta. Por outro lado, a Península Ibérica, a Alemanha e a Inglaterra⁵⁴ mostraram taxas muito mais altas de crescimento. De qualquer maneira, depois de 1450, o processo foi revertido e a população começou de novo a crescer⁵⁵.

⁵⁰ Persson e Skott, "Growth and Stagnation", 36; Também David Grigg, *Population Growth and Agrarian Change. An Historical Perspective* (Cambridge: Cambridge University Press, 1980), 64-82 inclui a fome de 1315-1317 e a Peste de 1347-1351 entre os factores exógenos, estranhos à pressão demográfica. Semelhante ponto de vista defende Karl Gunnar Persson, *Pre-industrial Economic Growth: Social Organisation and Technical Progress in Europe* (Oxford and New York: Basil Blackwell, 1988), 86, que sustenta a ideia que "the hypothesis of a general crisis in the early fourteenth century caused by overpopulation cannot be upheld"; Mário Jorge da Motta Bastos, *O poder nos tempos da peste (Portugal-séculos XIV/XVI)* (Niterói: EdUFF, 2009), 38.

⁵¹ "the one-sided emphasis of the demographic approach on the man/land ratio simply cannot explain the prolonged agrarian crisis from the middle of the 14th to the end of the 15th century". Persson e Skott, "Growth and Stagnation", 37.

⁵² Segundo Cipolla por volta de 1000 cerca de 30 a 35 milhões to 35 de habitantes. Em meados do século XIV, chegou aos 80 milhões, ou seja cerca de um terço da população total do mundo de 300 milhões. Paolo Massa, "The Economy in Fifteenth Century: Preconditions for European Expansion," in *An Economic History of Europe. From Expansion to Development*, ed. Antonio di Vittorio (London and New York Routledge, 2006), 7 ; Para a Itália as estimativas mais convincentes sugerem um declínio demográfico de 30-35%. John Larner, *Culture and Society in Italy 1290-1420* (London: B. T. Batsford, 1971), 124.

⁵³ Em 300 anos a população da Europa Ocidental e Central triplicou. Persson e Skott, "Growth and Stagnation", 25; Douglass C. North e Robert Paul Thomas, *The Rise of the Western World. A New Economic History* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973), 71.

⁵⁴ Thuma, *Economic History*, 65.

⁵⁵ Massa, "The Economy in Fifteenth Century", 11.

Paralelamente às visões pessimistas, existem também autores que salientam os progressos que várias regiões da Europa e mesmo a Europa inteira teve durante este período, geralmente considerado como época de depressão económica. Assim, a partir de 1960, observamos uma tendência de revisão e de fusão das explicações das décadas anteriores⁵⁶. Entre os diversos autores destaca-se Kosminsky⁵⁷, Małowist⁵⁸, Goldthwaite⁵⁹, Du Boulay⁶⁰, Lander⁶¹, e sobretudo Bridbury⁶², que consideram a segunda metade do século XIV e o século XV como

⁵⁶ Para Bridbury o séc. foi não só a Idade de Ouro das classes médias e do campesinato, mas foi um século “of general economic growth throughout English society- a growth not necessarily of the gross national product, but certainly of the capita product.” Portanto, no centro da definição de Bridbury está o produto per capita. Hybel, *Crisis or Change*, 218.

⁵⁷ Kosminsky criticou a interpretação de Postan do século XV como um período de estagnação e declínio. Eugen A. Kosminsky, *Studies in the Agrarian History of England in the Thirteenth Century*, ed. R. H. Hilton, trans. R. Kitch (Oxford: Blackwell, 1956); Também E. A. Kosminsky, “Peut-on considerer les XIV et XV siècles comme l’époque de la décadence de l’économie européenne?”, in *Studi in onore di Armando Saporì*, (Milano: Istituto editoriale cisalpino, 1957), 551-569. Para Kosminsky “ainsi, la caractéristique des XIV-XV^{mes} siècles comme d’une période de dépression ou meme de stagnation est douteux par rapport a la plupart des pays européens (Ibid., 562). Sobre o interesse dos historiadores russos para os problemas da história agrária da Inglaterra veja-se Peter Gatrell, “Historians and peasants: Studies of medieval English Society in a Russian context”, *Past and Present* (1982) 96 (1): 22-50.

⁵⁸ Marian Malowist in *Kwartalnik Istoryczny* (1953), ampliou a perspectiva de Kosminsky. Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, 6. O quadro geral das ideias de Małowist levou a divisões no mapa económico da Europa de leste central e regiões orientais, especialmente entre os séculos XIII e XVII. O principal fator foi o desenvolvimento sócio-económico constante do Leste da Europa Central, especialmente a partir do século XIII, interrompido apenas durante o século XVI. As divisões introduzidas por Małowist iam além das fronteiras políticas, culturais e étnicas, que aos olhos desta escola de história foram consideradas de natureza secundária, em comparação com as questões económicas. Parece que Wallerstein se baseou nas teorias de Małowist, para elaborar as suas ideias sobre o início do sistema económico mundial. Wallerstein, *The Modern World-System*, Vol. I-2 (New York, 1978-1980). Ele referiu-se aos séculos XVI e XVII, fazendo uma distinção entre os estados centrais (Inglaterra, Países Baixos e França), os países semi-periféricos (Espanha, Portugal e Veneza entre outros) e os países periféricos, onde incluiu as Américas e os países da Europa de centro-leste. Jerzy Kłoczowski, *East Central Europe in the Historiography of the Countries of the Region*, translated by Christopher Garbowski (Lublin: Institute of East Central Europe, 1995), 29-30.

⁵⁹ Richard A. Goldthwaite, *The Building of Renaissance Florence. An Economic and Social History* (Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1980), 41.

⁶⁰ O estudo de F. R. H. Du Boulay sobre a situação do arcebispado de Canterbury mostra que as receitas deste centro eclesiástico não caíram depois da Peste Negra. Do mesmo modo, o estudo de John Hatcher sobre o Ducado de Cornwall mostra também que as receitas dos proprietários não caíram, e até aumentaram no século XV. Hybel, *Crisis or Change*, 219-220.

⁶¹ J. R. Lander, *Government and Community: England, 1450-1509*, (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981), 2-16, 362-363.

⁶² A. R. Bridbury, *Economic Growth: England in the later Middle Ages* (London: George Allen and Unwin, 1962). Du Boulay, *An Age of Ambition*, 40, considera o título desta obra “paradoxical”, embora não contradiz a essência da tese do autor. (pp. 40-41). O próprio autor, abre a segunda edição (Brighton: The Harvester Press, 1975) com o comentário de Edward Miller, “The English Economy in the Thirteenth Century”, *Past and Present*, No. 28, July, (1964): 30, que disse que o livro “turned some of the current learning upon its head, making the later Middle Ages a time of economic growth”, p. vii.

períodos de aumento significativo da prosperidade geral⁶³, Ph. Wolff interrogou-se se se estaria perante o “Outono da Idade Média ou perante a Primavera duma Idade Nova⁶⁴.

Entre os autores portugueses, a hipótese de relacionar a Guerra dos Cem Anos com a vida económica e política do país tem sido muito pouco desenvolvida, limitando-se ao panorama exposto pelos autores ingleses, entre os quais P. E. Russell, que se destaca pelo impacto que a sua obra teve em Portugal e em Inglaterra.⁶⁵ Esta obra, por um lado, tem contribuído imenso para ilustrar o período da intervenção inglesa na Península, no caso das pretensões do Duque de Lancaster, mas também tem petrificado a atenção no aspecto político e do ponto de vista da intervenção inglesa. As obras que tratam das relações comerciais de Portugal com a Inglaterra não colocam a Guerra dos Cem Anos entre os factores que poderiam ter influenciado o comércio.

Deve-se a Virgínia Rau a primeira sugestão de dar à Guerra dos Cem Anos um lugar dentro dos factores mais importantes que influenciaram o comércio português, nos séculos XIV e XV⁶⁶, embora muito antes Gama Barros, referindo-se a Pigeonneau⁶⁷, reconhecesse a

⁶³ Realmente dramático na revisão de Bridbury foi a sua declaração contrária à opinião geral afirmando que o século XV foi um período de expansão económica. Hybel, *Crisis or Change*, 226-227.

⁶⁴ Philippe Wolff, *Automne du Moyen Age, ou printemps des temps nouveaux?: l'économie européenne aux XIVe et XVe siècles* (Paris: Aubier, 1986). Este também é o título dum capítulo de Jacques Le Goff, *The Birth of Europe*, transl. J. Lloyd (Oxford: Blackwell, 2005), 154-193. Esta época na história da Europa considera-se como muito agitada e cheia de contrastes. Pirenne, *A History of Europe*, 379.

⁶⁵ “In fact, until almost the very end of the twentieth century, one of the negative aspects of Portuguese historiography was the way that we conceived of our past as a closed circuit. Little is known about the history of the Iberian kingdoms. Only much later was it understood, for example, that the wars with Castile in the time of Dom Fernando and Dom João I had to be included within the scope of the Hundred Years’ War”. José Mattoso, “Histories of Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010):6. Numa certa maneira todo o século XIV tem sido muito menos estudado do que os séculos XIII e XV. Segundo Hermínia Vasconcelos Vilar, “The Temptation of the Synthesis”, *e-Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010): 4, “the great attention paid to earlier centuries has made it possible to develop further research into the initial period of Portuguese history, but at the same time it has also meant that our knowledge about the fourteenth century has, in some respects remained hidebound by fairly outdated frameworks of interpretation”. Hermínia Vasconcelos Vilar, “The Temptation of the Synthesis”, *e-Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010): 4

⁶⁶ “A Guerra dos Cem Anos, longa luta de desgaste que abalou toda a Europa Ocidental, esbatendo a concorrência francesa, reforçou esta ligação com os mercados setentrionais, abertos ao tráfico português, ao mesmo tempo que favoreceu um expansionismo mercantil no Mediterrâneo.”. Virgínia Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato,” in *Estudos de História: mercados, mercadorias, pensamento económico*. 1º vol. (Lisboa: Verbo, 1968), 59-60; “A fortuna das Salinas do Sado está ligada à conjuntura político-militar que foi a Guerra dos Cem Anos, que paralisou as *marais salants* francesas do Atlântico e mais tarde, as guerras de religião e os abusos da gabela fizeram o resto”. Virgínia Rau, “Problemas da história do sal em Portugal”, in

importância que o conflito anglo-francês pode ter tido no desenvolvimento do comércio português, mas partindo da ideia que o corte dos laços entre Inglaterra e França fez com que esta última aumentasse o seu comércio com a Península⁶⁸. Hipótese que pode ser válida para Castela, mas não se verifica no caso de Portugal.

Mais claramente, A. da Veiga Simões relaciona o início das hostilidades entre franceses e flamengos com o declínio das feiras de Champagne e com a activação da rota do Estreito, iniciada um século antes⁶⁹, enquanto a Guerra dos Cem Anos levou ao declínio das feiras de Champagne, tornando obrigatória a passagem pelo Estreito, mesmo com os perigos que esta saída acarretava⁷⁰. A. H. de Oliveira Marques retoma a hipótese de V. Rau e, embora pareça que contradiz as afirmações da autora⁷¹, na realidade reconhece as possíveis implicações que esta Guerra poderá ter tido⁷².

Estudos sobre a história do sal português (Lisboa: Presença, 1984), 29, publicado pela primeira vez em *Boletim da Association pour l'histoire de la civilization- Association Marc Bloch*, n.ºs 7-8-9, (1955-1958): 16-23), trad. de J. M. G. “a França de então mergulhada já, no segundo quartel do século XIV, nessa longa luta de desgaste que ficaria conhecida na história com o nome de Guerra dos Cem Anos, oferece uma imagem sugestiva e clara das oportunidades que na Europa do Norte se vão abrir à exportação portuguesa... Amortecido o comércio da França e o acesso aos seus portos dificultado pelas incertezas da Guerra, a posição de Portugal- nódulo vital da rota comercial que ligava o Mediterrâneo ao mar do Norte- ia progredir sem cessar porque do ocidente da Península Ibérica se levava aos consumidores nórdicos produtos do mesmo tipo daqueles fornecidos pelos franceses” Virgínia Rau, “A exploração e o comércio do sal em Setúbal- Estudo de história económica”, (Lisboa: s/ed 1951,) reed. in *Estudos sobre a história do sal português*, 101;

⁶⁷ Pigeonneau, *Histoire du commerce de la France*, I, 331-333

⁶⁸ As guerras da França com Flandres e Inglaterra no século XIV, fecharam ao comércio francês não só os portos d'esses países, mas também os da Aquitania sujeitos à dominação inglesa. A Espanha e Portugal ganharam com esta revolução comercial, vindo então os interesses mercantis apertar a união que já existia no século XIII, embora com laços menos seguros, entre a França e os diferentes reinos da península ibérica. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ed., dir. Torquato de Sousa Soares, Tomo X, (Lisboa: Sá da Costa, s/d), 281-282.

⁶⁹ “No dia que as feiras da Champagne entraram em decadência, quando as guerras entre franceses e flamengos lançaram o alarme e cortaram as rotas comerciais que ali levavam, o tráfico entre o Mediterrâneo e o mar do Norte teve que recorrer à via marítima já inaugurada havia mais de um século entre Portugal e a Flandres”, Alberto da Veiga Simões, “A Flandres, Portugal e os primórdios do capitalismo moderno”, in *Estudos de História* (Lisboa: Centro de História da UL, 2004), 44.

⁷⁰ A Guerra “atingira as rotas da terra, cortara-as, tornara-as indefesas e incertas: as feiras de Champagne, de Génova, da Flandres, perdem interesse, isoladas pelas acções ou pelas desolações que os bandos de aventureiros semeavam sobre o caminho que a elas conduziam.” Alberto da Veiga Simões, “Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do estado capitalista”, in *Estudos de história* (Lisboa: Centro de História da UL, 2004), 89.

⁷¹ “nunca será demais acentuar a importância da Guerra dos Cem Anos no desenvolvimento do nosso comércio com o norte da Europa. Mas o tráfico do sal entre a Hansa e o País estava já firmemente estabelecido antes de as condições da Guerra tornarem mais fácil e segura a rota da Península. É que a vinda dos hanseáticos a Portugal estabelece-se e desenvolve-se paralelamente à navegação com a Baía e com Brouage. Os hanseáticos não vieram a Lisboa buscar sal porque o não pudessem ir comprar à Baía. Este factor influiu no aumento do tráfico

As fontes que vamos utilizar visam abranger um espaço o mais vasto possível, na relação com a necessidade de análise dos acontecimentos e das dinâmicas destes acontecimentos descritos e/ou analisados. Entre as fontes portuguesas de maior valor estão as crónicas contemporâneas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Azurara. A documentação publicada e que corresponde a este período, embora reflecta mais as relações políticas do que as de índole económica, é fundamental. Destacamos, pela sua importância para a historiografia portuguesa que trata desta época em geral e para a nossa tese em particular, as colectâneas de documentos *Monumenta Henricina* e *Descobrimentos Portugueses*.

No Estrangeiro, entre as fontes narrativas que utilizámos destacamos as crónicas inglesas, de Thomas Walsingham⁷³ e Henry Knighton⁷⁴. Também Froissart se tem mostrado indispensável para qualquer estudo da Guerra dos Cem Anos. As suas crónicas são excepcionais pelo seu volume e detalhes⁷⁵. As crónicas castelhanas fornecem informações bastante úteis, sobretudo para as relações políticas luso-castelhanas, especialmente as crónicas de Ayala, a Crónica de Don Pero Niño e a crónica de Alfonso XI. Na documentação estrangeira, destacamos a inglesa⁷⁶ e a flamenga, sem esquecer a italiana e a aragonesa. Nas páginas que se seguem vamos tentar salientar, não só a importância que a Guerra dos Cem Anos teve na vida do Portugal daquele tempo, mas também o fundamental papel que Portugal teve na vida da Europa, durante *o século dos portugueses*⁷⁷.

com a costa portuguesa, mas não determinou a sua abertura”. A. H. de Oliveira Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, Dissertação de doutoramento em História, (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1959) 100.

⁷² “a certeza de excelentes lucros, aliada às dificuldades crescentes que a Guerra dos Cem Anos trazia à viagem com a França, ainda determinaram a criação e a manutenção regular de uma linha de navegação e de comércio, remontando aos primeiros anos do século XV ou mesmo mais atrás, e que persistiu ininterruptamente (exceptuados os casos de Guerra), durante essa centúria e as seguintes”. Marques, *Hansa e Portugal*, 222.

⁷³ *The St. Albans Chronicle. The Chronica Maiora of Thomas Walsingham, I. 1376-1394*. Ed. and transl. John Taylor, Wendy R. Childs and Leslie Watkiss (Oxford: Clarendon Press, 2003).

⁷⁴ *Knighton's Chronicle 1377-1396*, ed. and transl. G. H. Martin (Oxford: Clarendon Press, 1995).

⁷⁵ Michel Zink, *Froissart et le temps* (Paris: Presses Universitaires de France, 1998), 66.

⁷⁶ Muita da documentação inglesa está publicada nos projectos grandiosos dos *Calendars*, e também as relações internacionais de Inglaterra estão publicadas nos *Foedera*.

⁷⁷ “Western history texts frequently overlook the role of Portugal in the late medieval period. Portugal seems to emerge only in the discussion of the age of expansion and exploration.” Jennifer C. Geouge, “Anglo-Portuguese

Dividimos o presente trabalho em quatro partes. A primeira parte trata da dinâmica do relacionamento político de Portugal com o resto da Europa antes e durante a Guerra dos Cem Anos. Coincidindo o período da Guerra com o período da chamada *crise dos finais da Idade Média*, normalmente se a política reflecta de alguma maneira a realidade económica, é de esperar que estas relações de Portugal com o exterior seguissem uma dinâmica decrescente. Contudo, os dados apresentados e analisados nessa parte mostram uma dinâmica ascendente destas relações, ao contrário do que se pode esperar durante uma depressão económica.

Na segunda parte, acompanhamos e analisamos a dinâmica do relacionamento económico de Portugal com os outros países da Península e do continente durante a Guerra. Sendo que, ao contrário do que se esperava a dinâmica da presença política de Portugal no continente vai aumentando em vez de diminuir, é necessário olhar para a dinâmica da presença económica portuguesa no continente para poder sustentar a ideia da crise dos finais da Idade Média em Portugal. Neste caso também a dinâmica desta presença tinha que ser descendente, sendo que durante uma depressão económica diminui o ritmo e a geografia das trocas comerciais. Contudo neste caso também os dados apresentados e analisados mostram uma dinâmica ascendente. Tendo em conta este aumento da presença política e económica de Portugal no exterior e vice-versa temos que questionar a própria ideia da crise dos séculos XIV-XV em Portugal. Mas será Portugal um caso isolado que contradiz a ideia da crise dos finais da Idade Média, ou o contrário?

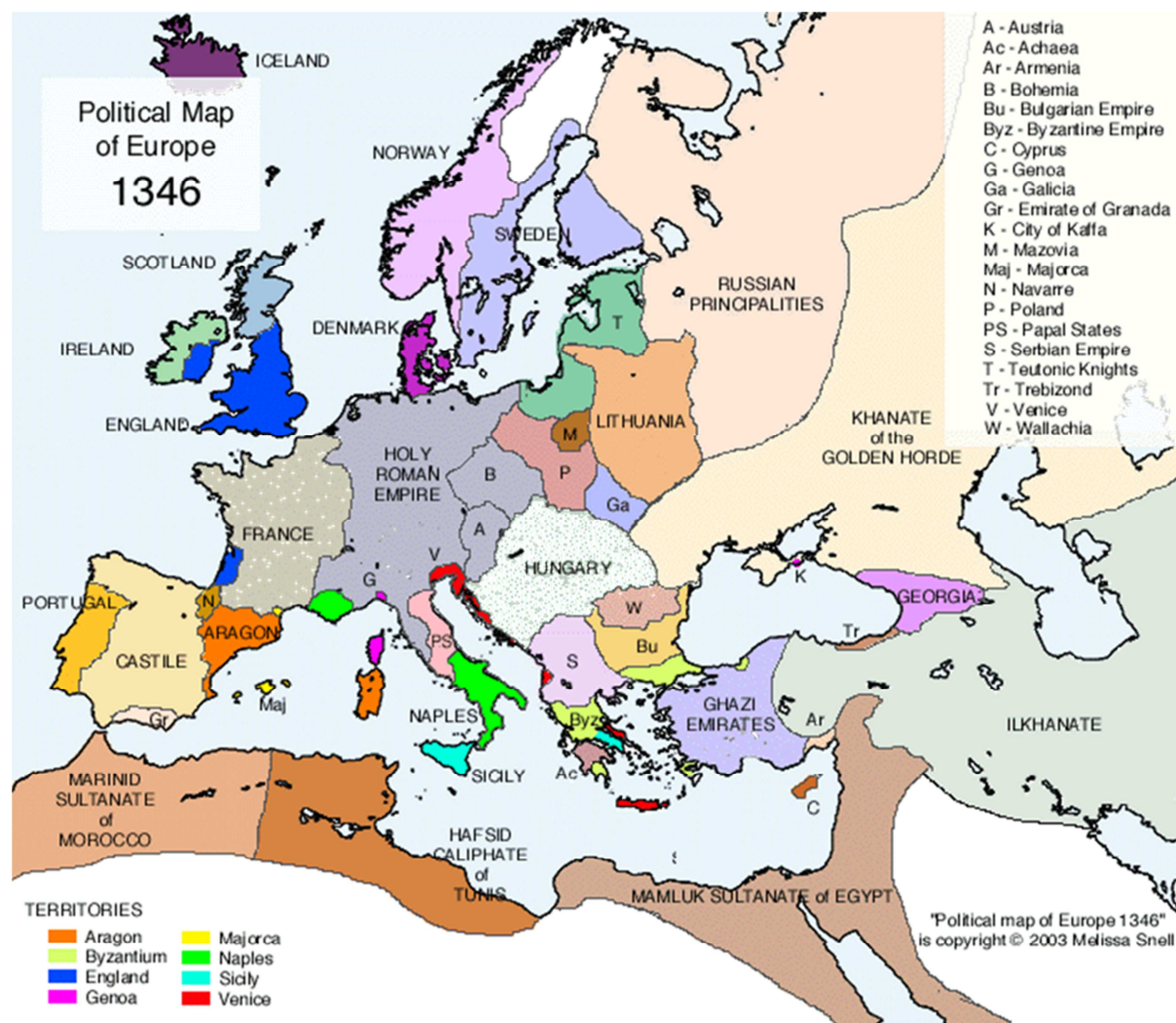
Na terceira parte, tentamos analisar a maneira em que a Guerra dos Cem Anos influenciou a vida económica e política da Europa e do Mediterrâneo, incluindo aqui também o Mar Báltico e a Europa de Leste. A ideia é que para poder de ver para os possíveis efeitos que a Guerra teve na realidade portuguesa, é indispensável analisar a maneira como a problemática

Trade during the Reign of João I of Portugal, 1385-1433”, in *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century. Cultural, Literary, and Political Exchanges*, ed. María Bullón-Fernández, (New York: Palgrave Macmillan, 2007), 120.

da Guerra influenciou a realidade económica e política dos outros países da Europa. Os dados analisados sugerem que Portugal não foi de maneira nenhuma um caso isolado que não se encaixa no modelo da crise dos séculos XIV-XV. Pelo contrário, a maior parte da Europa segue o mesmo padrão com Portugal. Os dados disponíveis mostram que a geografia da crise e prosperidade na Europa esta ligada estreitamente com a Guerra dos Cem Anos.

Na quarta parte, voltamos a problemática portuguesa, para ver de que maneira os efeitos da Guerra dos Cem Anos sobre a economia e a política de Portugal, nomeadamente o aumento das relações políticas e comerciais testemunhados na primeira e segunda parte, foram traduzidas na realidade económica e política portuguesa.

PRIMEIRA PARTE



Mapa político da Europa e do Mediterrâneo em 1346. <http://historymedren.about.com> Obtido e utilizado em conformidade com os direitos do autor.

1. PORTUGAL E A EUROPA ANTES DA GUERRA DOS CEM ANOS

Conhecer o papel das instituições políticas na promoção do comércio, na criação dum clima favorável ao desenvolvimento económico, ajuda a compreender porque alguns estados prosperam mais dos que outros⁷⁸.

O impacto que a Guerra dos Cem Anos teve na vida económica, social, cultural e religiosa da Europa e do Mediterrâneo é um facto que comprova a importância do factor político no processo histórico, assim como no progresso/regresso da História⁷⁹. A Guerra dos Cem Anos é considerada, em geral, como o acontecimento mais dramático dos finais da Idade Média e um dos acontecimentos que mais influenciou o futuro da Europa⁸⁰. Por motivos de ordem metodológica, tratamos primeiro dos acontecimentos políticos, que entrecruzam a vida política de Portugal com o teatro da Guerra dos Cem Anos. Sendo esta guerra um acontecimento político que dominou a realidade por mais de cem anos, vamos colocar este acontecimento na base etiológica da nossa digressão.

Qual terá sido o lugar de Portugal no conjunto da vida política e económica do continente antes da Guerra? Que critério poderemos utilizar para determinar se um país tem uma posição geográfica vantajosa/ desvantajosa? E ainda, será que a geografia e a ecologia podem determinar permanentemente o nível de participação dum país no panorama político e económico do mundo? É claro que a situação geográfica e as condições ecológicas (factores estruturais) têm muita importância na história dos povos, mas explicam pouco, se não tivermos em conta outros factores, conjunturais, humanos ou históricos.

⁷⁸ A qualidade destes fundamentos institucionais da economia e da política é fundamental na determinação do bem-estar de uma sociedade. Avner Greif, *Institutions and the path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade*, (New York: Cambridge University Press, 2006), 4.

⁷⁹ «La guerre de Cent ans est bien la preuve que l'histoire ne peut éjecter l'aspect politique». Gerard Sivéry, *Mirages mediterranees ou realites atlantiques? XIII-XV siecles* (Paris: Presses Universitaires de France, 1976), 124.

⁸⁰ Hoyt e Chodorow, *Europe in the Middle Ages*, 574.

1.1.A marginalidade de Portugal nos circuitos comerciais da Europa no século XIII

Veiga Simões afirmava, na década de 30 do século passado, que até para Castela Portugal permanecia um país longínquo e “por assim dizer desprovido de fronteiras comuns”⁸¹. Na geografia da densidade da rede urbana da Europa no século XIII, Jean-Pierre Leguay, coloca Portugal ao mesmo nível de desenvolvimento urbano da Irlanda e da Escandinávia, afirmando que estes países “were still content with miserable little towns scarcely differentiated from neighbouring villages”⁸². Postan pensa que, durante o mesmo século, o comércio italiano era mais frequente nas costas atlânticas de Marrocos, do que na costa ibérica. O facto é que os mercadores italianos não temiam navegar na costa africana, mas ainda hesitavam voltar para o norte, ao longo da costa atlântica europeia. Segundo este autor, tal só pode ser explicado tendo em consideração que as oportunidades comerciais lhes pareciam mínimas para valer a pena o esforço⁸³.

Ao longo do século XIII, diversos factores fizeram com que Portugal vivesse uma posição marginal, em relação ao resto do continente europeu⁸⁴. Com efeito, Portugal já não era visitado por cruzados a caminho da Terra Santa, como tinha acontecido na centúria anterior, sendo que também aqui acorriam poucos mercadores⁸⁵. É sintomático o facto da reconquista de Algarve ter sido conseguida sem a importante ajuda dos cruzados. A última frota de

⁸¹ Veiga Simões, “A Flandres, Portugal”, 33.

⁸² Leguay, “Urban Life”, 103-104.

⁸³ R. S. Lopez, “The Trade of Medieval Europe: The South”, in *The Cambridge Economic History*. Vol. II. Trade and Industry in the Middle Ages, 2nd ed. Revised, M. M. Postan e Edward Miller, (New York : Cambridge University Press, 1987), 354; Essa realidade é sublinhada também por Kedar, *Merchants in Crisis*, 45-46. É sintomático o facto que uma das obras de síntese mais importantes sobre a agricultura europeia medieval *The Cambridge Economic History of Europe. I. The Agrarian Life of the Middle Ages*, 2nd ed., edited by M. M. Postan, (Cambridge University Press, 1966), não menciona em nenhum lugar Portugal nas suas 871 páginas.

⁸⁴ A. H. R. de Oliveira Marques, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, in *Nova História de Portugal*, dirs., Joel Serrão e A. H. R. de Oliveira Marques (Lisboa: Presença, 1987), 151.

⁸⁵ Referindo-se a Valência, David Igual Luis e Germán Navarro Espinach, “Relazioni economiche tra Valenza e l’Italia nel Basso medioevo”, *Medioevo. Saggi e rassegne*, 20 (1996): 70-71, traçam o mesmo quadro sobre a presença italiana na Coroa de Aragão «che si presenta come un pendolo oscillante verso Occidente nel XII secolo e verso Oriente nei due secoli successivi, per ritornare quindi a ovest nel Quattrocento».

cruzados que tomou o caminho de Gibraltar registou-se em 1217⁸⁶. Isto leva-nos a pensar que, para os europeus do Norte, o caminho de Portugal constituía apenas uma opção quando os outros caminhos estavam fechados. Isso mesmo aconteceu no século XIV e XV, com a Guerra dos Cem Anos.

Para o abandono da rota atlântica pelos cruzados, muito deve ter contribuído o facto de que, a partir de 1204, o Império bizantino se havia tornado num estado latino e Veneza controlava as rotas adriáticas, balcânicas e mediterrânicas, que levavam ao levante e ao Médio Oriente⁸⁷. Os mercadores também não vinham porque o ponto de encontro das mercadorias, onde afluíam mercadores de todas as partes da Europa e que servia como seu coração mercantil, era a França, nomeadamente as famosas feiras de *Champagne*⁸⁸.

No entanto, em 25 de Julho de 1261, Constantinopla foi retomada pelos bizantinos com a ajuda dos genoveses. Como afirma E. Basso, tendo em conta o tratado então assinado, o ano 1261 deve ser considerado como o ano do nascimento oficial do império comercial genovês⁸⁹. A formação de dois polos económicos na Europa, Flandres e Itália do Norte,

⁸⁶ Em 1217 chegou uma frota de cruzados, a quinta e a última que seguia esta rota, a qual atacou Alcácer do Sal. *MH*, I, doc. 26, pp. 48-49, doc. 28, pp. 52-54, doc. 29, pp. 54-55.

⁸⁷ Angélique Laiou, *L'interprétation byzantine de l'expansion occidentale (XI^e-XII^e siècles)*, in *Le partage du Monde. Échanges et colonisation dans la Méditerranée médiévale*. dir. M. Balard e A. Ducellier (Paris: Publications de la Sorbonne, 1998), 165. Constantinopla foi tomado, no dia 12 de Abril de 1204. Michel Balard, *La Romanie génoise. (XII^e - début du XV^e siècle)*, (Rome: École française de Rome, 1978), I, 38. Nesta conquista os genoveses não participaram. Charles Diehl, *La république de Venise*, (Paris: Flammarion, 1967), 62.; Antonio Carile, "Partitio terrarum imperii Romaniae", *Studi Veneziani* 7, (1965) :125-305; Em 1204, Veneza, recebeu "um quarto do espólio e um quarto do território do império." Pompeo Molmenti, *Venice its Individual Growth from the Earliest Beginnings to the Fall of the Republic. The Middle Ages*, Part I, (London: John Murray, 1906), 121.

⁸⁸ Pierre Racine, *I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne alla fine del Duecento*, in *Studi storici in onore di E. Nasalli Rocca*, (Piacenza: Deputazione di storia per le provincie parmensi, 1971), 475-505; Robert-Henri Bautier, "Les grands problèmes politiques et économiques de la Méditerranée médiévale," *Revue Historique* 234, (1965) : 1-28.

⁸⁹ Enrico Basso, *Genova: un imperio sul mare*, (Cagliari: CNR, 1994), 11; Freddy Thiriet, *Histoire de Venise*, 5 ed. (Paris: Presses Universitaires de France, 1976), 42-43. D. J. Geanakoplos, *Emperor Michael Paleologos and the West 1258-1282* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959), 81-91; O Mar Negro tornou-se praticamente num lago genovês e Caffa chegou a ultrapassar a própria Genova com 100,000 habitantes." J. K. J. Thomson, *Decline in History. The European Experience* (Cambridge: Polity Press, 1998), 48-49; R. De Roover, "The Organization of Trade", in *The Cambridge Economic History of Europe*, III, Eds., E. E. Rich, M. M. Postan e Edward Miller (Cambridge: University Press, 1963), 61.

favoreceu o desenvolvimento de Génova, por ser o ponto de ligação entre estas duas áreas e ponto de partida e chegada dos cruzados.

Em 1244, Jerusalém foi tomada pelos muçulmanos⁹⁰, começando assim a retirada dos ocidentais do Médio Oriente, que culminou em 1291, com a queda de Acre. A restauração do poder muçulmano no Médio Oriente e do bizantino no Próximo Oriente, nos finais do século XIII, foi seguida pelo início das hostilidades entre a França e a Inglaterra, que ocorreram nos finais do mesmo século e princípios do século XIV⁹¹.

Para os europeus, o Mediterrâneo Central tornou-se ponto nevrálgico, sendo que o grande momento deste mar se viveria nas três últimas décadas do século XIII e nas três primeiras do século XIV. Génova e Barcelona, ambas situadas às portas de entrada do Mediterrâneo central, para o sul de França, conheceram o maior esplendor em toda a sua história. As feiras de Champagne chegaram também ao seu apogeu e parece que tudo na Europa dependia da riqueza que circulava neste espaço do Mediterrâneo Central⁹². A centralidade desta parte da Europa terá contribuído igualmente para a deslocação do Papado de Roma para Avinhão, (1305-1378)⁹³.

Enquanto os historiadores se esforçam para encontrar algum testemunho vago sobre a presença genovesa na costa atlântica, mesmo que se trate dum barco ou navio⁹⁴, a verdade é

⁹⁰ René Grousset, *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*, (Paris: Perrin, 1936), III, 418-419

⁹¹ May McKisack, *The Fourteenth Century 1307-1399* (Oxford: Clarendon Press, 1959), 105-126.

⁹² Génova, “parecia nesse momento ser o líder do ímpeto marítimo europeu.”. Michel Mollat du Jourdin, *Europe and the Sea*, trad. do francês, (Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1993), 61. Com razão G. Bois, chama a França «a China de Europa» deste tempo. Guy Bois, *La gran depresión medieval. Siglos XIV-XV. El precedente de una crisis sistémica* (Valencia: Universitat de València, 2001), 67. Racine, «I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne alla fine del Duecento», 479-480

⁹³ Em 1309 o arcebispo de Bordeaux, eleito em 1305 Papa, Clement V deslocou a cúria papal para Avinhão. Denis Hay, *The Italian Renaissance*, 59. Avinhão está situado no lado esquerdo da Rona que “est la seule percée naturelle qui fasse communiquer l’Europe du Nord et l’Europe du Midi». Yves Renouard, *Les relations des Papes d’Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 a 1378* (Paris : E. de Boccard, 1941), 99.; Guillaume Mollat, “The Popes of Avignon and the Great Schism” in *The Cambridge Medieval History*, VII, 270-27, explica a deslocação com a confusão que naquela altura se vivia na Itália.

⁹⁴ Sobre este assunto veja-se também A. Santamaria Arández, “La reconquista de las vías marítimas”, *Anuario de Estudios Medievales*, 10, (1980): 63-69 ; R. S. Lopez, “Majorcans and genoesees on the North Sea route in the thirteenth century”, *Revue Belge de Philologie et d’Histoire* 29, (1951): 1163-1179.

que os mesmos genoveses desde há muito que haviam passado o Bósforo e fundado as suas colónias no mar Negro⁹⁵. Os catalães também não lhes ficaram atrás⁹⁶. Nesta conjuntura, tendo em conta que a revolução comercial já tinha chegado ao seu pleno desenvolvimento nos séculos XII e XIII⁹⁷, tendo os mercadores europeus chegado até à Pérsia, Índia, e China⁹⁸, podemos observar a marginalidade de Portugal nos circuitos comerciais extra-peninsulares⁹⁹. A integração comercial entre a Europa e o Oriente foi tal que muitos autores, embora com uma dose de exagero, explicam a crise dos finais da Idade Média com a ruptura deste mega-sistema comercial, euro-asiático, causado pelo aumento da instabilidade nas rotas da Ásia¹⁰⁰.

Os testemunhos da presença de Portugal no comércio internacional extra-peninsular para o século XIII, até a década de 90, são tão raros e dispersos que os autores que têm tentado argumentar que a continuidade progressiva linear desta presença se limitou a testemunhos indirectos e muito dispersos cronologicamente. Mesmo se incluirmos neste panorama os testemunhos de contactos comerciais dos mouros do Algarve, o quadro não se altera significativamente¹⁰¹. Os testemunhos de comércio internacional de Portugal são, pois,

⁹⁵ Adrian Niculescu, *Vénitiens et génois, acteurs de la colonisation dans les Pays roumaine, et aux bouches du Danube aux XIVe et XVe siècles*, in *Le partage du monde: échanges et colonisation dans la Méditerranée médiévale*, ed. Michel Balard et Alain Ducellier (Paris: Publications de la Sorbonne, 1988), 233.; Para compensar o declínio do mercado egípcio os genoveses e os venezianos voltam-se para o Mar Negro. Robert-Henri Bautier, « L'or et l'argent en occident de la fin du XIII^e siècle au début du XIV^e siècle », in *Académie des Inscriptions et Belles Lettres. Comptes rendus des séances*, ann. 1951, (Paris, 1951), 172.

⁹⁶ J. N. Hillgarth, "The problem of a Catalan Mediterranean Empire 1229-1327", *The English Historical Review*, Suppl. 8, (1975): 42-43.; Num documento de 24 de Janeiro de 1298, Jaime II queixava-se ao seu irmão Fadrique que piratas sicilianos tinham capturado um navio catalão, que transportava algodão da Arménia para os Peruzzi de Florença. J. Lee Shneidman, *The Rise of The Aragonese-Catalan Empire 1200-1350*. Vol. II. (New York e London: New York University Press-University of London Press, 1970), 384.

⁹⁷ Peter Spufford, "Trade in Fourteenth-Century Europe", in *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*, VI, ed. Michael Jones (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 155.

⁹⁸ Kedar, *Merchants in Crisis*, 11.

⁹⁹ No séc. XIII os mercadores do sul, sobretudo da Itália eram "numerosissimi" na Inglaterra. Armando Sapori, *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi* (Firenze: Leo S. Olschki, 1926), 22.

¹⁰⁰ Kedar, *Merchants in Crisis*, 1, atribui mais peso à depressão do comércio da Europa ocidental e ao "colapso dos Estados Mongóis na Pérsia, Turquestão e na China," que segundo ele "pôs um fim aos contactos comerciais entre a Europa e Ásia," do que à Peste Negra, que "levou pelo menos um terço da população europeia".

¹⁰¹ Segundo Benjamin de Tudela nos anos 1170-1180 navios do Algarve iam aos portos de Narbonne, Montpellier e Marselha, "levando frutos e outros produtos das terras sarracenas". Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI. Um percurso de dimensão universal* (Lisboa: Verbo, 1992), 53. Semelhante situação de isolamento testemunha-se também para Castela, embora a cronologia da sua internacionalização trans-pirenaica seja anterior a Portugal. John Fraser Ramsey, *Spain: The Rise of the First*

indirectos e referem-se, não à actividade concreta de mercadores portugueses ou estrangeiros, mas à presença de produtos provenientes provavelmente de fora. Tal se exemplifica com uma lei de D. Afonso III, de 1253¹⁰², uma ementa de mercadorias, datada entre 1223 e 1279¹⁰³, e uma carta de D. Dinis, de 1287¹⁰⁴.

A este conjunto acresce um documento do reinado de D. Afonso IV, mas que trata de assuntos pendentes desta época, emitido em 21 de Dezembro de 1347, onde consta que os italianos da companhia da Pistoia tinham emprestado dinheiro ao concelho de Lisboa nos finais do século XIII¹⁰⁵. Provavelmente, tratava-se da companhia de Ammannati de Pistoia, que fora encarregada por Martinho IV (1281-1285) de recolher, em Portugal, as dízimas pertencentes ao Papado¹⁰⁶. Entretanto, esta última situação não deixa claro se a dívida se relacionava com alguma representação da respectiva companhia em Lisboa¹⁰⁷.

Um dos factores que tem prejudicado o entendimento da expansão económica de Portugal na Idade Média é a tendência para ver esta expansão como um processo linear, ininterrupto, ou

World Power (University of Alabama: The University of Alabama Press, 1973), 100.; Claudio Sanchez-Albornoz, *Spain, a historical enigma*, II, (Madrid: Fundacion Universitaria Espanola, 1975), 737.

¹⁰² Notícia dada por Yves Renouard, “Les relations du Portugal avec Bordeaux et la Rochelle, au Moyen-Âge”, *Revista Portuguesa da História* 6, (1955): 239-255, mencionando sete mercadores portugueses nesta cidade. Neste caso também acontece que esta presença se insere no quadro da guerra do rei inglês contra o rei de França. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 2.^a ed. (Lisboa: Verbo, 1978), 211-212.; Veríssimo Serrão, *Portugal e o mundo*, 53.

¹⁰³ Além da lei de 1253, outros imprecisos testemunhos que constituem a base de dados deste comércio, são uma lista das coisas que entravam pelo porto de Atouguia, cuja data se pode balizar entre 1223 e 1279, e que “enumera panos estrangeiros, armas, madeira, metais, matérias-primas e artefactos de incontestável proveniência estrangeira” (*DP*, I, p. 11). Rau, *Estudos sobre a história do sal*, 102

¹⁰⁴ Por carta de 9 de Junho de 1287, D. Dinis, concedeu à Rainha D. Isabel os direitos de tudo quanto entrasse pelo porto de Salir, “excepto dos panos de cor, armas miúdas, ouro, prata, pimento, açafão, ferro tirade, aço, chumbo, estanho e cobre, que bem se nos afiguram não serem de cepa portuguesa. (*DP*, I, p. 20), Rau, *Estudos sobre a história do sal*, 102.

¹⁰⁵ “Alegara o concelho o pagamento da referida dívida em certa arrecadação, por ele feita nos contos, em 16 de Junho de 1296”. *DP*, *Sup. ao vol. I.*, pp. 30-31; Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Suplemento do tomo IV da *Revista Portuguesa de História*, (1951): 8.; Mattoso, *História de Portugal*, II, 254.

¹⁰⁶ Saporì, *Le Marchand italien*, LII; Virgínia Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no séc. XV: os Lomellini”, in *Estudos de História, I, Mercadores, Mercadorias e Pensamento económico* (Lisboa: Verbo, 1968), 14.; Robert Davidsohn, *Storia di Firenze*, III (Firenze: Sansoni, 1960), 300; Trata-se do primeiro indício conhecido de uma intervenção financeira italiana. María José Lagos Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal pendant le Moyen Âge”, in *Actas del I Congreso Internacional de Historia Mediterránea, La Península Ibérica y el Mediterráneo centro-occidental (siglos XII-XV)* (Barcelona: CSIC, 1980), 350.

¹⁰⁷ *DP*, vol. I, p. 75-76, doc. 68.

seja, em termos de evolução gradual¹⁰⁸. Podemos denominar esta aborgadem de estruturalista, ou seja, que tenta explicar a expansão portuguesa através da evolução estrutural do país¹⁰⁹. Neste contexto, só se tem dado importância à procura das evidências desta expansão nesta evolução linear e contínua. Isto levou a uma preocupação descritiva, dentro duma *histoire evenementielle*,¹¹⁰ duma *histoire immobile* ou dum *geographical time*¹¹¹ que, por seu lado, conduziu ao menosprezo da componente explicativa ou analítica.

Na explicação desta expansão esqueceu-se que a falta de testemunhos do comércio, num certo período, também pode ajudar à compreensão do momento histórico¹¹². O esquema da evolução linear presume um período inicial, no qual os dados são ínfimos, em comparação com os períodos sucessivos, um período intermédio, em que existem mais dados e um período de pleno desenvolvimento. Todos descrevem dois períodos, nos quais as evidências são muitas. Mas o problema é que estes dois períodos não são sequenciais, mas estão separados por um tempo, nomeadamente o século XIII, para o qual há muito menos dados¹¹³.

¹⁰⁸ José Mattoso, “Breves reflexões sobre o início dos descobrimentos portugueses”, in *Fragments de uma composição medieval* (Lisboa: Estampa, 1987), 297-298.

¹⁰⁹ Um exemplo: “Portuguese contact with Africa dates back to the twelfth century. The raids then launched against the coast of Morocco represent the first stage in what has been called “the inversion of the Muslim conquest of the Iberian peninsula. By the fourteenth century the Portuguese were established as a considerable naval power. Then in 1415 occurred the decisive event that marks the opening of the great phase of Portuguese expansion, the capture of the Moroccan port of Ceuta”. E. W. Bovill, *The Golden Trade of the Moors* (London: Oxford University Press, 1968), 114.

¹¹⁰ “*histoire evenementielle*, a compilação cuidadosa de dados factuais, principalmente políticos, sobre sucessivos reinados e regimes, sem lugar para generalizações sobre o comportamento humano ou social. *Essays* in Cameron et alii, *French Economic History*, 3.

¹¹¹ Cohn, *Creating the Florentine State*, 8.

¹¹² Para preencher com dados este espaço estéril das relações de Portugal com outras partes da Europa, vários autores tiveram que recorrer a dados não muito claros e definidos, como é, por exemplo, a menção dos produtos, que se inventariaram em Portugal neste século, sem porém dar testemunhos das vias como é que estes produtos chegaram a Portugal. Este método é geralmente usado na arqueologia e o facto de se recorrer a este método é evidência da falta de dados. Luís Adão da Fonseca, *O essencial sobre o Tratado de Windsor* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986), 40-41, afirma que «em vários diplomas da época, cujo texto chegou ao nosso conhecimento, são indicados muitos desses produtos»; Filipe Themudo Barata *Comércio e navegação de Portugal com o Levante Peninsular, (1280-1415). Subsídios para a história do comércio externo português medieval*, (Évora: 1987), 4-5, observa que «se temos uma ideia geral dos produtos que se comercializavam, não conhecemos praticamente nada de quem o fazia e muito menos de como o fazia».

¹¹³ «até meados de século XIV, no conjunto da Europa, Portugal é uma região periférica tudo leva a acreditar numa alteração substancial da conjuntura comercial portuguesa a partir de meados do século XIV ». Luís Adão da Fonseca, “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV”, in *Actas das II Jornadas Luso- Espanholas de História Medieval*, vol. II (Porto, 1987), 550-551.

Os autores que estudaram as relações de Portugal com os países fora da Península encontraram dados relativamente abundantes para o século XII¹¹⁴. E na descrição dessas relações, em virtude da ausência dos dados, ignoraram todo o século XIII e retomaram a informação apenas para o século XIV¹¹⁵. Ora, é certo que foi muito importante o papel dos estrangeiros do Norte até 1217, mas não aconteceu o mesmo no caso da conquista do reino de Algarve, embora estejamos a meio século depois. Segundo a perspectiva da evolução linear, os contactos deveriam aumentar e não diminuir¹¹⁶.

¹¹⁴ Charles Verlinden, “Le problème de l’expansion commerciale portugaise au moyen âge”, *Biblos*, vol. XXIII, t. II, (1947): 461; Filipe Themudo Barata, *Navegação, Comercio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385 – 1464)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian- JNICT, 1998), 185; O Visconde de Santarém, *Corpo diplomatico portuguez. Contendo todos os tratados de paz, de aliança, de neutralidade, de trégua, de commercio, de limites, de ajustes de casamentos, de cessões de território e outras transacções entre a corôa de Portugal e as diversas potências do mundo, desde o principio da monarchia até aos nossos dias*, t. I, *Portugal e Hespanha* (Paris: J. P. Aillaud, 1846), 1, traz para o século XII um documento de 30 de Janeiro de 1168 referente ao casamento da princesa D. Mafalda, filha do rei D. Afonso Henriques, com o rei D. Afonso II de Aragão, e para o século XIII, refere 13 documentos seguidos sobre as relações com Castela, (pp. 2-3 e 8-31) e só recomeçam as relações com a carta de 24 de Abril de 1281, que é uma carta de arras do rei D. Dinis para D. Isabel, filha do rei Pedro de Aragão, (*ibid*, pp. 31-33).

¹¹⁵ Verlinden traz dados para o século XII e passa logo para os inícios do século XIV, sublinhando para o século XIII a possibilidade de os portugueses terem estado presentes nas feiras de Champagne, utilizando os caminhos terrestres. Verlinden, *Le probleme de l’expansion commerciale*, 461; O Visconde de Santarém menciona uma referência vaga para o ano 1211 sobre os navios «das nações estranhas» que tinham sido sujeitos a algum perigo no mar e a seguir, refere uma carta de Afonso III, de 17 de Março de 1254, que manda que os navios que viessem de França ou de Rochella ao Douro descarregassem metade em Gaia e metade no Porto. Depois recomeça só no ano de 1369. Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, tomo I, secção II (Paris: J. P. Aillaud, 1842), 20-21; Edgar Prestage, *A aliança anglo-portuguesa* (Coimbra: Publicações da Biblioteca da Universidade, 1936), traz dados para o século XII (pp. 5-6) até aos princípios do séc. XIII e salta também todo o século XIII, sem mencionar os reinados de D. Sancho II e de D. Afonso III, recomeçando no reinado de D. Dinis quando «a correspondência entre os soberanos dos dois países tornou-se mais frequente», (*ibid.*, 7).; Braacamp Freire da mesma maneira menciona que o caso de 1194, referenciado por E. Van den Bussche, *Flandres et Portugal* (1874), 47, quando “era esperado em Brujes, onde não chegou por haver naufragado, um navio português carregado de melaço, azeite e madeira; e cem annos depois mandava D. Dinis expedir a notavel carta de 10 de maio de 1293” Anselmo Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, *Arquivo Historico Portuguez* 4, (1908): 323- 324.

¹¹⁶ “parece não ter havido nenhuma atividade comercial inglesa em Portugal, no século XIII, apesar das viagens anteriores de cruzados e atividade portuguesa em Inglaterra também parece ter sido baixa no início do século.” Wendy R. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, *The Age of Richard II*, ed. James L. Gillespie (Stroud and New York: Sutton, St. Martin’s Press, 1997), 28-29. Ao contrário, as relações entre Inglaterra e Castela, no séc. XIII, sobretudo depois do tratado de 1254, conhecem uma fase de “idade de ouro”. Esta “idade de ouro” nas relações entre Portugal e Inglaterra, vai se verificar só nos inícios do séc. XV, influenciado pela “guerra dos cem anos” entre Castela e Inglaterra (1369-1467). Anthony Goodman, “England and Iberia in the Middle Ages”, in *England and her Neighbours, 1066-1453, Essays in Honour of Pierre Chaplais*, eds. Michael Jones e Malcolm Vale (London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989), 94-95. A. Ballesteros Beretta, *Alfonso X El Sabio* (Barcelona: Salvat Editores, 1963), 99. Como diz Verlinden, *Le problème de l’expansion commerciale*, 454, «Il semble que l’on passe sans transition d’un moyen âge agricole et guerrier à un monde moderne plein de bruit des exploits merveilleux».

A conquista do sul do Alentejo e do Algarve, entre 1232 e 1249, teve que contar só com as forças portuguesas¹¹⁷. Neste século, as relações externas de Portugal limitavam-se às relações com Leão e Castela¹¹⁸. Este quadro vale sobretudo para os reinados de D. Sancho II¹¹⁹ e D. Afonso III¹²⁰. Também as ligações matrimoniais incidiam nesses reinos, parecendo reflectir a interiorização peninsular de Portugal¹²¹. O casamento de D. João I é o primeiro casamento real fora da Península¹²².

Eduardo Brazão, analisando as relações com o Norte, desde a conquista de Lisboa até à tentativa de casamento de João Sem Terra, afirma: «Mas a vida interna de Portugal e da Inglaterra fazia-os afastarem um do outro durante meio século, até D. Dinis.»¹²³. J. Polhe também não encontrou factos dignos de menção sobre eventuais contactos dos alemães e dos portugueses para o século XIII e, por isso, de 1217 salta para a segunda metade do séc. XIV¹²⁴. Também Veríssimo Serrão não registou vestígios de estrangeiros do Norte, até à conquista de Alcácer do Sal¹²⁵.

O quadro das relações externas de Portugal, traçado durante os reinados de D. Sancho II e D. Afonso III, começa a alterar-se durante o reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII. Neste caso, as relações externas portuguesas passaram de um âmbito castelhano, para um

¹¹⁷ *História de Portugal*, dir. Mattoso, II, 123-124.

¹¹⁸ Veja-se para o reinado de Sancho II, *História de Portugal*, dir. Mattoso, II, 125-126. No caso do Conde de Bolonha, o futuro Afonso III, não parece que estas linhas tivessem ido mais além de Castela e do Papado. (*ibid.*, pp. 130-132). As mesmas linhas de relacionamento continuam no reinado de Afonso III. (*ibid.*, pp. 136-138). Nesta obra, o capítulo dedicado às relações externas do país no tempo de Afonso III intitula-se significativamente «As relações com o reino de Castela», *ibid.*, pp. 136-139.

¹¹⁹ Depois de ter fugido de Portugal por causa da guerra com o seu irmão, o conde de Bolonha, refugiou-se em Castela, tendo morrido em Toledo. *Crónica de los estados peninsulares*. Texto del siglo XIV, Estúdio preliminar, edición e índices por Antonio Ubieto Arteta (Granada: Universidad de Granada, 1955), 100.

¹²⁰ Este também ficou na mesma orbita, tendo casado com a filha do Alfonso X de Castela. *Crónica de los estados peninsulares*, p. 101.

¹²¹ “A partir de D. Afonso II, os monarcas portugueses escolhem as esposas nos reinos peninsulares”. Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI*, 28.

¹²² No entanto, “durante a primeira dinastia, não houve alianças matrimoniais entre as duas coroas”. Veríssimo Serrão, *Portugal e o mundo*, 30.; Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée” 345.

¹²³ Eduardo Brazão, *Uma velha aliança* (Lisboa: APH, 1955), 14 e 33.

¹²⁴ Jürgen Pohle, *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*, vol. 2, (Münster: Lit, 2000), 17-18.

¹²⁵ Serrão, *História de Portugal*, I, 190-191.

âmbito mais vasto, ou seja peninsular¹²⁶, mas ainda não extra-penisular. O novo factor é trazido pelo relacionamento trilateral, Portugal-Castela-Aragão¹²⁷, substituindo o quadro estritamente bilateral luso-castelhano do século XIII.

Esta cronologia das relações portuguesas com os países não-fronteiriços é válida tanto para os países do Norte, como para os do Mediterrâneo¹²⁸. Adão da Fonseca explica esta marginalidade de Portugal, por estar inserido no espaço económico das regiões atlânticas situadas mais a norte, mas colocado no extremo sul deste espaço marítimo, que o autor qualificou de Atlânco Plantageneta¹²⁹. Filipe Th. Barata reconheceu a importância do casamento de D. Dinis com D. Isabel de Aragão, no entanto afirma que durante este reinado «a presença de portugueses nos domínios aragoneses aparece quase como irrisória»¹³⁰.

¹²⁶ O seu casamento com a filha de Pedro de Aragão, e irmã de Jaime I, é bastante significativo. *Crónica de los estados peninsulares*, p. 101. Mattoso, *História de Portugal*, vol. 2. Mais um capítulo intitulado significativamente «O papel de D. Dinis na política peninsular», pp. 149-153.

¹²⁷ A crónica do século XIV descreve o impacto que teve D. Dinis nas relações peninsulares. *Crónica de los estados peninsulares*, pp. 101-103.

¹²⁸ Verlinden, *Le problème de l'expansion commerciale*, 459. Barata, *Comércio e navegação*, 16-17.

¹²⁹ Fonseca, *As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares*, 550; Luís Adão da Fonseca, *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV* (Lisboa: Inapa, 1991), 13-14, afirma que «até finais do século XIII, as navegações atlânticas processavam-se como se a costa portuguesa não fosse mais que uma «finisterra», uma terra in remotis mundi finibus, expressão utilizada pela chancelaria de Urbano IV. Luís Adão da Fonseca, *O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)*, Sep. da *Revista de História* 3, (1982): 9.

¹³⁰ Barata *Comércio e navegação*, 116-117.

1.2.D. Dinis e o conflito anglo-francês de 1294-1303

Embora a Guerra dos Cem Anos tenha começado uma década depois da morte do Rei Lavrador¹³¹, durante os anos do seu reinado vamos ver muitos dos padrões do comportamento político e da política comercial que iriam caracterizar a acção dos reinos durante a Guerra dos Cem Anos¹³². O conflito anglo-francês dos finais do século XIII, em muitos aspectos parece como que uma miniatura da Guerra dos Cem Anos¹³³. Nesta guerra, tal como iria acontecer posteriormente, ambos os países tentaram envolver outros estados através de alianças políticas e de privilégios comerciais. Tal como mais tarde, os assuntos da Gasconha, da Flandres¹³⁴ e da Escócia¹³⁵ estavam na essência do problema¹³⁶.

Nesta última década do século XIII¹³⁷, exactamente quando a situação política no Mar do Norte começou a perturbar-se, o reino português entrou de novo na órbita dos interesses políticos ingleses e dos interesses comerciais dos condes da Flandres¹³⁸. Portugal começou a sair da sua marginalização no âmbito europeu, característica do século XIII, passando a ser

¹³¹ De 1214-1294 não houve grandes guerras na Europa, este foi o século da longa paz. Cantor, *The civilization of the Middle Ages*, p. 476. Há quem veja no conflito anglo-francês dos finais do século XIII o início da Guerra dos Cem Anos. Claster, *The Medieval Experience*, 355; Por seu lado Pirenne, *A History of Europe*, 426, também vê os acontecimentos de 1337 e posteriores como a continuação da guerra dos finais do século XIII.

¹³² “Foi durante os dias do rei Diniz que as relações de Portugal com a Inglaterra começaram a tomar a forma daquela, que viria a tornar-se a associação mais duradoura da história da Europa”. Pattee, *Portugal*, 57.

¹³³ Nalgumas zonas como o Bordelais, a guerra tornou-se quase endémica desde 1294. Edouard Perroy, “At the Origins of a Contracted Economy: The Crises of the 14th Century”, in *Essays in French Economic History*, ed. Rondo Cameron (Georgetown, Ontario: Irwin-Dorsey, 1970), 91; Só a preocupação de Edward I com Gales e Escócia, e a resistência eficaz dos flamengos contra a agressão francesa, preveniu que a Guerra iniciada em 1294, se tornasse num conflito decisivo. Ferguson, *Europe in Transition*, 182.

¹³⁴ Vale, “Origins of the Hundred Years War”, 205.

¹³⁵ As origens da aliança franco-escocesa contra a Inglaterra remontam a 1295. *Foedera*, I, ii. 822.; Vale, “Origins of the Hundred Years War”, 203.

¹³⁶ Edward III seguindo o exemplo de Edward I, tentou obter a aliança dos principados dos Países Baixos e dos estados alemães. Pirenne, *A History of Europe*, 426; Depois de 1290 a política inglesa estava condicionada pelos assuntos da Escócia. Em 15 de Julho de 1293, John Balliol, o rei escocês assinou um acordo de amizade com a Flandres, e em 5 de Julho de 1295 assinou a um tratado de aliança com a França. Paul Bonenfant, “Actes concernant les rapports entre les Pays-Bas et la Grand-Bretagne de 1293 à 1468 conservés au château de Mariemont”, *Bulletin de la Commission royale d’histoire* 109, Bruxelles, (1945): 54-55.

¹³⁷ Sobre as relações entre Portugal e o Mar do Norte antes deste tempo, especialmente para os séculos XII-XIII, veja-se: Childs, “Anglo-Portuguese Relations”, 27-29; Armando Marques Guedes, *A Aliança inglesa (notas de história diplomática, 1383-1943)*, (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1943).

¹³⁸ Childs, “Anglo-Portuguese Relations”, 29-30.

cada vez mais visitado por navios e mareantes estrangeiros¹³⁹. Um processo que, tradicionalmente, se tem relacionado com a “inauguração” da rota marítima da Flandres. A internacionalização do comércio português, nesta última década do século XIII, segue de perto a internacionalização das relações políticas do reino no âmbito da problemática do golfo de Biscaia e do Canal da Mancha. A importância do conflito anglo-francês entre os anos 1294-1303, em relação com a Península, foi sublinhado por Teófilo F. Ruiz¹⁴⁰, sobretudo quanto toca às relações comerciais¹⁴¹. Também Wendy R. Childs, relaciona a problemática do conflito anglo-francês de 1294-1303, com os desenvolvimentos comerciais¹⁴².

Neste período, multiplicaram-se os testemunhos da presença dos portugueses no contexto extra-peninsular, sobretudo no Mar do Norte¹⁴³. Neste mesmo tempo, a importância dos mercados franceses começou a declinar rapidamente, devido aos problemas políticos¹⁴⁴. A novidade destes testemunhos, para Portugal, reside no facto de já não se tratar simplesmente da presença de mercadorias importadas, de fora da Península¹⁴⁵, mas da presença de mercadores concretos.

¹³⁹ Verlinden, *Le problème de l'expansion commerciale portugaise*, 455.

¹⁴⁰ Com a morte de Sancho IV em 1295, a paz entre Castela e a França chegou ao fim. Teófilo F. Ruiz, “Castilian merchants in England 1248-1350”, in *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*, eds. W. C. Jordan et al. (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976), 174.

¹⁴¹ Entre 1248 e 1350, os mercadores castelhanos visitaram a Inglaterra quase todos os anos, embora a área mais importante para Castela era a Flandres, onde só durante o ano 1293-1294, os castelhanos importaram cerca de um milhão maravedis em panos flamengos. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 175-176.

¹⁴² “As relações comerciais saudáveis entre Inglaterra e Castela perturbaram-se em 1293 e a aliança de Sancho IV com a França durante o seu conflito com Eduardo I sobre Gasconha renunciou os problemas da Guerra dos Cem Anos” Wendy R. Childs, *Anglo-Castilian trade in the later Middle Ages* (Manchester: Manchester University Press, 1978), 5.

¹⁴³ Veiga Simões, “A Flandres, Portugal”, 36; Saul António Gomes, “A Estruturação social” in, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.), *Nova História de Portugal*, volume III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV* (Lisboa: Presença, 1996), 378.

¹⁴⁴ Em 1294, Edward necessitando de meios financeiros, tinha sequestrado uma quantidade considerável de lã na Inglaterra com a intenção de a transportar para o Continente. Mas a Flandres estava sob o controlo da França e os seus mercados estavam inacessíveis. Nelly Johanna Martina Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England from the Late 13th Century to the Close of the Middle Ages* (Leiden: E. J. Brill, 1954), 6.

¹⁴⁵ Lei de 26 de Dezembro de 1253. «Item mando et defendo quod nullus Mercator de extra regnum saquet merchandiam de regno nisi duxerit aliam pro illa que se ualeat cum illa». (*Leges et consuet.*, I, p. 194); Rau, *Estudos sobre a história do sal*, 102.

O aparecimento de Portugal no teatro da política internacional, sobretudo chamando a atenção da Inglaterra e da Flandres, deve ser relacionado com a guerra anglo-francesa dos anos 1294-1303¹⁴⁶. Este momento coincide também com o início do declínio das feiras internacionais de Champagne¹⁴⁷. A geografia da deslocação dos agentes comerciais das maiores companhias italianas de França para o Mediterrâneo ocidental e Península Ibérica mostra que este conflito foi o primeiro golpe no papel desempenhado pelas Feiras de Champagne¹⁴⁸. O conflito, tal como iria acontecer mais tarde, iria afectar principalmente o comércio, não só das partes¹⁴⁹, mas também dos outros estados do continente.

Ao conflito anglo-francês juntava-se uma conjuntura geopolítica muito semelhante à dos anos de 1370, “as guerras e discórdias entre os súbditos del-rei de Inglaterra e os do rei de Castela”. Neste contexto se insere a criação do *fundo* de 100 marcos de prata pelos

¹⁴⁶ Sobre este conflito que precede a Guerra dos Cem Anos veja-se: J. A. Wagner, *Encyclopedia of the Hundred Years War* (Westport: Greenwood Press, 2006), 9-11; A guerra com a França começou oficialmente com a recusa de Edward I de prestar homenagem ao rei francês em 18 de Junho de 1294. Richard W. Kaeuper, “Royal Finance and the Crisis of 1297”, in *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*, 107.; Luís Adão da Fonseca, “Portugal e o Mediterrâneo no final da Idade Média. Uma visão de conjunto”, in *Portogallo mediterrâneo*. Ed. Luís Adão da Fonseca e Maria Eugénia Cadeddu, (Cagliari: CNR, 2001), 15, sublinha a importância da conquista de Tarifa em 1292 que “como um ponto de ruptura com implicações directas na história de Portugal, em que este reino perde definitivamente a sua condição de “finisterra”. A tradição no entanto pesava tanto que mesmo décadas depois da “inauguração”, em 1323, um documento de Bruges falava sobre os Biscainos e “tous autres Despaigne” que “venans de la Caput finis terre tout comme les Portugalois”. Gilliodts-Van Severen, *Cartulaire de l'ancienne Estaple de Bruges, Recueil de documents concernant le commerce intérieur et maritime, les relations internationales et l'histoire économique de cette ville* (Bruges: Louis de Plancke, 1904), doc. 220, p. 156. Expressão essa que vai desaparecendo nas décadas posteriores de 1330. (Veja-se por exemplo, *Ibid.*, doc. 274, p. 209, 14 de Junho de 1348.); Neste tempo Castela encontrava-se numa posição política difícil, por causa das problemas internos que se têm descrito como guerra civil. Teófilo F. Ruiz, *Spain's Centuries of Crisis 1300-1474* (Malden MA: Blackwell, 2007), 55-56.

¹⁴⁷ Perroy, “At the Origins of a Contracted Economy”, 94-95, que relaciona isto com as depredações fiscais do rei francês, assim como com a abertura das rota transalpinas, e com o início da rota do Estreito.; Em 1303 Filipe o Belo proibiu, a exportação da lã e de colorantes do seu reino para Florença. *Ordonnances des rois de France*, t. 1, p. 381, 420, 424; Louis Félix Bourquelot, *Études sur les foires de Champagne, sur la nature, l'étendue et les règles du commerce qui s'y faisait aux XIIe, XIIIe et XIVe siècles* (Paris: Imprimerie Impériale, 1865), 213; Célestin Port, *Essai sur l'histoire du commerce maritime de Narbonne* (Paris: Durand, 1854), 60 e ss.

¹⁴⁸ Desde 1303, que mercadores de Plasência estavam presentes em Sevilha. A companhia de Pietro Diano, que comerciava nas feiras de Champagne, tinha em Sevilha um fautor”. Robert-Henri Bautier, «Les marchands et banquiers de Plaisance dans l'économie internationale du XII^e au XV^e siècle», in *Il «Registrum magnum» del Comune di Paicenza: Atti del Convegno Internazionale di Studio (Piacenza, 1985)* (Piacenza: 1987): 209.

¹⁴⁹ A maior parte do pastel no séc. XIII provinha do norte da França e quando os bens dos mercadores franceses na Inglaterra foram confiscados no início da Guerra anglo-francesa em 1294. Wendy R. Childs, *The Trade and Shipping of Hull. 1300-1500* (Beverley UK: East Yorkshire Local History Society, 1990), 18.

mercadores portugueses¹⁵⁰, que comerciassem com a Flandres, com a Inglaterra, com a Normandia, com a Bretanha e com Arrochela, com Sevilha e com os portos de África e do Levante¹⁵¹, postura confirmada por D. Dinis em 10 de Maio de 1293¹⁵².

Logo no início da guerra com a França, temos notícia da captura dum navio português por baioneses que o tinham levado para Inglaterra. Porém, dizia-se que, como os portugueses não eram inimigos do rei, o navio devia ser restituído e não danificado¹⁵³. Esta ocorrência deve ter tido como justificação a captura de navios de Gasconha em águas portuguesas, no mesmo ano¹⁵⁴. Por isso, em 15 de Junho de 1293, Edward I de Inglaterra, em carta dirigida ao rei português, queixava-se de serem roubados por portugueses alguns mercadores seus de Baiona. D. Dinis respondeu meses mais tarde, em Janeiro de 1294¹⁵⁵.

O rei inglês prometeu resolver os assuntos relacionados com a captura de navios portugueses¹⁵⁶. Porém, não foi possível chegar a qualquer acordo senão em Fevereiro de 1294

¹⁵⁰ As discórdias entre os ingleses e os castelhanos, impediam os portugueses de embarcarem as suas tripulações ou bens nos navios dos vassallos da coroa inglesa (*Roles Gascons*, III, doc. n.º 2182, p. 89), e causavam danos aos mercadores nacionais, pelo que D. Dinis se viu obrigado a intervir, dando carta de crença a dois enviados seus a Eduardo I de Inglaterra, em 30 de Dezembro de 1294. (*DP*, suppl. I, p. 17; e também *Rôles Gascons*, III, docs. n.º 3425, 3892, 4254, 4978, pp. 246, 292, 340 e 526). Rau, *Estudos sobre a história do sal*, 103.

¹⁵¹ “Trata-se, pois dum movimento de solidariedade e organização económica inteiramente espontâneo e o primeiro em data no país”. Jaime Cortesão, *Obras Completas*, I (Lisboa: Portugália, 1964), 92.

¹⁵² ANTT, *Gaveta 3*, m. 5, nr. 5; *Leitura nova: Extras*, fl. 237; *DP*, doc. 29, p. 22.; Mattoso, *História de Portugal*, II, 254.; Filipe Themudo Barata, “Portugal and the Mediterranean trade: A Prelude to the discovery of the “new world””, *Al-Masaq* 17, 2 (2005): 205-206; “uma instituição, especie de bolsa de comércio”. Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, 324.; Gama Barros, *História da Administração Pública*, IX, 358, X, 208.

¹⁵³ Trata-se duma carta de Edward I ao rei D. Dinis de 15 de Junho de 1293, que Pattee diz “was the beginning of a correspondence that was to have the most fateful consequences for both nations”. Pattee, *Portugal*, 54.

¹⁵⁴ Um documento 15 de Julho de 1293 fala de navios gascões que tinham ido a Portugal buscar estas mercadorias. “... quoad homines terrae nostare, circumventum fuisse; cum cives & mercatores nosti Baionae, in terra portus vestry Ulexbon, bonis suis fuerint publice spoliati..., non de culpa castellanorum, set de sua propria, inculpantur, prout haec nobis plurium assertion patefecit”, *Foedera*, vol. I. pars II., 1816, p. 789; Parece que D. Dinis “lhe tinha escripto declinando inteiramente sobre os Castelhanos a culpa de factos commetidos contra subditos d’Inglaterra; Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 224.

¹⁵⁵ Guedes, *A Aliança inglesa*, 64. Segundo a datação de Santarém, *Quadro Elementar*, XIV, 9, que data de 4 de Janeiro de 1294 a carta de D. Dinis a Edward I, na qual, aludindo a outras cartas recebidas dele relativamente às discórdias entre os súbditos ingleses e os de de Castela, “e de lamentar os prejuizos d’ahi resultantes... declara enviar-lhe, como seus nuncios, João Soeiro, seu clérigo, e Pedro Martins, cidadão de Lisboa. Segundo Barros, trata-se da carta datada de 30 de Dezembro de 1294 no *Foedera*, t. I da 3ª ed., parte 3, p. 141. Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 225-226.

¹⁵⁶ Edward I que na mesma data ratificava as tréguas entre a cidade de Baiona e o rei de Castela (*Foedera*, 3 ed., I, parte 3, p. 119), respondeu ao soberano português em termos muito amigáveis e “mandou aos senescaes e a outras pessoas do ducado que, precedendo investigação da verdade. *Quadro Elementar*, XIV, 8.

e devido à mediação do conde da Flandres. Assim, o rei inglês, a pedido do conde, concedeu salvo-conduto aos mercadores portugueses e castelhanos em 1294, pelo período de um ano¹⁵⁷.

Vemos, na intervenção do conde da Flandres, a forte pressão que existia nos mercados de Inglaterra e Flandres para contornar as consequências que o conflito com a França tinha imposto ao tráfico comercial¹⁵⁸.

O rei inglês pediu que se informassem os baioneses sobre esta concessão de salvo-condutos, de maneira que não se repetissem incidentes semelhantes¹⁵⁹. Mas, por diversas razões, estas diligências “não tinham surtido ainda em abril de 1294 o efeito que se desejava”¹⁶⁰. Por isso, o rei inglês pediu aos portugueses para não carregarem as suas mercadorias em navios castelhanos, nem transportarem no seus navios mercadorias de castelhanos, enquanto não se resolvesse o conflito entre baioneses e castelhanos¹⁶¹.

Em Janeiro de 1295, no entanto, dizia-se que os agressores tinham vendido as mercadorias do navio, pelo que foi ordenado aos bailios de Portsmouth que restituissem as ditas mercadorias¹⁶². Em 30 de Outubro de 1295, foi a vez de Edward I se queixar, de novo, em

¹⁵⁷ “luy nobles homes, le conte Flandre, marchischands & des mariners de Espaigne, e de Portugal, nous ad prie & requisque, pour le profist de nos, & de luy, & de nos terres...” *Foedera*, vol. I. pars II., London, 1816, p. 797.; Trata-se duma carta de Edward I de 17 de Fevereiro 1294. Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 225.; Sanchez-Albornoz, *Spain, a historical enigma*, II, 737.

¹⁵⁸ Em 1296 foi criada a Hermandad de la Marina de Castilla, que agrupava sete portos do Cantâbrico. Tinha como objectivo também “para guardar las enemistades del reino de Castilla con el Inglaterra, Bayona y Flandes, en el contexto del inicio de la guerra entre Francia e Inglaterra desde 1294.” Jesús Ángel Solórzano Telechea, “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular en la Edad Media”, in *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*, I, dirs., M.^a Isabel del Valdivieso, Pascual Martínez Sopena (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2009), 494; *Historia social y economica de España y America*, dir., Jaime Vicens Vives (Barcelona: Teide, 1957), II, 191.

¹⁵⁹ Pede o rei Edward I aos reis de Castela e Portugal que os subditos da Inglaterra recebam desses soberanos salvos-conductos semelhantes. *Foedera*, I, parte 3, p. 126; *Quadro Elementar*, XIV, 11.

¹⁶⁰ Em 23 de Abril de 1294, celebrava-se um pacto, entre Portugal e Inglaterra, regulando a maneira de pôr cobro às graves dissensões existentes entre os ingleses e baioneses com os de Portugal. Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 225-226.

¹⁶¹ “reclamaram os enviados de Portugal, por não abundarem as embarcações que transportassem as mercadorias dos seus nacionaes a terras e logares diversos, que os homens de Baiona ou d’outro dominio inglez lhes ministrassem por aluguer os seus navios. *Foedera*, I, 3.^a parte, p. 128; *Quadro Elementar*, XIV, p. 13. Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 227.

¹⁶² Depois disto os portugueses “provavelmente julgaram mais conveniente ficar longe de Inglaterra até à emissão de salvo-condutos em 1297”. T. H. Lloyd, *Alien Merchants in England in the High Middle Ages* (Brighton: The Harvester Press, 1982), 162-163; Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 30; Esta negociação estava terminada no decurso do anno de 1295. O rei inglês mandou que se

relação a um mercador de Baiona, que se tinha dirigido às partes de África para comprar mercadorias e, no regresso, tendo-se acolhido a Lagos para fugir ao temporal, fora capturado por alguns navios de Lisboa para onde levaram o seu navio¹⁶³. Em 1297, na Corunha, “um grupo de galegos e aragoneses estabelece um acordo com portugueses¹⁶⁴, e neste mesmo ano, os concelhos da costa cantábrica reuniram-se, decidindo o envio de homens de armas que seriam colocados ao serviço de França¹⁶⁵. Também os mercadores italianos, que comerciavam com a Inglaterra e com a França, estavam desejosos que o conflito terminasse, porque aparentemente ameaçava o “statu quo” que haviam estabelecido na Europa¹⁶⁶.

Em começos de 1297, em Lisboa ocorreu um conflito, que originou mortos e feridos, entre portugueses e mercadores e marinheiros de uma frota composta por cerca de 30 naus, oriunda de diversos portos galegos¹⁶⁷. O impulso, ou a necessidade comercial, que levava os mercadores baioneses a comerciar com terras tão longínquas¹⁶⁸, deslocando-se para o sul até ao Mediterrâneo, parece que incentivou também os mercadores portugueses. Além de tentarem impedir a expansão dos baioneses no Mediterrâneo, através de actos de pirataria,

devolvessem certas mercadorias recentemente arrestadas de alguns portuguêses, em navios de dois comerciantes de Londres e que se libertasse o navio, que havia sido apreendido em Portsmouth.

¹⁶³ O dano causado foi estimado em 700 libras e o rei inglês pede uma carta de marca contra os portugueses, para indemnizar o mercador baionês Bernard Donressili. Guedes, *A Aliança inglesa*, 65. Em 1295 a frota francesa do Mediterrâneo chegou no Canal da Mancha via Gibraltar, e saqueou as Ilhas do Canal, Dover, Wichelea e Hythe. N. A. M. Rodger, *The Safeguard of the Sea. A Naval History of Britain* (London: Harper Collins, 1997), 82. Prestwich, Edward I, 383.

¹⁶⁴ Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal”, 347. Neste mesmo tempo “encontram-se notícias de comerciantes de Baiona, aragoneses e catalães em Lisboa”. Mattoso, *História de Portugal*, II, 254.

¹⁶⁵ Solórzano Telechea, “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica”, 494.

¹⁶⁶ “Auemo inteso per lettera di francia chella pace e achordia e fatto tralle rei di Francia allo rei... dicioe auemo ghrande aleghressa laude e ghrasia dabia deo e lui preghiamo lameta tra li fiaminghi e lo rei di francia e in tute altre parti laue Guera ae amen domino” Carta da companhia de Riccardi de Lucca aos representantes em Londres, TNA, SC 1/58/20A-D, 12 de Abril de 1303; George Holmes, “A Letter from Lucca to London in 1303”, in *Florence and Italy. Renaissance Studies in Honour of Nicolai Rubinstein*, ed. Peter Denley e Caroline Elam, (London:University of London, 1988), 231.

¹⁶⁷ DP, supl. ao vol. I, n.º 15, pp. 21-25; Marques, in *Nova História de Portugal*, III, 517.

¹⁶⁸ Na véspera do conflito anglo-francês foi acordada uma trégua entre os gascões e Castela em 1293, mas foi inviabilizada com o início do conflito. A partir deste momento, a presença castelhana na Inglaterra diminuiu e os castelhanos desaparecem dos *London letter books* e *recognisance rolls*. Childs, *Anglo-Castilian trade*, 17.

eles próprios começaram a frequentar as costas mediterrânicas¹⁶⁹. Em 1310, temos notícia da concessão colectiva de Filipe, o Belo, de França, aos mercadores portugueses de Harfleur¹⁷⁰.

Em 1298, nas negociações entre Portugal e Inglaterra, “se chegou a um tratado de comércio e amizade, e até de mútuo auxílio, de que eram excluídos os Castelhanos”¹⁷¹. Assim, Edward estava a tentar incluir Portugal numa coligação pro-inglesa, utilizando não só contactos diplomáticos, mas também os privilégios comerciais¹⁷². Logo depois deste conflito, a exportação da lã inglesa conheceu o seu nível mais alto, chegando a exportar-se uma média de 41 mil sacos, durante os anos de 1304-1309¹⁷³. A Carta Mercatória de 1303, que regulava

¹⁶⁹ Em 1303 regista-se a actividade de «três galeres groses e tres lenys de Portugal» que exercitavam corso perto de Málaga e há notícias de duas cocas que chegam em Maiorca em 1321, de uma em 1324, de 5 em 1332 e 2 em 1340. AHM, *Lletres Reials*, I, 44, 45 e 47; F. Sevillano Colon, “De Venecia a Flandes (Via Mallorca y Portugal, siglo XIV)”, *Boletín de la Sociedad Arquelógica Luliana*, vol. XXXIII, n. 808-809 (Palma: 1968): 27-28.; Parece que Oliveira Marques fala deste caso quando diz que em 1303, “foi capturada na costa levantina de Espanha um navio português. Oliveira Marques, in *Nova História de Portugal*, III, 518.

¹⁷⁰ Mattoso, *História de Portugal*, II, 254. Em Janeiro de 1290, o mesmo rei, concede privilégios aos portugueses em Harfleur. DP, *supl. I*, n.º 301; Saul António Gomes, “A Estruturação social”, in *Nova História de Portugal*, dirs., Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, III, 382.; Serrão, *História de Portugal*, I, 212.

¹⁷¹ Carta de Edward I de 23 de Abril 1298. Guedes, *A Aliança inglesa*, 64-65.; Em 1299 a maior companhia italiana actuando na Inglaterra, os Ricciardi de Lucca estava a beira da bancarrota. Ignazio del Punta, “Principal Italian banking companies of the XIIIth and XIVth centuries: a comparison between the Ricciardi of Lucca and the Bardi, Peruzzi and Acciaiuoli of Florence”, *The Journal of European Economic History* 33, no. 3, (2004): 657-658. Em 1299 Domingo Gonsalves de Lisboa exportava para Sandwich amêndoas e figos. *Customs Accounts*, 124, no. 5.; L. F. Salzman, *English Trade in the Middle Ages* (Oxford: Clarendon Press, 1931), 412.

¹⁷² Em 1299, os territórios holandeses foram colocados sob o pro-francês, Jean d’Avesness, conde de Hainault. Portanto “este condado foi, perdido para a confederação anti-francesa que o rei inglês tinha a esperança de organizar no Continente”. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 8. Também o Imperador “foi absorvido pelos assuntos da Alemanha e nunca respondeu aos compromissos da sua aliança inglesa”. As ligações comerciais continuaram, por inércia também depois do conflito. Assim, no ano 1304-1305, deu entrada no porto de Sandwich, um navio português. *An account of the new custom on goods exported or imported by aliens, collected in the port of Sandwich (and members)*, 29. 09. 1304- 28. 09. 1305, TNA, *KR Customs*, 124/13, Norman Scot Brien Gras, *The Early English Customs System. A Documentary Study of the Institutional and Economic History of the Customs from the Thirteenth to the Sixteenth Century*, (Cambridge MA: Harvard University Press, 1918), 355-356. Em 1309 um navio português levava fruta e óleo para Southampton Gras, *ibid.*, 354, 355; Salzman, *English Trade*, 412.

¹⁷³ Schaube atribui a um saco 160 kg, enquanto Werner Sombart, 200 kg. Saporì, *Le Marchand italien*, XXXIX; E. B. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England (c. 1270-c. 1530)”, *Recueils de la Société Jean Bodin*, 32, (1974): 296; E. M. Carus- Wilson e O. Coleman, *England’s Export Trade, 1275-1547* (Oxford: Clarendon Press 1963), 41.

os direitos dos mercadores de várias nações¹⁷⁴, e o baixo nível da exportação da lã durante os anos da guerra¹⁷⁵, terão levado a este acréscimo da exportação logo depois do conflito¹⁷⁶.

Os contactos estabelecidos durante os últimos anos do reinado de Edward I continuaram, dentro dos contornos da cordialidade diplomática, embora sem qualquer interesse concreto, político ou comercial. Assim, Edward II (1307-1327), ao chegar ao poder¹⁷⁷, manteve correspondência cordial com D. Dinis, lembrando e confirmando mais a colaboração entre as duas coroas durante o reinado do seu pai, do que tratando de algum assunto actual¹⁷⁸.

Vimos assim como Portugal, pela primeira vez, começou a ser sistematicamente visitado por navios e mercadores de fora da Península. Tradicionalmente, este momento tem sido relacionado com as relações que supostamente existiam já desde os inícios da nacionalidade, e também com a inauguração da rota da Flandres. No entanto, temos que dizer que, na documentação existente, não se detectam testemunhos importantes, nem da existência de ligações anteriormente estabelecidas, nem de navios italianos ou catalães vindos para Portugal, como consequência da abertura da rota do Estreito. Ou seja, a bolsa fundada pelos portugueses na Flandres, em 1293¹⁷⁹, a presença dos navios portugueses em Inglaterra, a partir de 1293, a intervenção dos flamengos para garantir a segurança dos portugueses no Golfo de Biscaia, a presença dos navios ingleses e gascões, entre 1293 e 1298, em águas portuguesas e marroquinas, todos estes factos estão directamente relacionadas com a problemática do conflito entre Inglaterra e a França durante este anos.

¹⁷⁴ “mas a sua actividade parece bastante limitada quando comparada com a dos espanhóis”. Wendy R. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, p. 31.; Veríssimo Serrão, *Portugal e o mundo*, 31.

¹⁷⁵ Entre 1294-1297 o total de exportações foi de 53 mil sacos. Este volume era muito mais baixo do que o normal. Fryde, “Italian Maritime Trade”, 294; Carus-Wilson e Coleman, *England's Export Trade*, 39.

¹⁷⁶ Fryde, “Italian Maritime Trade”, 296.

¹⁷⁷ Edward II era o único rei medieval inglês com um parente castelhano. Goodman, “England and Iberia”, 83.

¹⁷⁸ Carta de 3 de Outubro de 1308, Guedes, *A Aliança inglesa*, 66.; No reinado de Edward II, 1307-27, “o commercio com a Inglaterra parece não ter corrido tão seguro, mas logo depois da accessão d’Eduardo III ao throno, 1327-77, tornou-se melhor o seu estado.” Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 229.

¹⁷⁹ Como observa Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (Lisboa: Sá da Costa Editora, 1962), 32, “exactamente na mesma época em que se fundava a Hermandad das cidades biscaínhas e guipuzcoanas, os mercadores da “ocidental praia lusitana” formavam, em 1293, uma comuna para o comércio com a Europa Setentrional.”

1.3. A guerra de *Saint-Sardos* (1323-1325) e Portugal

Durante o reinado de D. Afonso IV houve, por parte da coroa portuguesa, diversas tentativas de aproximação a Inglaterra, tentativas que parece terem sido influenciadas pelo desejo de se encontrarem alianças não castelhanas¹⁸⁰. Em Julho de 1325, um enviado de D. Afonso IV chegou à corte de Edward II com credenciais para exprimir ao rei inglês a vontade do soberano português em estabelecer laços mais próximos, através de alianças matrimoniais¹⁸¹. De notar que, neste caso, embora pareça lógico o esforço do rei português, também a recusa do rei inglês¹⁸² tem a sua explicação. Neste tempo, era Portugal quem estava mais interessado numa aliança, parecendo a coroa inglesa ter pouco interesse nesta aproximação. Fosse como fosse, esta iniciativa tendente a uma aproximação por parte da coroa portuguesa, ainda que sem sucesso, não deixa de ser importante, por ser a primeira tentativa, em mais de um século, de uma aliança matrimonial da Coroa portuguesa, fora do contexto peninsular.

O pretexto do rei inglês foi que o enviado português não era idóneo para tal missão, que deveria ser desempenhada por pessoa de um nível social mais elevado¹⁸³. A iniciativa, por parte de D. Afonso IV, pode explicar-se pelo facto de Portugal e Castela neste tempo estarem

¹⁸⁰ Lembramos que neste reinado as relações com Castela foram tensas. Em 1336, Afonso IV de Portugal ataca o sul da Espanha com uma armada de vinte galés e dois mil homens. Guedes, *A Aliança inglesa*, 63-64.

¹⁸¹ “Accedens ad nos Petrus de Larc, lator praesentium, cum literis vestris de credential, nobis exposuit, vestram magnificentiam affectare, inter vestram & nostrum soboles, aliquos iniri contractus conjugales. Verum. Quia de tantis alligantis, tractare non decet absque majori praesentia nunciorum, ipsum ad vos duximus remittendum. *Foedera*, vol. II, pars. I, 1818, 19 de Julho de 1325, p. 603.

¹⁸² *CPR*, 1307-14, pp. 106, 138; *CCR*, 1323-7, pp. 496, 556. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 30, 47.

¹⁸³ Para P. Chaplais “é difícil entender por que ele deveria ter demitido o enviado tão sumariamente. Afonso IV, que deve ter tido conhecimento das regras de etiqueta diplomática tão bem como Edward, nunca podia ter pretendido que o seu enviado participasse em negociações conclusivas. Uma embaixada de *message plus simples* (ou *precursors nuncii*) muitas vezes precedia outra constituída de *message solempnes* (ou *ambaxata solennis*). *English Medieval Diplomatic Practice. Part I. Documents and Interpretations*, ed. Pierre Chaplais (London: HM Stationery Office, 1982), no. 15; Pierre Chaplais, *English Diplomatic Practice in the Middle Ages* (London, New York: Hambledon, 2003), 249. Em Abril de 1326, testemunha-se de novo a presença de embaixadores portugueses na corte de Edward II. *Foedera*, R, II, i, 625-626; *Litterae Cantuariensis*, ed. J. B. Sheppard (London: Rolls Series, 1887), vol. I, p.181.

envolvidos num conflito, que só veio a ser resolvido através do casamento de Alfonso XI com a filha de D. Afonso IV, D. Maria, em 1328¹⁸⁴.

Outra razão para a tentativa de maior relação entre os monarcas de Portugal e de Inglaterra pode estar relacionada com a guerra de *Saint-Sardos*, entre este reino e a França, que ocorria nestes anos¹⁸⁵. Constata-se, todavia, que, durante grande parte do reinado de Edward II, a maioria dos contactos entre a Inglaterra e os reinos ibéricos estava relacionado com assuntos comerciais¹⁸⁶, mas a guerra de *Saint-Sardos* (1323-5), “galvanised Edward into more ambitious diplomatic activity”¹⁸⁷. Foi proposto que nesta guerra se empregassem mercenários recrutados em Aragão, Castela e Portugal, mas tal não veio a acontecer¹⁸⁸.

Vários documentos testemunham que, no verão de 1324, Antonio di Pessagno¹⁸⁹, irmão do almirante de Portugal, tinha recebido uma grande quantia de dinheiro do rei francês e tinha-

¹⁸⁴ Peter Linehan, “Castile, Navarre and Portugal”, in *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*, ed. Michael Jones, vol. VI, (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 634.

¹⁸⁵ O paralelismo entre a acção diplomática inglesa no continente neste conflito com o conflito dos finais do século XIII, é realçado por Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland*, 15: “Novamente, como no final do século XIII os embaixadores ingleses viajaram através dos Países Baixos e, novamente, os príncipes dos países tiveram a opção de se juntar em Inglaterra ou na França.”

¹⁸⁶ “O principal assunto das negociações entre a Inglaterra e as potências marítimas ibéricas para a maior parte do reinado de Eduardo II foram as questões comerciais. *Foedera*, I, ii 523, 534, 568.

¹⁸⁷ Ele e seus funcionários viam a Península Ibérica como uma provável fonte de mão de obra e mantimentos para a defesa da Gasconha. *Foedera*, I, ii, 572-3, 598; *The War of Saint-Sardos. Gascon Correspondence and Diplomatic Documents*, ed., P. Chaplais, Camden 3rd ser, lxxxvii (1954), 76, 80, 114. Edward II esperava obter a aliança de Aragão e de Castela contra a França. Propôs um enlace matrimonial entre o seu filho Edward e a filha de Jaime II de Aragão, mas quando, em 1325, ofereceu o casamento de Edward com a irmã de Alfonso XI de Castela, sugeriu a Jaime o casamento do herdeiro dele, Alfonso com a sua filha Joanna. (*Foedera*, I, ii. 548-9,) 573; Ainda em 1335. Edward propôs o casamento da sua filha Isabel com o herdeiro da coroa de Castela, o infante D. Pedro. Mas em 1336, Alfonso XI aliou-se com Philip VI da França. P. E. Russell, *The English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II* (Oxford: Clarendon Press, 1955), 7-8; Goodman, “England and Iberia”, 84.

¹⁸⁸ Talvez isto se deva ao facto da situação financeira de Edward II em 1323 ser muito melhor do que a do seu pai em 1294. Malcolm Vale, *The Origins of the Hundred Years war. The Angevin Legacy 1250-1340* (Oxford: Clarendon Press, 1996), 236-237. Os empréstimos dos florentinos, tal como tinha acontecido anteriormente, foram importantes. Em Julho de 1324, John Travers, condestável de Bordéus, recebeu 3951 florins de ouro dos Peruzzi. Vale, *The Origins of the Hundred Years War*, 237.

¹⁸⁹ Sobre o papel dos irmãos Pessagno no comércio entre a Inglaterra e Génova veja-se Fryde, “Italian Maritime Trade”, 299-300; Entre 1312 e 1318 António foi um dos principais credores de Edward II, e até serviu por um ano como senescal da Gasconha. Um dos serviços que fez ao rei inglês foi fornecer vitualhas para o seu exército, tendo trazido trigo até de Casablanca em Marrocos. *Cambridge Economic History*, III, 1963, 458-61; CPR, 1313-1317, pp. 203-206.

se aliado com esse reino, “traindo” os ingleses¹⁹⁰. Em 20 de Janeiro, Edward II enviou a Portugal Gil de Ispania, para pedir ao rei português que tomasse medidas para impedir que o almirante da frota portuguesa se juntasse ao seu irmão. Parece que os ingleses estavam preocupados com uma possível união dos dois irmãos, que poderiam colocar-se ao serviço da França. Que este era um perigo eminente para os ingleses, comprova-o o facto de que, em 23 de Janeiro, solicitaram ao rei de Castela que apoiasse este pedido feito ao rei de Portugal¹⁹¹.

Quando D. Afonso IV tentou chegar a uma aliança matrimonial com a coroa inglesa, em Julho de 1325, o rei inglês tinha negociações em curso com Castela desde Janeiro de 1325¹⁹², pelo que a proposta portuguesa chegou num momento pouco apropriado¹⁹³. Também temos que sublinhar o facto de que Castela já tinha ligações familiares e diplomáticas com a coroa inglesa, além de deter uma posição mais propícia em relação a Portugal, em termos de importância comercial e estratégica¹⁹⁴. A aliança com Castela julgava-se ser a chave diplomática, se se queria a aliança dos outros dois estados ibéricos, Portugal e Aragão¹⁹⁵.

¹⁹⁰ Em 16 de Julho de 1324, Antonio di Pessagno tinha recebido uma soma de 5,000 libras torneses de Charles IV. *Les Journaux du trésor de Charles IV-le-Bel*, ed. J. Viard (Paris: Imprimerie Nationale, 1917), no. 5635.; Carta de Aubert Mege a Hugh le Despenser. 1.02. 1325. "... si come font les Franceys qui se garnissent de totes partz au mieuz e plus fort que eux puent e ont envoye celi Anthoigne Pesaigne, qui est chevalier du dit nostre seigneur le roy e fut son seneschal de Gascoigne e a qui il a fetz grans biens e grant honours, en Lambardie por avoyr e a assembler totes les galyes que il porra contra le dit nostre seigneur le roy e les seons." TNA, *Anc. Corr.* LVIII, no. 28; *The War of Saint-Sardos (1323-1325)*, doc. 128. Os irmãos Pessagno estavam presentes em Inglaterra desde 1306-7, "quando foram contratados para a exportação de mais de 1.000 sacos de lã em galeras genovesas. Gras, *The Early English Customs System*, 269. Um dos serviços prestados por Antonio era adquirir fornecimentos para os exércitos do rei. Renée Doehaerd, *Les relations commerciales entre Genes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises aux XIII^e et XIV^e siècles*, III (Bruxelles, Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1941), doc. 1858, 1862 e PRO E.159/93/ 76. Fryde, "Italian Maritime Trade", 300.

¹⁹¹ Memorandum do Concelho do rei sobre os assuntos da Gasconha e outros. Janeiro de 1325: "Item qe Giles Despaigne ovesques les messages en Espagne." TNA, Exch. Parliamentary and Council Proc. 2/10, *The War of Saint-Sardos (1323-1325)*, no. 127, p.134. Sobre os irmãos Pessagno, veja-se Fátima Regina Fernandes, "Los genoveses en la armada portuguesa: Los Pessanha," *Edad Media. Revista de Historia* 4 (2001): 199-226; Gabriela Airaldi, *Due fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno*, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques* (N. Alves, M. Cunha e F. Ribeiro, eds.), vol. II, (Porto, 2006), 139-140; Mário Farelo, "La représentation de la couronne Portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)", *AEM* 40/2, (2010): 724-725.

¹⁹² *Foedera*, ii (i), 585. Em 18 de Janeiro de 1325, Edward II mandou os seus embaixadores negociar um casamento entre a irmã de Alfonso XI, Leonor e Edward, conde de Chester.

¹⁹³ Credenciais dos enviados ao rei de Castela. *BL, Cotton MS Vespasian, C. XII, f. 75; The War of Saint-Sardos (1323-1325)*, doc. 132, 15 de Fevereiro 1325.

¹⁹⁴ Goodman, "England and Iberia", 74, 80.

¹⁹⁵ Raymond Durand escreve ao rei Edward II desaconselhando um desembarque nas costas da Normandia por o mar ser muito perigoso e que se o rei obtivesse a aliança com Castela, iria facilmente conseguir também a de

Temos uma outra notícia sobre o comércio internacional de Portugal em 1324. Trata-se duma cédula do concelho do Porto, determinando que os navios “sejam fretadas per quatro homeês boôs da cidade, os quaees homeês boôs sejam d’aquelles, que pera Frandes carregarem em Naaos e Navios, e enlegerem antre sy”¹⁹⁶. Em 1325, Edward II pediu ao D. Afonso IV a concessão dum salvo-conduto a um navio inglês, que se dirigia para Portugal, pretendendo carregar, na volta, cereais e outras virtualhas destinadas a Gasconha¹⁹⁷.

Em 15 de Abril de 1326 D. Afonso IV, envia próprio Manuel Pessanha junto com Rodrigo Domingues numa missão diplomática na corte de Edward II, mas o fim e os pormenores desta missão não são conhecidos.¹⁹⁸

Aragão e de Portugal. “meymamant si il a laliaunssa de Espayna, qar am sela il aura la Daragoun e de Portugal” TNA, Anc. Corr. XLVIII, no. 15; *The War of Saint-Sardos (1323-1325)*, doc. 122, 11.01.1325.

¹⁹⁶ *Ordenações Afonsinas*. liv. IV, tit. 5. Segundo A. Sampaio, se “compararmos a data do ajuste de Peçanha (1317) com a da cédula portuense, percebe-se que o progresso não podia resultar do ensino dos genoveses recém-chegados. Crê-se geralmente que foram eles os mestres. Tal opinião é inexacta”. Alberto Sampaio, *As póvoas marítimas*, vol. II, (Lisboa: Vega, 1979), 117; No caso inglês Postan pergunta “Que papel representaram ou poderiam ter representado os italianos em tudo isso? Será que forneceram o trabalho adicional? Certamente que não... É bastante fácil demonstrar que a influência italiana na técnica agrícola foi insignificante. M. M. Postan, “Italians and the Economic Development of England in the Middle Ages”, in *Medieval Trade and Finance* (Cambridge: University Press, 1973), 337-338.

¹⁹⁷ Segundo Anderson, é provável que naqueles dias os navios ingleses, não fizessem muito comércio com Portugal, o que, levou Edward a fazer este pedido. Adam Anderson, *An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce, from the earliest Accounts containing an History of the Great Commercial Interests of the British Empire*, vol. I, (London, 1787), 290.

¹⁹⁸ *Foedera*, II/1, p. 625.

2. PORTUGAL COMO FACTOR NEUTRAL NA GUERRA

Nesta mesma linha de comportamento diplomático, notamos que em períodos de conflito aberto ou de preparação para eles, Portugal era individualizado no meio das outras potências da Península, ao contrário dos períodos de relativa calma e de ausência de hostilidades, durante os quais Portugal se enquadrava em iniciativas diplomáticas panibéricas e multilaterais. A neutralidade de Portugal, durante as três primeiras décadas da Guerra, foi mantida, embora a sua participação fosse ambicionada desde cedo¹⁹⁹. Durante este período, a Inglaterra concentrou esforços diplomáticos para trazer Castela para o seu lado. De facto, Castela, desde os primeiros anos da Guerra, tinha encontrado bastante incentivos financeiros para colocar a sua frota ao serviço das potências beligerantes²⁰⁰, sobretudo da França. A importância desta frota aumentou ainda mais depois da batalha de Ecluse, na qual os franceses perderam a maior parte dos seus navios, pelo que, nos anos seguintes, tiveram que depender cada vez mais da ajuda dos castelhanos e dos genoveses²⁰¹. O alinhamento de Castela no bloco pro-francês, manteve aberta a procura para a lã castelhana, sobretudo na Flandres²⁰². À medida que a posição estratégica de Portugal, na rota comercial do Estreito, se ia tornando importante para o funcionamento normal desta mesma rota, o aumento do respectivo volume de negócio incrementava, consequentemente, a importância da posição de Portugal como guardião dela.

¹⁹⁹ Em 1331, dois embaixadores de Edward III, Jean Darcy e Guillaume Trussel, foram enviados aos reis de Castela, Portugal, Navarra, Aragão e Maiorca, para tratar de “affaires secretes”. Eugène Déprez, *Les préliminaires de la guerre de cent ans: La papauté, la France et l'Angleterre (1328-1342)* (Paris: Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 1902) p. 80; Trussell refere que já estavam na Península desde a primavera de 1330 junto com Raimundo Cornill. Foedera, vol. II, parte II, 1821, 5 de Maio de Maio de 1330, p. 790 e 791 e que aparentemente em 1331 estavam de novo com John Darcy. Foedera, III, 1, 1825, 5/07/ 1331, p. 821.

²⁰⁰ Mais de 100 mercadores de Castela e quarenta dos seus navios estão registados nos portos ingleses em menos de quinze meses. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 183.

²⁰¹ Em 1342, os franceses conjuntamente com os seus aliados castelhanos e genoveses causaram bastantes perdas aos navios ingleses na costa da Bretanha. Richmond, “The War at Sea”, 98.

²⁰² No entanto antes da preponderância da lã, o ferro era a exportação mais importante de Castela. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 182; William D. Philips, Jr., *Enrique IV and the Crisis of Fifteenth-Century Castile 1425-1480* (Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America, 1978), 20.

2.1.D. Afonso IV: O início da Guerra e a diplomacia francesa em Portugal

O início da Guerra dos Cem Anos colocou logo Castela na mira da França e da Inglaterra, tendo ambos os reinos agido rapidamente para obter o apoio e a aliança do maior reino ibérico²⁰³, embora fosse a França que se mostrou mais hábil diplomaticamente. Assim, em 1336, Castela e França assinaram um tratado de aliança, que iria servir de base para outros acordos mais estreitos e compreensivos durante a guerra²⁰⁴.

Os franceses mostraram-se capazes, não só de trazer Castela para o seu campo, mas também de mediar a concórdia entre Portugal e o seu vizinho, reconhecendo logo desde o início da Guerra a importância estratégica que Portugal iria tomar mais tarde²⁰⁵. O negociador da aliança de 1336 entre Castela e França, Jean de Vienne, arcebispo de Reims, foi encarregado pelo rei de França²⁰⁶, em 1337, de tentar a reconciliação entre Portugal e Castela²⁰⁷, que se encontravam em conflito aberto por causa da não realização do casamento de D. Branca com

²⁰³ Em 1337 Edward III na tentativa de isolar comercialmente a Flandres prometeu a Alfonso XI que iria privilegiar os mercadores castelhanos, caso eles abandonassem o comércio com a Flandres. A mesma oferta foi repetida um ano depois. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 177; Sobre a rivalidade entre a França e a Inglaterra para obter a aliança com Castela nos anos 1335-1336 veja-se Georges Daumet, *Étude sur l'Alliance de la France et de la Castille au XIVe et au XVe siècles* (Paris: Émile Bouillon, 1898), 3.

²⁰⁴ Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 1, Fevereiro de 1337. O tratado seguinte desta primeira fase é do ano 1345, e também o de 1352. No mesmo ano a irmã de Juan Nuñez de Lara, casou com o irmão do rei francês, Charles de Valois. Simon R. Doubleday, *The Lara Family. Crown and Nobility in Medieval Spain* (Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2001), 110. Alfonso XI mostrou-se um diplomata muito hábil, estabelecendo formalmente uma aliança com a França, mas ao mesmo sem provocar os ingleses e sem fechar a via diplomática com eles. Childs, *Anglo-Castilian Trade*, 23. Sabendo isto, os franceses tentaram e ficar perto dele para que não passasse para o lado inglês. O arcebispo de Reims “n’aurait pas prolonge son séjour dans la péninsule seulement pour faire cesser les hostilités avec les Portugais: il y serait reste surtout afin de savoir s’il ne se traitait rien avec l’Angleterre qui puit nuire l’alliance avec la France”, Daumet, *ibid.*, p. 6;

²⁰⁵ Em 3 de Junho de 1336, Gilles de Ispannia que tinha sido enviado ao rei D. Afonso IV durante a Guerra de Saint-Sardos foi enviado a Portugal, aparentemente para obter a sua aliança no conflito que estava prestes a eclodir. Henry Stephen Lucas, *The Low Countries and the Hundred Years’ War, 1326-1347* (Ann Arbor: University of Michigan, 1929), 188.

²⁰⁶ “E otrosi el arcebispo de Remes mostro al rrey cartas del rrey de França en que le enbiara a fazer saber al rrey de Castilla que enbiava a mandar al arcebispo de Remes que tratase de paz entre el e el rrey de Portugal, e que le enbiava a rrogar, como a hermano e amigo, que le diese luego lugar para ello. E el seneschal que auie venido para el arcebispo fuse luego para el rrey de Francia, ca querie auer Guerra con el rrey de Ynglaterra, e el auie de ser vnu de los caudillos de las huestes. E el arcebispo de Remes de parte del rrey de França, e el obispo de Rodas de parte del Papa, fablaron con el rrey muy afincadamente que toviere por bien que quiesiese que oviesse paz entre el e el rrey de Portugal”. *Gran Crónica de Alfonso XI*, prep. Diego Catalán (Madrid: Gredos, 1977), cap. 208.

²⁰⁷ Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, p. 5. Numa carta datada de 24 Fevereiro de 1337, Bento XII autoriza Jean de Vienne para se dirigir a Castela. Reg. Vat., 124, n.º LXII; Daumet, *ibid.*, doc. 2, p. 130.

o infante português, D. Pedro, acordado em 1328²⁰⁸. Juntamente com Jean de Vienne, dirigiu-se à Península também “dom Ruberte Beltrom, mariscal de seu regno, pelos quaes lhe mandou rogar muy afimcadamente que quisesse aver paz com el-rey de Portugal”. A *Crónica de Portugal de 1419* deixa claro que a acção diplomática da coroa francesa era difícil de se perceber, interrogando, “mas por qual parte se el-rey de França demoveo a esto nom no sabemos em certo nem achamos em escripto”²⁰⁹.

Em Outubro de 1337, o embaixador e o legado do Papa, Bernard Albi, bispo de Rodes, mas sem o mariscal francês, que voltou rapidamente para França, porque “querie auer Guerra con el rrey de Ynglaterra, e el auie de ser vnu de los caudillos de las huestes”²¹⁰, chegaram a Braga, onde estava D. Afonso IV²¹¹. Nos finais do ano 1337, encontraram-se com o rei de Castela e informaram-no que tinham conseguido uma trégua pelo período de um ano²¹². Esta intervenção do bispo de Rodes, enviado por Bento XII e do bispo de Reims, mandatário do rei francês, conduziu a uma trégua nas hostilidades desde finais de 1338, que levou à

²⁰⁸ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)*, (Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009), 233

²⁰⁹ *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. Adelino de Almeida Calado, (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998), cap. 160, p. 258; *Crónica dos sete primeiros Reis de Portugal*, ed. Carlos da Silva Tarouca (Lisboa: Academia Portuguesa da História), vol. II, 2.^a ed., cap. XLI, p. 270.

²¹⁰ *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. CCVIII, p. 187.

²¹¹ “E llegaron los mensajeros a Braga, e fallaron ay al rrey de Portugal que los salio a rresçibir con grande honrra”. *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. CCXI, p. 193; A afirmação da Crónica de 1419, “chegarom tres embaixadores de Framça, os quaes vynhom a ele e a el-rey de Portugal e a el-rey d’Aragão, da parte del-rey de França e del-rey de Inglaterra e del-rey de Sezilia e do duque de Milão e doutros grandes senhores da terra d’Alemanha, sendo todos ja em hum acordo sobre o que estes embaixadores erom enviados”, é inverosímil. *Crónica de Portugal de 1419*, cap. 142, p. 230. Ainda mais duvidosa é a afirmação de que todos estes reis tinham assinado a mesma carta. (*ibid.*, p. 230). Talvez a Crónica fale do ano de 1336, quando Filipe VI de França, conjuntamente com alguns príncipes alemães, enviou uma embaixada às cortes de Aragão, Castela e Portugal, convidando-as a participar numa projectada cruzada ao oriente. Os reis de Aragão e Castela deram respostas evasivas, mas D. Afonso IV considerou a prioridade peninsular Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, I, 168. Erdmann, *A idea de cruzada em Portugal* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1940), 55; José Hermano Saraiva, in *História de Portugal*, dir. J. H. Saraiva, III, 57.

²¹² Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, p. 6; *Gran Crónica de Alfonso XI*, cap. 212; Parece que aos pedidos da coroa inglesa para uma aliança o rei de Castela dava como justificação a impossibilidade por causa da guerra com Portugal: “quod propter guerras quae sunt in regnis vestris, & aliis partibus Regum vicinorum, hiis temporibus, suscitatae, circa quas estis multipliciter occupati.” *Foedera*, III/1, p. 1010, 8.01.1338.

assinatura, em Sevilha, de um tratado de paz (Julho 1339), que manteve as fronteiras sem alterações e permitiu a vinda de D. Constança Manuel, noiva do sucessor, D. Pedro²¹³.

A importância dos enviados franceses na reconciliação luso-castelhana torna-se mais clara se tivermos em conta que Alfonso XI estava a preparar uma acção armada contra Portugal, mesmo na altura em que chegaram a Castela esses enviados, e também o facto da iniciativa de reconciliação haver partido de um reino não peninsular, o que era algo muito inusitado²¹⁴.

Portanto, podemos dizer que a problemática da Guerra dos Cem Anos, bem como a sua influência em Portugal, evidencia-se logo na véspera da Guerra²¹⁵. Na mesma altura que a diplomacia francesa actuava na Península, os ingleses concentravam-se nos Países Baixos²¹⁶. Aparentemente, para os ingleses tinha mais importância neste tempo a rota comercial que ia ao norte dos domínios franceses e da Flandres, especialmente através de Brabante²¹⁷.

Depois do tratado de paz concluído em 1339²¹⁸, e na década de 1340, Portugal, na sequência de ter ajudado os castelhanos no Salado, continuou a manter boas relações com Castela²¹⁹. Provavelmente, tal aconteceria também devido à diplomacia francesa, apoiada pelo Papa de Avinhão, que objectivava manter Portugal longe do alcance diplomático inglês. Podemos aceitar a hipótese de Vasconcelos e Sousa de que a acção diplomática de Avinhão sublinhava

²¹³ *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 500.

²¹⁴ *Gran Crónica de Alfonso XI*, t. II, cap. CCVIII: “Estando el rrey en la çibdad de Seuilla... fablo con los del rrey de Portugal con mensajeria del papa; cap. CCXI-CCXII. Segundo Farelo, “La représentation de la couronne Portugaise à Avignon et ses agents”, 725, “un épisode comme la question des îles Canaries dans les années 1340 montre toute la faiblesse de la diplomatie d’Alphonse IV.

²¹⁵ “O século XIV é dominado pela Guerra dos Cem Anos... A Inglaterra apoia-se em Portugal, e a França em Castela; pois a hegemonia no Atlântico não está incontestavelmente nas mãos de castelhanos e portugueses?” Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, 31.

²¹⁶ Os embaixadores ingleses em 1337, tinham conseguido juntar Hainault, Juliers, Gelders, Brabant, Zeeland e Holland numa aliança anti-francesa. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 17.

²¹⁷ Edward veio para o continente em Julho de 1338. Os seus aliados eram vassallos do imperador como os condes da Holanda, da Zelândia e de Hainault e os Duques de Brabante e Gelders. Edward precisava da ajuda do imperador, para obter um apoio efectivo nos Países Baixos. O imperador Louis de Baviera nomeou o rei inglês como seu vigário nos Países Baixos. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 21.

²¹⁸ “que pôs fim a cerca de três anos de guerra entre os dois reinos”. Sousa, *D. Afonso IV*, 233;

²¹⁹ Depois de Salado, Alfonso XI foi o primeiro rei castelhano em cerca de 70 anos que conseguiu manter relações amigáveis ao mesmo tempo com Portugal e Aragão. Linehan, “Castile, Navarre and Portugal”, 636.

a importância da paz face ao perigo dos merinidas, mas não podemos esquecer o papel do conflito anglo-francês, bem visível na documentação da época²²⁰.

O rei de França concedeu privilégios aos mercadores portugueses que comerciassem com a cidade de Harfleur, em Maio e também em Setembro de 1341²²¹. Mas a necessidade de proteger o comércio esse período levou também os soberanos de Inglaterra e Portugal a trocarem correspondência²²². A atitude da coroa portuguesa e a disponibilidade de proteger os mercadores ingleses que se dirigissem para Portugal²²³, demonstra a importância que este reino estava a ganhar na teatro político e comercial do Mar do Norte²²⁴. A oportunidade dos ingleses para se intrometerem nas boas relações luso-castelhanas surgiu em 1345, quando, nos inícios de Fevereiro, se colocou a hipótese dum casamento do infante castelhano Pedro com alguma princesa francesa²²⁵ e depois do insucesso dos ingleses em conseguirem trazer Castela para o seu campo, através de privilégios comerciais²²⁶.

Em 1345, firmou-se um tratado de amizade entre Castela e a França²²⁷, ao mesmo tempo que o papa Clemente VI conduzia uma diplomacia muito dinâmica e activa para fortalecer ainda

²²⁰ Sousa, D. Afonso IV, 247-252; *Crónica de Portugal de 1419*, pp. 256, 266-267. A ideia de Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, “Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages – 13th-16th centuries”, *e-Journal of Portuguese History*, 1/1, (2003): 9, resume muito bem a duplicidade da intervenção do enviado do Papa “who tried to get the collaboration of both kingdoms in the war against Islam”, e da coroa francesa “which sought Castilian help against England”.

²²¹ O salvo-conduto de 1310 concedido aos portugueses para comerciar em Harfleur foi renovado em Maio de 1341. *DP*, I, n.º 66, p. 75. Em Outubro de 1350, o rei Jean confirma estes privilégios. *DP*, I, n.º 76.

²²² D. Afonso IV tinha escrito a Edward III, como se vê pela sua resposta, em 24 de Junho de 1343, onde dizia que um navio que carregava panos de mercadores portugueses, tinha sido apresado no porto de Dartmouth por ingleses, com o pretexto de serem inimigos. *Quadro Elementar*, p. 30; Gama Barros, *História da Administração Pública*, X, 230.

²²³ Em 8 de Janeiro 1444, D. Afonso IV escrevia ao rei inglês de que mandara lançar pregão que ninguém, sob pena de morte, cometesse dano contra súditos ingleses, os quais deviam ser tratados como irmãos. *Quadro Elementar*, XIV, p. 32 e 33.

²²⁴ A relações de amizade embora perturbadas pela situação de guerra, continuaram. *Foedera*, III/1, pp. 247-248, 260; *Quadro Elementar*, XIV, p. 39, 40, 42, e 47.

²²⁵ O rei francês mandou a Castela embaixadores para negociar além de uma nova de aliança, também o casamento de D. Maria, filha do duque da Normandia, com o infante castelhano D. Pedro. 3 de Fevereiro de 1345. Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 4, pp. 132-134.

²²⁶ Em 1345 o rei inglês deu salvo-condutos gerais aos mercadores de Castela. Mas estes privilégios segundo Ruiz não eram igualmente importantes como os salvo-condutos individuais, que entre 1248 e 1350 chegaram às centenas. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 177.

²²⁷ A aliança entre a França e Castela, data de 1 de Julho 1345, meses depois do projecto de aliança entre Castela e Inglaterra. Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, docs. 12-13; *Foedera*, III/1, p. 26, (2/01/ 1345).

mais o eixo franco-castelhano²²⁸, através do casamento do infante D. Pedro com Blanche de Navarra²²⁹. O papel de Clemente VI na nova aliança de 1352 continuou a ser decisivo²³⁰.

Tendo em conta que tanto a proposta de casamento do infante castelhano com Blanche de Navarra (10 de Maio), como o tratado franco-castelhano (1 de Julho), assim como o acordo de casamento (27 de Julho), aconteceram antes da proposta do casamento de Edward, com a filha de D. Afonso IV²³¹, podemos dizer que a tentativa inglesa era uma reacção ao fortalecimento da aliança franco-castelhana e, por isso, talvez não chegasse no momento certo para os interesses da coroa portuguesa²³². Esta nossa posição torna-se mais clara se tivermos em conta que, um ano antes, Edward III enviara embaixadores para tratarem alianças com os reis de Castela e de Aragão e também com Portugal²³³. Ora, quando os ingleses viram que Castela se aliara à França, tentaram salvar o que puderam da Península, colocando em primeiro lugar o reino que, um ano antes, haviam considerado em último lugar.

Em 1352, a tentativa de aproximação de Inglaterra iria ainda manifestar-se através da concessão de salvo-condutos aos portugueses que se dirigissem àquele Reino²³⁴. O tratado de 20 de Outubro de 1353, celebrado entre Edward III e os mercadores e comunidades de

²²⁸ Clemente VI aconselha Alfonso XI a casar o seu filho com alguma princesa francesa. 10 Maio de 1345; Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 6; e na mesma data o Papa oferece o mesmo conselho ao infante D. Pedro. Daumet, *ibid.*, doc. 7.

²²⁹ Em carta de 27 de Julho de 1345, Clemente VI anuncia a Philippe V, o resultado positivo das negociações que se faziam em Castela e que tinham levado ao acordo de casamento do infante Pedro com Blanche de Navarra. Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 11; Em 27 de Fevereiro de 1346 Clemente VI, pede a Ferrand Sanchez, para exercer a sua influência para que o casamento fosse realizado. Daumet, *ibid.*, doc. 20.

²³⁰ Avignon 20 Sept 1351, Clemente VI recomenda a Jean II os embaixadores castelhanos, Reg. Vat., 145, f.º 84v, Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 29.

²³¹ Guedes, *A Aliança inglesa*, 70.

²³² A infanta Leonor casou em 1347 com Pedro IV de Aragão. Guedes, *A Aliança inglesa*, 70-71; Em 1345 Alfonso XI concordou em casar o seu herdeiro, o Infante D. Pedro, com a segunda filha de Edward, Joanna. Mas Joanna morreu da Peste, no seu caminho para Castela em 2 de Setembro de 1348. *Foedera*, III/I, 19-22, 26-7, 46-7, 58-9, 73-4, 153-4, 171; Goodman, "England and Iberia", 85; G. P. Cuttino, *English Medieval Diplomacy* (Bloomington: Indiana University Press, 1985), 88.

²³³ Guedes, *A Aliança inglesa*, 70.

²³⁴ Em 25 de Julho de 1352 o rei inglês concede 6 cartas de protecção por um ano a seis mercadores de Lisboa e do Porto. *CPR*, Vol. IX 1350-1354, p. 311; *Foedera*, III/I, p. 79. Estes foram acompanhados no mesmo dia com um salvo-conduto colectivo dirigido aos mercadores e mestres de Portugal.

marinha das cidades e vilas marítimas de Portugal, por 50 anos²³⁵, além de ser “o primeiro tratado de comércio, que se conhece, entre Portugal e Inglaterra²³⁶, não deixa de nos intrigar pelo facto de ter sido celebrado entre um rei e uma comunidade de mercadores²³⁷. A coroa inglesa já praticava esta aproximação directa aos mercadores de “vilas e cidades,” sem referência aos senhores políticos delas. A esse nível, o exemplo das cidades da Flandres é o mais conhecido²³⁸.

Apesar de tudo isto, havia razões que deixavam Portugal afastado dos interesses imediatos dos ingleses e franceses. Até aos meados do século XIV, Portugal era o reino ibérico que menos contactos tinha com a Inglaterra. Ao contrário, Castela manteve relações com a Inglaterra desde cedo, fossem estas relações comerciais, políticas ou matrimoniais²³⁹. Estando mais perto e numa posição chave para as partes em Guerra, foi mais cedo ambicionada a sua aliança²⁴⁰. A sua maior proximidade geográfica e o facto de partilhar as águas marítimas no Golfo de Biscaia, conjuntamente com a Inglaterra e a França era, por si só, um factor importante. Castela, através da sua costa biscaina, integrava desde cedo o sistema

²³⁵ *Foedera*, III/1, p. 264-265; *DP. Supl. ao vol. I*, n.º 80; Alberto Iria, *O Algarve e os Descobrimentos*, vol. I (Lisboa, 1956), 217; Barros, *História da Administração Pública*, X, 231. Semelhantes acordos tinham sido feito entre o rei de Inglaterra e “Toutes Marismes & Costeres de meer, Portz, Citees & Villes de la Seignure le Rois de Castelle & du Counte de Viscaye”, em 1351 e 1353. *Foedera*, 1727, vol. VI, p. 29.

²³⁶ Fernão Lopes, cap. 37-39.; Barros, *História da Administração Pública*, X235.

²³⁷ “É indubitavel que a convenção se celebrou com o assentimento de D. Affonso, até porque sem elle não surtiria effeito.” Barros, *História da Administração Pública*, X, 232-233.

²³⁸ A comunidade mercantil castelhana negociou um acordo de 20 anos, em 1 Agosto 1351. Este parece ter fornecido o modelo para o tratado com os portugueses em 1353. Childs, *Anglo-Castilian trade*, 28-29. Em 13 de Maio de 1352 foi firmada a paz a Flandres. Este foi seguido por um acordo com Génova em Maio de 1352, e por um tratado com Wilhelm, duque da Baviera, em Fevereiro de 1353. Entre 1345 e 1355 cinquenta e nove embaixadas ingleses foram enviadas ao estrangeiro. Cuttino, *English Medieval Diplomacy*, 88; Lembremos os privilegios acordados aos castelhanos, no quadro de privilegios gerais dados aos estrangeiros em 1303, 1309, 1311, 1316, 1322, 1338, 1340, 1341), e também os privilegios dados especificamente a eles, (1315, 1337, 1345). Ruiz, “Castilian merchants in England”, 176-177.

²³⁹ Ruiz, “Castilian merchants in England”, 174; Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 28. Edward I tinha casado em primeiras núpcias com a filha de Ferdinando III de Castela, e planeava casar a sua filha mais velha de nome também Eleanor, com Alfonso III de Aragão, mas o casamento foi inviabilizado pela morte de Alfonso em 1291. Jennifer Goodman Wollock, “Medieval England and Iberia: a Chivalric Relationship”, *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century. Cultural, Literary, and Political Exchanges*, ed. María Bullón-Fernández (New York: Macmillan, 2007), 19-20.

²⁴⁰ Angus Mackay, *Spain in the Middle Ages. From Frontier to Empire, 1000-1500* (London: Macmillan, 1977), 124; Segundo J. N. Hillgarth, *The Spanish Kingdoms 1250-1516*, vol. I (Oxford: Clarendon Press, 1976), 379, só a morte da infanta inglesa no seu caminho para Castela em 1348, evitou uma aliança em 1348.

económico que girava em torno do Golfo de Biscaia²⁴¹ e a marinha castelhana desse mesmo Golfo era considerada de importância crucial para o equilíbrio do poder naval neste pequeno “Mediterrâneo” do Atlântico do Norte²⁴².

Portugal, por seu lado, estava fora do alcance e do interesse económico das potências beligerantes. Não tinha uma frota mercantil comparável com a de Castela, nem tinha o seu peso económico e demográfico; não pertencia a qualquer pequeno ou grande “Mediterrâneo”, nem fazia parte dalgum sistema económico extra-peninsular, com excepção da cidade do Porto, que girava em torno do sistema económico do “Mediterrâneo” de Biscaia, fazendo de intermediário entre este e o sistema económico português²⁴³.

Portanto, até à consolidação do novo sistema económico, que colocou Portugal pela primeira vez no centro da maior corrente comercial da Europa, o reino “do cabo do Fim do Mundo” não podia ter qualquer papel importante comparável com o papel que iria ter mais tarde. A posição periférica de Portugal nas redes do comércio internacional, até à primeira metade do século XIV, é ilustrada pelo facto de que, embora os portugueses visitassem os mercados estrangeiros²⁴⁴, a presença de mercadores estrangeiros em Portugal e a concessão de privilégios só se documentam depois do início da Guerra²⁴⁵.

²⁴¹ Segundo Ruiz, “Castilian merchants in England”, 175, entre os finais do séc. XIII e 1350, a Galiza e a Andaluzia chegaram a ter só 5% do total das entradas referentes ao comércio anglo-castelhano.

²⁴² Solórzano Telechea, “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica”, 493.

²⁴³ Renouard sublinha o facto interessante da menção frequente de La Rochelle na documentação portuguesa, (Santarem, *Quadro elementar* t. III, pp. 12, 13, 17, 18) para tentar localizar uma possível escala dos navios do Mediterrâneo na costa francesa. Yves Renouard, “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique au Moyen Age. Problèmes et hypotheses”, in *Mélanges d’histoire du Moyen Age dédiées à la mémoire de Louis Halphen* (Paris: Presses Universitaires de France, 1951), 589. Parece, no entanto que a frequência da presença dos navios portugueses, sobretudo do Porto, na La Rochelle, não se relaciona com os navios que vinham do Mediterrâneo, mas com a rota marítima, mais “local” utilizada pelos portugueses antes da Guerra dos Cem Anos. Por seu lado Armindo de Sousa, in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), II, (Lisboa: Estampa, 1993), 349, diz que “Lisboa, Coimbra, Porto e Silves eram cidades fluviais.”

²⁴⁴ Violet Mary Shillington e Annie Beatrice Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal* (London: Routledge, 1907), 24-27; O rei inglês em Junho e Novembro de 1226, concede salvo-condutos a uma centena de portugueses, mas entre 1260 e 1290, “trade seems to have languished, no doubt in the face of Castilian competition”. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 29.

²⁴⁵ Portugal só começou a ser visitado por um número significativo de negociantes estrangeiros no reinado de D. Afonso IV, que lhes concedeu as primeiras cartas de favor conhecidas. *Nova História de Portugal*, IV, 154.

2.2. D. Pedro I: A paz de Bretigny e o conflito civil castelhano

Durante o reinado de D. Pedro I, o conflito anglo-francês, depois de ter conhecido pontos quentes como a batalha de Sluys (23 de Julho de 1340)²⁴⁶, que deu aos ingleses o controlo do mar, a batalha de Crecy (26 Agosto de 1346) e a de Poitiers (19 Setembro de 1356), passou por uma fase de diminuição das hostilidades e, depois, pela trégua de Bretigny (9 de Maio de 1360)²⁴⁷. Esta pôs fim à primeira fase da Guerra e, ao mesmo tempo, renovou o volume do comércio²⁴⁸.

Em termos gerais, Portugal, durante este tempo, deu pouco nas vistas, mesmo no teatro da política peninsular²⁴⁹. Em 1359, os aragoneses tratavam pazes com Portugal, acordo que deveria ser dirigido contra Castela. Em 1366, D. Pedro I celebrou um tratado de paz e amizade com Castela, mas também um outro de teor semelhante com Aragão²⁵⁰.

A neutralidade de D. Pedro neste conflito foi muito influenciada pelo facto de que o seu reinado ocorreu numa altura de conflitos menores e de trégua entre a França e a Inglaterra²⁵¹, e também pelo facto de Inglaterra e Castela, durante esta década, terem mantido boas

²⁴⁶ “audito rumore quod tyrannus Francorum misit magnam classem navium Ispanie et quasi totum navigium regni Francorum. *Chronicon Galfridi le Baker de Swynebroke*, ed. Edward Maunde Thompson (Oxford: Clarendon Press, 1889), p. 68; *English Historical Documents*, IV: 1327-1485, ed. A. R. Myers, p. 68.

²⁴⁷ Segundo o tratado a Inglaterra obteve para além de Guyenne e Gasconha, Poitou, Santoigne e Aunis, Agenais, Périgord, Limousin, Quercy, Bigorre, os condados de Gauré, Angoumois, Roueque, Montreuil-sur-Mer, Ponthieu, Calais, Sangatte, Ham e Guînes. Por seu lado o rei inglês, reitirou as pretensões sobre o ducado de Turaine, os condados de Anjou e Maine, e a suserania sobre Brittany e Flandres. *Foedera*, VI, p. 129; Patrick Fraser Tytler, *History of Scotland*, II (Edinburgh: William Tait, 1829), 127-128.

²⁴⁸ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping*, 42.

²⁴⁹ Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, “Objetivos y proyectos en las relaciones castellano-portuguesas”, in *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*, M.^a Isabel del Valdivieso, Pascual Martínez Sopena (dirs.), II, (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2009), 473. “Foram de paz interna os dez anos da realeza de D. Pedro I.” Serrão, *Portugal e o mundo*, 23.

²⁵⁰ Pedro Soares Martinez, *Historia diplomática de Portugal* (Lisboa: Verbo, 1986), 48; Barata. *Navegação, comércio e relações políticas*, 391-392.

²⁵¹ Depois da batalha de Poitiers em 1356 na qual foi capturado o rei francês Jean II le Bon, os franceses não tinham outra escolha se não aceitar a paz, que foi assinada em 1360 e que durou todo o reinado de D. Pedro I.

relações, ao contrário do que iria acontecer com a chegada dos Trastámaras ao poder²⁵². Mesmo assim, a neutralidade política nem sempre foi suficiente para proteger o comércio. Nas cortes de Elvas de 1361, os representantes do Porto queixaram-se dos danos que a Guerra entre a Inglaterra e a França estava a causar ao seu comércio²⁵³.

Contudo, no final do seu reinado, o conflito começou a aproximar-se, sendo que a Guerra civil castelhana trouxe a terras portuguesas o rei D. Pedro, que escapou ao seu rival Henrique de Trastámara²⁵⁴. O facto de ter utilizado Portugal para poder chegar à sua zona de apoio, a Galiza, indica que, de facto, a neutralidade portuguesa já estava a chegar ao fim. Estes anos de paz, acompanhados de um aumento de nível de vida, talvez como consequência do efeito pós-Peste²⁵⁵, fizeram que o tempo do seu reinado ficasse lembrado como sendo de anos de prosperidade, e “taaes dez annos nunca houve em Purtugall”²⁵⁶. Uma carta régia de 1365, que proibia aos mercadores estrangeiros revenderem mercadorias compradas no país, introduz-nos nos inícios do clima cosmopolita que Lisboa iria conhecer na década seguinte²⁵⁷.

A importância de Portugal no equilíbrio das forças no continente, ainda que demograficamente mais pequeno do que Castela e com menos recursos económicos, iria

²⁵² Um tratado de aliança entre Inglaterra e Castela foi assinado em 22 de Junho de 1362. *Foedera*, 1830, III/2, pp. 656-657. Pierre Chaplais, “Master John de Branketre and the Office of Notary in Chancery, 1355-1375”, *Journal of the Society of Archivists*, 4, no. 3, (1971): 182.

²⁵³ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, fl. 59-60; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, org. A. H. De Oliveira Marques (Lisboa: INIC, 1986), n.º 2, pp. 108-111. O documento é de muito interesse sobretudo o artigo 4: “porque auja mais naues e naujos que em todo o meu senhorio e que este encargo recodia sobre os mercadores e mercadorias porque os meestres dariam mais caros os fretes que asaz auondaua aos mercadores quanto dampno aujam e oueram ata aqui por as guerras de frança e de jngraterra.”

²⁵⁴ Jonathan Sumption, *The Hundred Year's War, II. Trial by Fire* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999), 537; Richard Vernier, *The Flower of Chivalry. Bertrand du Guesclin and the Hundred Years War*, (Woodbridge: The Boydell Press, 2003), 101-102. Uma possível explicação para a neutralidade de D. Pedro pode estar relacionada com o facto que sublinha M. Newitt, que Portugal durante o seu reinado tornou-se um refúgio para os partidários dos Trastámaras. Malyn Newitt, *Portugal in European and World History* (London: Reaction Books, 2009), 38.

²⁵⁵ Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, I, 387.; Linehan, “Castile, Navarre and Portugal”, 641; North e Thomas, *The Rise of the Western World*, 77; Lopez et al., “England to Egypt”, 99. Diana Wood, *Medieval Economic Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002), 19.

²⁵⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, ed. G. Macchi (Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1966), cap. I; A.H. de Oliveira Marques, *Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média*, sep. da *Revista de Economia* 14, 3 (Lisboa: 1962): 48.

²⁵⁷ *Livro II dos Reis D. Dinis D. Afonso IV D. Pedro I* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa 1947), doc. 34.

crescer significativamente na segunda metade do século XIV e na primeira metade do século XV. Iria então ultrapassar a importância do “gigante” castelhano, tendo em conta que não se tratava mais de partilhar um sub-sistema económico como o do pequeno “Mediterrâneo” do Golfo de Biscaia, mas de dominar por completo o mega-sistema económico, que girava em torno dele, noutros sub-sistemas económicos, como o Mar Negro, o Egeu, o Mediterrâneo Oriental, o Adriático, o Egipto e a África do Norte, a Itália, a Catalunha, a Andaluzia, por um lado e a Biscaia, a Aquitania, a Inglaterra, a França, a Flandres, e a Hansa, por outro.

Assim se chega à ideia de que Portugal iria desempenhar um papel mais importante na Guerra, guardando a paz do reino e da sua costa, do que envolvendo-se directamente em acções bélicas, quer fosse no Golfo de Biscaia, quer fosse na Península. Conquanto os efeitos da pequena frota de galés portuguesas, que esteve ao serviço de Inglaterra entre 1384²⁵⁸ e 1389, não tivessem sido tão significativos como a acção das galés castelhanas que serviram a França, a importância de Portugal na Guerra residiu na protecção da sua independência, para o funcionamento do mega-sistema económico que englobava a Europa e o Mediterrâneo.

²⁵⁸ O cronista de Westminster narra a chegada a Londres em 10 de Agosto de 1385, de seis galés “bene apparate misse domino regi pro tempore autumpnali per regem Portyngalie”. *The Westminster Chronicle 1381-1394*, ed. And transl. L. C. Hector e Barbara F. Harvey (Oxford: Clarendon Press, 1982), pp. 128-129. Estas galés devem ser relacionadas com o acordo firmado entre D. João I e os ingleses para por a disposição deles uma esquadra de galés. Fernão Lopes, *Primeira parte da Cronica de D. João I*, ed. A. Braacamp Freire, Lisboa, 1915, pp. 84-85; *The Diplomatic Correspondence of Richard II*, ed. E. Perroy, Camden, 3rd. Ser., xlviii, no. 44A; *The Chronica Maiora of Thomas Walsingham 1376-1422*, transl. David Prest (Woodbridge: The Boydell Press, 2005), p. 232.

3. O PERÍODO DE ENVOLVIMENTO POLÍTICO NA GUERRA

A vitória da guerra dinástica castelhana, conseguida por Henrique de Trastâmara, apoiado pela França, levou inevitavelmente Castela para o lado francês e a marinha temida de Castela juntou-se às forças navais francesas, como já tinha acontecido anteriormente²⁵⁹. O rei legítimo, Pedro I, tivera o apoio externo de Inglaterra e, na configuração interna, a Galiza era o seu ponto de apoio principal²⁶⁰. A aliança luso-inglesa valorizava a posição geográfica de Portugal e da Galiza²⁶¹ e, por isso, durante todo o período de confronto entre Portugal-Inglaterra e Castela-França, a Galiza permaneceu a base de apoio do bloco atlântico²⁶². Esta tripla aliança atlântica constituiu um eixo funcional, que pretendia manter livre a rota comercial atlântica²⁶³. Neste período, os ingleses envolveram-se várias vezes nos conflitos peninsulares, mas o impacto da sua presença militar²⁶⁴, foi muito menor do que exigiam os interesses ingleses na política e comércio português. O envolvimento de Portugal na Guerra não foi simplesmente por iniciativa da Inglaterra, nem Portugal pretendia apenas proteger os interesses da Inglaterra²⁶⁵.

²⁵⁹ Nesta aliança naval reside o verdadeiro significado da aliança. Sydney Armitage-Smith, *John of Gaunt King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster, Earl of Derby Lincoln and Leicester, Seneschal of England* (Westminster: Archibald Constable, 1904), 97; Richmond, “The War at Sea”, 101.

²⁶⁰ Paz Romero Portilla, “La singular relación Portugal-Galicia y su reflejo en la documentación medieval”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. XV, Porto, (2000): 66; Paz Romero Portilla, “Implicaciones gallegas en el caso de Inés de Castro”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, II Série, vol. XV, (1998): 1493-1508.

²⁶¹ A Corunha é referida como cidade de Portugal num documento inglês de 1370. “John de Proll, merchant of la Grune in Portugal,” *CPR 1367-1370*, (London 1913), 14. 01. 1370, p. 339.

²⁶² Isso aconteceu desde 1369. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 2ª edição. Ed. Giuliano Macchi (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004), cap. 31; Santarém, *Quadro elementar*, vol. I, tomo I, 215-216.

²⁶³ Ao contrário de Aragão que não aceitou tal aliança, Portugal, mostrou-se disposto, mas os ingleses não mandaram qualquer ajuda e em Março de 1373 D. Fernando teve que assinar a paz. Nigel Saul, *Richard II* (New Haven and London: Yale University Press, 1999), 55; Russell, *English Intervention*, 296-9; Portugal era um ponto-chave para o equilíbrio das forças. Luis Suárez Fernández, *El Atlantico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara*, (Coimbra: Instituto D. Antonio de Vasconcelos, 1951), 287; Luis Suárez Fernández, *Monarquía Hispana y revolución Trastámara* (Madrid: Real Academia de la Historia, 1994), 27.

²⁶⁴ Os ingleses tinham na Europa fama de “bellicosissimum genus”. Anthony Tuck, “Henry IV and Europe: A Dynasty’s Search for Recognition”, in *The McFarlane Legacy. Studies in Late Medieval Politics and Society*, ed. R. H. Britnell e J. Pollard (Stroud, New York: Alan Sutton, St. Martin’s Press, 1995), 109-110.

²⁶⁵ Logo depois de Aljubarrota D. João I escreve ao Duque, pedindo-lhe que viesse à Península para aproveitar a derrota castelhana. Sumption, *The Hundred Year’s War*, III, 568-569. D. João esperava que o Duque fosse mais insistente nas suas pretensões e por isso a concórdia entre o Duque e Castela foi uma desilusão para ele. Edouard Perroy, *L’Angleterre et le grand Schisme d’Occident. Études sur la politique religieuse de l’Angleterre sous Richard I (1378-1399)*, I (Paris: J. Monnier, 1933), 238, 252,.

3.1.D. Fernando I: A neutralidade impossível

O curto reinado do último rei da dinastia fundadora de Portugal foi tão agitado e tão dinâmico, que é difícil encontrar outro rei português que tenha merecido tão diferentes e variados juízos, a maior parte deles de cariz negativo²⁶⁶. Estes últimos, que se referiam sobretudo aos assuntos relacionados com as guerras que D. Fernando teve que travar²⁶⁷, foram tão longe que Veiga Simões considerou que já era tempo do rei ser reabilitado²⁶⁸.

Todas aquelas opiniões assentam directamente na suposição de que D. Fernando iniciou guerras que afectaram as reservas do país,²⁶⁹ tendo sido responsabilizado por não as ter vencido²⁷⁰. Também o facto de ter concertado o casamento de sua filha com o rei de Castela

²⁶⁶ “Foi este príncipe um misto contraditório de boas e de péssimas qualidades. Foi mau soldado e constantemente provocou a guerra. Diplomata versátil, semeou o seu reinado de dificuldades e pendências, atritos e humilhações. Bom administrador, andou sem embargo a desbaratar os capitais, que seus antecessores laboriosamente amealharam, e provocou, pelas guerras, que causou, a ruína do país”, Guedes, *A Aliança inglesa*, 76.; “embora promulgando medidas justas em prol da marinha e da agricultura, teve uma política exterior desastrosa”. Serrão, *Portugal e o mundo*, 23; “o que n’ele predominava era imprevidência e leviandade para se envolver em situações embaraçosas, que a reflexão e firmeza poderiam ou evitar ou vencer”. Barros, *História da Administração Pública*, V, 280; “Foi D. Fernando um rei negativo? Vários aspectos do seu governo merecem nota positiva, como a protecção que dispensou à marinha e à agricultura”. Serrão, *História de Portugal*, I, 284.

²⁶⁷ “se se contentara viver em paz, abastado de suas rendas, com grandes e largos thesouros que lhe de seus avoos ficaram, nenhum no mundo vivera mais ledo, nem gastara seus dias em tanto prazer” Lopes, *Crónica de D. Fernando* (Barcelos: Portucalense Editora, 1933), cap. 1, p. 6; Segundo Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa Durante A 1.ª Dinastia (1179-1383)* (Lisboa: Horizonte, 1990), 77, a crónica reflecte o ambiente da época, com as murmurações do povo e o descontentamento geral em face de lutas reputadas insensatas, conduzidas, por um soberano que seguia em tudo os seus caprichos.”

²⁶⁸ “a acção de D. Fernando (que há que reabilitar iluminando-a do conhecimento positivo do momento) lançava as bases da política atlântica pela tentativa de destender a célula portuguesa até aos portos do Cantábrico, e de ligar simultaneamente os seus mercados com os portos do Norte e o comércio rico, aproveitando a ruptura das rotas de terra como observador atento e participe de episódios da Guerra dos Cem Anos.” Simões, “Portugal, o ouro, as descobertas”, 92.

²⁶⁹ Um dos pontos mais importantes que tem servido aos críticos de D. Fernando foram as desvalorizações da moeda. Esquece-se que muito maiores proporções de desvalorização sofreu a moeda portuguesa durante o reinado de D. João I e dos seus sucessores. Segundo João Lucio d’Azevedo, *Elementos para a história económica de Portugal. (Séculos XIII a XVII)* (Lisboa: Inapa, 1990), 79: “se o governo de D. Fernando foi pernicioso à fortuna particular, pelo que fez com a moeda, pior ainda se nos mostra o de D. João I.” Na década de 1420-29 os pagamentos das rendas dos prédios na zona do Baixo Mondego, chegou a ultrapassar as rendas em dinheiro, tendo durante o reinado de D. Fernando chegado até perto de 10 %. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989), 328. Zurara na *Crónica de Tomada de Ceuta*, diz que os mestres dos navios de Mar do Norte ficaram contentes por receber o seu salário em sal. Desde 1365 até 1383, a desvalorização da moeda chegou a 300%, mas entre 1383 e 1407 a moeda tinha-se desvalorizado em 5 000 %. Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)* (Lisboa: Escola dos Deficientes das Forças Armadas, 1974), 58; João Silva de Sousa, “Lisboa em Cortes de 1352/1371”, in *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade* (Lisboa: Horizonte, 2007), 418.

²⁷⁰ É interessante a ideia de A. R. Bridbury, de que neste tempo as pessoas não se queixavam contra as guerras por serem desastrosas para a economia, mas simplesmente por não se terem vencido. A.R. Bridbury, “The

contribuiu para a imagem negativa que ele manteve na historiografia portuguesa. Seja como for, as condições em que as duas coroas se iriam reunir têm paralelo nas que as Cortes, dois séculos mais tarde, iriam aceitar idêntica união, oferecendo a coroa a Filipe II de Espanha²⁷¹.

Considero, pois, com alguns autores actuais, que se têm enfatizado demasiadamente os aspectos negativos das guerras fernandinas e ignorado os possíveis efeitos positivos dos seus esforços para manter a independência de Portugal, perante a coligação franco-castelhana²⁷².

Não podemos esquecer que, no século XIV, a guerra não poupou quase nenhum estado do continente²⁷³. Com efeito, o reinado de D. Fernando I foi praticamente dominado pela conjuntura política gerada pela Guerra. Depois da paz de Bretigny de 1360, as confrontações directas entre a França e a Inglaterra seriam evitadas por quase uma década, mas, em 1369, a Guerra recomeçou²⁷⁴, iniciando-se duas décadas de conflito aberto, em que já vamos encontrar a presença de D. Fernando²⁷⁵. Este conflito iria tornar-se num dos mais decisivos e mais importantes da Europa do seu tempo²⁷⁶. A guerra civil castelhana e a intervenção nela das duas potências beligerantes, trouxe para a Península as forças inglesas e francesas, primeiro do Príncipe Negro e de Guesclin, nos anos 1366 (Najera, vitória inglesa) e 1367

Hundred Years War: Costs and Profits” in *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England, Essays presented to F. J. Fisher*, ed. D. C. Coleman and A. H. John (London: Weidenfield and Nicolson, 1976), 89.

²⁷¹ “Patente dos priuilegios perpetuos, graças, & mercés, de que elRey Dom Philipe primeiro deste nome, nosso senhor, fez mercé a estes seus Reynos & Senhorios de Portugal, quando nelles foy leuantado por Rey em as Cortes solemnes de todos os tres Estados, que se fizerão em a villa de Thomar, no Conuento, que he cabeça da Ordem de nosso Senhor Iesu Christo, em Abril de m. D. lxxxj”. BNL, *Reservados*, n.º 68; “se exceptuamos aquella infausta revolução, que collocou os Reis de Hespanha sobre o Throno de Portugal, e foi seguida por 60 annos de oppressão, e de extorsões, e pela perda de huma parte das nossas colonias; tudo o mais forão tempestades passageiras.” José Accursio das Neves, *Considerações políticas, e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portuguezes na Africa, e na Asia* (Lisboa: Na Impressão Regia, 1830), 4.

²⁷² Barros, *História da Administração Pública* V, 290.; “A influência benéfica deste monarca aparecia sempre onde havia um trabalho a proteger ou a estimular”. Sampaio, *As póvoas marítimas*, II, 119.

²⁷³ “Coloque o dedo em quase qualquer lugar no mapa de Europa do século XIV e terá uma boa chance de apontar para uma zona de guerra”. Backman, *Medieval Europe*, 381. “Só em termos europeus se podem perfeitamente compreender as três guerras com Castela que foram, na realidade, quadros da Guerra dos Cem Anos traçados na faixa ocidental da Península Ibérica.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 512.

²⁷⁴ C. T. Allmand, «Hundred Years War», s.v. in *Medieval England. An Encyclopedia*, Eds., Paul E. Szarmach, M. Teresa Tavormina, Joel T. Rosenthal (New York & London: Garland, 1998), 363.

²⁷⁵ *Nova História de Portugal*, IV, 317.

²⁷⁶ Philippe de Mézières, *Le Songe du vieil pèlerin*, ed. G. W. Coolpland (Cambridge 1969), I, p. 294, incluiu o conflito luso-castelhano entre os maiores conflitos do tempo.

(Montiel, vitória francesa) e, depois do casamento de John of Gaunt com a filha de Pedro I, Constança, a iniciativa passou para o Duque, “rei de Castela e de Leon”²⁷⁷.

D. Fernando I foi um dos monarcas que, com mais entusiasmo, assumiu uma atitude anglófila desde o princípio. Pouco antes do seu falecimento afirmava, referindo-se ao chanceler-mor que tinha «a cruz de Sam Jorge scripta no coração como elle»²⁷⁸. Registe-se, no entanto, que, tanto Portugal como a Inglaterra, antes de se aproximarem, tentaram obter a aliança aragonesa. Esta coroa, por seu lado, mostrou-se nos dois casos mais disposta para manter as boas relações com Castela²⁷⁹. A recusa do rei aragonês, Pedro III, para apoiar as pretensões do Duque de Lencaster, fez com que os ingleses olhassem para os portugueses, que se mostraram mais interessados²⁸⁰. Para a aproximação entre Inglaterra e Portugal, nesta época, tiveram influência diversos factores, que se conjugaram num espaço muito curto: a aliança definitiva de Castela e França, em 1367, bem como a aliança entre a França e a Flandres em 1369, quando a herdeira da Flandres casou com Filipe, Duque de Borgonha²⁸¹.

A aliança atlântica entre Inglaterra e Portugal acabou por ser complicada para D. Fernando que, em 1371, se viu forçado a assinar a Paz de Alcoutim, pela qual aceitou entregar as terras que mantinha ainda ocupadas e se comprometeu a casar com Leonor, filha do Trastâmara²⁸².

²⁷⁷ Armitage-Smith, *John of Gaunt*, 95, 101.

²⁷⁸ Veja-se Armando Luís de Carvalho Homem, “Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor, (1374-1399), e negociador do Tratado de Windsor”, in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho* (Lisboa: Sá da Costa, 1988), 217-228. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 2.^a ed., ed. Giuliano Macchi (Lisboa: INCM, 2004), cap. CLXI.

²⁷⁹ D. Fernando, parece que estava prestes de obter uma aliança com Aragão, com a filha de cujo rei, D. Leonor havia prometido casar. Soares Martinez, *História diplomática*, 51. Mas o rei aragonês decidiu manter-se neutral, embora solicitado por Castela. ACA, C. reg. 1272, fol. 59 r, resumido por M. T. Ferrer Mallol, *Entre la paz e la guerra. La corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media* (Barcelona: CSIC, 2005), 509. “Uma das ironias da situação foi que, considerando que nunca tinha sido possível trazer Pere III, ao ponto de firmar finalmente uma aliança militar com a Inglaterra, o Português, em três ocasiões, mostrou-se quase decidido a apoiar os planos ingleses para um ataque ao reino central”. Russell, *English Intervention*, 357.

²⁸⁰ Saul, *Richard II*, 96.

²⁸¹ Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 27.

²⁸² Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, “Objetivos y proyectos en las relaciones castellano-portuguesas”, 474. No entanto D. Fernando casou com a portuguesa Leonor Teles. “La explicación de este matrimonio como mero capricho del monarca no es satisfactoria. Fernando I tomaba distancia de Castilla a la espera de acontecimientos.” Luís Adão da Fonseca, *O essencial sobre o Tratado de Windsor* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986), 15-19.

Seguiu-se, em consequência, a invasão castelhana, que conduziu, a 19 de Março, ao tratado de paz de Santarém²⁸³. Tal como em Alcoutim, também a paz de Santarém foi celebrada não apenas com Castela, mas também com a França. Quando D. Fernando concluiu a primeira aliança da coroa portuguesa com a Inglaterra, assinada em Londres em 16 de Junho 1373²⁸⁴, na sequência do tratado de Tagilde, de 10 de Julho de 1372²⁸⁵, celebrado com o duque de Lancaster, já a aliança entre a França e Castela durava há anos²⁸⁶, e já tinha dado os seus resultados devastadores para Inglaterra na batalha de La Rochelle, de 1372. Este tratado era a primeira aliança política com a Inglaterra que, no entanto, para Portugal resultou de pouca valia, comparando com a eficácia que o apoio francês proporcionou a Castela. Nesta situação, Portugal tinha pouca margem de manobra²⁸⁷.

A política fernandina posterior a 1373 mostrou-se mais cautelosa nas aventuras guerreiras e mais recheada de legislação de carácter social²⁸⁸, mas “os últimos anos do reinado decorreram sob o signo de nova intervenção na Guerra dos Cem Anos”²⁸⁹. Com efeito, após a morte de Henrique de Trastâmara, D. Fernando entrou novamente em guerra com Castela. Em 1380, o Parlamento inglês concedeu uma importante soma para financiar operações militares na Flandres e na Península Ibérica. Mas a esquadra portuguesa foi desbaratada pelos

²⁸³ Fernão Lopes, *Crónica de Dom Fernando*, cap. LXXXII ; *Quadro elementar*, XIV., p. 55.

²⁸⁴ TNA, *Duchy of Lancaster (Ancient Correspondence)*, no. 30, Braga, 10 de Julho de 1372; Publicado por Russell, *English Intervention*, 557-561; Segundo este tratado “as conquistas que os Portugueses efectuassem em área castelhana ficariam território seu.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 515. Este pacto “foi feito no maior segredo; apesar disso transpirou por forma a inquietar o Rei de Castela.” Guedes, *A Aliança inglesa*, 78.; Salvador Días Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando* (Coimbra: Biblos, 1960), 34.

²⁸⁵ Publicado em *Foedera*, 1704-35: vol. 7, p. 15. Este tratado tem quatro cláusulas, acordadas perpetuamente entre os monarcas e os seus sucessores. Prometia-se amizade e aliança contra quaisquer inimigos de ambas as partes. Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire”, 112.

²⁸⁶ *Foedera*, VI, 598, 602; 20 de Novembro de 1368; Armitage-Smith, *John of Gaunt*, 95-96; Newitt que critica D. Fernando que não tinha esperado a ajuda inglesa em 1372-1373, afirma que a aliança franco-castelhana, “now began to pay handsome dividends.” Newitt, *Portugal*, 39.

²⁸⁷ D. Fernando usou o intervalo de paz para se preparar para outra guerra, fortificando as suas cidades, melhorando as suas forças armadas, e incentivando a construção. Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, I, 388.

²⁸⁸ “A política belicista do reinado de D. Fernando tivera graves consequências para todo o País. As reservas de ouro foram gastas na sua quase totalidade, tanto em despesas de armamento (exército e frota) quanto por envio para Aragão. A moeda teve de ser desvalorizada sucessivas vezes entre 1369 e 1373. Os preços subiram, em alguns casos em flecha” Mas a verdade é que toda a Europa Ocidental “da segunda metade do século XIV foi teatro de sucessivos motins e rebeliões, sobretudo urbanas.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 517.

²⁸⁹ *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 519.

castelhanos, a 17 de Julho de 1381, três dias antes de chegarem os reforços do conde de Cambridge que, em vez de chegar na primavera, teve de adiar a sua partida por causa da revolta dos camponeses e acabou por se deslocar apenas com mil homens de armas.²⁹⁰

Na verdade, a assistência inglesa ao reino português chegou sempre muito tarde²⁹¹ e reduzida, ou resultou ineficaz²⁹². Além disso, na Inglaterra tal facto foi concebido mais como uma empresa privada de John of Gaunt²⁹³, do que como uma importante aliança estratégica, que iria fortalecer a posição do reino inglês no confronto da Guerra²⁹⁴. D. Fernando, com a perspicácia que o caracterizava, percebeu bem essa realidade e reconheceu que estava praticamente sozinho no confronto. Essa consciência e a sua desilusão com as tropas inglesas pouco disciplinadas²⁹⁵, deve ter influenciado o acordo com Castela.

Não foi só a hesitação inglesa e a duplicidade aragonesa que D. Fernando teve que enfrentar, mas sobretudo a pouca popularidade que o confronto aberto com Castela contava entre os portugueses²⁹⁶. A consciência nacional dos portugueses não era ainda tão forte como se

²⁹⁰ T. B. Pugh, “The Southampton Plot of 1415”, in *Kings and Nobles in the Later Middle Ages. A Tribute to Charles Ross*, ed. Ralph A. Griffiths and James Sherborne (New York: St. Martin’s Press, 1986), 71

²⁹¹ Geralmente aceita-se a ideia de que D. Fernando não esperava a ajuda inglesa e se envolvia em conflitos com Castela. Newitt, *Portugal*, 39. Mas os factos não indicam uma determinação suficiente por parte da coroa inglesa, e antes de se dizer que D. Fernando não esperava pela ajuda inglesa, talvez fosse útil perguntar se era lógico esperar o que não vinha, nem estava a caminho?

²⁹² As despesas para a Guerra de Portugal representavam uma percentagem muito reduzida comparando com outros casos do envolvimento inglês. Só £10,000 ou 1% do orçamento militar inglês entre 1368 e 1381 num total de £1,061,750 foi gasto para a campanha portuguesa. Mas a França do Norte gastou £382,950 ou (36%). Aquitânia, £148,225 ou (14%), a guerra no mar £246,050 ou (23%). Calais, Brest e Cherbourg, £285,000 (27%)” James Sherborne, *War, Politics and Culture in Fourteenth-Century England*, ed. Anthony Tuck, (London and Rio Grande: The Hambledon Press, 1994), 69. O governo tinha que ser discreto sobre as suas intenções, por que o pouco apoio que tinha “o caminho de Espanha” tornava difícil um apoio dos Comuns. Saul, *Richard II*, 97.

²⁹³ Armitage-Smith, *John of Gaunt*, 303; Perroy, *L’Angleterre et le grand Schisme*, 224.

²⁹⁴ Nos finais de 1381, o Conde mandou emissários pedindo reforços militares e financeiros. No parlamento de Janeiro de 1382, John of Gaunt pediu uma segunda expedição liderada por ele e composta por 2000 homens de armas e 2000 arqueiros com o custo de £60.000, para seis meses, mas foi rejeitada. Saul, *Richard II*, 98.

²⁹⁵ *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 520.

²⁹⁶ “O povo (a nobreza) reagiu mal ao anulamento do casamento com a infanta castelhana, porque tal acção distanciava o país do Castela, e ao mesmo tempo aproximava as nuvens do conflito.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 514; Em 1372, os povos chegaram a recusar ao soberano um pedido de empréstimo para financiar a guerra. Barros, III, 160; Iria Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média* (Lisboa: Ministério das Finanças, 1964), 41.

manifestou na década seguinte²⁹⁷ e, por isso, a coragem do monarca para continuar a guerra e a sua esperança numa aliança anti-castelhana não era compreendida²⁹⁸. Certo é que, se compararmos a atitude de D. Fernando com a dos monarcas de Navarra e de Aragão, vemos que o rei português foi o único que se opôs à hegemonia franco-castelhana na Península²⁹⁹.

Durante este reinado, o comércio internacional, via Portugal, sobretudo o comércio com Inglaterra³⁰⁰, conheceu um crescimento muito rápido. Para assegurar a ligação entre o sul e o norte da Europa, como indicam os dados e os testemunhos, os mercadores utilizavam os portos portugueses, especialmente Lisboa, como escala importante. E a importância de Portugal como escala e entreposto comercial nesta rota evoluiu tanto que os monarcas ingleses começaram a impor condições aos mercadores vindos do Mediterrâneo, constringindo-os a não parar nestes portos³⁰¹.

As decisões políticas que D. Fernando foi obrigado a tomar, sobretudo em relação ao alinhamento com o bloco anti-inglês, influenciariam também o comércio, já que nesta altura, como era normal também em outras épocas, política e comércio estavam muito ligados³⁰². No

²⁹⁷ “Que a situação financeira de D. João I era aflitiva provam-no perfeitamente as frequentes quebras de moeda verificadas durante este periodo e nos anos seguintes. Gonçalves, *Pedidos e empréstimos*, 154.

²⁹⁸ Em Maio de 1380 tentava obter o apoio inglês. *Chroniques de J. Froissart. Deuxième livre*, publié pour la Société de l’Histoire de France par Gaston Raynaud, tome X, 1380–1382. (Paris: Renouard, 1897), fl. 80v; Perroy, *L’Angleterre et le grand Schisme*, I, 218.

²⁹⁹ Linehan, “Castile, Navarre and Portugal”, 642-643. A política portuguesa durante os anos 1370 foi positivamente sincera quando comparada com a de Carlos II de Navarra, cuja indecisão quanto em que lado se havia de colocar era tal que, para não ter que se comprometer com nenhum dos pretendentes castelhanos, em 1367 chegou a pedir a um primo de Bertrand du Guesclin que o encarcerasse até que o resultado da batalha de Nájera fosse conhecido.

³⁰⁰ “The great potential for Anglo-Portuguese trade..., came after 1369 as a result of the breakdown of Anglo-Castilian relations”. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 33. Por seu lado os castelhanos o que perderam na Inglaterra ganharam na Flandres. Nicholas, *Medieval Flanders*, 304.

³⁰¹ W. Cunningham, *The Growth of English Industry and Commerce during the Early and Middle Ages*, 5th ed. (Cambridge: University Press, 1915), 427. “the Spaynards, Portyngalers, Bretons and othere Merchantes of the Contres on this half the saide Straytes brought and solde themselves here in this Reaume, Greyn, Oyle, Wex, Iren, Fruyt, and suche other Merchandises”. *Rot. Parl.* V. 31 b. Entre 1383 e 1386 os registos de Southampton, mostram um grande aumento de comércio, motivado pelo reaparecimento das galés de Veneza, por falta de mercadorias disponíveis na Flandres. Rodney Hilton, *Class Conflict and the Crisis of Feudalism* (London, New York: Verso, 1990), 144. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 51.

³⁰² Um navio de Portugal foi detido em Bristol em 1379, enquanto se inquiria para determinar se os portugueses eram inimigos ou não. As autoridades da cidade responderam que tinham inquirido vários mercadores de Bristol que tinham comerciado com Lisboa, os quais responderam que durante os dois anos anteriores tinham sido tratados como amigos em Portugal. CCR, p. 268; Salzman, *English Trade in the Middle Ages*, 263.

entanto, ele foi um monarca que percebeu muito bem a importância estratégica de Portugal no comércio internacional, tendo-se ele próprio nele envolvido³⁰³, ao mesmo tempo que também tomou medidas para fomentar as capacidades produtivas, navais e mercantis do reino.³⁰⁴ Cunhou uma nova moeda de ouro, a dobra, que se tornou moeda base de cálculo³⁰⁵. Foi a primeira cunhagem de ouro em Portugal, desde o tempo de D. Afonso III³⁰⁶.

O seu reinado ficou marcado por um nível muito alto de despesa para fins militares. Esta, não se destinou apenas a custear as guerras, mas também a suportar o grandioso projecto de fortificações, não apenas nas regiões fronteiriças, mas em todo o reino. Neste rol de gastos, incluímos também as despesas para a construção duma frota, a primeira digna deste nome na história do reino. Tendo em conta todas estas despesas e pensando no facto de que as guerras fernandinas não se traduziam em guerras predatórias, de rápida recompensa, mas em guerras de defesa, que constituíam uma carga económica e financeira excepcionalmente alta, torna-se claro que não era só o tesouro que D. Pedro I tinha deixado que suportava este esforço gigantesco. Era também o comércio e a economia e, naturalmente, o povo que sempre tinha de pagar a sua parte.

³⁰³ CCR *Richard II*, vol. 2, p. 58; Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire”, 123.

³⁰⁴ Barros, *História da Administração Pública*, 281; “Dos privilegios que el-rrei dom Fernando deu aos que comprassem ou fizessem naaos”. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, 1975, cap. XC; “Acudiu à agricultura e à carência de trabalhadores (leis de 1367-68; lei das sesmarias, 1375), protegeu a marinha e o comércio externo [lei de 1369; Foral da Portagem de Lisboa, 1377; leis de fomento naval, 1377-80; leis sobre importação de têxteis, 1377-80; lei sobre a Companhia das Naus, 1380] discriminou contra os Judeus (lei de 1369), reformou a administração pública, tanto civil (leis de 1374 e 1378) quanto militar (modernização do equipamento e armamento, realização de um censo militar), discriminou contra os mercadores estrangeiros (lei de 1375). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 518;

³⁰⁵ Peter Spufford, *Handbook of Medieval Exchange* (London: Royal Historical Society, 1986), 162; Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 1975. Cap. LV. pp. 187-191

³⁰⁶ Serrão, *História de Portugal*, I, 347. Segundo o autor o novo aparecimento do metal precioso exactamente neste tempo explica-se com o comércio das frutas do Algarve que segundo Zurara “sempre os mouros dalem trautarem em estes Regnos de mercadoria comprando pela mayor parte todos os anos a fruta do Algarve a quem não pagavam senão em ouro”. Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (Lisboa: 1972), cap. LXXXI.

3.2.D. João I. Uma nova Idade do Mundo

Na crise de 1383-1385, a existência política de Portugal foi ameaçada pela tentativa de supressão da própria monarquia, tal como tinha sucedido, pela mesma altura, no condado da Flandres, mais tarde em Génova e, nos princípios do século XV, em Aragão³⁰⁷. O insucesso da tentativa, em Portugal, resultou no fracasso da hegemonia castelhana nas costas portuguesas, tendo ficado assim garantida a viabilidade da nova dinastia de Avis. A partir do resultado alcançado nesta guerra, definido no contexto do equilíbrio político peninsular, mas já alargado a uma problemática europeia ocidental, vai vislumbrar-se um novo destino histórico para Portugal: a criação de um conceito não apenas peninsular de defesa: a afirmação da costa portuguesa como área estratégica própria³⁰⁸.

O reinado de D. João I é excepcional, pelo facto de, ao longo dele, ter conseguido o apoio de todos os estratos da sociedade³⁰⁹. Segundo Froissart, quando a mulher de John of Gaunt lhe perguntou que opinião tinha sobre D. João I, ele respondeu que tinha gostado muito dele e que o seu povo dizia que não tinham tido, até então, um rei que tivesse sido tão amado como ele era³¹⁰. A sua personalidade fica mais completa se tivermos em conta que foi um rei que manifestou interesses intelectuais³¹¹, gosto que, com sua mulher, incutiu também aos seus filhos³¹². Por tudo isso, o cronista Fernão Lopes chegou a afirmar que se havia atingido uma

³⁰⁷ Antonio de Bofarull y Broca, *Historia critica, (civil e eclesiastica) de Cataluña*. tomo V (Barcelona: Juan Aleu y Fugarull, 1877), 188.

³⁰⁸ Jorge Borges de Macedo, *Portugal um destino histórico*, in *1^{as} Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*. 25 a 27 de Maio de 1988 (Lisboa: APH, 1990), 293-295.

³⁰⁹ Serrão, *História de Portugal*, I, 300.

³¹⁰ "il est gracieux homs et a bien corps, maniere et ordonnance de vaillant homme et est mon espoir que il regnera en puissance, car il est amé de ses gens et dient que ilz n'eurent, passé a cent ans, roy qui si bien leur cheist en cuer ne en grace, et n'a encores d'eage que XXVI ans. Il est fort chevalier et dur selon la nature portingaloise, et est bien taillié de corps et de membres pour porter et souffrir paine." *Chroniques de J. Froissart*. Troisième livre, publié pour la Société de l'Histoire de France par Léon Mirot, t. 12. 1356-1388 (Paris: Champion, 1931), 130v; Rose Macaulay, *They Went to Portugal* (Oxford: Jonathan Cape, 1946), 35.

³¹¹ *Livro de Montaria feito por El-Rei D. João I de Portugal*, Introdução, leitura e notas de Manuela Mendonça, (Ericeira: Mar de Letras, 2003). Além desta obra, D. João I terá escrito uma outra obra, provavelmente de data anterior, que era um *Livro de Horas de Santa Maria e Salmos certos para os Finados*.

³¹² *Leal Conselheiro*, D. Duarte, *Livro de Virtuosa Bemfeitoria*, D. Pedro.

Nova Idade do Mundo, o que contrasta com a imagem que muitos historiadores têm apresentado sobre este tempo. Embora tivesse ascendido ao trono no meio dum conflito civil e de uma tentativa de ocupação estrangeira e embora o seu reinado também tivesse decorrido num clima de contendas, a estabilidade do seu governo contrastou com o resto da Península e da própria Europa ocidental³¹³.

O Tratado de Windsor³¹⁴, o mais antigo tratado de aliança do mundo³¹⁵, confirmou e, simultaneamente, colocou num nível mais alto e estreito as relações entre as duas coroas envolvidas. Foi reconfirmado durante o próprio reinado de D. João I e, sucessivamente, pelos reis posteriores³¹⁶.

Em 1386, ajustou-se o casamento de D. João I com a filha do Duque de Lancaster, D. Filipa, união que se celebrou no Porto, a 2 de Fevereiro de 1387³¹⁷. Este matrimónio, o primeiro a

³¹³ Margarida Garcez Ventura, *O Messias De Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)* (Lisboa: Cosmos, 1992), 67-69. Em Castela cada um dos nove reinados entre 1296-1504 foi afectado pelos receios de uma sucessão disputada. MacKay, *Spain in the Middle Ages*, 121. O início da dinastia de Avis marcaria grandes alterações nos campos institucional político, económico e social. Para alguns autores essa época significou mesmo o principio de um caminho para a centralização régia, que Manuela Mendonça considera ter atingido a maturidade no tempo de D. João II. Manuela Mendonça, *D. João II; um Percurso Humano e Politico nas Origens da Modernidade em Portugal* (Lisboa: Estampa, 1991), 41.

³¹⁴ O texto do Tratado está reproduzido em *As Gavetas da Torre do Tombo* (Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1970), 8: 312-20. Segundo Cuttino, *English Medieval Diplomacy*, 14-19, este tratado terá sido precedido de outros entendimentos, que possibilitavam a sua assinatura. Um destes, era o documento pelo qual o duque de Lencaster cede a D. João I, “todo el derecho que a nos o a cada uno de nos, es devido o nos avemos en los dichos regnos de Portugal e del Algarbe”. IANTT, Gaveta 17, maço 6, no. 7, 26/03/ 1387; Russell, *English Intervention*, Appendix, no. 10, pp. 571-573. O Tratado continha treze cláusulas, mais do que os acordos de 1353 e 1373 em conjunto. Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire”, 112. Humberto Baquero Moreno, “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Porto: Universidade do Porto, 1988), 213-219

³¹⁵ Douglas L. Wheeler, Walter C. Opollo, *Historical Dictionary of Portugal*, 3rd ed. (Maryland: Scarecrow Press, 2010), 41.

³¹⁶ Com D. Duarte em 25 de novembro de 1435. Com D. Afonso V em 11 de Setembro de 1439. Barros, *História da Administração Pública*, X, 247-248. O mesmo sucedeu por parte dos ingleses, desde Henry IV, em 16 de Fevereiro de 1404. *Foedera*, IV/1, p. 62. Barros, *História da Administração Pública*, X, 242. Henry VI, em 18 de Fevereiro de 1436. *Foedera*, V/ 1, p. 23 e 25.

³¹⁷ TNA E 30/1282. 15.07. 1380. D. João I terá desejado uma aliança matrimonial entre as duas coroas, 3 anos antes, quando criticava D. Leonor Teles, por ter quebrado o acordo de casamento de Edward of Langley com D. Beatriz. *The Chronica Maiora of Thomas Walsingham*, p. 234; Sobre D. Filipa, veja-se Macaulay, *They went to Portugal*, 34 ss; Manuela Santos Silva, “Filipa e Catalina de Lancaster e as negociações da paz de 1411 entre Portugal e Castela – segundo os cronistas portugueses”, in *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*, coord. Isabel del Val Valdevieso e Cristina Segura (Al-Mudayna: 2011), pp. 281-291; Sobre os ingleses que acompanharam a rainha à sua nova pátria veja-se William J. Entwistle e Peter Russel, “A Rainha D. Felipa e a sua corte”, in *Congresso do Mundo Português*, II, (Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940), 317-340.

realizar-se entre as duas coroas, foi politicamente importante, uma vez que encerrou quase duas décadas de negociações para o estabelecimento desta aliança. Nesta “viragem” de interesses para Inglaterra, D. João I casaria, anos mais tarde, D. Brites, sua filha natural, com o conde de Arundel, numa aliança cuja iniciativa terá pertencido à rainha³¹⁸.

Durante o reinado de D. João I, a Guerra entre a França e Inglaterra entrou numa fase de relativa acalmia, sobretudo depois da trégua de Leulinghem de 1389³¹⁹. Esta trégua que, inicialmente, foi acordada por três anos, seria renovada e durou 13 anos, constituindo a trégua mais longa nesta Guerra. A situação influenciou significativamente o comércio³²⁰. Nesta conjuntura, D. João I interessou-se em aumentar o alcance da sua afirmação política no continente e, ao mesmo tempo, a base de apoio para o comércio português. Assim, desde o início do seu reinado, deu passos com vista ao estabelecimento de relações estreitas com os soberanos da Flandres, a partir de João sem Medo³²¹.

Em Inglaterra, três anos depois da trégua de 1396, Henry IV sucedeu no trono a seu primo Richard II. Durante este período, desenvolveu-se uma situação política complicada entre os dois reinos beligerantes, devido às facções que existiam tanto na França como na Inglaterra. Consequentemente, as suspeitas recíprocas aumentaram e quando, em 1413, subiu ao trono Henry V, os preparativos para um confronto aberto já tinham começado³²². Entretanto, Portugal seguia o seu caminho e, nos últimos anos do seu reinado, pode dizer-se que D. João

³¹⁸ Manuela Santos Silva, “O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel)- paradigma documental da negociação de uma aliança”, *Problematizar a História, Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Coord. Ana Leal de Faria, Isabel Drumond Braga (Lisboa: Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007), 77-91; Sobre D. Catalina e a sua influência para a paz: F. Lopes, *Crónica*, II, 411-412; Luis Suárez Fernandez, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique, 1393-1460*, (Madrid: CSIC, 1960), 34.

³¹⁹ 18 de Junho de 1389. A trégua foi acordada por três anos. Cuttino, *English Medieval Diplomacy*, 102; José Soares da Silva, *Collecção dos documentos com que se autorizam as memorias para a vida del Rey D. João I*, (Lisboa: Academia Real, 1734), IV, doc. 33; Perroy, *Diplomatic Correspondence of Richard II*, doc. 109.

³²⁰ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 52.

³²¹ Richard Vaughan, *John the Fearless. The Growth of Burgundian Power* (Woodbridge: The Boydell Press, 2002), 259 (1st ed. London and New York: Longman, 1966); Richard Vaughan, *Philip the Good. The Apogee of Burgundy* (London: Longmans & Green, 1970), 54.

³²² Alfred H. Burne, *The Agincourt War. A Military History of the Latter Part of the Hundred Years from 1369 to 1453* (London: Eyre and Spottiswoode, 1956), 33.

I consolidou as linhas das relações internacionais de Portugal, de acordo com a nova posição geoestratégica em que colocou o país, com a conquista de Ceuta. Verificou-se então o afastamento da Inglaterra do teatro da política peninsular³²³.

Entre os mais importantes passos que foram dados, salientamos as relações com a outra grande potência em ascensão no ocidente, a Borgonha. Nesse âmbito se negociou um enlace matrimonial que iria fortalecer muito mais as relações com a Flandres e a Borgonha: em 1430, D. Isabel, filha de D. João I, casava com o Duque, Filipe o Bom³²⁴. Pela mesma época voltara a antiga tradição portuguesa de matrimónios em terra “aragonesa”. Em 1429, o herdeiro de Portugal, D. Duarte, casara com D. Leonor, irmã do rei de Aragão³²⁵. Retornava-se, assim, a este reino, anos depois do rei Martinho I ter solicitado uma aliança com Portugal, propondo um outro casamento para D. Duarte³²⁶. Conquanto estas primeiras negociações não tivessem surtido efeitos práticos no momento, mas apenas duas dezenas de anos mais tarde, nelas se manifesta uma estratégia peninsular que visa anular qualquer tentativa de supremacia por parte de Castela³²⁷.

Para Portugal, é também muito claro o desejo do fundador da dinastia em estreitar laços de sangue com as principais casas reinantes da Europa. Contudo, durante o reinado de D. João I, Portugal não se envolveu em mais alianças políticas ibéricas, que pudessem pôr em causa o

³²³ A guerra entre 1415 e 1453 esteve centrada predominantemente no norte de França. Curry, “After Agincourt, What Next?”, 83; A paz nas águas do Canal nos anos de 1420 deve-se ao domínio de armas inglesas em terra. Susan Rose, “Digs and Documents: Gaps in our Knowledge of Medieval Shipping”, *Mariner's Mirror*, 97/1 (2011): 74.

³²⁴ Os enviados do Duque acharam os costumes portugueses muitos estranhos, mas depois do casamento estes costumes foram bem visíveis na corte da Borgonha. Otto Cartellieri, *The Court of Burgundy. Studies in the History of Civilization* (London and New York: Kegan Paul, Trench, Trubner, 1929), 73.

³²⁵ As duas coroas chegaram a acordo em 1422. MH, XV, *Supl.*, doc. 5, de 4 de Março de 1422; António Joaquim Dias Dinis, “À volta do casamento do infante D. Duarte, 1409-1428”, *Revista Portuguesa de História*, 15 (1974): 44-45; Luis Suárez Fernandez, “Las relaciones diplomáticas entre Portugal e Castilla en la Edad Media”, in *Iª Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal* (Lisboa, 1990): 231.

³²⁶ Doc. de 28 de Março de 1409. MH, II, n.º 137 e MH, II, n.º 141.

³²⁷ Juan Jordán de Urries Marqués de Ayerbe, *Enlaces de reyes de Portugal* (Madrid: Real Academia de la Historia, 1899), 16-17. «No caso concreto da Península Ibérica, afigura-se indispensável equacionar o equilíbrio de poderes régios, considerando os interesses de Aragão e Portugal, sempre por oposição a Castela» Manuela Mendonça, *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Colibri, 1994), 11.

equilíbrio alcançado³²⁸. O fim da guerra de Portugal com Castela foi consagrado, “tras casi medio siglo de rivalidad”³²⁹, no tratado de paz de Almeirim, a 30 de Outubro de 1431³³⁰. Curiosamente, este tratado foi acompanhado pela assinatura de uma outra paz, mas entre Castela e a Inglaterra, sugerindo de novo os estreitos laços que uniam Portugal ao seu aliado³³¹. D. João I morreria em 1433, tendo conseguido a paz interna e externa e deixando Portugal praticamente com as mesmas fronteiras que hoje detem³³². O alinhamento dos estados durante o Cisma esteve relacionado com a Guerra, tendo-se estes dividido quanto à obediência a Roma ou a Avinhão, fundamentalmente, na base das alianças celebradas com a França ou com a Inglaterra³³³. No quadro interno, o Cisma manifestar-se-ia como catalizador do engrandecimento do “partido” do Mestre, através da sua identificação com Roma³³⁴.

³²⁸ Alan Ryder, *Alfonso the Magnanimous, King of Aragon, Naples and Sicily, 1396-1458* (Oxford: Clarendon Press, 1990), 172.

³²⁹ Paz Romero Portilla, “Apoyo del partido portugués a una política pro-lusitana en Castilla durante el siglo XV”, in *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*, II, dirs., M.^a Isabel del Valdivieso, Pascual Martínez Sopena (Universidad de Valladolid, 2009), 666.

³³⁰ *MH*, vol. IV, doc. 9; Só em 1429-30, quando Castela havia enfrentado ataques de Aragão e Navarra, Castela tentou melhorar as relações com a Inglaterra. Goodman, “England and Iberia”, 89.

³³¹ Alfonso V de Aragão propôs a D. João I uma aliança contra Castela. *MH*, III, doc. 158. Entretanto, Portugal assinava também, a 11 de Agosto de 1432, tratados de paz e amizade com Aragão e Navarra. *MH*, IV, doc. 33.

³³² Além de governar a Olivença, a Madeira e os Açores, bem como Ceuta. Sousa, “Portugal”, 637.

³³³ Martínez, *História diplomática*, 55; Perroy, *L'Angleterre et le grand Schisme*, 221, 223.

³³⁴ Uma das mais destacadas vítimas da “revolução” foi o bispo castelhano e clementino de Lisboa. Perroy, *L'Angleterre et le grand Schisme*, I, 230. Deste modo permitiu “a radicalização político-religiosa: de um lado Portugal, o Mestre, Roma, Cristo; do outro Castela, Avinhão, o Anti-Cristo”. Margarida Garcez Ventura, “Notas para o Estudo do Pensamento Político e Relações com a Igreja nos Inícios da Dinastia de Avis”, sep. *La Ordem Concepcionista-Actas del I Congreso Internacional* (Leon, 1990), 74; Julieta Maria Aires de Almeida Araújo, *Portugal e Castela na Idade Média* (Lisboa: Colibri, 2009), 12.

4. A NEUTRALIDADE DE NOVO

Voltando à problemática da guerra dos Cem Anos, podemos afirmar que o afastamento de Portugal no respectivo envolvimento directo era uma realidade desde os últimos anos do reinado de D. João I, concretamente a partir de 1420. Todavia, a neutralidade veio a efectivar-se com a chegada ao poder de D. Duarte I.

Desde a tomada de Ceuta por Portugal e da campanha inglesa, que culminou na vitória de Azincourt, os destinos dos dois aliados iriam divergir cada vez mais, sendo certo que a coroa inglesa tinha conseguido os seus objectivos. A partir de 1415 e durante toda a década 20, este reino chegou a dominar a Guerra, não só por terra, mas também por mar, tendo-se Londres e Paris juntado numa mesma coroa³³⁵. Daí que os ingleses não tivessem mais razão para olhar para o sul, porquanto já tinham o que queriam. Além disso, o seu sucesso na França, tornava desnecessária qualquer assistência directa de Portugal³³⁶. Por seu lado, o reino Luso, tendo tomado Ceuta e não sendo mais solicitado no conflito anglo-francês, veio a desenvolver uma política em direcção ao sul, que o ia afastando, não só do seu aliado na Guerra europeia, mas da própria Europa.

Diremos então que, até Ceuta-Azincourt, a Inglaterra tinha interesses na Península, sendo o sul uma das saídas em que mais investia. Portugal, por seu lado, até Ceuta-Azincourt, estava direccionado para o norte, convergindo com a Inglaterra e estando perto da Guerra. Depois de Ceuta-Azincourt, as novas orientações, da Inglaterra para o continente e de Portugal para o sul e para África, acabaram por ditar um relativo afastamento.

³³⁵ Pirenne, *A History of Europe*, 444. Os sucessos ingleses no Canal da Mancha durante os anos 1416-1417, mas sobretudo a conquista de Rouen em Janeiro de 1419 e a ocupação dos portos da Normandia praticamente destruíram o poder naval francês. Richmond, “The War at Sea”, 112-115.

³³⁶ Em 1422, a frota real que Henry V tinha reunido na campanha de 1415 e 1419, foi vendida. Jacques Paviot, *La politique navale des ducs de Bourgogne 1384-1482* (Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995), 331.

4.1.D. Duarte I O retorno de Flandres. Borgonha e Portugal

O reinado de D. Duarte foi marcado pela campanha militar que, na historiografia portuguesa, ficou conhecido como “o desastre de Tânger”. Foi a primeira e a única grande campanha militar levado a cabo pelos filhos de D. João I, sem as intromissões racionalistas e realistas do fundador da dinastia de Avis. Ao contrário da campanha de Ceuta, que se realizou sem se pedir ao povo empréstimo extraordinário³³⁷, neste caso o rei foi obrigado a reunir as cortes e a pedir empréstimo para a empresa³³⁸. Faltou-lhe também a minuciosa elaboração estratégica e tática, que foi tão essencial no sucesso de Ceuta. E, aparentemente, faltou-lhe a liderança dum rei, dotado de um juízo equilibrado, para além da pujança económica do reino³³⁹.

A comparação entre os anos nos quais foram levadas a cabo as duas campanhas, resulta num quadro histórico diferente. A década de 1410 é um período de recuperação e de expansão do reino, em termos económicos e demográficos. O período que precede a campanha de Tanger é considerado como o período menos próspero, no qual, à ausência da liderança de D. João I, se juntaram a peste e os maus anos agrícolas. Apesar de tudo isso, nas Cortes de Leiria de 1436, o monarca comunicou a decisão de enviar uma expedição a África comandada pelos irmãos, os Infantes D. Fernando e D. Henrique³⁴⁰.

³³⁷ Em 1415, D. João I não quis lançar pedido para organizar a expedição a Ceuta, porque se o fizesse lhe seria mister convocar as cortes, tornado deste modo pública a projecta expedição. Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos*, 41; Em 1414, o rei recolhe e compra cobre e prata e «a muy breue tempo, teue delle muy grande abastança. Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 21; Ferro. *Estudos de História Monetária Portuguesa*, 29.

³³⁸ As cortes de Évora de 1436, reúnem-se, para financiar a expedição a Tânger, decidindo um pedido e meio dos cristãos e dois pedidos dos judeus. Esta quantia, porém, não chegou a cobrir as despesas. Ruy de Pina, «Crónica d’elRey D. Duarte», in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa*, I, cap. XXII; Gonçalves, *Pedidos e empréstimos públicos*, 158.

³³⁹ Sampaio, *As póvoas marítimas*, II, 150. Faltou-lhe também a ajuda que D. Duarte esperava da Borgonha e da Inglaterra. “E esto por mjingoa dos navyos, que non veerom dHingraterre e de Frandes”. MH, VI, n. 75, 17 de Março de 1438; Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, 79.

³⁴⁰ Domingos Maurício Gomes dos Santos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)* (Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960), 88-90 e ss. Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* (Porto: INIC, 1990), 348-349. Segundo a *Crónica de D. Duarte*, o número estimado de homens para fazer o assalto a Tânger era de 14.000. Duarte Nunes Leão, *Crónica dos Reis de Portugal* (Porto: Lello e Irmão, 1975), cap. VIII.

No que se refere à política de guerra externa, o curto reinado de D. Duarte não modificou a posição de Portugal em relação aos beligerantes. Assim que ascendeu ao trono, ratificou o Tratado de Windsor, tendo as relações com Inglaterra continuado a ser amigáveis³⁴¹. Constatamos ainda que o clima das relações com Castela melhorou.

Portugal afastara-se, pois, das implicações da Guerra desde a década '20 do século XV³⁴², sendo certo que também os outros reinos ibéricos se mostravam cada vez menos interessados no conflito, que parecia interminável. O congresso de Arras, em 1435, marcaria um ponto de viragem na Guerra³⁴³. Depois dele, D. Duarte teve que fazer um política de equilíbrio uma vez que a paz entre a Inglaterra e a Borgonha chegou ao fim, com o Duque abandonando a aliança com os Lencaster, e voltando-se agora para Charles VII, Valois³⁴⁴. O tratado de paz concluído foi considerado como um acto de reconhecimento da emergência da Borgonha como uma grande potência na Europa do tempo, que se tinha expandido à custa da monarquia francesa³⁴⁵.

D. Duarte parece ter-se inclinado para a política do Duque da Borgonha, sem contudo abandonar a aliança com a Inglaterra. Esta atitude não estaria alheia à presença de sua irmã, Isabel, casada com o Duque, que teve um papel importante ao lado do seu marido, assistindo-lhe em assuntos de administração e de diplomacia³⁴⁶. Mas também as acções de corso que os

³⁴¹ Geouge, "Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I", 130. *Foedera*, X, pp. 594-600.

³⁴² No reinado de D. Duarte, 1433-1438, "o paiz gozou de paz interna; mas... sente-se uma certa paralysação no desenvolvimento das suas forças". Barros, *História da Administração Pública* V, 300.

³⁴³ Foi considerado como a primeira Conferência de Paz na Europa, ou ainda "the medieval Congress of Vienna" Joycelyn Gledhill Dickinson, *The Congress of Arras: 1435. A Study in Medieval Diplomacy* (Oxford: Clarendon Press, 1955), p. VIII. A conferência contou com a presença de observadores de vários países, entre os quais de Portugal, de Castela, da Sicília, da Dinamarca, da Polónia e de Itália. James H. Ramsay, *Lancaster and York. A Century of English History (A. D. 1399-1485)* (Oxford: Clarendon Press, 1892), I, 469.

³⁴⁴ Pirenne, *A History of Europe*, 446; Esta decisão da Borgonha de abandonar a aliança inglesa, considera-se o factor que realmente trouxe o fim da guerra. Backman, *Medieval Europe*, 385.

³⁴⁵ Pierre Chaunu e Richard Gascon, *Histoire économique et sociale de la France* (Paris: Presses Universitaires de France, 1977), 42-43. Burgundy was really carried into history on the broad shoulders of France." Richard Vaughan, *Valois Burgundy* (London: Penguin Books, 1975), 49. Vaughan, *John the Fearless*, 251.

³⁴⁶ Sobre a utilização do tratado de casamento de D. Isabel como base e modelo para o tratado de casamento do seu filho Charles, com Margaret de York, veja-se Christine Weightman, *Margaret of York, Duchess of Burgundy 1446-1503* (Gloucester e New York: Alan Sutton, St. Martin's Press, 1989), p. 41. D. Isabel actuou

ingleses tinham levado a cabo contra alguns navios portugueses que se dirigiam para a Flandres³⁴⁷, terão motivado as atitudes do rei português. Aliás, este incidente terá integrado uma parte das reclamações de Filipe o Bom, constantes na carta que enviou ao rei inglês, na qual declarava guerra àquele reino³⁴⁸. Para tanto, D. Duarte enviou a Filipe o Bom uma galé armada, que chegou a Ecluse em finais do mês de Março de 1436³⁴⁹. Ia a bordo mestre Álvaro de Brito, conjuntamente com alguns especialistas portugueses e biscainhos, que iriam ser muito úteis ao Duque, construindo em três meses uma galé. Contudo e apesar desta ajuda, D. Duarte agiu com muito cuidado ficando por aqui o seu apoio. Assim, mesmo a galé de Álvaro de Brito teve de pedir o auxílio de biscainhos, para incorporar a sua equipagem, uma vez que lhe faltaram efectivos militares portugueses³⁵⁰.

Em síntese e analisando o posicionamento de D. Duarte na disputa entre os dois ex-aliados, verificamos que prestou ao seu cunhado uma assistência estritamente técnica, mas não militar, mantendo assim a aliança com a Inglaterra intacta³⁵¹. Esta política favoreceu também

como regente e também teve um papel diplomático importante liderando a delegação borgonhesa na conferência de Gravelines em 1438 e de Utrecht em 1453. Weightman, *Margaret of York*, 63.

³⁴⁷ Em 17 de Novembro de 1435 os ingleses apoderaram-se de 5 navios portugueses. Num dos navios havia cartas que se dirigiam à Duquesa D. Isabel. Paviot, *La politique navale*, 70; Marie-Rose Thielemans, *Bourgogne et Angleterre. Relations politiques et économiques entre les Pays-bas bourguignons et l'Angleterre 1435-1467* (Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1966), doc. 1, 19.02. 1436; Geouge, "Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I," 130.

³⁴⁸ 19. 02. 1436. Paviot, *La politique navale*, 71; Thielemans, *Bourgogne et Angleterre*, doc. 1.

³⁴⁹ Em 8 Agosto de 1436 D. Duarte concede cartas de proteção para os navios ingleses que dirigissem para Portugal. TNA C/47/30/9/15.

³⁵⁰ Richard W. Unger, "Dutch Nautical Sciences in the Golden Age: the Portuguese Influence", *e-Journal of Portuguese History*, 9/2 (Porto 2011): 79. Mais tarde Alvaro de Brito foi substituído por dois outros constructores portugueses, que durante a primeira parte do ano 1438 construíram uma caravela, a primeira a ser construída fora de Portugal, e que voltam para Portugal em Agosto de 1438. Paviot, *La politique navale*, 105. O emprego de portugueses, tem que se relacionar talvez com a proibição que a Hansa impôs aos seus membros em 1434 -1435 para construir e vender navios aos holandeses, flamengos ou lombardos. Wim Blockmans, "The Economic Expansion of Holland and Zeeland in the Fourteenth-Sixteenth Centuries", in *Studia Historica Oecumenica. Liber Amicorum Herman Van der Wee*, eds., Erik Aerts, et alii. (Leuven: Leuven University Press, 1993), 53. Depois de Alvaro de Brito em 1436-1437, de Martim Afonso e dois outros mestres em 1437-1438, outro mestre João Afonso chegou em 1438 para construir outras caravelas. Paviot, *La politique navale*, 106-107.

³⁵¹ Segundo Paviot no cerco de Calais, em 1436, D. Duarte, "ne respectant guère les termes du traité de Windsor, offrit non pas un navire, mais des charpentiers du marine qu'il envoya en Flandre à bord de sa galée." Estes «cent compagnons portugalois et espagnolz» deviam chegar em L'Écluse em Março de 1436. Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995), 67.

o comércio dos portugueses na Flandres e vice-versa, tendo, em 1438, os portugueses adquirido o direito de ter o seu cônsul em Bruges³⁵².

No que se refere à política com Aragão, as relações de D. Duarte foram sempre boas. Em carta de 25 de Janeiro de 1435, tratava os infantes aragoneses por «muy prezados e amados irmãos»³⁵³. Por seu lado, também o rei aragonês, Alfonso V, demonstrou constantemente uma atitude filo-portuguesa que, no entanto, derivava das suas preocupações estratégicas e políticas, mais do que das ligações familiares.

³⁵² Vaughan, *Philip the Good*, 254.

³⁵³ Inserta no *Leal Conselheiro* de D. Duarte, cap. 98; *MH*, V, pp. 136-146.

4.2. D. Afonso V: O “Africano” e a criação do “Mediterrâneo” português no Atlântico

O longo reinado de Afonso V, incluindo o período da regência, ocorreu numa época em que Portugal já se encontrava desligado politicamente da Guerra dos Cem Anos³⁵⁴. O seu afastamento da problemática do Mar do Norte, especialmente dos assuntos da Inglaterra, foi tal que um testemunho coevo diz que, no tempo da Guerra dos Rosas, os Lancaster dificilmente lembravam o nome do soberano português, seu primo, que reinava em Portugal desde 1438³⁵⁵. Mas, em termos de posicionamento no quadro vasto do comércio europeu, a posição de Portugal permaneceu idêntica, continuando a ter o papel importante na rota do tráfego mercantil entre o Mediterrâneo e o Atlântico, que as implicações da Guerra lhe haviam proporcionado.

A novidade que este reinado trouxe foi o alargamento, cada vez maior, do novo sistema económico com base no Atlântico português e africano, que deu sentido ao cognome de “o Africano”. Durante o seu reinado, a coroa portuguesa percebeu bem a posição estratégica do país, desenvolvendo um sistema económico de apoio com base em espaços exclusivos de Portugal e fora de qualquer sobreposição de direitos³⁵⁶.

A regência de D. Pedro constituiu uma excepção a esta norma, talvez plenamente justificada pelos perigos que a política hegemónica dos Infantes de Aragão representava. Aliás, a sua regência inaugurou um ponto de viragem no xadrez político peninsular, quando D. Pedro e o

³⁵⁴ Curiosamente, foi D. Afonso V que por um curto tempo denunciou todos os tratados e declarou guerra a Inglaterra em 1470, por causa da captura de navios portugueses no meio da guerra civil inglesa na altura da retoma de Henry VI. A declaração de Guerra não foi posta em prática, porque Edward IV voltou de novo ao poder em 1471 e tomou as medidas necessárias para reconciliação. V. Geouge, “Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I”, 130; Ramsay, *Lancaster and York*, I, 388; Guedes, *A Aliança inglesa*, 109.

³⁵⁵ Ralph A. Griffiths, *The Reign of King Henry VI. The Exercise of Royal Authority, 1422-1461* (London: Ernest Benn, 1981), 889; Ralph Griffiths, “For the myght off the lande, aftir the might off the grete lords thereof, stondith most in the kynges officers”: The English Crown, Provinces and Dominions in the Fifteenth Century”, in *Concepts and Patterns of Service in the Later Middle Ages*, ed. Anne Curry and Elizabeth Matthew (Woodbridge: The Boydell Press, 2000), 90.

³⁵⁶ Virgínia Rau, *Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália* (Lisboa: Centro de Estudos de de Marinha, 1973), 17

condestável Álvaro de Luna, “los dos máximos protagonistas del acercamiento luso-castellano”³⁵⁷, se aliaram contra as tentativas hegemónicas dos Infantes de Aragão³⁵⁸. Por esta época, os interesses dos beligerantes da Guerra dos Cem Anos estavam cada vez mais distantes da Península. Entretanto, essa Guerra chegava ao fim e as coroas de Portugal e Castela voltavam novamente a olhar em direcção daquilo que as unia e não do que as separava³⁵⁹.

Sobretudo no terceiro quartel do século XV, D. Afonso V, “empenhou-se na conquista de Marrocos, investindo nisso tempo, homens e capitais. D. Afonso V passou cerca de 12 anos da sua vida polarizado para a guerra aos mouros, fomentando e apoiando campanhas sucessivas. Ele próprio comandou três armadas, nos anos de 1458, 1463 e 1471 e, se na primeira tentativa de conquista a sorte não lhe sorriu³⁶⁰, das restantes resultou o domínio de várias praças, sendo as principais Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger.

Manuela Menonça divide em três etapas o longo reinado de D. Afonso V (1438-1481). A primeira correspondeu ao período da regência (1438-1446). Na segunda etapa, os objectivos da política externa voltaram-se para o norte de África, o que caracteriza esta etapa, designada por etapa africana. A terceira fase foi a «etapa castelhana», (1475-1479)³⁶¹, com o projecto da

³⁵⁷ Álvarez Palenzuela, “Objetivos y proyectos en las relaciones castellano-portuguesas”, 477.

³⁵⁸ Mendonça, *As relações externas de Portugal*, 11.

³⁵⁹ A partir de meados do século XV, as relações de Portugal e Castela sofreram uma decisiva viragem. Depois da morte de D. Pedro na Alfarrobeira (1449) e a execução do condestável D. Álvaro de Luna em 1453, “consolida-se a aliança luso-castelhana, mas sem que nela se manifeste uma comunhão de interesses. O que se verifica é a ânsia de supremacia manifestada ora por um, ora por outro reino, sempre traduzindo a esperança das duas coroas, apostadas em realizar a União Ibérica”. Mendonça, *As relações externas de Portugal*, 12.

³⁶⁰ Um factor importante terá sido o facto de que a campanha de Marrocos se fez sem preparativos adequados, visto que a armada que foi a Marrocos de facto se tinha reunido para a cruzada anti-otomana. Sobre este desvio de objectivos e as suas consequências veja-se Manuela Mendonça, *O sonho da união ibérica. Guerra luso-castelhana, 1475-1479* (Matosinhos: Quidnovi, 2007), 8-9; Veja-se também sobre a intencionada expedição para o Levante: Manuela Mendonça, “Afonso V, Calisto III e a cruzada contra o Turco. A política africana de D. Afonso V ou os interesses portugueses no Mediterrâneo?”, in *Actas dos 2. os Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais: Camara Municipal de Cascais, 1996), I, 82.

³⁶¹ Mendonça, *O sonho da união ibérica*, 7-8. Sobre este assunto veja-se também Mendonça, *D. João II*, 98-108.

união ibérica, (1474-1479), que viria a ser concretizado só um século mais tarde, em 1580, por Filipe II³⁶².

Neste tempo, Portugal agiu como a potência hegemónica *par excellence* da Península. Porém, teria sido impossível tomar esta postura no momento, sem que se tivesse desenvolvido uma base estrutural na centúria anterior. É de notar que a ofensiva de D. Afonso V em Castela teve o apoio formal da coroa francesa, a quem preocupava a eventual formação de um bloco castelo-aragonês³⁶³. A celebração de um tratado de aliança entre Portugal e a França, no qual D. Afonso V se confirmava como “rei de Castela, de Leão e de Portugal”³⁶⁴, explica-se também pela aliança consagrada entre a Inglaterra e Castela, em 1467³⁶⁵. Mas a tentativa portuguesa não teve sucesso. O ponto decisivo do conflito foi atingido na batalha de Toro, que conduziria às posteriores negociações de paz.

Em 1479, nas Alcáçovas, era assinado um tratado, pelo qual Portugal reconhecia os direitos de Isabel e Fernando ao trono de Castela. Em contrapartida, foram reconhecidas «para sempre», por parte de Castela, as conquistas portuguesas em África e o domínio do Atlântico, com excepção das Canárias. Assim se desfazia o acordo estipulado dois séculos antes, em 1291, que distribuía as zonas de conquista em África entre Castela e Aragão³⁶⁶.

Embora tivesse terminado sem proveito para Portugal esta tentativa de expansão na Península, isso não diminuiu o impacto que teve a digressão espectacular do rei português por

³⁶² Mendonça, *O sonho da união ibérica*, 9-11.

³⁶³ A união de Castela e Aragão “era incompatível com a continuação do bom acordo com a França. Por essa razão Louis XI apoiou o soberano de Portugal. Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, p. X.; Parece que os únicos estados que consideravam a união matrimonial entre as coroas de Castela e Aragão como ameaça eram França e Portugal. Ruiz, *Spain's Centuries of Crisis*, 196-197.

³⁶⁴ Tratado de aliança entre Afonso, rei de Castela, de Leão e de Portugal e Luis XI de França. Paris, 23 de Setembro de 1475, AN, J 605. n.º 81; Daumet, *Alliance de la France et de la Castille*, doc. 68, pp. 253-258.

³⁶⁵ As alianças da Inglaterra de 1467-8, com Castela e com Bretanha eram parte de uma ofensiva diplomática contra a França. Weightman, *Margaret of York*, 40.

³⁶⁶ Castela e Aragão considerando Magreb como um prolongamento das suas conquistas, assinaram tratados sobre a divisão (Tratado de Monteagudo, 1291) em zonas de influência. *Historia de España*, dir. M. Tuñon de Lara, 279, mas “não tinham feito nada para traduzir a ambição em realidade”. Joseph F. O’Callaghan, *A History of Medieval Spain* (Ithaca and London: Cornell University Press 1975), 547.

terras castelhanas, reafirmando mais uma vez a posição singular de Portugal na Península e a sua capacidade como força hegemónica. Da batalha da Aljubarrota à de Toro, a relação tinha-se invertido³⁶⁷. Havia uma grande diferença entre o Portugal de 1383, que lutava pela sua sobrevivência e o Portugal de 1475, que era capaz de dispersar as suas forças em vários frentes, impondo-se, ao mesmo tempo, não só em Castela-Aragão, mas também no Norte de África e na expansão oceânica. Perdeu-se uma oportunidade de união ibérica em Toro, oportunidade que iria ser recuperada, posteriormente, por Felipe II de Espanha, aclamado rei de Portugal, invertendo-se a situação.

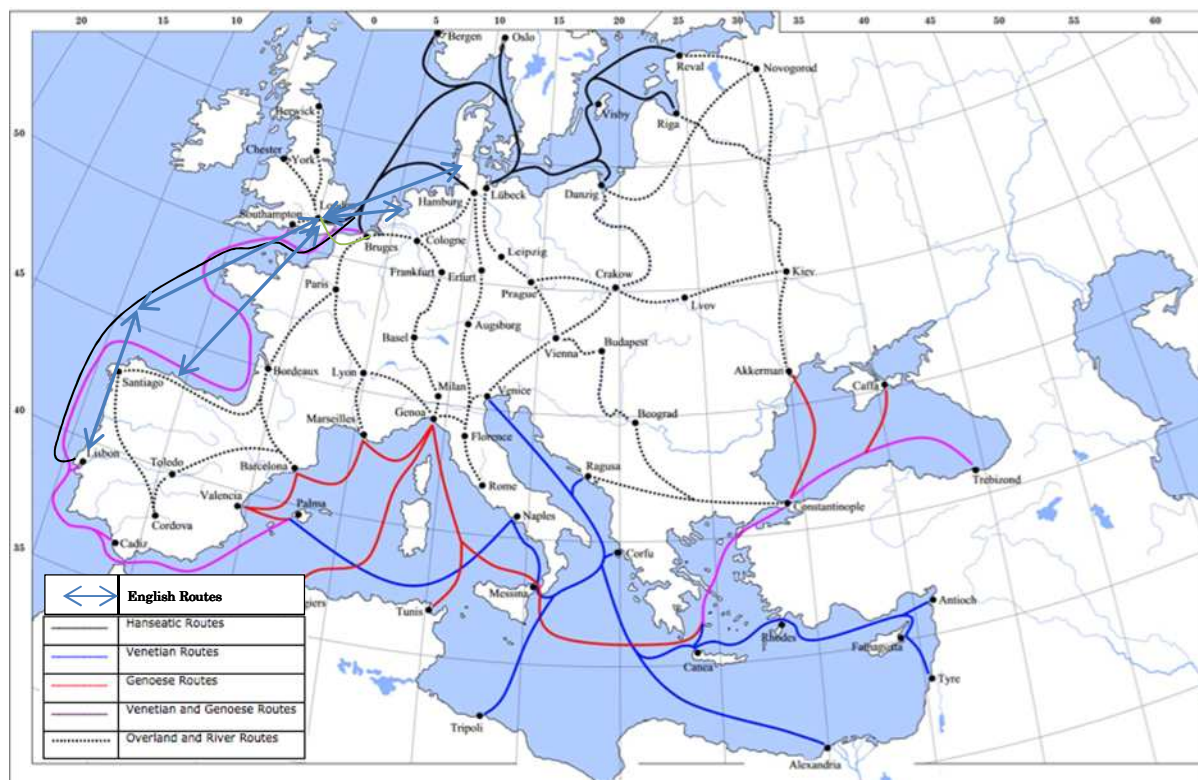
Durante o reinado de D. Afonso V, Portugal, aproveitando a sólida base económica e os recursos acumulados durante a Guerra dos Cem Anos³⁶⁸ e também a distração em que os conflitos europeus mantinham os outros estados do continente e da Península, desenvolveu um sub-sistema económico exclusivo que, embora inserido no vasto sistema económico da Europa, era totalmente dominado pelos portugueses. Assim criaram um pequeno “Mediterrâneo” português no Atlântico Sul, que se engrandecia e se alargava na medida em que se aumentavam os recursos e a potência económica do reino³⁶⁹.

³⁶⁷ Álvarez Palenzuela, “Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages”, 15.

³⁶⁸ D. Afonso V teria gasto no casamento da sua irmã com o imperador alemão a quantia de 150 000 cruzados, ou seja 37 950 000 reais. António Caetano de Sousa, *Historia genealogica da Casa Real Portuguesa, Provas*, t. II, 1. ed. 17. Nas cortes de 1455, novos subsidios foram votados para o casamento de D. Joana, futura rainha de Castela. Na mesma altura o rei lança pedidos para a empresa contra os turcos. (ANTT, *Estremadura*, liv. 1, f. 196v.). Nas cortes de 1460 foi outorgado o subsidio das 150 000 dobras, igual a 34 milhões e meio reais. Alguns anos depois, novo subsidio de 60 000 florins, igual a cerca 13 milhões e meio reais, foi outorgado para o pagamento do dote de D. Isabel, filha do infante D. João. Nas cortes de 1471 foi concertado o casamento do príncipe D. João com sua prima D. Isabel e, para «filhamento» de sua casa, ofereceram os povos 50 000 dobras, igual a 15 milhões de reais. Em 1478 D. Afonso, reuniu cortes em Lisboa, “nas quais lhe foi outorgado o mais importante pedido da idade Média: 60 milhões de reais.” Gonçalves, *Pedidos e empréstimos*, 161-172.

³⁶⁹ Nos séc. XV e XVI, Portugal e Espanha desenvolveram dois sistemas económicos e políticos no Atlântico comparáveis em muitos aspectos com o mundo mediterrâneo. Malyn Newitt, *The Portuguesees in West Africa, 1415-1670: A Documentary History* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), p. 1; Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies* (London: Weidenfeld and Nicolson, 1977), 7. Na vastidão do Império português, Castela assemelhava-se a uma ilha. O Império forneceu à Coroa portuguesa, recursos financeiros, mantendo os clérigos e os nobres longe dos sonhos de união com Castela. Newitt, *Portugal*, 15; G. V. Scammell, “The English in the Atlantic Islands, c. 1450-1650”, *The Mariner’s Mirror* 72, (1986): 295.

SEGUNDA PARTE



Mapa das rotas comerciais mais importantes dos finais da Idade Média. Elaborado com base na *Wikipedia commons*. Domínio público.

1. A ECONOMIA PORTUGUESA E A GUERRA DOS CEM ANOS.

O estudo da economia da Idade Média não é tarefa fácil e nem sempre é possível chegar a conclusões claras. Não existem dados sobre o PIB, nem estatísticas contemporâneas, mas isso não justifica o não se tentar reconstituir, tanto quanto possível, o quadro económico da época³⁷⁰.

A economia da Europa ocidental na Baixa Idade Média conheceu um conjunto de transformações importantes, que aconteceram de modos diferentes e em tempos diferentes, num processo que implicava uma hierarquia de áreas económicas, ou seja, em que algumas regiões dependiam de terceiros. Este, por sua vez, implicava que a interacção se inscrevesse num modelo de áreas centrais e das suas circundantes. Portugal fazia parte deste sistema económico e uma importante questão, relacionada com a hierarquia das áreas económicas, reside na posição e no nível da sua integração no sistema económico mais vasto. Neste caso, é muito difícil escapar a esquematização e/ou transposição do paradigma cultural para a realidade económica. Assim, na interacção entre as diferentes áreas nesta hierarquia, quase sempre se sublinha a difusão das técnicas (de comércio ou de navegação) e as influências que as áreas mais centrais e mais desenvolvidas, como Florença, Génova, Veneza, Champagne e Flandres, exerciam sobre as áreas menos centrais. Quanto maior for a área de estudo, tanto maior será a transposição do modelo explicativo culturalista na realidade económica, como se tudo tivesse dependido da transmissão das técnicas de navegação e do comércio³⁷¹.

³⁷⁰ Steven A. Epstein, *An Economic and Social History of Later Medieval Europe, 1000-1500* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009), 3.

³⁷¹ Um dos primeiros exemplos com que nos deparamos nesta abordagem culturalista, é a contratação de M. Pessanha pela coroa portuguesa. Antes de conjecturar sobre os efeitos da sua chegada a Portugal, podemos ver neste acto a capacidade e o interesse da coroa em empregar especialistas estrangeiros. Segundo R.S. Lopez, "Market expansion: the case of Genoa," *Journal of Economic History* 24 (1964): 460, "it was Genoese sea captains who in the fourteenth century had given a start to the great Portuguese navigation".

1.1. Antes da Guerra

O alcance da vida comercial de Portugal, antes do desenvolvimento do comércio marítimo, estava limitada à Península Ibérica. No panorama geral do continente havia, antes da Guerra, como é óbvio, diferentes ritmos e direcções de desenvolvimento. Muitas regiões da Europa tinham começado a sentir o agravamento dos problemas económicos, desde o início do século XIV e até parece que a Guerra foi travada para solucionar estes problemas. A Inglaterra, desde os inícios do século, estava numa situação de crise, mas não simplesmente económica³⁷². O mesmo podia dizer-se da França. Aqui, a situação tomou o carácter de uma crise política, institucional, económica e social³⁷³, considerando-se que França era o “estado falhado” *par excellence* da época.

A guerra teve diversas justificações dinásticas, mas, na verdade, ela foi uma Guerra económica, com vista ao domínio dos mercados e das rotas comerciais³⁷⁴. O seu resultado mais visível e importante foi a deslocação das rotas do comércio e a consequente reorientação e reorganização dos recursos económicos dos estados europeus³⁷⁵. Contudo, a reorientação das rotas do comércio tinha os seus custos para os estados, porque implicava uma reorganização das redes comerciais já estabelecidas³⁷⁶.

Como já vimos, no século XIII as ligações de Portugal com as redes do comércio extra-peninsular eram muito fracas e dispersas. A partir dos finais deste século, uma conjuntura internacional favorável acelerou o ritmo de integração do mercado português no sistema mais

³⁷² J. L. Bolton, *The Medieval English Economy 1150-1500* (London e Totowa, NJ: J M Dent & Sons, Rowman & Littlefield, 1980), 180, 182.

³⁷³ Chaunu e Gascon, *Histoire économique et sociale de la France*, 41-42, 143.

³⁷⁴ Justin Pollard, *Seven ages of Britain* (London: Hodder Stoughton, 2005), 88.

³⁷⁵ No Mediterrâneo ocidental nota-se a expansão das suas economias regionais começando na segunda metade do século XIV. Richard A. Goldthwaite, *The Economy of Renaissance Florence* (Baltimore: The John Hopkins University, 2009), 42.

³⁷⁶ Goldthwaite, *The Economy of Renaissance Florence*, 38- 39.

vasto do comércio europeu. O aumento de comercialização dos recursos económicos e humanos do país influenciou o desenvolvimento e o incremento destes recursos.

A geografia e a ecologia do solo português não eram menos favoráveis ao desenvolvimento económico do que noutros países. Pelo contrário. A extensão longitudinal de Portugal e da sua costa marítima fazia deste país, relativamente pequeno, um país geograficamente grande, porque incluía o máximo de variações climáticas que uma terra pode ter³⁷⁷.

Assim, desde a última década do século XIII, nota-se uma orientação cada vez maior dos recursos económicos de Portugal para a comercialização, fosse para o mercado interno, fosse para o mercado externo. Esta actividade comercial baseava-se em produtos necessários e indispensáveis e não em produtos de luxo. Estes produtos de necessidade básica incluíam o sal, o peixe, as frutas e, mais tarde, também o vinho, o azeite, os colorantes para a indústria têxtil, a cera, e o açúcar, para lá dos escravos, dos produtos de cerâmica, e, por fim, das especiarias³⁷⁸.

No entanto, podemos dizer que, até ao início da Guerra dos Cem Anos, o tráfico marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico ficou dentro deste quadro inaugural, sem consequências importantes, nem para os estados mediterrânicos promotores dele, nem para as regiões

³⁷⁷ Com uma superfície de 89.000 km², “mas um litoral de 800 km abre para a Atlântico a mais vasta fachada da Península”. Orlando Ribeiro, *Ensaio de geografia humana e regional*, I, (Lisboa: Sá da Costa, 1970), 296. Ao contrário da Espanha, região de terras altas e de estreita orla litoral, em Portugal predominam as áreas de baixa altitude: 71.4 % do solo estão a menos de 400 metros, e apenas 11.6 % acima de 700 metros. O sul tem 61.5% das terras a menos de 200 m de altitude. Também as temperaturas no verão são mais favoráveis em Portugal do que no interior da Península. Se os calores do interior da Península “cavam aí uma depressão, em toda a orla ocidental sopram brisas frescas do mar, que amenizam a temperatura.” Também no inverno, Portugal “recebe, em primeira mão, de encontro às suas montanhas do Norte, as chuvas fecundantes”. Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico* (Coimbra: Coimbra Editora, 1945), 58-63.

³⁷⁸ Rau, *Estudos sobre a história do sal*; Saul António Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média”, *Revista Portuguesa de História* 31/1, (1996): 434; *The Great Red Book of Bristol*, Ed., E. W. W. Veale, Part II, (Bristol: Bristol Record Society, 1938), p. 151; Ordenava-se que o vendedor tinha que pagar “brokerage” para uma bala de cera de Lisboa. *Calendar of Letter-Books ... Letter-Book, G. 1352-1374*, London 1905, 7 de Julho de 1366, p. 209; “Proclamation regulating the sail of oil of “Lusshebone” and “Cyvyllle”. *Calendar of Letter-Books... Letter-Book H*, 8 de Janeiro de 1382, p. 175; O navio de Newport encontrado neste porto continha uma quantidade de fragmentos de cerâmica de um tipo feito no sul de Portugal. Rose. “Digs and Documents”, 65-66.

mediterrânicas e atlânticas onde passava³⁷⁹. As feiras de Champagne continuavam a ser o coração comercial da Europa³⁸⁰ e o Mediterrâneo Central, com os dois polos, Génova e Barcelona, estava no seu apogeu³⁸¹. Foi a época da ascensão e expansão extraordinária da Catalunha, a primeira potência ibérica que se estreou no panorama económico e político da Europa, com o seu maior porto, Barcelona³⁸².

Quanto à actividade portuguesa, as informações vão progressivamente aumentando e podemos considerá-la em pleno desenvolvimento a partir da segunda metade do século XIV³⁸³. A partir desta data a presença portuguesa torna-se significativa, seja no Norte da Europa, seja no Mediterrâneo³⁸⁴.

A dinâmica do desenvolvimento da Guerra dos Cem Anos é importante para o estudo da economia portuguesa, porque os acontecimentos internacionais interagiram decisivamente com a estratégia de desenvolvimento de Portugal. No entanto, podemos dizer que a primeira década da Guerra não trouxe grandes diferenças relativamente ao volume do comércio internacional que passava pela costa portuguesa. Até à década de '50 o comércio marítimo

³⁷⁹ Muitos autores têm atribuído a este acontecimento simbólico maior importância do que realmente tinha. David Nicholas, *Medieval Flanders* (London and New York: Longman, 1992), 204; Mesmo neste caso, o conflito anglo-flamengo nos anos 1270, parece ter sido o propulsor deste acontecimento, porque os navios do Mediterrâneo foram atraídos para as águas do norte depois da retirada dos flamengos destas águas, o que ocorreu na sequência do conflito. Spufford, "Trade in Fourteenth-Century", 183.

³⁸⁰ R. H. Bautier, "Les foires de Champagne, recherches sur une evolution historique," in *La Foire* (Bruxelles: Recueils de la Société Jean Bodin, 1953), 134.

³⁸¹ Racine, «I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne alla fine del Duecento», 475.

³⁸² «los siglos XIII a XVI contemplan, dentro de la Península, el desarrollo de tres modelos de crecimiento diferentes, siendo el catalan más temprano que la del portugués, que, a sua vez, se anticipo cronologicamente al castellano». José Angel García de Cortazar, «La época medieval», in *Historia de España*, dir. Miguel Artola, 8ª ed. (Madrid: Alianza Editorial, Alfaguara, 1981), 380; Enquanto em Portugal a Idade de Ouro chega, com todo o seu esplendor, no século XV. Richard Pattee, *Portugal and the Portuguese World* (Milwaukee: The Bruce Publishing Company, 1957) 63.

³⁸³ «todo hace pensar en una alteración sustancial de la coyuntura comercial portuguesa a partir de la segunda mitad del siglo XIV», Luís Adão da Fonseca, *Portugal entre dos mares* (Madrid: MAPFRE, 1993), 71; «o que se comprova pela multiplicação das informações documentais». Fonseca, "As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares," 551; Este aumento acentuou-se «a partir da década dos anos 40», Fonseca, *O essencial sobre o Tratado de Windsor*, 42. Na retoma dos contactos, Prestage, *A aliança*, 7-8, cita a necessidade de Inglaterra encontrar aliados comerciais e políticos na sua guerra contra a França.

³⁸⁴ Filipe Themudo Barata estudando as relações com o Levante Peninsular conclui que «todos este anos que vão de 1280 a 1415 correspondem a 2 momentos diferentes: até meados da centúria de Trezentos seriam os anos iniciais de um comércio marítimo português para essas parengens mediterrânicas, ainda hesitante, embrionário, casuístico mesmo; a este seguir-se-ia uma época que terminará em 1415 em que o comércio se consolida, estabiliza, as trocas se tornam mais regulares». Barata, *Comércio e navegação*, 1.

entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa, via Portugal, estava quase paralisado por causa da presença contínua dos navios franceses e castelhanos nas águas do canal da Mancha³⁸⁵. Para a diminuição do volume desse comércio muito contribuiu também o colapso dos Bardi e Peruzzi e das outras grandes companhias da Florença. O comércio entre a Itália e a Inglaterra sofreu então um duro golpe e teve que se reorganizar duma maneira diferente³⁸⁶, sendo certo que os esforços dos reis ingleses para atrair os mercadores italianos não foram de início bem sucedidos³⁸⁷.

No panorama português, importa fazer notar a tendência cada vez maior para regulamentar o negócio interno e externo do reino, o que ocorre sobretudo a partir do segundo quartel do século XIV. Este facto indica que Portugal se ia adaptando às novas condições económicas e às diversas necessidades do comércio. Entre os mais importantes documentos que pensamos poderem ilustrar essa consciência, salientamos a pragmática de 1340³⁸⁸, a regulamentação da sisa dos produtos que entravam no Porto em 1371³⁸⁹ e o foral da portagem de Lisboa de 1377³⁹⁰. Tenha-se também em conta o estabelecimento de um arquivo estável, entre 1352 e

³⁸⁵ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 36.

³⁸⁶ “I primi preparativi per lo sbarco del 1338 in Fiandra ebbero quindi l’ausilio del denaro fiorentino. I frequenti mandati di restituzione di denari ricevuti per “affari segreti” lo provano. Saporì, *La crisi delle compagnie mercantile*, 52; CPR, 3. 10. 1336, p. 322; 16.01. 1337, p. 348, 26.01. 1337, p. 388 e 3. 05. 1377; Edwin S. Hunt, *The Medieval Supercompanies. A Study of the Peruzzi Company of Florence* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 430. Existe também a possibilidade dos Bardi e Peruzzi terem planeado financiar uma guerra de Edward III que visava a submissão da Flandres, o que teria sido o golpe perfeito para eles, mas a situação mudou quando a guerra desceu para o sul, para a própria França, barrando o caminho para uma normal comunicação comercial e financeira através da França.

³⁸⁷ Com o colapso dos Bardi e Peruzzi terminou o longo período de dominação florentina no comércio de lã inglesa para a Itália. O rei tentou atrair os venezianos. Em 1340 planeava fretar galés venezianas para combater ao lado dos ingleses, mas sem sucesso. Samuele Romanin, *Storia documentata di Venezia* (Venezia: Pietro Naratovich, 1855), III, 142-3; G. C. Buzzatti, “Relations diplomatiques entre l’Angleterre et Venise au XIV^e siècle,” *Revue de Droit international et de législation compare*, 16, (1884): 592-4; Edward III concedeu gratuitamente salvo-condutos para as galés da Flandres em 1357 e nos anos seguintes a pedido da Signoria. *Foedera*, III/1, 137, 169, 179; Mas estes salvo-condutos não indicavam que a frota da Flandres tencionava visitar portos ingleses. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 39.

³⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, “A Pragmatica de 1340”, in *Ensaio de Historia Medieval Portuguesa* (Lisboa: Portugália, 1965), 125-161.

³⁸⁹ *Vereações, anos de 1390-1395. O primeiro livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo*, comentários de Artur de Magalhães Basto (Porto: Câmara Municipal do Porto, [1937]), 397-399.

³⁹⁰ DP, Supl. ao vol. I, pp. 51 ss.; 5.10. 1377. “A leitura d’este documento deixa a impressão de que se trata ahi da capital d’um paiz que é principalmente lavrador.” Barros, *História da Administração Pública*, X, 122, 125.

1378, bem como a “vagarosa centralização das contas públicas nos “Contos”³⁹¹. Todas estas medidas parecem indicar uma fiscalização mais rigorosa na cobrança dos direitos fiscais, e também um maior desenvolvimento comercial³⁹². Outro elemento que indica o crescimento do comércio são os privilégios outorgados aos mercadores estrangeiros que, a partir deste período, aumentam significativamente³⁹³.

A economia portuguesa foi-se, pois, adaptando à nova conjuntura comercial. A capacidade da coroa e da comunidade mercantil portuguesa para aproveitar as oportunidades que a sua posição estratégica lhes oferecia fora já comprovada durante a crise no Mar do Norte, entre 1290 e 1310. Porém, a crise económica no norte da Europa, na década de 1310 e 1320, que coincidiu com um período relativamente mais tranquilo em termos de conflitualidade política e comercial no mesmo Mar, tirou aos portugueses essa oportunidade, embora as ligações estabelecidas anteriormente não fossem passíveis de se romper imediata e totalmente³⁹⁴. Porém, os testemunhos da presença comercial dos portugueses nesse mar não chegam aos níveis dos alcançados nos anos 1290-1310. Não se tem questionado esta aparente ruptura entre a actividade destes dois períodos, tendo-se interpretado mais como uma evolução progressiva³⁹⁵, conquanto as tendências e os testemunhos falem de ruptura.

Também não se tem questionado o aumento das referências de comércio dos portugueses no Mar do Norte, nas décadas de 1290-1310³⁹⁶, nem o início de utilização do rota do Estreito,

³⁹¹ Rau, *A Casa dos Contos*, 10.

³⁹² A necessidade da coroa de minimizar a evasão fiscal tinha fundamentos. “A nos he dicto que alguys nauios e naues chegã a essa cidade com suas carregas e descarregã em alguys lugares escussos pera nã pagarẽ o nosso direito. ... E que outrossy algũas pessoas tragem suas carregas e cousas per terra de q ham de pagar alguys dereytos e que maleçiosamente leixam os caminhos per q sse costumã de virẽ. Maço 2 de foraes antigos n.2, fol. 53v- 54); Barros, *História da Administração Pública*, X, 126-127.

³⁹³ Ana Maria Pereira Ferreira, *A importação e o comercio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*, (Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983), 25.

³⁹⁴ Uma carta de Edward II de 7 de Maio de 1325 recomenda ao rei português, Bernardo de Payusolio, que vinha em Portugal “com um dos seus navios carregado de mercadorias”. Guedes, *A Aliança inglesa*, 66.

³⁹⁵ Guedes, *A Aliança inglesa*, 66-67.

³⁹⁶ Há 5 referências sobre navios portugueses em portos ingleses entre 1310 e 1340, e 24 sobre navios castelhanos. Os registos sobre o vinho importado para os anos 1327-1340 documentam 28 navios castelhanos, mas só dois navios portugueses. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 31.

nem a política da coroa portuguesa, que tomou medidas para que o fluxo de negócio não se interrompesse. Para tanto contratou os melhores especialistas em assuntos de negócio e navegação, como foi o caso do grupo de genoveses liderados por Manuel Pessanha, visando a manutenção do comércio no Mar do Norte³⁹⁷.

Aliás, o contrato estabelecido com Pessanha e os seus acompanhantes estipulava que eles seriam livres de trabalhar por conta própria, em tempo de paz, e quando não houvesse muito para fazer em Portugal, eram livres de comerciar no norte da Europa, o que indica que neste tempo não havia muito trabalho que os devesse manter ocupados em Portugal³⁹⁸.

As oportunidades comerciais oferecidas pela guerra foram imediatamente aproveitadas pelos mercadores castelhanos do Golfo de Biscaia, que serviram como transportadores para os produtos ingleses na Flandres, na Brabante, em França, na Gasconha e em Itália³⁹⁹. Este último destino carece de especial atenção, sendo que os biscainhos obtiveram licenças para levar mercadorias inglesas para Itália, desde 1337, além de fretar os seus navios aos italianos

³⁹⁷ O início da implantação genovesa apresenta uma simultaneidade notável em Portugal, Castela e França, com a nomeação de almirantes: Benedetto Zaccaria, na França, Ambrosio Boccanera e Ugo Vento em Castela, e Manuel Pessagno em Portugal Michel Mollat, *Europe and the Sea*, 84. Serrão, *História de Portugal*, I, 260. A sua contratação veio depois do falecimento do almirante português Nuno Fernandes Cogominho. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, parte VI, cap. LVI. Segundo Sampaio do contrato “infere-se que o novo almirante não encontrou à sua chegada grande número de vasos de guerra.” Sampaio, *As povos marítimas*, 116. No mesmo tempo em que Manuel era solicitado por Portugal, Edward II da Inglaterra contratava Leonardo Pessagno, de armar 5 galés em Genova e leva-las para Inglaterra, na guerra contra os escoceses: “quinque galeas defensabiles in subsidium guerre nostre Scocie”. *Foedera*, II/1, p. 313 datado de 31 de Janeiro de 1317. Um dia depois em 1 de Fevereiro de 1317 esta datado o documento que nomeia Manuel Pessagno como admiral da marinha portuguesa. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 108; L. T. Belgrano, “Documenti e Genealogia dei Pessagno genovesi ammiragli del Portogallo”, *Atti della Società Ligure di storia patria*, 15 (1881): 253-258.

³⁹⁸ Archibald R. Lewis, “Northern European Sea Power and the Straits of Gibraltar. 1031-1350 A. D.” in *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*, ed. William C. Jordan, Bruce McNab, Teofilo F. Ruiz (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976), 159. Kedar, *Merchants in Crisis*, 22.

³⁹⁹ Solórzano Telechea, “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica”, 494. Léone Liagre-de Sturler, *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l’Outremont d’après les archives notariales génoises (1320-1400)*, t. I (Bruxelles, Rome: L’Institut Historique Belge de Rome, 1969), p. CLXIII, afirma que o porto de Harfleur, “est très fréquenté, à partir de 1338, par les Castillians auxquels le roi de France accorde des privilèges en 1339”. Veja-se Michel Mollat, *Le Commerce maritime normand à la fin du moyen âge. Etude d’histoire économique et sociale*. (Paris: Librairie Plon, 1952), 17-18; Jacques Heers, “Le commerce des Basques en Méditerranée au XV^e siècle,” *Bulletin Hispanique* 57, (1955): 293. A sua presença na Inglaterra atingiu números recordes em 1337 e 1338. Mais de 100 mercadores e 40 navios visitaram Inglaterra em menos de 15 meses. Ruiz, “Castilian merchants in England”, 183.

para transportar mercadorias de Inglaterra e da Flandres para a Itália. Ruiz, pergunta-se: porque é que os navios castelhanos representaram este papel em 1337⁴⁰⁰?

Entretanto, a atitude dos portugueses em relação à activação da rota comercial, via Portugal, foi favorável, ao contrário do que aconteceu noutros reinos, sobretudo em Inglaterra, onde os italianos se defrontaram constantemente com actos de hostilidade⁴⁰¹. Esse facto deve ter sido encorajador para os italianos e terá preparado o caminho para a criação e continuação de uma próspera actividade, que se manteve durante todo o período em análise⁴⁰².

⁴⁰⁰ O grande número destes salvo-condutos concedidos em 1337 pela coroa inglesa a mercadores biscainhos e italianos, é importante de se sublinhar. Ruiz, "Castilian merchants in England," 183-184. Em 1337, a Inglaterra proibiu a importação de panos em "terras de Inglaterra, Irlanda, País de Gales e Escócia". Joseph G. Broodbank, *History of the Port of London*, I (London: Daniel O' Connor, 1921), 39-40; Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland*, 20.

⁴⁰¹ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 142

⁴⁰² Brian Dick, "Framing 'Piracy': Restitution at Sea in the Later Middle Ages", PHD thesis, (University of Glasgow, 2010), 89. O contrário acontecia com os italianos noutras partes. Em 1337 "letters of marque were granted to the key keepers of the port of Aigues Mortes against the Genoese by the Parlement of Paris, for the considerable sum of 18,466 livres tournois. *Actes du Parlement de Paris, de l'an 1328 à l'an 1350*, ed. H. Furgeot, (Paris, 1920), p.211.

1.2.Durante a guerra

Diversas perguntas sobre o estado da economia portuguesa no século XV se colocam, mesmo por autores que não estão directamente interessados nesse assunto. Embora se exprimam de diferentes modos e com diferentes palavras, o essencial que se questiona é isto: “Como é que a economia portuguesa conseguiu suportar o alto(íssimo) custo da expansão atlântica, sobretudo nos seus inícios, quando os custos eram muito maiores do que os proveitos? Ou seja, de onde vinha o dinheiro que mantinha aberta a exploração atlântica?

Em termos actuais, não é fácil dar resposta a esta “pergunta”, a que poucos autores fugiram. Sumption coloca claramente a questão⁴⁰³, enquanto Finlay reconhece a simplicidade e ao mesmo tempo a amplitude da obra colonizadora dos portugueses, sublinhando as suas semelhanças com a expansão económica e territorial veneziana⁴⁰⁴.

Num olhar actual, faltam-nos dados sobre o PIB, sobre a taxa de desemprego, sobre a inflação, o orçamento do estado, as contas públicas e até sobre a população. Porém, tendo em conta as limitações que a época nos coloca, tentaremos dar uma resposta, mesmo sabendo que a tarefa é muito difícil. Dificuldade ainda mais agravada, porquanto não se coloca a questão de um Portugal capaz de suportar o alto custo da expansão atlântica e das conquistas e derrotas marroquinas, mas de um Portugal incapaz de tudo, envolto numa profunda crise económica, que ameaçava a sobrevivência do próprio país. Por isso, a questão não é: “como é que Portugal conseguiu gastar tantos recursos”, mas sim perceber uma atitude quase paralela e desligada, separando Portugal e a sua situação interna das conquistas marroquinas e da expansão atlântica, como se estas empresas se tivessem realizado a custo zero para o reino.

⁴⁰³ Como foi possível que, apesar do envolvimento em guerras dispendiosas em Marrocos, os marinheiros portugueses, antes de qualquer país, tivessem sido os pioneiros da exploração do Atlântico?” Sumption, *The Hundred Year's War*, III, 54.

⁴⁰⁴ Robert Finlay, “Crisis and Crusade in the Mediterranean: Venice, Portugal, and the Cape Route to India (1498-1509),” *Studi Veneziani* 28 (1994): 52-53.

Sendo impossível manter totalmente desligadas e separadas estas duas realidades históricas, quando é necessário explicar a segunda realidade, estabelece-se uma relação impossível entre elas, sem a mínima relação com a dialéctica histórica⁴⁰⁵. Neste caso, a pergunta não é **como**, mas **porque** ou não existe pergunta nenhuma. Afinal, está tudo claro: Portugal gastou dinheiro nas conquistas marroquinas e na exploração atlântica, porque não tinha dinheiro (sic), mandou povoar as ilhas porque tinha muito pouca gente para povoar a terra que sobrava no reino (sic)!

Então, de que maneira podemos abordar este assunto? Na avaliação das diferentes abordagens, na “reconstrução” da riqueza nacional para o período pre-estatístico, depois de avaliar as abordagens que têm em conta o nível de despesa *per capita* nos artigos básicos⁴⁰⁶, a que se baseia nos valores da receita *per capita*, e ainda as que tentam “reconstruir” a receita nacional, referindo-se a um ou mais indicadores julgados “representativos”, como a proposta por P. Bairoch, em que o produto nacional é calculado referindo-se ao salário de um trabalhador não qualificado urbano⁴⁰⁷, Jan Blomme defende a abordagem que se baseia na produtividade dos diversos sectores da economia medieval⁴⁰⁸. No caso de Portugal, todos os sectores da sua economia durante o século XV indicam um claro aumento da produtividade.

Assim e como vimos escrevendo, a economia portuguesa ia-se também adaptando às novas tendências do comércio e às diversas exigências do mercado. O papel da coroa nesta adaptação foi muito importante, tomando as medidas necessárias para regulamentar este

⁴⁰⁵ Até formalmente e metodologicamente estes dois processos históricos, Portugal e a sua expansão se colocam separadamente. Um caso destes são as *Histórias de Portugal* e as *Histórias da Expansão Portuguesa*, assim como *Nova História de Portugal*, e a *Nova História da Expansão Portuguesa*.

⁴⁰⁶ O objectivo desta abordagem é a de estimar o produto interno em função do consumo per capita de produtos básicos. Jan Blomme, “Application of the System of National Accounts to a Pre-industrial Economy: An Evaluation of the Different Approaches,” in *Studia Historica (Economica. Liber Alumnorum Herman Van Der Wee*, eds. Erik Aerts et al. (Leuven: Universitaire Pers Leuven, 1993), 64

⁴⁰⁷ A multiplicação deste valor por 197 deveria dar a receita nominal per capita. Paul Bairoch, “Estimations de revenue national dans les sociétés occidentales durant les périodes pré-industrielles et le XIX^e siècle: propositions d’approches indirectes”, *Revue Economique* 28, no.2 (1977): 187-193.

⁴⁰⁸ Envolve a compilação de índices de volume de produção para cada sector maior. Blomme, “Application of the System of National Accounts,” 67-68.

comércio e para ordenar e estabelecer a infraestrutura necessária ao seu bom funcionamento⁴⁰⁹. Um exemplo da resposta da coroa portuguesa para adaptar o país à nova conjuntura comercial, é um documento de 1352, segundo o qual o rei D. Afonso IV planeava já ampliar as capacidades portuárias no Tejo⁴¹⁰.

Também a decisão da coroa de proibir aos estrangeiros a revenda em território nacional dos produtos comprados no país testemunha, não só a importância que esta actividade tinha alcançado em 1365, mas também a preocupação da coroa em colocar a actividade dos estrangeiros dentro do quadro nacional e limitar as possibilidades de especulação⁴¹¹.

A Guerra dos Cem Anos foi acompanhada, desde a sua primeira fase, pela Grande Peste e pelas pestes menores que se seguiram. As consequências demográficas produziram, como é natural, efeitos colaterais económicos. A Grande Peste foi precedida da Grande Fome, o que tornou este século um século calamitoso⁴¹². Contudo, a economia europeia aproveitou o período de paz viabilizado pelo tratado de Bretigny, conseguindo uma década de retoma económica, demográfica e comercial, que se manteve até aos inícios do século XV.

Para Portugal, esta retoma do comércio e da economia europeia em geral, foi acompanhada por um outro desenvolvimento, num contexto mais limitado, numa escala peninsular, mas que teve enormes consequências. Refiro-me à quebra definitiva e completa das relações entre Castela e Inglaterra, situação que se manteve até ao fim da Guerra⁴¹³. Portanto, a recuperação económica e comercial geral no continente a partir da década de 1370, o estreitamento das

⁴⁰⁹ No reinado de D. Fernando I, a organização da Casa dos Contos já se tinha completado. *Leitura Nova*, liv. I da Estremadura, fl. 16 v, 17; Rau, *A Casa dos Contos*, 10.

⁴¹⁰ *Arquivo Municipal de Lisboa. Documentos Medievais. (1179-1383). Catálogo* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2003), nr. 168 (Cota Ant. Casa de Santo António, Livro I de Alqueidão, doc. 14. p. 78), 20.11. 1352. D. Afonso IV quita ao concelho de Lisboa 30 moios de pão meado relativo a um não de jugada do Alqueidão em troca do Campo da Oira, para onde pretendia ampliar as tercenhas de Lisboa.

⁴¹¹ *AML, Documentos Medievais. (1179-1383)*, doc. 254, 4. 12. 1365 (Livro dos Pregos, doc. 59, p. 107).

⁴¹² Veja-se sobretudo William C. Jordan, *The Great Famine: Northern Europe in the Early Fourteenth Century* (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996); Epstein, *An Economic and Social History of Later Medieval Europe*, 159-89.

⁴¹³ Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 45; Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire,” 123.

relações e a aliança de Portugal com a Inglaterra, que se seguiu à quebra anglo-castelhana, colocaram Portugal num alinhamento perfeito dos “planetas”. O pequeno país tornou-se então num oásis de paz, prosperidade económica e de dinamismo demográfico, que iria marcar o século XV, e tornar Portugal numa das superpotências expansionistas da história.

O reinado de D. Fernando, além se ter caracterizado pelo conflito quase permanente com Castela, testemunhou também esta retoma económica e comercial do continente e o início do “boom” económico português resultante da retoma do comércio internacional, via Portugal. Tal se deveu ao reacender das acções bélicas entre os protagonistas da Guerra, que mantiveram fechada a opção francesa para qualquer mercador de longo curso. Nesta situação, o esforço de D. Fernando e depois de D. João I, foi o de manter aberta e segura a opção comercial portuguesa. Talvez seja difícil a percepção de Portugal na década de D. Fernando I, como um reino que estava em rápido desenvolvimento económico e ao mesmo tempo numa constante sucessão de guerras com o gigantesco vizinho, mas nem sempre a paz assegura também prosperidade e, do mesmo modo, nem sempre a guerra significa recessão económica⁴¹⁴. Talvez D. Fernando não tenha deixado nos seus cofres tanto tesouro quanto o que herdou quando subiu ao poder. Mas as despesas enormes com a guerra, que não só gastaram o tesouro herdado, mas também colocaram em dificuldades a economia em pleno desenvolvimento, foram o preço que se tinha de pagar para manter a independência do país, perante a coligação franco-castelhana, que projectava, com o domínio de Portugal, conseguir o domínio total do comércio do continente. Um dos aspectos que mais tem contribuído para que D. Fernando ficasse tradicionalmente marcado por uma imagem negativa foi a suposta crise financeira, testemunhada nas desvalorizações da moeda⁴¹⁵. Por vezes, no entanto, estas

⁴¹⁴ Só em 1374 pelo menos doze navios portugueses foram detidos nos portos ingleses. CCR, 1374-7, pp. 3, 8, 12, 27, 41; CPR, 1370-4, p. 430.

⁴¹⁵ “Dous grandes malles rrecebeo o reino por esta guerra... o primeiro, gastamento em grande cantidade d’ouro e prata que antiigamente pellos rreis fora entesourado... o segundo, isso meesmo foi gasto de muita multidom de prata por a mudança das moedas que el-rrei fez por satisfazer aas grandes despesas dos solldos e pagas das

desvalorizações traduziam uma situação de “guerra monetária”⁴¹⁶, e eram ditadas pela necessidade de proteger a moeda “boa” da invasão da moeda “má” de países que a desvalorizavam, seguindo o processo descrito pela lei de Gresham⁴¹⁷. Estas desvalorizações competitivas constituíam uma aplicação normal dessa lei e não tinham que estar necessariamente ligadas a medidas anti-recessão⁴¹⁸. As desvalorizações também podem ser vistas como medidas práticas para impedir a fuga do metal precioso para fora do país, sobretudo para Castela⁴¹⁹, ou através dos portos marítimos⁴²⁰. Portanto, se os países vizinhos mantinham uma moeda desvalorizada, a única maneira de proteger as reservas de metal precioso do país era a também desvalorização⁴²¹.

A cronologia das desvalorizações na Europa, durante o séc. XIV, mostra que Portugal não procedeu desde logo a tal recurso, isto devido talvez à estabilidade forçada durante o reinado de D. Pedro. Assim, o processo continuou no reinado de D. Fernando, podendo entender-se como uma medida necessária que correspondia a uma maior integração da economia portuguesa no sistema económico europeu⁴²². No entanto, as implicações decorrentes dos perigos de manter uma moeda forte ou de proceder à sua desvalorização excessiva são

cousas necessárias aa guerra”. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. revista, ed., Giuliano Macchi. Lisboa, 2004, p. 187; No entanto estas desvalorizações eram uma prática comum na Europa. John Day, “The Great Bullion Famine of the Fifteenth Century” in *Past & Present*, no. 79 (1978), pp. 3-54.

⁴¹⁶ Munro, “The Costs of Anglo-Burgundian Interdependence”, 1234; “As crises monetárias europeias coincidem com a grande crise geral que é a Guerra dos Cem Anos.” Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, (Lisboa: Editora Arcádia, 1963), I, 122.

⁴¹⁷ “Bad money drives out good money”. John Kenneth Galbraith, *Money. Whence it Came, Where it Went* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1975), 27-8; “What, for example, is good and what is bad, money?” Harry A. Miskimin, “The Enforcement of Gresham’s Law”, in *Credito, banche e investimenti, secoli XIII-XX: Ati della quarta Settimana di studio* (Prato, 14-21 aprile 1972) (Firenze: Felice le Monnier, 1985), 147.

⁴¹⁸ J. H. Munro, ‘Monnayage, monnaies de compte, et mutations monétaires au Brabant à la fin du moyen âge’, in *Études d’histoire monétaire, XIIe - XIXe siècles*, ed. John Day (Lille: Presses Universitaires de Lille, 1984), 263-94. Esta prática era tão comum que, em França, entre 1337 e 1360, foram feitas não menos de 85 desvalorizações. Leguay, “Urban Life”, 110.

⁴¹⁹ Juan I de Castela também teve que desvalorizar a moeda para cobrir os gastos da guerra contra o Lancaster. Mackay, *Spain in the Middle Ages*, 171.

⁴²⁰ A fome foi particularmente aguda aos finais do séc. XIV e inícios do séc. XV. Angus Mackay, *Money, Prices and Politics in Fifteenth Century Castile* (London: Royal Historical Society, 1981), 25-26.

⁴²¹ Os procuradores do Porto, pedem ao rei que não desse “para se lavar moeda prata, porquanto era destroiçom da nossa terra”. Tavares, *Estudos de História Monetária Portuguesa*, 75; A moeda flamenga foi desvalorizada 6 vezes entre 1384 e 1389, como resposta a mudanças na França. Nicholas, *Medieval Flanders*, 376.

⁴²² França desvalorizou a moeda em 1342, 1346, 1349, 1355, voltando para a moeda forte nos anos 1360 até os inícios do séc. XV. Spufford, *Money and its Use*, 305-308

difíceis de medir e de avaliar⁴²³. Importa ter em conta também os aumentos dos salários porque, estando a atenção concentrada sobre a desvalorização, pareceria que a única preocupação da coroa era a de gastar o tesouro público, desvalorizar a moeda e dificultar a vida ao povo. Por exemplo, em 15 anos, entre 1389 e 1404, o pagamento mensal aumentou de uma libra para 750, ou seja um aumento de 75.000%⁴²⁴.

Uma moeda desvalorizada pode também indicar uma maior circulação monetária⁴²⁵, para além dum crescimento económico que ultrapassa o aumento das reservas⁴²⁶. Se a economia portuguesa se expandiu com um ritmo muito rápido, num tempo em que as reservas monetárias do sistema económico europeu estavam a diminuir a um ritmo igualmente rápido, então a única maneira de manter a economia em movimento era a desvalorização⁴²⁷.

Portanto, o tão citado tesouro de D. Pedro I denunciava um estado económico isolado, sem importantes contactos com o sistema económico europeu e, provavelmente, hábitos sociais e tendências de consumo limitados e desligados das tendências do exterior⁴²⁸.

No entanto, quer os autores que não mencionam as consequências do conflito franco-inglês, quer os poucos que reconhecem a importância da Guerra, mas que tendem a limitar essa importância e atiram as possíveis consequências para o desenvolvimento do comércio no

⁴²³ “os cortesãos e até mesmo alguns dos conselheiros do rei não compreendiam o que representa de desvalorização real o aumento do valor nominal e precipitavam-se a vender os metais aos novos preços.”. Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, I, 120. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 2ª ed. revista. Ed. Giuliano Macchi (Lisboa, INCM, 2004), 190-191.

⁴²⁴ “Será que as 750 libras de reais de três libras e meia, correntes em 1404, teriam o mesmo valor que a libra antiga? Ignoramos a resposta” Tavares, *Estudos de História Monetária Portuguesa*, 58.

⁴²⁵ Segundo Malestroit a desvalorização aumentava a velocidade de circulação. A migração do campo para a cidade, é uma transferência dum sector económico onde o dinheiro era menos utilizado para um sector onde o dinheiro é utilizado muito mais. O resultado é o aumento da velocidade de circulação. Harry A. Miskimin, “Agenda for Early Modern Economic History”, *The Journal of Economic History* 31, 1 (1971): 176-177.

⁴²⁶ Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 101-102.

⁴²⁷ Para os exportadores “uma moeda desvalorizada não era prejudicial, pela competitividade que introduzia na sua actividade.” Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, p. 424.; “se por um lado é ocasionada pela rarefacção da prata no continente, por outro tem a sua origem numa economia monetária em expansão que necessita de maior número de peças.” Tavares, *Estudos de História Monetária Portuguesa*, 21.

⁴²⁸ “Era necessário que a sua balança comercial com os países do Norte se mantivesse em equilíbrio. Sem ele, uma fuga de moeda tornar-se ia inevitável e o tesouro de D. Pedro não poderia apresentar-se recheado de ouro.” Simões, “Portugal, o ouro, as descobertas,” 87. “Como pagava o reino todas estas importações?” Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, 456.

século XV, todos apresentam testemunhos que fazem as três últimas décadas do século XIV, ou seja as décadas do envolvimento político na guerra, as décadas do despertar económico e comercial de Portugal. Enfim, as décadas nas quais Portugal, pela primeira vez, tenta prosseguir uma política activa de comércio, durante as quais os portugueses começam a buscar, em número cada vez maior, a sua fortuna no comércio internacional. Acresce referir que este é também o tempo em que Portugal já serve de passagem e paragem obrigatória para os actores do comércio internacional⁴²⁹. A tendência geral parece ser tal que o comércio exterior de Portugal vai aumentando em volume em todas as regiões de tradicional contacto, notando-se ainda a tendência do alargamento da geografia deste comércio. Por outro lado, a geografia da presença portuguesa vai aumentando, não só no Atlântico, mas também no Mediterrâneo⁴³⁰.

Na segunda fase da Guerra dos Cem Anos e depois até ao final dela, Portugal atrai inevitavelmente uma grande parte do comércio do continente, que anteriormente se fazia através da França. No entanto, à semelhança da França, no período da sua centralidade nas redes comerciais da Europa, os polos económicos mais importantes do continente mantiveram-se os mesmos: o norte da Itália, e a Flandres⁴³¹. Durante os séculos XII e XIII, embora todos os caminhos levassem a França, este país não conseguiu desenvolver a sua

⁴²⁹ “Datam do terceiro quartel do século XIV os primeiros indícios de relações directas entre Portugal e as cidades hanseáticas” Oliveira Marques, *Hansa e Portugal*, p. 56. Jacques Heers, *L’Occident aux XIVe et XVe siècles. Aspects économiques et sociaux*, 2 ed. (Paris, 1966), 132. Para Virgínia Rau, *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, (Lisboa: Bertrand, 1943), 14, as feiras em Portugal multiplicaram-se, “numa época em que o grande comércio começava a preferir as rotas marítimas”. Neste mesmo tempo as relações com a Andaluzia começam a ter algum significado. Humberto Baquero Moreno, “Relações marítimas e comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia.” *Revista de História* 12 (Porto 1993): 9-24.

⁴³⁰ Margarida Garcez Ventura, “Navegadores, piratas, corsários, guardiães da Cristandade: portugueses no Mediterrâneo em meados do séc. XV”, *Iacobus* 27-28, (2010): 119-128. Em 1416, o autor do *Livro dos Arautos* anotava que Portugal tinha “abundância de mantimentos, artigos de comércio e frutos da terra que são suficientes para o seu consumo próprio e ainda para o das províncias e reinos da parte oriental e setentrional. Anónimo, *Livro de Arautos- De ministerio armorum*, ed. A. Aires Nascimento (Lisboa 1977), pp. 260-262. *Le livre de la description des Pays/ de Gilles le Bouvier, dit Berry*. “le royaume de Portingal, qui est país bossu de montaignes et de vallées... La meilleure ville de ce royaume [est] Licebonne. En ce dit royaume croist de bons vins et grant foison figues et raisins qu’ilz meinent vendre en Angleterre pour ce que ilz sont aliez avecques eulx... Le royaume est petit, et est très fertile et chault pays. pp. 126-127.

⁴³¹ Paul M. M. Klep, “Long-term Developments in the Urban Sector of the Netherlands (1350-1870), in *Le reseau urbain en Belgique dans une perspective historique (1350-1850). Une approche statistique et dynamique*. Actes du 15^e Colloque Internationale, Crédit Communal, Collection Histoire, n° 86, (1992), 205.

economia e comércio ao nível daqueles dois polos⁴³². De modo semelhante, Portugal aproveitou muito bem a sua posição, conseguiu manter a sua independência, o que quer dizer o seu controlo sobre esta rota, desenvolveu-se de uma maneira meteórica, mas não mudou a importância que os dois polos económicos tinham tido.⁴³³ Os estudos de história local, que inevitavelmente teriam que estar menos influenciados pelas visões pessimistas paneuropeístas, mostram em uníssono o crescimento rápido da economia do país, no último quartel do século XIV e no primeiro quartel do século XV⁴³⁴.

A corrente comercial mediterrânica trouxe prosperidade a Portugal e, ao mesmo tempo, deu oportunidade aos portugueses de se lançarem nesta mesma corrente e reclamar a sua parte, no conjunto deste comércio⁴³⁵. Os comerciantes portugueses, cada vez em maior número, tiveram significativo papel no despertar da vida económica de outras áreas⁴³⁶. Obviamente, o comércio não podia fugir à inevitável atracção do mercado português⁴³⁷. Muitas vezes, os fautores italianos adquiriam navios nos países onde se encontravam, não se limitando simplesmente ao comércio de longo curso entre o mar do Norte e o Mediterrâneo, mas actuavam também no comércio local⁴³⁸. Com a estabilização política de Portugal e a

⁴³² Pirenne, *A History of Europe*, 353, 381.

⁴³³ Para Rau, *Feiras medievais portuguesas*, 15, “Portugal avultou no comércio do Quatrocentos mais como uma zona de trânsito comercial do que como região de produção”.

⁴³⁴ Mesmo as cidades não-marítimas como Évora e Coimbra cresceram e desenvolveram-se. Gomes, “Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra”, 438-440; “Coimbra terá avultado comercialmente com a fundação da sua feira. E logo em tempos de D. Fernando”. Maria Helena da Cruz Coelho, *Ócio e negócio* (Coimbra: Inatel, 1998), 22.

⁴³⁵ John Day, *Monnaies et marchés au Moyen Âge* (Paris: Comité pour l’histoire économique et financière de la France, 1994), 201.

⁴³⁶ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 54.

⁴³⁷ “A época de Trezentos foi de invulgar actividade nas relações marítimas do nosso país. Não apenas a exportação aumentou para os portos do Atlântico Norte, como a nossa dependência económica se tornou mais forte.” Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*, vol. I. *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 4ª ed. (Lisboa: Verbo, 1990), 362.

⁴³⁸ Yves Renouard, *Les homes d'affaires italiens du Moyen age. Avec une carte* (Paris: Armand Colin, 1949), 243. As galés de Veneza ou da Catalunha provavelmente navegavam numa rota fixa regular, mas os navios dos particulares tinham muito mais liberdade. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 56.

dominação do mar do Norte pelos ingleses, este comércio já estava em condições de prosperar, mantendo-se afastado do teatro da Guerra⁴³⁹.

Nesta conjuntura, pode dizer-se que o clima de optimismo tinha voltado ao continente. No entanto, quem estava em melhor posição para aproveitar da retoma geral eram os que já tinham conseguido manter um razoável nível de desenvolvimento durante o período de crise. Assim, o norte de Itália conheceu um período notável de prosperidade, nos anos que precederam a campanha de Charles VIII. Castela também conseguiu absorver o reino de Granada e, depois, os territórios da coroa de Aragão, enquanto assegurara a expansão atlântica. No tempo em que os portugueses estavam a criar uma zona exclusiva Atlântica, o sul da Alemanha conhecia um período de desenvolvimento como nunca antes tivera⁴⁴⁰.

Os descobrimentos abriram um novo círculo comercial, que foi aumentando o seu raio de inclusão na medida em que os existentes círculos comerciais mostravam sinais de atrofia. O desenvolvimento da marinha portuguesa tinha chegado a tal ponto, que mesmo com este habitat económico alargado, podia satisfazer plenamente as necessidades de transporte do novo sistema económico⁴⁴¹.

⁴³⁹ “uma das características da economia de Ocidente europeu no período de contracção foi exactamente a valorização do périplo peninsular e a “descoberta” dos mercados portugueses.” Marques, *Nova História de Portugal*, IV, 151. O conflito entre a Borgonha e a Inglaterra, entre 1436-1439, favoreceu o comércio dos italianos no Mar do Norte, chegando as exportações de panos ingleses para Itália, em 1439-1441, ao seu nível mais alto de sempre. Sobre este assunto veja-se John H. Munro, “The Costs of Anglo-Burgundian Interdependence”, in *Revue belge de philologie et d’histoire*, 46 (1968): 1228-1238; E. B. Fryde, “The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean C. 1370-c. 1480”, in *Produzione, Commercio e Consumo dei Panni di Lana* (Firenze: Olschki, 1976), 348; George Holmes, “The Libel of English Policy”, *England Historical Review*, 86 (1961): 194-200; Fryde, “The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean”, 352; Carus-Wilson e Coleman, *Export 1275-1547*, 95.

⁴⁴⁰ Aqui, à semelhança de Portugal os mecanismos de finança e do mercado estavam atrasados em comparação com as técnicas avançadas das cidades italiana. Carlo M. Cipolla, *Before the Industrial Revolution. European Society and Economy, 1000-1700* (London: Routledge, 1993), 208.

⁴⁴¹ Damião Peres, *O Livro de recebimentos de 1470 da chancelaria da câmara de Lisboa* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1974), pp. 9-117. A coroa tentou impedir a venda de navios portugueses a estrangeiros. DP, III, doc. 66.; D. Afonso V em 1470 obrigou os seus súbditos a carregar os produtos em navios portugueses, com excepção do sal e da cortiça. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 16, f. 9, e *Livro de Extras*, f. 50v ; Jacqueline Guiral-Hadziiossif, *Valence, port méditerranéen au XV^e siècle (1410-1525)* (Paris: Publications de la Sorbonne, 1986), 418 ; Rau, “Privilégios, e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros,” 19.

2. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL DURANTE A GUERRA

O comércio externo dum país é um dos indicadores mais importantes para traçar a tendência da sua economia. No caso da evolução do comércio externo português durante os anos da Guerra, notamos, como vimos escrevendo, que este comércio se expandiu e progrediu. Um comércio que passa de inexistente para dezenas de registos por ano, até se poderia dizer que sai dos contornos dum progresso simples, tomando proporções duma verdadeira revolução comercial que, por seu lado, serve de base para o *boom* económico de Portugal, verificado a partir da segunda metade do séc. XIV e durante todo o séc. XV.

Todas as áreas analisadas, com a única excepção dos territórios franceses, afirmam o ritmo ascendente dessa revolução comercial portuguesa. Aumentou extraordinariamente o número de regiões e estados com os quais os portugueses estabeleceram relações comerciais. Esta geografia comercial expandida abrange não só regiões inéditas para o mapa comercial português antes da Guerra, mas também regiões inéditas para o mapa comercial europeu, mesmo para os gigantes comerciais da Idade Média, Veneza, Génova ou Barcelona. Durante o período da Guerra, os portugueses estabeleceram relações comerciais, pela primeira vez, com os países Bálticos e com a Hansa, com a Irlanda, com Veneza, com Florença, com a Sicília, com o Norte de África e com a África atlântica. Ao mesmo tempo, aumentaram o volume de comércio e a frequência dos contactos com a Flandres, com a Inglaterra, com a Bretanha, com Castela, com Barcelona, com Valência e com Maiorca.

2.1. O aumento do comércio entre Portugal e a Inglaterra durante a Guerra

As rotas comerciais inglesas na Idade Média corriam em quatro grandes direcções. Uma, era a rota que ligava a Inglaterra com Calais. Uma outra ligava a Inglaterra com os Países Baixos. A terceira ligava a Inglaterra com a Europa do Norte, com a Escandinávia, e com a Prússia⁴⁴². E a última era a rota marítima em direcção à Europa do Sul, à Gasconha e à Itália⁴⁴³. Nesta direcção, o limite habitual era a costa Portuguesa⁴⁴⁴. A tendência do comércio inglês, tendo em consideração todas estas rotas, foi a de expansão nos séculos XIV e XV⁴⁴⁵. As relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra tinham muita importância para ambos os estados, embora não sejam comparáveis com a importância das relações comerciais da Inglaterra com algumas zonas como a Flandres, Génova e Florença.

De qualquer modo, certo é que portugueses e ingleses estabeleceram relações desde cedo e estas iam fortalecer-se com o tempo⁴⁴⁶. A década agitada de 1290, trouxe os primeiros testemunhos importantes da actividade comercial portuguesa em Inglaterra, na Gasconha e na

⁴⁴² Małowist, Marian, “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap au cours du XIV^e et du XV^e siècle”, in *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles, Recueil d'articles* (Paris: Librairie Armand Colin, 1972), 57.

⁴⁴³ E. Lipson, *The Economic History of England*, vol. I, *The Middle Ages*, 7th ed. (London: Adam and Charles Black, 1937), 543

⁴⁴⁴ No séc. XIV não existia para a Inglaterra um “Mediterranean question”. Armitage-Smith, *John of Gaunt*, 96.; Lloyd, *Alien Merchants in England*, 206.

⁴⁴⁵ Este facto reflecte-se não só na documentação fiscal mas também nos escritos dos contemporâneos. Um exemplo disto é o *Libelle of Englyshe Polycye*. (*Political Poems and Songs*, ed. T. Wright, Rolls Series, vol. II); Segundo o autor, o comércio de Espanha, de Portugal, da Escócia e da Bretanha convergia para as grandes cidades mercantis da Flandres e desta maneira todo o transporte de mercadorias destes países “deve necessariamente passar pela nossa costa inglesa”. Lipson, *The Economic History of England*, I, 584.

⁴⁴⁶ Lloyd, *Alien Merchants in England*, 162; Sobre as relações nos séculos XII e XIII veja-se: Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century,” 27-29; Mattoso, in *História de Portugal*, II, 253. Comerciantes ingleses raramente visitavam Portugal até os anos 1350. CCR 1349-54, 491. Shillington e Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, p. viii. Em 1406 os alfaiates de Southampton mencionavam os proveitos que eles tinham dos estrangeiros de Espanha, de Portugal, da Flandres, da Zelândia, da Alemanha e da Prússia. *The Port Books of Southampton. Or (Anglo-French) Accounts of Robert Florys, water-bailiff and receiver of petty customs, A. D. 1427-1430*, ed. Paul Studder (Southampton: Southampton Record Society, 1913), p. xxvi. “gents aliens viegnauntz en le poort de dite ville, come in carraques, Galeys et Niefs despaigne, portugale, dalmaigne, Flaundrez, Selond, prus. *The Black Book of Southampton*, ed. A. B. Wallis Chapman, Vol. I, A.D. 1388-1414 (Southampton: Cox & Sharland, 1912), fol. XIII, p. 98. Entre os meados do séc. XIV e os meados do séc. XV, o número de viagens quase duplicou, os bens de portugueses aumentaram seis vezes e as suas exportações de panos quadruplicaram. No séc. XV, o comércio anglo-português era regular e muito mais solidamente baseado na atividade mútua do que tinha sido um século antes. Childs, “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century,” 212, 201.

Flandres⁴⁴⁷. Este aparecimento vigoroso dos portugueses na documentação, pode ser explicado com a necessidade dos ingleses em produtos do sul⁴⁴⁸, durante o conflito que opunha também castelhanos e baioneses, sendo que Castela já se tinha aliado a França no conflito anglo-francês sobre a Gasconha. A situação bélica no Mar do Norte, nesta década do final do século XIII, colocou também a coroa portuguesa numa posição que a obrigava a agir para proteger o comércio dos seus súbditos⁴⁴⁹. Indícios das primeiras tentativas de regulamentar o comércio entre os dois países remontam aos inícios do século XIV, depois do conflito entre a Inglaterra e a França⁴⁵⁰, mas, como afirma Anderson, mesmo na década de 1320, estas relações ainda se encontravam num estado embrionário⁴⁵¹. A sua importância ia, no entanto, aumentando a par com a expansão comercial e com o crescimento económico, que caracterizou a Inglaterra e Portugal durante este tempo.

Os monarcas ingleses, cientes das dificuldades que a geografia impunha para o desenvolvimento do comércio, estavam a tentar atrair os mercadores estrangeiros com diversos privilégios⁴⁵². Até ao início da Guerra, eram os italianos que dominavam o comércio inglês, mas com o princípio das hostilidades, foram afastados, primeiro pelos hanseáticos⁴⁵³ e

⁴⁴⁷ A escassez de produtos de sul talvez explica a queixa de D. Dinis de que os seus súbditos estavam a ser forçados a vender em Inglaterra mercadorias que transportavam para a Flandres. Lloyd, *Alien Merchants in England*, 163; Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 30.

⁴⁴⁸ Um documento refere navios gascões que tinham ido a Portugal buscar estas mercadorias. (15. 08. 1293). *Foedera*, I/2, p. 789.

⁴⁴⁹ 17 de Fevereiro 1294. “luy nobles homes, le conte Flandre, marchischands & des mariners de Espagne, e de Portugal, nous ad prie & requisque, pour le profist de nos, & de luy, & de nos terres. *Foedera*, I/2, p. 797.

⁴⁵⁰ Anderson, *An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce*, I, 275. Lloyd, *Alien Merchants in England*, 163.

⁴⁵¹ Em 1325, numa carta ao Edward II, D. Afonso IV, concede salvo-conduto a um navio inglês com diversas mercadorias e que tencionava carregar trigo e outras vitualhas para levar para a Gasconha. Anderson, *An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce*, I, 290.

⁴⁵² Os castelhanos obtiveram privilégios desde o reino de Henry III. Em 1263 hospedarias foram nomeados pela sua hospedagem. CPR, 1258-1266, 258. Em 21 de Dezembro de 1353 o rei inglês assina uma concórdia com os representantes de Bermeo, Plasencia e Bilbao. Antoni Capmany y de Monpalau, *Memorias Históricas sobre la marina de Barcelona* (Madrid: Imprenta de António de Sancha, 1786-1794), III, p. 25; Em 20 de Outubro de 1353 Edward III assina um tratado de comércio, por 50 anos com as comunidades marítimas de Lisboa e Porto. Rymer, III, parte 1, 1825, pp. 264-265; DP, vol. I, doc. n.º 80, pp. 94-95. *Foedera* 1825, vol. 3, pars I, p. 116, doc. de 10 de Abril de 1347: «suscepimos omnes et singulos mercatores de Venetia, veniendo infra regnum nostrum Angliae»; Sobre os genoveses: *Foedera*, 1825, doc. de 13 de Abril de 1347, p. 117

⁴⁵³ Schuyler B. Terry, *The Financing of the Hundred Years' war. 1337-1360* (London: Constable, 1914), 65.

depois pelos próprios ingleses⁴⁵⁴. O conflito foi, pois, um duro golpe para o comércio dos italianos, que muitas vezes foram forçados a emprestar dinheiro. Já era tempo do comércio ser protegido pela força militar⁴⁵⁵. Nesse aspecto, outros mercadores estavam melhor posicionados, tal como os castelhanos, os hanseáticos⁴⁵⁶ os ingleses⁴⁵⁷ e os portugueses⁴⁵⁸.

As oportunidades que surgiam foram desde cedo aproveitadas pelos mercadores portugueses, ainda antes do envolvimento político da coroa na guerra. Assim, em 13 de Janeiro de 1344, Edward III, a pedido do rei D. Afonso IV, que dera a garantia de tratar os ingleses, em visita a Portugal, “como se fossem irmãos”, concedeu idênticos direitos aos portugueses⁴⁵⁹. Em 1353, as comunidades mercantis de Lisboa e Porto assinaram um tratado de comércio com a coroa inglesa⁴⁶⁰. É de notar a preocupação comercial neste ensaio de aliança entre Portugal e Inglaterra, como se o tratado tivesse intenção de proteger a liberdade comercial, fosse qual fosse o alinhamento político das respectivas coroas⁴⁶¹.

Um momento decisivo para as possibilidades de Portugal foram as hostilidades entre Castela e Inglaterra, depois da morte de Pedro o Cruel.⁴⁶² O volume de negócio entre Portugal e a

⁴⁵⁴ Terry, *The Financing of the Hundred Years' war*, 142.

⁴⁵⁵ Em 1371, 25 navios da Flandres vindo de Rochela foram capturadas pelos ingleses. Renée Doehaerd, *L'Expansion Economique Belge au Moyen Age* (Bruxelles: La Renaissance du Livre, 1946), 86. Ambas as regiões tinham-se desenvolvido economicamente, sem prestar a devida atenção ao desenvolvimento da estrutura política e militar capaz de garantir o comércio. Terry, *The Financing of the Hundred Years' war*, 167.

⁴⁵⁶ Uma maneira de ultrapassar este obstáculo era juntarem-se aos estados capazes de proteger os interesses económicos dos seus membros. Doehaerd, *L'Expansion Economique Belge au Moyen Age*, 87. No caso da Hansa o recurso a acção militar era usado só para combater a pirateria, mas não para fins de dominação económica. Dollinger, *The German Hansa*, 112. Desta maneira segundo Kaire Pöder, “Credible commitment and cartel: the case of the Hansa merchant in the guild of late medieval Tallinn”, *Baltic Journal of Economics* 10/1 (2010): 47, “the optimal institution of the Hansa was neither able nor willing to provide the public good with military action for protection but provided the public good with economic growth through trade.”

⁴⁵⁷ Terry, *The Financing of the Hundred Years' war*, 116.

⁴⁵⁸ Beardwood, *Allien Merchants in England*, 108 e 86. A documentação inglesa regista um aumento imediato da presença portuguesa na Inglaterra logo depois do início do Guerra. Entre 1340 e 1369 “all records indicate an increase in Portuguese activity.” Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 31-32.

⁴⁵⁹ Serrão, *História de Portugal*, I, 366.

⁴⁶⁰ “É indubitável que a convenção se celebrou com o assentimento de D. Afonso, até porque sem elle não surtiria efeito”. Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, X, 233.

⁴⁶¹ Segundo o tratado de 1353 os bens encontrados em navios franceses devia ser devolvido aos proprietários. Salzman, *English Trade in the Middle Ages*, 264.

⁴⁶² Russell, *English Intervention*, 202, 515; Pamela Nightingale, *A Medieval Mercantile Community. The Grocers' Company and the Politics and Trade of London 1000-1485* (New Haven and London: Yale University Press, 1995), 242. 14 Antes de 1369 os castelhanos ainda dominavam as rotas ibéricas. Os registos de

Inglaterra beneficiou da entrada inglesa nos assuntos peninsulares⁴⁶³ e do estreitamento das relações políticas na década de 1380⁴⁶⁴. Assim, esteve patente desde a década de 1370, a importância que adquiriu no país o mercado inglês⁴⁶⁵. Nos séculos XIV e XV, os portos mais importantes para o comércio português eram Bristol⁴⁶⁶, Londres⁴⁶⁷, Sandwich e Southampton⁴⁶⁸. Faria e Miranda calculam que Southampton liderava, com 39% dos registos, Londres (28%), Bristol (21%) e Sandwich (12%). No século XIV, Bristol era o porto com maior movimento de portugueses (45% de entradas), seguido de Southampton, com 44%. No século XV, Southampton manteve-se estável, mas Bristol chegou a 3% , enquanto Londres passou de 4% para 46%⁴⁶⁹. A partir dos finais do século XIV e durante o século XV, os burgueses de Southampton encontraram grande proveito nas viagens à Gasconha e aos portos de Portugal e de Espanha⁴⁷⁰. A geografia ia-se alargando cada vez mais, até que para além dos grandes centros, mencionam-se já Hull⁴⁷¹, Southampton⁴⁷², Tenby⁴⁷³ e Salisbury⁴⁷⁴.

importação de vinho por estrangeiros entre 1340 e 1370, registam 18 navios portugueses e 96 castelhanos. Em Bordeaux entre 1355-61 se registam cinco navios portugueses e 104 vascos. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 32.

⁴⁶³ O privilégio de 29.10. 1367 ANTT, Chanc. de D. Fernando, liv. 1, fol. 20 vº, mostra que devia, “ter já importância excepcional no país a concorrência de negociantes ingleses. Barros *História da Administração Pública* X, 236. O mesmo afirma Anderson, *Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce*, I, 360, em relação ao comércio português na Inglaterra.

⁴⁶⁴ Para Shillington e Chapman, *Commercial Relations of England and Portugal*, 102, de maior intensidade nestas relações foi a primeira metade do séc. X.

⁴⁶⁵ Os Ingleses e os Galeses começaram igualmente a abundar, meada a centúria de Trezentos. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 42.

⁴⁶⁶ Gras, *The Early English Customs System*, 119.; Entre 1378 e 1383, a actividade dos portugueses aumentou, chegando a 10 navios em 1379-80 e 7 em 1380-1. Em 1382-3, foram 4, em 1387 três, e um em 1390-1, 1391-2, 1394-5. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century,” 36-37.

⁴⁶⁷ Os dados sobre a importação de vinho não mostram qualquer actividade castelhana durante toda a década de 1370 e a metade da década de 1380, enquanto em 1372 dois navios portugueses levaram vinho para Londres e Bristol, e nos anos 1379-82 três, seis, e dois navios portugueses com vinho chegaram. Em 1392-3 eram só dois, em 1393-4 nenhum, e em 1394-5 dois, comparando com cinco, nove e dez navios castelhanos respectivamente. Em Londres em 1389, 4 navios portugueses estão registados. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century,” 36-37.

⁴⁶⁸ Os portugueses ultrapassaram os espanhóis no comércio ibérico até 1388, enviando até cinco navios por ano. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century,” 36; Em Winchelsea, entre Junho e Setembro 1388 os portugueses levaram perto de 20% das importações dos estrangeiros” Childs, *Anglo-Castilian trade*, 21.

⁴⁶⁹ Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire,” 118. “shipping movements at Bristol in 1432, show no Portuguese ships, and only two locals sailing for Lisbon. P. de Azevedo, “Comércio anglo-português no meado do sec. XV”, *Boletim da Segunda Classe* (Academia da Ciências de Lisboa) VIII (1913-14):3 55-6. Childs, “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century”, 207.

⁴⁷⁰ Nos anos 1430 Southampton foi o porto preferido dos portugueses com três até oito navios por ano. PRO, E122/141/21-23, 25, 29, 31, 209/1, 140/62; *The Local Port Book of Southampton for 1435-36*. 8, 14, 30, 46, 50,

Faria e Miranda sugerem que a presença e a ausência de Bristol se relaciona com o clima instável que se viveu ao longo do século XIV, decorrente da Guerra dos Cem Anos e que transformou o Canal da Mancha num local perigoso⁴⁷⁵. Mesmo com o início da Guerra, depois da destruição de Southampton pelos franceses, em 1338 e até a década de 1370, Bristol continuou a ser o porto mais importante fora de Londres⁴⁷⁶. A cidade servia uma indústria activa têxtil, exportando para a Península Ibérica e para a Gasconha⁴⁷⁷.

Logo no período inicial da rota do Estreito, os incidentes entre os ingleses e os italianos prejudicaram o comércio entre si. O autor anónimo de *Libelle of Englyshe Polycye*, expressa a opinião popular, que se traduzia no grande número de petições ao Parlamento, pedindo-se que fossem limitadas as actividades dos mercadores estrangeiros⁴⁷⁸. O desejo dos mercadores ingleses, para se estabelecerem no comércio lucrativo do Mediterraneo, continuou como um tema persistente durante a história do comércio marítimo inglês, nos três primeiros quartéis do século XV. Os italianos fizeram tudo para manter o seu monopólio, resistindo ferozmente

60-2, 66; *The Local Port Book of Southampton* for 1439-40. 15-17, 22, 30, 48, 104-5, 107, 109. Navios portugueses e cargas são os seguintes: Childs, "Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century," 202.

⁴⁷¹ Jenny Kermode, *Medieval Merchants. York, Beverly and Hull in the Later Middle Ages* (Cambridge: Cambridge University Press, 1998), 174; "hua peça e sete cobados terça de pano de hull". ANTT, *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 10 v.

⁴⁷² Southampton era frequentado pelos portugueses desde os anos '70 do séc. XIV. A sua importância no entanto vinha depois de Bristol e de Londres. Childs, "Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century", 39.

⁴⁷³ DP, I, 459-461. Ferreira, *A importação e o comércio têxtil*, 32. CCR, 1385-1389, p. 368; Kermode, *Medieval Merchants*, 180; Childs, "Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century", 40.

⁴⁷⁴ Mercadores de Londres e Salisbury carregaram bens em Lisboa para Waterford em 1374. Childs, "Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century," 40; Mais raros são os contactos com outros portos como Hull. Nos finais do séc. XIV, Robert del Crosse de Hull e outros aparece no Algarve; Kermode, *Medieval Merchants*, 180; Fryde, "The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean," 360.

⁴⁷⁵ Faria e Miranda, "Pur bone alliance et amiste faire", 119. Mesmo em Bristol o comércio estrangeiro, excepto no vinho, era pequeno, tanto antes como depois de 1322. Os dados dos anos 1303-1309 mostram que os únicos estrangeiros que frequentavam o porto eram os gascões. Lloyd, *Alien Merchants in England*, 60. O registo da alfândega de Bristol de 7 de Abril 1303 até 29 de Março de 1309, dá detalhes de 144 navios, a maior parte da Gasconha, de Portugal e da Flandres. E.M. Carus-Wilson, "The Overseas Trade of Bristol", in *Medieval Merchant Venturers. Collected Studies* (London: Methuen, 1954), 30.

⁴⁷⁶ F. J. C. Hearnshaw, F. Clarke, *A Short History of Southampton*, (Oxford : Clarendon Press, 1910), 57. Carus-Wilson, *Medieval Merchant Venturers*, 253. Fryde, "The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean," 347.

⁴⁷⁷ Em 1403 os de Rochelle capturaram, um navio de Bristol e dois de Portugal, que levavam a bandeira inglesa. Carus-Wilson, "The Overseas Trade of Bristol", 64. Bolton, *The Medieval English Economy*, 253.

⁴⁷⁸ Os italianos estavam a desenvolver um comércio considerável de transporte de produtos ingleses, e no Parlamento protestou-se em 1439, quando se dizia que as suas actividades no comércio entre Inglaterra e a Península eram prejudiciais para a marinha inglesa. Rot. Parl., IV. 360 b, *ibid.*, V. 31b, 3a; Fryde, "The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean," 358-359.

aos esforços sucessivos dos ingleses para penetrar além do Estreito. Esta ausência dos navios do Norte do Atlântico no Mediterrâneo até aos finais do século XV é um fenómeno que abrange não só os ingleses, mas também os hanseáticos e os flamengos⁴⁷⁹. Não há dúvida que houve ingleses que viajaram nas naus e galés do Mediterrâneo no século XV, mas quem tentou romper o monopólio italiano foi o mercador de Bristol, Robert Sturmy, que tendo começado a penetrar no Mediterrâneo em 1446, foi morto em 1457 pelos genoveses⁴⁸⁰.

Também há testemunhos raros de presença dos portugueses na Irlanda, sobretudo a partir dos meados do século XV e dos irlandeses em Portugal⁴⁸¹. Embora não tenha muita importância em termos de trocas comerciais, é fundamental para testemunhar uma tendência de aumento de relações e do espaço comercial de que se serviam os portugueses nesta época⁴⁸². Sobre o papel das relações entre Portugal e a “Inglaterra francesa”, ou seja a Bayonna, há bastantes indícios deste comércio, mas são insuficientes para ter uma ideia clara, mesmo tendo em conta o facto destas duas economias terem pouco para trocar comercialmente⁴⁸³.

⁴⁷⁹ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 187.

⁴⁸⁰ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 198; Salzman, *English Trade in the Middle Ages*, 439.

⁴⁸¹ Wendy R. Childs, “Ireland’s trade with England in the later middle ages”, *Irish Economic and Social History*, 9 (1982), 9-10, 30, 32-3; Wendy R. Childs e T. O’Neill, “The Overseas Trade of Ireland in the later Middle Ages”, *A New History of Ireland*, II, ed. A. Cosgrove (Oxford, 1987), 489, 498, 507-8, 511. “1448. o mestre da carauella de fernam coutinho seja preso... lhe notijfcado que tomarom em Ilandra huma molher casada e huma moça e duas molheres”. *Vereações: anos de 1401-1449*, fol. 196 v.º, p. 318. “hiam as naaos para frandes e illandra”. *Vereações: anos de 1401-1449*, 15 de Março de 1449, fol. 243, p. 413. Wendy R. Childs, “Irish merchants and seamen in late medieval England”, in *Irish Historical Studies* 32, no. 125 (2000): 22.; Roberto de Irlanda, obteve segurança por dez annos em carta regia de 23.08. 1462. Chancell.de D. Aff. V, liv. 1, f. 104.; Barros, *História da Administração Pública*, X, 252.

⁴⁸² No auge da sua actividade, era possível encontrar duma dúzia e até mesmo 18 navios portugueses ancorados em portos ingleses, mas a partir da década de 1390 poderá ter diminuído para 6-8 por ano, a maior parte em Southampton e Londres (Shillington, *Commercial Relations*, 53-4.). Um comércio que envolvia 17 ou 21 navios por ano, como aconteceu em Bristol em 1380-1 e 1390-1, pode ser chamado vigoroso, mas estes foram anos excepcionais. Childs, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, 42-43.

⁴⁸³ Presença de navio de Portugal. TNA, E 101/173/4 (4 de Fevereiro de 1357). Jacques Bernard, *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400- vers 1550)*, vol. I (Paris: SEVPEN, 1968), 408; Passaporto dada pelo Infante D. Pedro a Ferrandum Bories, “scutiferum et clientulum meum, cum rebus et mercimoniis meis.” *Archives Municipales de Bordeaux. Registres de la Jurade. Délibérations de 1414 a 1416 et de 1420 a 1422*, t. IV (Bordeaux, Imprimerie G. Gounouilhou, 1883), p. 474-475, 6. 12. 1420; na referencia de 4. 01. 1421, (ibid., p. 479) é provável que se trata do mesmo navio; e na outra referência de 29. 01. 1421, (ibid., p. 485)

Outro importante aspecto do relacionamento entre Portugal e a Inglaterra foi o aspecto político que, mais do que com qualquer outro estado, determinou a dinâmica das relações económicas. Nestes termos, os dois reinos tinham economias complementares e não concorrentes⁴⁸⁴, ao contrario do que acontecia com a Flandres, com Castela e com os estados italianos⁴⁸⁵. Mas existia também a outra face da moeda, “as tomadas das naaos”, sobretudo a partir dos meados do século XV. A esse propósito considerava-se, no concelho do Porto, que era melhor haver “crua guerra”, do que, sob o pretexto de paz, serem roubados⁴⁸⁶.

No período 1440-1460 o comércio português na Inglaterra entrou em declínio, embora a presença inglesa em Portugal continuou.⁴⁸⁷ D. Afonso V, em 1456, concedeu-lhes o privilégio de trazer armas para defesa pessoal⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴ “Portyngalers wyth us have trougth one hande,/ Whose marchaundy cometh moche into Englande/ They bene oure ffrendes wyth there commoditez.” Thomas Wright, *Political Poems and Songs Relating to English History, Composed during the Period from the Ascension of Edw. III. to that of Ric. III.* (London, 1861), II, p. 163. ‘in Portyngale the cheffe merchaundyse is swette wyne that growe within the land... there is also oyle olyffe growing wiche is most holsummyst for mann ys mette and medicins, and where ytt is old yt is good woll oyll... ther is also grete salt’. The Nouble of Weyghtes. [latter part of the fifteenth century] MS Cotton, Vesp. E. IX ff 86-110. Hubert Hall, e Frida J. Nicholas, eds. *Select Tracts and Table Books Relating to English Weights and Measures*. Camden Third Series, XLI (London: Camden Society, 1929), 100v-101.

⁴⁸⁵ John Gower no *Mirour de l’Omme* expressa a indignação dos ingleses contra os privilégios de que gozavam os italianos: “De nostre argent et orr piler”. *The Complete Works of John Gower*. Edited from the Manuscripts with Introduction, Notes and Glossaries, by G. C. Macaulay, Oxford: Clarendon Press, 1899, 25440, p. 281.

⁴⁸⁶ “que sja sua merçee de nos poer Remedio nas tomadas das naaos pellos Ingresses e bretoes e gallegos firmando com elles boas pazes ou crua guerra que nos seria mjlor que so tjtollo de paz cada dia seermos Roubados”. *Vereações: anos de 1401-1449*, sessão de 16 de Março de 1449, fol. 246 v.º, p. 418.

⁴⁸⁷ “Of 18 safe-conducts and other grants known to me for the period 1438-88, 14 were granted in the 1450s and early 1460s; Childs, “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century”, 208.

⁴⁸⁸ Carta de Afonso V, permitindo aos ingleses possuir armas TNA, SP 89/30, f.192: 12.05. 1456.

2.2.O aumento do comércio com os estados italianos

A presença dos mercadores italianos em Portugal, nos séculos XIV e XV, foi posta em relevo por vários autores⁴⁸⁹. Virgínia Rau pensa que o seu papel no comércio português do século XV foi essencial, constituindo eles o mais importante grupo estrangeiro, “no que respeitava aos capitais e técnica bancária”⁴⁹⁰. Até o século XIV, o tráfego comercial entre as cidades italianas e a Flandres fora mantido através da rota terrestre, sendo Florença, um estado não-marítimo, a cidade mais importante até aos meados do século XIV⁴⁹¹. A partir de 1271, os genoveses, em plena ascensão política e comercial, haviam iniciado a rota da Flandres, seguidos pelos venezianos, trinta anos mais tarde⁴⁹².

A cronologia da presença dos mercadores italianos em Portugal, segue de perto a cronologia e a dinâmica da Guerra dos Cem Anos⁴⁹³. A primeira carta de privilégios que lhes foi concedida neste país data exactamente do início da Guerra e está relacionada com esta. Com efeito, logo no início das hostilidades entre a França e Inglaterra aumentou a sua presença em Portugal, numa tendência que mostrava claramente a intenção de ultrapassar as dificuldades

⁴⁸⁹ Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le development de l’economie metropolitaine et colonial portugais”, in *Studi in onore di Armando Saporì*, I, 617-628; Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal,” 343-359; Oliveira Marques, “Portugal na crise dos séculos XIV e XV”, in *Nova História de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1987), 153.

⁴⁹⁰ Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, p. 206; (Publicado também, in *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, ed. Hermann Kellenbenz, Köln, Wien, 1970, p. 17.)

⁴⁹¹ Kedar, *Merchants in Crisis*, 2; Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 199. Giovanni Villani diz que também Portugal se inscrevia na rede comercial florentina que chegava até aos cantos mais remotos da Europa. Ephraim Russell, “The societies of the Bardi and the Peruzzi and their dealings with Edward III. 1327-1345”, in *Finance and trade under Edward III*, ed. George Unwin (London: Longman, Green, 1918), 94.

⁴⁹² Veja-se: R. S. Lopez, “Majorcans and genoesees on the North Sea route in the thirteenth century”, 1163-1179; Santamaria Aráñdez, “La reconquista de las vías marítimas”, 63-69; Marco Tangheroni, “Rapporti economici tra il Mediterraneo e l’Europa settentrionale”, *Revista d’Historia Medieval* 6 (1995): 57-58; Pierre Chaunu, *L’expansion européenne du XIII^e au XV^e siècle* (Paris: PUF, 1969), 93. São numerosos a Sevilha desde o fim do XIII século. Simonetta Conti, *Aspetti storico-geografici degli insediamenti italiani in Andalusia*, in, *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*. Atti del secondo convegno, Roma, 25-27 Maggio 1984, ed. Alberto Boscolo e Bibiano Torres (Bologna: Capelli, 1986), 116-123.

⁴⁹³ Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 311, afirma que a importância do comércio italiano na Inglaterra chegou ao seu clímax entre 1390 e 1460.

que o início das hostilidades colocara ao seu negócio⁴⁹⁴. Assim, em 9 de Abril de 1338, a Beringel Omberte, a Nicolau Bertaldi e aos mercadores da Companhia dos Bardi, que viessem morar em Portugal, foram concedidos privilégios, incluindo livre-trânsito, além de se nomear um cônsul para julgar os seus pleitos⁴⁹⁵.

Neste documento, que representa a mais antiga carta de privilégios concedida aos mercadores estrangeiros⁴⁹⁶, encontramos uma cláusula que indica que estes mercadores se tinham desviado da via comercial de Flandres em busca duma outra linha de comunicação mais segura com o Norte⁴⁹⁷. Atente-se também na cláusula que previa que, em caso de naufrágio, todas as mercadorias que se recuperassem deveriam ser restituídas aos seus proprietários⁴⁹⁸. Temos aqui uma referência clara ao “direito de laghan”⁴⁹⁹, que consistia na regulamentação da “pesca de mercadorias” naufragadas, um costume antigo e usual nos Países Baixos e Mar do Norte⁵⁰⁰, onde a configuração da costa e as condições do mar tornavam relevante esta cláusula. Porém, as condições da costa e do mar de Portugal tornavam o recurso a este direito de pouca utilidade, porque o oceano sempre agitado, ao contrário do mar baixo e calmo em

⁴⁹⁴ Teofilo F. Ruiz chama a atenção para a importância que teve este momento no aumento do comércio dos italianos que solicitavam os serviços de navios castelhanos. Ruiz, “Castilian merchants in England,” 183-184

⁴⁹⁵ Em 1327 os Bardi estavam já presentes em Sevilha. Davidsohn, Robert, *Storia di Firenze*, VI, parte II, Firenze, 1965, 738; *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, pp. 186-188; DP, I, doc. n.º 57, 9. 04. 1338.

⁴⁹⁶ Barros, *História da Administração Pública*, X, 171.

⁴⁹⁷ Não era só Portugal que começava a ser visitado por estrangeiros. O mesmo acontecia nos territórios holandeses no mesmo tempo. 11,000 sacos de lã foram transportados de Inglaterra para Dordrecht e Middelburg em 1337. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 136. “Os carregamentos de lã dos Bardi e Peruzzi atingiram o seu pico em 1338-1340. Os Bardi e Peruzzi obtiveram o privilégio de levar a lã diretamente para Itália. PRO, E. 101/127/41 and C. 47/13/6, no.17. Fryde, “Italian Maritime Trade”, 301

⁴⁹⁸ Barros, *Hist. da Administração Pública*, X, 200; Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal” 15.

⁴⁹⁹ O único meio para os estrangeiros de escapar a essa era a inclusão desta liberdade nos seus privilégios. Os hanseáticos obtiveram-na em desde 1392, os portugueses em 1411 (MH, II, n.º 8, p. 42) e os genoveses em 1414. Paviot, *La politique navale*, 33-34; *O droit de lagan* corresponde ao *droit de varech* na Normandia e aquele de *bris ou de pecoy* na Bretanha e no sul-oeste da França.

⁵⁰⁰ Mesmo os mercadores da coroa não eram poupados pelos habitantes da costa inglesa, sem embargo duma “lei de naufrágio” que proibia a tomada de bens deste navios caso alguma pessoa sobrevivesse. Members of the History School, *Finance and Trade under Edward III*, Ed. George Unwin (Manchester: Manchester University Press, 1918), 292; Em 1387, mercadores do Porto no navio *Seint Nicholas* naufragaram em Kindsdown de Dover e os seus bens foram levados. Geouge, “Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I,” 123.

que muitas vezes se penetrava em numerosos canais intraterrestres dos Países Baixos⁵⁰¹, não dava tempo nem possibilidade de resgatar mercadorias dos navios naufragados⁵⁰². Porém, a regulamentação deste direito era tão normal e usual, que fazia parte constantemente dos artigos das cartas de privilégio concedidos aos estrangeiros nesta área⁵⁰³. A aplicação deste direito persistiu na Flandres durante todo o século XV⁵⁰⁴. Também a preocupação do documento com a fixação de lugar de residência destes mercadores, assim como da zona onde podiam efectuar as suas operações comerciais, remete para uma organização mais complexa do que a situação portuguesa requeria. Os mercadores florentinos, acostumados com as regras estritas que as cidades da Flandres impunham aos mercadores estrangeiros, importavam, artificialmente, esta preocupação para a situação portuguesa⁵⁰⁵.

Este privilégio, sendo o primeiro conhecido dado a mercadores estrangeiros em Portugal, tem chamado a atenção dos autores. Filipe Themudo Barata não concorda com a ideia de Luís de Albuquerque sobre a possibilidade da existência de uma estratégia concertada entre Portugal e Florença, com o objectivo de incentivar o comércio marítimo⁵⁰⁶. Esta dúvida parece lógica. No entanto, a leitura deste documento no quadro da conjuntura política e comercial da Europa, confirma-o como uma prova muito importante para compreender o impacto que o

⁵⁰¹ Em 1422 Philip o Bom confirmou os privilegios aos genoveses de 1414. No art. 8, dizia-se que os genoveses podiam salvar as suas mercadorias em águas flamengas. Se alguém salvasse a essas mercadorias, tinha que as entregar aos proprietários, depois do pagamento das taxas de salvamento. Vaughan, *Philip the Good*, 252-253.

⁵⁰² “Desião no terceiro artigo que se algũa naue quebra a fos que chega polas de que eu hauia de hauer disima dos panos sehião molhados.” “Cortes de 1361 (Elvas). Capítulos especiais do Porto”, in *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, art. 3, f. 213, p. 107. Em 1388 na ilha de Cadzand um mastro desmembrado dum navio de Portugal, foi vendido e na qual soma o conde tinha a sua parte. CAEB, doc. 430.; Em 2 de Fevereiro de 1408, e no mesmo sítio, uma carraca de Génova conjuntamente com uma coca portuguesa naufragaram na entrada de Zwin e foram “pescadas” por flamengos. CAEB, doc. 554. Os naufrágios na costa portuguesa são relativamente raros para a época medieval. Filipe Vieira de Castro, *Pepper Wreck. A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*, (Texas: A&M University Press, 2005), 98.

⁵⁰³ Nos privilégios concedidos aos portugueses em 26 de Dezembro de 1411 na Flandres se estipulava no art. 6, que “Os salvados do naufragio, quer a tripulação escape, quer pereça, serão restituídos a seus donos, depois de pagas as indemnisações garantidas por lei aos salvadores”. Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, 339.

⁵⁰⁴ Paviot, *La politique navale*, 35.

⁵⁰⁵ Semelhante privilégio foi concedido por D. Afonso IV aos irmãos Jacome, Gabriel e João Bason de Piacenza. Chancelaria de D. Afonso V, liv. 35, fl. 43v-44; Maria Judite Calado Damas, “Os italianos em Portugal nos séculos XIII à XV” Tese de licenciatura, (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971), 261-267.

⁵⁰⁶ Luís de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 3.^a ed. (Lisboa: 1983), 24. “Essa carta de privilégios, alias, parece abordar mais intenções futuras do que realidades no terreno.” Barata, *Navegação, Comércio e Relações Políticas*, 416.

início das hostilidades na França e na Flandres teve no comportamento e nos projectos comerciais dos florentinos e dos outros mercadores, prejudicados pelo início das hostilidades⁵⁰⁷. A onda de mercadores italianos que tentava utilizar a Península Ibérica como porta de saída para a situação, chegou a Castela⁵⁰⁸ ainda antes de chegar em Portugal⁵⁰⁹, nomeadamente a Maiorca e a Valência⁵¹⁰. O volume excepcional de negócio dos italianos na Península, para os anos 1337-1338, indica claramente a estreita relação entre a situação política e a conjuntura comercial⁵¹¹, ao mesmo tempo que prova a rapidez com que os mercadores tentaram resolver a emergência⁵¹². Em contrapartida, o preço da lã em Inglaterra, nos anos 1337-1342, baixou significativamente, o que pode indicar que a resposta do sistema comercial local não foi adequada à emergência⁵¹³.

Os portugueses também tentaram aproveitar a situação, mesmo tendo em conta o nível de desenvolvimento da marinha mercante do país. Assim, neste ano de 1338, eles estão

⁵⁰⁷ Até à década de 1330 mesmo a lã inglesa que se transportava através da rota do Estreito antes disso passava o canal da Mancha com destino a Ecluse ou a Antuérpia. Fryde, "Italian Maritime Trade with Medieval England", 296-297; Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 27-28. E também "verso la Guascogna". Davidsohn, *Storia di Firenze*, VI/ II, 122.

⁵⁰⁸ Durante a Guerra anglo-flamenga de 1333-1338, o comércio entre Castela e Flandres diminuiu. Sanchez-Albornoz, *Spain, a historical enigma*, II, 737. Por outro lado o comércio entre Castela e Inglaterra aumentou, sobretudo em 1337-1338, e ao mesmo tempo aumentou significativamente a participação naval castelhana no comércio entre Itália e Inglaterra nestes dois anos. Ruiz, "Castilian merchants in England," 183-184; CPR, 1334-38, p. 539, (08.10.1337). Dinus Forcetti e outros mercadores da companhia dos Bardi tinham fretado o navio S. Maria, para levar lã de Inglaterra para a Itália. CPR, 1334-38, p. 529, 28.09.1337; p. 554, 18.11.1337. Neste dia, um grupo de mercadores de Bilbao obtiveram um salvo-conduto para comerciar na Gasconha, no Brabante, na Irlanda "and passing to and from Lombardy and their own ports". No mesmo dia um grupo de mercadores de San Sebastian obtiveram semelhante privilégio, e também no mesmo dia outro grupo de mercadores de Sevilha obtiveram o mesmo. Alguns dias depois os Bardi fretaram dois navios de San Sebastian que iriam levar 600 sacos de lã para Lombardia. CPR, 1334-1338, p. 554; CPR, 1334-38, p. 554, (30.11. 1337).

⁵⁰⁹ Ruiz, "Castilian merchants in England," 184; As décadas de 30 e de 40 do séc. XIV testemunharam "a pujança dos contactos comerciais com o estrangeiro." *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 501.

⁵¹⁰ O problema da Catalunha não residia no sucesso da Maiorca, mas na posição desfavorável em que a Guerra estava a colocar a Catalunha. O valor das mercadorias que passavam através da Maiorca em 1300-43 chegava perto de 50% do valor do tráfego de Barcelona. Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, I, 363.

⁵¹¹ CPR, 1338-1340, p. 68, 15.02. 1338; No séc. XIII os mercadores florentinos em diversos portos ingleses compravam lã para Lucca e Florença. Em Southampton no entanto, aparentemente não há registo de qualquer visita antes de 1337. (*Anglo-French) Accounts of Robert Florys*, p.XXIX.

⁵¹² Ruiz, "Castilian merchants in England," 184.

⁵¹³ Os preços começaram a recuperar depois de 1342 até à Peste Negra. T. H. Lloyd, *The Movement of Wool Prices in Medieval England*, Economic History Review Supplement, (Cambridge: University Press, 1973), 18.

presentes na Inglaterra e na Gasconha⁵¹⁴, como se prova num documento que refere navios portugueses que tinham caído vítimas do bloqueio inglês na Flandres⁵¹⁵. Neste mesmo ano de 1338, um comboio de navios catalães e maiorquinos foi assaltado no Zwin, na Flandres⁵¹⁶. F. Ruiz relaciona esta actividade excepcional dos italianos na Península com o início da Guerra dos Cem Anos⁵¹⁷ e chama a atenção para a importância que este facto tem para o melhor entendimento deste momento⁵¹⁸. A relação entre a situação nos dois lados do canal da Mancha e a utilização da rota do Estreito ficara já patente, não só na altura do conflito anglo-francês de 1294-1303, mas também por ocasião do conflito de 1323-1325⁵¹⁹.

Um documento de 1343 mostra a consciência dos valencianos e o seu optimismo em relação à nova conjuntura económica⁵²⁰. Essa realidade contrasta com as crónicas barcelonesas, que indicam o ano de 1333, como «mal any primer»⁵²¹. Nesta perspectiva podemos interpretar

⁵¹⁴ Thomas de Pydynton e John de Moneroun que junto com outros entraram por meio da força em dois navios portugueses. CPR, 138-1340, 3 de Junho de 1338; Salvo-conduto para John Estevenes, Ferandus Ferandis e Peter Domynges, “proctors and attorneys of some merchants of the realm of Portugal, going to divers parts of the realm and of the duchy [of Aquitaine]. CPR, 1338-1340, p. 84, 18 de Maio de 1338.

⁵¹⁵ “pes de Lascar mercador natural de Bayona a uelha que e do Senhoryo del Rey d Jnglaterra me disse que ha hñus quinze anos e mays que el mora na mha Çidade de Lixbõa come merchante pera comprar e uender sas merchandias en que entendeu e entende A ffazer sa prol pera os enuiar en ffrandes e tragelas e mandalas d alo ... e ora diz que sse teme porque algũs do Senhoryo d el Rey de Jnglaterra fezerom mal e desaguisado A algũs mercadores do meu senhoryo” *Chancelarias Portuguesas D. Afonso IV*, Vol. II, (1336-1340), n. 132, 8 de Set. de 1338, p. 230.; Em 2 de Novembro de 1337, um baiones, Petrus de Las, aparece na documentação inglesa, como mestre do navio La Seinte Marie, junto com cinco marinheiros de Baiona, incluindo Bernardus de Lescar, do navio La Seinte Marie de Bayon. Foedera, III, parte 1, 1825, p. 1005.

⁵¹⁶ Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 297; Em Harfleur, entre Fevereiro e Junho de 1338, registam-se 13 navios castelhanos. Sanchez-Albornoz, *Spain, a historical enigma*, II, 736.

⁵¹⁷ Sugere o autor que a guerra afectou a rota terrestre através da Gasconha, tornando a viagem através de Gibraltar “a more acceptable option.” Ruiz, “Castilian merchants in England,” 184.

⁵¹⁸ O papel dos castelhanos “in the first years of the Hundred Years’ war, as carriers of English goods to foreign markets, especially to Italy, deserves further study.” Ruiz, “Castilian merchants in England,” 185.

⁵¹⁹ Em 1324 documenta-se o maior carregamento de lã em navios do Estreito para o reinado de Edward II: 4 mil sacos por uma frota de onze galés genovesas. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 298; Chaplais, *The War of Saint-Sardos*, nos. 45-6, pp. 59-61.

⁵²⁰ Nas cortes de Valência pediu-se ao rei Pedro III para aprovar umas medidas, através das quais pensavam tornar a sua cidade num grande centro industrial. ACA, Chancillería, P. III, Grat. 9; publ. por Claude Carrère, *Protectionisme industriel et peuplement a Valence en 1343*, in *VIII Congreso de Historia de la Corona de Aragón*, t. II, vol. I, (Valencia, 1969), pp. 210-217. «per experiencia es vist que les ciutats e lochs on es acostumat de fer draps se son annoblyts e enrequits e multiplicat de gens». «vol e mana lo dit senyor rey que tot hom qui vinga a la ciutat de Valencia per fer draps o qualsevol obra preparatoria o consecutiva de draps sia franch d’ost e de cavalcada per x anys». Uma expressão muito semelhante a àquela que se escrevia no *Livro dos Pregos* da Câmara Municipal de Lisboa, dirigindo-se ao rei «que bem sabedes que este Regno se mantem por mercaderias que vñem de fora dos Regnos». Ferreira, *A importação e o comércio têxtil em Portugal*, 13.

⁵²¹ Ch- Doufourcq- J. Gautier-Dalché, *Historia economica y social de la Espana cristiana en la Edad Media* (Barcelona: Ediciones El Albir, 1983), 223.

também a Prágmatica de 1340, que denuncia a superabundância de panos estrangeiros em Portugal e um certo abuso com no seu uso⁵²².

Os florentinos, que controlavam a maior parte do comércio de lã com o norte, até ao início da Guerra dos Cem Anos⁵²³, estavam a conseguir enormes ganhos, sem por isso precisar da rota do Estreito⁵²⁴. Com o início da Guerra, os Bardi e Peruzzi utilizaram a sua posição como credores de Edward III⁵²⁵, tentando monopolizar o tráfego da lã inglesa, via Estreito. Em Março de 1339, Edward III prometeu que durante um ano não iria permitir outros navios estrangeiros para carregar lã “par le chemin Despaigne, Marrok ou Gascoigne”⁵²⁶. Todavia, uma das muitas dificuldades que o início da Guerra colocou aos mercadores florentinos foi a de encontrar navios suficientes para transportar a lã, via Estreito⁵²⁷. Os genoveses, na sua maior parte, estavam ao serviço dos franceses e, por outro lado, os venezianos suspenderam as viagens para a Flandres “because of the Anglo-French war”⁵²⁸, só retomando esta rota duas

⁵²² “[Art. 7]. mandamos que nenhũ homem, nem mulher daqui em deante, nom tragam panos d ouro, nem de Solia, uestidos nem tabardo, nem Redondel, nem Granaja d escallata uermelha, ssaluo nos e nossos filhos. [Art. 8.]. mandamos que os Ricos homens nom façam de uestir no Ano, majs que tres pares de panos. [Art. 9]. as Ricas Donas nom façam no Anno majs que tres pares de panos.... [Art. 10]. E mando que os Ricos homens e Ricas donas nom tragam pano de major ssorte, nem de major quanteaa que sse adeante segue, em este Titolo segundo a ualor que foj achada na mha alfandega, que ssojam de valer no tenpo que eram majs rrafeças que ora.... [Art. 11]. que os Caualeyros nom façam de uestir no Anno majs de dous pares de panos...” “[Art. 12]. que escudeiro que de nos ou d algũ Ricomem teuer marauedis, nom faça no Anno majs dũ par de panos... que nenhũ nom traga ssela d Ourada, com Ouro nem com prata, nem com sseda... [Art. 14]. que nenhũ Ricomem, nem Caualeyro, nem escudeyro, nem ssas mulheres nom tragam cinta. D Ouro, nem de prata, nem esmaltada, nem ponha majs prata, na Cinta que cinger, que hũu marco de prata.” “Cortes de 1340 (Santarem). Prágmatica de 1340 e outras leis anexas”, in *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, pp.106-107.

⁵²³ A fase de dominação florentina neste comércio chegou ao seu fim com a bancarrota dos Bardi e Peruzzi e outras companhias florentinas entre 1342 e 1346. Nas três primeiras décadas do séc. XIV, os Peruzzi tinham “un buon campo di operazioni in Francia”. Saporì, *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, 41.

⁵²⁴ Os livros de contas dos Bardi mostram que para os anos 1331-1333 os ganhos do comércio da lã chegaram aos 39.952 florins, uma soma que era igual ao 26% do capital social da companhia. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 300-301; Davidsohn, *Storia di Firenze*, IV, 124.; Para 1335 o lucro foi, “per quei tempi straodinario, di quasi 40.000 libbre a fiorino”. Davidsohn, *Storia di Firenze*, IV/II, 123.

⁵²⁵ O papel deles como “mercatores regis”, remontava aos finais do século XIII e sobretudo depois da expulsão dos judeus da Inglaterra em 1299, sendo a presença dos Bardi anterior, por volta de 1277, e dos Peruzzi na década de 1280. Saporì, *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, 8-9, 23

⁵²⁶ TNA, E 101/127/41; C 47/13/6, no. 17; Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 301.

⁵²⁷ Grandes dificuldades foram sentidas para encontrar o transporte necessário. A maioria dos genoveses estavam a apoiar a França, enquanto que as galeras venezianas não se aventuraram para a Flandres por causa da guerra anglo-francesa. Navios castelhanos, catalães e maiorquinos tinham que ser usado. PRO C/81/11953. 24 de Julho de 1339, taking under the king’s protection two ships of Majorca due to come to England “pur charger leines” of the Bardi and Peruzzi.” Fryde, “Italian Maritime Trade”, 302.

⁵²⁸ Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 302; Ruddock, 30-34.

décadas mais tarde, em 1357⁵²⁹. Assim, tiveram que se voltar para a Península Ibérica, tentando utilizar navios castelhanos, portugueses e catalães⁵³⁰. Confirma esta actuação de conjunto uma carta de privilégio, dada por D. Afonso IV, em 4 de Dezembro de 1341, a Albertim Moncassela, de Placência⁵³¹ e, três anos mais tarde, aos irmãos Basson também de Placência⁵³². No mesmo ano, uma expedição italiana partiu de Lisboa para as Canárias⁵³³.

Começou desta maneira a vislumbrar-se um bom início da actividade mercantil dos italianos em Portugal, neste primeiros anos da Guerra. Contudo, apesar da atitude da coroa ser a de incentivar e proteger este comércio, outros factores, alheios a essa política, levaram a um retrocesso do tráfego comercial via Estreito. Primeiro, foi o golpe que sofreu o comércio internacional por causa do colapso das maiores companhias comerciais da Europa, dos Bardi e dos Peruzzi⁵³⁴. Neste caso, tal como durante o conflito dos finais do século XIII, foram os florentinos e não as potências marítimas, que, com o seu dinheiro, responderam às ambições de Edward III⁵³⁵.

⁵²⁹ Até aos finais do século não vão parar em portos ingleses. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 304.

⁵³⁰ TNA, C/81/ 11953 (24. 08. 1339) salvo-conduto a dois navios de Maiorca “pour charger leines” dos Bardi e Peruzzi. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 302.

⁵³¹ Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV, vol. III, pp. 190-192.

⁵³² “...Jacome basom e grauiel basom e Joham basom Irmaaos e Ruberte bareicarro seu Companho Nutaraaes de presença de terra da Lonbardia...” ANTT, *Chancelaria de D. Affonso V*, liv. 35, fl. 43v-44, 19 de Abril 1344, Maria Judite pp. 261-267. Um dos irmãos Basom aparece na documentação inglesa obtendo um salvo-conduto no mesmo dia com os portugueses John Estevenes, Ferandus Ferandis e Peter Domynges, “proctors and attorneys of some merchants of the realm of Portugal, going to divers parts of the realm and of the duchy [of Aquitaine]...The like for John Bussyns, merchant of Piacenza in Lombardy, going to Wynchelse and other places to recover goods and merchandise lately put on board a ship of Spain which have been carried away by men of Wynchelse.CPR, 1338-1340, p. 84, 18 de Maio de 1338.

⁵³³ Liderados pelo florentino Corbizzi e o genovês Reccho. DP, I, pp. 77-83;

⁵³⁴ Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LIII; Os Buonaccorsi no entanto começaram a sentir a sua credibilidade afectada só em 1342, enquanto os Bardi e Peruzzi, se sentem incapazes de reembolsar os seus credores em Londres, no verão de 1339. Noël Coulet, *Affaires d'argent et affaires de famille en Haute Provence au XIV^e siècle. Le dossier du process de Sybille de Cabris contre Matteo Villani et la compagnie des Buonaccorsi* (*Archivio di Stato di Firenze, Mercanzia, 14143*) (Rome: École Française de Rome, 1992), 31; Lipson, *The Economic History of England*, I, 539. A diminuição do crédito coloca uma carga maior sobre os pagamentos em dinheiro. Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 109.

⁵³⁵ Na Inglaterra, os Ricciardi de Lucca e os Florentinos Frescobaldi, Bardi et Peruzzi, substituíam-se um ao outro na qualidade de banqueiros da Coroa. Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LIII. Os Bardi e Peruzzi tinham financiado também a guerra de Edward III contra os escoceses que culminou com a vitória inglesa em Halidon Hill em 1333. Saporì, *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, 51.

Uma das explicações para a crise que as companhias de Florença enfrentaram na década de 1340, pode ser encontrado na carta de privilégio de D. Afonso IV aos representantes da companhia dos Bardi. Este documento atesta a dificuldade que o comércio italiano, sobretudo dos florentinos, teve que enfrentar com o início da Guerra. Aos problemas financeiros de Edward III, temos que juntar os custos de reorganização do comércio através da nova rota⁵³⁶. Alguns centros encontraram dificuldades em adaptar-se a esta deslocação, dependendo da respectiva situação na nova organização espacial do comércio. Florença, que tinha uma rede muito bem organizada, parece que não conseguiu encontrar os meios necessários para enfrentar a nova situação⁵³⁷. A crise, portanto, pode ler-se como o drama dum sistema económico assente no comércio terrestre, que se coloca perante a obrigatoriedade de se adaptar ao fecho dessa rota e a necessidade de iniciar uma profunda reestruturação das velhas redes. O facto das potências marítimas terem saído ilesas da tragédia florentina dá mais crédito a essa hipótese.

Antes que o comércio de longo curso europeu começasse a recuperar desse choque, o conflito anglo-francês conheceu um dos seus pontos altos, na batalha de Crecy, em 1346⁵³⁸, na qual a participação genovesa ao lado de França foi evidente⁵³⁹. Por outro lado, começou a maior catástrofe na história europeia, a Peste Negra, que, com a contração demográfica, trouxe a

⁵³⁶ Até a década de 1340 o optimismo económico era bem visível. Siena, em 1339, planeou a construção duma nova igreja, muito maior que a catedral existente. O plano foi feito e os trabalhos começaram, mas nunca foi acabada. Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 198.

⁵³⁷ Larner, *Culture and Society in Italy*, 121. Os mercadores florentinos estavam a operar por toda a Itália, no Levante, no Mediterrâneo ocidental, em Espanha, no Norte de África, em França, nos Países Baixos e em Inglaterra Goldthwaite, *The Economy of Renaissance Florence*, 41. Enquanto outros centros melhor situados na paisagem das rotas comerciais, como Southampton ou Lisboa aproveitaram. Southampton tomou um papel central no comércio entre Inglaterra e a Itália em 1337 com os enormes carregamentos de lã dos Bardi e Peruzzi nos estágios iniciais da Guerra dos Cem Anos. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 29.

⁵³⁸ Andrew Ayton, "The Battle of Crécy: Context and Significance", in, *The Battle of Crécy, 1346*, ed. Andrew Ayton and Sir Philip Preston (Woodbridge: The Boydell Press, 2005), 1.

⁵³⁹ Cerca de 6 mil, segundo Villani. Bertrand Schnerb, "Vassals, Allies and Mercenaries: the French Army before and after 1346", in, *The Battle of Crécy, 1346*, 268-269, dúvida sobre a capacidade de Genova ou mesmo de toda a Itália do Norte de juntar um tal numero.

diminuição do comércio⁵⁴⁰. Entretanto, também continuou o conflito entre Génova e Veneza que, entre 1350 e 1355, paralisou o respectivo comércio⁵⁴¹.

Entre os italianos, destaca-se a presença dos genoveses, tanto pela cronologia dessa presença⁵⁴² como pelo volume e importância da actividade comercial⁵⁴³. Utilizavam os portos portugueses, especialmente Lisboa como escala⁵⁴⁴ e como destino e ponto de partida nos itinerários incluídos nos seguros marítimos⁵⁴⁵. Também os padrões portugueses aumentaram a participação no comércio entre Génova e o Norte da Europa, a partir da década de 1370⁵⁴⁶.

A sua participação no comércio português, muitas vezes foi caracterizada pela colaboração com elementos da classe mercantil portuguesa ou mesmo com a Coroa⁵⁴⁷, mas também algumas vezes pela rivalidade de interesses. Os incidentes e acidentes, como era de esperar,

⁵⁴⁰ Em 1347-50 o comércio europeu virtualmente parou. Backman, *The Worlds of Medieval Europe*, 377.

⁵⁴¹ O seu comércio levantino “came to a virtual standstill”. Kedar, *Merchants in Crisis*, 15. Nesta situação pouco favorável podemos aceitar a sugestão de Faria e Miranda que, após analisar o tratado de comércio de 1353, encontraram poucos indícios de actividade portuguesa no Mar do Norte, até à década de 1360. Faria e Miranda, “Pur bone alliance et amiste faire”, 124. Cf. Alice Beardwood, *Alien Merchants in England, 1350 to 1377. Their Legal and Economic Position*, (Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America, 1931), 139; Fryde, “Italian Maritime Trade”, 303.

⁵⁴² «don Viualdo genoes cidadão de lixboa» (Chancell de D. Aff. III, liv. I, fol. 144).; *História de Portugal* (dir. José Mattoso), II, 254.; De acordo com Virgínia Rau, no século XIV, a colónia italiana parece ter o predomínio dos genoveses, “seguidos bem de perto pelos prazentins, milaneses e florentinos, e, passados alguns decénios, pelos venezianos” Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal,” 13-15.

⁵⁴³ O máximo demográfico de Génova parece nunca ter ultrapassado os 100 mil habitantes durante a época medieval. Em 1350 a população desta era 60% do nível de 1341. Kedar, *Merchants in Crisis*, 5.

⁵⁴⁴ Alberto García Porras, Adela Fábregas García, “Genoese trade networks in the southern Iberian Peninsula: trade, transmission of technical knowledge and economic interactions”, *Mediterranean Historical Review* 25.; Liagre-de Sturler, *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l’Outremont*, II, 1353-1400, no. 308.; Em 1379 um castelhano, Diego Ortiz de Portugaleta, fretou a um genovês o seu navio para ir em qualquer dos pontos habituais de escala dos genoveses, ou seja Genova, Savona, Pisa, Nice, Bruges e Lisboa. Liagre-de Sturler, *ibid.*, no. 377. Aqui é denominado como “Diego Ortiz de Portugal”, mas é óbvio que era de Portugaleta de Biscaia. Noutro documento de 1382 os portos de escala eram mais, e entre eles estava também Lisboa. Not. Raffaele Besignani e Antonio de Capello, II, f. 137, 10. 04. 1382; Liagre-de Sturler, *ibid.*, no. 395.

⁵⁴⁵ Na década de 1370 encontramos seguros marítimos contratados em Génova para trajectos de Lisboa com destino a Ecluse ou Middlebourg, e também um seguro para uma viagem de ida e volta a Ecluse-Lisboa-Ecluse ou Middlebourg. Sturler, *Les relations commerciales*, t. I, p. 92-93; t. II, nos. 505, 518.

⁵⁴⁶ Um navio português fretado por um genovês foi capturado por aragoneses em 1380. Sturler, *Les relations commerciales*, t. II, no. 384. Pedro mercador de Lisboa em 1379 aparece como habitante de Génova, conjuntamente com o português Oliveira de Castro Lenbeni. Sturler, *ibid.*, t. II, no. 375.

⁵⁴⁷ Leo Magnino, “Antonio da Noli e la collaborazione fra Genovesi e Portoghesi nelle grandi scoperte,” *Atti della Società Savonese di Storia Patria* 35 (1963): 263-276. Charles Verlinden, “Relations commerciales entre Gênes et le Portugal à l’époque des grandes découvertes”, *Bulletin de l’institut historique belge de Rome* 33 (1961): 163-277.

não faltaram⁵⁴⁸, sendo certo que as alianças políticas estabelecidas durante a Guerra dos Cem Anos influenciaram as relações mesmo entre Estados. Assim, por exemplo, a trégua com Castela em 1389, foi acompanhada de um tratado entre Portugal e Génova, no qual “D. João I renunciava ao corso contra essa cidade”⁵⁴⁹.

A relação com os genoveses tornou-se um assunto importante e, por vezes, problemático, no concelho do Porto, sobretudo no que tocava à compra em grandes quantidades de couros e mesmo à colaboração com alguns mercadores locais⁵⁵⁰. Essa relação ficou também marcada pela participação de patrões de navios portugueses, que colaboravam com os genoveses no carregamento de mercadorias entre o Mediterrâneo e Atlântico. Contudo, comparando com os castelhanos, a participação portuguesa foi modesta, mas temos que ter em conta as estreitas relações políticas entre Castela e Génova⁵⁵¹.

Além dos genoveses, também os florentinos parece terem tido uma presença notável em Portugal⁵⁵². Florença desenvolveu-se muito mais tarde do que os portos marítimos de Pisa, Génova e Veneza, mas em meados do século XIII já havia ultrapassado o seu rival próximo,

⁵⁴⁸ Barros, *História da Administração Pública*, X, 186. Em 1434 o governo de Génova avisa os seus mercadores em Bruges e Londres, que os portugueses tinham atacado navios genoveses. *CAEB*, no. 729, p. 585. Doi navios genoveses indo para a Flandres foram capturados perto da costa portuguesa em 16 de Julho de 1386. ASG, Archivio Segretto, no. 2729, doc. 30. Barata, 2005: 209. Em 10 de Dezembro de 1434, as autoridades de Génova enviam uma carta a D. Duarte a solicitar-lhe que fossem entregues, as mercadorias tomadas pela armada portuguesa à uma nau, carregadas em Nápoles pelo genovês António Calvo. *MH*, vol. V, p. 115-117, doc. nº 50.

⁵⁴⁹ ASG, Archivio Segretto, n.º 2729, doc. 30; Barata, *Navegação e comércio*, 418. Em 1388, o infante D. Dinis estava em Inglaterra. (*Foedera*, t. VII, p. 594; C.C.R., t. III, p. 518), provavelmente para informar sobre uma proposta de trégua de Castela. British Museum, *Additional Charters*, n. 16212. Perroy, *L'Angleterre et le grand Schisme*, 268. D. João I, “promette ad Ambrogio De Marini, ambasciatore genovese, la somma di L. 2.207.425 lire per la sottrazione di merci caricate su due navi genovesi, perpetrata da sudditi portoghesi.” Pasquale Lisciandrelli, *Trattati e negoziazioni politiche della Repubblica di Genova (958 - 1797)*. *Regesti*, Atti della Società Ligure di Storia Patria, Nuova serie – Vol. I, (Genova 1960), 12 de Maio 1389, no. 680.

⁵⁵⁰ Em 13 de Novembro de 1448, os vereadores do Porto enviaram uma carta ao rei D. Afonso V “por razom do jenoos que he antre doiro e mjnho para comprar todollos coiros da dicta Comarca” e também uma carta ao corregedor da cidade “por que nom consenta ao dicto Jenoos comprar coiros nem outra njnhuma Coussa attaeuer mandado del Rej nosso Senhor. *Vereações: anos de 1401-1449*, p. 371. Este genovês “tynha feita companhia com diego afonso malheiro e com seu Irmaaom Vasco afonso E que estes conpram em esta çidade e em todallas outras comarcas desta correição quantos coiros podem”. *Vereações: anos de 1401-1449*, p. 389.

⁵⁵¹ Liagre-de Sturler, *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont*, I, p. CLXI.

⁵⁵² Goldthwaite, *The Building of Renaissance Florence*, 40; Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le developpement de l'économie metropolitaine et colonial portugaise,” in *Studi in onore di Armando Saporì*, I, 617-28. Charles Verlinden, “From the Mediterranean to the Atlantic: Aspects of an Economic Shift (12th-18th Century)”, *JEECH*, I (1972), 625-46.

Pisa⁵⁵³. Aproveitando a rivalidade entre as potências marítimas de Génova e Pisa, na primeira metade do séc. XIV, chegou a tornar-se o centro mais importante industrial e financeiro da Europa⁵⁵⁴. Todavia, às consequências do falhanço de Edward III na obtenção de uma vitória rápida em 1338, juntou-se a guerra com Luca, 1341-1343, e a cadeia de bancarrotas, não só das companhias privadas, mas do próprio governo florentino⁵⁵⁵. Apesar disso, a sua presença comercial em Portugal, atestada desde 1338, foi reforçada na primeira metade do séc. XV pela presença das galés do estado, recebidas calorosamente por D. João I⁵⁵⁶, embora os florentinos tivessem dívidas à coroa portuguesa que remontavam a 1409⁵⁵⁷.

Os “prazentins” marcaram a sua presença durante a segunda metade do séc. XV⁵⁵⁸, numa altura em que a importância económica de Piacenza estava em declínio⁵⁵⁹. No reinado de D. Fernando haviam obtido o privilégio de “elegerem um cônsul «que fosse juiz entre eles»⁵⁶⁰.

⁵⁵³ Gene Brucker, *Renaissance Florence* (New York: John Wiley and Sons, 1969), 52-56.; Em 1318 a cidade tinha 116 mil habitantes. David Herlihy, “Population, Plague and Social Change”, in *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*, ed. Anthony Molho (New York: John Wiley, 1969), 81. No tempo de Dante tinha mais de 100 mil habitantes, mas não mais de 70 mil no tempo de Boccaccio e aproximadamente o mesmo número no tempo de Michelangelo. Lopez, “Hard Times and Investment in Culture,” 105

⁵⁵⁴ Armando Saporì, “The Physiognomy of the Florentine Merchant”, in *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*, p. 66.

⁵⁵⁵ Os Bardi e Peruzzi tinham creditado o Edward III 600 mil e 900 mil florins de ouro respectivamente. “It was like a present-day stockmarket crash”. O único aspecto positivo foi que as bancarrotas não tiveram repercussões notáveis nos outros centros financeiros da Europa. Segundo Cipolla, isto devido ao facto de a agricultura constituir a base da economia e servir como amortecedor dos problemas do sector financeiro. Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 199-201. A economia europeia não estava completamente integrada estando no meio da fase polinuclear de expansão tardo-medieval. Jonathan J. Israel, *Dutch Primacy in World Trade: 1585-1740* (Oxford: Oxford University Press, 2002), 4.

⁵⁵⁶ Michael E. Mallet, *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century, with The Diary of Luca di Maso degli Albizi, Captain of the Galleys, 1429-1430*, (Oxford: Clarendon Press, 1967), 241-242, 244. Vendo a boa vontade de D. João I, a Comuna pede em 9 de Janeiro de 1430, os mesmo privilégios de que gozavam os venezianos. Giuseppe Canestrini, “Intorno alle relazioni commerciali de’ fiorentini co’ portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza”, in *Archivio storico italiano, ossia raccolta di opere e documenti finora inediti o divenuti rarissimi riguardanti la storia d’ Italia*, Tomo III (Firenze, 1846), 99.

⁵⁵⁷ A pressão de a D. Isabel de Burgonha parece que deu resultados em 1444-5, porque os líderes da frota deste ano pagaram a D. Pedro 2, 800 florins. Mallet, *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century*, 90. A república reafirmava a amizade de Portugal numa carta ao rei D. Afonso V, em 13 Setembro de 1456: “nullis in mundi partibus, hospitalius, benignius, carius recipi et tractari quam in regno, et quam a clementid Vestrae Majestatis. Canestrini, “Intorno alle relazioni commerciali de’ fiorentini co’ portoghesi”, 102.

⁵⁵⁸ DP, I, 4. 12. 1341, pp. 75-76.; Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal,” 355.

⁵⁵⁹ Racine, «I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne alla fine del Duecento», 476; Robert-Henri Bautier, «Les marchands et banquiers de Plaisance dans l’économie internationale du XII^e au XV^e siècle », in *Il «Registrum magnum» del Comune di Paicenza: Atti del Convegno Internazionale di Studio (Piacenza, 1985)* (Piacenza 1987), 191. Em 1361 atesta-se a presença em Lisboa de 6 mercadores de Piacenza.

A presença veneziana, não só em Portugal, mas também no percurso atlântico, via Portugal, foi menos importante do que a dos genoveses e florentinos⁵⁶¹. A partir da primeira metade do século XIV e durante o século XV, os comboios de navios comerciais, conhecidos como as Galés de Flandres, partiam todos os anos, com poucas ausências⁵⁶², em direcção ao Norte da Europa, onde uma parte da frota visitava a Flandres e uma outra parte visitava a Inglaterra, fazendo escala em Sandwich, Southampton, e Londres⁵⁶³. Porém, a insegurança neste percurso, atestada em documentação dos diversos estados de Itália, tornava obrigatório o uso de navios armados⁵⁶⁴, e, por vezes até as galés que estavam a ponto de partir, depois de longas inquirições sobre as condições de segurança⁵⁶⁵ anulavam essa partida e preferiam outros percursos mais seguros⁵⁶⁶. De menor importância foram as relações de Portugal com outras zonas italianas, nomeadamente a Sicília⁵⁶⁷.

Em 1384, três mercadores de Placência, conseguiram a restituição de bens carregados em Génova e Lisboa e retidos em Rye. CCR, 1381-1385, p. 367; Rau, *Estudos sobre a história do sal português*, 103.

⁵⁶⁰ No entanto dez anos mais tarde, o privilégio mantinha-se, elegendo os Prazentins dois procuradores em vez de um apenas.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. 179.; “aforou hũas casas que elle ha em lixboa na Rua noua a mjcer antam prazentim.” *Chancelaria de D. João I*, Vol. I, t. 3, n. 1296, 12.12.1388, f. 186, p. 182.

⁵⁶¹ Finlay, “Crisis and Crusade in the Mediterranean,” 50. Sobre os venezianos em Portugal, Jacques Heers, “Veneza, Relações com”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV (Lisboa, 1971), 268-269. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 42. Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal,” 358.

⁵⁶² Um documento do Senado de Veneza de 1340 que trata da organização das galés de Chipres, que deviam ser preparadas “galee V de mensuris illarum que sunt solite ire in Flandriam”, indicava que este percurso era já usual. *VSDM. Registre XIX (1340-1341)*, vol. 6, 2004, doc. 95, f. 13r, p. 46.

⁵⁶³ Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 313; Winifred A. Harwood, “The Trade of Southampton 1448-9”, in *Hampshire Studies 2000. Proceedings of the Hampshire Field Club and Archaeological Society*, 55 (2000): 142. As viagens venezianas para a Flandres começaram em 1314-1315, e até 1337 “their galleys tried to come every year.” Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 297. Roberto Cessi, “Le Relazioni commerciali tra Venezia e le Fiandre nel secolo XIV” in *Idem, Politica ed Economia di Venezia nel Trecento* (Roma, 1952).

⁵⁶⁴ Em 7 de Abril de 1425 o governador de Génova, comunicava às autoridades genovesas que os catalães tinham tomado em Cascais, navios genoveses. Laura Balletto, *Liber Offici Provisionis Romanie. (Genova, 1424-1428)* (Genova: Università degli Studi di Genova, 2000), doc. 67. A partir de 1344, uma lei obrigava os mercadores de Génova a levar armas caso navegassem além da Sicília. Mais tarde esta obrigação foi imposta também aos mercadores que navegassem para além de Aigues-Mortes. Kedar, *Merchants in Crisis*, 29; “de dando largeçam et comodum nostris mercatoribus conversantibus in partibus Flandrie, cum substineant gravitates et molestations insuetas per caminum, sicut est omnibus manifestum, et nuper in partibus Norimbergi, et sit quoddam consilium continens quod lane de Flandria non possint conduci Venecias cum navigiis disarmatis” *VSDM. Registro XXIII (1345-1347)*, vol. 10, 2004, doc. 645. 4 de Novembro de 1346, f. 65r, p. 211.

⁵⁶⁵ *VSDM. Registro XXIV (1347-1349)*, vol. 11, docs. 1-21. (20. 02. 1346), ff. 1r-3r, pp. 3-11. “Decisione di allestire la muda di Fiandra, con Quattro galee all’incanto; di scrivere al conte di Fiandra, ai borgomastri, ai scabini e al consiglio di Bruges e al console veneziano in Inghilterra per avere garantita la sicurezza...”

⁵⁶⁶ *VSDM, Registro XXIV (1347-1349)*, 1, doc. 94. (17. 04. 1347). “litteris que venerunt de Flandria et habito respect ad novitates que occurrerunt in partibus illis et ad magna et ardua pericula maris iminentia undique presentialiter, ut audistis, habitaque colatione cum patronis galearum Flandrie, qui de infrascriptis contentantur,

O facto de a rota comercial entre o norte e o sul da Europa, via Portugal, se ter tornado segura em finais do século XIV, fez com que os estados italianos se pusessem em movimento para aproveitar esta situação favorável ao seu comércio⁵⁶⁸. Os venezianos, que eram muito sensíveis aos assuntos de segurança, começaram a visitar a Inglaterra com as suas galés, em 1395⁵⁶⁹. Assim, continuava a ser um dos objectivos da Coroa, fazer parar as galés ricas da Senhoria nos portos portugueses⁵⁷⁰, o que justifica que, durante as primeiras décadas da Guerra dos Cem Anos, sobretudo até à década de 1370, os italianos não tenham estado muito dispostos a fazer escala em Portugal⁵⁷¹.

Nos portos do sul de Espanha, os navios italianos forneciam-se de seda e frutos, conjuntamente com grão e cortiça vindos de Portugal, enquanto os vinhos da Península Ibérica, tomados no caminho, completavam os carregamentos ocasionais de vinhos de

consulunt quod in nomine Domini viagium remaneant et non vadant”; *VSDM Registro XXIV (1347-1349)*, 11, doc. 99. “manifeste sunt omnibus notoria pericula maxima incumbent galeis et hominibus et bonis earum que debeant ire ad viagium Flandrie nec eciam pro viagio earum terra consequatur illam utilitatem... pro obviando predictis periculis... debeant remanere et non vadant”; “Infrascripte galee fuerunt terminate pro viagio Alexandrie. Galee due nove... que navigare debeant ad viagium Flandrie. Pro viagio Cipri. Galea una... que navigare debeat ad viagium Flandrie”. *VSDM. Registro XXIV (1347-1349)*, 11, doc. 222, 25.06. 1347:

⁵⁶⁷ Filipe Themudo Barata, *Comércio e navegação de Portugal com o Levante Peninsular (1280-1415). Subsídios para a história do comércio externo português medieval*, Tese de mestrado (Universidade de Évora, 1987), 185-215. Em duas cartas ao rei de Aragão, de 2 e 8 de Maio de 1334, o rei português, explica a decisão de mandar para a Sicília seis navios. ACA, Cartas Reales Diplomaticas (CRD), Afonso III, Cx. 22, no. 2630, ff. 1-4 e 4-7; Guy Fourquin, *História Económica do Ocidente Medieval* (Lisboa: Edições, 1981), 327-332; Georges Duby, *L'Economie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident Medieval (France, Angleterre, Empire) IXe-XVe siècles* (Paris: Flammarion, 1977), 17.

⁵⁶⁸ O florentino Bartolomeu Manni, vindo a Lisboa “per stare un tempo per gli Alberti di Fiandra”, escreveu para as filiais de Datini em Pisa e Barcelona, em 5 de Junho de 1399. A carta destinada a Pisa, “apresenta-se como uma verdadeira sondagem do mercado lisboeta.” Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato”, 61

⁵⁶⁹ Fryde, “The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean”, 344. D. João foi informado de que algumas galés de Veneza passam pela costa de Lisboa, mas não se atrevem a entrar no porto, temendo-se de que lhes levem a dizima. Consequentemente o rei em 26 de junho de 1392 concede a primeira carta régia com concessões a venezianos. Livro d’Extras, f. 233 v; Barros, *História da Administração Pública*, X, 201-202.

⁵⁷⁰ *Ordenança que se soya dar ás galés de Veneza*. Chancery de D. Duarte. Liv. II, fol. 41. 27 Julho de 1414. Por ordem régia foi-lhes dado “em serviço de graça” a quatro galés de Veneza que tinham chegado em Cascais 8 toneis de vinho, 16 vacas, 75 balas de fruta, 100 quintais de biscoitos. Também em 1424, 2500 pães e dez pipas de vinho, e 50 carneiros, e 10 vacas. Barros, *História da Administração Pública*, X, 202-203.

⁵⁷¹ Alguns autores defendem de que da costa de Galiza, até ao canal da Mancha, não se fazia escala. Jules Sottas, *Les messageries maritimes de Venise au XV^e siècle* (Paris: Société d’éditions géographiques, maritimes et coloniales, 1938), 127; Pelo menos até o século XIV, uma paragem deve ter sido feita na costa francesa, provavelmente em La Rochelle. Renouard, “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique,” 589; R. Lopez, *Genova marinaria nel Dugento: Benedetto Zaccaria, ammiraglio e mercante* (Messina, Milano: Principato, 1933), 175; Mollat, *Europe and the Sea*, 60.

Bordéus⁵⁷². O parlamento inglês discutiu uma petição, na qual se denunciava que anteriormente os italianos compravam as suas mercadorias em países além de Gibraltar, mas que agora se tinham tornado também transportadores de países aquém do Estreito, como Castela, Portugal, Bretanha e outros⁵⁷³. Esta preocupação do parlamento inglês tinha razão de ser⁵⁷⁴. A verdade é que os efeitos das paragens comerciais dos italianos nos portos atlânticos, sobretudo depois de terem descoberto as oportunidades dos mercados ibéricos, quando da Guerra civil flamenga, ameaçavam os interesses dos mercadores e patrões ingleses⁵⁷⁵.

As galés de Florença foram as últimas a chegar e as primeiras a desaparecer das águas do norte⁵⁷⁶. Aos genoveses seguiram-se aos florentinos, tendo o comércio genovês caído de um maneira catastrófica no reinado de Edward IV⁵⁷⁷. O comércio veneziano também foi aumentando em volume durante os anos da Guerra, mas na década dos 50 todo o comércio italiano entrou em declínio⁵⁷⁸. O vazio deixado pelos italianos não foi aproveitado pelos ingleses. Este facto é importante para perceber a atitude comercial dos ingleses. Eles eram atraídos principalmente pela rota que ligava a Inglaterra com os Países Baixos e a França e o interesse noutros eixos era complementar.

⁵⁷² Mercadores de York levavam figos portugueses para a Normandia. Kermode, *Medieval Merchants*, 175.

⁵⁷³ *Rotuli Parliamentorum*, V, 31b; Lipson, *The Economic History of England*, I, 541.

⁵⁷⁴ Temos notícias desta prática, quando os navios do Mediterrâneo, paravam em portos de Portugal, para carregar mercadorias. Um caso de 1384, envolvendo três mercadores de Plasência. CCR, 1381-1385, p. 367. Giulia Camerani Marri, *I documenti commerciali del fondo diplomatico Mediceo nell'Archivio di Stato di Firenze (1230-1492). Regesti*, (Firenze: Leo S. Olschki, 1951), doc. 63, 30. 06. 1421, p. 36: “protestas occasione duarum litterarum cambia duc. LXXIV a Toma de Bombardis Ulixibone missarum ad Matheum de Bardis...”

⁵⁷⁵ O declínio do comércio com Bruges foi acompanhado pela redução nas suas importações ibéricas, porque os italianos estavam a fazer escala em portos ibéricos. Nightingale, *A Medieval Mercantile Community*, 436.

⁵⁷⁶ Raymond de Roover, *Il banco Medici. Dalle origini al declinio (1397-1494)* (Firenze: “La nuova Italia”, 1970), 10; Peter Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 286. A última vez que as galés de Florença aparecem na Inglaterra é o ano 1478. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 325-331;

⁵⁷⁷ A. Ruddock, “London Capitalists and the Decline of Southampton in the early Tudor Period”, *Economic History Review*, 2nd serie, II, (1949): 137.

⁵⁷⁸ Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 67; Bolton, *The Medieval English Economy*, 314.

2.3.O aumento das relações comerciais com a Hansa e os Países Baixos

Nos estudos sobre o período medieval, os Países Baixos são frequentemente descritos como um conjunto complexo de bispados, condados e ducados, sendo que os do norte eram formalmente vassallos do Império, enquanto que os do sul, como a Flandres, reconheciam a suserania da coroa francesa. Os condes da Zelândia, de Brabante, da Holland e da Flandres tinham políticas próprias e diferentes⁵⁷⁹. As cidades ricas da Flandres estavam no meio dum fogo cruzado de interesses económicos. Importavam alimentos e matérias primas, bem como materiais de construção, da Alemanha e do norte da França⁵⁸⁰.

As consequências comerciais da Guerra chegaram cedo. A Flandres estava numa situação de crise por Edward III, com o objectivo de forçar o conde da Flandres a aliar-se com Inglaterra, ter embargado a exportação da lã inglesa, em 1336⁵⁸¹. Porém, o conde, Louis de Nevers (1322-1346) escolhera a aliança francesa⁵⁸². O centro do negócio da lã inglesa deslocou-se então de Bruges para Calais, e os mercadores estrangeiros patrocinaram, cada vez mais, os mercados de Dordrecht. Em 1356, Luis de Male começou uma Guerra com Brabante incluindo Antuérpia, no condado da Flandres, o que viria a separar esta cidade do seu hinterland económico até 1404⁵⁸³.

Desde o tempo de D. Dinis que se testemunha que a maior concentração de mercadores portugueses no estrangeiro aí se encontrava⁵⁸⁴. Esta tendência e importância parece ter ido

⁵⁷⁹ Davis, "The Rise of Antwerp and its English Connection," 4.

⁵⁸⁰ Nicholas, *Medieval Flanders*, 218-219

⁵⁸¹ David Nicholas, *The Metamorphosis of a Medieval City. Ghent in the Age of the Artevelde. 1302-1390* (Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1987), 3. Como represália as mercadorias dos ingleses foram sequestradas em Bruges em 26 de Setembro de 1336. David Nicholas, *Medieval Flanders*, p. 219.

⁵⁸² Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 16-17

⁵⁸³ Nicholas, *The Metamorphosis of a Medieval City*, 5; Davis, "The Rise of Antwerp and its English Connection," 5; Em 1406 foi reunificado com Brabant. N. J. G. Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 2nd ed. (London and New York: Longman, 1994), 461.

⁵⁸⁴ Num documento datado de Bruges, ano 1200, se diz: "Dou royaume de Portugal vient miel, peleterie, cire, cuir, graine, oint, oile, figues, rasins, balais". CAEB, doc. 14, p. 20. Sobre privilégios concedidos aos flamengos e alemães em Portugal, ver: Jean Denucé, "Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux

aumentando e não diminuindo, apesar do declínio económico da Flandres⁵⁸⁵. As relações com a esta zona parece terem sido anteriores e mais importantes do que as estabelecidas com a Inglaterra⁵⁸⁶, num fenómeno comum a Castela⁵⁸⁷, onde se nota que, mesmo quando as relações com a Inglaterra foram aumentando, este reino foi simplesmente um ponto dentro dum comércio triangular⁵⁸⁸. O mesmo é válido também para os estados italianos⁵⁸⁹.

Robert van Answaarden divide a presença portuguesa na Flandres em 4 etapas. A primeira desde 1200, que se seguiu ao casamento duma princesa portuguesa com o conde da Flandres⁵⁹⁰. Um certo número de mercadores portugueses começou então a estar presente em Bruges, constituindo uma colónia bastante rudimentar e ainda sem coesão⁵⁹¹. A segunda fase, que começa por volta de 1300, vê a corporação dos mercadores que exportavam para Portugal ser reconhecida como pessoa jurídica de direito público. Esta fase iniciou-se com o reconhecimento, em 1293, duma corporação de mercadores portugueses como organismo para-político⁵⁹². Correspondendo ao pedido desta corporação, o rei D. Dinis determinou, em

Flamands et aux Alemands (XV^e et XVI^e siècle)”, *Archivo Historico Portuguez*, VII (1909): 310 e ss e 377 e ss. Desde os fins do séc. XIII “apparecem com frequencia os vestigios da sua actividade.” Barros, *História da Administração Pública*, X, 207; “Recebeu agrauamento do dizimeyro da alffandiga que filha os preytos dos mercadores que son vezinhos e andam no camynho de frandes. Ou de alem mar.” “Cortes de 1331 (Santarem). Capítulos especiais”, *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, 1982, p. 65.

⁵⁸⁵ “se querelou que Recebeu agrauamento dos moordomos en esta/ guisa vaam aas Casas dos mercadores, e dos Marçeyros e doutros homens que uaam pera frandes e pera outros logares pera fazerem sa prol.” “Cortes de 1331 (Santarem). Capítulos especiais”, art. 43, p. 74. Num extracto das contas comunais de 1308 lê-se: “Pirise Depery van Lissebonne van zeme hem ghenomen int beghin vanden orloghe”. *CAEB*, doc. 159, p. 118. No tempo de D. Pedro I proibiu-se aos homens de mar da capital que levassem besteiros do conto “pera hyrem com elles em Frandes”. Serrão, *História de Portugal*, I, 363-366

⁵⁸⁶ O grande número de espanhóis e portugueses que frequentavam Bruges nos anos 1360, como demostram os livros de conta de Marke, confirma uma longa história de comércio entre a Ibéria e a Flandres. James M. Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), 223.

⁵⁸⁷ O mesmo se aplica aos venezianos. Eles apreciavam os salvocondutos concedidos pelos ingleses pela simples razão de que estes protegiam as suas galés no caminho para a Flandres. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 40

⁵⁸⁸ Ruiz, “Castilian merchants in England,” 175-176.

⁵⁸⁹ Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 321.

⁵⁹⁰ Casamento de D. Matilde, filha do rei Afonso I com Philippe d’Alsace, conde da Flandres em 1184.

⁵⁹¹ Um documento de 1200, lista as mercadorias que se comerciavam em Bruges por diversos países da Europa. “Dou royaume de Portugal vient miel, peleterie, cire, cuir, grainne, oint, oile, figues, raisins, balai”. Bibl. Nat. msc. 274^{bis}, *Notre-Dame*, fol. 18 v ss; *CAEB*, no.14, p. 20.

⁵⁹² A criação deste fundo indica o desenvolvimento da marinha, mas também pode indicar uma necessidade imediata de protecção. O conflito anglo-francês e a instabilidade no Golfo de Biscaia tornam mais clara essa necessidade. Em 1293 foi estabelecido em Rouen o “clos des gales” para a construção e manutenção das galés de guerra. Gillian Hutchinson, *Medieval Ships and Shipping* (London: Leicester University Press, 1994) 78.

10 de Maio de 1293, que os mercadores que comerciassem com a Flandres pagassem, num fundo especial da comunidade, uma contribuição de 20 soldos, por cada navio de mais de 100 toneis, e 10 soldos por navios menores⁵⁹³.

Depois do fim da guerra civil na Flandres os portugueses começariam a trocar a Inglaterra pela Flandres, desfrutando da liberdade de comércio em vigor desde 1384⁵⁹⁴. O fim da guerra civil parece ter sido um incentivo importante para o retorno do fluxo normal do comércio em Bruges⁵⁹⁵, mas o comércio com Inglaterra continuou⁵⁹⁶. Três anos mais tarde, foi-lhes concedida liberdade de comércio e de navegação na Flandres pelo período de um ano⁵⁹⁷. O documento fornece outra preciosa informação, porque este salvo-conduto foi dado depois de os procuradores dos mercadores flamengos se terem deslocado a Paris para informar o duque sobre a chegada de navios portugueses à Flandres⁵⁹⁸. Temos aqui a indicação duma viagem,

⁵⁹³ ANTT, Gav. 3, maço 5, n.º 5. Braacamp Freire, *Notícias de feitoria*, doc. I, p. 127; Cf. ANTT, *Leitura Nova, Livro I de Extras*, fol. 237. J. P. Ribeiro, *Dissertações chronológicas*, III, p. 179. Este documento ilustra o papel central que Bruges tinha no comércio português no norte da Europa. Robert van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)* (Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1991), 37.

⁵⁹⁴ “que les marchands du royaume de Portugal, ensemble leurs vaisseulx, denrees, marchandises vous laissez venir paisiblement a nostre país de Flandres pour illec vendre et deduire leursdictes denrees et marchandises. Archives de la ville de Bruges, charte n° 663; *Ordonnances de Philippe le Hardi, de Marguerite de Male et de Jean sans Peur. 1381-1419, I* (Bruxelles: 1965), no. 41, 11 de Julho de 1384. Estes privilégios estão ligados às medidas mais vastas de fomento de comércio. Chaunu e Gascon, *Histoire économique et sociale de la France*, 42-43. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England”, 306-307, relaciona o aumento do negócio dos italianos com o fim da obrigatoriedade de importar lã através de Calais em 1378. O mesmo afirma T. H. Lloyd, *England and the German Hanse, 1157-1611. A Study of their trade and commercial diplomacy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), 100.

⁵⁹⁵ Van Houtte, “La Genèse du grand marché international d’Anvers à la fin du Moyen Age”, *Revue belge de Philologie et d’Histoire* 19 (1940): 43; H. Van der Wee, *The Growth of the Antwerp Market and the European Economy* (The Hague: Martinus Nijhoff 1963), II, 22-8.

⁵⁹⁶ Richard Vaughan, *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State* (Woodbridge: The Boydell Press, 2002), 182-183. Entre 1400 e 1440 o comércio anglo-português é muito visível e chega ao seu pico nos anos 1430. As importações de vinho para 1400-1420 mostram isso. De um a cinco navio portugueses por ano registam-se na primeira década, e depois 6-10. Na década de 1430 a acitividade dos portugueses foi o dobro da dos bascos. Entre 1420-1460, um total de 124 navios portugueses e 67 castelhanos registaram-se em portos ingleses. Nalgum ano dos anos trinta até uma dúzia de navios, e centenas de marinheiros e mercadores encontravam-se nos portos ingleses. Em Londres entre 1435 e 1455 pelo menos 150 mercadores ingleses comerciaram com Portugal. Childs, “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century,” 205.

⁵⁹⁷ “du jour de la date de ces presentes jusques a un an, puissent paisiblement venir, sans aler ou pays d’Engleterre”. *Ordonnances de Philippe le Hardi, de Marguerite de Male et de Jean sans Peur, I*, no. 135, pp. 201-202, 15.01. 1387, resumido também em *CAEB*, no. 414.

⁵⁹⁸ “pluisers marchans et maistres de neifs des royaumes de Portogale et de l’Algarbe soient de pieca partiz desdiz pays de Portogale et de l’Algarbe, atout grant quantite de vaisseulx et de marchandises... lesquels marchans et maistres de neifs ont grant volente de venir deschargier leursdictes marchandises en nostredit pays de Flandres” 20. 07. 1387. *CAEB*, no. 423, pp. 357-358

em comboio, de navios portugueses, uma prática útil e por vezes necessária durante a Guerra dos Cem Anos, por oferecer mais protecção e segurança contra os piratas⁵⁹⁹.

Em Março de 1389, D. João I enviou Fernando Gonçalves para negociar um tratado de liberdade de comércio entre os dois países, que dava liberdade de comércio à comunidade portuguesa⁶⁰⁰. É o início da terceira fase da presença portuguesa⁶⁰¹. A colónia foi reconhecida como organismo para-político, ficando os portugueses isentos do regime jurídico geral e conferindo-se à “nação” portuguesa um estatuto similar ao “d’une ville de commune, donc une personne juridique de droit public”⁶⁰². Temos outra carta de privilégios, concedida aos mercadores de Portugal, em 26 de Dezembro de 1411, e que contém 50 artigos⁶⁰³.

Alguns destes artigos, (n. 2, 5, 11, 12, 14) fazem referência aos mesmos privilégios que já gozavam os súbditos de Castela, indicando uma herança de relações mais antiga e mais estreita com Castela⁶⁰⁴. Também em 20 de Fevereiro de 1421⁶⁰⁵ e em Março de 1422, um salvo-conduto foi concedido aos mercadores, mestres e marinheiros de Portugal na Flandres⁶⁰⁶. Em 1438, o duque Filipe o Bom ampliou os privilégios outorgados em 1411 e no primeiro artigo deste documento concede aos portugueses o direito de eleger o seu consul⁶⁰⁷.

Diremos então que o papel de Bruges, como centro de comércio internacional, atraiu desde

⁵⁹⁹ Seis meses mais tarde, este salvo-conduto foi confirmado. *Ordonnances de Philippe le Hardi, de Marguerite de Male et de Jean sans Peur, I*, no. 158, pp. 243-244, 29. 07. 1387.

⁶⁰⁰ *Ordonnances de Philippe le Hardi, de Marguerite de Male et de Jean sans Peur, I*, no. 206, 20.03. 1389.

⁶⁰¹ “permis collectif de séjour aux Portugais pour tout le comte de Flandre, en raison de la Guerre de Cent Ans dans laquelle ils sont meles”. Van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas*, 32.

⁶⁰² Van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas*, 38.

⁶⁰³ *Cartul. Ouden Wittenbouc*, fol. 69, n. 1; Vanden Bussche, *Flandre et Portugal*, p. 173; e mais completa em CAEB, no. 589, pp. 482-491, 26. 12. 1411; TT, caixa III, pergaminho n. 15; Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, IV, 339, e doc. 3, p. 417-422

⁶⁰⁴ CAEB, no. 589, pp. 484, 485, 486.

⁶⁰⁵ “Confirmação dos privilegios concedidos aos Portuguezes em Flandres, 20. 02. 1421” ANTT, Casa da feitoria portuguesa de Antuerpia, caixa III, pergaminho 17.; Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, IV, 1908, doc. 4, p. 422.

⁶⁰⁶ *Cartul. Groenenbuc A*, fol. 118 v, n.2; 31 de Março de 1422; CAEB, no. 657, p. 547. É uma ratificação do salvo-conduto de 17 de Março do mesmo ano.

⁶⁰⁷ *Cartulaire Ouden Wittenbouc*, fol. 73 v, n. 2; M. Vanden Bussche, *Flandre et Portugal*, p. 187; CAEB, no. 753, pp. 615-617, 2. 11. 1438; “Carta do Duque de Borgonha permitindo á nação portuguesa em Flandres eleger consules, etc, ANTT, Casa da feitoria portuguesa em Antuerpia, caixa III, pergaminho 21.; Braancamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, doc. 5, p. 423-424.

pelo menos os finais do século XIII, os portugueses, mas só a partir da segunda metade da centúria seguinte esta presença tomou uma proporção significativa, sobretudo depois da guerra civil flamenga⁶⁰⁸.

O papel central que a Flandres teve na presença comercial dos portugueses nos Países Baixos, não obistou ao estabelecimento e ao aumento das relações com outras zonas desta área. As relações com Brabante são posteriores às relações com a Flandres⁶⁰⁹. Para Middelburg, as primeiras notícias de portugueses neste porto de Zelândia datam dos finais do século XIV⁶¹⁰. Este movimento comercial foi suficiente para que Alberto da Baviera, em 3 de Abril de 1390, concedesse privilégios aos mercadores portugueses, no quadro da sua tentativa de desviar para a Zelândia o comércio de Bruges⁶¹¹. Do mesmo modo que a importância da presença económica dos portugueses nestes países iria chegar ao seu pleno desenvolvimento em finais do século XIV e inícios do século XV, também a presença dos mercadores dos Países Baixos em Portugal iria ser mais significativa na mesma época⁶¹².

O desenvolvimento da Hansa passou por vários estados, mas o estabelecimento da “Diet” da Hansa, em 1350, é considerado um momento importante na formação duma identidade

⁶⁰⁸ Já em 1387 tinham casa própria onde se reuniam” e “em 1445 foi construída, a casa da feitoria” Braamcamp Freire, 338.; Nos meados do século xv, o número de portugueses residindo em Bruges era cerca de 30, “cifra esta comparável à de outras colónias estrangeiras na cidade.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 180.

⁶⁰⁹ Verlinden, *Le probleme de l'expansion portugaise*, 465-466. Os portugueses obtiveram privilégios dos condes de Flandres na segunda metade do séc. XIV, mas estes privilégios eram dados também aos castelhanos e outros ibéricos desde 1348 e 1366. Jacques Paviot, “Les relations économiques entre le Portugal et la Frandre au XV^e siècle”, in *Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas do Congresso Internacional, vol. III. (Porto: Universidade do Porto, CNCDP, 1989), 532.

⁶¹⁰ Em 1384, o navio de um servidor de D. João, navegando de Lisboa para Middelbourg naufragou perto da ilha Wight. Em 1386, um mercador italiano carrega na Inglaterra mercadorias, em dois navios portugueses que se dirigiam para Middelbourg. Um mercador de Porto envia de Middelbourg para Londres panos *valencienes*. Noutra ocasião dois portugueses, levam de Londres e de Sandwich peles com destino Middleburg. Charles Verlinden, “Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au Moyen Age (Harfleur au XIV^e siècle. Middelbourg au XIV^e et XV^e)”, em *Revista Portuguesa de História*.

⁶¹¹ Rau, *Estudos sobre a história do sal*, 103. Privilégio dado por Alberto da Baviera. 3/04/ 1390. Verlinden, *Le probleme de l'expansion portugaise*, 463.

⁶¹² Em 12 de abril de 1414 foi fundada a confraria dos flamengos... em correspondência com a capella de S. Jorje de seus rivaes Ingêleses.” Braamcamp Freire, “A Feitoria de Flandres”, vol. IV, p. 332.

institucional própria, sendo a cidade mais importante Lübeck⁶¹³. Outro acontecimento importante que marcou o início duma renascença política dos principados territoriais foi a Bula de Ouro de 1356⁶¹⁴. Os finais do século XIV testemunham na Alemanha uma intensificação das desordens sociais e políticas, que nem a vida urbana florescente teve condão de acalmar⁶¹⁵.

Contudo, o período de apogeu da Hansa estendeu-se entre a paz de Stralsund de 1370⁶¹⁶ e o fim do primeiro quartel do século XV⁶¹⁷, quando o seu poder foi desafiado pelos holandeses⁶¹⁸. Os hanseáticos eram os principais mercadores que dinamizavam o eixo comercial Leste-Oeste na Europa do Norte, servindo de intermediários entre a Alemanha, o Báltico, a Rússia, a Flandres e a Inglaterra⁶¹⁹. A Casa Londrina dos hanseáticos, denominada Steelyard, estava activa desde 1320, tendo-se eles depois aproveitado da ruína das casas comerciais italianas em Inglaterra, na década de 1340⁶²⁰. Contudo, em finais do século XV, a Hansa como potência comercial, estava em declínio⁶²¹.

⁶¹³ Liga Hanseática como termo data aparentemente de 1358. F.R.H. Du Boulay, *Germany in the Later Middle Ages* (London: The Athlone Press, 1983), 132.

⁶¹⁴ Tom Scott, *Society and Economy in Germany 1300-1600*, (Houndsmill, UK, e Neww York: Palgrave, 2002), 123; G. Barraclough, *The Origins of Modern Germany* (London: Basil Blackwell, 1988), 321; Joachim Leuschner, *Germany in the Middle Ages*, (Amsterdam: North-Holland Publishing, 1980), 144, 150.

⁶¹⁵ “Agitação, anarquia, violência, insegurança, foram as principais notas de uma época em que só estavam seguros os que eram suficientemente fortes para se proteger a si mesmos”. Barraclough, *The Origins of Modern Germany*, 338-339.

⁶¹⁶ D. J. Bjork, “The Peace of Stralsund, 1370”, *Speculum*, 7, (1932): 447-476. A paz de Stralsund “gave it complete mastery over the Baltic and the Danish straits”. Jacques Bernard, “Trade and Finance in the Middle Ages 900-1500”, *The Fontana Economic History of Europe. I. The Middle Ages*, ed., Carlo M. Cipolla (New York: Harvester Press, 1976), 298; Archibald R. Lewis and Timothy J. Runyan, *European Naval and Maritime History, 300-1500* (Bloomington: Indiana University Press, 1985), 130.

⁶¹⁷ Mas depois deste período a Hansa não conseguiu manter o ritmo de crescimento e “se a primeira metade do século XV marcou ainda para a Liga Hanseática um período de apogeu, com o início da segunda metade da centúria a curva de declínio começou a ser traçada num sentido descendente”. Marques, *Hansa e Portugal*, 23.

⁶¹⁸ Depois da paz de Stralsund de 1370, um contingente militar da Hansa vai ocupar a cidade de Estocolmo.” Marian Małowist, “L’expansion économique des Hollandais dans le bassin de la Baltique aux XIV^e et XV^e siècles”, in *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, 93.

⁶¹⁹ Helen Zimmern, *The Hansa Towns*, Third Edition, (London: T.Fisher Unwin, 1889), p. 100.

⁶²⁰ No meio da rivalidade entre os mercadores ingleses e italianos nos primeiros anos da Guerra entraram os mercadores da Hansa. Terry, *The Financing of the Hundred Years’ war*, 65.

⁶²¹ O período de decadência da Hansa coincidiu com os descobrimentos. Alguns historiadores têm tentado estabelecer uma ligação entre ambos, “but it has long been evident that no such interpretation is feasible.” Dollinger, *The German Hansa* (London and Basingstoke: Macmillan, 1970), 311.

O tema do desenvolvimento das relações entre Portugal e a Hansa apresenta especial importância para as implicações que a Guerra dos Cem Anos teve no comércio e economia de Portugal. Virgínia Rau e Oliveira Marques relacionaram directamente o desenvolvimento destas relações com a problemática da Guerra. Segundo Oliveira Marques, para os hanseáticos a viagem até Portugal não era tão demorada e tão perigosa:

“...os riscos enormes dos temporais do golfo cantábrico e dos mares da Galiza e de Portugal, os ataques da pirataria, a demora de cada viagem a Lisboa, impediram os mercadores da Prússia e da Livónia de concentrar mais a sua atenção na “Portugalfahrt” e salvaram, por isso, o comércio francês. Mesmo assim, a certeza de excelentes lucros, aliada às dificuldades crescentes que a Guerra dos Cem Anos trazia à viagem com a França, ainda determinaram a criação e a manutenção regular de uma linha de navegação e de comércio, remontando aos primeiros anos do século XV ou mesmo mais atrás...,”⁶²².

As relações comerciais entre Portugal e a Hansa estão documentadas desde os finais do século XIV⁶²³. quando, em Setembro de 1373, J. Westvale, capitão prussiano de Danzig, prometeu pagar uma dívida resultante de um empréstimo efectuado em Bermeo, na Galiza, ao mercador prazentim Francisco Bosson, assente nos lucros que iria obter com uma viagem que tencionava fazer a Lisboa⁶²⁴. D. Fernando convidou para vir residir em Portugal, a fim de aqui exercer o seu ofício, um Mestre Alberte, provavelmente alemão, armeiro⁶²⁵, cuja actividade se documenta até 1397⁶²⁶. Desde o seu início, a presença dos hanseáticos nas

⁶²² Marques, *Hansa e Portugal*, 222.

⁶²³ “foi já no século XIV que se fixaram em Portugal, dando origem à irmandade de S. Bartolomeu, na igreja de S. Julião em Lisboa” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 43; Dollinger, *La Hanse. (XII-XVII siècles)* (Paris: CNRS, Aubier, 1964), 317; Walter Grosshaupt, “Commercial relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg”, in *La decouverte, Le Portugal et l’Europe*, Actes du Colloque, (Paris: Calouste Gulbenkian, 1990), 360-361, afirma que a Alemanha entrou em contacto com Portugal durante as cruzadas, mas acrescenta, que estes contactos não tiveram consequências económicas, sendo só no século XV que as relações económicas passaram a ser significativas.

⁶²⁴ CAEB, 6, 534; Deste documento Marques, *Hansa e Portugal*, 57, deduz “que a vinda de Westvale a Lisboa não constituía caso sem precedente”.

⁶²⁵ Marques, *Hansa e Portugal*, 147.

⁶²⁶ ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 5, f. 3326 de Fevereiro de 1397; Sousa Viterbo, “A Armaria em Portugal”, I, p. 24. Um alemão chamado Henrique (Heinrich), combateu ao lado de D. João na crise de 1383, tendo sido morto numa escaramuça. Lopes, *Crónica de João I*, cap. LXII.

costas portuguesas estava relacionada com o comércio do sal⁶²⁷. A hipótese sugerida por V. Rau sobre o papel decisivo da Guerra dos Cem Anos no sucesso da comercialização do sal português nos mercados do norte da Europa, foi acolhida por Oliveira Marques⁶²⁸.

Remonta também aos finais do século XIV o primeiro testemunho de mercadores alemães estabelecidos em Portugal⁶²⁹. No reinado de D. João I, Afonso Bernaldes era procurador dos flamengos e alemães residentes em Lisboa⁶³⁰. Antes da campanha de Ceuta, há notícia de navios alemães que se aventuraram nas costas portuguesas⁶³¹. Em 1452, o alemão Lucas Bercavelte obteve carta de privilégio⁶³². No ano de 1456, uma frota de 20 urcas alemãs chegou a Lisboa, mas a estadia no porto decorreu no meio de certa agitação, o que motivou uma queixa ao soberano por parte dos alemães. Em 1464, cerca de 44 navios prussianos voltavam de Lisboa⁶³³. Parece, afinal, que Portugal era o limite de navegação hanseática em direcção ao sul⁶³⁴.

⁶²⁷ Dollinger, *The German Hansa*, 220. Já no século XIV encontramos, estabelecida na cidade de Lisboa, uma colónia alemã que devia ser relativamente numerosa” Marques, *Hansa e Portugal*, 145-147”.

⁶²⁸ O autor diz que a hostilidade da França tenha contribuído para uma intensificação do comércio hanseático com Lisboa, sendo as linhas do comércio do sal entre a Hansa e Portugal “se estabeleceram já nos finais do século XIV”. Marques, *Hansa e Portugal*, 9.

⁶²⁹ Trata-se do vizinho de Lisboa que segundo um documento de 5 de Janeiro de 1395 tinha interesses no comércio entre Portugal e Barcelona. Marques, *Hansa e Portugal*, 147.

⁶³⁰ Obteve cartas de confirmação régia do cargo em 12 de Dezembro de 1433 e em 28 de Maio de 1439.” DP, vol. I, p. 487; Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros”, 207.

⁶³¹ Três navios prussianos carregaram em Lisboa, em 1402, sal, vinho, azeite e peixe seco. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, IV, 152; Heinrich Van Holte de Danzig, cuja actividade se estende entre 1414 e 1438. Em 1414 despachava sal de Lisboa, de Danzig para Reval.” Marques. *Hansa e Portugal*, 166.

⁶³² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 12, fl. 64r;

⁶³³ Em Lisboa no ano 1439, Luís Genovês, absolve Wenslaw Loffbergher, de uma dívida de 146 nobres. Marques, *Hansa e Portugal*, 206. Em 1462 chega uma frota hanseática de 52 embarcações. Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, (Lisboa: Presença, 1984), 118.

⁶³⁴ Jaime Vicens Vives, *An Economic History of Spain*, (New Jersey: Princeton University Press, 1969), 268.

2.4.Outros participantes na Rota do Estreito: Catalães, Valencianos, Franceses

Muitos factos indicam uma transformação profunda e evidente da economia, da sociedade e das linhas gerais da política dos países da Coroa de Aragão com o início da Guerra dos Cem Anos. As rotas comerciais foram gravemente afectadas pelo desenvolvimento da Guerra. Nos inícios do comércio externo catalano-aragonês, a rota mais frequentada foi a do Sul de França, que se fazia por terra (Languedoc e Provença) e por mar (Marselha/Barcelona). Nesta fase inicial, a rota seguida pelos catalães para se deslocarem ao Norte da Europa foi basicamente a terrestre. Encontrando-se entre o muro franco-castelhano e a hostilidade de Génova, ao fecho da rota comercial da França juntou-se-lhe o isolamento político⁶³⁵.

Nota-se uma discrepância entre as estreitas e frequentes relações políticas e dinásticas entre Portugal e Aragão e as relações comerciais⁶³⁶. Nos contactos com o Leste peninsular, até os finais do séc. XIV, há muita política, mas pouca economia. Parece que na base das relações estreitas políticas e dinásticas não estavam os interesses bilaterais, mas a necessidade de equilíbrio multilateral, ou melhor, trilateral no contexto da Península.

A posição geográfica de Aragão e a sua evolução territorial, no entanto, tornava este reino não só numa potência ibérica, mas também mediterrânica. Desta maneira Aragão tinha que estar noutras relações triangulares, que nalguns casos podiam traduzir-se numa situação difícil de ser controlado em termos económicos e geoestratégicos. Um destes triângulos geoestratégicos decorria da rivalidade franco-aragonesa, por um lado, e anglo-francesa por

⁶³⁵ Depois de 1400 os têxteis catalães chegavam no Norte de África em navios venezianos. Eliyahu Ashtor, *L'exportation des textiles occidentaux dans le Proche Orient musulman au bas Moyen Age,(1370-1571)* in *Studi in memoria di Federigo Melis*, 2 (Napoli: Giannini Editore, 1978), 370.

⁶³⁶ Capmany y de Monpalau, Antonio. *Memorias Históricas sobre la marina, comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona*. Reedición anotada. Barcelona: Cámara Oficial de Comercio y Navegación de Barcelona, 1961. (1st ed. Madrid: Imprenta de António de Sancha, 1786-1794), 283. Juan Reverdit tinha o seu filial em Lisboa, administrado pelo seu fautor Berenguer Artigues, falecido em 1450.

outro, e assim se explica o fundamento da aliança anglo-aragonesa. O outro triângulo tinha na sua base os interesses antagonistas de Aragão e Veneza, em confronto com Génova⁶³⁷.

O comércio português começou a concentrar na cidade de Valência uma parte significativa dos seus investimentos, perante a retracção que manifestavam as relações comerciais de Portugal com Barcelona⁶³⁸. Os autores coincidem geralmente em situar entre as décadas de 1360-1380 o momento de início das relações entre Valência e Portugal⁶³⁹. Esta cronologia concorda, não só com o tempo em que se consolidou a inserção internacional da economia valenciana, mas também com os tempos nos quais a presença portuguesa no Mediterrâneo começou a alcançar um significado mais importante⁶⁴⁰. Os registos de «avizinhamento» do século XIV, (anos 1308-1399) só identificam um único caso português entre os quase 2000 novos vizinhos registados⁶⁴¹, mas no século XV registam-se 18⁶⁴². R. Ferrer, estudando as

⁶³⁷ José Vicente Cabezerojo Pliego, “Diplomacia y Guerra en el Mediterráneo Medieval. La Liga Véneto-Aragonesa contra Génova de 1351”, *Anuario de Estudios Medievales* 36/1 (2006): 253-294.

⁶³⁸ A. Riera Melis-G. Feliu Monfort, *Activitats econòmiques*, in *História de Barcelona*, dir. J. Sobrequés Callicó (Barcelona, 1992), III, 215-216; Roser Salicrú i Lluch, *El tràfic de mercaderies a Barcelona segons els comptes de la lleuda de Mediona (febrer de 1434)* (Barcelona: CSIC, 1995), 35, disse que os portugueses nunca estiveram em Barcelona tão introduzidos economicamente como em Valência.

⁶³⁹ José Hinoja Montalvo, “De Valencia a Portugal y Flandes. Relaciones durante la Edad Media”, in *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval*, 1, (1982): 150-151; Andrés Díaz Borrás, José Trenchs Odena, “Piratería y dret portugués: el ocaso lusitano en Valencia durante la transición del Mediterráneo al Atlántico”, in *Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. III, 407-408; María Rosa Muñoz Pomer, Germán Navarro – Espinach, *Los mercaderes y la fiscalidad. El Dret dels Portuguesos en Valencia (1464-1512)*, in, *Portogallo mediterraneo* (Cagliari, 2001) 233; Paulino Iradiel Murugarren, David Igual Luis, “Del Mediterráneo al Atlántico. Mercaderes, productos y empresas italianas entre Valencia y Portugal (1450-1520),” in, *Portogallo mediterraneo*, 150. Guiral-Hadziiosif, *Valence*, 415; Fonseca, *Portugal entre dos mares*, 74; Rafael Carriñena Balaguer, Andrés Díaz Borrás, *Las reclamaciones por actos piráticos entre Valencia y Ceuta a mediados del siglo XV (1438-1441)*, in *Ceuta Hispano-portuguesa*, ed. Alberto Baeza Herrazti (Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993), 125; Por seu lado Hinojosa Montalvo encontra dois viagens de mercadores valencianos à Lisboa em 1350, mas como observa o autor são números insignificantes em comparação com 65 viagens efectuados em 1392 e os 82 em 1396. José Hinojosa Montalvo, “Aspectos del comercio exterior valenciano en el siglo XIV (1351-1378)”, *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval* (1999): 234.

⁶⁴⁰ Num documento de 1401 assinala-se que a estada dos portugueses em Valência tinha começado entre 20 e 40 anos atrás AMV, *Lletres Misives*, g3-7, f. 87-87v; Díaz Borrás e Trenchs Odena, *El fracaso de la expansión portuguesa*, 378, nota 3. «Dès la fin du XIV^e siècle, des produits de l’Algarve parvenaient à Valence tandis que les sujets des états aragonais allaient au Portugal acheter des sardines». Guiral-Hadziiosif, *Valence, port Méditerranéen*, 416.

⁶⁴¹ Trata-se de João Afonso, de Lisboa em 1371. ARV, *Livres de Avehinament*, b3-3, f. 3. Maria Desamparados Cabanes Pecourt, “Avehinaments” (Valencia, s. XIV) (Valencia: Acció Bibliogràfica Valenciana, 2000), n. 414.

⁶⁴² Um aumento de 1800 % para um país que supostamente estava numa crise económica e demográfica. Entre 1400-1449 contam-se 12 portugueses, que ganham o estatuto de vizinho em Valência. Leopoldo Piles Ros, «Actividad y problemas comerciales de Valencia en el cuatrocientos», *VI CHCA*, Sardeña, 1957, (Madrid:, 1959), pp. 421-422; Idem, *La población de Valencia a través de los «Llibres de avehinaments»* (Valencia:

exportações valencianas do século XIV, especifica que foram feitas 23 viagens para Portugal⁶⁴³. Esta actividade iria aumentar durante o século XV⁶⁴⁴. Os registos da «coses vedades» de 1381 referem 5 viagens a Portugal⁶⁴⁵.

Segundo J. Guiral, nos registos das “coses vedades”, entre Janeiro e Julho de 1404, os portugueses (21) representavam 4% dos barcos⁶⁴⁶. Várias cartas, redigidas em 1399 e 1400, mostram o papel que tinha Valência para a importação de couros e sardinhas portuguesas⁶⁴⁷ e a intermediação entre Portugal e Itália⁶⁴⁸. Foram estes factores que justificaram a participação das companhias italianas na rota Valência-Portugal⁶⁴⁹. Temos que ter em conta que o volume das exportações valencianas para Portugal diminuiu em relação à importação das mercadorias portuguesas a Valência⁶⁵⁰.

Ayuntamiento de Valencia, 1978), pp. 150, 171, 186-187, 293-294 e 300.; Para o período entre 1450-1500 contam só seis. Muñoz Pomer e Espinach, *Los mercaderes y la fiscalidad*, 236-237.

⁶⁴³ Ramón Ferrer Navarro, *La exportacion valenciana en el siglo XV* (Zaragoza: CSIC, 1977), 86 e 124-129: 1 a Lisboa em 1381, 2 em 1383, 6 em 1387, 37 em 1396, 12 em 1397, 1 em 1398 e 18 em 1399. Ao Portugal 4 em 1381, 1 em 1382, 14 em 1383, 4 em 1384, 11 em 1387, 65 em 1392, 36 em 1393, 81 em 1394, 41 em 1396, 19 em 1397, 27 em 1399. A Setúbal 2 em 1396. A Viana 2 em 1396, e 1 em 1397.

⁶⁴⁴ José Hinojosa Montalvo, *Coses vedades em 1404* (Valencia: Anubar, 1972), da 84 assentos vinculados com Portugal.

⁶⁴⁵ M^a. Desamparados Cabanes Pecourt, *Coses vedades, en 1381* (Valencia: Anúbar, 1971), 19, 21, 34 e 80.

⁶⁴⁶ Guiral-Hadziiossif, *Valence, port méditerranéen*, 13. Lisboa 8 licencias, Viana 3, Portugal 10 licencias. Portanto o volume de negócio durante os seis primeiros meses de 1404 iguala o comércio efectuado para todo o século XIV. Para o período entre 1405-1435 o panorama deste tráfego segundo J. H. Montalvo, é o seguinte:

1405-21	1412-24	1413-16	1414-13	1415-1	1416-11	1417-8	1422-2
1426-9	1428-4	1429-9	1430-6	1431-5	1432-14	1434-12	1435-4

Fonte: Hinojosa Montalvo, *De Valência a Portugal*, 149-168; Elisa Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio marítimo medieval* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988), 647-651, apresenta uma relação de documentos desde 1394 sobre a colaboração entre galegos e portugueses no Mediterrâneo.

⁶⁴⁷ Rau, *Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato*, 59-74

⁶⁴⁸ Em Julho de 1404 Bartolomeo Alberti fretou o navio de um lisboeta para ir a Lisboa e Viana. Barata, *Navegação*, doc. 58; Outros italianos em 1449-1450, tinham negociado um envio de Valência a Lisboa de várias mercadorias. ARV, *Bailía, Lletres i Privilegis*, n. 1151, ff. 81-85v; Barata, *Navegação*, 353-354 e doc. 190.

⁶⁴⁹ Fonseca, “As relações comerciais,” 557; Barata, *Navegação*, 353-354; Em 30 de Janeiro de 1396, os fautores da empresa Datini mostravam atenção por três navios castelhanos, “tutte cariche di pesce insalato” que tinham chegado em Valência de Lisboa. Archivio di Stato di Prato, Archivio Datini, n. 1077; Angela Orlandi, ed., *Mercaderies i diners: la correspondència datiniana entre València i Mallorca (1395-1398)* (Valencia: Universitat de València, 2008), no. 256, p. 658.

⁶⁵⁰ A superioridade em Valência das importações sobre as exportações em relação ao Portugal confirma-se em José Hinojosa Montalvo, *Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: el “Dret Portugués”*, em *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, II (Porto: INIC, 1987), 779. Este facto foi argumentado por Barata, *Navegação*, 431, 437; Filipe Themudo Barata, “Mercadores, mercados e investimentos comerciais luso-aragonesas na primeira metade do século XV,” in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, (Porto 1988) vol. III (Porto: Universidade do Porto - CNCDP, 1989), 174. Em Castellón, nas *coses vedades* para os anos 1412-1418 e 1422, não se regista nenhum navio de Portugal. Pedro Lopez Elum, *Coses*

As relações com a França não atingiram, em número e importância, o mesmo valor que tiveram as relações com o seu adversário, a Inglaterra, o que se explica, segundo Veríssimo Serrão, “no contexto europeu do tempo. A necessidade de proteger a independência levou Portugal a optar pelo apoio das nações periféricas, como a Inglaterra, a Flandres e, em alguns casos, Aragão”⁶⁵¹. Na realidade, as relações entre Portugal e a França conheceram “uma brusca queda, devido às alianças que Henrique II de Castela contraiu com a França,” e depois, quando dos acontecimentos ligados ao Cisma do Ocidente”⁶⁵².

Nas cortes de 1331, a França aparece como um dos destinos mais importantes dos mercadores portugueses⁶⁵³, mas nas décadas posteriores há muito poucas referências. Os povos sabiam que a causa do afastamento dos portos e territórios franceses estava no alinhamento político de Portugal na Guerra, o que impedia aos portugueses o acesso ao mercado francês⁶⁵⁴. Só a partir dos meados do século XV reaparecem as referências aos súbditos do rei de França⁶⁵⁵. No quadro da presença francesa, podemos incluir os testemunhos sobre a actividade dos mercadores que aparecem sob a designação de “corsos”, “corciins” ou “scorcins” e que, têm suscitado algumas dúvidas sobre a respectiva identificação. Segundo alguns autores, trata-se de mercadores provenientes da ilha de Córsega⁶⁵⁶, o que justificam pelo facto de serem mencionados em conjunto com os

vedades en Castellón, desde 1412 a 1418 y 1422, (Valencia: Ediciones Anúbar, 1973), 44-45. No princípio do séc. XV, entre as licenças acordadas em Valência e Maiorca aos navios que se dirigiam ao Norte de Africa, só 3 patrões são portugueses. Philippe Gourdin, “Présence portugaise en Méditerranée occidentale et au Maghreb au XVe siècle” in *Portogallo mediterraneo* (Cagliari: CNR, 2001), 139-140.

⁶⁵¹ Serrão, *Portugal e o mundo*, 33.

⁶⁵² O privilégio de Filipe o Belo, concedido aos mercadores portugueses que se dirigiam a Harfleur, foi confirmado por Jean II em 1350, 1353, 1363, e Charles, V, (1364). Serrão, *Portugal e o mundo*, 34.

⁶⁵³ “os mercadores que ueem de aalem mar, ou de frança, ou doutros logares” “Cortes de 1331 (Santarem). Capítulos especiais”, art. 19, p. 67; el rei de ffrança mandou entregar aos mercadores os aueres que lhes tomarom pola rrenda da ayrafral.” Ibid., art. 6, p. 87; “que uos mandase dar mhas cartas pera homens desa terra que estam em ffrança e rrecebem direitos per uoso mandado.” Ibid., art. 8, p. 87.

⁶⁵⁴ Nas cortes de 1391 se dizia que os navios portugueses não ousavam entrar nos portos de França. (Carta regia de 10 de Agosto de 1389, ANTT, Livro d’Extras, fol. 210); Barros, *História da Administração Pública*, X, 246.

⁶⁵⁵ “Privilegio a Bartholomeu Florentim e João Forbim de Marselha, 16.07.1443. Sousa Viterbo, “A pesca do coral no seculo XV”, *Archivo Historico Portuguez*, I, 1903, doc. 1, Chanc. de D. Affonso V, Liv. 34, fl. 49.

⁶⁵⁶ “en qui certains érudits portugais ont voulu voir des Écossais et non des Corses, sont, à mon avis, vraiment originaires de cette ile.” Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal,” 349

italianos⁶⁵⁷. Outros defendem que se trata de mercadores de Cahors, na França⁶⁵⁸, posição que partilhamos, uma vez que se trata de uma cidade com grande actividade internacional, comercial e bancária, na primeira metade do século XIV⁶⁵⁹. A sua presença também está relacionada com a dinâmica da Guerra. A partir de 1370 desaparecem dos documentos, sendo o testemunho de Fernão Lopes uma das últimas referências sobre eles em Portugal⁶⁶⁰.

A relação com as regiões atlânticas de França também estão documentadas só a partir do século XIV⁶⁶¹. Também a presença portuguesa noutras partes da costa francesa, sobretudo na Bretanha, ajudaria a completar o panorama desta presença no norte da Europa⁶⁶². O caso da Bretanha é interessante, mesmo sendo certo que só nos inícios do século XV começa a ter importância no comércio português, sobretudo no caso do comércio dos produtos alimentares⁶⁶³. Em La Rochelle não existem dados sobre a presença portuguesa até 1536⁶⁶⁴ e os dados sobre Rouen e Dieppe mostram uma presença limitada até o século XVI⁶⁶⁵.

⁶⁵⁷ Juntamente com os italianos obtiveram privilégios por parte do rei D. Pedro I. *DP*, vol. I, pp. 116-117.

⁶⁵⁸ Assim nos deixa pensar Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros,” 204.

⁶⁵⁹ Muitas vezes corsos e lombardos “si confondevano sovente in un’unica denominazione”. Saporì, *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, 18.

⁶⁶⁰ AML, *Documentos Medievais. (1179-1383). Catálogo*, 2003. 209, 23. 09. 1357. Sentença de D. Pedro I sobre uma contenda entre o concelho de Lisboa e alguns mercadores corsos, (Livro I de Misticos, doc. 7), p. 92.

⁶⁶¹ Fonseca, *Portugal entre dos mares*, 78. “Os Franceses, destacando-se entre eles os Bretões, apareceram esporadicamente nos meados do século XIV também. Mas só cem anos mais tarde, terminada a Guerra do mesmo nome, veriam o seu contingente aumentado e constituída uma autêntica colónia de residentes que mereceu cartas de privilégio em 1452.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 44.

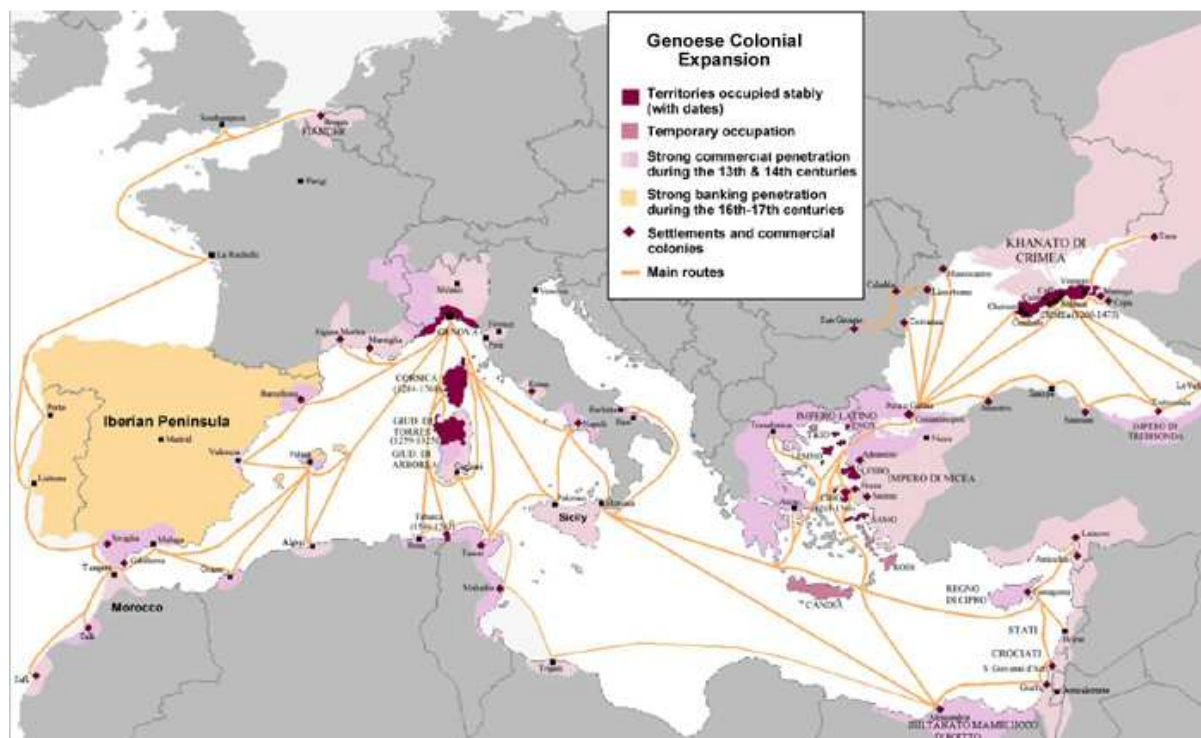
⁶⁶² Barros, *História da Administração Pública*, X, 283. “Lettre de marque du duc donnée à ses marchands de son pays sur les Portugallays”, *Archives de Bretagne. Recueil d’actes, de chroniques et de documents historiques rares ou inédits*, t. IV, *Lettres et mandements de Jean V, duc de Bretagne de 1402 à 1406* (Nantes: Société des bibliophiles Bretons, 1890), doc. 90. Um caso interessante de 1416 serve para mostrar o nível de complexidade das relações entre os mercadores de diversos países, que participavam em operações conjuntas de comércio. *Archives de Bretagne. Recueil d’actes, de chroniques et de documents historiques rares ou inédits*, t. V, *1407 à 1419*, 1890, doc. 1217, 13 de Junho de 1416, pp. 203-204.; *ibid.*, doc. 1218, pp. 204-205.

⁶⁶³ Henri Touchard, *Le commerce maritime Breton à la fin du Moyen âge* (Paris: Les Belles Lettres, 1967), 377, chama os bretões “les rouliers des mers occidentales”; Em 1412, ficavam isentos da sisa pela importação de favas. ANTT, Chanc. de D. João I, Liv. 5, f. 60. Em 23.09. 1438, concedia-se segurança durante um ano aos navios do ducado, revelando uma urgente necessidade. ANTT, Chanc. de D. Afonso V, liv. 18, f. 89; *DP*, I. 508-509; Barros, *História da Administração Pública*, X, 283-4. Segundo Touchard, *Le Commerce maritime Breton à la fin du moyen âge*, 143-4, 150, 210-14, o comércio português na Bretanha era mais regular, “although extremely modest in the records”.

⁶⁶⁴ E. Trocmé and M. Delafosse, *Le Commerce rochelais de la fin du XVe siècle au début du XVIIIe* (Paris: Armand Colin 1952), pp. 69-72.

⁶⁶⁵ Verlinden, “Deux aspects de l’expansion commerciale”, 179; Mollat, *Le Commerce maritime normand* 15-16.

TERCEIRA PARTE



Genoese Sphere of Influence, 13th - 17th Centuries Esther M. Zimmer Lederberg Memorial Website
<http://www.estherlederberg.com> (Obtido e utilizado conforme os direitos do autor)

A GUERRA DOS CEM ANOS E “CRISE GERAL” DO CONTINENTE

Um dos factores mais importantes que tem determinado o desenvolvimento da imagem de Portugal como um país que, nos séculos XIV-XV, viveu uma profunda depressão e crise económica foi o desenvolvimento da ideia da crise dos finais da Idade Média, que supostamente terá sido paneuropeia, geral e abrangendo todos os países do continente, bem como a África do Norte. Uma vez estabelecida esta ideia, era normal que Portugal, como parte da Europa, se incluísse e contribuísse para a essa crise. Assim, quaisquer que fossem os resultados da pesquisa historiográfica para o caso concreto de Portugal, a conclusão não podia contrariar a ideia dominante da crise geral europeia.

Daí a proliferação, na historiografia da segunda metade do século XX, de conclusões que artificialmente tendem a reconciliar tendências opostas, essencialmente irreconciliáveis, como o aumento do comércio com a grave crise económica que “assolava” o país, o aumento da área cultivada com a profunda crise da agricultura, o aumento da produção em todos os sectores da economia com as dificuldades do tempo, o aumento da riqueza dos portugueses e do *PIB* de Portugal com a pobreza do solo e a aridez do clima.

Mas será que a crise geral europeia foi tão europeia e tão geral? Observando mais detalhadamente, vemos que a maior parte da Europa conheceu um crescimento económico notável, enquanto que uma minoria importante, o núcleo antigo do desenvolvimento conheceu, de facto, a crise. Inglaterra, Holanda, Borgonha, Dinamarca, Suécia, Alemanha do Norte e do Sul, Hansa, Polónia, Lituania, Finlândia, Rússia, Boémia, Suíça, Norte de Itália, Castela e Valência ficaram fora da crise “geral”. Será que Portugal se integra nesta longa lista de excepções, ou, pelo contrário, tal como a França, a Flandres, a Catalunha e Génova faz parte dos reinos em crise?

1.1. Guerra e comércio

Não faltam autores que relacionam a situação do comércio com o decorrer das guerras⁶⁶⁶.

Um exemplo mais evidente para ver como o alinhamento político dos estados num conflito podia ter repercussões, tendentes a alterar a situação económica dum país, foi o envolvimento de Portugal e de Castela no conflito anglo-francês, em 1369. Todo o comércio anglo-castelhano foi interrompido e o efeito foi o aumento imediato do comércio externo de Portugal, para nível nunca antes atingidos⁶⁶⁷.

O enorme peso que uma guerra colocava sobre as finanças dos estados podia chegar a níveis que desencadeassem impensáveis dificuldades financeiras e até conduzir à bancarrota⁶⁶⁸. A deslocação dos recursos de investimentos produtivos para a guerra era, consequentemente, um enorme entrave ao desenvolvimento económico⁶⁶⁹. Nas cortes, sobretudo do reinado de D. Fernando, abundam queixas sobre o desvio dos recursos humanos⁶⁷⁰ e materiais, levados do país para a guerra⁶⁷¹. Os povos pedem mesmo ao rei que faça todo o possível para evitar a

⁶⁶⁶ Os efeitos da Guerra são particularmente negativos para o comércio porque torna os caminhos e as estradas inseguros e desvia o capital e a mão de obra. Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 95. Carus-Wilson, *Medieval Merchant Venturers*, 258-60; Jan A. Van Houtte, *Bruges: essai d’histoire urbaine* (Bruxelles: La Renaissance du livre, 1967), 81; Ralph Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection, 1406-1510,” in *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England, Essays presented to F. J. Fisher*, ed. D. C. Coleman e A. H. John (London: Weidenfield and Nicolson, 1976), 6.

⁶⁶⁷ As contas do Condestável de Bordéus indicam uma crescente atividade com o clímax alcançado entre 1360 e 1361, quando 69 navios espanhóis, carregaram vinho. Childs, *Anglo-Castilian trade*, 30-31.

⁶⁶⁸ *The Cambridge Economic History of Europe*, III, p. 432. Sobre o caso francês veja-se J.B. Henneman, *Royal taxation in 14th century France. The development of war financing, 1322-1356*. 1971; Nas guerras de Edward I com a França, os escoceses e os galeses pode ter sido gasto um tesouro equivalente ao stock das moedas em circulação no seu reino. Richard W. Kaeuper, “Royal Finance and the Crisis of 1297”, 107. Isto tratando-se do período 1294-1298, quando se estima que Edward I gastou na guerra 750 mil libras, e a quantidade total da moeda em circulação devia ser perto de um milhão de libras.

⁶⁶⁹ Bridbury no entanto pensa que a guerra fazia parte do quotidiano da época por isso “in such a society making war did not waste resources: it employed them.” Bridbury, “The Hundred Years War: Costs and Profits,” 94.

⁶⁷⁰ “quando see arma a nosa frota ou galee per almijrante e corregedor ou outros que ham de fazer tomam os lavradores e metem nos por rremeiros.” Cortes de 1371. Capítulos gerais do povo”, in *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, I, art. 84.

⁶⁷¹ “que eraõ aggrauados em serem tomados os nauios que os mercadores tiverem fretados e sas mercadorias que tem mercadas para leuarem para outras terras de que nos sohiamos auer muitos seruiços e prol pollos retornos que tornauão a nossa terra” Cortes de 1372 (Leiria). Capítulos gerais”, in *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, I, art. 12.

guerra e, numa postura mais radical, não a faça sem consultar os seus representantes⁶⁷². Observamos, no entanto que os conflitos com Castela custaram bastante ao rei D. Fernando; porém, não podemos deixar de ver uma melhoria geral na economia do país⁶⁷³. Tal como aconteceu noutros reinos, os problemas financeiros de Fernando não se explicam por falta de receitas, mas antes pela dimensão dos gastos⁶⁷⁴. A reconquista do Algarve ficara como exemplo de que uma guerra predatória não resulta sempre em lucro económico⁶⁷⁵, sendo que ao incremento das despesas se juntava a diminuição das receitas pela contração da produtividade agrícola.

Por outro lado, a verdade é que até mesmo os conflitos de pouca duração, em comparação com a Guerra dos Cem Anos, têm chamado a atenção dos autores para as implicações na economia, nomeadamente decorrente da desestabilização de rotas e circuitos comerciais⁶⁷⁶. Com efeito, o comércio de longo curso era especialmente sensível às condições de segurança e de estabilidade política⁶⁷⁷. E, no entanto, M. Postan observa que é preciso ter cuidado e não atribuir à guerra o que se deve simplesmente ao tempo, quando o conflito é demasiado longo⁶⁷⁸. Este comércio só era possível através da acção cooperativa das autoridades. Não

⁶⁷² “se guerra pudesse escusar que se escusasse porque o Reino he taõ pequeno que o non podia soste e que uissemos os compromissos com os do nosso bom conselho e com elles que auia feitos antre nos e El Rei de Castella” Cortes de 1372 (Leiria). Capítulos gerais”, I, art. 9, f. 297v, p. 128.

⁶⁷³ “Foi a guerra que foi travada em vez da guerra, que de outra forma teria sido travada. Bridbury, “The Hundred Years War: Costs and Profits,” 85.

⁶⁷⁴ António Castro Henriques, “Finanças régias e *Reconquista*. Em torno de uma hipótese de Iria Gonçalves,” in *Estudos em Homenagem a Iria Gonçalves* (Lisboa: Caleidoscópio, 2009), 305-306. Este autor pensa que “a paralisa das conquistas parece ser função das dificuldades da monarquia e não o inverso”

⁶⁷⁵ Henriques, “Finanças régias e *Reconquista*,” 297.

⁶⁷⁶ O volume da exportação de panos ingleses pelos italianos atingiu níveis muito altos na década 1436-45. O conflito entre Inglaterra e Borgonha em 1436-8, beneficiou os italianos. Fryde, “The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean,” 348; Holmes, “The Libel of English Policy”, 194-200. Noutro lado as desordens causadas pela Guerra das Duas Rosas em Londres fizeram com que os italianos evitassem a aquela capital e, no final do reinado de Edward IV, eles praticamente tinham abandonado a Inglaterra. R. B. Dobson, “Aliens in the City of York during the 15th Century”, in *England and the Continent in the Middle Ages: Studies in Memory of Andrew Martindale, Proceedings of the 1996 Harlaxton Symposium*, ed. John Mitchell (Donington: Shaun Tyas, 2000), 259.

⁶⁷⁷ Kedar, *Merchants in Crisis*, 93, observa que “Circumspection” sobressai como uma virtude de maior importância na documentação genovesa e veneziana dos finais do século XIV e a prudência “emerges as the major virtue of the age.”

⁶⁷⁸ Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, 53.

havendo poder político capaz de se impor, como foi o caso da França durante a Guerra, não se pode pensar em funcionalidade das redes comerciais⁶⁷⁹.

O facto de Portugal se ter envolvido só temporariamente e ao mesmo tempo indirectamente na guerra tem influenciado a tendência para não se estudar aprofundadamente as respectivas implicações na economia do país. Até no caso de França, a maior parte dos estudos têm tido como objecto a perspectiva política e militar e menos a económica⁶⁸⁰. Outros autores dão um lugar preponderante às despesas da guerra na evolução económica dos países⁶⁸¹, sobretudo no caso de Inglaterra, onde os efeitos da Guerra foram mais sentidos através das despesas do que através das destruições e devastações directas⁶⁸². Seja como for, todos concordam que a guerra diminui o ritmo de desenvolvimento da economia por ser um obstáculo ao normal funcionamento do comércio⁶⁸³. Mesmo quando as razias não eram continuas, ou quando durante um periodo não havia confrontos directos, viver em estado de guerra era suficiente para manter o clima de insegurança, induzindo nos mercadores uma “mentalidade de fortaleza”⁶⁸⁴. Na guerra dos cem anos, o facto da França de ter sido o maior teatro do conflito distingue a sua situação da dos outros países⁶⁸⁵.

⁶⁷⁹ *The Cambridge Economic History of Europe*. III: 1963, p. 435.

⁶⁸⁰ Denifle, *La desolation des eglises*; Philippe Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique”, in *Bulletin of the Institute of Historical Research* 47 (1974): 125; Philippe Wolff, *Commerces et marchands de Toulouse (vers 1350-vers 1450)* (Paris, Librairie Plon, 1954), 34, constata “une coïncidence générale entre le rythme de la guerre,... et l’alternance des phases économiques.”

⁶⁸¹ Uma das razões para o lento desenvolvimento do comércio alemão “must have been that Germans spent more on defences in the pre-plague period.” J. C. Russell, *Medieval Regions and their Cities* (Newton, Abbot: Indiana University Press 1972), 37.

⁶⁸² James W. Sherborne, “The Hundred Years’ War. The English Navy: Shipping and Manpower 1369-1389”, *Past and Present* 37 (1967): 163. A polémica entre K. B. McFarlane, “England and the Hundred Years’ War,” *Past and Present* 22 (1962): 3-13, e M. M. Postan, “The costs of the Hundred Years War,” *Past and Present* 27 (1964): 34-53, na qual mais tarde se envolveu também A.R. Bridbury, “The Hundred Years War: Costs and Profits”, in *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England, Essays presented to F. J. Fisher*, ed. D. C. Coleman and A. H. John (London: Weidenfield and Nicolson, 1976), 80-95, ficou centrada mais na discussão da ideia de McFarlane que a guerra enriqueceu a nobreza inglesa, do que nas consequências económicas dela.

⁶⁸³ Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 145.

⁶⁸⁴ Kedar, *Merchants in Crisis*, 125, “uma insistência em operar a partir de fortes defensáveis”.

⁶⁸⁵ No século XV para muitas zonas de França já não se trata simplesmente de crise, de estagnação, de atonia económica, como na Inglaterra ou na Flandres, “mais bel et bien de devastations”. Thomas Basin, *Histoire de Louis XI*, ed. Ch. Samaran e M. -C. Garand, (Paris, 1963), I, 21. Para um grande número de províncias na França entre 1337 e 1453, as destruições aconteciam em média uma vez em 4 ou 5 anos, comparando com uma vez por

Uma das condições básicas conducentes a um comércio próspero é a garantia de todo o processo comercial. A incerteza e a imprevisibilidade que as guerras produziam devastaram o comércio⁶⁸⁶. A instabilidade das instituições políticas, conjugada com as consequências da guerra, levavam de uma maneira muito natural os mercadores a tentarem estar longe desse teatro⁶⁸⁷. A Guerra desmantelara o bom funcionamento dos mercados, sendo numerosos os testemunhos disso⁶⁸⁸. O clima de violência anulava, em muitos casos, os efeitos positivos dos agentes e condições que, aparentemente e em situação pacífica, teriam impulsionado o desenvolvimento do comércio e da economia⁶⁸⁹. O estabelecimento da curia papal em Avignon foi um factor importante para estimular o aumento da circulação de homens e bens⁶⁹⁰, mas os testemunhos atestam os perigos a que estavam sujeitos quantos se dirigiam para Avinhão, começando logo a partir da costa francesa.⁶⁹¹

cada 15 ou 20 anos para o período entre 1220 e 1340. Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 146

⁶⁸⁶ Brian Dick, “Framing ‘Piracy’: Restitution at Sea in the Later Middle Ages”, PHD thesis, University of Glasgow, 2010, 103. Em 1337 se dizia que por causa de cartas de represálias contra Génova, havia tempo que os genoveses não visitavam a França. Alexandre Germain, *Histoire du commerce de Montpellier, antérieurement à l'ouverture du port de Cette, rédigée d'après les documents originaux, et accompagnée de pièces justificatives inédites* (Montpellier: Impr. de J. Martel, 1861), II, p.140-1; Aubert, F., *Le Parlement de Paris de Philippe le Bel à Charles VII (1314-1422) Sa compétence, ses attributions*, (Paris, 1977), p. 286-7.

⁶⁸⁷ “Et en ce país sont les pires et les plus périlleux passages es montaignes qu’ilz soient en cristienté, car on ne peut aller en Lombardie que par là des parties d’Allemagne”. *Le livre de la description des Pays/ de Gilles le Bouvier, dit Berry, publié pour la première fois avec une introduction et des notes et suivi de l’Itinéraire Brugeois, de la Table de Velletri et de plusieurs autres documents géographiques inédits ou mal connus du XVe siècle recueillis et commentés* par E.-T. Hamy (Paris: Ernest Leroux, 1908), p. 61.

⁶⁸⁸ Uma das facetas deste bom funcionamento era o estabelecimento dum serviço regular de correios, sobretudo durante as feiras de Champagne. Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. XXXVII; Reynolds, *Europe Emerges*, 204.; Em 1360, Petrarca escrevia que os ingleses tinham reduzido todo o reino de França em tal estado que quando passou por França não podia acreditar que era o mesmo país que tinha visto antes. Em 1461, Thomas Basin dizia: “Tenho visto com os meus olhos as vastas planícies Champagne, Beauce, Brie, Gâtinais, Chartres, Dreux, Maine e Perche, Vexin, Beauvaisis, Caux, de Seine até Amiens e Abbeville, Senlis, Soissonnais, Valois até Laon, e mais longe até Hainault, absolutamente desertas, incultas, abandonadas, desprovidas de todos os habitantes, cobertas de mato” Boutruche, “The Devastation of Rural Areas,” 26-34.

⁶⁸⁹ Nas feiras de Champagne os compradores não pagavam com dinheiro cunhado, mas com promessas escritas apoiadas por seu crédito. Reynolds, *Europe Emerges*, 204-205.

⁶⁹⁰ Yves Renouard, “Routes, étapes et vitesses de marche de France à Rome au XIV^e et au XV^e siècle d’après les itinéraires d’Eudes Rigaud (1254) et de Barthélemy Bonis (1350)”, in *Études d’histoire médiévale*, Paris, 1968, tome 2, p. 667-697; Thérèse Sclafert, “Les routes du Dauphiné et de la Provence sous l’influence du séjour des papes à Avignon”, in *Annales d’histoire économique et sociale*, 1, 1929, pp. 183-192, p. 188; Germain Butaud, “Nice au Moyen-Age”, in *Nice et son Comté, 1200-1500. (Témoignages et mémoires)*. Textes réunis par Hervé Barelli (Nice: Mémoires millénaires éditions, 2010), 26; Édouard Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle. Avec chiffres de comparaison pour le XVIII^e siècle* (Paris: SEVPEN, 1961), 80.

⁶⁹¹ Bonaccorso Pitti, o cronista florentino, dá conta disto. Butaud, “Nice au Moyen-Age”, 27. Mesmo para um bispo francês, a França era muito insegura para se percorrer. Em 1439 Thomas Basin encontrando-se em Rouen

Por outro lado, entre as zonas que viviam longe do teatro das guerras, as que obtiveram a máxima sorte foram aquelas que, além de disfrutar do luxo da paz⁶⁹², viram também a chegada dos “comboios” comerciais, o que lhes proporcionou igualmente uma situação de melhoria económica.

A preocupação das cidades italianas com a segurança dos caminhos terrestres e não simplesmente marítimos⁶⁹³ era uma constante, especialmente depois do início do conflito anglo-francês,⁶⁹⁴ embora os venezianos estivessem bem posicionados para poderem utilizar caminhos alternativos, sobretudo através das zonas germânicas⁶⁹⁵. Para conseguir o bom funcionamento destes caminhos, os venezianos utilizavam por vezes o embargo, fosse com a França⁶⁹⁶, fosse com as cidades alemãs⁶⁹⁷, sobretudo com Nuremberg⁶⁹⁸. A importância das comunicações terrestres é sublinhada quando se trata de explicar o facto de Middleburg não se ter jamais assumido como um centro de comércio internacional, cedendo perante os portos

e querendo participar no concílio de Ferrara, mas “il n'était pas possible de se rendre en Italie par les chemins accoutumés. Une seule route un peu sûre conduisait aux Alpes c'était le Rhin. Afin de gagner ce fleuve, Thomas Basin s'embarqua sur une caraque qui faisait voile pour la Hollande... il descendait les Alpes. Histoire des règnes de Charles VII et de Louis XI. T. 1 / par Thomas Basin,... ; publ... par J. Quicherat (Paris: J. Renouard, 1855), Introd. pp. 10-11.

⁶⁹² Postan, “The Costs of the Hundred Years’ War”, 34.; Brabant, que ficou fora da cena da guerra dos Cem Anos, foi capaz de usar a sua posição para criar uma poderosa indústria têxtil. Adrien de Meeüs, *History of the Belgians* (New York: Praeger, 1962), 80.

⁶⁹³ Armand Baschet, *Histoire de la chancellerie secrete. Le Sénat, le cabinet des ministres, le conseil des dix et les inquisiteurs d'état dans leurs rapports avec la France* (Paris: Henri Plon, 1870). Veneza considerava o Adriático importante para a sua segurança, até ao ponto de olhar para os navios armados que entrassem “no golfo” como navios corsários. Em 1347 o Senado respondia aos enviados de Marche e de Fermo que “securitatis maris in quo dicatur quod spectat ad honorem nostrum”. *VSDM Reg. XXIV (1347-1349)*, vol. 11, doc. 101.

⁶⁹⁴ *VSDM Reg. XXV (1349-1350)*, vol. 12, doc., 351, 25 de Agosto de 1349. Aprova o envio duma pessoa para França para pedir “aconciamento stratarum et camini”;

⁶⁹⁵ Até as mercadorias compradas na França, tinham que passar através das terras dos condados alemães. *VSDM Reg. XXV (1349-1350)*, vol. 12, doc. 370, 7 de Setembro de 1349. Mandato aos provedores da Comuna de tratar do caso das mercadorias vindas de França e bloqueada pelo conde Johan de Famberg.

⁶⁹⁶ *VSDM. Reg. XXV (1349-1350)*, vol. 12, doc. 368. 4 de Setembro de 1349. Proibição de levar mercadorias além de Milão através da *via Francigena*, em direcção à França, com o fim de não se intrometerem na missão do embaixador veneziano que se deslocara a França para pedir a regularização do caminho.

⁶⁹⁷ *VSDM. Reg. XXIII (1345-1347)*, vol. 10, doc. 486. 26 de Junho de 1346, 51v, p. 166; *VSDM. Reg. XXIV (1347-1349)*, vol. 11, doc. 325, 6 de Setembro de 1347, f. 34v, pp. 137-138. Decisão de enviar uma pessoa ao conde Albert de Brandenburg da Alemanha para recuperar as balas de panos de Flandres sequestradas por ele. *VSDM. Reg. XXV (1349-1350)*, vol. 12, doc. 349, 25 de Agosto de 1349, f. 48v, p. 212.

⁶⁹⁸ Sobre o caminho de Nuremberga, e a proibição dos venezianos dos seus mercadores de comerciar com esta cidade até que se resolvesse o assunto de alguns mercadores aos quais lhes foram confiscadas as mercadorias, veja-se: *VSDM. Reg. XXIV (1347-1349)*, vol. 11, docs., 386, 395, 401, 535, 580, 701, 4 de Junho de 1348.

que apresentavam uma melhor ligação aos caminhos terrestres, como era o caso de Antuérpia⁶⁹⁹ e Bergen-op-Zoom⁷⁰⁰.

O efeito da guerra na evolução dos preços é também um tema pertinente de estudo⁷⁰¹. Um dos efeitos mais importantes que a guerra tem sobre os preços é o aumento dos “custos de protecção” que, ao mesmo tempo, determina os custos dos seguros marítimos⁷⁰². O *Libro dell'arte di mercatura* do raguseo Benedetto Cotrugli, escrito pouco depois da metade do séc. XV, indica os factores que se devem ter em conta na determinação dos preços de seguros, a maioria dos quais está relacionada com a insegurança originada por factores humanos⁷⁰³. F. Lane pensa que estes custos de protecção viriam a determinar mais tarde o facto de, na Europa, não terem baixado os preços das especiarias que os portugueses traziam da Índia, ao contrário do que se esperava. Num paralelismo interessante com o assunto da rentabilidade económica da rota do Estreito sobre a rota terrestre, nos séculos XIV e XV, este autor chama a atenção para a necessidade de ter em conta estes custos⁷⁰⁴. O sucesso da rota do Estreito durante os séculos XIV-XV deve ser associado aos baixos custos de protecção que esta rota supunha, em comparação com outras rotas. O clima de segurança nesta rota, na qual a acção

⁶⁹⁹ Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 462; Antuérpia cresceu essencialmente como um centro de comércio terrestre. Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 16.

⁷⁰⁰ Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 3-4.; Enquanto algumas feiras como o ciclo Antuérpia/ Bergen-op-Zoom e muitas nas regiões central e leste da Europa, atingiram uma craveira internacional, as feiras da Flandres, de Champagne, e outras de importância internacional no séc. XIII, estavam em declínio no início do século XIV. D. Ditchburn, “European fairs and trade routes” in *Atlas of Medieval Europe*, eds., David Ditchburn, Simon Maclean, Angus Mackay (London, New York: Routledge, 2007), 159.

⁷⁰¹ Os últimos anos da década de 1330 foram bons anos agrícolas. Harry Miskimin, *Money, Prices, and Foreign Exchange in Fourteenth Century France* (New Haven: Yale University Press, 1963), 74.; Esta baixa de preços no entanto com o início da Guerra acabou. Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt, 96-97.

⁷⁰² Giovanni Ceccarelli, “Stime senza probabilità. Assicurazione e rischio nella Firenze rinascimentale”, *Quaderni storici* 135, anno XLV, n. 3 (2010): 655.

⁷⁰³ “gli è di bisogno d’avere et aprire molto l’occhio alle novelle del mare, et al continuo domandare et inquirere de corsali et male genti, et guerra, triegue, ripresaglie et tucte quelle cose che possono perturbare lo mare. Benedetto Cotrugli, *Il libro dell'arte di mercatura*, a cura di U. Tucci (Venezia: Arsenale. 1990), 176.

⁷⁰⁴ Frederic C. Lane, “National Wealth and Protection Costs”, in *Venice and History. The Collected Papers of Frederic C. Lane*, (Baltimore: The John Hopkins University, 1966), 376; Idem, *Venice: A Maritime Republic* (Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973), 288; F. C. Lane, *Profits from Power. Readings in Protection Rent and Violence-controlling Enterprises*, (Albany: University of New York Press, 1979), 36-42.

da coroa portuguesa tem a maior importância, foi um factor importante para o aumento do volume do tráfego mercantil, via Portugal⁷⁰⁵.

A “fome de metais” que chegou ao seu ponto mais alto na segunda metade do século XIV deve muito à Guerra⁷⁰⁶. A confiança dos mercadores-banqueiros atingiu o seu ponto mais baixo exactamente neste tempo⁷⁰⁷. Como se sabe, um sistema em que o crédito está omnipresente tem menos necessidade de movimento real de moedas⁷⁰⁸. Uma das consequências da Guerra foi o aumento de procura de ouro, como meio seguro de pagamento. A causa pode ser encontrada no fecho das minas de prata existentes na Sardenha, na Boémia e na Hungria. Contudo, o motivo do encerramento não esteve relacionada com o facto de terem acabado os recursos minerais, mas sim com a redução da produção⁷⁰⁹.

⁷⁰⁵ D. João I concedeu aos ingleses “more freedom from duties and customs than native Portuguese merchants.” Geouge, “Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I,” 128. Em Valência nos finais do século XIV, a concessão de privilégios ia a par com outras medidas proteccionistas, como foi o caso dos decretos de expulsão dos Lígures em 1372, 1383 e 1388 e dos florentinos em 1377. Alberto Boscolo e Francesco Giunta, *Saggi sull'età colombiana* (Milano: Cisalpino-Goliardica, 1982), 5-7; María Inés Melero Fernández, “Fondos medievales del Archivo di Stato de Venecia referentes a los reinos españoles. Regestos”, in *Miscel-lània de Textos Medievais*, 5, (Barcelona: 1989): 329-359. M. Teresa Ferrer i Mallol, “Els italians a terres catalanes (segles XII-XV),” *AEM* 10 (1980): 437-438, 452, 455-456; Veja-se sobre o caso da Champagne, Jean Favier, *Gold and Spices. The Rise of Commerce in the Middle Ages* (New York, London: Holmes & Meier, 1998), 26; Os agentes venezianos em Bruges em 1441, explicavam o declínio dos negócios com a situação de guerra na França, “che e una gran chosa contrara a la mercantia”. ASV, Procuratori di San Marco, busta 181; Bernard Doumerc, “La politique des “Rois-marchands” au XV^e siècle: l'enjeu des Flandres,” in *La “France anglaise” au Moyen Age*, Actes du Congrès National des Sociétés Savantes, 111 (Paris: C.T.H.S, 1988), 64.

⁷⁰⁶ Bovill, *The Golden Trade of the Moors*, 109.

⁷⁰⁷ Só no sul da Alemanha houve uma extensão dos serviços bancários e linhas de crédito neste tempo. Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe*, 347.

⁷⁰⁸ Hodgett, *A Social and Economic History of Medieval Europe*, 83. Reynolds, *Europe Emerges*, 213.; Na base desta confiança estavam as vendas a crédito que podiam ser realizadas, antecipando e aumentando a oferta de dinheiro. Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe*, 254-255.

⁷⁰⁹ Kutna Hora retomou o ritmo depois 1460. Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe*, 348-349.

1.2.A terra, o habitat do homem. O mar, como fronteira e limite.

A expansão europeia, a partir do século X, foi, de facto, a expansão das ligações comerciais, fossem estas marítimas ou terrestres. Num sentido, um centro de comércio é uma conjugação de vias e de caminhos⁷¹⁰. Os conflitos decorrentes do controlo destas rotas, as “guerres routièrès” como lhes chama Saporì, eram frequentes na Idade Média⁷¹¹. Do ponto de vista geográfico, a terra é o habitat natural do homem. A água exerce funções proibitivas, interrompendo e diminuindo a continuidade deste habitat. Muitas fronteiras étnicas, linguísticas, culturais e políticas na história da humanidade seguem geograficamente as linhas de água, de que o mais imediato exemplo é a fronteira entre Portugal e Espanha⁷¹². Os continentes existem porque estão divididos pela água. O mar que rodeia muitas das ilhas do planeta serve também como demarcação de fronteiras políticas⁷¹³. A humanização do ambiente aquático tem acontecido só por necessidade, não por ser a melhor escolha.

Um grande problema no entendimento da vida económica e comercial do continente, nos séculos XIV e XV, consiste no facto de se considerar a rota do Estreito como a mais barata e mais rápida na ligação entre o norte da Europa e o Mediterrâneo⁷¹⁴. Quando esta rota se estreou, nos finais do século XIII, já havia ligações entre os cantos mais remotos da Europa

⁷¹⁰ Lester K. Little, *Religious poverty and the Profit Economy in Medieval Europe* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983), 8.; Michael Borgolte, “How Europe Became Diverse. On the Medieval Roots of the Plurality of values”, in *The Cultural Values of Europe*, ed. Hans Jons e Claus Wiegands (Liverpool: Liverpool University Press: 2008), 77

⁷¹¹ Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. XXXVII. Casos de conflitos e tensões que explicitamente colocam este assunto como “casus belli”, podemos mencionar o conflito dos meados do século XIV entre Bruges e Ghent sobre a construção dum canal. Scott, *Society and Economy in Germany*, 121.

⁷¹² O Guadiana serve também como fronteira política. O elemento hídrico constitui não só fronteiras políticas entre países mas também determina linhas de divisão criando no caso do rio Tejo, espaços geograficamente e culturalmente diferenciados. José Augusto C. F. Oliveira, “Atravessar o Tejo: mercadores entre Lisboa e a Outra Margem”, in *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), 214. Pierre Birot, *Portugal. Estudo de geografia regional*, 2.^a edição (Lisboa: Livros Horizonte, 2004), 105, afirma que o Tejo “do ponto de vista da geografia humana, é uma separação e não uma ligação”.

⁷¹³ Exemplos de estados ilhas não faltam, Irlanda, Islandia, Reino Unido, Cabo Verde, Malta, Chipre, Cuba, Japão, Australia, Nova Zelândia, Sri Lanka, Indonésia, Filipines,

⁷¹⁴ Até ao início do conflito entre a Flandres e a França, as zonas alemãs eram marginalizadas das rotas entre o Norte e o Mediterrâneo. Aloys Schulte, *Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien mit Ausschluss von Venedig*, I (Leipzig: Duncker & Humblot, 1900), 124.

do Norte com o Mediterrâneo desde o século XII e mais cedo⁷¹⁵, para além da rota comercial que ligava o norte de Itália com o sul da Alemanha, através dos Alpes⁷¹⁶. A maioria dos autores relaciona, como já escrevemos, o declínio destas feiras com a abertura da rota do Estreito⁷¹⁷, mas, da nossa perspectiva, os factos indicam que ambos estes acontecimentos têm na sua origem uma mesma causa e não estão relacionados entre si numa ordem de causa-efeito⁷¹⁸. O aumento de instabilidade e a insegurança nas rotas tradicionais do comércio da Europa, a partir dos finais do século XIII, levou ao declínio das feiras de Champagne e ao aumento de utilização das rotas alternativas, como a rota do Estreito, e as rotas dos Alpes⁷¹⁹. “A paz da feira”, indispensável para a existência da própria feira não podia ser mantida.⁷²⁰ A passagem do Estreito, via Portugal, não foi nunca bloqueada e esta via

⁷¹⁵ Uma destas era a passagem de fácil acesso entre o massiço Central e os Pirineus, através do vale de Aude e de Garonne. Esta rota podia utilizar a navegação fluvial desde Garonna até Toulouse, e de Aude a Carcassona. Renouard, “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique,” 590-1. W. E. Rhodes, “The Italian Bankers in England and their Loans to Edward I and Edward II,” in *Historical Essays by the Members of Owens College, Manchester, Published in Commemoration of its Jubilee (1851-1901)*, ed. T. F. Tout e J. Tait (London, Longmans, Green, 1902), 138. Renouard, “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique”, 587.

⁷¹⁶ Aloys Schulte, *Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien*, I. Raphael R. DeSoignie, “The Fairs of Nîmes: Evidence on Their Function, Importance, and Demise”, in *Order and Innovation in the Middle Ages*, 195-205. Yves Renouard, *Les relations des Papes d’Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 a 1378* (Paris: Editions E. de Boccard, 1941), 243-245. Utilizavam-se carrinhos de rodas, sobretudo entre Marseille e Champagne. Robert L. Reynolds, *Europe Emerges. Transition toward an Industrial World-Wide Society 600-1750* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1961), 204.

⁷¹⁷ Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. XXXVIII.; Reynolds, *Europe Emerges*, 206; Ferguson, *Europe in Transition*, 113

⁷¹⁸ Segundo Michel Mollat, *Europe and the Sea*, 61, coincidiu com o declínio dos negócios em Champagne mais do que o provocou. Embora tenha sido discutido há muito tempo, não parece ter sido uma relação definitiva ou absoluta de causa e efeito. Lopez, “The Trade of Medieval Europe: The South”, 356. “Não há nenhuma evidência que as feiras de Champagne tenham sofrido em proporção directa com os ganhos de Bruges. Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism*, 217-218. Raymond de Roover, “The Commercial Revolution of the 13th Century”, in *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*, ed. Anthony Molho, 24.

⁷¹⁹ O rei francês que em 1300 era também Conde de Champagne começou a manipular a moeda até que os banqueiros perderam a confiança nas feiras. Reynolds, *Europe Emerges*, 206.; Hodgett, *A Social and Economic History of Medieval Europe*, 82.; Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 241.; Ferguson, *Europe in Transition*, 115. Jones, “The last Capetians and early Valois kings,” 418-419. Enquanto Spufford, “Trade in Fourteenth-Century Europe”, 183, pensa que as guerras com a Flandres causaram o desvio do comércio das rotas tradicionais da França para a rota do Reno, mais do que para a rota de Estreito; Segundo Richard W. Unger, “Shipping and Western European Economic Growth in the Late Renaissance: Potential Connections.” *International Journal of Maritime History* 18/2 (2006): 97, a navegação exigia investimentos consideráveis.

⁷²⁰ Rau, *Feiras medievais portuguesas*, 20, encontra na documentação portuguesa testemunhos da “paz da feira”, mencionando as feiras de Vila Mendo (1129), da Guarda (1255), da Covilhã (1269). Ainda por cima esta paz, chegava a tomar a forma duma amnistia temporária. Desde 1420 na carta de feira dada a Tomar por D. João I, em 1420, durante o período de segurança da feira, garante-se aos feirantes o não serem presos, por qualquer delitos, a não ser os que fossem praticados na feira.

marítima foi utilizada desde o século XI⁷²¹, embora a sua utilidade comercial só tivesse sido testada a partir do final do século XIII⁷²².

A Guerra dos Cem Anos foi um conflito no qual o mar e a guerra foram secundários face à disputa principal: dominar o comércio terrestre e vencer as batalhas em terra⁷²³. Muito importante para compreender o alcance dos efeitos que teve a utilização da rota do Estreito é verificar que, praticamente com o seu início, o comércio italiano na Inglaterra e na Flandres começou a declinar. Os italianos estavam muito bem colocados na rede das finanças papais e reais na Inglaterra, muito antes do começo desta rota⁷²⁴. Se a sua utilização era mais rápida e mais barata, então como explicar que a sua inauguração coincidiu com os inícios do retrocesso do comércio italiano?

No entanto, o consenso geral é que os italianos, sobretudo os genoveses e os catalães, foram os responsáveis pelo declínio das feiras de Champagne, por terem aberto a rota do Estreito⁷²⁵, que era melhor para eles. Mas perguntamo-nos: se os genoveses e catalães ganharam a partir desta rota, como se explica a decadência do respectivo comércio e economia? Os genoveses, que foram os primeiros a utilizar a rota do Estreito e também os mais regulares nela, não deviam ter sido os que mais aproveitaram⁷²⁶? O comércio de Génova chegou ao seu apogeu,

⁷²¹ A primeira clara evidência é a peregrinação do conde Robert o Frísio de Flandres, em 1089 ou 1090. Lewis, “Northern European Sea Power and the Straits of Gibraltar,” 143-144.

⁷²² Navios de Pisa terão chegado em Lisboa nos últimos anos do XII século. Federigo Melis, “Gli italiani e l’apertura delle vie Atlantiche”, in Idem, *Mercaderes italianos en España. Siglo XIV-XVI. (Investigaciones sobre su correspondencia e su contabilidad)* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 1976), 170.

⁷²³ Richmond, “The War at Sea”, 118.

⁷²⁴ Punta, “Principal Italian banking companies of the XIIIth and XIVth centuries”, 658.

⁷²⁵ Lewis, “Northern European Sea Power and the Straits of Gibraltar,” 139; DeSoignie, “The Fairs of Nîmes: Evidence on Their Function, Importance, and Demise,” 205.

⁷²⁶ A sobrevalorização do papel dos genoveses nas economias ibéricas pode ver-se bem na afirmação de Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, II, (Oxford: Clarendon Press, 1978), 43 “Os genoveses, como almirantes e financeiros, assistiram ao crescimento de Castela e Portugal, como potências marítimas e permitiram a estes países superar os povos do noroeste da Europa.” Ideia contestada por James M. Murray, “Hanse Merchants and the Bruges Money Market. 1366-1370”, in *Hansekaufleute in Brügge*, vol. 4, eds. Nils Jorn, Werner Paravicini, Host Wernicke (Frankfurt am Main- Berlin: Peter Lang, 2000), 140. “Isto é simplesmente confundir o pico com a montanha”. Anke Greve, “Brügger Hosteliers und hansische Kaufleute: Ein Netzwerk vorteilhafter Handelsbeziehungen oder programmierte Interessenkonflikte?”, in *Hansekaufleute in Brügge*, vol. 4, p. 153, calcula que 40% dos hoteleiros são mencionadas em conexão com os comerciantes de outras nações, como castelhanos, portugueses e ingleses.

atingindo o ponto máximo do aumento das receitas fiscais do comércio marítimo nos anos 1274-1293, no valor de 400%⁷²⁷. Mas na segunda metade do século XIV, o panorama tinha mudado e os próprios genoveses pensavam que a República estava à beira do colapso. Pode dizer-se que Génova perdeu a pequena “Guerra dos Cem Anos” para a sua rival, Veneza, tendo os problemas económicos afectado a independência política da República⁷²⁸.

A falha deste modelo para explicar o declínio comercial das potências que abriram a rota, Génova e Catalunha, torna-se ainda mais evidente se tivermos em conta que não só o ponto de partida desta rota unidirecional, mas também o destino dela, Bruges, decaiu em vez de crescer⁷²⁹. Temos que ter em conta que os italianos se estrearam como os maiores fautores no comércio internacional, exactamente no período do apogeu do comércio terrestre através das feiras de Champagne⁷³⁰ e que, à época, os maiores actores do comércio internacional não eram as cidades marítimas⁷³¹. Durante o século XIII e até à primeira metade do século XIV, os italianos tinham sido igualmente os donos do comércio internacional e das finanças da Inglaterra⁷³², actuando como os banqueiros da coroa e virtualmente como um “branch of

⁷²⁷ Lopez, R.S. "Market expansion: the case of Genoa," *Journal of Economic History* 24 (1964): 446. Para o ano de 1293 as mercadorias importadas e exportadas sujeito a taxa no porto de Génova chegaram a £3,822,000 Gen; 7 vezes mais do que as receitas da coroa francesa sob Philip Augustus. As receitas para 1334 indicam um comércio de £1,806,000 Gen. No mesmo ano as taxas de Pera indicam um comércio de £1,648,000 Gen. As “outras Génovas” tinham crescido a um tamanho que se aproximava da própria pátria. Lopez, “The Trade of Medieval Europe: The South”, 355; Lewis e Runyan, *European Naval and Maritime History*, 132-133.

⁷²⁸ A penetração genovesa no Mar Negro levou a três guerras para o domínio do Bósforo (1294-1381). Uma guerra de cem anos interrompida por tréguas mais ou menos insignificantes. Șerban Papacostea e Virgil Ciocîltan, *Marea Neagră: Râspântie a drumurilor intercontinentale (1204-1453)* (Constanța: Ovidius University Press, 2007), 7; Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, 420, observa que Génova “que em 1389 tinha imposto o acordo com Portugal, em 2 de Agosto de 1440, escrevia ao rei lamentando um recontro havido com navios portugueses, considerando que tal acção era contrária à tradição e amizade entre a cidade e Portugal. (MH, VII, pp. 150-151). O tratamento que o reino lhe merecia era proporcional à importância que ganhara. Com os tempos tinham mudado!”.

⁷²⁹ O pico do mercado de Bruges parece ter sido na primeira metade do século XIV. Jan A. van Houtte, “Rise and decline of the Market of Bruges,” *Economic History Review*, second series 19 (1966): 39.; Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 3; Claster, *The Medieval Experience*, 363;

⁷³⁰ Day, *Money and Finance in the Age of Merchant Capitalism*, 23.; Brian Pullan, *A History of Early Renaissance Italy, From the Mid-Thirteenth to the Mid-Fifteenth Century* (London: Allen Lane, 1973), 169. Os mercadores tinham criado algo como uma economia interdependente ocidental centrada nas feiras de Champagne. Edward Miller, “England in the Twelfth and Thirteenth Centuries: An Economic Contrast?” *The Economic History Review* 24, No. 1 (191): 5.

⁷³¹ André-Emile Sayous, “Le commerce terrestre de Marseille au XIII^e siècle”, *Revue historique* 163 (1930): 46.

⁷³² Existia um tráfego estabelecido como o indica um contracto entre dois mercadores de Bergamo em 1237. (Patent Rolls, 1216-25, pp. 448, 472). De 1274 a 1292 os Frescobaldi de Lucca eram os maiores credores. Os

royal government”⁷³³. Muito antes do início da rota do Estreito, a lã inglesa abundava nos centros de produção da Flandres e do Norte da Itália, através do comércio terrestre e do Canal da Mancha⁷³⁴ e as redes comerciais estabelecidas eram bem funcionais⁷³⁵. Os produtos da indústria têxtil flamenga, por seu lado, eram distribuídos através das rotas terrestres para todos os cantos do continente e ainda para o Norte de África e Médio Oriente, através de Génova⁷³⁶. Se, até aos meados do século XIII, os italianos eram rivais dos mercadores flamengos, que se encarregavam de levar os têxteis para a Provença e para o Norte de Itália, na segunda metade deste século os flamengos já se limitavam a ficar em casa e todo o negócio de longo curso ficara nas mãos dos italianos, provençais e catalães⁷³⁷.

Portanto, considero que a ideia de que os italianos que, até então obtinham a lã inglesa através dos flamengos, começaram a rota do Estreito porque queriam ter acesso directo ao mercado inglês, tem pouco fundamento. Os genoveses e os outros italianos continuaram a utilizar exclusivamente os caminhos terrestres até ao início das hostilidades, na década de 1290⁷³⁸. Até o início da Guerra, a documentação sobre navios do Mediterrâneo no Mar do

italianos “had well established and privileged colonies in Bruges and London long before regular shipping connections were established” Terry, *The Financing of the Hundred Years’ war*, p. XIV, XVIII.

⁷³³ Kaeuper, “Royal Finance and the Crisis of 1297,” 105.

⁷³⁴ “La diminution très grande des risques pour les transport par terre et les garanties diverses des foires faisaient du grand commerce terrestre un vrai commerce et non, comme le commerce sur mer, une semi-spéculation”. Sayous, “Le commerce terrestre de Marseille au XIII^e siècle”, 31. Em 1294 os italianos compraram a lã de 49 dos 74 mosteiros cistercienses. Lloyd, *The Movement of Wool Prices in Medieval England*, 10; Os contactos eram contantes e rápidos. “Cloth could reach the St Ives fair in eastern England from Douai in about a week.” Nicholas, *Medieval Flanders*, 164.

⁷³⁵ *Notai Liguri del sec. XII e del XIII*, VI, *Lanfranco (1202 - 1226)*, t. 1, ed. H. C. Krueger, R. L. Reynolds (Genova: Societa Ligure di Storia Patria, 1951), no. 524. Rosso di Campo garantisce Viviano Giordano circa un pagamento da lui eseguito per conto di questo a Guglielmo di Advurcio in Londra. 28. 03. 1210; John de Gisors, *Mayor de Londres em 1245, era italiano de origem*” *Facsimile of First Volume of MS. Archives of the Worshipful Company of Grocers of the City of London, A. D. 1345-1463*, part. I, 1866, p. xi.

⁷³⁶ Da Islândia ao Báltico, do Báltico à África do Norte, ao Mar Negro, era área de difusão dos têxteis da Flandres em finais do séc. XIII. Os mercadores da Flandres em Génova encontravam-se entre os mais ricos da cidade, já em inícios do séc. XIII. Doehaerd, *L’Expansion Economique Belge*, 72-73, 77.

⁷³⁷ Durante a primeira metade do séc. XIII, os Marselheses exportavam os têxteis de Bruges, Ypres, Arras, St-Omer, Dixmude e Douai, para a África do Norte e para a Síria. Doehaerd, *L’Expansion Economique Belge*, 76.

⁷³⁸ Os genoveses desde cedo que tinham interesse no comércio entre a Flandres e a Itália, levando os panos dos Países Baixos pela rota terrestre. Robert L. Reynolds, “The Market for Northern Textiles in Genoa 1179-1200”, *Revue belge de philologie et d’histoire* 8, 3 (1929): 495-533.

Norte e no Golfo de Biscaia refere essencialmente operadores económicos empregados no comércio “local” do Golfo de Biscaia, desligados das metrópoles mediterrânicas⁷³⁹.

A partir da Inglaterra os italianos comerciavam noutras partes das Ilhas Britânicas⁷⁴⁰, antes da rota do Estreito ter sido estabelecida⁷⁴¹. Embora o comércio do Levante fosse dominado pelas potências marítimas, o continental era dominado pelas potências terrestres, como os lombardos e os florentinos⁷⁴². Portanto, não era proveito económico, no período antes da Guerra, iniciar uma nova rota marítima, rota que, em condições de paz, acarretava um risco e um preço mais elevado do que a passagem terrestre⁷⁴³. A revolução comercial já tinha chegado além da Mancha, sem para isso ter sido necessário o funcionamento da rota do Estreito⁷⁴⁴. Veneza começou a rota atlântica, depois dos catalães e dos genoveses, mas isso não a impediu de manter a sua curva ascendente enquanto a Catalunha e Génova decaíam⁷⁴⁵, atingindo uma nova fase de expansão económica nos finais do século XIV, embora até então tenha utilizado a rota terrestre para ligar o seu mercado ao norte da Europa⁷⁴⁶. O comércio marítimo aumentava os custos das operações e havia o perigo e imprevisibilidade do mar⁷⁴⁷.

⁷³⁹ Os flamengos tinham-se retirado, quer do comércio terrestre, quer do comércio da Mancha, quando os italianos se aventuraram no Atlântico. Doehaerd, *L'Expansion Economique Belge au Moyen Age*, 77-78.

⁷⁴⁰ Em Fevereiro de 1302 faliu em Florença a companhia dos Nerli, que “commerciava in Irlanda e quindi certo importava anche dall'Irlanda a Firenze”. Davidsohn, *Storia di Firenze*, III, Firenze, 1960, p. 301.

⁷⁴¹ TNA, SC 1/58/20A-D; Holmes, “A Letter from Lucca to London in 1303”, 230; A exportação de lã de Inglaterra em 1273 efectou-se 34.9% por ingleses, 24.4 % por italianos, 16.2 % por franceses e 11.2 % por brabantinos.” Nicholas, *Medieval Flanders*, 178; Segundo G. Bigwood, “Un marché de matières premières: laines d'Angleterre et marchands italiens vers la fin du XIII^e siècle”, *Annales d'Histoire Economique et Sociale* 2 (1930): 200, “o estabelecimento na Inglaterra a partir dos anos 1270 de ramos de várias empresas da Toscana, provavelmente constituiu um dos principais incentivos para a chegada de navios do Mediterrâneo. Armand Deroisy, “Les routes terrestres des laines anglaises vers la Lombardie,” *Revue du Nord* 25 (1939): 40-60 calcula que entre 1294 e 1297 os Frescobaldi exportaram 1.400 sacos, ou de 3% do total das exportações.

⁷⁴² Racine, «I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne», 484. Bonifácio VIII vendo que os embaixadores dos soberanos estrangeiros para lhe prestar homenagem eram todos florentinos exclamou: “Ces Florentins sont bien le cinquième element de l'univers”. Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LIII.

⁷⁴³ Sayous, “Le commerce terrestre de Marseille au XIII^e siècle”, 32. Louis Blancard, *Documents inédits sur le commerce de Marseille*, II (Marseille: Barlatier-Feissat, 1885), p. 376. Em 1337 Inglaterra “era praticamente o único produtor de lã usado, na Lombardia e Países Baixos. Terry, *The Financing of the Hundred Years' war*, 12.

⁷⁴⁴ Kaeuper, “Royal Finance and the Crisis of 1297”, 106. O comércio de lã inglesa atingiu o seu nível mais alto em 1304-9, com exportações anuais de 41.000 sacos. *Revue belge de Philologie et d'Histoire* 45 (1967), 1183.

⁷⁴⁵ Mackay, *Spain in the Middle Ages*, 166. Kedar, *Merchants in Crisis*, 7.

⁷⁴⁶ Depois de 1319 Veneza deixou de mandar as suas galés para Inglaterra por muitos anos. Adolf Schaube, “Die Anfänge der venezianischen Galeerenfahrten nach der Nordsee”, *Historische Zeitschrift* 101 (1908): 53-6. Só a

A presença portuguesa nos mercados do norte Atlântico e do Mediterrâneo ocidental está documentada desde os finais do século XIII, mas o ritmo deste comércio e a intensificação do tráfego acontece só com o fecho do mercado francês, situação que os soberanos portugueses decidiram aproveitar, empreendendo os esforços necessários para proteger a nova rota marítima. É evidente, portanto, que o que atraía este intenso tráfego, via Portugal, não era o mercado português em si, mas a inevitabilidade de passagem através das águas portuguesas, que serviam não só para a passagem dos navios, mas, o que era mais importante, para a respectiva paragem. Esta era feita, tanto por ser parte do itinerário, como por necessidade de abastecimento ou ainda para procurar refúgio da adversidade do mar ou dos piratas. Era este perigo que fazia a costa portuguesa passagem obrigatória, mesmo que o percurso planeado não incluísse uma paragem nos portos portugueses⁷⁴⁸.

Embora a conquista do lado norte do Estreito de Gibraltar fosse um factor positivo, não teve efeitos importantes, porque não era o melhor modo de ligação do Norte da Europa com o Mediterrâneo. O crescimento económico e o desenvolvimento da marinha portuguesa começaria a evidenciar-se só quase um século depois, ou seja, na segunda metade do século XIV. A importância económica desta abertura para Portugal só vem a ser palpável no processo da ruptura que resultou da quebra do equilíbrio, após o início da Guerra.

partir dos anos 1380 é que a rota marítima entre Veneza e Flandres foi utilizada tão regularmente como a rota terrestre dos Alpes. Kedar, *Merchants in Crisis*, 11.

⁷⁴⁷ Sayous, “Le commerce terrestre de Marseille au XIII^e siècle”, 38.

⁷⁴⁸ Qualquer vantagem económica resultante do aperfeiçoamento das técnicas de construção de navios e de navegação, desfazia-se perante os efeitos devastadores que o clima de guerra no mar impunha. Ian Friel, “Winds of Change? Ships and the Hundred Years War”, in *Arms, Armies and Fortifications in the Hundred Years Wars*, ed. Anne Curry e Michael Hughes (Woodbridge: The Boydell Press, 1994), 192-193.

1.3.O declínio das feiras de Champagne e a abertura das rotas transalpinas

Retomamos a deslocação do comércio das Feiras de Champagne e da França para a rota marítima, via Estreito, interrogando, mais uma vez, se tal aconteceu devido à Guerra dos Cem Anos e às hostilidades que a precederam ou à rentabilidade económica da nova rota⁷⁴⁹. Mackay põe em dúvida a hipótese do transporte marítimo ser sempre mais económico e eficaz do que o terrestre⁷⁵⁰. Porém, não podemos esquecer que o transporte terrestre raramente deixava registos escritos, por ser tanto e tão comum que não conseguia registar-se todo⁷⁵¹. Temos que aceitar que a comparação entre as vantagens da rota terrestre e da marítima contem um problema muito importante, que é difícil de superar. Este problema reside no facto de estarmos a comparar dois tipos diferentes de transporte, que se desenvolvem em dois espaços igualmente longínquos. Os que defendem a superioridade duma sobre a outra têm bastante razões para apoiar a sua escolha. A comparação entre duas opções que pertencem à mesma tipologia do transporte, facilita a tarefa.

A deslocação das rotas comerciais das planícies da França para as passagens montanhosas e perigosas dos Alpes não obedece a nenhuma lógica económica e muito menos quando esta deslocação acontece num período considerado como “little Ice Age”⁷⁵². O caminho dos Alpes entre o norte da Itália e a Flandres, além de ser a passagem mais difícil e perigosa do

⁷⁴⁹ Só a partir da segunda metade do séc XIII é que se testemunha a activação das rotas que passavam por Simplon e Saint-Gothard. Pierre Racine, “Le col du Saint-Gothard, maillon du grand commerce international (1260-1320)”, in *Montagnes médiévales, XXIV Congrès de la SHMES*, Chambéry, 23-25 mai 2003- *Société des historiens médiévistes de l’Enseignement supérieur public* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2004), 63-64.

⁷⁵⁰ Angus Mackay, “Comercio/Mercado interior y la expansión económica del siglo XV,” in *Actas del II Coloquio de Historia Medieval Andaluza: Hacienda y Comercio (Sevilla, 8-10 de Abril, 1981)* (Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1982), 113-114.

⁷⁵¹ A falta de administração alfandegária entre Portugal e Castela diminuía o número dos registos do comércio terrestre. Mackay, *Money, Prices and Politics in Fifteenth Century Castile*, 9.; Miguel-Angel Ladero Quesada, *Las Ferias de Castilla siglos XII a XV* (Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 1994), 100-101; *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 44.; Fonseca, “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares,” 545. Existiam no entanto os “portos secos”, locais de passagem obrigatória das mercadorias. Isabel Vaz Freitas, *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006, 169-230.

⁷⁵² “Il est des lors curieux que la laine parvienne alors a Milan par la route terrestre. Il est bien connu que les transports par voie maritime reviennent bien moins cher que les transports par terre”. (Deroisy, “Les routes terrestres des laines anglaises,” 40-60.) Racine, “Le col du Saint-Gothard,” 79.

continente, era também mais longa do que a passagem via França⁷⁵³. Mas mesmo assim rivalizou e substituiu a rota francesa. O factor que determinou isto foi a Guerra dos Cem Anos e não o facto da rota ser mais rápida e mais barata⁷⁵⁴. Se as vantagens da rota marítima eram muito maiores do que as da rota terrestre através das planícies da França, como se explica que os mercadores tivessem abandonado as planícies da Champagne⁷⁵⁵ para se aventurarem nas montanhas dos Alpes, o massiço mais alto e mais difícil do continente⁷⁵⁶? Havia alguma lógica em tudo isto? Se as feiras de Champagne se situavam a meio caminho entre o norte e o sul⁷⁵⁷, como é possível que os mercadores tenham optado por escolher caminhos terrestres mais difíceis e mais longos?

Do Norte de Itália para a França e Borgonha, quatro vias principais dominavam a geografia das ligações terrestres. Ao longo da costa, a via romana que ligava Génova a Marselha era uma delas. Nos Alpes ocidentais, três passagens tinham grande importância. Duas destas ligavam Turim, através de Susa, com o vale do Ródano⁷⁵⁸. A passagem de Mont Cenis,

⁷⁵³ Nem os Celtas nem os Romanos com excepção do Le Mons Poeninus/ Mons Jovis (Grant-Saint-Bernard) se preocuparam em nomear os picos dos Alpes. Nem mesmo o conjunto dos Alpes não são descritas nem mencionados quando se descreve o espaço europeu. “La prise de possession par la toponymie est un phénomène lié à la modernité et à la “découverte” des Alpes”, Georges Comet, “Montagnes médiévales, qu’est-ce à dire?”, in *Montagnes médiévales, XXIVe Congrès de la SHMES* (Paris, 2004), 12.

⁷⁵⁴ Segundo Van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 101, a Guerra dos Cem Anos causou tanta insegurança, tanto no mar como na rota terrestre francesa que o tráfego passou dos Alpes francesas para os passagens alpinas austríacas e suíças. O rápido crescimento de Veneza, em vez de Génova como parceiro comercial dos Países Baixos deve ter sido uma causa ou uma consequência desta. R. S. Lopez comparando os lucros do comércio terrestre e do comércio marítimo afirma que o primeiro é praticado por um número maior de pessoas porque não é preciso muito capital. R. S. López, *Naissance de l’Europe* (Paris: Librairie Armand Collin, 1962), 304.

⁷⁵⁵ Troyes (2 vezes por ano) encontra-se numa altitude de 118m sobre o nível do mar. Provins, (2 vezes por ano) está situada numa altitude média de 91 m. Lagny-sur-Marne, (uma vez por ano) a uma altura entre 37m e 112m, a 28 km a leste de Paris. Bar-sur-Aube (uma vez por ano), numa altura entre 156- 348. A passagem de St Gothard esta situado numa altura de 2106 m e é 26 km longo. (britannica.com, 01.05.2012). Brenner, é a mais baixa das passagens, a 1370m, mas é ao mesmo tempo a mais oriental. (en.wikipedia.org). A passagem de Mont Cenis tem 2081 m de altura. A passagem de Grand San Bernardo é, de 2469m. Esta passagem está sobre a linha de madeira e actualmente tem uma temperatura alta média abaixo de zero, durante seis meses de Novembro (-1.9 C° até Abril (-1.9), e com temperatura mínima média abaixo de zero durante oito meses, entre Outubro e Maio chegando a ter temperaturas entre -6 C° a -10° C durante os meses de Dezembro até Março. en. wikipedia.org. dados do ano 2008-2009.

⁷⁵⁶ Guido Castelnuovo, “Les Alpes et leurs dangers”, in *Le calamità ambientali nel tardo medioevo europeo: realtà, percezioni, reazioni*, ed. M. Matheus, G. Piccinni, G. Pinto, G. M. Varanini, coloquio internazionale, San Miniato, maggio-giugno 2008, (Firenze: Firenze University Press, 2010), pp. 299-317.

⁷⁵⁷ Doehaerd, *L’Expansion Economique Belge au Moyen Age*, 70.

⁷⁵⁸ J. N. L. Baker, *Medieval Trade Routes* (London: G. Bell and Sons, 1938), 9.

conjuntamente com a de St. Bernard são consideradas as passagens mais importantes dos Alpes ocidentais, durante a Idade Média⁷⁵⁹. A passagem de St. Bernard tinha outras vantagens porque ligava Aosta a Martigny e ao Lago de Gêneve⁷⁶⁰. Daqui podia-se viajar na direcção ocidental para o vale do Ródano e para Lyon, assim como na direcção norte-occidental para Paris, ou em direcção norte-oriental para o Reno, através de Basileia. As passagens do lado ocidental davam acesso ao vale do Ródano e ao vale superior do Reno, em Basileia⁷⁶¹, conduzindo a Paris e, de lá, para a Flandres. Estas rotas atravessavam assim a região de Champagne, que ficava a meio caminho entre a Flandres e a Lombardia⁷⁶².

Nos Alpes centrais, três passagens tinham especial importância. A passagem através de St. Gothard, que não estava ainda aberta até aos inícios do século XIII e que ligava Milão, Como e Bellinzona a St. Gotthard e daqui, através do vale do Reuss, ia em direcção ao norte até ao vale do Reno, perto de Basileia⁷⁶³. A leste desta ficava a passagem de Septimer, que ligava Milão à Alemanha⁷⁶⁴. Levava ao Lago Constança, de onde se podia passar o Reno em Basileia, ou ao Danúbio. Entre este dois, situava-se a passagem de Lukmanier⁷⁶⁵, aberta nos finais da Idade Média. Seguia a rota de St. Gothard, de Milão a Biasca e de lá passava ao vale

⁷⁵⁹ Favier, *Gold and Spices*, 30; Os itinerários de Saint-Gothard e o do Grand-Saint-Bernard, começam a ser utilizados pelos mercadores só a partir da segunda metade do séc. XIII. Racine, "Le col du Saint-Gothard," 68.

⁷⁶⁰ Os domínios do Duque de Borgonha estendiam-se ao longo das rotas comerciais mais importantes da Europa, indo de Zuider Zee a Gêneve, numa extensão de 500 milhas. Weightman, *Margaret of York*, 61; O crescimento económico de Gêneve está ligado à deslocação das vias de comércio durante a Guerra. Gêneve começou a sua ascensão no séc. XIV e chegou ao seu apogeu no séc. XV com quatro feiras anuais. Gerald A. J. Hodgett, *A Social and Economic History of Medieval Europe* (London: Methuen, 1972), 83.

⁷⁶¹ *VSDM Reg. XXIV (1347-1349)*, vol. 11, doc., 504, Janeiro de 1348, ff. 54v-55r, pp. 222-223. "multe balle nostrorum fidelium euntes in Flandriam et inde redeuntes per caminum Basle errant impedit et arrestate in dicto camino et propterea foret ad dictas partes missus Iohannes Vido notaries curie."

⁷⁶² Baker, *Medieval Trade Routes*, 10.

⁷⁶³ "La route du Gothard est bien devenue l'un des poumons de la ville lombarde". No entanto, só a partir do fim do século, que toma o seu pleno valor com as transformações económicas e políticas que ocorrem no norte da Itália entre 1270 e 1320. Racine, "Le col du Saint-Gothard," 80.

⁷⁶⁴ Em 1318 uma companhia florentina importando panos franceses pagou menos transporte por milha de Paris a Marselha do que por mar de Marselha a Pisa, o que indica o progresso a que o transporte terrestre tinha chegado. A nova conjuntura económica permitiu aos suíços construir novos caminhos entre os quais estava o caminho para carrinhos de roda através do Monte Settimo. R. S. Lopez, "The Evolution of Land Transport in the Middle Ages," *Past and Present* 9, (April 1956): 28.

⁷⁶⁵ Passo del Lucomagno, Altura 1915 m.

superior do Reno⁷⁶⁶. A posição central do ducado da Borgonha nestas rotas, entre as passagens ocidentais e centrais, deu aos duques excelentes oportunidades económicas, tornando a Borgonha num dos estados mais prósperos da Europa⁷⁶⁷.

Das passagens orientais, a mais importante era a de Brenner. Duas rotas conduziam a esta passagem. A mais direta era através do vale de Adige, de Verona a Trento e de Botzen, conduzindo a Insbruck e a Ausburg. Daqui podia-se chegar ao Danúbio, atravessando Ulm. A importância desta rota residia no facto de que através dela se podia chegar a todas as partes do sul da Germânia e da Boémia. A leste de passagem de Brenner havia dois sistemas de comunicação, através de Pontebba: uma parte seguia para norte, chegando a Salzburg e ao Danúbio, em Passau, e outra seguia para leste, chegando a Klagenfurt e ao Danúbio⁷⁶⁸.

Uma das características comuns a estas passagens é que todas convergiam na planície da Lombardia, numa direcção; e na outra ponta conduziam a todas as partes da Europa centro-occidental⁷⁶⁹. Esta centralidade da Lombardia e de Milão, em relação às novas rotas terrestres que ligavam o norte da Europa e o norte da Itália, serviu a Milão para começar uma política de expansão económica e territorial e poder assumir-se como uma das excepções à crise dos finais da Idade Média⁷⁷⁰. Estes caminhos serviam não apenas os mercadores italianos, mas também os mercadores transalpinos, especialmente os alemães para poderem atingir as

⁷⁶⁶ Baker, *Medieval Trade Routes*, 10.; Altura 2310 m

⁷⁶⁷ Vaughan, *John the Fearless*, 261-262. Weightman, *Margaret of York*, 61.; Vaughan, *Philip the Good*, p. 271. Um conjunto de rotas importantes do interior da Europa desembocam no Mar do Norte através do delta de Rhine/Maas, e que conduziam ao lado oposto para o vale do Reno e através das passagens alpinas acabavam na Itália. Davis, "The Rise of Antwerp and its English Connection," 3.

⁷⁶⁸ Baker, *Medieval Trade Routes*, 10-11.

⁷⁶⁹ Em 26 de Março de 1299, o imperador Albert de Habsbourg concede aos mercadores de Lombardia, de Toscana e de Roma livre passagem no bispado de Basel e Murbach, no ducado de Lorraine, nos condados de Bar, Ferrette et Hainbourg. Ettore Verga, *La Camera dei mercanti di Milano nei secoli passati* (Milano: Tipografia Umberto Allegrretti, 1914), 7. O texto contém disposições importantes sobre a manutenção e segurança dos caminhos e das pontes. Schulte, *Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien*, vol. 2., n.º 2, p. 3; Racine, "Le col du Saint-Gothard," 70.

⁷⁷⁰ Até 1250, os milaneses frequentavam Genova, mas a partir da metade do século esta presença diminui. Nos anos 1270-1280 torna-se efectiva a reversão da política comercial de Milão para o norte pela rota do Simplon e Gotthard, para o fornecimento de matérias-primas, incluindo a lã. Racine, "Le col du Saint-Gothard," 73-77.

cidades da Itália do norte⁷⁷¹. Quando, em inícios do século XV, Veneza prosseguia a sua política de expansão territorial⁷⁷² e estava em conflito com o imperador Sigismundo por causa de Friuli, as cidades alemãs mobilizaram-se para pôr fim a este conflito, porque estava a prejudicar o comércio entre os dois lados dos Alpes⁷⁷³.

A importância destes caminhos alpinos aumentou ainda mais depois do início da Guerra dos Cem Anos, sendo que serviam como rotas alternativas às rotas francesas devastadas pela Guerra⁷⁷⁴. Também o número de alemães que comerciavam com Veneza aumentou consideravelmente durante a Guerra⁷⁷⁵. Esta importância torna-se mais clara se tivermos em conta que a rota via Portugal canalizava apenas uma parte das mercadorias que Veneza trazia da costa meridional do Mediterrâneo⁷⁷⁶.

A escolha duma ou de outra rota dependia também do tipo das mercadorias que se comerciavam. Assim, as mercadorias de muito valor e os produtos de luxo, durante os anos da guerra, foram transportadas pela via terrestre⁷⁷⁷ porque, supostamente, podiam “soportare gli oneri della via terrestre”⁷⁷⁸. Van Houtte pensa que o rápido crescimento de Veneza como

⁷⁷¹ *VSDM Reg. XXIV (1347-1349)*, vol. 11, doc., 506, 10 de Janeiro de 1348.

⁷⁷² A expansão na terraferma foi impulsionado pela necessidade de proteger as rotas comerciais e para contrariar a política expansionista de Milão. Denis Romano, *The Likeness of Venice, A Life of Doge Francesco Foscari 1373-1457* (New Haven and London: Yale University Press, 2007), 78.

⁷⁷³ John Law, “Venice and the Problem of Sovereignty in the Patria del Friuli, 1421”, in *Florence and Italy. Renaissance Studies in Honour of Nicolai Rubinstein*, 136. Em 1401 Milão ofereceu 100,000 ducados para escolher um candidato Visconti. John Law, “Venice and the Problem of Sovereignty in the Patria del Friuli, 1421”, p. 137. Os mercadores do norte da Europa eram chamados oltramontani na Itália. Mario Battistini, *La confrérie de Sainte-Barbe des flammands a Florence. Documents relatifs aux tisserands et aux tapissiers* (Bruxelles: Maurice Lamertin, Libraire-Éditeur, 1931), 7.

⁷⁷⁴ *Consiglio dei Dieci, Deliberazioni Miste. Registri I-II. (1310-1325)*, A cura di Ferruccio Zago (Veneza: Il Comitato Editore, 1962), pp. 73, 104.

⁷⁷⁵ Assim o Fondacco dei Tedeschi, ampliado em 1319, foi novamente ampliado em 1372 e em 1401. Kedar, *Merchants in Crisis*, 14. O Fondaco era uma ligação entre o leste e o oeste, entre o Mediterrâneo e as cidades da Alta Alemanha. Michel Mollat, *Europe and the Sea*, 81.

⁷⁷⁶ Nos anos 1390. as mercadorias que se carregavam de Veneza para Flandres eram só 28% das importações venezianas dos portos do Levante. Kedar, *Merchants in Crisis*, 15.

⁷⁷⁷ Wendy R. Childs, “Cloth of Gold and Gold Thread: Luxury Imports to England in the Fourteenth Century”, in *War, Government and Aristocracy in the British Isles, c. 1150-1500. Essays in Honour of Michael Prestwich*, ed. Chris Given-Wilson, Ann Kettle, Len Scales (Woodbridge: The Boydell Press, 2008), 271.

⁷⁷⁸ Jacques Heers, “Rivalité ou collaboration de la terre et de l’eau? Position générale des problèmes,” in *Les grandes voies maritimes dans le monde, XVe-XIXe*, 7^e Colloque de la Commission Internationale d’Histoire Maritime (Paris: SEVPEN, 1965), p. 46.

“trading partner” dos Países Baixos, mais do que Génova poderá ter sido causa ou efeito da deslocação do tráfego comercial da França, em direcção às passagens alpinas⁷⁷⁹. Para D. Nicholas, o início da Guerra dos Cem Anos determinou o declínio da Flandres e a assunção de papel central do Brabante, que estava não só mais longe da Guerra, mas também melhor posicionado para comunicar com o mercado italiano, através do Reno e dos Alpes⁷⁸⁰. M. Malowist, por seu lado, tem sublinhado a importância que teve para Brabante a ligação terrestre com áreas tão longínquas como a Polónia e a Lituânia⁷⁸¹. Mesmo no caso de Bruges, Van Houtte argumenta que foi o seu papel intermediário no comércio terrestre, entre a Inglaterra e os mercados germânicos, que lhe deu o carácter de empório internacional⁷⁸². Semelhante parecer emitiu J. Paviot sobre o conjunto do Ducado da Borgonha⁷⁸³.

Embora não possamos omitir o papel negativo que no comércio terrestre tinham os direitos alfandegários e de passagem, em vários pontos dos percursos comerciais, a verdade é que eles muitas vezes eram relativamente baixos e consistiam em simples direitos de passagem, mais do que em barreiras protecionistas⁷⁸⁴. O mercado terrestre oferecia diversas oportunidades

⁷⁷⁹ Van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 100-101. Um poeta dos inícios do séc. XV diz: “Venexia franca, del mondo corona,/ Donna del mare, del pian e del monte... /.” Molmenti, *Venice its Individual Growth from the Earliest Beginnings*, I, 128. *Le livre de la description des Pays/ de Gilles le Bouvier, dit Berry*, p. 64: “en vèrité je croy que c’est la plus riche cite de crestienté, et où il y a plus d’or et de marchandises. Ces Véniciens sont moult grans seigneurs, car il[s] ont moult de païs en mer et en terre ferme.”

⁷⁸⁰ Nicholas, *Medieval Flanders*, 274. A importância do afastamento do teatro da Guerra e a situação perto do Reno, que se tornou a via de comunicação entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo, permitiu o esplendor económico e a sobrevivência política da Borgonha. Vaughan, *Valois Burgundy*, 52.

⁷⁸¹ Sobre a aparição da Lituânia no mapa económico do continente veja-se S.C. Rowell, *Lithuania ascending. A pagan empire within east-central Europe 1295-1345*. Cambridge University Press 1994. O estado chegou ao apogeu sob Vytautas o Grande, (1392-1430). Van Loewe, Karl “Commerce and agriculture in Lithuania, 1400-1600,” *Economic History Review* 2nd series 26:23-37 (1973), p. 23.

⁷⁸² J. A. Van Houtte, «Bruges et Anvers, marchés «nationaux» ou «internationaux» du XIV au XV siècle», *Revue du Nord* 34, (1952): 101. A sua localização em relação às rotas terrestres do comércio internacional favoreceu Brabante especialmente durante a agitação política e as dificuldades económicas na Flandres. Malowist, “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap au cours du XIV^e et du XV^e siècle”, 56.

⁷⁸³ Paviot, *La politique navale des ducs de Bourgogne*, 10.

⁷⁸⁴ Robert-Henri Bautier, «Les relations commerciales entre l’Europe et l’Afrique du Nord et l’équilibre économique méditerranéen du XIII^e au XIV^e siècle», *Bulletin philologique et historique*, (1953-1954), 413. Eram os genoveses que dominavam o comércio marítimo de Ceuta em 1415. Peter Russell, *Prince Henry “the Navigator”*. A Life (New Haven and London: Yale University Press, 2000), 37; Francesca Girardi, *Venezia e il regno di Tunis. Gli accordi diplomatici conclusi fra il 1231 e il 1456* (Roma: Viella, 2006), 7-11, analisa 10 acordos entre Veneza e Tunis entre 1231-1456. Em Tunis e em Bugia mercadores de Barcelona exploravam um mercado virtualmente colonial. Thomas N. Bisson, *The Medieval Crown of Aragon. A Short History* (Oxford,

em cada passo e de cidade em cidade⁷⁸⁵. Ao contrário, o comércio marítimo, pelo menos até à adaptação das economias portuguesas, valencianas e castelhanas às novas rotas, passava por um «deserto azul»⁷⁸⁶. A importância da Guerra na deslocação das rotas comerciais pode ver-se no facto de, embora Génova tivesse sido o primeiro estado a começar o envio das frotas anuais, estas apenas continuaram até aos meados do século XIV. Como explicar este recuo comercial senão com as dificuldades que a economia genovesa começou a sentir com a Guerra⁷⁸⁷? A nova rota começou a ser utilizada por causa da perturbação das rotas terrestres até então utilizadas. Portanto, este acontecimento é um sintoma da crise do comércio e é consequência da perturbação que afectou o mundo comercial europeu, com os inícios das hostilidades entre franceses e ingleses. A Revolução Comercial do século XIII na Europa tinha como artérias as rotas terrestres. A utilização da rota marítima, de facto, coincidiu com a crise do comércio⁷⁸⁸.

Clarendon Press, 1986), 170; David Abulafia, "Catalan Merchants and the Western Mediterranean, 1236-1300: Studies in the Notarial Acts of Barcelona and Sicily," *Viator* 16, (1985): 226, 209-210.

⁷⁸⁵ Nas cidades italianas do norte assim como em Paris e Bruges, havia feira todos os dias. Em 1336 a companhia florentina dos Peruzzi contava 86 feitores repartidos por 17 sucursais em várias cidades de Itália, França e Flandres López, *Naissance de l'Europe*, 304-305.

⁷⁸⁶ Adão da Fonseca afirma, que, até meados do século XIV, o comércio marítimo português tinha um escasso significado, continuando o reino a ser uma região periférica. Fonseca, *Portugal entre dos mares*, 51.

⁷⁸⁷ Federigo Melis, *I trasporti e le comunicazioni nel Medioevo*, (Firenze: Le Monnier, 1984), 7. «As tentativas de irradiação mediterrânea para o Oceano, entre 1270 e o meio de Trezentos, fracassam irremediavelmente» Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, I, 12.

⁷⁸⁸ Bautier, "Les grands problemes politiques et economiques," 23, diz que embora a início da rota de Flandres foi um triunfo para a Europa, este se produz no momento em que a conjuntura económica se há invertido.

1.4.A destruição do papel da França como intermediário nas rotas do comércio

Desde os finais do século XIII, a França não conseguiu exercer a sua hegemonia como tinha acontecido desde o reinado de Philippe Augustus e até ao tempo de Philippe IV, (1285-1314). Esta situação de fraqueza tornou-se ainda mais visível durante os anos da Guerra, tempo em que a França, que era um país muito maior e mais rico do que a Inglaterra, não conseguiu repelir a agressão inglesa⁷⁸⁹. O poder político dos reis franceses tinha sido tal que Philippe IV, que tinha influenciado tanto a destruição da Ordem do Templo, chegou a ordenar uma ordem de prisão ao próprio Papa Bonifácio VIII (1294-1303)⁷⁹⁰. Em 1328, uma inquirição oficial mostrou que mais de três quartos do território fazia parte do domínio directo do rei⁷⁹¹.

Em Abril de 1335, Filipe VI pressionou o Papa Benedito XII a doar-lhe uma parte do dinheiro que se tinha juntado para uma nova cruzada, pedido que o Papa não terá satisfeito⁷⁹². Até 1340, Filipe VI respeitou esta decisão, mas perante as necessidades de financiar a Guerra, na primavera deste ano não hesitou em apropriou-se das dízimas da cruzada⁷⁹³. Mas a Guerra mostrou as fraquezas da França⁷⁹⁴ e o paradoxo foi que um país grande e rico como França acabou por ser invadido por um país mais pequeno⁷⁹⁵.

⁷⁸⁹ Pirenne, *A History of Europe*, 422.

⁷⁹⁰ O Papado manifestou o optimismo da época proclamando o Jubileu do ano 1300. Um milhão de peregrinos visitou Roma. Backman, *The Worlds of Medieval Europe*, 387. No início do séc. XIV o controlo da coroa sobre a Igreja na França apertou. Michael Jones, "The last Capetians and early Valois kings, 1314-1364," in *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*, ed. Michael Jones, VI (Cambridge University Press, 2000), 418.

⁷⁹¹ Robert S. Lopez, *The Birth of Europe* (London: Phoenix House, 1966), 325; Todos os Papas de Clemente V a Urbano V eram ex-funcionários reais ou clérigos franceses. Desde Philip IV as dízimas foram cobradas como impostos reais ou nacionais, em vez de impostos eclesiásticos. Jones, "The last Capetians and early Valois kings, 1314-1364", 418-419.

⁷⁹² Francesco Giunta, "Benedetto XII e la crociata," *Anuario de Estudios Medievales* 3 (1966): 222, afirma: «egli, tornava a chiedere al pontefice il permesso di servirsi delle somme raccolte in Francia per l'impresa».

⁷⁹³ Filipe VI no entanto prometia a restituir tudo seis anos depois da guerra em curso! Giunta, "Benedetto XII e la crociata," 226.

⁷⁹⁴ Black, *Convergence or Divergence? Britain and the Continent*, 82; Anne Curry, "The Hundred Years War", in *The Short Oxford History of France: France in the Later Middle Ages 1200-1500*, ed. David Potter (Oxford University Press, 2002), 110.; Wright, *Knights and Peasants*, 127.

⁷⁹⁵ O facto de a França do séc. XIV com 20 milhões de habitantes, ter sido invadida, e vencida por um país de 2 ou 3 milhões desafia a imaginação. Meeüs, *History of the Belgians*, 79.

A situação de Guerra, portanto, teve efeitos múltiplos, um dos quais foi o abandono da França como centro intermediário nas redes comerciais e, consequentemente, o seu declínio económico⁷⁹⁶. A Guerra influenciou não só as rotas comerciais internacionais, que passavam por França, mas contribuiu também para a destruição da rede do comércio local, que antes se encontrava muito desenvolvido⁷⁹⁷. O declínio demográfico durante o mesmo período e também no da Peste Negra, foi excepcional⁷⁹⁸. A destruição sistemática foi uma das táticas perseguidas, primeiro pelos ingleses e depois também pela actividade anárquica dos bandos e pelos conflitos civis⁷⁹⁹. A prática das *chevauchée*, que Froissart descreve como acções realizadas não com a intenção de vencer o inimigo na batalha, mas para desmoralizar os súbditos, tornou-se normal, alargando assim os efeitos das batalhas directas⁸⁰⁰.

A Guerra prolongada está, pois, relacionada com a diminuição do volume do comércio de trânsito, e com a redução da circulação de mercadorias, a nível mais local⁸⁰¹, contribuindo

⁷⁹⁶ Contamine “La guerre de Cent ans en France: une approche économique” 131, reconhece que “c’est donc relativement tard, entre 1950 et 1960, que se sont imposées aux médiévistes français les notions de “grande dépression”, “temps difficiles”, “resserrement”, “contraction”, “mutation longue”, où les guerres, et spécialement la guerre de Cent ans, viennent naturellement s’inscrire mais comme un élément parmi d’autres”.

⁷⁹⁷ A guerra só poderia desacelerar a atividade económica geral por causa das múltiplas barreiras que se colocavam. Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 145.

⁷⁹⁸ Os registos de Normandy-Beaumont-de-Roger referem que a população existente em 1313 conte mais de cem mil pessoas, nível alcançado por essa região só no séc. XX. Backman, *The Worlds of Medieval Europe*, 372; Sobre as tendências de recuperação dos efeitos da Peste e da Guerra veja-se: Robert Boutruche, *La Crise d’une Société. Seigneurs et Paysans du Bordelais pendant la Guerre de Cent Ans* (Paris: Les Belles Lettres, 1947), 164-231; Guy Fourquin, *Les Campagnes de la Région Parisienne à la Fin du Moyen Age* (Paris: Presses Universitaires de France, 1964), 209-332; Michel Le Mené, *Les Campagnes Angevines à la Fin du Moyen Age (vers 1350-vers 1530): étude économique* (Nantes: Cid, 1982), 193-268.

⁷⁹⁹ A devastação foi realizada numa frente ampla de cerca de quinze a vinte milhas ao redor da linha de marcha. Ayton, “The Battle of Crécy: Context and Significance”, 3; C. J. Rogers, “By fire and sword: bellum hostile and “civilians” in the Hundred Years War”, in *Civilians in the Path of War*, ed. M. Grimsley and C. J. Rogers (Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2002), 33-78. Depois da batalha de Crécy, Jean le Bel, garantiu que as devastações eram tais que “não havia pessoa no mundo que pudesse imaginar ou acreditar”. Veja-se também Guillaume Mollat, “Les desastres de la guerre de Cent ans en Bretagne”, in *Annales de Bretagne* 26, (1910-1911): 168-177; Boutruche, *La crise d’une société*; Wolff, *Commerces et marchands de Toulouse*. Para uma visão de conjunto Georges Duby, *L’économie rurale et la vie des campagnes dans l’Occident medieval (France, Angleterre, Empire, IXe-XVe siècles)*, 2 vols, Paris 1962.

⁸⁰⁰ Froissart, *Chroniques*, IV, 389-392, 395-396. C. T. Allmand (ed.), *Society at War. The Experience of England and France During the Hundred Years War*, 104. Trata-se da conhecida política de terra queimada. Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 146.

⁸⁰¹ “a guerra prolongada em vastas regiões podia abalar toda a economia de um país”. Margaret Ashton *O século XV* (Lisboa: Verbo, 1968), 22.

assim para o incremento da frequência dos periodos de carência⁸⁰². Nas palavras de Ph. Contamine, a França inteira tornou-se “pays de frontière”⁸⁰³. As feiras de Champagne decaíram por causa da insegurança das rotas comerciais e, nos séculos XIV-XV, as rotas que serviam antes como artérias de comunicação foram fechadas⁸⁰⁴. Os dados sobre o comércio através da rota do Estreito, para 1336-1338, mostram um elevadíssimo nível de tráfego, exactamente por causa da impossibilidade de seguir o caminho terrestre⁸⁰⁵. Em estreita relação com isto, a exportação do vinho da Gasconha diminuiu, reduzindo para menos de um quarto dos níveis anteriores⁸⁰⁶.

⁸⁰² Monique Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale autour de 1300,” 673.

⁸⁰³ Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 133.

⁸⁰⁴ Ao contrário da coroa francesa, os condes de Champagne tentaram oferecer o máximo de segurança para o um nível minimal de impostos. Reynolds, *Europe Emerges*, 203, 204.

⁸⁰⁵ Saponi, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. XXXVIII.

⁸⁰⁶ Hutchinson, *Medieval Ships and Shipping*, 78.

1.5.A Guerra dos Cem Anos e a descentralização do comércio nos séculos XIV-XV

M. Małowist, comparando a história ou as histórias económicas dos vários países europeus nos séculos XIV e XV, utiliza a palavra “democratização” do grande comércio internacional⁸⁰⁷ para explicar que, numa altura em que uns países passavam um período de recessão, outros, como a Holanda⁸⁰⁸, a Polónia⁸⁰⁹, as zonas costeiras do Báltico⁸¹⁰, a Rússia⁸¹¹, Castela e Portugal⁸¹², usufruíam de um tempo de progresso económico. Podemos dizer que a situação que Małowist descreve corresponde a uma descentralização do comércio do continente, passando de um comércio concentrado no eixo central geográfico da Europa, para um comércio rectangular, que se circunscreve ao centro geográfico que estava em plena guerra e desordem.

Assim, em vez do comércio centrado entre a Flandres, a França do Sul (Provença) e do leste (Champagne), a Catalunha, e o norte da Itália, temos um comércio disperso⁸¹³,

⁸⁰⁷ “aux XIV^e et XV^e siècles, il y a eu une “democratisation” (si je puis employer ce terme) du grand commerce international”. Małowist, “Les mouvements d’expansion en Europe aux XV^e et XVI^e siècles,” 217.

⁸⁰⁸ Małowist, “L’expansion économique des Hollandais dans le bassin de la Baltique”, 100.

⁸⁰⁹ A presença de genoveses na Polónia está atestada a partir de 1306, quase um século antes do aparecimento dos venezianos. Kedar, *Merchants in Crisis*, 11. Vemos no caso da Polónia e na sua marginalidade nas redes comerciais europeias, uma clara semelhança cronológica com Portugal. Sobre a ascensão política da Polónia veja-se Paul W. Knoll, *The rise of the Polish monarchy. Piast Poland in east-central Europe, 1320-1370* (Chicago and London: University of Chicago Press, 1972). Segundo F. W. Carter, *Trade and Urban Development in Poland: An Economic Geography of Cracow, from its origins to 1795* (Cambridge University Press, 1994), 4, os séculos XIII e XIV na Polónia foram um período de prosperidade económica. Isto foi evidenciado pela reforma da Constituição do país, o aumento da rede urbana, o desenvolvimento da arquitectura monumental e a colonização das áreas florestais”.

⁸¹⁰ Marian Małowist, “L’inégalité du développement économique en Europe au bas Moyen Age”, in *Croissance et régression in Europe*, 48-49. Sobre o aumento demográfico e a expansão da agricultura na Finlândia nos séc. XIV-XV veja-se Eljas Orrman, “The progress of settlement in Finland during the late Middle Ages,” *Scandinavian Economic History Review* 29:129-143 (1981), p. 29. Segundo o autor, nos finais da Idade Média, tanto as áreas do interior, como todos os distritos do litoral tinham sido definitivamente colonizadas.

⁸¹¹ Na Rússia durante a segunda metade do séc. XIV e durante o séc. XV, as consequências económicas e demográficas das invasões mongóis foram ultrapassadas testemunhando-se um notável progresso da agricultura no Alto Volga e Oka e um movimento vigoroso de assentamento no Nordeste da Rússia. Małowist, “L’inégalité du développement économique en Europe,” 50, 52.

⁸¹² Segundo Bautier, *Economic Development of Medieval Europe*, 172, o desenvolvimento económico continuou nas regiões que tinham sido menos afectadas pelo avanço anterior. O séc. XIV e os inícios do séc. XV marcam o apogeu da Hansa. Ao mesmo tempo a Escandinávia, a Boémia, a Polónia, a Hungria, e Portugal, entraram no grupo de países economicamente significativos.

⁸¹³ Ou seja, a substituição do triângulo das principais rotas terrestres do século XIII por uma rede de rotas do século XV irradiando para fora do sul da Alemanha. Spufford, “Trade in Fourteenth-Century Europe,” 182.

descentralizado ou mesmo “democratizado”⁸¹⁴, que circumscreve o centro anterior em quatro linhas, que correm em duas direções paralelas: a direção este-oeste no norte do centro, que é o comércio báltico, dominado pela Hansa e, mais tarde, pelos holandeses⁸¹⁵; paralelamente com este, mas ao sul do centro anterior, ficava o comércio do Mediterrâneo, que prosperava na direção este-oeste deste mar. Acresce referir o comércio que corria nos dois lados do centro, mas, neste caso, na direção sul-norte, que se representa, por um lado, pelo comércio via Portugal, entre Gibraltar e a Mancha e, por outro lado oposto do centro, mas na mesma direção, o comércio que decorria entre a Lombardia, através dos Alpes para a Alemanha e para a Europa de Leste⁸¹⁶.

Nesta geografia dispersa rectangular das rotas comerciais, dois pontos especialmente recebiam o maior numero deste tráfego: a Flandres⁸¹⁷ (e mais tarde a Holanda) e Portugal⁸¹⁸. A Flandres era o limite norte dos navios que vinham do Mediterrâneo⁸¹⁹ e Portugal, por seu lado, era o limite sul dos navios que vinham do Mar do Norte e do Báltico⁸²⁰. Os navios do Mediterrâneo evitavam a passagem além do Skagerrak, que dava acesso ao Báltico, tal como os navios do Atlântico evitavam a passagem para além de Gibraltar.

⁸¹⁴ A expansão inglesa e holandesa nas costas do Báltico, e o desenvolvimento dos países que se situam no interior dessa zona. As mesmas tendências se manifestam um pouco mais tarde na Polónia e em Novgorod, na Suécia e na Dinamarca. Małowist, “Introduction”, in *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, 10-11; “Democratizado” não implica necessariamente também globalmente aumentado, portanto a conclusão de Lopez e Miskimin, *The Economic Depression of the Renaissance*, 420, “que a produção mundial dos panos diminuiu”, não contraria, aquilo que estamos a tentar demonstrar.

⁸¹⁵ O comércio hanseático estava organizado no eixo Novgorod-Reval-Lubeck-Hamburg-Bruges-Londres. Dollinger, *The German Hansa*, 212-213.

⁸¹⁶ Sobre a marginalidade desta zona durante a centralidade francesa ver Favier, *Gold and Spices*, 30.

⁸¹⁷ Os Países Baixos eram “ponto final da navegação italiana, num lado, e a navegação hanseática no outro.” Doehaerd, *L’Expansion Economique Belge au Moyen Age*, 84.

⁸¹⁸ O efeito foi o de empurrar as grandes artérias comerciais para o sul, longe de Barcelona, e de trazer prosperidade aos portos do litoral de Valência, Andaluzia e Portugal. Mackay, *Spain in the Middle Ages*, 127; Até a cronologia do desenvolvimento económico de Portugal e da Holanda tem semelhanças curiosas. Quando aos finais do séc. XIII as relações ente França e Inglaterra se deterioraram o rei inglês movimentou-se para estabelecer relações políticas e comerciais. CPR, 1292-1301, p. 100.

⁸¹⁹ “Nenhuma tentativa foi feita pelos mercadores do Mediterrâneo para estender as suas viagens ao Báltico. Lopez, “The Trade of Medieval Europe: The South”, 354; Kedar, *Merchants in Crisis*, 130-131.

⁸²⁰ Os mercados para a venda de mercadorias de Livonia eram Lübeck, Bruges, Inglaterra e desde os meados do séc. XIV Holanda e Portugal. Marian Małowist, “The Trade of Eastern Europe in the Latter Middle Ages”, in *The Cambridge Economic History. II. Trade and Industry in the Middle Ages*, 2nd ed., M. M. Postan e Edward Miller, (New York : Cambridge University Press, 1987), 592; É de 1373 o primeiro documento que testemunha as viagens comerciais dos hanseáticos para Portugal. Marques, *Hansa e Portugal na Idade Media*, 57.

Relativamente à centralidade da França, não só nas rotas do comércio antes da Guerra, mas também sobre a sua inevitável centralidade e a radiação desta centralidade na Europa, H. Pirenne compara-a com a radiação da cultura grega na Roma antiga⁸²¹. Esta hegemonia dos séculos XII e XIII explica-se pela superioridade da civilização francesa na Europa⁸²². A posição central das feiras de Champagne, no meio da rota terrestre mais curta entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo foi tal, antes da Guerra, que praticamente todos os grandes centros comerciais da Europa mandavam aí representantes. A própria Guerra dos Cem Anos pode ser vista como uma luta pelo domínio dessa centralidade, não simplesmente geográfica⁸²³.

O Grande Cisma da Igreja latina também foi influenciado pela dinâmica da Guerra dos Cem Anos⁸²⁴. Não é por acaso que a Igreja se divide na altura da maior divisão dos estados e da maior internacionalização do conflito, no último quartel do século XIV e se reúne logo depois de 1415, quando uma das potências consegue impor-se a outra e quando os estados terceiros, anteriormente envolvidos, começam a afastar-se da problemática da Guerra.

A situação de Portugal nesta geografia decentralizada do comércio europeu tem semelhanças com os outros países que igualmente circumscrevem o centro antigo, a França e as regiões imediatamente limítrofes, mas ao mesmo tempo esta situação tem características peculiares⁸²⁵. Nos três outros casos, ou nas três outras linhas do rectângulo, o comércio encontra várias vias dentro da direção principal; mas no caso da rota Atlântica, a centralidade

⁸²¹ Pirenne, *A History of Europe*, 350.; Ideia retomada por Robert S. Lopez, *The Birth of Europe* (London: Phoenix House, 1966), 323: “Paris, the “Athens of Europe”.

⁸²² Pirenne, *A History of Europe*, 351-353.; O feudalismo francês e o código francês de cavalaria forneceu um modelo para a aristocracia de todos os países. Lopez, *The Birth of Europe*, 324.

⁸²³ A Guerra dos Cem Anos é vista como uma tentativa de usurpar a liderança da cristandade. Black, *Convergence or Divergence? Britain and the Continent*, 84.

⁸²⁴ Todos os papas de Avinhão eram franceses. Dennys Hay and John Law, *Italy in the Age of the Renaissance 1380-1530* (London and New York: Longman, 1989), 152; Arthur Hassall, *Germany in the Later Middle Ages, 1200-1500* (London, New York, Bombay, Calcutta: Longmans, Green, 1908), 144

⁸²⁵ Como é o caso do colonos da Ucrânia e do sul da Rússia, continuamente expostos aos ataques dos tártaros e obstinadamente perseguindo a obra colonizadora. Małowist, “Les mouvements d’expansion en Europe aux XV^e et XVI^e siècles”, 223.

e inevitabilidade de Portugal é garantida pela situação geográfica do país⁸²⁶. Esta inevitabilidade geográfica traduziu-se no aumento da presença e da importância portuguesa nos mercados continentais⁸²⁷.

Assim, na rota do Báltico era possível passar em vários pontos dum lado para o outro, mesmo que a entrada do Báltico tivesse o seu rochedo de “Gibraltar”⁸²⁸. Este podia, no entanto, ser contornado por ser separado do Mar do Norte por um istmo cheio de passagens fluviais e canais interiores. Neste caso, o volume de tráfego dividia-se entre o tráfego marítimo, através dos estreitos de Skagerrak- Kattegat e o comércio terrestre que, através de Antuérpia, ligava Inglaterra com a vale do Reno, na linha Londres- Antuérpia- Colónia. Segundo R. Davies, o aumento do volume de comércio dos panos ingleses que passava através do Reno trazia na volta mercadorias italianas para Antuérpia⁸²⁹.

Van der Wee coloca a hipótese de que, por volta de 1400, Colónia estaria a retomar o seu papel de intermediário entre Frankfuhr e Nuremberg, que por algum tempo se tinha desviado da cidade⁸³⁰. Por seu lado, Doehaerd pensa que inicialmente o papel de Antuérpia foi o de ponto de abastecimento do vale ulterior do Reno⁸³¹. De Smedt sublinha que os mercadores de Colónia tinham sido bastante activos em Antuérpia muito antes que os panos ingleses

⁸²⁶ Para os países do Norte, a costa portuguesa é a primeira sugestão real do Mediterrâneo. Para os mediterrâneos é a primeira visão do Atlântico. Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal,” 343. No entanto só a partir da metade do século XIV é que desenvolveu-se o processo da valorização da posição geográfica de Portugal, sendo que “até começos do século XIV, o número de mercadores transpirenaicos em Portugal parece ter sido relativamente pequeno”. A. H. de Oliveira Marques, “A Diversificação económica”, *Nova História de Portugal*, III, 520. O eixo principal do comércio de longa distância por via marítima estendia-se do Mar Báltico, no nordeste até Lisboa, no sul. No litoral do Atlântico cortava transversalmente o eixo principal leste-oeste do comércio continental nos Países Baixos. John D. Fudge, *Cargoes, Embargoes, and Emissaries. The Commercial and Political Interaction of England and the German Hanse. 1450-1510* (Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1995), 3.

⁸²⁷ Esta inevitabilidade geográfica traduziu-se numa clara e evidente expansão e aumento da presença portuguesa nos mercados continentais. Vaughan, *John the Fearless*, 156.

⁸²⁸ Van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 91; Du Boulay, *Germany in the Later Middle Ages*, 133.

⁸²⁹ Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 7.

⁸³⁰ Van der Wee, *The Growth of the Antwerp Market and the European Economy*, II, 50-1.

⁸³¹ Renée Doehaerd, *Études anversoises. Documents sur le Commerce International à Anvers. 1488-1514* (Paris: SEVPEN, 1963), I, p. 64.

tivessem aí chegado e pensa que os conflitos entre Colónia e Dordrecht deram a Antuérpia a oportunidade de tomar o papel de intermediário⁸³².

O mesmo é válido para o comércio este-oeste, no Mediterrâneo, que podia deslocar-se por vários pontos como Maiorca, Sicília, Valência, Andaluzia, Maghreb⁸³³; também a rota através dos Alpes se dispersava entre várias passagens. Na rota do Estreito, Portugal era inevitável e a sua importância foi aumentando com o incremento das capacidades dos portugueses para manter a paz interna e para controlar a costa.

Mas para interpretar o caso de Portugal temos de superar um problema, antes de aceitar a ideia dum crescimento económico do reino no século XIV. Esse problema prende-se com a vasta literatura que tradicionalmente explica a expansão territorial do século XV pelas carências e fraquezas do país, em vez de tentar explicá-la com os dados que indicam o contrário, ou seja: o crescimento económico e comercial a partir da segunda metade do século XIV. O exemplo dos historiadores polacos, que não têm explicado o caso do seu país com o modelo pessimista francês, nem com o modelo malthusiano utilizado por uma parte dos historiadores ingleses, liderados por Postan, não é o único⁸³⁴.

Mesmo para Castela, a teoria da crise “total”, tem começado a ser questionada e revista⁸³⁵.

H. Casado, analisando dados da catedral de Burgos, chega à conclusão que até a existência da

⁸³² Oskar de Smedt, *De Engelse Natie te Antwerpen in de 16e eeuw (1496-1582)* (Antwerp: De Sikkel, 1950), I, pp. 82-3. Van Houtte, ‘La Genèse du grand marché international d’Anvers,’ 115.

⁸³³ Bourin et al., ‘Les campagnes de Méditerranée occidentale autour de 1300,’ 668.

⁸³⁴ A existência de importantes exceções nesta crise “geral” é aceite mesmo pelos historiadores “depressivos”. “Os portos holandeses eram cada vez mais capazes de capturar o tráfego internacional em detrimento dos portos da Flandres. A Liga Hanseática sofreu um destino semelhante. Portugal e Espanha- não a Itália- lideraram a busca de novas rotas para o Oriente. Cantor, *The civilization of the Middle Ages*, 483.

⁸³⁵ “En la mayor parte de los estudios sobre la historia económica de Castilla en el siglo XIV se señala que dicha centuria estuvo caracterizada por una fuerte recesión.” Hilario Casado, “Existió la crisis del siglo XIV? Consideraciones a partir de los datos de la contabilidad de la catedral de Burgos”, in *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al profesor Julio Valdeón*, eds. María Isabel del Val Valdivieso and Pascual Martínez Sopena (Valladolid: Junta de Castilla y León, 2009), III, 10.

própria crise para o caso de Castela deve ser revista⁸³⁶. Ladero Quesada, por sua vez, coloca o início da fase de expansão da economia castelhana nos finais do século XIV e durante todo o século XV⁸³⁷. Até o facto conhecido de Castela ter estado envolvida numa constante crise política, não consegue cobrir o evidente progresso económico⁸³⁸. Também os historiadores estrangeiros como A. Mackay, ou N. Hilgarth reconhecem essa expansão económica⁸³⁹, pese embora não ter sido acompanhada por uma expansão territorial. Uma visão que tem mais fundamentos dialécticos e históricos do que a imagem contrária adialéctica, de um Portugal em forte declínio e crise económica, mas, maravilhosamente, em forte expansão territorial⁸⁴⁰.

Os holandeses também têm vindo a deixar de lado os grandes modelos de crise paneuropeia e, em vez disto, têm valorizado a realidade específica da Holanda⁸⁴¹. Assim, nos séculos XIV e XV as zonas de Brabante, Zeeland e Holanda floresceram⁸⁴², em clara relação com o aumento de importância do comércio do norte da Europa⁸⁴³. As zonas sul dos Países Baixos,

⁸³⁶ Conclui que “hay que revisar la cronología y las características de la llamada crisis del siglo XIV e, incluso, su propia existencia...” Acrescenta que “la cronología de la evolución de la economía urbana de Burgos contrasta con lo que sabemos de otras partes de Europa. Especialmente Francia, Inglaterra, para los siglos XIV y XV.” Casado, “Existió la crisis del siglo XIV?” 21-22.

⁸³⁷ Ladero Quesada, *Las Ferias de Castilla siglos XII a XV*, 100-101.

⁸³⁸ A crise castelhana, não foi causada principalmente por preocupações de ordem económica. A crise política do século XV foi o preço que a dinastia dos Trastámaras teve que pagar para fortalecer a sua posição através da generosidade com a alta nobreza em troca do apoio político e militar. Philips, *Enrique IV and the Crisis*, 21-22.

⁸³⁹ Mackay, *Spain in the Middle Ages*, 129.

⁸⁴⁰ O primeiro autor português que questiona a validade do modelo paneuropeista de crise é Hermenegildo Fernandes, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval”, 75. “Expansão do espaço cultivado, reagindo a contracções que se seguem a choques brutais: eis o modelo”. O autor elaborando mais a ideia diz: “Modelo diferente daquele que foi possível definir para a Europa ocidental, não tanto pela evolução-tipo, mas pela própria cronologia. As vicissitudes do processo de conquista cristã fizeram com que as arroteias, quando já terminadas na Europa mais a norte, aqui mal tinham conhecido o início... Daí, também, que a lei da baixa tendencial da produtividade, como lhe chamou Guy Bois, base do modelo explicativo de inspiração malthusiana, não possa ser utilizada para explicar os momentos de recessão que o território conhece.

⁸⁴¹ Bas J. P van Bavel e Jan Luiten van Zanden, “The Jump-start of the Holland Economy during the Late-Medieval Crisis, c. 1350-c. 1500,” *Economic History Review* 57, No. 3 (2004): 503-532.

⁸⁴² Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 6; H.P.H. Jansen, *Hollands voorsprong* (Leiden 1976; inaugural lecture), trad. ‘Holland’s advance’, *Acta historiae neerlandicae* 10 (1978): 15-16. “What made it possible for Holland and Zeeland, entering relatively late in the urban network, to expand during the general depression phase?” Blockmans, “The Economic Expansion of Holland and Zeeland,” 42.

⁸⁴³ Bruges no seu auge tinha sido associada principalmente com o sul da Europa. Os laços comerciais de Antuérpia estavam com Inglaterra e Alemanha. G. Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 462.

embora pareça que escaparam às consequências mais graves da Peste Negra, não tiveram a mesma sorte, em virtude das destruições da Guerra⁸⁴⁴.

A prosperidade segue de perto as linhas do comércio. Assim, no século XV, enquanto Barcelona decaía, a cidade mais próspera tornou-se Valência. Mas ainda mais espectacular foi o crescimento ao longo do litoral Atlântico, onde Sevilha, Cadiz e Lisboa já estavam em rápido desenvolvimento durante o século XV⁸⁴⁵. Também as cidades do sul da Alemanha conheceram um ressurgimento vigoroso antes do fim do século XV⁸⁴⁶.

Fala-se bastante dos prováveis efeitos que na economia europeia pode ter tido o comércio intercontinental com a Índia e o interior asiático, mas calam-se os efeitos que teve a emancipação económica das regiões marginais, através da sua integração no sistema das trocas comerciais do continente⁸⁴⁷.

Um dos aspectos onde o alargamento da geografia do sistema económico europeu pode ter tido efeitos importantes, foi o fenómeno da “fome dos metais”, muito agudo exactamente no período em que os efeitos da emancipação económica das regiões começava a ser visível, entre 1390 e 1430⁸⁴⁸. Esse processo de emancipação económica da periferia também pode explicar o facto “extraordinário”, paradoxal, do surgimento de uma nova e mais dinâmica civilização⁸⁴⁹. Pode ser que a sinergia que estava focalizada no eixo central se tivesse dispersado, talvez tivesse até diminuído, mas não desapareceu⁸⁵⁰.

⁸⁴⁴ Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 462.

⁸⁴⁵ Barrie Dobson, “Urban Europe”, in Christopher Allmand (ed.), *The New Cambridge Medieval History*, vol. VII c. 1415- c.1500, (Cambridge University Press, 1998), 131.

⁸⁴⁶ Dobson, “Urban Europe”, 131.

⁸⁴⁷ Marian Małowist, “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap au cours du XIV^e et du XV^e siècle”, in *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, 55.

⁸⁴⁸ Só as exportações de cera de Livonia para Bruges valiam 727 marcas em 1356, uma cifra recorde. Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 103-104.

⁸⁴⁹ Winks e Ruiz, *Medieval Europe and the World*, 239.

⁸⁵⁰ Rouen ampliou as muralhas três vezes entre 1150 e 1350, mas nunca mais depois. Lopez e Miskimin, *The Economic Depression of the Renaissance*, 412. Mas noutro lado, os países da Europa Central, uniram-se, ao circuito económico do Báltico. Doehaerd, *L'Expansion Economique Belge au Moyen Age*, 90-91.

1.6.O retorno de centralidade da França depois da Guerra dos Cem Anos

Depois do fim da Guerra dos Cem Anos, o papel da França como intermediário das rotas comerciais da Europa veio a reafirmar-se. Um dos testemunhos desta tendência para retomar a centralidade antiga é a atração que a opção francesa exercia sobre os ingleses, depois do fim da Guerra dos Cem Anos⁸⁵¹. Também é de considerar que, logo depois do fim da Guerra, o comércio italiano, via Estreito, entrou num declínio dramático⁸⁵², mas, ao mesmo tempo, cresceu via França⁸⁵³.

Nos finais do século XV, os franceses já estavam em tal posição de força que ameaçavam invadir a Itália, algo impensável na primeira metade do mesmo século⁸⁵⁴. É o tempo de Luis XI, que morreu no mesmo ano em que D. João II de Portugal começaria a reinar (1481), e que “foi, no Ocidente, o homem que mais marcou a época em que viveu”⁸⁵⁵. Lyon tomou o papel das feiras de Champagne, como centro intermediário entre os mercados do norte e do sul da Europa⁸⁵⁶, levando à proeminência dos reis de França na segunda metade do século XV para rivalizar com Génova⁸⁵⁷.

⁸⁵¹ A rota principal do comércio inglês era através do Canal. Bolton, *The Medieval English Economy*, 315.

⁸⁵² A navegação genovesa sofreu um declínio catastrófico no reinado de Eduardo IV. Alwyn Ruddock, “London Capitalists and the Decline of Southampton in the early Tudor Period”, *Economic History Review*, 2nd ser., II (1949): 137. Em geral a navegação italiana desapareceu da Inglaterra entre 1470 e 1530. Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 331, aceita a ideia de J. Tadic, “Le port de Raguse et sa flotte au XVI^e siècle”, *Le navire et l'économie maritime du Moyen Âge, principalement en Méditerranée*, ed. M. Mollat (Paris, SEVPEN, 1958), 19-20, buscando a causa na competição de navios mais eficientes, como os de Ragusa.

⁸⁵³ Richard Cely queixava-se em Outubro 1480: “I have not bowgyt thys zere a loke of woll, for the woll of Cottyswolde is bogwynt be Lombardys.” Fryde, “Italian Maritime Trade with Medieval England,” 329.

⁸⁵⁴ Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 207.

⁸⁵⁵ Manuela Mendonça, “D. João II e o seu tempo”, in *História de Portugal. Dos tempos préhistóricos aos nossos dias*, dirigida por João Medina, Volume IV (Madrid: Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995), 63

⁸⁵⁶ “ou, a partir do XV^e siècle, avaient émigré les foires de Champagne”. Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LVIII. Federigo Melis, “L’area catalano-aragonesa nell sistema economico dell Mediterraneo occidentale”, in *I mercanti italiani nell’Europa medievale e rinascimentale*, a cura di Luciana Frangioni. (Firenze: Le Monnier, 1990), 216. “Lione era già sviluppata, almeno dal 1480, come grande centro fieristico”.

⁸⁵⁷ Federigo Melis, “Contributo alla storiografia economica della Fiandra e del Brabante da fonti italiane della seconda metà del Trecento e degli inizi del Quattrocento”, in *I mercanti italiani nell’Europa medievale e rinascimentale*, (Firenze: Le Monnier, 1990), 358.

O retorno da centralidade da França, no entanto, fez retornar a prosperidade de Génova, que chegou a retomar o seu papel importante na economia do continente, fazendo do século XVI le "sicle des Genoïs"⁸⁵⁸. Génova, em finais desse século, voltou a adquirir a prosperidade dos finais do século XIII como "capitale du credit et, sans doute, de la richesse du monde"⁸⁵⁹. Simbolo desta recentralização foram as férias de Besançon⁸⁶⁰. É o "século do papel" de que fala Braudel⁸⁶¹.

Mas a Europa da segunda metade do século XV não era a mesma dos séculos XII e XIII. Esta centralidade da França veio a ser desafiada pelo novo sistema económico criado por Portugal. Após a Guerra dos Cem Anos vamos verificar uma tendência clara de recentralização das correntes comerciais da Europa⁸⁶², mas não na medida que se apresentava antes da Guerra. Isto devido, em grande parte, à invenção dum novo espaço económico extra-europeu, centralizado pelos europeus, primeiro pelos portugueses e pelos espanhóis⁸⁶³.

⁸⁵⁸ Segundo F. C. Spooner, *L'Economie Mondiale et les Frappes Monetaires en France. 1493-1680* (Paris 1956), 24-25, a ascensão de Génova fez da cidade "la capitale financiere du sicle de l'argent". F. Braudel, *La Mediterranee et le monde mediterraneen a l'epoque de Philippe II*, Paris 1949, 394, se refere ao "tres grand chapitre de la prosperite des banquiers genoïs". Expressão que mais tarde (*La Mediterranee*, Paris 1966, 454), substitui por "siècle des genoïs", ou seja o longo período do predomínio dos banqueiros genoveses na finança europeia que começa desde a metade do séc. XVI até aos anos '40 do séc. XVII. Semelhante ponto de vista expressa A. E. Sayous, "Le role des Genoïs lors des premiers mouvements reguliers d'affaires entre V Espagne et le Nouveau-Monde (1505-1520)" *Boletin de la Sociedad Geografica Nacional* 72 (1932): 1-20, e também "Les debuts du commerce de l'Espagne avec l'Amerique (1503-1518)" *Revue Historique* 174 (1934):185-215. R. S. Lopez, "Il predominio economico dei genovesi nella monarchia spagnola," *Giornale storico e letterario della Liguria* (1936): 65-74. Arturo Pacini, *I presupposti politici del "secolo dei genovesi": la riforma del 1528* (Genova: Società ligure di storia patria, 1990), 8.

⁸⁵⁹ F. C. Spooner, *L'Economie Mondiale*, 63, pensa que Genova no séc. XVI era "probablement encore la ville la plus riche du monde d'alors" Pacini, *I presupposti politici del "secolo dei genovesi"*, 37.

⁸⁶⁰ D. Gioffre, *Genes et les foires de change de Lyon a Besançon*, Paris 1960; Uma famosa frase de um Fugger resume a situação: "Negociier avec les Genoïs, ce n'est pas negociier argent comptant comme avec nous, Allemands, mais negociier sur des papiers". Spooner, *L'Economie Mondiale*, 59.

⁸⁶¹ F. Braudel, *Civilta e imperi*, ed. 1982, 544-546; Pacini, *I presupposti politici del "secolo dei genovesi"*, 11.

⁸⁶² O declínio do comércio, no entanto, parece ter continuado até pelo menos 1465. Lopez e Miskimin, *The Economic Depression of the Renaissance*, 423.

⁸⁶³ Na última metade do século XV, começamos a ver novamente uma população crescente. North e Thomas, *The Rise of the Western World*, 88-89.

A recentralização tomou proporções políticas e económicas⁸⁶⁴, sendo a sua evidência mais clara a vitória francesa contra a Borgonha⁸⁶⁵, a sua invasão da Itália, em 1494⁸⁶⁶ e a transformação de Lyon num dos centros mais activos, económicos e financeiros da Europa⁸⁶⁷.

O fim da Guerra coincidiu, pois, ou influenciou a retoma económica da Europa numa escala não conhecida até então. Além das zonas periféricas que tinham aproveitado da descentralização do comércio durante a Guerra, o retorno das economias centrais no desenvolvimento económico deu maior impulso à economia do continente. Na década de 1460, as dificuldades que haviam sido criadas por causa da falta da moeda desapareceram rapidamente e novas minas foram abertas.

A recentralização relativa das correntes comerciais europeias veio a afectar também Portugal que, como outros reinos, tinha aproveitado da descentralização dos séculos XIV-XV⁸⁶⁸. Mesmo a criação do sistema económico atlântico não teve a mesma importância para Portugal que tivera a descentralização induzida pela Guerra dos Cem Anos⁸⁶⁹. A dinâmica do desenvolvimento português no século XV, associando-se aos descobrimentos, deu ao País certo ritmo, mas a partir da segunda metade do século XVI, este desenvolvimento vai abrandar⁸⁷⁰. Este vai ser o século da crise económica e da perda de independência⁸⁷¹.

⁸⁶⁴ Vaughan, *Valois Burgundy*, 5-6; Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle*, 88.

⁸⁶⁵ Malowist, "L'expansion économique des Hollandais dans le bassin de la Baltique," 136.

⁸⁶⁶ Fryde, "Italian Maritime Trade with Medieval England," 332.

⁸⁶⁷ Lyon tornou-se um centro nevrálgico das operações mercantis e financeiras constituindo segundo Melis, "Gli italiani e l'apertura delle vie Atlantiche," 175, "l'ultima, ma la più grandiosa espressione del sistema economico occidentale nell'età del Rinascimento." Um dos primeiros túneis nos Alpes foi o Foro di Viso, construído entre 1478 e 1480 aos 2000m e passados poucos anos depois da construção, Charles VIII transportou a sua artilharia para invadir a Itália. Lopez, "The Evolution of Land Transport in the Middle Ages," 28; "A rota do Ródano para o Mediterrâneo recuperou-se, e a grande cidade feira de Lyon estava a florescer. Davis, "The Rise of Antwerp and its English Connection," 13-14.

⁸⁶⁸ Por volta do final do século XII e no século XIII, a economia do Ocidente medieval chegou ao seu apogeu. Nos séculos XIV e XV, para o Ocidente começa um longo e difícil período de crise, enquanto a maioria dos países do Leste Europeu estão em crescimento considerável. No século XVI, a situação mudou novamente. Malowist, "L'inégalité du développement économique en Europe," 39.

⁸⁶⁹ Como também aconteceu com a Boémia, com a Polónia, com a Lituânia e com a Rússia. Malowist, "L'inégalité du développement économique en Europe," 44-45.

⁸⁷⁰ Veiga Simões, "A Flandres, Portugal e os primórdios do capitalismo moderno," 65.

1.7.Geografia económica da Europa e a Guerra dos Cem Anos

Os anos que correspondem à Guerra dos Cem Anos testemunham um dinamismo económico que reside sobretudo na deslocação da liderança económica entre as regiões e estados da Europa. Neste sentido, é certo que a Guerra serviu como agente inibidor do desenvolvimento económico nalgumas regiões, mas também serviu como agente catalizador do progresso económico noutras. Assim sendo, a Guerra foi um dos factores exógenos que moldou a paisagem económica do continente⁸⁷².

Um dos melhores indicadores para conhecer a geografia económica é a densidade da rede urbana. Nos inícios do século XIV, as zonas com redes urbanas mais densas encontravam-se na Itália do Norte, na Catalunha, na Aquitania, na Provença, na Flandres, nos vales do Sena, do Ródano e do Loire e nas costas do Canal da Mancha. Nesta geografia, o que desperta a atenção é o facto de que todas estas zonas se localizam na França ou nas suas zonas limítrofes. Também a geografia do crescimento urbano é semelhante até aos meados do século XIV, com novas muralhas a serem construídas em Hamburgo e Pisa, por volta de 1300, em Génova e Regensburg, a partir de 1320, em Lovaina, em Bruxelas e em Barcelona nos meados do século e em Augsburg e Lisboa por volta de 1380⁸⁷³. Durante a Guerra, as mesmas áreas de França e seus termos foram as que conheceram as maiores dificuldades⁸⁷⁴. Se, na Península, foi a Catalunha que viveu numa tendência de decadência e Castela de estagnação ou de progresso, Portugal, por seu lado, progrediu, na tendência mais geral de expansão económica das regiões do Mediterrâneo ocidental⁸⁷⁵.

⁸⁷¹ Thomson, *Decline in History*, 7-8, faz eco a ideia de Braudel de que Portugal na altura de invasão castelhana em 1580 era um país 'rotten at the core.'

⁸⁷² Scott, *Society and Economy in Germany*, 72

⁸⁷³ Leguay, "Urban Life", 102, 113.

⁸⁷⁴ Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 202.

⁸⁷⁵ Goldthwaite, *The Economy of Renaissance Florence*, 42-43. Federigo Melis, *Industria, commercio, credito (secoli XIV-XVI)*, in *L'economia fiorentina del Rinascimento*, ed. B. Dini, (Firenze, 1984) 162-164.

Nos Países Baixos, se a Flandres decaiu economicamente⁸⁷⁶, o mesmo não se pode dizer das zonas mais ao norte, aquelas que hoje constituem a Holanda⁸⁷⁷. Na Baixa Idade Média, a Holanda experimentou “um processo único” de desenvolvimento económico e de transformação estrutural. A característica mais notável desta transformação foi a vasta expansão de comércio e indústria, de maneira que Holanda passou de uma região periférica e principalmente agrícola para uma economia diversificada e urbanizada⁸⁷⁸.

O caso da Flandres, por ser um dos centros mais importantes económicos da Europa antes da Guerra, tem servido para ilustrar seja a ascensão, seja a depressão. É a região que serve de modelo de explicação ou paradigma do desenvolvimento “perfeito” e da crise “perfeita”⁸⁷⁹. Segundo o censo de 1338-1340, Bruges contava entre 30 e 35 mil habitantes, Ghent 56 mil, sendo, como Paris, Milão, Veneza, Florença e Nápoles uma das cidades com mais de 50 mil pessoas⁸⁸⁰. Ypres, nos inícios do século XIV, não era muito menor do que Bruges. Os dados do século XV, no entanto, revelam a ruína trágica desta cidade⁸⁸¹.

⁸⁷⁶ A Flandres tendo sido entre os primeiros a desenvolver-se, foi o primeiro a experimentar os efeitos da crise. van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 59.; Sobre as causas do declínio existem diferentes pontos de vista. Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 460, pensa que isto não tem a ver com o assoreamento da costa, nem com o desaparecimento das feiras de Champagne, “mas com mudanças no padrão de demanda: a indústria têxtil agora servia uma classe diferente; Małowist, “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap,” 53, aceita a ideia de H. Amman “não é questão do declínio da indústria têxtil flamenga nos séculos XIV e XV no seu conjunto, mas sim do desaparecimento de algumas das suas formas”. Hektor Ammann, “Deutschland und die Tuchindustrie Nordwesteuropas im Mittelalter,” *Hansisches Geschichtsblätter* 72 (1954): 1-63. Emile Coornaert, «Draperies rurales, draperies urbaines. L'évolution de l'industrie flamande au Moyen Age et au XVI siècle», *Belgische tijdschrift voor filologie en gescheidenis/Revue belge de philologie et d'histoire* 28 (1950): 60-96.

⁸⁷⁷ Blockmans, “The Economic Expansion of Holland and Zeeland in the Fourteenth-Sixteenth Centuries,” 41-58; Munro, “The Costs of Anglo-Burgundian Interdependence,” 1231; Małowist, “L'expansion économique des Hollandais dans le bassin de la baltique,” 101; O ultimo quartel do séc. XIV foi um período de grande prosperidade, não só para Middelburg e outras cidades da Zelândia, mas também para as cidades da Holanda. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 31.

⁸⁷⁸ J. L. van Zanden, *The Rise and Decline of Holland's Economy. Merchant Capitalism and the Labour Market* (Manchester and New York: Manchester University Press, 1993), 29-30. Para este autor as balizas deste processo de expansão económica são 1350-1580.

⁸⁷⁹ D. Nicholas sublinha a complexidade e até a convivência das duas tendências. Nicholas, *Medieval Flanders*, 150.; “Bruges pode ter sido a “Veneza do Norte”, mas na escala e variedade de sua economia caia muito longe da cidade do Adriático”. Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 459

⁸⁸⁰ van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 61. Estes são números hipotéticos e sobretudo os números de Paris e Londres tem sido debatidos frequentemente. Leguay, “Urban Life,” 104.

⁸⁸¹ van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 61.

Os autores afirmam que a situação da Holanda, na segunda metade do século XIV, era radicalmente contrária ao padrão geral europeu⁸⁸². À semelhança de Portugal, que manteve a sua independência face a Castela, também a expansão económica da Holanda se explica porque as suas cidades ficaram fora do poder centrípeta da Hansa e, em inícios do séc. XV, já estava a competir com os hanseáticos no Báltico e no Canal da Mancha⁸⁸³.

A partir da segunda metade do século XIV, Brabante iniciou a sua ascensão económica e comercial⁸⁸⁴, competindo com Bruges e desviando uma boa parte do seu comércio⁸⁸⁵. Brabante aceitou a aliança com a Inglaterra em Julho de 1337, aproveitando-se do interesse que os ingleses tinham neste mercado⁸⁸⁶. Desta maneira, os ingleses começaram a incentivar os mercadores de outros países, incluindo os portugueses⁸⁸⁷, para comerciar com os vizinhos de Flandres⁸⁸⁸. A resposta dos mercadores foi diferente e condicionada pelo alinhamento político e pela estruturação do sistema mercantil dos países interessados⁸⁸⁹.

⁸⁸² A população da Holanda antes da Peste era de 260 mil e a taxa de urbanização 23%. Em 1514 os números eram 254 mil e 44% respectivamente. D.E.H. de Boer, “Op weg naar volwassenheid”. De ontwikkeling van produktie en consumptie in de Hollandse en Zeeuwse steden in de dertiende eeuw”, in E.H.P. Cordfunke a.o. (eds.), *De Hollandse stad in de dertiende eeuw* (Zutphen, 1988), 31-32; H. Van der Wee e Th. Peeters, “Een dynamisch model voor de seculaire ontwikkeling van de wereldhandel en de welvaart (12e-18e eeuw),” *Tijdschrift voor Geschiedenis* 82 (1969): 239-240. “A situação ecológica e demográfica da Holanda durante a segunda metade do século XIV, era radicalmente oposta ao padrão geral europeu”. Blockmans, “The Economic Expansion of Holland and Zeeland,” 48; Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 3.

⁸⁸³ Blockmans, “The Economic Expansion of Holland and Zeeland,” 51-52

⁸⁸⁴ van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 60; Um exemplo de como uma afirmação pode tornar-se em consenso geral é dado por D. C. Mengel falando sobre a influência do mapa da difusão da Peste apresentado por Élisabeth Carpentier, “Autour de la peste noire: famines et épidémies dans l’histoire du XIV^e siècle”, *Annales ESC* 17 (1962). David C. Mengel, “A Plague on Bohemia? Mapping the Black Death”, *Past and Present*, 211 (2011): 4.

⁸⁸⁵ Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 3.

⁸⁸⁶ As cidades brabantinas “eram facilmente acessíveis para os ingleses, alemães, assim como para comerciantes italianos. Kerling, *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England*, 17.

⁸⁸⁷ Os privilégios concedidos aos portugueses muitas vezes encontram-se em privilégios mais gerais que incluíam os mercadores de Castela, Aragão e Maiorca. CCR (133-7), pp. 643-644; CCR (1337-1339), pp. 85-86, 346; CPR (1334-1338), pp. 349, 463, 520, 546, 554, 556, 571-572; CPR (1338-1340), p. 5; CFR (1337-1347).

⁸⁸⁸ Os mercadores lombardos e florentinos CPR (1334-1338), p. 538; CPR (1338-1340), pp. 27, 60; CCR (1337-1339), p. 315; CFR (1337-1347), pp. 71-72. Os alemães também CPR (1338-1340), pp. 20, 46, 51; CPR (1334-1338), pp. 240, 333, 335, 337, 339, 345, 349, 351, 535-537, 558; CFR (1337-1347), Lucas, *The Low Countries and the Hundred Years’ War*, 258.

⁸⁸⁹ Edward III comunicou ao rei Alfonso XI de Castela que todo o comércio com a Flanders tornava os mercadores de países terceiros objecto de apreensão. Foedera, II (2), 1010; CCR (1337-1339), p. 282.

A ascensão de Antuérpia, que chegou a substituir Bruges como principal centro comercial nos Países Baixos, terá tido alguns incentivos desde cedo⁸⁹⁰. Uma ideia bastante clara da ascensão de Antuérpia é-nos dada pelo crescimento demográfico da cidade que, em 1374, contava cerca de 5 mil habitantes e, por volta de 1440, tinha quaduplicado⁸⁹¹.

No interior francês, se testemunhámos a decadência trágica de Champagne, o mesmo não se pode dizer dos territórios mais a leste, da Borgonha. O apogeu e o declínio das feiras de Champagne tem atraído a atenção de muitos autores. Também neste caso os autores estão mais em uníssono quando explicam o seu desenvolvimento, do que quando se trata do declínio⁸⁹². O sucesso das feiras internacionais durante estes anos é um facto importante para mostrar que as feiras de Champagne não declinaram porque os comerciantes não gostavam mais de viajar. Assim, além das feiras de Frankfurt e de Gêneve, testemunha-se o desenvolvimento das feiras da Skania, na Suécia⁸⁹³ e de Deventer, na Holanda⁸⁹⁴. A feira de Medina del Campo, criada no início do séc. XV, também serve para questionar a hipótese de que as feiras de Champagne decaíram, porque o tempo do comércio concentrado em feiras tinha passado⁸⁹⁵.

⁸⁹⁰ Van Houtte, “Rise and decline of the Market of Bruges,” 29-47.

⁸⁹¹ Em 1500 era 10 vezes maior, para chegar em 100.000 em 1560. Jan A. van Houtte, “Anvers aux XV^e et XVI^e siècles. Expansion et apogee”, *Annales. Economies, sociétés, civilisations* 16 (1961): 249. Bruxelas foi ultrapassado por Antwerp no nível da riqueza por volta de 1431. Raymond van Uyten, “Brabantse en Antwerpse central plaatsen (14de-19de eeuw), in *Le réseau urbain en Belgique dans une perspective historique (1350-1850). Une approche statistique et dynamique*. Actes, 15^e Colloque International, (Bruxelles: Crédit Communal, 1992), 33; Davis, “The Rise of Antwerp and its English Connection,” 2-20, sublinha a importância que teve para a ascensão de Antwerp a ligação com Inglaterra.

⁸⁹² Baker, *Medieval Trade Routes*, 11.; Pounds, *An Economic History of Medieval Europe*, 458: Uma série de dados demonstram o declínio e virtualmente a extinção da exportação têxtil de Ypres. Em 1412 tinha 10,700 pessoas e em 1491 caiu em 7,600”. van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 61.

⁸⁹³ As feiras de Outono de Skania constituíam um mercado importante para os têxteis da Europa ocidental, que se redistribuíam numa vasta área do Leste da Europa”. Lloyd, *England and the German Hanse*, 54.

⁸⁹⁴ As suas feiras tornaram esta cidade num dos pontos mais importantes de encontro no noroeste da Europa. As feiras de Deventer tinham as ligações com o hinterland alemão, até Brunswick, Magdeburg e mesmo Breslau”. van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 93.

⁸⁹⁵ Phillips, *Enrique IV and the Crisis of Fifteenth-Century Castile*, 21; Ditchburn pensa que os factores económicos foram mais importantes no declínio das feiras de Champagne do que os políticos. D. Ditchburn, “European fairs and trade routes” in *Atlas of Medieval Europe* eds., David Ditchburn, Simon Maclean, Angus Mackay (London and New York: Routledge, 2007), 159. O sucesso das feiras foi uma realidade também em Portugal. Marques, “Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média”, 11, afirma que a

As cidades costeiras do norte de Mediterrâneo, nos séculos XII e XIII, tinham servido como importantes entrepostos comerciais, entre a costa e o interior, entre o Mediterrâneo e as grandes cidades comerciais e as feiras, que se estendiam desde o interior Francês até à Flandres⁸⁹⁶. Em geral, a Provença aproveitou a sua posição e, embora a sua ascensão seja posterior, comparando com Pisa⁸⁹⁷ e Génova, tal como a Catalunha, nos finais do século XIII estava em pleno desenvolvimento⁸⁹⁸.

Marselha, um importante entreposto comercial no século XIII⁸⁹⁹, conheceu um declínio nas duas centúrias seguintes, pelo menos até a segunda metade do século XV⁹⁰⁰. Aiges Mortes, fundado por S. Luis (Luis IX) aproveitou das cruzadas⁹⁰¹ e das ligações com as feiras de Champagne⁹⁰². Os italianos logo começaram a utilizar Aigues-Mortes, de onde levavam artigos caros para trocar por panos nas feiras do interior, como por exemplo na feira de Nîmes⁹⁰³. A sua fundação artificial e a proximidade com Montpellier fizeram com que não chegasse a torna-se num porto importante⁹⁰⁴.

instituição das feiras vem a alargar os processos de distribuição interna até que “cobrem o país de lés a lés ao findar a Idade Média. Marques, “Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média”, 11.

⁸⁹⁶ C. Carrère falando do século XIII francês, pensa que para os reis “criar uma nova cidade se tornou coisa banal, uma questão quase de rotina”. Carrère, “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone,” 163.

⁸⁹⁷ Desde o início do séc. XIV até ao início do XV la popolazione di Pisa, compresi anche i sobborghi, subisce un calo intorno all’ 82-85%.” Pina, “La formazione di un nuovo polo demografico nella Toscana dei Medici,” 9.

⁸⁹⁸ Lewis, “Northern European Sea Power and the Straits of Gibraltar,” 156-158;. Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle*, 76;

⁸⁹⁹ Nos séculos XII e XIII Marselha, mantinha importantes relações comerciais com a Síria e com o Egipto. Baker, *Medieval Trade Routes*, 9. Mas no século XIV a cidade “perdeu a sua prosperidade anterior”. Carrère, “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone,” 165.

⁹⁰⁰ Em Marselha o decréscimo demográfico segundo uma inquirição de 1342 explica-se pela crise do comércio, provocado pela queda de S. João de Acre e as guerras da Sicília (E. Baratier et Reynaud, *Histoire du commerce de Marseille*, t. II, p. 39.). O seu declínio económico e demográfico “parece ter precedido por mais de meio século o declínio do interior do país. Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle*, 81.

⁹⁰¹ Carrère, “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone,” 161-162 relaciona o desenvolvimento de Marselha, Aigues Mortes e Barcelona com o comércio de longo curso. William C. Jordan, “Supplying Aigues-Morts for the Crusade of 1248: The Problem of Restructuring Trade”, in *Order and Innovation in the Middle Ages*, 172.

⁹⁰² Carrère, “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone,” 163.

⁹⁰³ DeSoignie, “The Fairs of Nîmes,” 199.

⁹⁰⁴ A ausência da vontade política segundo Carrère remonta aos capetos de Paris que não tinham um desejo real de expansão no Mediterrâneo. Carrère, “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone,” 164.

Montpellier, também um entreposto comercial, segue exactamente as mesmas linhas gerais das outras grandes cidades desta área⁹⁰⁵. J. C. Russell notou o rápido crescimento desta cidade, até aos princípios do século XIV, tornando-se o maior centro urbano na costa mediterrânica, entre Génova e Barcelona⁹⁰⁶. A sua prosperidade também se deveu ao facto de servir de entreposto comercial, que ligava o Mediterrâneo com Champagne. Montpellier tornou-se, assim, numa significativa placa giratória no comércio entre a Espanha, a Itália e a Europa do norte⁹⁰⁷. Mas esta prosperidade não durou muito. A crise que se evidenciou com o início da Guerra dos Cem Anos culminou com a Peste Negra, em 1348 e a incorporação no reino francês, em 1349⁹⁰⁸. Quando se tenta explicar o declínio destas cidades e regiões francesas, existem diversos pontos de vista⁹⁰⁹. No entanto, há consenso quando se trata dos efeitos da crise, de tal modo que alguns preferem usar expressões mais fortes, como “la terrible crise démographique”⁹¹⁰ ou a “terrible recession économique”⁹¹¹.

Para a Alemanha, embora se tenha aceite a ideia duma crise geral dos finais da Idade Média, quando se chega a regiões particulares, geralmente o panorama não é tão negativo⁹¹². As diferenças no desenvolvimento entre as cidades do Báltico e as cidades do interior e do sul da Germânia sugerem algumas ideias importantes. Uma delas é o facto de que o desenvolvimento rápido da Hansa, a partir dos meados do século XIV e até aos meados do século XV, parece seguir o ritmo da Guerra dos Cem Anos e as dificuldades que aquela

⁹⁰⁵ K. C. Reyerson, “Patterns of population attraction and mobility: the case of Montpellier, 1293-1348,” *Viator* 10 (1979): 257-281.

⁹⁰⁶ Por volta de 1300 o número de habitantes chega ao seu ponto máximo, entre 30 mil e 40 mil. Russell, *Medieval Regions and their Cities*, 161-165; Idem, “L’évolution démographique de Montpellier au moyen âge”, *Annales du Midi* 74 (1962): 345-360.

⁹⁰⁷ K. Reyerson, *Business, banking and finance in medieval Montpellier*, Toronto 1985. K. Reyerson, “Medieval Silks in Montpellier: The Silk Market ca. 1250-1350”, in *Journal of European Economic History* 11, 1982, pp. 117-140; del Punta, “Principal Italian banking companies of the XIIIth and XIVth centuries,” 653.

⁹⁰⁸ Sobre a evolução de Aigües Mortes fundado em 1248 veja-se G. Jehel, *Aigües-Mortes au XIII^e siècle, une problématique méditerranéenne*, in XII CHCA, Montpellier 1987, I, pp. 135-146.

⁹⁰⁹ Esta lista inclui factores naturais, como as condições do clima e a ação do mar. Também os factores políticos são mencionados. Baker, *Medieval Trade Routes*, 9.

⁹¹⁰ Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle*, 82.

⁹¹¹ O decréscimo demográfico dos finais do séc. XIV e inícios do séc. XV foi “acompanhada de uma terrível recessão económica”. Baratier, *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle*, 75, 83.

⁹¹² Scott, *Society and Economy in Germany*, 124; Hassall, *Germany in the Later Middle Ages*, 114.

impôs à Flandres⁹¹³. O apogeu da Hansa chegou nos finais do século XIV, mas na segunda metade do século XV o centro de gravidade estava a passar de Lubeck para Colónia. Esta, por sua vez, desenvolveu as suas ligações comerciais com Antuérpia, onde se estima que, nos finais do século XV, mais de metade dos mercadores estrangeiros seriam alemães, na sua maioria de Rhineland e de Colónia⁹¹⁴. A Hansa não conseguiu desenvolver o modelo das grandes companhias comerciais, como as cidades do sul da Alemanha⁹¹⁵.

A Prússia conheceu o seu maior ritmo de crescimento em finais do século XIV e nos inícios do século XV, culminando num período de desenvolvimento que viu cada vez mais produtos locais agrícolas e florestais comerciados na Europa.

No sul da Alemanha, a deslocação das rotas comerciais levou à transferência dos centros comerciais e económicos⁹¹⁶. As cidades do sul, lideradas por Nuremberg, desenvolveram ainda mais as ligações com a Itália através dos Alpes⁹¹⁷ e a Guerra dos Cem Anos deu mais vigor a estas ligações⁹¹⁸, continuando o seu crescimento na medida que o mercado francês retomou as suas funções como maior nó de ligação do continente, na segunda metade do século XV⁹¹⁹.

⁹¹³ Isto não quer dizer necessariamente que tenha existido um declínio do comércio das outras zonas, como aliás se deixa por vezes perceber. Hoyt e Chodorow, *Europe in the Middle Ages*, 642.

⁹¹⁴ A prosperidade da Colónia nas primeiras décadas do séc. XV reside no facto de que a Guerra dos Cem Anos desviou uma parte cada vez maior do comércio italiano para o vale do Reno. *Cambridge Economic History of Europe* (Cambridge 1963), III, 39; Davis, "The Rise of Antwerp and its English Connection," 9.

⁹¹⁵ Tom Scott, *Society and Economy in Germany 1300-1600*, pp. 124-125.

⁹¹⁶ "O bastão passou para os outros que continuaram a prosperar. Scot, *Society and Economy in Germany*, 131.

⁹¹⁷ M. E. Mallett e J. R. Hale, *The Military Organization of a Renaissance State. Venice c. 1400 to 1617* (Cambridge University Press, 1984), 8.

⁹¹⁸ Depois de Veneza este tipo de monopólio passou para os mercadores de Nuremberga. Małowist, "Bases économiques du retour de la Poméranie de Dantzig à la Pologne", 74.; A chave do sucesso era uma classe mercantil "que aproveitaram do declínio do Champagne", e o facto da cidade "ter uma posição nodal nas rotas comerciais com direção norte-sul e leste-oeste. Herbert Eiden, Franz Irsigler, "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages," in *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c. 1300-1600*. Ed. James A Galloway (London: Institute of Historical Research, 2000), 52.

⁹¹⁹ Scott, *Society and Economy in Germany*, 125.

Um testemunho da primeira metade do século XV diz que até a dieta alimentar dos alemães estava cheia de especiarias e de açafrão⁹²⁰. A segunda metade do séc. XIV testemunha um ritmo acelerado de desenvolvimento do comércio com o aparecimento das companhias de Ravensburg⁹²¹ e dos Fugger⁹²². Os territórios suíços aproveitaram o aumento do tráfego comercial através dos Alpes e tentaram com sucesso manter estes caminhos livres e seguros⁹²³.

A Polónia conheceu um período de expansão económica e comercial exactamente durante os anos da Guerra⁹²⁴. Os mercadores italianos começaram a frequentar este país a partir do século XIII, mas o período entre 1333 e 1434 pode considerar-se como o mais alto relativamente à actividade destes mercadores⁹²⁵. A vitória de Grunwald, em 1410, contra a Ordem Teutónica, estabeleceu um novo equilíbrio político nesta zona⁹²⁶. A Rússia também tomou parte na expansão europeia a partir do século XIV⁹²⁷. Kosminsky debateu desde cedo a ideia de crise económica dos finais da Idade Média para a Europa de Leste em geral.⁹²⁸

Na Península, Portugal, Valência e Castela, embora com ritmos diferentes, progrediram, enquanto a Catalunha decaiu. A vitória de Aljubarrota foi consequência do crescimento

⁹²⁰ *Le livre de la description des Pays de Gilles le Bouvier, dit Berry*, 63.

⁹²¹ A Grosse Gesellschaft de Ravensburg, foi fundada em 1380 com a participação de 80 sócios de todas as cidades do sul da Alemanha”. F.R.H. Du Boulay, *Germany in the Later Middle Ages*, p. 168; No mesmo no em que Hans Fugger se estabeleceu em Augsburg. Bernard, “Trade and Finance in the Middle Ages,” 299.

⁹²² Chegou ao seu apogeu nos meados do século XVI Scott, *Society and Economy in Germany*, 127-128.

⁹²³ Uri, Schwiz, e Unterwalden formaram a confederação em 1308, mas só em 1353 a Liga de 8 cantões foi estabelecida, expandindo-se pela adesão de Lucerna em 1332, de Berna e de Zurique em 1357 e de Zug e Glarus, em 1357. Hassall, *Germany in the Later Middle Ages*, 118-119.

⁹²⁴ Małowist, “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap,” 54.

⁹²⁵ Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LIX.

⁹²⁶ Leuschner, *Germany in the Middle Ages*, 134. A união com a Lituânia foi parte deste processo expansivo polaco e decidiu também o balanço das forças nesta batalha. Małowist, “Bases économiques du retour de la Poméranie de Dantzig à la Pologne,” 73.

⁹²⁷ Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 212. Although Tallinn was still flourishing in the fifteenth century, the period was already marked by the gradual decline of the Hanseatic community. Pöder, “Credible commitment and cartel: the case of the Hansa merchant in the guild of late medieval Tallinn”, 53.

⁹²⁸ Kosminsky, “Peut-on considerer les XIV et XV siècles comme l’époque de la décadence de l’économie européenne?”, 561: “L’europe orientale, a ce qu’il parait, on ne pose meme pas la question du déclin aux “dernieres siècles du Moyen-Âge”.

económico de Portugal, durante a segunda metade do século XIV⁹²⁹. Ao contrário, a aceitação da hegemonia castelhana, em Caspe, foi consequência da crise económica e social por que a Catalunha passou durante o mesmo período⁹³⁰. A maior parte dos autores, pensa que a decadência começou no séc. XV, com a chegada ao trono dos Trastâmaras⁹³¹. T. N. Bisson pensa, no entanto, que a decadência geral começou mais cedo, nos meados do século XIV, com a grave crise que passou “todo o ocidente europeu”⁹³². D. Pedro IV começou em 1359 a construir uma nova muralha em Barcelona, mas tiveram que passar cinco séculos para que se povoasse o espaço incluído nessa nova muralha⁹³³.

Valência tomou um curso independente do de Barcelona e também se aproveitou das dificuldades desta. Ao contrário de Barcelona, Valência registou, no século XV, um notável desenvolvimento⁹³⁴.

⁹²⁹ A. da Silva Rego *Os descobrimentos henriquinos e a expansão portuguesa*, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, (Abril-Junho 1960): 158. Santiago Sobrequés Vidal, “La Baja Edad Media peninsular,” in *Historia social y económica de España y América*, dir. J. Vicens Vives, 4 ed. (Barcelona: Vicens Vives, 1982), 318.

⁹³⁰ Pierre Vilar, *La Catalogne dans l’Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, vol. I (Paris: Flammarion, 1962), 245-246, sublinha que nos finais do século XIV Portugal estava “preparado para iniciar o seu desenvolvimento” e a Catalunha estava «no fim da sua corrida», o que era indicativo da situação interna dos dois reinos. Um século antes, quando a Catalunha atingiu o seu apogeu económico, os catalães foram capazes de se impor a outras potências, não só no Mediterrâneo, mas também na Anatólia. Esta geografia da presença económica era válido também para casos de famílias comerciais, como era o caso dos Mitjavila. Víctor Hurtado, *Els Mitjavila: una família de mercaders a la Barcelona del segle XIV* (Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2007), 376-377.

⁹³¹ Norbert Font i Sagué, *Historia de Catalunya*, 2 ed. (Barcelona: Imp. Francesc X. Altés, 1919), 108-109.

⁹³² Bisson, *The Medieval Crown of Aragon*, 184; Vicens Vives afirma também que esta crise se enquadra na crise geral do Ocidente europeu Jaime Vicens Vives, *Manual de Historia económica de España*, 9 ed. (Barcelona, 1972), 212; J. H. Elliot, *La España imperial, 1469-1716* (Barcelona: Vicens Vives, 1986), 30.

⁹³³ Bisson, *The Medieval Crown of Aragon*, 184-186. A partir de 1445 Catalunha entra na fase aguda da depressão. J. Vicens Vives, *Els Trastàmars. El segle XV* (Barcelona: Teide, 1950), 18-24. Claude Carrère, *Barcelone. Centre économique à l’époque des difficultés. 1380-1462* (Paris, La Haye: Mouton&Co, 1967), I, 8, situou a cronologia da crise entre 1380 e 1462. José Enrique Ruiz Doménech, “La crisis económica de la Corona de Aragón. Realidad o ficción historiográfica?”, *Cuadernos de Historia, Anexos a la revista Hispania*, n. 8 (1977): 88-98, criticou Vives e Vilar, afirmando que estes autores tinham atribuído à agricultura uma importância excessiva, (influência marxista) e tinham sobrevalorizado os problemas demográficos, (influência malthusiana).

⁹³⁴ «mentre que l’Europa occidental travessa un llarg període de depressió, en el segle XV, ateny València un gran esplendor demogràfic, econòmic i cultural. Als volts del 1400, amb el plantejament de la crisi de la Baixa Edat Mitjana, la supremacia dins la Corona d’Aragó que abans exercia Barcelona passa obertament a la ciutat de València, la qual inicia llavors la seua època d’apogeu». Manuel Sanchos Guarnier, *La ciutat de València. Síntesi d’Història i Geografia urbana*, 5. Ed. (Valencia: Ajuntament de València, 1989), 169. Antoni Furió i Ferran García “Dificultats agràries en la formació i consolidació del feudalisme al País Valencià”, *Estudi General*,

Nos finais do século XIV, os portugueses afirmam-se e impõem a sua vontade política perante a hegemonia de Castela e, em 1415, ganham novas bases estratégicas em Ceuta; os valencianos, na mesma época, afirmam a sua identidade política e nacional. Enquanto isto, a Catalunha e Génova conhecem, na mesma altura, graves derrotas políticas, que afectam a sua soberania e independência⁹³⁵. Joan Reglà identifica a fase da hegemonia valenciana dentro da Coroa de Aragão, desde o século XV até os anos 70 do século XVI⁹³⁶. A sua ascensão e prosperidade económica é paralela à ascensão portuguesa e começou, tal como a portuguesa, no século XIV⁹³⁷.

Valência manteve-se numa posição marginal nos grandes circuitos económicos europeus até 1350⁹³⁸, evidenciando-se cada vez mais a partir dos finais deste século⁹³⁹. P. Vilar afirma que «son siècle d'or será le XV^e»⁹⁴⁰. Mas a verdade é que este começou na altura em que se fizeram sentir as dificuldades económicas de Barcelona e, ainda mais, no início da Guerra dos Cem Anos, que conduziu também ao retrocesso dos mercadores franceses⁹⁴¹.

1985-1986, (5-6): 306. Allò cert és que als darrers anys del segle XIV i començaments del xv la població valenciana assolí els nivells més alts, no recuperats fins al segle XVI, i en alguns casos, el XVIII.

⁹³⁵ Se em Caspe ainda houve alguma voz contra a nomeação de Fernando de Antequera como rei de Aragão, em 1462 a *Generalitat*, chega a proclamar rei de Catalunha o próprio Enrique IV de Castela Enríquez del Castillo, *Crónica de Enrique IV*, caps, 46 e 48; Ramón Menéndez Pidal, *El Compromiso de Caspe, autodeterminación de un pueblo*, introdução a História de España, dir. R. M. Pidal, vol. XV (Madrid: Espasa-Calpe, 1964), p. CLX; Próspero de Bofarull y Mascaró, *Los Condes de Barcelona vindicados. Cronología y genealogía de los Reyes de España considerados como soberanos independientes de su marca*, tomo II, (Barcelona, 1836), 320;

⁹³⁶ Joan Reglà i Campistol, *Aproximació a la història del País Valencià* (Valencia: Eliseu Climent 1978), 43.

⁹³⁷ Luís e Espinach *Relazioni economiche tra Valenza e l'Italia*, ob. cit., p. 79.

⁹³⁸ A. Rubio Vela, *El segle XIV*, in *Història del País Valencià*, II, coord. por E. Belenguier Cebrià (Barcelona: Edicion 62, 1989), 179-185;

⁹³⁹ Federico Melis, “Malaga nel sistema economico del XIV e XV secolo”, *Economia e Storia* 3 (1956): 19-59 e 139-163; Germán Navarro Espinach, “Los genoveses y el negocio de la seda en Valencia (1457-1512)”, *AEM*, 24 (1994): 201-224. A historiografia valenciana mostra unanimidade considerando que desde o último quartel do século XIV o sector da economia valenciana que mais se desenvolveu foi o comércio externo. José Hinojosa Montalvo, “Aspectos del comercio exterior valenciano en el siglo XIV (1351-1378)”, *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval* (1999): 208-209.

⁹⁴⁰ Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne moderne*, I, 249.

⁹⁴¹ «Fino al 1350 Valenza non rappresentò una piazza particolarmente importante... da quel momento la crescita agricola e industriale e diversi fattori internazionali determinarono l'ascesa verso una posizione preminente nel Mediterraneo». Igual Luís e Navarro Espinach, *Relazioni economiche tra Valenza e l'Italia nel Basso medioevo*, 73; G. Romestan, *Els mercaders llenguadocians en el Regne de València durant la primera meitat del segle XIV*, in *València, un mercat medieval*, coord. de A. Furió (Valencia: 1985), pp. 255-258.

S. Colom observa que, até 1376, o comércio de Maiorca foi mais intenso com a Catalunha, mas a partir deste tempo o predomínio das relações mercantis mudou de direcção, concentrando-se nos portos valencianos⁹⁴². Tal como Fernão Lopes, que anuncia uma nova idade do mundo, um autor do século XV, Fray Francisco Ximenez, dizia que, se havia paraíso na terra, estava situado no Reino de Valência⁹⁴³. O crescimento económico valenciano traduziu-se também num crescimento demográfico, embora muitos muçulmanos do reino emigrassem para Granada e para a Berbéria⁹⁴⁴. A prosperidade económica permitiu-lhe financiar boa parte das empresas bélicas de Alfonso V⁹⁴⁵. Outro aspecto importante em que podemos ver a confiança dos valencianos nas suas próprias forças, é a reacção ao compromisso de Caspe. Para a maioria dos autores, desde Zurita, os valencianos apoaram muito mais o catalão Jaime de Urgel do que os catalães⁹⁴⁶.

No caso de Maiorca, a sua prosperidade esteve ligada à mesma conjuntura política e económica, que viabilizou o início da expansão portuguesa e valenciana. Mas também, considerando a sua posição geográfica, não sofreu a marginalização de Valência e sobretudo de Portugal, durante o apogeu de Barcelona e Génova⁹⁴⁷. Segundo D. Abulafia, embora o

⁹⁴² Francisco Sevillano Colom, “Mallorca-Valencia: relaciones marítimo-mercantiles en el siglo XIV,” in *Primer Congreso de Historia del País Valenciano* (Valencia: Universidad de Valencia, 1980), II, 548. O mesmo quadro se apresenta também para os mercadores lombardos Patrizia Mainoni, *Mercanti lombardi tra Barcellona e Valenza nel basso medioevo* (Bologna: Capelli editore, 1982).

⁹⁴³ Francisco Diago, *Anales del Reyno de València*, tomo primero que corre desde su población después del Diluvio, hasta la muerte del Rey Don Iayme el Conquistador, Valencia, 1613, p. 15.

⁹⁴⁴ Os *Llibres d'Aveïnaments* municipais de 1375 até 1410 atestam 1859 carta de vizinhos, registando uma média de 47 novos vizinhos por ano, superior ao período dos meados do século XV, com 102 em 1344, 1345 e 1347 e uma média de 34 por ano, o que mostra a expansão demográfica dos finais do século. José Hinojosa Montalvo, *La sociedad valenciana en el siglo XV*, in *Nuestra Historia*, III, Valência, 1980, pp. 164-165; Igual Luís e Navarro Espinach, *Relazioni economiche tra Valenza e l'Italia nel Basso medioevo*, 88. Segundo F. Javier Marzal Palacios, *El mercado de esclavos de la ciudad de Valencia entre los siglos XIV y XV*, in *XVII CHCA* (Barcelona, 2003), 211-227, o aumento do negócio dos escravos na segunda década deste século explica-se com a expansão económica valenciana.

⁹⁴⁵ A. J. Miro Jódar, “La financiación de las empresas mediterráneas de Alfonso el Magnánimo Bailia general, subsidios de Cortes y crédito institucional en Valencia (1419-1455)”, *AEM* 33/2 (2003): 695-727.

⁹⁴⁶ «en ninguna de las provincias tuvo el conde de Urgel tanta parte» Zurita, *Anales*, lib. XI, cap. LVIII. A. Rubió, Vela, “Urgelistas valencianos. Sobre la oposición a Fernando I de Trastámara”, *AEM*, 33/1, 190-261.

⁹⁴⁷ Alvaro Santamaría Arández, “El Reino privativo de Mallorca,” in *Historia de Mallorca*, coordinada por J. Mascaró Pasarius (Palma de Mallorca, 1972), pp. 104-105; O cronista maiorquino V. Mut afirmou que «esta isla era a propósito para el comercio porque tiene su sitio casi en medio del Mediterráneo, com vecindad de España, Francia, Italia, Africa y Egipto». Vicente Mut, *Historia de Mallorca*, Mallorca, 1650, t. II, pp. 423-424.

reino de Maiorca no aspecto político tenha sido um fracasso, o mesmo não se pode dizer do aspecto económico⁹⁴⁸. Saragoça viveu também uma boa época no século XV⁹⁴⁹. Zulaica Palácios, estudando os indicadores económicos de Aragão entre 1300 e 1430, concluiu que, no período 1378-1430, Aragão conheceu o seu melhor período⁹⁵⁰.

Na Península Itálica, embora Kosminsky pensa que a Itália “n’entre pas dans ce tableau de dépression économique generale”⁹⁵¹, temos que ter em conta que não existia uma Itália, mas diversas “Itálias”⁹⁵². Assim, Florença embora tenha começado a sua ascensão relativamente tarde, comparando com Génova e Veneza, chegou a ter uma taxa de crescimento entre os meados do século XIII e os meados do século XIV, que fez com que chegasse igualar as mais importantes cidades italianas e até ultrapassar e incorporar as cidades próximas⁹⁵³. Esta ideia dum passado medíocre e duma ascensão rápida deixou a sua marca talvez por se viver num tempo de renascença⁹⁵⁴; isso lembra-nos a afirmação de Fernão Lopes, que marca a ascensão de D. João I como o início dum nova época. À semelhança de Portugal, também Florença conheceu um período de fortalecimento e de expansão na última década do séc. XIV e nas três primeiras décadas do séc. XV⁹⁵⁵.

⁹⁴⁸ A fraqueza política não foi acompanhada por fraqueza económica. David Abulafia, “The Problem of the Kingdom of Majorca (1229/76-1343). 2. Economic Identity”, *Mediterranean Historical Review* 6 (1991/1): 35. Abulafia, “The Problem of the Kingdom of Majorca,” 55; David Abulafia, *A Mediterranean Emporium. The Catalan Kingdom of Majorca* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), 233.

⁹⁴⁹ Ch.-. Dufourcq, J. Gautier-Dalché. *Historia economica y social de la Espana cristiana en la Edad Media* (Barcelona: Ediciones El Albir, 1983), 301-302

⁹⁵⁰ Fernando Zulaica Palácios, *Fluctuaciones económicas en un período de crisis. Precios y salarios en Aragón en la baja Edad Media. (1300-1430)* (Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 1994), 330.

⁹⁵¹ Kosminsky, “Peut-on considerer les XIV et XV siècles comme l’époque de la décadence de l’économie européenne?”, 561.

⁹⁵² Referindo-se à Itália A. Saporì afirma que “c’est à la fin du XIV^e siècle que l’expansion italienne à l’étranger touché à sa phase la plus heurée.” Saporì, *Le Marchand italien au Moyen Age*, p. LVII. A Itália tinha 12-13 milhões de habitantes em 1300, caindo para 7-8 milhões na primeira metade do séc. XV e chegando aos níveis de 1300, por volta de 1600. Paolo Malanima, “The long decline of a leading economy: GDP in central and northern Italy, 1300-1913”, *European Review of Economic History* 15, 2 (2011): 175.

⁹⁵³ Hay, *The Italian Renaissance in its Historical Background*, 66.

⁹⁵⁴ Hay, *The Italian Renaissance in its Historical Background*, 10-11.

⁹⁵⁵ A maioria dos autores “mark the rise of a new state sometime between; 1393 and 1411.” Cohn, *Creating the Florentine State. Peasants and Rebellion*, p. 1. No entanto o fim da Guerra dos Cem Anos coincide com um rápido declínio. Roover, *Il banco Medici. Dalle origini al declino*, 518

A comparação entre Génova e Veneza⁹⁵⁶, no entanto, é mais importante e útil em termos de identificação de tendências de desenvolvimento e/ou depressão, por se tratar de duas repúblicas que, em termos estruturais, têm muitas semelhanças⁹⁵⁷. Génova, tal como a Catalunha, conheceu o seu apogeu no período entre 1260-1330 e também no seu caso, a partir da metade do século XIV começou o período de dificuldades⁹⁵⁸. Os autores reconhecem esta cronologia, mas também a Peste Negra é apresentada como causa. No entanto, S. Epstein mostrou que a Peste não teve efeitos visíveis no volume do comércio genovês⁹⁵⁹.

A rivalidade entre Veneza e Génova tornou-se numa guerra aberta desde 1352. Uma série de batalhas navais ocorreram, a mais decisiva das quais a de Chioggia em 1381, «closed the chapter of Genoese-Venetian commercial rivalry»⁹⁶⁰. A dominação dela tornou-se objectivo em torno do qual se concentraram, a partir dos finais do século XIV, as atenções concorrentes da França e dos Duques de Milão⁹⁶¹. A aceitação da soberania francesa afectou negativamente o comércio, levando a revoltas, primeiro em Chios, em 1408 e depois na própria Génova, em 1409⁹⁶². Em 1390, genoveses e franceses tentaram uma conquista na África do Norte, mas não conseguiram aguentar os agravos económicos da campanha⁹⁶³.

⁹⁵⁶ Veneza e Portugal tinham muitas coisas em comum. Finlay, “Crisis and Crusade in the Mediterranean: Venice, Portugal, and the Cape Route to India,” 51-52.

⁹⁵⁷ Diehl, *La république de Venise*, 162; Crouzet-Pavan, *Triumphant Venice. The Horizons of a Myth*, (Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2002), 80.

⁹⁵⁸ Laura Baletto, “La colonisation orientale dans les «Annales» génoises de Giorgio Stella,” in *Le Partage du Monde* (Paris : Publications de la Sorbonne, 1998), 35. Hay e Law, *Italy in the Age of the Renaissance*, 244-245.

⁹⁵⁹ Steven A. Epstein, *Genoa and the Genoese (958-1528)* (London: The University of North Carolina Press, 1996), 215-217.

⁹⁶⁰ J. Westfall Thompson, *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages* (New York, Frederick Ungar, 1960), 371; “Ninguém nos Balcãs parecia suficientemente forte para enfrentar os turcos, excepto os venezianos. Crouzet-Pavan, *Triumphant Venice*, 77; Mallett e Hale, *The Military Organization of a Renaissance State*, 14-15; Hay e Law, *Italy in the Age of the Renaissance*, 260.

⁹⁶¹ Jacques Heers, *Genes au XV^e siècle* (Paris : SEVPEN, 1961); Enrico Basso, *De Boucicault à Francisco Sforza. Persistance et changements dans la politique orientale des seigneurs étrangers de Gênes au XV^e siècle*, in *Le Partage du Monde*, pp. 63-70; Hay e Law, *Italy in the Age of the Renaissance*, 153.

⁹⁶² Geo Pistarino, “Chio dei Genovesi”, *Studi Medievali*, 10/1 (1969): 54; Sobre o segundo período veja-se Enrico Basso, “La Corona d’Aragona e la dominazione viscontea su Génova (1421-1435)”, in *XIV CHCA*, vol. III, 123-135. Sobre o papel das colónias genovesas e o seu peso político em Génova, Geo Pistarino, “Génova Medievale tra Oriente e Occidente”, *Rivista Storica Italiana* 81, 1 (1969): 44-73.

⁹⁶³ *Les chroniques de Sire Jean Froissart*, in *Historiens et chroniqueurs du Moyen âge* (Paris: Librairie Gallimard, 1952), liv. IV, caps. 13, 14, 15 e 17, pp. 714- 786 e 796-806; Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*

Tudo parece indicar que toda a zona do Mediterrâneo Central, entre o Norte de África⁹⁶⁴ o Sul de França, a costa ocidental da península itálica e a costa oriental da península ibérica se encontrava com graves problemas económicos, políticos e sociais. Não só os portos de Génova e de Barcelona sofreram com o fecho do mercado francês, mas também sofreu a Sardenha, a Sicília, Nápoles⁹⁶⁵ e ainda o Norte de África. Esta última área, neste século, estava em plena decadência económica, política e social⁹⁶⁶. Embora pareça estranho, as causas da sua decadência podem buscar-se na conjuntura negativa resultante do encerramento da rota que, através da França, ligava estas regiões com o norte de Europa⁹⁶⁷.

A Sicília, que durante os séc. XIII e XIV tinha sido o celeiro do Mediterrâneo, no séc. XV várias vezes teve que importar cereais. Nos finais do séc. XIII, quando Pedro III de Aragão conquistou este reino, a sua importância era crucial para o equilíbrio das forças na Europa⁹⁶⁸. A cronologia da sua decadência não é diferente das outras zonas daquela área. As dificuldades tinham começado antes, mas é aceite como baliza cronológica a segunda metade do séc. XIV⁹⁶⁹.

O caso da Sardenha ilustra bem a importância da Guerra dos Cem Anos na crise dos séculos XIV-XV. J. Day, argumentando contra a ideia dos malthusianos, que defendem que a crise

(Lisboa: Edifel, 1994), 46.; Georges Jehel, “Gênes et Tunis au Moyen Age: ou l’alternative de la guerre et de la paix,” *Les Cahiers de Tunisie, Revue de Sciences Humaines*, n. spécial, 169-170 (1995): 96, pensa que o facto de que o tratado de 1391 que deu fim a este conflito não ter sido favorável para os genoveses evidencia as capacidades defensivas hafsidas.

⁹⁶⁴ No séc. XV a agricultura tinha chegado a uma grave crise. Em 1298, a taxa sobre a terra (kharaj) chegou a 10, 816, 584 dinares. Em 1315 a 9,428,289, e em 1517 diminuiu a 1,800.000. Um censo dos anos 1433-4 mostrou 2,170 aldeias, comparadas com 10,000 nos séc. X-XI. Segundo os dados exagerados de Ibn Taghri Birdi, entre 1394 e 1434, o número dos trabalhadores da indústria têxtil em Alexandria passou de 14,000 para 800. Nos meados do séc. XIV, a produção de açúcar entrou numa decadência da qual nunca mais recuperou. Das 66 refinarias de açúcar no Cairo em 1324, só 19 existiam no início do séc. XV. Estes dados apontam para uma contracção absoluta da economia egípcia no final do século XIV. Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 115-118.

⁹⁶⁵ Quando Alfonso V entra em Nápoles aquele reino estava em decadência. Elliot, *La España imperial*, 32.

⁹⁶⁶ Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 121-122, 128.

⁹⁶⁷ Eliyahu Ashtor, *L’exportation des textiles occidentaux dans le Proche Orient musulman au bas Moyen Age, (1370-1571)* in *Studi in memoria di Federico Melis*, 2 (Napoli: Giannini Editore, 1978), 371.

⁹⁶⁸ V. Salavert y Rocà *Cerdeña y la expansión aragonesa, de la Corona de Aragón, 1297-1314* (Madrid: CSIC, 1956), 43; Klüpfel, *Alfons III*, p. VII.

⁹⁶⁹ Denis Mack Smith, *Storia della Sicilia medievale e moderna*, vol. I (Bari: Laterza, 1973), 106.

foi desencadeada pelo sobrepovoamento, sublinha o facto de que Sardenha era uma ilha pouco povoada, mas mesmo assim foi afectada duramente pelas fomes e epidemias⁹⁷⁰. Durante a segunda metade do século XIV, conheceu guerras internas e rebeliões contra o domínio aragonês mas só em 1410 foi conquistada completamente⁹⁷¹. A partir da segunda metade do século XIV começou a sua rápida decadência⁹⁷². F. Casula, afirma que «era realmente in pèssimo stato»⁹⁷³ por volta de 1420 e que no século XV «non c'è quasi più storia»⁹⁷⁴. M. Tangheroni, por seu lado, afirma que desde a época púnica a importância da Sardenha como área de produção cerealífera tinha sido grande; contudo, na segunda metade do século XIV, os cereais sardos quase desaparecem dos mercados⁹⁷⁵. A decadência geral explica-se pela decadência económica das diversas regiões da ilha⁹⁷⁶. Esta situação torna-se ainda mais dramática tendo em conta que se tem consolidado a tese historiográfica de que a expansão catalã era motivada pelos recursos naturais desta ilha⁹⁷⁷.

⁹⁷⁰ John Day, “Malthus démenti? Sous-peuplement chronique et calamités démographiques en Sardaigne au Bas Moyen Age”, *Annales ESC* 4 (1975): 684-697. No caso de Pistoia, D. Herlihy, pergunta: se Pistoia estava sobrepovoado em 1344, será que estava ainda em 1392, quando a sua população era menos da metade dos níveis antes da Peste, e continuava a diminuir. Herlihy, “Population, Plague and Social Change,” 82-83.

⁹⁷¹ Antonio Arribas Palau, *La conquista de Cerdeña por Jaime II de Aragón* (Barcelona: Instituto Español de Estudios Mediterráneos, 1952); Giuseppe Meloni, *Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo* (Cagliari: Consiglio nazionale delle ricerche, Centro di studi sui rapporti italo-iberici, 1988), 48; Francesco Cesare Casula, *Profile storico della Sardegna catalano-aragonesa* (Cagliari: CNR, 1982), 161.

⁹⁷² Alberto Boscolo, *I Parlamenti di Alfonso il Magnânimo* (Milano: A. Giuffrè, 1953), p. 20, n. 17. Veja-se: John Day, *Villaggi abbandonati in Sardegna dal trecento al settecento: inventario* (Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1973); A. Terrosu Asole, *L'insediamento umano medioevale e i centri abbandonati tra il secolo XIV ed il secolo XVII*, suppl. ao fasc. II do *Atlante della Sardegna*, Roma, 1974; Francesco Cesare Casula, *Giudicati e Curatorie*, in *Atlante della Sardegna*, vol. II, Roma, 1980; Zurita afirma que “en estrema miseria, y desesperación», *Anales*, 1610, liv. X, cap. 23, f. 372.

⁹⁷³ Casula, *Profile storico della Sardegna catalano-aragonesa*, 107, calcula que 650 aldeias das 1100 que há registos, foram abandonadas.

⁹⁷⁴ Casula, *Profile storico della Sardegna catalano-aragonesa*, 175. De 1324 a 1485, a população sarda reduziu-se quase a metade. Arrigo Solmi, *Studi storici sulle istituzioni della Sardegna nel Medio Evo* (Cagliari: Presso la Società storica sarda, 1917), 229; Luigi Offeddu, *Storia della villa e delle saline turritane di Genano*, in P. Mameli et al., *Miscelanea di studi medioevali sardo-catalani* (Cagliari: CNR, 1981), 130.

⁹⁷⁵ Marco Tangheroni, *Aspetti del commercio dei cereali nei paesi della Corona d'Aragona. La Sardegna* (Pisa: Pacini Editore, 1981), 38.

⁹⁷⁶ Meloni, *Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo*, 130-133, afirma que as numerosas aldeias da zona, a partir de 1350 desapareceram «con un'incidenza percentuale elevatissima».

⁹⁷⁷ V. Salavert i Roca, *Los motivos económicos en la conquista de Cerdeña*, in *VI CHCA* (Madrid, 1959), 433-445; Mario del Treppo, *I mercanti catalani e l'espansione della corona d'Aragona nel secolo XV*, (Napoli: l'Arte tipografica, 1972.); Giuseppe Meloni, *Note sull'economia della Sardegna basso-medioevale*, in *La sardigna nel mondo mediterraneo, Atti del primo convegno internazionale di studi geografici-storici*, (Sassari,

O quadrângulo do centro e norte de Itália, que teve os seus principais pontos em Génova-Florença-Milão-Veneza, no século XV mostrou bem clara a fraqueza do lado ocidental da península, com Génova e Florença a decair e Milão e Veneza a crescer e expandir-se⁹⁷⁸. E. Ashtor defende que a ascensão de Veneza, numa situação de monopólio do comércio oriental por volta dos anos 1400, compensou a decadência do comércio genovês⁹⁷⁹. Na segunda metade do século XV Veneza veio a assumir o papel de líder indiscutível, comercial e marítimo, no Mediterrâneo⁹⁸⁰. No caso da Florença, a sua decadência começou ao mesmo tempo que a de outras cidades e zonas daquela área, tendo como ponto de viragem os meados do séc. XIV⁹⁸¹. A comparação entre Florença e Veneza é impressionante: esta alcançou, por volta de 1500, o nível de população anterior à Peste, mas Florença não chegou a este nível até o século XVIII⁹⁸². Os estudos de Ch. Higounet mostram a relação entre os ciclos económicos, não só entre a região de Florença e o Piemonte italiano, mas também entre estas duas áreas e a Gasconha, ou o «*piémont*» *pyrénéen*⁹⁸³.

A decadência do Mediterrâneo Central, talvez melhor do que qualquer outra, é comprovada o facto dos navios genoveses que se dirigiam do Levante para a Flandres chegarem a evitar a

1981), 317-318. Mas como observa F. Manconi depois da conquista tudo se complica de improviso. Francesco Manconi, *L'Alguer, un puerto catalán en la ruta de Oriente*, in *XVII CHCA*, 435-440.

⁹⁷⁸ Milão pode ter escapado dos piores efeitos da crise. Lopez, Miskimin, Udovitch, "England to Egypt, 112; Reinhold C. Mueller, "La situación económica de Italia en la Baja Edad Media," in *Europa 1400. La crisis de la baja Edad Media*, eds. Ferdinand Seibt e Winfried Eberhard (Barcelona: Crítica, 1992), 182-185.

⁹⁷⁹ O monopólio de Veneza no comércio levantino, foi precedido de um "boom in the levantine trade at the end of the XIV century", Eliyahu Ashtor, "Observations on Venetian Trade in the Levant in the XIVth Century," *Journal of European Economic History* 5. (1976): 550.

⁹⁸⁰ Harry A. Miskimin, "Monetary Movements and Market Structure: Forces for Contraction in Fourteenth and Fifteenth-Century England", *The Journal of Economic History* 24 (1964): 490; Alfred Doren, *Storia economica dell'Italia nel medioevo* (Bologna: Forni, 1965), 306.

⁹⁸¹ Entre 1299 e 1348 Florença fundou 5 novas vilas nas cercanias da cidade. Charles Higounet, « Les Terre Nuove florentines du XIV^e siècle, » in *Studi in onore di Amintore Fanfani*, III, Milano, 1962, 15-17.

⁹⁸² Mueller, *La situación económica de Italia en la Baja Edad Media*, 194.; Florença sentiu mais do que Veneza as consequências da Guerra, por se ter expandido na mesma área que tornou-se teatro da Guerra.

⁹⁸³ Este povoamento de aldeias e vilas novas eram a expressão do crescimento demográfico, com um maximum por volta de 1250 em Piémont e 1307 na Gasconha. Charles Higounet, "Les villeneuves du Piémont et les bastides de Gascogne (XII^e-XIV^e siècles)," in Higounet, Charles, *Paysages et villages neufs du Moyen Age*. Recueil d'articles (Bordeaux, 1975), 367-370.

própria metrópole⁹⁸⁴. O comércio europeu do norte de África estava exclusivamente nas mãos dos catalães⁹⁸⁵ e dos genoveses⁹⁸⁶, ao contrário dos seus rivais venezianos, os quais se tinham concentrado na parte oriental do Mediterrâneo⁹⁸⁷. Talvez por isso é que a situação económica, social e política do norte de África seguiu mesma curva descendente dos outros estados do Mediterrâneo central⁹⁸⁸.

Os dados indicam, ao contrário da decadência que afectava o Mediterrâneo central, um período de crescimento económico, de consolidação política e de estabilidade social para os dois maiores actores desta área: Veneza⁹⁸⁹ e o estado Otomano⁹⁹⁰. Também indicam uma consolidação nas colónias genovesas, em clara contradição com as dificuldades por que passava a metrópole⁹⁹¹. Desde 1380 que se notava um aumento significativo do tráfego no mar Adriático, na mesma época em que este aumento se observava para Valência e Portugal. Dubrovnik conheceu, a partir do século XIV e até o século XVII, o período de maior desenvolvimento, tornando-se uma das cidades mais ricas e prósperas do Mediterrâneo⁹⁹².

⁹⁸⁴ Freddy Thiriet, *La Romanie Vénitienne au Moyen Age: le développement et l'exploitation du domaine colonial vénitienne, XIIe-XVe siècles* (Paris: Éditions E. de Boccard, 1959), 419.

⁹⁸⁵ Ch-E. Dufourcq, "Les relations de la Péninsule Ibérique et de l'Afrique du Nord au XIVe siècle", *AEM* 7, (1970-1971): 39-65, nota que o Norte de África constituía um espaço com bases complementares à das Baleares, da Sardenha e da Sicília. Santiago Sobrequés Vidal, "La Baja Edad Media peninsular," in *Historia social y económica de España y América* 4.ed. (Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1982), 299-300, disse que os catalães praticamente monopolizaram o comércio com a África do Norte.

⁹⁸⁶ Federico Melis, "Malaga sul sentiero economico del XIV e XV secolo", *Economia e Storia* 3 (1956): 35-45. Fryde, "Italian Maritime Trade with Medieval England", 318.

⁹⁸⁷ Fryde, "Italian Maritime Trade with Medieval England," 320-321.

⁹⁸⁸ J. M. Madurel Marimón e A. Garcia Sanz, eds., *Comandas comerciales barcelonesas de la baja edad media*, *AEM*, supp. 4 (1973): n. 6; A partir da segunda metade do século XIV, o poder merinida, conheceu o colapso. A decadência do poder merinida foi tão rápida, que em cerca de um século subiram ao trono 17 sultões. Luis Miguel Duarte, "Regresso a Ceuta," in *Portogallo mediterraneo* (Cagliari, 2001), 124.

⁹⁸⁹ Oliver Jens Schmitt, *Das venezianische Albanien 1392-1479* (München: Oldenbourg, 2001), 217; Alain Ducellier, *La façade maritime de l'Albanie au moyen âge. Durazzo et Valona du XIe au XVe siècle*, Salonica, 1981.

⁹⁹⁰ F. Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris 1966, II. 15-19.

⁹⁹¹ Geo Pistarino, "Chio dei Genovesi", in *Studi Medievali*, 10/1, (1969): 54.

⁹⁹² Bariša Krekić, *Dubrovnik and Spain: commercial and human contacts, fourteenth-sixteenth centuries*, in *Iberia and the Mediterranean World of the Middle Ages. Essays in Honor of Robert I. Burns S. J.*, (Brill, 1996), II, 396-397; F. W. Carter, "The Commerce of the Dubrovnik Republic, 1500-1700," *The Economic History Review* 24, no. 1 (1971): 370

1.8. Geografia económica e geografia política na Europa

A Guerra impôs uma nova conjuntura comercial e, como consequência disto, uma diversa geográfica económica. Mas como se manifestava em termos espaciais esta nova geografia económica e em que medida as instituições políticas aproveitaram estas mudanças? Temos que ter em conta que a expansão territorial se baseia numa expansão económica, ou seja, muitas vezes o desenvolvimento económico dum país exterioriza-se através da expansão territorial⁹⁹³. Esta expansão territorial pode manifestar-se através da conquista de territórios de outros estados, ou através da colonização e conquista de novos espaços ecológicos, como foi o caso de Portugal, que seguiu as duas linhas, ou de outros estados da Europa de Leste, especialmente a Polónia⁹⁹⁴ e os dinamarqueses, na Suécia⁹⁹⁵. A comparação entre Portugal, a Holanda, Veneza, Nuremberg e Polónia é válida mesmo em termos cronológicos⁹⁹⁶.

As regiões e os estados que beneficiaram da nova conjuntura comercial e económica mostram padrões muito semelhantes de materialização desta posição favorável. Os efeitos manifestaram-se com bastante clareza, seja para os países que iam aproveitando da nova conjuntura, seja por parte das regiões e países que sofreram os efeitos negativos dela.

Notamos que, a partir de 1390 e até 1430, os primeiros exteriorizaram estes efeitos através da intensificação da pressão contra os segundos, que já estavam vulneráveis. Uma das manifestações mais óbvias foram as conquistas e as expansões territoriais dos primeiros à custa dos segundos. Assim, a Inglaterra, nos anos 1390, impôs-se à Irlanda e nos inícios de

⁹⁹³ «Il n'est pas de routes sans économie», Pierre Chaunu, *Les routes espagnoles de l'Atlantique*, in *Noveno Coloquio Internacional de Historia Marítima* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 1969), 106.

⁹⁹⁴ Na Mazovia intensifica-se a colonização “précisément à la fin du XIV et au début du XV siècle.” Małowist, “Bases économiques du retour de la Poméranie de Dantzig à la Pologne,” 71.

⁹⁹⁵ “le début des grands mouvements d'expansion au XV^e et déjà même au XIV^e siècle (notamment la colonisation des îles de l'Atlantique) n'appartient pas au même groupe d'événements et ne fut pas provoqué par des causes identiques?” Małowist, “Les mouvements d'expansion en Europe aux XV^e et XVI^e siècles,” 218.

⁹⁹⁶ Na Polónia a transformação da economia nobiliária aconteceu em simultâneo com a expansão da atividade económica da nobreza nos territórios que não foram previamente cultivados. Małowist, “Les mouvements d'expansion en Europe aux XV^e et XVI^e siècles,” 219.

1400 à Escócia, culminando esta manifestação de força nos anos 1415-1419, na campanha francesa. Na Itália, Veneza começou a sua expansão na “terraferma”⁹⁹⁷, no mesmo tempo que a sua expansão territorial, na zona do Adriático oriental, tendo, entre 1392 e 1405, conquistado a sua província albanesa e fazendo, pela primeira vez, fronteira terrestre com os domínios otomanos⁹⁹⁸. Na Morea conquistou Nauplia (1388), Lepanto (1393), Argos (1394), Patras (1408), Thessalonica (1423)⁹⁹⁹.

Na Alemanha, a partir dos finais do século XIV, testemunha-se a expansão territorial das cidades nas áreas circundantes, sendo a escala desta expansão relacionada estreitamente com a dimensão, ou a pujança económica da própria cidade. Colónia, Nuremberg e Augsburg foram as mais activas nesta política de expansão territorial¹⁰⁰⁰. Nas outras zonas de Alemanha¹⁰⁰¹ destacam-se dois centros importantes e que constituíam dois polos económicos das terras germânicas: Colónia¹⁰⁰² e Nuremberga. Ambas seguiram um padrão semelhante a Portugal, à Holanda, à Hansa, a Castela, a Valência,¹⁰⁰³ a Veneza e a Milão¹⁰⁰⁴. Por volta de 1340, Colónia tinha uma população de 35 mil a 40 mil pessoas, sendo o maior centro

⁹⁹⁷ Treviso (1387), Padova (1405), Verona (1402), Vicenza (1404), Belluno (1420), Brescia (1426), Bergamo (1428), Crema (1454), Lago Garda (1441), Rovereto (1416). John E. Law, “The Venetian Mainland State in the Fifteenth Century,” *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, II, (1992): 153-174; Francesco Surdich, “Genova e Venezia fra Tre e Quattrocento”, *Atti della società ligure di storia patria*, Nuova serie, 7 (81), fasc.2 (1967), 229-230.

⁹⁹⁸ Conquistou Durrës, Alessio, Scutari, Drivasto, Dulcigno e Antivari, ou seja um território que compreende as cidades mais importantes do norte de Montenegro e até o sul da Albânia actual. Oliver Jens Schmitt, “Le commerce vénitien dans l’Albanie vénitienne: mécanismes et conjunctures d’un espace économique au XV^e siècle”, in *AEM*, 33/2 (2003), 881-883; Giuseppe Valentini, “Dell’amministrazione veneta in Albania,” in *Venezia e il Levante fino al secolo XV*, ed. A. Pertusi, vol. II/2 (Firenze, 1973), 844-910;

⁹⁹⁹ Tessalonica que constituía a segunda cidade mais importante de Bizâncio, foi vendida pelo imperador por 50 mil ducados. Charles Diehl, “The Economic Decline of Byzantium,” *The Economic Decline of Empires*, ed. Carlo M. Cipolla (London: Methuen&Co, 1970), 101.

¹⁰⁰⁰ Entre as cidades da Suábia, “o raio da propriedade burguesa estendia-se até 40 ou mesmo 60 km. Scott, *Society and Economy in Germany*, 138-139.

¹⁰⁰¹ Antes da Peste Negra a população da Alemanha contava perto de 14 milhões de habitantes. Leuschner, *Germany in the Middle Ages*, 174.

¹⁰⁰² Colónia desde cedo que manteve a liderança e a precedência sobre todas as outras cidades ao longo do Reno. Eiden e Irsigler, “Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages,” 46.

¹⁰⁰³ Mackay, *Spain in the Middle Ages*, 128, 168.

¹⁰⁰⁴ A ascensão de Milão levou à Guerra entre Milão e Florença em 1351-1353, entre Milão e o Papado em 1362-1364 e 1367-1369 e entre Milão e o Papado em aliança com Florença em 1369-1370. Larner, *Culture and Society in Italy*, 126.; A resistência contra Milão devia-se sobretudo a Florença. Hans Baron, *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny* (Princeton University Press, 1966), 13; O alinhamento entre Veneza e Florença contra Filippo Maria moldou a vida política do norte da Itália entre 1420 e 1440. Hay e Law, *Italy in the Age of the Renaissance*, 155.

económico e urbano do Reno¹⁰⁰⁵. As perdas demográficas da Peste Negra e das pestes menores que se seguiram estavam recuperadas por volta de 1460/1470¹⁰⁰⁶.

Nuremberg manifesta um padrão semelhante¹⁰⁰⁷. O seu apogeu económico corresponde aos finais do século XV e inícios do século XVI, resultado de um processo de expansão urbana e territorial que tinha começado desde nos meados do século XIV. A chave do sucesso terá sido baseada nas ligações estreitas que a cidade manteve com a dinastia dos Luxemburgos e uma classe mercantil activa, que aproveitou o declínio das feiras de Champagne¹⁰⁰⁸. Isto foi reforçado pelo facto de Nuremberg ter uma posição nodal nas rotas comerciais norte-sul e oeste-leste e nos depósitos de ferro existentes nas áreas vizinhas¹⁰⁰⁹.

A distribuição de produtos era organizada através de uma rede de mercados e feiras, que cobriam todo o sul da Alemanha e que se estendiam na esfera da Hansa, assim como através das feiras de Frankfurt na Europa Occidental¹⁰¹⁰. Na segunda metade do século XIV, a cidade intensificou os esforços para controlar as áreas rurais circundantes e, nos finais da

¹⁰⁰⁵ Eiden e Irsigler, "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages," 50; Scott, *Society and Economy in Germany*, 123.

¹⁰⁰⁶ E teria estabilizado nestas valores ficando assim até à segunda metade do século XVIII. Franz Irsigler, "Kölner Wirtschaft im Spätmittelalter", in *Zwei Jahrtausende Kölner Wirtschaft*, I, pp. 217-319; Eiden e Irsigler, "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages", p. 44.

¹⁰⁰⁷ A população de Nuremberga apesar de constantemente reduzida pelas pestes aumentou de 13,750 em 1363 para 22,797 em 1431, tendo mantido este nível para o resto da centúria. Portanto conheceu um aumento rápido entre 1350 e 1450, seguido dum período de estabilização. Du Boulay, *Germany in the Later Middle Ages*, 167.

¹⁰⁰⁸ Du Boulay, *Germany in the Later Middle Ages*, 127, 136; Os efeitos da expansão económica começaram a sentir-se cedo, visto que em 1368 a cidade começou uma acção de reflorestação. Eiden e Irsigler, "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages," 52-55.

¹⁰⁰⁹ Eiden e Irsigler, "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages," 52; Claus Nordmann, "Nürnberger Grosshändler im spätmittelalterlichen Lübeck." *Nürnberger Beiträge zu den Wirtschafts- und Sozialwissenschaften*, 37-38 (1933): 5. Michael North, "Von den Warenmessen zu den Wechselmessen. Grundlagen des europäischen Zahlungsverkehrs in Spätmittelalter und Früher Neuzeit," in *Europäische Messen und Märktesysteme im Mittelalter und Neuzeit*, ed. Peter Johanek e Heinz Stoob (Köln: Böhlau Verlag, 1996), 223-238.

¹⁰¹⁰ Frankfurt, em muitos aspectos, substituiu as feiras de Champagne. Hodgett, *A Social and Economic History of Medieval Europe*, 83.; Sobre a ascensão das feiras alemãs ao custo das feiras de Flandres. Doumerc, "La politique des 'Rois-marchands' au XV^e siècle: l'enjeu des Flandres," 64. Sobre a importância das feiras de Frankfurt, veja-se Michael Rothman, *Die Frankfurter Messen im Mittelalter* (Stuttgart: Steiner, 1998). Os panos ingleses apareceram pela primeira vez conjuntamente e com os dos Países Baixos nas feiras de Frankfurt em 1341. Hektor Amman, "Deutschland und die Tuchindustrie Nordwesteuropas im Mittelalter," *Hansische Geschichtsblätter* 72, (1954): 39-42, 55-6; Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe*, 342.

Idade Média, controlava o maior território de todas as cidades imperiais¹⁰¹¹. No século XV, a sua população cresceu rapidamente, contrariando assim a tendência depressionista que supostamente terá sido geral¹⁰¹².

Outro caso desta nova geografia política foi a ascensão da Borgonha, que se estreou no teatro continental, ao mesmo tempo que as outras potências expansionistas da época, a partir da última década do século XIV. A acção do fundador do estado, Filipe o *Bravo*, foi facilitada e tornada possível apenas por causa da fraqueza do estado francês¹⁰¹³. No entanto, a expansão de Borgonha constituiu um obstáculo para a Hansa, que começou a decair com o início do século XV. A sua expansão continuou durante todo o tempo que a França esteve envolta na anarquia, chegando ao apogeu no tempo de Filipe, o Bom¹⁰¹⁴.

¹⁰¹¹ Consistia esta área de 6 cidades, 7 centros menores chamados mercados (Märkte) e mais de 60 aldeias. Eiden e Irsigler, “Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages,” 53.

¹⁰¹² Segundo as estimativas, tinha 20 mil habitantes aos meados do século XV e 28 mil em 1497. “Nürnberg”, s.v. in *Lexikon des Mittelalters*, col. 1318; Rudolf Endres, “Nürnberg in de Frühneuzeit”, in *Europäische Städte im Zeitalter des Barock: Gestalt, Kultur, Sozialgefüge*, ed. Kersten Krüger (Köln, Wien: Böhlau 1988), 142. Colónia e Nuremberg, a partir da segunda parte do século XV, intensificaram os seus monopólios mercantis e captaram as regiões vizinhas para a sua esfera. Scott, *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration*, 57.

¹⁰¹³ Vaughan, *Philip the Bold*, 79, 107.

¹⁰¹⁴ Sob Filipe, o Bom, os Países Baixos tornaram-se os mais ricos da Europa. Meeüs, *History of the Belgians*, 93; “diferentes estratégias foram gizadas para atribuir uma coroa real ao duque Filipe, o Bom. Frederick III não estava disposto a reconhecer Filipe, o Bom como um soberano poderoso independente, e não foi mais longe do que oferecer-lhe a coroa de Brabante. Vaughan, *Philip the Good*, 288-289.

QUARTA PARTE



Lisboa no século XVI. De Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572.

Wikipedia commons.

1. PORTUGAL: UM CASO CONVERGENTE OU DIVERGENTE NA “CRISE GERAL”?

Será possível fazer um balanço do Portugal económico, entre os anos 1337 e 1453, com os dados disponíveis, que sabemos serem muito poucos? Certo é que, por serem poucos, não são necessariamente insuficientes para mostrar as tendências gerais. Terá a economia portuguesa crescido ou diminuindo entre estas duas balizas cronológicas?

E a demografia pode fornecer-nos alguma sugestão, ou simplesmente teremos que nos contentar com o facto de que não existem números concretos? E a geografia urbana tem alguma coisa para nos dizer? Terá Portugal acompanhado os acontecimentos que se passavam na Europa, de longe, no seu canto de Finisterra? Ou, pelo contrário, terá representado o seu papel na geografia económica e política do continente? Se conseguirmos vislumbrar avanços pequenos ou, melhor ainda, ver grandes passos no progresso de Portugal, neste tempo que coincide com a Guerra dos Cem Anos, poderemos explicar alguma coisa ou tudo do muito que já está explicado, mas que não convence. Referimo-nos a acontecimentos concretos, como a crise de 1383-1385 e Aljubarrota, Ceuta, o Infante D. Henrique ou mesmo, antes dele, Manuel Pessanha.

Concretizando: como conciliar a crise total e decadência geral na Europa dos séculos XIV e XV com a expansão atlântica? Como conciliar o princípio da crise de comércio com o início da ligação directa entre o norte e o sul da Europa?

1.1.Ritmos de desenvolvimento das cidades portuguesas

Antes de olhar para as dinâmicas de desenvolvimento das cidades de Portugal na Idade Média, vale a pena sublinhar que estas cidades se englobavam em sistemas dinâmicos diferenciados. Um dos factores que influenciam esta dinâmica diferenciada foi a posição geográfica e, nesta, a distância da costa marítima que serve de agente mais importante. Assim, nesta diferenciação entre a faixa litoral e o interior, há autores que observam um contraste nítido¹⁰¹⁵. Em termos gerais, a maioria das cidades portuguesas cresceu, durante este período, considerado como um período “de considerável surto urbano, em certa medida correspondente ao crescimento das cidades da Europa Ocidental nos séculos XI a XIII”¹⁰¹⁶.

Segundo Max Weber, a cidade ocidental da Idade Média foi, em primeiro lugar, uma cidade de mercadores e mesterais, organizada sobretudo para prosseguir programas de natureza económica¹⁰¹⁷. A prova indirecta mais importante do aumento do nível de vida, além do aumento demográfico, foi o aumento da taxa de urbanização¹⁰¹⁸. Esta taxa estagnou com o surto da Peste, mas, nalgumas regiões, já se evidenciava no fim do século XIII. O desenvolvimento duma cidade depende de vários factores, mas o aumento da procura interna e externa traz como consequência a aceleração das trocas económicas e da mobilidade social.

¹⁰¹⁵ Humberto Baquero Moreno, “Ritmos de desenvolvimento da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV”, in *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história* (Lisboa: Presença, 1985), 13. Sobretudo os grupos sociais que vivem da força braçal do interior, ao norte do rio Tejo, sentem uma maior opressão exercida pela aristocracia rural, contrastando com os habitantes dos centros urbanos do litoral.

¹⁰¹⁶ O crescimento de Lisboa e, “de outras cidades de Portugal a partir da segunda metade do século XIV, faz supor que, como em geral aconteceu por toda a parte, se registou uma imigração considerável oriunda do campo; Uma das provas do crescimento urbano foi a construção de novas cintas de muralhas. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 181-182. Sobre Sardoal que “afirmou-se e adquiriu feição urbana no fim da Idade Média veja-se Manuel Sílvio Alves Conde, “O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes”. (Ponte Delgada: Universidade dos Açores, 1997), II, 528-529.

¹⁰¹⁷ Max Weber, *The City* (New York and London, 1958), 80-81; David Herlihy, “Società e spazio nella città italiana del Medioevo”, in *La storiografia urbanistica. Atti del 1º Convegno Internazionale di Storia urbanistica*, Lucca 1975 (Lucca: CISCU, 1976), 174-175.

¹⁰¹⁸ Persson e Skott, “Growth and Stagnation in the European Medieval Economy,” 27.; Segundo Persson, *Pre-Industrial Economic Growth*, 107-110 “uma das principais medidas para medir a expansão económica é o nível de urbanização, desde que as pessoas que vivem nas cidades eram mais produtivos.

A estes pressupostos junta-se o nível da despesa pública, que também é uma marca de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, um factor que influencia o seu próprio ritmo. Neste período, a despesa privada da maior parte da população era limitada ao consumo de bens necessários, mas a despesa da minoria rica era muito mais variada e tinha um papel crucial no sistema económico. O investimento no sector produtivo era insignificante e os meios de comunicação foram a única infraestrutura na qual os estados mostraram algum interesse real¹⁰¹⁹. Assim, o estado envolvia-se na construção de portos, redes viárias, edifícios das autoridades civis, mas também no financiamento das empresas marítimas. Daí que o estudo dos trabalhos públicos possa ser visto como manifestação de políticas económicas¹⁰²⁰. Entre os indicadores económicos podemos incluir também o volume das receitas e despesas concelhias¹⁰²¹. Com a intensificação dos intercâmbios económicos aumentou a preocupação com a fixação dos actos pela escrita¹⁰²². Assim, a sofisticação das respectivas chancelarias pode contar-se entre os indicadores do carácter cada vez mais complexo da economia¹⁰²³.

¹⁰¹⁹ A importância dos meios financeiros nos projectos de construção e o nível da riqueza acumulada é posto em relevo pelo cântico das catedrais “ouro foi a argamassa”. Henry Kraus, *Gold was the Mortar. The Economics of Cathedral Building* (London: Routledge & Kegan Paul, 1979); Jean-Pierre Sosson, “Travaux publics et politiques économiques. L'exemple de quelques villes des ancient Pays-bas (XIV^e-XV^e siècle), *Studia Historica Oecumenica. Liber Amicorum Herman Van der Wee*, 1993, 239-258; R. S. Lopez, “Économie et architecture médiévales. Cela aurait-il tué ceci?” *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 7 (1952): 433-438.

¹⁰²⁰ Massa, “The Economy in Fifteenth Century,” 9. Sosson, “Travaux publics et politiques économiques,” 240

¹⁰²¹ Maria de Fátima Botão, “Um contributo para o estudo das finanças urbanas na Idade Média”, in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009), 114.

¹⁰²² Maria Helena da Cruz Coelho, “Considerações em torno das Chancelarias Municipais”, in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, p. 168-169.

¹⁰²³ Havia um escrivão do concelho em Lisboa em 1339, e um escrivão da câmara em 1356. Miguel Gomes Martins, Maria do Rosário Santos, Inês Morais Viegas, *A evolução municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações* (Lisboa: Camara Municipal, 1996), 39, 41; um escrivão em Alenquer em 1368. João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo* (Cascais: Patrimónia histórica, 1996), 261; um escrivão da câmara em Évora em 1383. Beirante, *Évora na Idade Média*, 615; um escrivão do concelho em Loulé em 1385, “Acta e Vereações de Loulé. Século XIV-XV, sep. da revista *Al Ulya* 7, (1999-2000): 39, e um escrivão da vereação no Porto em 1390, *Documentos e vereações para a história do Porto, II, “Vereações”*. *Anos de 1390-1395*, comentário e notas de A. de Magalhães Basto (Porto: Camara Municipal, s. d.), p. 12. Em 1393 é referido o chanceler de Lisboa. Mário Farelo, “A oligarquia camararia de Lisboa (1325-1433)” (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008), 47. Em Loulé temos a primeira anotação expressa da eleição de um chanceler em 25 de Maio de 1402, *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, 80, 116, 174.

Os dados toponímicos mostram a proliferação das ruas ligadas aos novos mesteres, que traduziam uma realidade económica diferente¹⁰²⁴, sendo que a especialização pode ser vista como o resultado da intensificação do comércio¹⁰²⁵. Exemplifique-se com a Rua de Mercadores¹⁰²⁶, a Rua Nova¹⁰²⁷, a Rua Calçada¹⁰²⁸, a Rua Direita¹⁰²⁹, a Rua das Especiarias¹⁰³⁰, a Rua dos Açougues (Novos)¹⁰³¹, a Praça Nova¹⁰³², a Praça da Vila¹⁰³³, o Paço do Concelho¹⁰³⁴, etc.

Durante o período em análise, a cidade de Lisboa chegou ao seu apogeu, entre todas as cidades portuguesas e assim ficou desde então¹⁰³⁵. Poderia dizer-se que era natural que Lisboa fosse a maior cidade do reino e até se poderiam apresentar várias razões para isso. Diga-se, no entanto, que não foi simplesmente a geografia que deu este lugar central a Lisboa, mas sobretudo a conjuntura comercial e também a intervenção política das

¹⁰²⁴ Pedro Gomes Barbosa, “A toponímia e a Lisboa medieval”, in Id., *Lisboa- O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)* (Lisboa: Colibri, 1995), 26, afirma que os dados toponímicos podem ajudar-nos a traçar o “desenvolvimento da economia lisiponense”.

¹⁰²⁵ Gautier Dalché, “L’étude du commerce médiéval a l’échelle locale, régionale et inter-régionale,” 337.

¹⁰²⁶ ANTT, Núcleo Antigo n.º 510-A; Andrade, *Um espaço medieval: Ponte de Lima*, doc. 1, pp. 196-236. “Título da rua dos mercadores”, fl. 9v.º, p. 203; A Rua dos mercadores no Alcácer do Sal data de 1345, Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 67-68; Sobre Santarém ver Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 204; “os mercadores que uendem os panos de coor moraram e moram na Rua que chamam dos mercadores”. *Chancelarias Portuguesas D. João I*, I/2, n.º 666, fl. 96v.º, p. 76; “todollos mercadores e ourivezes e marceiros merceiras e moradores da Rua dos mercadores”, *Chancelarias Portuguesas D. João I*, I/2, n.º 599, fl. 86, p. 42, 02/09/1385; Em Torres Vedras, “a rua mais referida na documentação era a Rua dos Mercadores.” Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais do Idade Média*, 138; Em Beja também existia a rua dos Mercadores. Fernandes, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval”, 127.

¹⁰²⁷ Barbosa, “A toponímia e a Lisboa medieval”, 25. No caso do Porto, “a Praça da Ribeira foi inicialmente o centro desta zona fervilhante.”. Sousa, “Tempos Medievais,” 150-151. Exactamente na última década do séc. XIV, D. João I manda a construção da Rua Nova no Porto. Luis Miguel Duarte e Luis Amaral, “Os homens que pagaram a Rua Nova: ficalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista”, *Revista de História* 6 (Porto: 1985): 10.

¹⁰²⁸ Refere-se para o início do século XV, Rua da Calçada”. Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 100.

¹⁰²⁹ Andrade, *Um espaço medieval: Ponte de Lima*, 19.

¹⁰³⁰ Datada em Santarém desde 1383. Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 119.

¹⁰³¹ Mencionada em Santarém desde 1370. Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 121.

¹⁰³² Na praça, “havia um alpendre Quatrocentista a que chamavam “praça noua”. Livro do Tombo do Concelho de Óbidos, fol. 2; Silva, Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média,” II, 31-32.

¹⁰³³ Para Santarém Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 118.

¹⁰³⁴ Em Alcácer a primeira notícia de Paços do Concelho é de 1346. Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 106. Enquanto em 1414 o concelho de Guimarães lança uma finta para construir um novo Paço do Concelho. Duarte e Amaral, “Os homens que pagaram a Rua Nova,” 17.

¹⁰³⁵ Com 102 ha de superfície, e cerca de 25 freguesias, Lisboa “era uma cidade de grandeza média em termos europeus mas uma enorme cidade à escala portuguesa. A sua população em finais de Trezentos pode ter atingido as 35.000 almas.” *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, p. 183.

instituições régias. Foi considerada cidade primeira do reino por D. Afonso III¹⁰³⁶, embora não residência oficial do rei, dado que a corte era itinerante e a maioria dos monarcas passavam longas temporadas noutras cidades, de que são exemplo Coimbra, Évora ou Santarém¹⁰³⁷.

Em 1373, D. Fernando ordenou a construção em Lisboa de uma nova e muito ampla muralha, que tinha 77 torres e 35 portas. Também a Universidade foi transferida de Coimbra para Lisboa em 1377. Nas torres do castelo organizou-se, a partir de 1378, a guarda dos registos do desembargo e outros diplomas do património real, ao mesmo tempo que se reuniam ordenamente as contas da casa real, na denominada “Casa dos contos”, numa clara manifestação da tendência da época¹⁰³⁸.

D. João I tinha fortes razões para favorecer Lisboa e assim fez¹⁰³⁹. Na sua época, diversos autores comparavam Lisboa com Paris¹⁰⁴⁰, e com outras cidades importantes, como Londres¹⁰⁴¹, Colónia¹⁰⁴², Nuremberg¹⁰⁴³, Bruges, Sevilha ou Lübeck¹⁰⁴⁴. Certo é que Lisboa,

¹⁰³⁶ Armando Alberto Martins, *D. Fernando*, 33; Para os séculos XII e XIII, Coimbra era “a residência habitual do rei e oficiais da sua corte”. Leontina Ventura, “A muralha coimbrã na documentação medieval”, 54.

¹⁰³⁷ Os reis permanecem por períodos “mais dilatados na vila de Santarém.” Moreno, *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal*, 14; Martins, *D. Fernando*, 32, afirma o mesmo em relação ao D. Fernando.

¹⁰³⁸ Martins, *D. Fernando*, 69-73; Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giuliano Macchi, cap. LXXXVIII; O século XIV parece ser o tempo “da criação de ofícios e serviços”. Armando Luís de Carvalho Homem, “Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média”, in *Economia, sociedade e poderes. Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coord., Leontina Ventura (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002), 84.

¹⁰³⁹ H. V. Livermore, *A New History of Portugal* (Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1976), 100-3; Goodman, “England and Iberia in the Middle Ages”, 87.

¹⁰⁴⁰ H. V. Livermore, *A New History of Portugal* (Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1976), 100-3; Goodman, “England and Iberia in the Middle Ages”, 87.

¹⁰⁴¹ Philippe Contamine, “Une interpolation de la “Chronique Martinienne”: le “Brevis Tractatus” d’Etienne de Conty, official de Corbie († 1413)” *Annales de Bretagne et des Pays de l’Ouest*, 87, (1980). “Lisbonne, excellent port de mer, presque aussi grande que Paris”, p. 383.

¹⁰⁴² V. M. Shillington, A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, 103-104; “La fioritura più considerevole è quella di Lisbona; allora Lisbona diventa il primo grande e vitalissimo porto-emporio atlantico.” Melis, “Gli italiani e l’apertura delle vie Atlantiche”, 171-172.

¹⁰⁴³ Nicolas van Popplau que visitou Lisboa em 1484, dizia “Die Stadt Lißabon ist wohl so groß als Cöln oder London in Engelland.” *Reisebeschreibung Niclas von Popplau Ritters, bürtig von Breslau*, Vorwort und Kommentar von Piotr Radzikowski (Kraków: Trans-Krak, 1998), 67. O testemunho de Popplau é especialmente importante sendo que além de conhecer Colónia, e antes de ver Lisboa tinha visitado Londres e outras cidades da Inglaterra, durante os meses de Abril e Maio de 1484. Popplau depois de Lisboa terá visitado Paris também. Veja-se também Pedro da Costa de Sousa de Macedo, Conde de Villa Franca, *João I e a aliança Inglesa: investigações histórico-sociais* 2 ed. (Lisboa: 1950), 203

a partir da segunda metade do século XIV, conheceu tal crescimento que, em meados do século XV, era uma das mais importantes cidades, não só da Península, mas também da Europa¹⁰⁴⁵. Nos finais do século XIV, a concentração do comércio na cidade tinha chegado a tal ponto que, muitas vezes, na documentação é difícil distinguir entre os Contos de Lisboa e os Contos do rei, sendo visíveis os esforços do rei para mandar organizar os Contos “como conpre”¹⁰⁴⁶. O crescimento urbano deu a Lisboa uma força centrípeta em relação às cidades vizinhas, englobando gradualmente muitas destas na sua área económica¹⁰⁴⁷. A organização e composição social de Lisboa também nos fala sobre a sua dinâmica, relativamente ao desenvolvimento económico¹⁰⁴⁸. Neste tempo, o concelho de Lisboa começou a melhorar a organização espacial dos mesteres, pondo em prática o respectivo arruamento¹⁰⁴⁹.

No entanto, em termos de aspecto geográfico, era Santarém que tinha uma posição mais central do que Lisboa em relação à configuração geográfica de Portugal¹⁰⁵⁰. Mas tendo em

¹⁰⁴³ “Es mayor que Nüremberg y mucho más populosa, porque en una sola casa hay, por lo general, tres, cuatro o cinco vecinos. Más bien son tres ciudades que dos”. Jerónimo Münzer, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Nota Introdutória Ramón Alba (Madrid: Ediciones Polifemo, 1991), p. 171.

¹⁰⁴⁴ Oliveira Marques afirma que “foi o desenvolvimento de Lisboa que caracterizou, demograficamente, o fim da Idade Média em Portugal”, (*História de Portugal*, vol. I, Lisboa, 1972, p. 131); Luís Suárez Fernández *Historia social e economica de la Edad Media europea*, (Madrid, 1969), 244, coloca Lisboa entre outras cidades que, como Londres, Bruges, Sevilha ou Lübeck, em sua opinião, conheceu “um extraordinário desenvolvimento demográfico e económico.” Iria Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Estudos Medievais* 7, Porto (1986): 155.

¹⁰⁴⁵ A comparação com Barcelona não deixa dúvida sobre a ascensão de Lisboa. Em 1350 Barcelona tinha 50 mil habitantes, 38 mil em 1359, 20 mil em 1477 e 28. 500 em 1497. MacKay, *Spain in the Middle Ages*, 166.

¹⁰⁴⁶ Estas iniciativas de ordenação dos Contos mostram “a tentativa do poder central para dominar e disciplinar uma burocracia que começava a aumentar, em número e em abusos”. Rau, *A Casa dos Contos*, 20-21, 34.

¹⁰⁴⁷ Santarém não escapou à “transformação em satélite de Lisboa, destino comum a outros núcleos urbanos da Estremadura”. Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007), 205.

¹⁰⁴⁸ Armando de Castro, *Portugal na Europa do seu tempo: história socio-económica medieval comparada* (Lisboa: Seara Nova, 1977), 58. Desde os meados do século XIV testemunha-se a existência duma rua “dos Ourives.” ANTT, Ordem de Cister. Mosteiro de Odivela, liv. 26, n.º 139, 3.06.1352. Marisa Costa, “Os ourivés na Lisboa de Quatrocentos”, in *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007), 300.

¹⁰⁴⁹ *Nova História de Portugal*, IV, 135. Uma carta régia de 5 de Junho de 1391, pedia para um “boo Regimento e mayor fremosura e nobreza” colocar os mesteirais de cada “officio juntos e arruados em hũa rua per si sos pera melhor serem vistas e visitadas suas obras”. ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 55r. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª parte, t. I (Lisboa: Typographia Universal, 1885), 291; t. VII, 1895, p. 157, n. 2; No Porto é só no último quartel do séc. XV que se começa a desenhar uma distinção nítida entre burgueses e mesteirais. Torquato Brochado de Souza Soares, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto durante a Idade-Média* (Barcelos: 1935), 166.

¹⁰⁵⁰ Maria Angela Beirante, “Santarém nas crónicas de Fernão Lopes,” in *O ar da Cidade. Ensaio de História Medieval e Moderna* (Lisboa: Colibri, 2008), 156.

conta não só o mercado português, mas a super-corrente comercial que “banhava” as costas portuguesas, havia um elemento muito importante que fazia de Lisboa paragem quase obrigatória, sobretudo para os navios que vinham do Mediterrâneo¹⁰⁵¹. Até aos finais do século XV, os navios navegavam quase sempre tentando não perder de vista a terra, ou seja, efectuavam uma navegação de cabotagem, ou costeira¹⁰⁵². Assim, a linha que se estendia de Algés a Cascais convidava os navios a acolherem-se nela para comerciar e para se abastecerem, antes de passarem ao extremo ocidental do continente¹⁰⁵³. Compara-se a posição da costa portuguesa, paragem obrigatória dos navios, com as outras secções desta rota, por exemplo a seção entre o norte da Península e o Canal da Mancha, que deixava Baiona fora do percurso¹⁰⁵⁴.

É importante sublinhar o facto de que a costa portuguesa nem sempre foi um meio de comunicação entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, mas também foi muitas vezes o destino das naus que rumavam para um e para outro lado¹⁰⁵⁵. Lisboa afirmou-se também, não apenas como centro de negócios, mas como local onde os mercadores tomavam conhecimento dos acontecimentos que poderiam afectar o seu negócio, num tempo de instabilidade e volatilidade acentuadas¹⁰⁵⁶. Os círculos de mercadores eram pontos importantes de informação, fazendo correr as novidades das terras por onde passavam. Além disto, Lisboa

¹⁰⁵¹ Carus-Wilson, *The Overseas Trade of Bristol in the Later Middle Ages*, nota do mapa fora de texto). Renouard “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique,” 589.

¹⁰⁵² Massa, “The Economy in Fifteenth Century,” 4.

¹⁰⁵³ O capitão das galés de Florença em 1429-30, afirmou que tanto na ida como na volta, embora não tivesse sido planeado tiveram que fazer escala em Lisboa, por causa dos ventos. Mallet, *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century*, 265.

¹⁰⁵⁴ Sottas, *Les messageries maritimes de Venise au XV^e siècle*, 127, pensa que essa parte da viagem fazia-se sem escala. Ideia contestada por Renouard, “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique,” 589.

¹⁰⁵⁵ Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal pendant le Moyen Âge,” 343-344.

¹⁰⁵⁶ García Porras e Fábregas García, “Genoese trade networks in the southern Iberian peninsula,” 36-37. Renouard, *Les homes d’affaires italiens du Moyen age*, 180-181, afirma que o facto das actividades dos italianos serem economicamente paralelas explica que “anexavam tal preço, à prioridade de conhecer as notícias.

iria também tornar-se numa cidade frequentada por espiões ou por mercadores que exerciam essa função¹⁰⁵⁷.

Importante era também o comércio terrestre da cidade, certamente impulsionado pelo comércio marítimo. O aumento de volume de toda essa actividade atraía os mercadores das zonas vizinhas, num raio cada vez mais vasto. Em 1393, por exemplo, D. João I alargou o prazo de pagamento da sisa do vinho de um dia para três dias, considerado o aumento respectivo comércio¹⁰⁵⁸. Os pequenos comerciantes obtinham o seu lucro através da distribuição destes produtos e assim a sobrevivência de uma parte da população veio a depender, directa ou indirectamente, das mercadorias do Mediterrâneo¹⁰⁵⁹. Por outro lado, as operações de carga e descarga precisavam de homens, e também os carpinteiros tinham que construir e reparar os navios, que aumentavam em número e volume. A população flutuante de mercadores e marinheiros representava um aumento considerável na população da cidade, mas quem aproveitou mais deste comércio, foi a Coroa¹⁰⁶⁰. O aumento significativo da presença dos estrangeiros em Lisboa levou ao reforço do policiamento da cidade, por causa dos distúrbios e roubos cometidos supostamente por estes¹⁰⁶¹.

A outra cidade mercantil mais importante do reino foi Porto¹⁰⁶². Até à segunda metade do século XIV competia e talvez ultrapassasse Lisboa, como entreposto comercial com o

¹⁰⁵⁷ A utilização dos mercadores como diplomatas e informadores era normal. O agente datiniano em Valência escrevia que tinham chegado de Lisboa três navios castelhanos, e não contavam mais nenhuma notícia. Orlandi, *Correspondência datiniana entre Valência i Mallorca*, no. 256, p. 658, 30 de Janeiro de 1396.

¹⁰⁵⁸ “em huum dia nom podem desenbargar na portagem a sisa que vem seja.” CML, *Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis D. Afonso IV D. Pedro I. Documentos para a história da cidade de Lisboa*. Lisboa 1947, doc. 6, 19 de Dezembro de 1393, pp. 39-40

¹⁰⁵⁹ *The Brokage Books of Southampton*, 1439-40, ed. B. D. M. Bunyard, pp. xxii-xxiii. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 144.

¹⁰⁶⁰ As padarias tinham muito trabalho se algum navio precisasse de vitualhas, visto que para uma galé italiana precisavam-se 35.000 lb. de biscoito para a viagem de volta. Ruddock, *Italian Merchants and Shipping in Southampton*, 145. Uma galé trazia uma tripulação de 200 homens e uma nau chegava aos 60. Sottas, *Les messageries maritimes de Venise au XV^e siècle*, 66.

¹⁰⁶¹ Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa*, 79.

¹⁰⁶² Segundo Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Porto: Camara Municipal do Porto, 1987), 128, Porto nesta época já era um núcleo urbano cosmopolita que se encontrava numa situação financeira menos desfavorável do que muitas cidades europeias.

exterior, sobretudo com a Galiza e com o “Mediterrâneo” do Golfo de Biscaia¹⁰⁶³. Constituiu desde cedo a mais clara manifestação do “atlantismo português”¹⁰⁶⁴. O Porto manteve a posição de maior centro comercial marítimo durante o tempo da centralidade comercial da França e esta sua expansão comercial levou à fundação de novos centros adicionais de comércio¹⁰⁶⁵. A luta pela independência das forças aristocráticas¹⁰⁶⁶ e a emancipação da influência do poder eclesiástico foi uma das características que distinguiram o Porto¹⁰⁶⁷.

A comunidade mercantil mostrava-se sensível aos privilégios que os mercadores estrangeiros obtinham em Portugal, queixando-se por isso várias vezes em cortes, sobretudo contra os italianos¹⁰⁶⁸. No contexto da maior centralidade e proximidade com a área mais importante e, até ao século XIV, a única de comércio internacional, temos de reconhecer a liderança do Porto neste comércio¹⁰⁶⁹. Só depois da ligação do Mediterrâneo com os “mediterrâneos” do mar do Norte é que Lisboa veio a ganhar gradualmente o seu papel como maior centro comercial e económico do Reino. Este novo ritmo de desenvolvimento inseria-se numa dinâmica mais vasta, que colocava a zona do sul de Portugal numa posição privilegiada¹⁰⁷⁰.

¹⁰⁶³ Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, 639; Humberto Baquero Moreno, “Relações entre Portugal e Galiza nos séculos XIV e XV”, *Revista da Faculdade de Letras, História* 7, (1990): 35-36; Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1946), 65, diz que “os capitulos especiais do Porto nas cortes de 1361 aludem à abundância que havia na cidade antes da epidemia.” ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, Liv. 1, fl. 93. Porto parece ter sido, “o centro do comércio marítimo com o estrangeiro”. Marques, *Hansa e Portugal*, 100.

¹⁰⁶⁴ Serrão, *História de Portugal*, I, 2.^a ed., 211.

¹⁰⁶⁵ Guedes, *A Aliança inglesa*, 60

¹⁰⁶⁶ Carta de D. Afonso IV aos juizes do Porto: “os homes bons dessa cidade disserom que alghũs mercadores desse logo carregan seus averes para frandres, e fazem sa viagem, e leixam em sas casas sas mulheres com esses averes”. (Porto, 27/09/1355, Arquivo Municipal do Porto, Livro 1.^o dos Pergaminhos, n.^o 31).

¹⁰⁶⁷ Soares, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto*, 78-79.

¹⁰⁶⁸ Nas cortes, de 1439, queixam-se contra genoveses e florentinos, que eram “muyto posantes de dinheiro”. DP, I, doc. n.^o 310. Nas cortes de 1449, o escrivão da câmara apresenta “huma ordenaçom delRej dom Joham... que mandaua que njnhuum frolençam nem prazentym nem outro njnhuum mercador estranJeiro nom comprasse coiros nem outra njnhuma mercadoria dauer do pesso”. *Vereações: anos de 1401-1449*, fol. 232, p. 389-90. Veja-se também *Vereações: anos de 1401-1449* : o segundo livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo, (Porto: Câmara Municipal do Porto, [1980]), fol. 246v.^o, p. 418.

¹⁰⁶⁹ No séc. XIII o Porto era, “o centro do comércio com o estrangeiro.” Marques, *Hansa e Portugal*, 100;

¹⁰⁷⁰ “O engrandecimento das cidades do Sul foi, assim, provavelmente, um fenómeno da segunda metade do século XIV e do século XV.” *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 187

A imagem do Porto como o maior centro comercial português até ao século XIV, é um facto mencionado pelos autores, mas as razões e os ritmos de deslocação deste centro do Porto para Lisboa, não tem atraído o mesmo interesse. Ambas as cidades eram centros de regiões económicas que, na realidade, ultrapassavam os contornos das respectivas áreas administrativas, mas a longa tradição comercial do Porto era o que distinguia esta cidade de entre as outras cidades portuguesas¹⁰⁷¹.

Durante a Guerra dos Cem Anos, o Porto desenvolveu-se e cresceu, mas o ritmo de desenvolvimento de Lisboa foi muito maior. No entanto, o facto de ter sido ultrapassada por Lisboa, não significa que entrasse em declínio ou estagnação¹⁰⁷². Este papel do Porto no comércio português, traduziu-se no crescimento demográfico e no alargamento da ocupação urbana¹⁰⁷³. Nos meados do século XIV era manifesta a necessidade de uma nova muralha, que começou a ser planeada e construída logo depois da Peste Negra, num período de relativa calma face a um possível perigo externo. Esta construção, entre os anos 1355 e 1370, antes das guerras com Castela, é muito significativa e traduz o contínuo crescimento da cidade¹⁰⁷⁴.

¹⁰⁷¹ Nas cortes de 1436, os delegados do Porto diziam “os antigos hedificarom hi sua poboaçom soamente por viverem pollo traffago das mercadaryas” (Corpus Codicum, vol. I, p. 142,143), Soares, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto*, 155-156.

¹⁰⁷² D. Fernando, deu a 15 de Novembro de 1369, o julgado de Melres. D. João I concede-lhe os julgados de Bouças, Maia e Gaia, os de Penafiel e Vila Nova e os de Azurara e Pindelo”. Soares, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Pôrto*, 140-141.

¹⁰⁷³ Em 1436 o Porto reivindicava “o segundo lugar na pauta das precedencias do Reino. Sousa, “Tempos Medievais,” 150-154.

¹⁰⁷⁴ A nova muralha cercou 44,5 ha, um aumento de 12 vezes em comparação com a muralha antiga. Sousa, “Tempos medievais,” 136-140, 154. Tinha 3400 m de perímetro, 6.6 m de altura e 2.2 metros de espessura. Flávio Miranda, *História do Porto. A cidade dos mercadores. Da luta pelo poder civil às guerras fernandinas* (Lisboa: Quidnovi, 2010), 79.

1.2.A colonização interna e a colonização das ilhas¹⁰⁷⁵: Sesmarias e Descobrimentos

A falta de mão de obra no sector agrícola que, se acentuou depois da Peste Negra, tem-se inserido no quadro interpretativo da crise paneuropeia que trouxe a contração demográfica¹⁰⁷⁶. E, no entanto, a Peste Negra também teve como consequência imediata colocar os sobreviventes numa situação de melhoria económica, já que a riqueza disponível se dividia por um número menor de pessoas¹⁰⁷⁷. A lei de 1349, de D. Afonso IV, traduz a dificuldade de contratar mão de obra para os trabalhos agrícolas¹⁰⁷⁸, situação que se tornaria crónica mesmo depois de começar a recuperação demográfica do país¹⁰⁷⁹. Este facto tinha como consequência a falta de produtos agrícolas e o consequente aumento da procura, pela necessidade de comercialização destes produtos no exterior¹⁰⁸⁰.

Entretanto, o abandono dos campos era uma realidade, pelo que as queixas contínuas de alguns concelhos contra a falta de servidores rurais já não eram motivadas pela peste, mas eram consequências de emigração da mão de obra para a cidade, onde os lavradores se

¹⁰⁷⁵ O Arquipélago da Madeira é constituído pela Ilha da Madeira, de 740.7 km²; Porto Santo (42,5 km²); Ilhas Desertas (14, 2 km²) e Ilhas Selvagens (3.6 km²). A colonização terá começado por volta de 1425. Os Açores foram descobertas pelos portugueses em 1431 por Gonçalo Velho Cabral (ou 1427 por Diogo de Silves). A área total das ilhas, é 2,346 km². A colonização terá começado entre 1433-1436 ocasionalmente, primeiro em Santa Maria e depois em São Miguel, mas depois de 1439 numa maneira mais planeada e organizada.

¹⁰⁷⁶ Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, 62-67.

¹⁰⁷⁷ Havia pessoas que antes da Peste ganhavam a vida “per affam de seus corpos... E que agora que cobraram algũs bees per mortes dalgũas pessoas que sse teem em tan grandes que nõ querem obrar de seus mesteres” *Livro das Leis e Posturas antigas*, fl. 158v-159; Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, 63; Um declínio no PIB não implica pobreza individual se a produção per capita se mantém igual ou se aumenta. Du Boulay, *An Age of Ambition*, 40; Hybel, *Crisis or Change*, 217-218; Wood, *Medieval Economic Thought*, 19.

¹⁰⁷⁸ “E que agora nõ querem seruyr salvo se lhis derem quanto eles quyserem. de guysa que os senhores das vinhas e erdades e gáados e doutras possissões véendo em como os sobredictos querem deles leuar tam grandes solairos que xe lhis nõ seguyria ende tã grande proueyto.” ANTT, *Livro das Leis e Posturas antigas*, fl. 158v-159; Rau, *Sesmarias medievais*, 63-64.

¹⁰⁷⁹ O mesmo problema de falta de mão de obra foi tratado nas cortes de 1352, de 1361 e de 1371. O Concelho de Santarém em 1364 lastima-se, “porque a população era pouca na terra pelas pestilencias que Deus dera ao mundo” ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Liv. 1, fl. 62v.

¹⁰⁸⁰ A opinião que os preços dos produtos agrícolas caíram neste periodo, parece que não se aplica a Portugal. Esta baixa de preços tem sido “tão geralmente aceite pelos historiadores que a discussão se deslocou uma etapa ainda mais para trás, para as causas subjacentes ao movimento dos preços. Thorold Rogers *A History of Agriculture and Prices in England 1259-1703*, 5 vols. (Oxford, 1866-87); Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, 7-8. Em Portugal houve inflação galopante que iniciou-se a partir de 1369 e atingiu o seu cume por volta de 1409. Marques, “O surto urbano, a moeda e os preços”, in *Nova Historia de Portugal*, IV, 207.

tornavam mercadores, ou ingressavam noutras profissões¹⁰⁸¹, participando também nos grandes projectos de construção que a Coroa, se empenhava a levar a cabo¹⁰⁸².

A cronologia e a geografia da aplicação de medidas que tendiam aumentar a oferta de produtos agrícolas para fazer face à procura, indica que, primeiro, a carência se manifestou em Lisboa¹⁰⁸³, o que se relaciona com o aumento do tráfego marítimo e com o crescimento demográfico da capital¹⁰⁸⁴. Desde a década de 1360 que se sentia a pressão que Lisboa, como centro consumidor e exportador de produtos agrícolas, exercia sobre o mercado, primeiro das zonas próximas, nomeadamente de Santarém. Portanto, a preocupação era aumentar a oferta e, na medida do possível, contrariar o aumento dos salários¹⁰⁸⁵. Em consequência, os proprietários, por causa da grande procura, pagavam muitas vezes salários acima do estipulado, o que se justificava pelo clima de concorrência na obtenção da necessária mão-de-obra¹⁰⁸⁶. O aumento da procura é, pois, visível e torna-se claro que os proprietários, com os

¹⁰⁸¹ O artigo 51 das cortes de 1371, refere o facto “que algũus que suyam a sseer lauradores e guardadores de gaados uenderom o que tijnhem e ffezerom sse marchantes e almocreues e rregatõões e leyxam de laurar e crear.”. ANTT, *Maço I. de Suplemento de Cortes*, n.º 6. Rau, *Sesmarias medievais*, 66.

¹⁰⁸² As obras de construção da muralha, ou de edificios religiosos “costumava atrair aos núcleos urbanos medievais contingentes humanos assinaláveis”. Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço medieval: Ponte de Lima* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 155. Em Óbidos no reinado de D. Fernando “foram levadas a cabo obras de tal envergadura que mesmo os habitantes de algumas povoações dos coutos de Alcobaça foram, durante algum tempo, obrigados a servir. Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, I, 190. Em 1373 ordenou D. Fernando a todos os moradores do termos da Covilha para servirem nas obras da barbacã, cava e cerca. ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 1. fl. 136v; Vicente, “A Covilhã: o espaço e os homens,” 128.

¹⁰⁸³ Abel, *Agricultural Fluctuations in Europe*, 73, sobre o desenvolvimento da agricultura nalgumas partes do Norte da Itália aos finais do século XIV, afirma que o impulso veio das cidades, e do seu poder de compra.

¹⁰⁸⁴ Em 1364 Gomes Eanes de Lisboa, deixou em Londres 4 cascos de vinho a Domenico Ferandi, castelhano, para vende-las. *Calendar of Letters from the Mayor and Corporation of the City of London, 1350-1370*, London 1885, no. 214, pp. 98-99; Em 1365 o *Mayor* de Dartmouth abusava vendendo vinho de Algarve (tipo Ossye), como se fossem vinhos doce. Salzman, *English Trade in the Middle Ages*, 384; Em 1367 os catalães compraram em Lisboa 9.5 milhões de litros de vinho. Barata, *Navegação, Comércio e Relações Políticas*, 410; D. Pedro I, em 1362 concede o estatuto de vila a Sines, e em 1364 aos moradores de Cascais, que desejavam libertar-se da tutela municipal de Sintra, e prometiam um aumento de contribuição fiscal para a coroa de 200 libras. Como observa Serrão, *História de Portugal*, I, 327, “tratava-se de lugares da costa, o que comprova o interesse de D. Pedro I pelo incremento da vida marítima”.

¹⁰⁸⁵ Para os malthusianos, ricardianos e marxistas, a falta de elasticidade da oferta da agricultura significava que não se conseguiu responder à crescente demanda criada pelo crescimento populacional do século XIII. Portanto o problema da agricultura medieval foi a falta de incentivos à produção. S. H. Rigby, “Introduction: Social structure and economic change in late medieval England”, in *A Social History of England 1200-1500*, eds., Rosemary Horrox and W. Mark Ormrod (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 28.

¹⁰⁸⁶ “E porque elles não podiam obrigar os donos das vinhas a que lhes pagassem salario superior á taxa estabelecida, não seria sobre elles que recahiria pena pelo excesso que recebessem, mas sim sobre quem lh’o dêsse”. Barros, *História da Administração Pública*, V, 145-146.

rendimentos adquiridos, podiam bem pagar salários elevados aos lavradores. E estavam dispostos a fazê-lo em virtude da muita procura dos produtos, cuja comercialização aumentava os seus rendimentos¹⁰⁸⁷.

O papel que o crescimento de Lisboa e das outras cidades exercia no mercado, através do aumento da procura, foi um incentivo importante para tirar a agricultura do círculo vicioso onde se encontrava¹⁰⁸⁸. É de notar que a situação económica de muitos agricultores, recém-chegados às cidades, era boa, traduzindo uma maior rentabilidade na sua actividade urbana, em comparação com a vida rural que haviam abandonado¹⁰⁸⁹. Logo, podemos afirmar que o crescimento urbano aconteceu, não simplesmente por causa da imigração campesina, depois da peste, mas também em virtude do aumento de volume do comércio que se canalizava e se centralizava nas cidades e, conseqüentemente, atraía as populações¹⁰⁹⁰. Neste clima de aumento de procura para produtos agrícolas, até os oficiais régios queriam tirar proveito¹⁰⁹¹. Estes desenvolvimentos são importantes e, do meu ponto de vista, espelham uma melhoria progressiva da situação económica do povo¹⁰⁹². Claro que o que era “bom” para os grandes

¹⁰⁸⁷ Jean Gautier Dalché, “L’étude du commerce médiéval a l’échelle locale, régionale et inter-régionale: La pratique méthodologique et le cas des Pays de la Couronne de Castille”, in *Actas de las I Jornadas de metodologí aplicada de las ciencias históricas, Santiago de Compostela, 1974. II. Historia medieval* (Santiago de Compostela, 1975), 335.

¹⁰⁸⁸ A economia medieval estava num círculo vicioso: uma falta de procura limitava a oferta; um nível baixo de oferta limitava a procura. Rigby, “Social structure and economic change,” 29. Segundo Fernandes, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval”, 72-73, “o panorama muda desde os primeiros anos de Trezentos, quando começam a aparecer sinais de arroteamento que se tornam mais frequentes a partir dos meados da centúria, num movimento, pouco intenso mas quase constante, que se prolongará até à primeira década de Quatrocentos”. Embora os efeitos da Peste na redução da mão-de-obra foram sentidos “as tentativas no sentido de um regresso ao cultivo não se farão esperar: logo em 1367, regista-se o primeiro caso ainda isolado, e dez anos mais tarde, a produção deveria ser já suficientemente importante para que o concelho considerasse lucrativo arrendar a sisa dos vinhos.”

¹⁰⁸⁹ No artigo 54 das cortes de 1371 os concelhos informavam que muitos homens que não viviam com senhores, nem tinham bens, nem rendas, nem mesteres, andavam, muito bem vestidos e calçados, jogavam, comiam e bebiam bem. Os concelhos suspeitavam e atribuíam-lhes roubos e malefícios. ANTT, *Maço 1, de Suplemento de Cortes*, n.º 6; Rau, *Sesmarías medievais*, 66.

¹⁰⁹⁰ Embora este não seja o caso para outras cidades. Dados para Marselha, Génova e Dieppe “show a fall in the volume of trade in the fourteenth and the first half of the fifteenth century.” North e Thomas, *The Rise of the Western World*, 76.

¹⁰⁹¹ Nas cortes de Lisboa de 1371, diziam que muitos dos funcionarios régios, mercadejavam com uma parte dos géneros tomados aos donos.” Barros, *História da Administração Pública*, IX, 54.

¹⁰⁹² A ideia que as classes mais baixas estão desfrutando de prosperidade em vez de consagrar a si mesmos exclusivamente para o trabalho foi sempre profundamente perturbadora para o espírito burguês. Lerner, *Culture and Society in Italy*, 132-133.

senhores não correspondia ao “bom” da generalidade do povo¹⁰⁹³. Isso explica as queixas contra a emigração da mão-de-obra agrícola em direcção às cidades, que era certamente má para os proprietários, mas era bom para os próprios emigrantes trabalhadores¹⁰⁹⁴.

Quando D. Pedro I inquiriu sobre as razões que levavam os agricultores do Alentejo a não cultivar as terras, que teoricamente podiam ser aproveitadas, eles responderam: que faltava a mão de obra suficiente para responder às exigências da coroa e do mercado, que as exigências da coroa iam para além das suas capacidades e, que “muy gram parte ficauam por laurar sem sua culpa e dellas eram manjinhas e mãs que nom eram pera laurar nem foram nunca lauradas”¹⁰⁹⁵. O impulso para arrotear estas terras, mesmo tendo em conta a contração demográfica, conheceu um ritmo maior com as medidas fernandinas para fomentar a produção agrícola, impulso que foi continuado durante o reinado de D. João I¹⁰⁹⁶.

Podemos relacionar a publicação da Lei das Sesmarias¹⁰⁹⁷, para além dos factores mencionados, com um problema consequente a esta emigração da população rural: ela mantinha os direitos legais sobre as suas propriedades, mas não as podia trabalhar, em virtude da distância e da sua nova actividade. Este facto leva-nos a conjecturar sobre dois aspectos: primeiro, estes novos habitantes das cidades não eram pobres aldeões sem recursos, mas pequenos proprietários; segundo, a necessidades da coroa para aumentar os seus recursos

¹⁰⁹³ Bridbury, *Economic Growth*, p. ix; Perroy, “At the Origins of a Contracted Economy,” 105, aceita a ideia de Thorold Rogers que o século XV foi “o século de ouro” do trabalhador inglês.

¹⁰⁹⁴ “O aumento provável na extensão das pastagens, nos séculos XIV e XV, foi outra consequência da crise.” *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 104; Uma relação mais favorável terra/homem até 1450 levou ao aumento dos salários reais para os trabalhadores agrícolas. North e Thomas, *The Rise of the Western World*, 88-89; Lopez, Miskimin, Udovitch, “England to Egypt,” 114.

¹⁰⁹⁵ ANTT, *Chanc. de D. Pedro I*, 1, fl. 68v; Barros, *História da administração pública*, IV, 73.

¹⁰⁹⁶ A Sé de Coimbra “pretendia que dois juncais bravios e nunca rotos,” em Caceira, “se transformassem em marinhas, ao aforá-los, em 1405 e 1406”. ANTT, Sé de Coimbra, liv. 1A, fl. 43v; ANTT, Sé de Coimbra, liv. 1A, fls. 53-53v; Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 261.

¹⁰⁹⁷ “O termo mergulhava as raízes na Reconquista Cristã, para justificar a necessidade de aproveitar as terras incultas ou mal exploradas”. Serrão, *História de Portugal*, I, 352.

económicos, determinou a respectiva intervenção¹⁰⁹⁸, justificada pelo abandono das mesmas terras¹⁰⁹⁹. Fernão Lopes não deixou de notar as novas mudanças da vida económica e social portuguesa, dizendo que Lisboa estava cheia de “muitas e desvairadas gentes”¹¹⁰⁰.

O aumento da procura de produtos alimentares incluía também os ligados à pastorícia. Assim, desde o reinado de D. Pedro I, constatamos o aumento da rivalidade entre os agricultores e os pastores para o aproveitamento das terras disponíveis. Esta “luta entre o lavrador e o pastor, que se vislumbra nalguns concelhos alentejanos”, remete-nos para uma geografia da rede comercial, na qual a capital servia de núcleo de consumo e de comercialização¹¹⁰¹. Nesta rivalidade para o aproveitamento da terra disponível, onde se confrontavam os “interesses antagónicos dos grandes e pequenos proprietários, dos concelhos e dos criadores de gado”, os reis tentaram equilibrar estes interesses¹¹⁰². Ora, isto quer significar que, na década de 1360, já não se tratava simplesmente de falta de mão de obra para cultivar as terras disponíveis, mas também de falta de terras disponíveis para fazer face à procura do mercado interno e externo.

¹⁰⁹⁸ Em períodos anteriores, a prática de sesmaria tinha existido tendo como agentes os sesmeiros cuja acção segundo Stéphane Boissellier, *Le peuplement medieval dans le sud du Portugal, Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII^e – XV^e siècles* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003), 372, “permet à l'autorité de tutelle d'intervenir-de décider dans ses grandes lignes de l'affectation économique des terres- par son seul pouvoir banal, sans nécessité d'être propriétaire”. Segundo Motta, “The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century”, 11, “To concede lands by the system of the *sesmaria* was, above all, a political concession and not a territorial one. The concession, by expressing the power of he who concedes – in this case, the Crown – implied the submission of those who received the concession, in the belief of a State based on the hierarchy of society as a whole”.

¹⁰⁹⁹ O caso da Póvoa d'El Rei estudado por Harold Johnson com base no Tombo da Comarca da Beira de 1395, mostra que das 31 famílias antes da Peste, 9 delas permaneciam na aldeia, uma redução de 71%. Mas, outras 11 continuavam a possuir os direitos sobre as terras da aldeia, os quais “tinham sido provavelmente arrastadas para as cidades.”. Harold Johnson, “Uma aldeia portuguesa em mutação- a Póvoa d'El Rei em finais do século XIV”, in *Camponeses e colonizadores: estudos de história luso-brasileira* (Lisboa: Editorial Estampa, 2002), 43.; Em Alcácer do Sal, não foi só a Peste que levou as pessoas do campo, mas foi também a emigração para a cidade. Segundo, Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Lisboa : Edições Colibri, 2000), 182. Cf. ANTT, Odiana, liv. 3, fl. 248v^o : “lauradores se ueem morar aa villa se lançam aos Jornaes”.

¹¹⁰⁰ Também o número de navios que enchiam o porto de Lisboa, e que pode parecer exagerado, deve estar muito perto da realidade, se tivermos em conta outros portos na época. Em Scarborough o número de navios em 1304-5, além de 142 navios necessários para o transporte da lã, 91 importaram bens estrangeiros para Hull, e 462 importaram bens do estrangeiros para Scarborough”. Childs, *The Trade and Shipping of Hull*, 22.; van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 92. O porto de Hamburgo em 1369 registrou a saída de cerca de 600 navios; Em 1409 o porto de Kampen na Holanda tinha 120 navios que andavam no mar.

¹¹⁰¹ Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média* (Lisboa: Calouste Gulbenkian, JNICT, 1995), 597.

¹¹⁰² D. Pedro I, resolveu “que uma parte de cada propriedade fosse coutada para o gado destinado à lavoura” e que a área coutada devia ser “proporcional ao número de cabeças necessárias à cultura da terra”. Rau, *Sesmarias medievais*, p. 68.

Tendo em conta que esta “míngua de lavras” era evidente pouco mais de uma década depois da Peste, podemos ver a grande procura que ia aumentando e que colocava os agricultores e pastores perante a necessidade de produzir mais e mais¹¹⁰³.

As necessidades da coroa em aumentar as suas receitas e as oportunidades que a produção agrícola encontrava para comercializar os seus produtos, fez com que o “rei mercador” tomasse as medidas julgadas necessárias para aproveitar tudo o que se podia aproveitar das terras portuguesas. Assim se deve entender a promulgação da Lei das Sesmarias¹¹⁰⁴, “uma das primeiras leis agrárias da Europa que merece tal nome”¹¹⁰⁵. Esta Lei revela bem como o cultivo da terra era uma actividade rentável e como se precisava de mais mão-de-obra para aumentar a produção¹¹⁰⁶.

A Lei tentava resolver “a crise”, através de medidas realmente duras, o que indica a necessidade da aceleração da reforma. Assim, previa-se coagir o proprietário a cultivar a terra, mediante a sanção da expropriação (§ 2, 4); aumentar os recursos humanos, obrigando ao trabalho da lavoura todos os que fossem filhos de lavradores e que não possuissem bens acima de 500 libras (§ 6), evitar o encarecimento geral, estabelecendo taxas de salários e multas para quem os ultrapassasse (§ 6, 7, 15, 16), “entravar a decadência” (ou talvez fomentar o desenvolvimento) da agricultura, constringendo os lavradores a terem o gado necessário para a lavoura (§ 3); fomentar o cultivo, proibindo a criação de gados a não ser aqueles que os necessitassem para lavrar (§ 18, 19); regulamentar o aproveitamento agrário,

¹¹⁰³ “Não parece, aliás, que o País tenha lutado com dificuldades de mão-de-obra antes do século XIV.” A. H. de Oliveira Marques, “Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média”, sep. da *Revista de Economia* 14/ 3 (Lisboa 1962): 4

¹¹⁰⁴ Fernão Lopes ciente da sua importância dedicou um capítulo da sua crónica à promulgação destas medidas. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, edição Giuliano Macchi, Lisboa, 1975, Cap. LXXXIX. Como el-rei dom Fernando hordenou que as terras de seu reino fossem todas lavradas e aproveitadas”, pp. 311-316.; Serrão, *História de Portugal*, I, 351, afirma que esta lei “constitui a medida de maior alcance político, económico e social do reinado de D. Fernando”.

¹¹⁰⁵ Trend, *Portugal*, 115; “a lei fernandina vai desafiar os séculos como testemunho perene da maturidade precoce de uma nação europeia em face dos problemas do homem e da terra”. Rau, *Sesmarias medievais*, 69.

¹¹⁰⁶ Serrão, *História de Portugal*, I, 352.

fixando o preço das rendas a pagar pelos lavradores aos proprietários das terras (§ 13); aumentar o contingente dos trabalhadores rurais, compelindo ao trabalho os ociosos e os vadios. (§ 8-11)¹¹⁰⁷. Sobre estes últimos, admite-se que se tratasse de trabalhadores que tinham deixado as suas vilas e senhores em busca de salários mais elevados, e não de pessoas para os quais não havia trabalho disponível¹¹⁰⁸. A lei surgiu na altura em que outras medidas foram tomadas para adaptar a economia portuguesa à dinâmica da conjuntura comercial favorável, como as leis de fomento agrícola¹¹⁰⁹, comercial e naval¹¹¹⁰.

Com estas medidas radicais¹¹¹¹ a coroa mostrava que estava determinada a maximizar os recursos produtivos do país¹¹¹². Na radicalidade da Lei, é mais fácil ver a radicalidade da procura do mercado, do que a radicalidade da suposta “crise” da agricultura portuguesa do tempo. A leitura historiográfica da Lei e da realidade histórica em que ela se manifestou é um tema debatido desde cedo¹¹¹³.

Repare-se que a pressão que o mercado colocava ao aumento da produção agrícola, não se notava em Castela, nem noutras partes da Europa, pelo menos com a mesma intensidade¹¹¹⁴. Por outro lado, o aumento na procura da lã fez com que a coroa castelhana cuidasse mais desses interesses, enquanto em Portugal a criação de gado foi apenas um complemento da

¹¹⁰⁷ As penalidades além da expropriação da terra ao proprietário que a deixasse inculta consistiam em multas mais ou menos elevadas, em açoites e até desterro do reino”. Rau, *Sesmarias medievais*, 75.

¹¹⁰⁸ Sobre a legislação do parlamento inglês em 1388 contra os mendigos que não queriam trabalhar, Du Boulay diz “isto refere-se a trabalhadores agrícolas que saíram das suas casas em busca de salários mais altos, e não para pessoas para os quais não havia qualquer trabalho. Du Boulay, *An Age of Ambition*, 39.

¹¹⁰⁹ “A profissão de “valador” adquiriu tamanho valor na economia do Reino que, por carta de 3 de Junho de 1375, o mesmo rei declarou o privilégio do foro dos valadores. Serrão, *História de Portugal*, I, 361.

¹¹¹⁰ Rau, *Sesmarias medievais*, 74.

¹¹¹¹ “A violência da lei é enorme”, afirma Rau, *Sesmarias medievais*, 76, que louva “a tentativa de D. Fernando para reconstruir economicamente o reino”. (ibid., p. 79)

¹¹¹² “a lei permanece como um exemplo de alta visão governativa”. Serrão, *História de Portugal*, I, 353.

¹¹¹³ Veja-se Vicente Antonio Esteves de Carvalho, *Observações históricas e críticas sobre a nossa legislação agrária chamada communmente das Sesmarias*, Lisboa, Na impressão Regia, 1815.

¹¹¹⁴ Os preços depois da Peste caíram e “os preços baixos prejudicaram os agricultores mais do que as rendas baixas os ajudaram. Backman, *The Worlds of Medieval Europe*, 378. Na Castela “os esforços feitos em reinados continuos ficaram dispersos e o estado desinteressou-se do problema agrário”. Rau, *Sesmarias medievais*, 69.

actividade agrícola¹¹¹⁵. Também deve notar-se que Castela respondeu às consequências da Peste com o aumento da propriedade da nobreza, que teve por base a decisão das Cortes de 1351, onde foi ordenada uma inquirição com o objectivo de redistribuição das *behetrias* na forma de *solariengos*¹¹¹⁶. A diferença entre os dois vizinhos ibéricos tornou-se mais evidente na década de 1370, quando em Castela a nobreza se impôs ao estado¹¹¹⁷, enquanto em Portugal parece ter havido uma tentativa de oposição à hegemonia da nobreza.

A Lei das Sesmarias tem-se comparado com o Estatuto dos Trabalhadores de 1351, na Inglaterra¹¹¹⁸, mas o seu alcance foi muito maior e a sua base assentou numa realidade e exigências, em boa parte, diferentes. A lei tinha como “princípio fundamental o reconhecimento à expropriação da terra, quando esta não fosse devidamente aproveitada”¹¹¹⁹. Também a sua relação com a acção da “burguesia rural”, como foi o caso dos *ingrossatori* na Itália, é duvidosa e podemos afirmar, como escreveu Armando de Castro, que no caso português se tratava claramente de aproveitar terras novas e nunca cultivadas¹¹²⁰.

Os autores que, na publicação desta lei, em vez de verem um instrumento legislativo que indica uma enorme melhoria da situação da agricultura e da economia do reino,¹¹²¹ têm visto um claro e incontestável indicador da crise e do declínio económico e agrícola, têm baseado as suas conclusões em comparações com o resto da Europa, mas em contextos diferentes e em tempos diferentes: os anos imediatamente depois da Peste Negra, que em todo lado

¹¹¹⁵ Rau, *Sesmarias medievais*, 71; *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 104.

¹¹¹⁶ Ou seja aldeias onde o dono fosse um nobre Doubleday, *The Lara Family*, 113; A ordenança descrita como uma tentativa de inquirir sobre os recursos do reino, não foi muito eficaz. Ruiz, *Spain's Centuries of Crisis*, 79.

¹¹¹⁷ Jaime Vicens Vives, *An Economic History of Spain*, 1969, 246. Esta preponderância da nobreza segundo o autor manteve um estado de guerra civil endémica durante o século XV.

¹¹¹⁸ Trend, *Portugal*, 116; O Estatuto fixou as rendas agrícolas artificialmente em níveis altos e ao mesmo tempo fixou os salários dos trabalhadores urbanos em níveis baixos.”. Backman, *The Worlds of Medieval Europe*, 379.

¹¹¹⁹ Serrão, *História de Portugal*, I, 351.

¹¹²⁰ A sua função principal era de “proceder ao emparcelamento de terras em cultura, ao passo que a acção dos “sesmeiros” foi muito mais ampla, entregando mesmo terras desaproveitadas aos agricultores” Castro, *Portugal na Europa do seu tempo*, 225-226.

¹¹²¹ Como afirma Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 69, as “alusões ao despovoamento dos campos nos chegarem precisamente quando os mesmos estão, normalmente, a valorizar-se”.

indicam falta de mão de obra¹¹²² e os meados da década de 1370, quando a lei foi publicada. O facto de terem decorrido 25 anos, ou uma geração depois, torna a comparação duvidosa¹¹²³. A problemática tratada logo depois da Peste Negra¹¹²⁴ é diferente da tratada nas cortes de 1361¹¹²⁵ e também diferente da tratada na Lei das Sesmarias. A problemática tratada em 1349 e nas cortes de 1352 é muito similar a medidas tomadas noutros países, porque a situação era semelhante, por isso a reacção é lógico que fosse semelhante¹¹²⁶. Porém, em 1375, nenhum outro país se debruçou sobre o mesmo problema que trata a Lei de Sesmarias.

A capacidade do reino para remediar os déficits da agricultura, que podiam resultar das condições adversas do clima, nota-se em 1376, quando temos notícia que, por razão da seca, “toda a novidade do pam he perdida”¹¹²⁷. Contudo, não temos notícia de fome geral, como tinha acontecido antes, em semelhantes condições¹¹²⁸.

A necessidade de comercializar os produtos da terra mantinha-se constante, enquanto igualmente se mantinha a conjuntura europeia que favorecia o comércio português¹¹²⁹. Nas cortes de 1385, o concelho de Santarém pediu que os lavradores que tinham servido nas campanhas militares, que voltassem a viver nas suas casas e a lavar¹¹³⁰. É de novo o

¹¹²² A ordenação 1351 de Jean II le Bon na França deu aos pedintes três dias para decidir entre o trabalho ou serem expulsos de Paris”. Leguay, “Urban Life,” 112.

¹¹²³ A resposta que foi encontrada pelo Parlamento foi emitir um Estatuto de Trabalhadores, que estabelecesse salário máximo. Hilton, *Class Conflict and the Crisis of Feudalism*, 146.;

¹¹²⁴ O Rei ordena que em cada freguesia dois homens-bons recenseassem quantos antes da epidemia trabalhavam na agricultura e os recenseados serão obrigados a trabalhar nos mesteres que dantes praticavam.” Caetano, *Administração Municipal de Lisboa*, 63-64.

¹¹²⁵ Nas Cortes de 1361 queixa-se o clero a D. Pedro I de que as autoridades seculares “lhes não querem dar obreiros e mesteiros e mancebos e mancebas e outras pessoas que os servissem assim como o fazem aos leigos” (art. 18).” Caetano, *Administração Municipal de Lisboa*, 65

¹¹²⁶ As causas da publicação são as mesmas que determinaram providências análogas nos outros países: abandono dos campos, falta de mão de obra, alta de preços. Caetano, *Administração Municipal de Lisboa*, 62.

¹¹²⁷ Documentos Hist. de Évora, pp. 62-64; Rau, *Sesmarias medievais*, 69.

¹¹²⁸ nenhuma parece ter sido tão devastadora como a de 1333 que atingiu não só Portugal, como a Galiza e Castela.” Rau, *Sesmarias medievais*, 65. Sobre as crises de fome em Portugal durante a Idade Média, ver: Gama Barros, Hist. da Adm. Publ, II, pp. 172 e ss; Portugal não foi um caso isolado. Durante o ano 1375 Maiorca sofreu uma das mais graves períodos de escassez de alimentos, sendo chamado este ano nas crónicas como «o ano da fome» (l’any de la fam). Sevillano Colon, “De Venecia a Flandes (Via Mallorca y Portugal),” 12.

¹¹²⁹ Monique Bourin et al., “Les campagnes de Méditerranée occidentale autour de 1300”, p. 679.

¹¹³⁰ O rei respondeu em 2. 09. 1385. (Maço 1.º de Suplemento de Cortes, n.º 8); Rau, *Sesmarias medievais*, 79.

concelho de Santarém¹¹³¹ que, nas cortes de 1387, apresentou capítulos especiais pedindo para serem dados de sesmaria os pardieiros “em que se faziam muytos monturos que per azo do gram fedor”¹¹³². Não se tratava simplesmente de aproveitar melhor as terras disponíveis, mas também de tornar os matos em terras cultivadas¹¹³³. Logo depois da publicação da Lei, o rei deu de sesmaria “o seu paul” de Muge¹¹³⁴ e, em 1378, ordenou que se aproveitasse melhor o espaço dentro da cerca de Coimbra e deu de sesmaria os pardieiros e chãos abandonados que nela houvesse e, em breve, várias pessoas pediam mais desses pardieiros¹¹³⁵.

Esta procura tornou-se ainda mais visível a partir do primeiro decénio do séc. XV¹¹³⁶. D. João I intensificou mais ainda a doação de direitos para aproveitamento de novas terras e terrenos. Este processo de arroteamento e de urbanização chegou mesmo ao interior do país e até às zonas fronteiriças, que tinham sofrido das guerras com Castela¹¹³⁷. O estatuto de sesmeiro tornou-se tão importante, mesmo durante o reinado de D. João I, que conduziu à apresentação de queixas e rivalidades sobre a nomeação dos juizes de sesmarias¹¹³⁸.

¹¹³¹ O caso de Santarém que se distingue entre os outros concelhos na tentativa de aumentar a produção agrícola, estando perto do maior centro comercializador e consumidor do reino, assemelha-se ao caso Kent e das regiões perto de Londres, onde as rendas de terras resultavam proveitosas. Du Boulay, *An Age of Ambition*, 40.

¹¹³² D. João I mandou que se escolhessem dois homens bons para notificar os donos dos pardieiros para que as aproveitassem dentro de seis meses e não o querendo fazer, então os dessem de sesmaria. ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 17, fl. 130v-131.

¹¹³³ Em 1392, no concelho de Tavira se dizia que havia pessoas que possuíam grandes extensões de matos, dados em sesmarias para os romperem e aproveitarem; como esses indivíduos o não faziam nem consentiam que outros o fizessem “a dicta villa e termo recebeo agrauo... que semeados fossem. avjrian major avomdamento de pão que o que ham”. João II, Liv. 19, fl. 2v; Barros, *Hist. da Administração Publica*, III, 708;

¹¹³⁴ ANTT, Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, fl. 196v; Rau, *Sesmarias medievais*, 76.

¹¹³⁵ Entre os que aproveitaram eram João Anes de Sousa, mercador. IANTT, Chanc. de D. Fernando I, liv. 4, fl. 13 v; DP, suppl. ao 1.º vol., p. 413, doc. 451; Rau, *Sesmarias medievais*, 77.

¹¹³⁶ Rau, *Sesmarias medievais*, 81, afirma que “É incontestável o aumento da povoação em Portugal durante o século XV”; Costa Lobo, “Historia da sociedade em Portugal no século XV,” in *História da Sociedade em Portugal no Século XV e Outros Estudos*, reed. (Lisboa: Cooperativa Editora História Crítica, 1979), 11 e ss.

¹¹³⁷ Terena em 1413, foi cercada e povoada desde que não faltavam “os lavradores que já começavam a vir.”. ANTT, Odiana, Liv. 3, fl. 279v-280v; Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 13, fl. 162; Barros, *Hist. da Adm. Publica*, IV, 102; Rau, *Sesmarias medievais*, 81 Semelhante caso menciona V. Rau o de Ouguela. Chanc. D. Afonso V, Liv. 13, fl. 162; Em Pinhel ordenava que se dessem de sesmaria pardieiros, cortinhais e terras a quem as aproveitasse, adubasse e “as ajam liurementemente sem outra contenda”. ANTT, Livro 1 da Beira, fl. 47-48; Barros, *Hist. da adm. Publica*, III, 709; Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, 80.

¹¹³⁸ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 36, fl. 172-173. Rau, *Sesmarias medievais*, 82.

Também a preocupação da coroa para coutar florestas de caça pode ser vista como indicador da pressão que a população colocava sobre os recursos florestais¹¹³⁹. Nas cortes de 1371, motra-se claramente que o povo pedia que fossem “descoutados”, para o seu uso e para a protecção das lavouras¹¹⁴⁰. Até os mouros de Loulé aproveitaram terras maninhas e matos, com a condição de darem um quarto aos proprietários cristãos e pagar a dizima à igreja e à coroa¹¹⁴¹. A possibilidade de lucro na actividade agrícola atraia até os judeus, que normalmente se ocupavam noutras actividades, sobretudo no comércio e nas finanças¹¹⁴². A Coroa periodicamente efectuava inquirições sobre as propriedades que se julgavam possíveis de aproveitar¹¹⁴³.

Um dos recursos que a Coroa utilizava para povoar e aproveitar as terras na fronteira com Castela era os coutos de homiziados¹¹⁴⁴. A sua organização em grande número testemunha a política de utilização de todos os recursos humanos na colonização ou recolonização interna do reino¹¹⁴⁵. Esta política, fomentada por D. Fernando I, foi prosseguida por D. João I, sobretudo antes da tomada de Ceuta. Até ao reinado de D. Fernando só se conhece o caso de

¹¹³⁹ “os monarcas aparentemente depois de Afonso IV, coutaram extensas áreas florestais e fizeram-nas vigiar por guardas especializados, os Monteiros”. Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, II, 11, e 96-97. “O próprio empenho posto na protecção das árvores deve ser um sintoma da sua rarefacção”. Fernandes, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval”, 68-69.

¹¹⁴⁰ “nos fazemos outras coutadas o que he em gram dapno da nosa terra porque destas coutadas que som mujtas saaem porcos que dapnam paaes e vjnhas... E que por tal rrazom mujtas herdades som despobradas per elles.” Cortes de 1371 (Lisboa), in *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I, art. 12, f. 2v.

¹¹⁴¹ ANTT, Gav. 12, m. 1, n.º 11; *Direitos reais*, Liv. 1, fl. 242-243v; Rau, *Sesmaria medievais*, 83.

¹¹⁴² Maria José Pimenta Ferro Tavares. *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 274-275. A judiaria de Torres Novas é referida nas cortes de 1361. (Estremadura, liv. 11, fls. 209-211v) A de Tomar foi constituída na segunda metade do séc. XIV. A judiaria de Abrantes foi estabelecida também na segunda metade de Trezentos. As primeiras menções das comunas hebraicas no Médio Tejo são da segunda metade da centúria. Conde, “O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes”, 534-535.

¹¹⁴³ ANTT, Reis, Liv. 2, fl. 8-9; Rau, *Sesmaria medievais*, 83.

¹¹⁴⁴ Rui Carita, *História da Madeira (1420-1560). Povoamento e produção açucareira* (Funchal: Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1989), 46; “A intensificação do povoamento estará sempre presente nas cartas de fundação dos coutos”. Margarida Garcez Ventura, “Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo,” *Revista de Faculdade de Letras. História* 15, 1, (1998): 608; D. João I funda durante o seu reinado 17. Moreno, *Marginalidade e conflitos sociais me Portugal nos séculos XIV e XV*, 18.

¹¹⁴⁵ José Pinheiro da Silva, “Política portuguesa de povoamento: o exemplo de Brasil”, in *Estudos de Humanidades*, vol. I (Universidade de Luanda, Sá da Bandeira, 1968), 5-8.

Noudar, que remonta à primeira metade do século XIV¹¹⁴⁶ e é interessante notar que, nem D. Afonso IV nem D. Pedro I, sobretudo depois da Peste Negra, não se serviram desta medida radical de povoamento. Porém, depois de 1371, o recurso é evidente, podendo exemplificar-se com a Guarda, que se dizia que estava “muj despobrada de companhas”. Tendo em conta os tempos de guerra que então se viviam, o rei fê-la couto para 200 homiziados¹¹⁴⁷.

Também em Miranda e em Penamacor foram estabelecidos coutos desde 1379¹¹⁴⁸. Neles os habitantes trabalhavam também para fortalecer as muralhas, pois quanto mais fortes estivessem, “tanto he mayor segurança assy da Fortaleza como de toda a terra”¹¹⁴⁹. Sob o modelo dos privilégios de Miranda, foi dado o privilégio à vila de Penas Róias¹¹⁵⁰. Sabugal também foi feito couto de homiziados por D. Fernando I e confirmado por D. João I¹¹⁵¹. A “villa de Fronteira” foi feita couto de homiziados por D. João I, em 1385, por ser “muj mjnguada e despobrada de gentes” por razão da guerra “que he e das outras que ante foram”¹¹⁵². Também Arronches foi feito couto de homiziados, por carta de 3 de Abril de 1385¹¹⁵³. Neste caso, o incentivo de povoamento através dos homiziados, foi seguido de outro privilégio, que foi a isenção do pagamento de portagem em todo o reino¹¹⁵⁴. A vila de Caminha foi, a 4 de Agosto de 1406, igualmente feita couto de homiziados. Neste caso, era para que se dedicassem à pesca, sendo um exemplo de colonização que tem por objectivo

¹¹⁴⁶ D. Fernando, aumentou o número de coutos de homiziados na zona do Tejo ao Douro. Tal o caso do Sabugal (1369), Guarda (1371), Marvão (1378), Miranda e Penamacor (1379). Serrão, *História de Portugal*, I, 331; Ventura, “Os coutos de homiziados,” 624. Armando Luís de Carvalho Homem, “Uma crise que saí d’“a crise” ou o Desembargo Régio na década de 1380”, in Idem, *Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade política* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990) 202-203.

¹¹⁴⁷ “per el rrey dom fer/nando nosso jrmaão; lhes fora dada hũa carta porquanto a dicta cidade era mujto mjnguada de gentes que pudesem hi morar ataa duzentos homjziados. E que ouuesem todollos priujlegios que ham os homeziados do sabugal.” *Chancelaria de D. João I*, vol. IV, t. 2, liv. IV, f. 107v, n.658, p. 153.

¹¹⁴⁸ “por ella seer mjlhör pobrada”. *Chancelaria de D. João I*, III, t. 1, n. 402, 14.11 1442 (era), f. 64, p. 259.

¹¹⁴⁹ Ventura, “Os coutos de homiziados,” 606,

¹¹⁵⁰ *Chancelaria de D. João I*, II, t. 3, n. 1232, f. 155v, 1. 09. 1435 (era), p. 108.

¹¹⁵¹ “veendo como o lugar do sabugal he mujto despobrado e Junto com a Raya de castella” *Chancelaria de D. João I*, III, t. 2, n. 516, f. 84v, p. 77.

¹¹⁵² O privilégio coutava “quaãsquẽr omeziados que se hi acolhessem e morar quisesem”. *Chancelaria de João I*, I/2, liv. 1, fl. 119, n.º 830, pp.164-165. Este privilégio foi acompanhado pela confirmação em 12 de Abril de 1385 dos privilegios e foros que “sempre ouuerom”. *Chancelaria de João I*, I/2, liv. 1, fl. 119v.º, n.º 831, p. 166.

¹¹⁵³ Este privilégio foi justificado “Consirando os grandes afaães e trabalhos que a nossa leal villa d aRonchas soportou despois que se esta guerra começou ataa ora”. *Chanc. de João I*, I/2, liv. 1, fl. 123- 123v.º, n.º 856.

¹¹⁵⁴ *Chancelaria de João I*, I/2, liv. 1, fl. 123v.º-124, n.º 858, pp. 181-182.

aproveitar os recursos naturais do mar e não só da terra¹¹⁵⁵. Em 1439, nas cortes de Lisboa, pediram benefícios fiscais para não irem viver fora do Reino¹¹⁵⁶ e, em 1455, D. Afonso V concedeu à vila uma carta de instituição de feira¹¹⁵⁷. Em 1431 Melgaço passou também a couto de homiziados¹¹⁵⁸. O desenvolvimento conseguido foi tão grande que, por volta de 1459, as zonas fronteiriças do norte de Portugal mandavam a sua “galé a Flandres”, que todos os anos se dirigia ao mar de Norte¹¹⁵⁹. Chaves também foi feito couto em 1412¹¹⁶⁰.

Os procuradores de Mourão, nas cortes de 1439, pediram que a vila passasse a ser couto de homiziados, a fim de a povoar melhor¹¹⁶¹. Idêntico pedido fizeram os moradores de Castro Marim, que se tornou couto desde 1421, a fim de se poderem defender das intromissões dos castelhanos que vinham pescar em águas portuguesas¹¹⁶². Outra vila de fronteira, Mértola, teve que recorrer a este meio para melhor povoamento¹¹⁶³. Outros privilégios visavam também o povoamento das zonas fronteiriças, como é o caso de Montalegre e Póvoa de Varzim, que obtiveram isenção de portagem em todo o reino¹¹⁶⁴. O fomento do comércio era

¹¹⁵⁵ ANTT, Chancelaria de D. João I, livro 2, fls. 177-177v^o; Humberto Baquero Moreno, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa”, p. 37; Ventura, “Os coutos de homiziados,” 611

¹¹⁵⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, f. 13; Livro 4 de Além-Douro, f. 230; Humberto Baquero Moreno, “A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV”, in *Revista da Faculdade de Letras*, vol. VI, Porto, (1989): 101-102.

¹¹⁵⁷ Rau, *Feiras medievais portuguesas*, 117; Moreno, “A representação do concelho de Caminha junto do poder central,” 103.

¹¹⁵⁸ Na mesma altura nota-se a tentativa de povoar a quintã de Lanhelas através da outorga de privilégios a quinze lavradores. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 130v-131; Amélia Aguiar Andrade, “Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média,” 88.; “a nossa ujlla de melgaço; he mujto despobrada e dampnificada e em como sta no stremo dos nossos regnos e dos d el rrey de castella; coutamo lla e fazemos della couto.” *Chancelaria de D. João I*, IV, t. 2, n. 834, f. 132, p. 249.

¹¹⁵⁹ José Marques, “Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela no século XV”, sep. da *Revista Bracara Augusta* 32, (1978): 44-45; ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 36, ff. 197-197v. Moreno, “A representação do concelho de Caminha junto do poder central,” 103-104.

¹¹⁶⁰ *Chancelaria de D. João I* - III, t. 3, Livro III, n. 873, 25.02. 1412, p. 38.

¹¹⁶¹ ANTT, *Odiana*, liv. 4, fl. 254-254v. 20 de Janeiro de 1440; Ventura, “Os coutos de homiziados,” 607.

¹¹⁶² “fazemos do dicto lugar couto pera ataa quarenta homens.” *Chancelaria de D. João I*, IV, t. 1, n. 132, 10. 04. 1421, f. 19v, p. 83.; Ventura, “Os coutos de homiziados,” 608. No entanto a necessidade de povoar as terras julgadas despovoadas, não foi sentida nos centros do interior. Na Covilhã a falta de instituição de couto de homiziados é visto como um dos “dados elucidativos sobre a vitalidade demográfica”. Maria da Graça Antunes Silvestre Vicente, “A Covilhã: o espaço e os homens. Do foral de D Sancho I à integração do Senhorio na Casa do Infante D. Henrique (1186-1415)”, Dissertação de mestrado (Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006), 70.

¹¹⁶³ “mertolla he muy despobrada per razam das guerras... por esto e desemos em ella couto, a cinquenta homeens omeziados.” *Chancelaria de D. João I*, Vol. IV, t. 1, Livro IV, n. 182, p. 115.

¹¹⁶⁴ *Chancelaria de D. João I*, Vol. I, t. 3, n. 1004, 20. 12. 1385. *Ibid.*, Vol. I, t. 3, n. 1235, 13.11. 1387.

uma das medidas para “melhor pobrar” estas zonas, sendo disso exemplo Viseu e Fonte Arcada, onde foram instituídas feiras¹¹⁶⁵ e Caminha, que se tornou num “porto franco”.¹¹⁶⁶

Na documentação medieval encontramos também testemunhos da presença de colonos aragoneses, italianos¹¹⁶⁷, e outros estrangeiros¹¹⁶⁸, que foram atraídos e se fixaram no Reino com base na concessão de privilégios. Podemos mesmo afirmar que Portugal, a partir dos finais do século XIV, constituía um mercado de trabalho para a mão de obra estrangeira¹¹⁶⁹.

A posterior colonização das Ilhas foi produto desta colonização interna do país. Assim, o descobrimento ou redescobrimento¹¹⁷⁰ surgiu num momento propício para a sua humanização, sendo a prática de sesmarias a base na qual assentou a ocupação humana¹¹⁷¹. O regime das capitanias, que estava na base da administração das ilhas, utilizava o processo das sesmarias para incentivar a colonização¹¹⁷². Esta prática concebida como um meio de colonização foi utilizado não só no Reino, e nas Ilhas, mas também no Brasil, embora com menos possibilidades de sucesso¹¹⁷³.

¹¹⁶⁵ *Chancelaria de D. João I*, II, t. 1, n. 576, 10.01. 1392, f. 64, p. 297; Maria João Violante Branco Marques Da Silva, *Aveiro Medieval* (Aveiro: Câmara municipal de Aveiro, 1991), 27. “de se fazer hũa feira geeral e franqueada no dicto lugar de fonte arcada.” *Chancelaria de D. João I*, II, t. 3, n. 1448, f. 155v, 17.07. 1401, p. 212. Na Covilhã, a feira instituída em 1260, tinha decaído, mas “já sob a dinastia de Avis, voltamos a encontrar referencia a uma feira.” Chanc. de D. João I, liv. 3, fl. 132v; Vicente, “A Covilhã: o espaço e os homens,” 117.

¹¹⁶⁶ Na “villa de camjnha de Riba de mjnho nos enujarom dizer que polla costa do mar do dicto logo atrauesam mujtos naujos” *Chancelaria de D. João I*, II, t. 1, n. 601, 21 de Abril de 1430 (era), f. 66v, p. 308.

¹¹⁶⁷ Em 1384 Rodrigo Afonso de Aragão e a sua família. *Chancelaria de D. João I*, n. 180, Em 1404 Giovanni di Palma, no Algarve, uma terra cana de açúcar, e também em 1409, em Loulé, recebe outra. *DP*, I, p. 221.

¹¹⁶⁸ Iria Gonçalves, “Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de examen”, in *Do Tempo e da História*, I, (Lisboa, 1965), 69-112. Entre 1434 e 1440, encontra 24 estrangeiros, dos quais 15 castelhanos.

¹¹⁶⁹ *DP*, Suppl. vol. I, p. 436, 10. 08. 1389.; Trindade, “Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal”, 350

¹¹⁷⁰ Armando Cortesão, “Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde”, in *Esparsos*, I (Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1975), 4.

¹¹⁷¹ Avelino de Freitas de Meneses, “O Arquipélago dos Açores. A economia e as finanças”, *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, (331-445), 331.

¹¹⁷² Manuela Mendonça, “As capitanias atlânticas portuguesas,” Comunicação apresentada no *Congresso Internacional Iberoamericano de Historia de las Gobernaciones Atlánticas en el Nuevo Mundo*, 11-15 de Abril de 2011 (S. Juan de Puerto Rico), 6-7. António Vasconcelos de Saldanha, “As capitanias à luz da história e do direito. (Perspectivas e metodologia)”, in *Colóquio internacional de história da Madeira 1986*, vol. I (Funchal: Governo Regional, 1989), 92. João José Abreu de Sousa, “O arquipélago da Madeira. A sociedade: tentativa de caracterização,” in *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, (138-174), 139.

¹¹⁷³ The *sesmaria* was the instrument of colonization, and in this sense, an instrument of power. Motta, “The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century”, 11; “Informação de D. Francisco de Sousa Coutinho, Governador e Capitão-General do Pará. Sobre As Medidas Que Convinha adoptar-se para

1.3. História de motivos e desejos ou de condições e possibilidades?

Grande parte da historiografia dos descobrimentos e da expansão portuguesa no século XV tem-se centrado em tentativas diversas para vislumbrar os motivos que justificaram o respectivo início. Muito papel e tinta se tem gasto também com o objectivo de introspeccionar os desejos mais íntimos dos protagonistas da gesta marítima. Porém, raramente se tenta compreender e explicar as condições materiais e humanas e a situação económica e social do país que estiveram na base de tudo. Essa abordagem é válida para uma história das mentalidades, mas, da minha perspectiva, tem pouca relevância num quadro de história da expansão.

A expansão portuguesa, ao contrário de outros casos na história, tem sido colocada sobre fundamentos históricos frágeis que, por isso, não aguentam o gigantesco peso histórico que a obra expansionista portuguesa representa no conjunto da história da humanidade. Tendo-se concentrado nos motivos e os desejos dos protagonistas da época, não se tem dado a devida atenção às constantes históricas, como as condições económicas e sociais e as capacidades e as possibilidades que estas condições podem ter viabilizado. Se apenas se diz que os portugueses, no início do século XV, começaram a obra expansionista porque queriam vencer os mouros, (cruzada), queriam comer bem, (trigo), queriam ser ricos ou queriam saber mais e ter mais trabalho, porque queriam mais dinheiro, isso é igual a não dizer nada¹¹⁷⁴.

que a Lei das Sesmarias de 5 de Outubro de 1795 produzisse o desejado efeito” 26 de Julho de 1797. *Revista IHGB*. Tomo 29. Parte 1, 1966, vol. 32: 335-351.

¹¹⁷⁴ “Among the many and complex *motives* which impelled Europeans, and especially the peoples of Iberian peninsula, to venture oversea in the fifteenth and sixteenth centuries, two were obvious, universal, and admitted: acquisitiveness and religious zeal”. J. H Parry, *The Age of Reconnaissance* (London: Weidenfield and Nicolson, 1963), 19-20. “o escrutínio das *motivações* que alavancaram uma expansão em fase de recessão demográfica mantém-se, no entanto, no âmbito das hipóteses, nem todas concordantes.” Costa, Lains, e Miranda. *História Económica de Portugal (1143-2010)*, 65.

Será que os portugueses dos séculos anteriores e os portugueses de hoje não querem as mesmas coisas, não têm idênticas motivações e desejos¹¹⁷⁵? Será que os outros povos da Europa e do mundo no século XV não queriam o mesmo que os portugueses obtiveram? Aliás, será possível encontrar um único povo que não tenha querido triunfar sobre os seus inimigos, que não quisesse comer e viver bem, que não quisesse ser rico que quisesse ser ignorante¹¹⁷⁶? Portanto, a tendência para explicar um caso tão unico, como é o caso da expansão portuguesa no século XV, com pressupostos tão universais e gerais para qualquer homem e sociedade humana, tem sido um dos factores que mais tem contribuído para deixar a essência desta expansão ainda hoje coberta por uma nuvem de mistica¹¹⁷⁷.

Por exemplo, em vez de se perder tempo na discussão sobre de quem foi a ideia de ir atacar Ceuta, seria mais histórico perguntar como e com que meios foi possível ir até lá¹¹⁷⁸ e como é que o reino conseguiu aguentar todas aquelas despesas e juntar tanta gente para esta empresa¹¹⁷⁹. O quantitativo de navios é, só por si, um indicativo dos gastos e, ao mesmo tempo, das capacidades económicas do reino¹¹⁸⁰. Armar tantos navios e barcas¹¹⁸¹ não era fácil¹¹⁸², não só para Portugal, colocado pelos historiadores modernos no banco dos “pobres”

¹¹⁷⁵ “The *motivation* behind the formidable Portuguese expansion over three continents and the many seas is, of course, a complex one and defies oversimplification”. Pattee, *Portugal*, 75.

¹¹⁷⁶ Jaime Ferrer e Gadifer de la Salle procuraram “o rio de ouro”, ou um caminho das especiarias como os irmãos Vivaldi, que se perderam em 1291 no caminho “ad partes Indiae per Oceanum”. Felipe Fernández-Armesto, “Exploration and Discovery”, in *The New Cambridge Medieval History*, vol.VII c. 1415- c.1500, ed. Christopher Allmand, 185; Bovill, *The Golden Trade of the Moors*, 113.

¹¹⁷⁷ Luís de Albuquerque criticando a tese sigilista exposta por Jaime Cortesão, diz “parece-nos por outro lado demasiadamente simplicista a explicação unitária que parece ser atribuída à chamada “mística dos Descobrimentos”. Luís de Albuquerque, “As “teorias” explicativas dos descobrimentos portugueses”, in Idem, *Dúvidas e certezas na história dos Descobrimentos Portugueses* (Lisboa: Vega, 1990), 55.

¹¹⁷⁸ “how a kingdom then so impoverished by past wars was able to meet the heavy expenditure involved in setting up a military expedition on this scale”. Russell, *Prince Henry “the Navigator”*, 30

¹¹⁷⁹ Segundo Russell, *Prince Henry “the Navigator”*, 44, a campanha de Ceuta custou cerca de 280,000 dobras de ouro, ou seja 330,000 florins de ouro de Florença.

¹¹⁸⁰ Ronald S. Love, *Maritime Exploration in the Age of Discovery, 1415-1800* (Connecticut, London: Greenwood Press, 2006), 12.

¹¹⁸¹ Porto participou com “70 naus e barcas “afora outra muita fustalha”. Pedro de Azevedo, *Documentos Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915), I, p. 7. Quirino da Fonseca, *Os navios do Infante D. Henrique* (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958), 19.

¹¹⁸² So uma possante indústria marítima poderia produzir esta série de aprestamentos navais com a facilidade como parece que todos estes se efectuaram. Sampaio, *As póvoas marítimas*, II, 127; Em 1378 a Hansa decidiu

da época, mas também para países ricos e fortes¹¹⁸³. O número elevado de embarcações na empresa de Ceuta, além de testemunhar as capacidades da marinha portuguesa, exigia também o apoio duma indústria naval capaz de responder às necessidades do reino.

Também a colonização da Madeira é uma história típica de condições e possibilidades e não de desejos e motivações¹¹⁸⁴. Aparentemente, os últimos a “descobrir” a ilha foram os portugueses, mas isto não impediu que eles fossem os primeiros a povoá-la. A ilha aparece em portulanos catalães e italianos e foi, supostamente, visitada por castelhanos nas vésperas da primeira viagem portuguesa, bem como por franceses e ainda por ingleses¹¹⁸⁵.

Também os Açores provavelmente não foram descobertas pela primeira vez pelos portugueses¹¹⁸⁶ e mesmo o continente americano teria sido visitado e parcialmente colonizado pelos europeus antes do século XV¹¹⁸⁷. Mas, para a efectivação de todas as viagens e presença humana, a questão não era simplesmente “saber”! Era também e fundamentalmente “poder”¹¹⁸⁸, ou seja, ter os recursos e os incentivos suficientes para valorizar estas “terras desprezadas”¹¹⁸⁹.

Antes da colonização da Madeira, os estudos de história local realizados sobretudo a partir dos anos '80 do século XX, assim como os estudos das relações económicas e comerciais de

começar a ter navios armados, para proteger o seu comércio, mas em 1380 este projecto foi abandonado por causa dos custos. Assim os navios foram deixados sem protecção e em 1392 a situação era tal que os navios navegavam só em convóio. Dirk Meier, *Seafarers, Merchants and Pirates in the Middle Ages* (Woodbridge: The Boydell Press, 2006), 148.

¹¹⁸³ Henry V, “had to resort to loans to pay his troops.” Christine Carpenter, “War, Government and Governance in England in the Later Middle Ages”, in *The Fifteenth Century, Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, vol. VII, ed. Linda Clark (Woodbridge: The Boydell Press, 2007), 14.

¹¹⁸⁴ “Commerce and the crusading spirit motivated Portugal’s early maritime expansion”. Love, *Maritime Exploration in the Age of Discovery*, 12.

¹¹⁸⁵ Carita, *História da Madeira*, 38- 41.

¹¹⁸⁶ Felipe Fernández-Armesto, “Exploration and Discovery”, 189.

¹¹⁸⁷ Molmenti, *Venice its Individual Growth from the Earliest Beginnings to the Fall of the Republic I*, 138-139.

¹¹⁸⁸ Why did Portugal take the lead when the Biscayan seamen were as enterprising and their ships as good as any in Europe?” C. R., Boxer *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succint Survey* (Berkeley: University of California Press, 1969), 5.

¹¹⁸⁹ “Terras desprezadas, se podem chamar, porque... as que encontravam desertas, pensa-se, tanto fazia achalas como volver-lhe os olhos...; Mas a virtude de uma invenção não está só no descobrimento, está, também, ou ainda mais, no aproveitamento ou valorização della. Pedro A. d’Azevedo, “As ilhas perdidas”, *Archivo Historico Portuguez*, I (1903), 54.

Portugal com os outros países, dão crédito á hipótese de que a expansão de Portugal em no Atlântico foi precedido e teve como base a expansão da economia e do mercado interno do País e a expansão económica de Portugal no conjunto do sistema económico do continente.

Os estudos que incidem sobre as relações comerciais e económicas de Portugal com a Península e com o resto do continente documentam a lógica da expansão de Portugal. O volume das trocas comerciais com Inglaterra, estudado por Shillington e Chapman¹¹⁹⁰ e W. Childs¹¹⁹¹ confirma as décadas imediatamente anteriores ao início da expansão ultramarina como de excepcional volume. Semelhante dinâmica e realidade se nota numa área diferente, neste caso no Mediterrâneo, como é o caso da Valência, estudada por J. Guiral-Hadziiosif¹¹⁹². O mesmo se pode dizer do estudo de A. H. de Oliveira Marques sobre as relações com as regiões marítimas da Alemanha do Norte¹¹⁹³ e de Virgínia Rau sobre o aumento da produção do sal português e sobre a expansão da sua comercialização na Europa do Norte, bem como sobre o aumento do volume de comércio com as cidades italianas¹¹⁹⁴. Os estudos mais recentes de Luís Adão da Fonseca sobre o aumento da presença da marinha portuguesa no Mediterrâneo ocidental no mesmo periodo e, sobretudo, o trabalho de Filipe Themudo Barata sobre o aumento do volume das trocas comerciais com a mesma zona, assentam em idêntica lógica¹¹⁹⁵. Também os estudos que tratam do comércio destas zonas do Mediterrâneo ou do Mar do Norte confirmam estes resultados e tendências¹¹⁹⁶.

¹¹⁹⁰ Shillington e Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*,

¹¹⁹¹ Childs, *Anglo-Castilian trade*; Idem, “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, in *The Age of Richard II*, ed. James L. Gillespie (Stroud and New York: 1997), 27-49; Idem, “Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century”, *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, 2, (1992): 196-219.

¹¹⁹² Guiral-Hadziiosif, *Valence, port Méditerranéen*, 416.

¹¹⁹³ Marques, *Hansa e Portugal*.

¹¹⁹⁴ Rau, *Estudos sobre a história do sal português*; Virginia Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato”; No ano 1408 temos a primeira menção dum navio português na Sicília e em 1412 um navio português, conjuntamente com um navio inglês leva trigo para Ibiza. *MH*, vol. II, docs. 11, 12, 19, 20, 24.

¹¹⁹⁵ Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, 410-411.

¹¹⁹⁶ Em Valência, os portugueses multiplicam a sua presença durante a primeira metade do séc. XV. Os registos de 1404 das «coses vedades», contam 21 licenças aos navios portugueses, ou 4% do total. Guiral -Hadziiosif, *Valence, port méditerranéen*, 19. Também começam a estar presentes como marinheiros nas embarcações

Mas, como é lógico pensar, antes da expansão do comércio externo teria que haver um crescimento económico e uma expansão do mercado interno do Reino. Neste aspecto, os estudos regionais e locais têm contribuído para traçar semelhantes tendências de crescimento económico, antes do início da expansão quatrocentista. Não só os estudos que incidem sobre as cidades, mas sobretudo os estudos da história local “total”, a partir da década de 1980, começando com o trabalho pioneiro de Maria Helena da Cruz Coelho sobre o Baixo Mondego¹¹⁹⁷, de Hermenegildo Fernandes sobre Beja¹¹⁹⁸, de Ana Maria Seabra Rodrigues sobre Torres Vedras¹¹⁹⁹, de Manuela Santos Silva sobre Óbidos¹²⁰⁰, de Amélia Aguiar Andrade, sobre Ponte de Lima¹²⁰¹, de Mário Viana sobre Santarém e seu termo¹²⁰², de Rita Costa Gomes sobre a Guarda¹²⁰³ ou de Iria Gonçalves, sobre o património alcobacense¹²⁰⁴. Em conjunto, estes estudos trazem factos que indicam o dinamismo económico português, que precede a expansão externa.

estrangeiras. Gourdin, *Présence portugaise en Méditerranée occidentale*, 138; Veja-se também Anna Unali, *Il «libre de acordament»*. Arruolamento di equipaggi catalani per la guerra di corsa nel '400 (Cagliari, 1982).

¹¹⁹⁷ Os anos “entre 1390 e 1420 parecem ser de recuperação em mais vastos domínios”. Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 35-37.

¹¹⁹⁸ No caso de Beja, “é verdade que a crise que por toda a Europa ocidental muda momentaneamente a face dos campos não parece ter comandado aqui reordenamentos decisivos.” Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja”. Dissertação de Mestrado (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1991), 130

¹¹⁹⁹ Ana Maria S. A. Rodrigues, “De cidade atractiva a cidade decadente. O percurso torriense nos finais da Idade Média”, in *Espaços, Gente, e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval* (Cascais: Patrimónia Histórica, 1996), 362; Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais do Idade Média*, 236.

¹²⁰⁰ Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, Lisboa 1996,

¹²⁰¹ Se a vila conheceu um recuo demográfico na segunda metade do século XIV, nos primórdios da centúria seguinte estava já em franca recuperação... A Igreja Matriz começou a ser considerada demasiada exígua, “o que levou o concelho a decidir-se pela edificação de um novo templo, bastante mais vasto.” ANTT, *Leitura Nova*, Liv. 3 de Além Douro, fls. 169vº -170. Andrade, *Um espaço medieval: Ponte de Lima*, 149.

¹²⁰² Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 174.

¹²⁰³ O final do séc. XIV, que, embora foi marcado pela recessão demográfica e pelas destruições da guerra, conhece uma diversificação das actividades artesanais. Enquanto no séc. XV os lavradores da vila começam a romper os “matos maninhos”, defendendo os seus direitos sobre os “prados de erva regadia”, situadas na zona periurbana”. Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval. 1200-1500* (Lisboa: Sá da Costa, 1987), 110-111.

¹²⁰⁴ Em Alcobaça, foi a partir da década de 1380... que se recuperaram, através de arroteias, os estragos causados na época anterior. Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, pp. 247-248).

1.4. Porque fomos a Ceuta? E porque fomos a Madeira?

A primeira pergunta tem suscitado tanto debate na historiografia portuguesa que simplesmente a história dele seria suficiente para elaborar uma monografia inteira¹²⁰⁵. Mas também tem dado oportunidade a uma produção historiográfica que, por sua vez, tem contribuído muitíssimo para os estudos sobre a Baixa Idade Média em Portugal - produção historiográfica que pode ser categorizado em termos cronológicos e também em termos da temática e do método.

Em termos cronológicos, na primeira metade do século XX nota-se o predomínio do indivíduo e das motivações individuais, na explicação da campanha gigantesca de Ceuta. A partir da década de 1970, surgem ideias de que as explicações até então dadas poderiam ser inadequadas e remetem para uma maior complexidade do assunto. Ralph Davis, em 1973, afirmou que “neither ideological crusading nor technical changes can account for that sudden fifteenth-century achievement in exploration by a hitherto insignificant nation.”¹²⁰⁶. Armindo de Sousa notou “que é difícil explicar tal necessidade de se expandir”¹²⁰⁷. No entanto, na segunda metade do século XX predominou o papel da crise dos finais da Idade Média, nas explicações dadas e, nos últimos anos, surgiram abordagens que tentam juntar todas as possíveis explicações, mas tendo consciência que ainda estas não são suficientes para poder explicar uma empresa tão grandiosa¹²⁰⁸.

¹²⁰⁵ “As razões que levaram D. João I a conquistar Ceuta têm dado origem a acesos debates historiográficos... As hipóteses salientam geralmente *motivos* de ordem estratégica, social e económica.” Paulo Drumond Braga, “A expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, (234-337), 250.

¹²⁰⁶ “Portugal, a country fully recovered from the Moors only in 1253, was small and poor, much of it mountainous and uncultivable”. Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, 3.

¹²⁰⁷ “It is difficult to explain such a need to conquer. Economic, political, religious, social and historical *reasons*, many of which do not concern Portugal alone, must have worked together to syncretise powerful *ambitions*”. Sousa, “Portugal”, in *The New Cambridge Medieval History*, vol. VII c. 1415- c.1500, 636-638.

¹²⁰⁸ “Answers given in the past in political or technical terms are not adequate”. Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, 2.

Afirmamos então que: a reorientação das rotas comerciais, resultante da Guerra dos Cem Anos, colocou Portugal num ponto nevrálgico destas rotas, o que levou ao crescimento económico português durante a segunda metade do século XIV. Este crescimento económico exteriorizou-se na expansão territorial, iniciada em Ceuta e nos descobrimentos de novas terras. Mas, antes disso, exteriorizou-se no desfecho positivo para Portugal durante o conflito com Castela. Portanto, o crescimento económico português, na segunda metade do século XIV, desencadeou os descobrimentos, ao contrário da ideia concebida pela maioria dos autores, que assumem os descobrimentos como se eles tivessem desencadeado o crescimento económico português¹²⁰⁹. Onde, não se pode reflectir sobre as causas dos descobrimentos, sem ter em conta as causas da sua causa: a expansão¹²¹⁰.

Sobre este assunto, as mais destacadas contribuições devem-se a António Sérgio¹²¹¹, David Lopes¹²¹², Veiga Simões¹²¹³, Jaime Cortesão,¹²¹⁴ e Vitorino M. Godinho¹²¹⁵. Este último inclina-se claramente para causas sociais e, sobretudo, económicas, retomando A. Sérgio que, em 1919, sublinhava o papel da «burguesia» portuguesa, interpretando uma pequena intervenção de João Afonso, vedor da fazenda do rei, apresentando-o como representante da

¹²⁰⁹ “A incorporação de Ceuta na monarquia portuguesa desencadeou um notável processo expansionista que viria a gerar uma dinâmica sustentada durante mais de um século”. Costa, et al., *História Económica de Portugal (1143-2010)*, 13.

¹²¹⁰ A frota portuguesa com base em Ceuta não tinha condições para participar nos descobrimentos. Jacques Paviot, *Les Portugais et Ceuta 1415-1437*, in *Le partage du Monde. Échanges et colonisation dans la Méditerranée médiévale*. dir. De M. Balard e A. Ducellier (Paris : 1998), 437-438.

¹²¹¹ António Sérgio, *A conquista de Ceuta. (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)*, in *Ensaio* (Lisboa: Sá da Costa 1971), I, pp. 253-271. (1.ª ed. 1919). Este autor vê como românticas as interpretações que viam a expedição como apenas movida pelo ideal de cruzada.

¹²¹² D. Lopes sublinha a importância da defesa do Estreito contra a pirataria magrebina, e chama a atenção pelo facto que ainda que Ceuta tivesse importância como centro de comércio, a sua conquista por cristãos desviaria dela o tráfico muçulmano. David Lopes, *História de Arzila durante o Domínio Português (1471-1550 e 1557-1589)* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925), 29.

¹²¹³ Veiga Simões, «O infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, ed. António Baião, Hernani Cidade, Manuel Múrias, vol. I (Lisboa: Editorial Atica, 1937), pp. 353-356.; Braga, *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, 252.

¹²¹⁴ Manuel Gonçalves Martins, *A expansão portuguesa e o condicionalismo externo*, in *Bartolomeu Dias e a sua época*, Actas do Congresso Internacional, Universidade do Porto, vol. I, pp. 99-117.

¹²¹⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão*, in *Ensaio*, vol. II, 2.ª ed. (Lisboa: Sá da Costa, 1978), 87-124. Godinho critica o livro de Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943).

burguesia¹²¹⁶. Luís Miguel Duarte, não encontra nenhum traço de burguesia no vedor da fazenda e nem uma burguesia capaz de influenciar tão decisivamente uma iniciativa tão importante¹²¹⁷. Apontou-se também a ida a Marrocos como prolongamento da Reconquista, e aportaram-se razões de estratégia, e ainda a necessidade da afirmação da dinastia de Avis, na cena internacional¹²¹⁸.

Os autores estrangeiros geralmente têm-se limitado a repetir o debate dos historiadores portugueses¹²¹⁹. Em termos económicos, esta conquista revelou-se improdutiva¹²²⁰, tornando-se desde o início «sumydoiro de gente» e «d'armas e de dinheiro»¹²²¹ e também num couto de homiziados¹²²² de tal dimensão que D. Duarte mandou, em 1431, que o degredo para Ceuta fosse metade do que se dava para dentro do reino¹²²³.

Então, porque fomos a Madeira? Esta pergunta exige a atenção especial dos investigadores da história portuguesa, porque a resposta, ou as respostas, elucidarão, não só a própria pergunta, mas também outros aspectos da história de Portugal nos séculos XIV e XV, sobretudo a campanha de Ceuta. Comparando a importância de Ceuta com a da Madeira na

¹²¹⁶ G. Eanes de Zurara *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, Lisboa, 1915, cap. IX, p. 27.

¹²¹⁷ Duarte, *Regresso a Ceuta*, 112-114; Jaime Cortesão, *A expansão dos portugueses no período Henriquino* (Lisboa: Portugália Editora, 1965), 160.

¹²¹⁸ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa: Constantes e linhas de força* (Lisboa: Rev. Nação e Defesa, 1987).

¹²¹⁹ The reasons for the Portuguese expedition to Ceuta are hotly debated by historians. Economic forces, social pressures, and religious motivations were unquestionably influential.” Francis M. Rogers, *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal* (Cambridge- Massachusets: Harvard University Press, 1961), 8.; “Fue consecuencia de la revolución de 1383-1385 que elevó al poder a la clase burguesa, deseosa de expansión mercantil, unida al espíritu cruzado del infante don Enrique”. R. E., “Ceuta, Conquista de (1415)” in *Diccionario de Historia de Espana*, dir. Germán Bleiberg (Madrid: Revista de Occidente, 1968), 817.

¹²²⁰ Alberto Vieira, “A Emigração portuguesa nos Descobrimentos: Do litoral às ilhas,” *Portuguese Studies Review* 15 (1-2) (2007), 67.; Sobre o papel de Ceuta na estratégia da expansão portuguesa, veja-se; Filipe Themudo Barata, *O papel de Ceuta na definição de novas políticas no Mediterrâneo ocidental. O caso de Bernat Font*, in *La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492*, III Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval, Sevilla, I, (1997), 475- 480. Carmen M. Radulet, *Documenti delle scoperte portoghesei. Africa* (Bari: Adriatica, 1983), 36; “O resgate do ouro não dera de entrada resultados tangíveis, mas a rota era seguida.” Veiga Simões, “Portugal, o ouro, as descobertas,” 104.

¹²²¹ Carta de D. Pedro para D. Duarte. *Livro dos conselhos de el-Rei D. Duarte, (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática de João José Alves Dias (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), n.º 4, p. 37, [fl. 38v]

¹²²² Maria Ângela Beirante, *Ceuta nas Ordenações Afonsinas*, in *Ceuta Hispano-portuguesa*, ed. Alberto Baeza Herrazti (Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993), 93.

¹²²³ *Ordenações Afonsinas, livro V*, ed. facsimilada da edição de 1792, Calouste Gulbenkian, cap. 114.

vida económica do país no século XV, vê-se claramente que a primeira era economicamente penosa para o reino; porém, a segunda resultou de muito proveito. Os descobrimentos do século XV, em termos políticos, eram conquistas, mas em termos económicos representavam a invenção dum sistema económico completamente novo, cheio de incógnitas, mas sem competidores.

A Madeira e a sua esterilidade histórica até ao século XV é muito interessante. Ali não havia nem mouros para conquistar, nem ouro para pilhar¹²²⁴, nem cidades para saquear¹²²⁵, nem escravos para cativar¹²²⁶, nem importância estratégica, nem interesse comercial, nem terra pronta para lavar¹²²⁷, nem trigo para buscar, nem igrejas para dar espaço e emprego ao clero, nem se estava no caminho que levava ao Preste João, nem se estava perto de nenhuma via marítima¹²²⁸, nem a ilha tinha qualquer importância estratégica. Mesmo assim, a coroa portuguesa não duvidou um instante em promover a sua humanização¹²²⁹ e colonização¹²³⁰. A alegria com que foi recebida a notícia do descobrimento¹²³¹ e a prontidão com a qual foi decidida o respectivo povoamento¹²³² são indicadores fortíssimos dum reino que já estava

¹²²⁴ Jean de Bethencourt e Gadifer de la Salle eram aventureiros atraídos pelas lendas do Rio do Ouro. Felipe Fernández-Armesto, *Pathfinders. A Global History of Explorations* (Oxford: Oxford University Press, 2006), 128. Também “Henrique needed gold with which to reward his followers” (p. 132).

¹²²⁵ “Até ao século XV, os navegadores não se detinham nas terras despovoadas, como era o caso do Arquipélago da Madeira, nem mesmo naquelas onde os nativos não fossem susceptíveis de fornecer-lhes coisas que eles pudessem levar e utilizar, como acontecia nas Canárias.” Carita, *História da Madeira*, 33.

¹²²⁶ As expedições às Canárias durante o século XV podem ser vistas e de facto eram expedições para “embarcar cativos”. Vitorino Magalhães Godinho, “As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas”, in *Colóquio internacional de história da Madeira*, 1986 (Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989), 34.; Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 128.

¹²²⁷ “A ilha era um matagal que urgia desbravar”. Manuela Mendonça, “As capitânias atlânticas portuguesas,” 7.

¹²²⁸ Fernando Jasmins Pereira, *Estudos sobre história da Madeira* (Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1991), 9.

¹²²⁹ Utilizamos esta palavra a par com aquela de colonização, visto que a Madeira na altura do descobrimento representa um dos espaços ecológicos mais virgens e mais ricos. Esta imagem é bem patente nas primeiras narrativas que contam do seu “achamento”.

¹²³⁰ A preocupação da coroa para colonizar as ilhas é visível durante todo o século XV. Charles Verlinden, “La position de Madère dans l’ensemble des possessions insulaires portugaises sous l’infant Dom Fernando (1460-1470)”, in *Colóquio internacional de história da Madeira*, 1986, p. 53.

¹²³¹ Manuel Juvenal Pita Ferreira, “Notas para a história da Ilha da Madeira: descoberta e início do povoamento”, *Revista das Artes e da História da Madeira* vol IV, n.º 23 (1956): 13.

¹²³² “E no verão seguinte, na entrada de Mayo do anno de 1420, movido El-Rey com desejos de povoar a nova ilha da Madeira e as que havia ao redor della, mandou fazer prestes navios”. Gaspar Fructuoso, *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscripto do século XVI anotado por Alvaro Rodrigues de Azevedo (Funchal: Typ. Funchalense, 1873) (liv. I), liv. II, Porto 1925, Int.

preparado para se expandir e duma Coroa que estava decidida de fomentar esta expansão¹²³³.

O exemplo concreto do povoamento da Madeira e dos Açores pelos portugueses é um indício muito importante também para o carácter da expansão europeia em geral. Estas ilhas, assim como as de Cabo Verde¹²³⁴ e de São Tomé, foram povoadas pelos portugueses, humanizadas por eles e não conquistadas¹²³⁵. A ideia que o povoamento e a fortuna da Madeira esteve relacionada só com o cultivo exótico da cana do açúcar não está fundamentada¹²³⁶, sendo que até a década de 1470 a cultura cerealífera foi a base da economia da ilha¹²³⁷.

Já em 1433 se dizia que o cultivo da terra da ilha resultava em proveito para os colonizadores¹²³⁸. Cerca de 1444, a frota de Antão Gonçalves, que descobriu o cabo de Resgate na costa africana, abastecera-se na Ilha da Madeira, “porque havia aí já grande abastança de mantimentos”¹²³⁹ e que “já era cousa acostumada a todollos navios que o infante mandava quando partiam deste reino, irem primeiramente à ilha da Madeira para receberem

e notas de Damião Peres, cap. 6; Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*. Tratado composto em 1579 e agora publ. com introd. e notas de João Franco Machado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947), 15

¹²³³ Durante os primeiros anos em cada verão, D. João I enviava uma pequena armada com alfaias, sementes e gado. Carita, *História da Madeira*, 49.

¹²³⁴ No caso de Cabo Verde, iria esboçar-se o início do seu povoamento cerca de 1480, também aqui rapidamente se desenvolveu o mundo urbano. Construíram-se edifícios públicos, casas de habitação e, em 1497, já ali havia hospital. Mendonça, “As capitánias atlânticas portuguesas,” 16.

¹²³⁵ Em 1493 D. João II dá a capitania a Álvaro de Caminha, e não tendo os judeus, expulsos de Castela, abandonado Portugal no tempo que lhes foi fixado, “lhes tomou os filhos e filhas pequenos, que assim eram cativos, e os mandou tornar cristãos, e os mandou à São Tomé” Garcia de Resende, *apud*. Mendonça, “As capitánias atlânticas portuguesas,” 12.

¹²³⁶ Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 63.; Além do açúcar da Madeira e o pastel dos Açores foram importantes o trigo, o vinho e a criação de gados. Mendonça, “As capitánias atlânticas portuguesas,” 9.

¹²³⁷ Segundo Zurara os primeiros povoadores “começaram ally de fazer suas sementeiras muy grandes de que lhes vierom muy abastosas novidades... de guise que em muy breve tempo foe grande parte da quella terra aproveitada”. Gomes Eanes de Zurara, *Crónicas dos feitos da Guiné*, cap. LXXXIII; Cadamosto diz que “ainda que seja montuosa como a Sicília, contudo é muitíssimo fértil, pois produz cada ano trinta mil estares veneziaos de trigo... E fazem-se açúcares para quatrocentos cântaros” Luis de Cadamosto, *Viagens*, Intr. de Damião Peres (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948), 92-93.

¹²³⁸ Já estava a ser povoado em 1425, pois que D. Henrique, “no ano do Senhor de 425, começou a povoar de moradores estas ilhas e as fazer cultivar e as trazer ao proveito que delas se podia tirar... e com tanta diligência que já no ano de 1433... eram já em tanto povoadas e aproveitadas... que já os direitos impostos eram de muita renda e proveito” BNP, *Livro das Escrituras de Pedro Álvaro Seco*, cód. 737, fl 3/3v; Manuela Mendonça, “As capitánias atlânticas portuguesas,” 7.

¹²³⁹ Zurara, *Crónica da Guiné*, cap. XXXII; António Dias Farinha, “A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI (I)”, in *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1986 (Funchal 1989), 361.

suas virtualhas”¹²⁴⁰. Mais tarde, em 1461, dizia-se que a ilha abastecia com “pam” “ho trauto de guinee”¹²⁴¹ e, em 1473, era a vez de Lisboa ir buscar trigo à ilha por causa da míngua que sentiam as regiões de Castela na fronteira com Portugal¹²⁴². Isso demonstra que a economia madeirense era uma extensão da economia do reino e as técnicas e as culturas tinham que ser relacionadas com a tradição dos povoadores¹²⁴³. Este sucesso do cultivo dos cereais serviu de base para o investimento na cana de açúcar, que levou a ilha ao apogeu da prosperidade e fama, chegando a produzir 100 mil arrobas em finais do século XV¹²⁴⁴.

Ao contrário da Ceuta, que foi desde cedo um quebra-cabeças para a coroa e o país¹²⁴⁵, a Madeira ocupou um lugar importante na história de Portugal do século XV, “tanto pelo seu valor económico como pela base avançada que se constituiu no apoio às operações e praças africanas”¹²⁴⁶. A sua importância como exemplo de humanização e colonização de novos espaços geográficos ultrapassa o contexto português¹²⁴⁷.

O ritmo ascendente da colonização da ilha patenteia-se claramente, tanto pelo aumento natural, como pelo afluxo de novos contingentes atraídos pelo seu desenvolvimento¹²⁴⁸. Isto

¹²⁴⁰ Zurara, *Crónica da Guiné*, cap. LXXXIX.

¹²⁴¹ ADF, RGC, Tombo 1, doc. 4, pp. 11-20.

¹²⁴² Numa carta, os regedores de Lisboa dirigiam-se aos habitantes da Madeira que “ho pam se aleuanta em grande o preço per o que tememos sobre vyr tanta mïgoa que quoado amuyto sentirmos não podera em breue per nos seer rrepayrad... que vos praza terdes tall modo no dito pam que elle se não possa tyrar saluo pera estes rreynos”. ADF, RGC, Tombo I, docs. 38, p. 69; doc. 39, p. 69-70; doc. 40, p. 70-71.

¹²⁴³ Os povoadores não se deslocaram de Portugal, “afrontando o Oceano e condenando-se à dura labuta de arrotear a terra madeirense, para plantar cana sacarina. É o desejo da posse de terras, onde procurarão continuar as culturas agrícolas tradicionais, que os move”. Joel Serrão, “Sobre o “trigo das ilhas” nos séculos XV e XVI”, *Das Artes e da História da Madeira*, vol. I, n.º 2, p. 2.

¹²⁴⁴ ADF, RGC, Tombo I, fl. 70; Fernando Jasmins Pereira, *Alguns elementos para o Estudo da História Económica da Madeira (Capitania do Funchal- Século XV)*, pp. CL-CLIX; Cadamosto, *Viagens*, 93; João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, 3.ª ed (Lisboa: Livraria Clássica, 1973), 221.

¹²⁴⁵ Sousa, “Portugal”, 637; “a conservação era tão onerosa que mal podia manter-se”. Sampaio, *As póvoas marítimas*, II, 150

¹²⁴⁶ D. Manuel I, “afirmava ser ela o mais importante dos senhorios de Portugal e a sua valia repercutir e influenciar a situação geral do Reino” Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 7. A ideia do povoamento da Madeira surgiu na sequência do descerco de Ceuta (1418)”. Carita, *História da Madeira*, 52.

¹²⁴⁷ Açores, Madeira e Canárias serviram como “pilot programs” de colonização e como precedentes for the new settlement and plantation colonies that were to come”, Michael Williams, *Deforesting the earth: from prehistory to global crisis* (Chicago: University of Chicago Press, 2003), 215.

¹²⁴⁸ O “regimento de 1461” de D. Fernando, que inicia o seu governo da ilha, depois da morte do Infante D. Henrique diz: “emtam a gemte era pouca e agora he em mays multiplicaçam asy que hũ soo capellam nom pode abramger a todollos logares ôde convem serem ditas misas”. Arquivo Distrital do Funchal, Registo Geral da

conduz-nos a uma outra questão, que é a importância do êxito económico da ilha para o financiamento das despesas do Infante D. Henrique na sua acção de descobrimento¹²⁴⁹.

Também a propósito da humanização da Madeira, se tem escrito e debatido sobre a quem se deve a iniciativa do povoamento, nomeadamente se a D. João I ou ao Infante D. Henrique¹²⁵⁰. Estes debates têm contribuído para deixar de lado questões mais importantes, como o facto de Portugal ter capacidades económicas e demográficas para um tal povoamento¹²⁵¹. Não foi simplesmente a proximidade geográfica que determinou a proveniência dos povoadores, mas a necessidade económica e a disponibilidade demográfica que determinaram que, ao contrário do que se possa pensar¹²⁵², a maior parte dos colonizadores fossem do norte do País¹²⁵³. O contraste entre a rápida colonização da Madeira e a difícil colonização das Canárias, reflecte bem o contraste entre a situação de Portugal e de Castela¹²⁵⁴.

Um simples olhar sobre o método da humanização desta ilha irá conduzir-nos para uma instituição legislativa muito conhecida no país: as sesmarias¹²⁵⁵. Neste caso, também temos

Câmara (do Funchal) [ADF, RGC], Tombo I, publ. por Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo, nos vols. XV, XVI, XVII e XVIII do *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal 1972, 1973 e 1974, doc. 11, pp. 34-35.

¹²⁴⁹ Em 1461, os habitantes da ilha diziam terem “grande perda na saca dos mill moyos de trigo pera ho trauto de guinee”. ADF, RGC, Tombo I, doc. 4, pp. 11-20.

¹²⁵⁰ Pereira, *Estudos sobre História da Madeira*, 15-19.

¹²⁵¹ A colonização de novas terras pelos diversos povos durante a história tem sido visto como claro indicador da pressão demográfica que serve como força propulsora da expansão espacial e da colonização de novas terras. Como resultado da pressão demográfica se tem visto a expansão europeia dos séculos XII-XIII. Ferguson, *Europe in Transition*, 95. No caso de Portugal, a expansão e a colonização de novos espaços se tem ligado com a depressão demográfica, embora o efeito da depressão é a redução do espaço humanizado e não o aumento.

¹²⁵² A maioria dos povoadores provinha do Norte de Pais, na altura a zona “com maior densidade populacional”. Carita, *História da Madeira*, 46.; A participação estrangeira foi mínima durante a primeira metade do séc. XV, embora ha quem pensa o contrário. Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 135; Estudos recentes “mostram que, no povoamento da ilha da Madeira, participaram gentes de todas as regiões do país, embora com inegável predominio de povoadores do norte de Portugal.” Naidea Nunes Nunes, Dieter Kremer, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)* (Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999), 11. Ernesto Gonçalves é o primeiro a combater a tese algarvia de Alberto Iria e outros. Ernesto Gonçalves, *Portugal e a ilha: colectânea de estudos históricos e literários*, prefácio, selecção e notas de Alberto Vieira (Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1992), 30.

¹²⁵³ Os dados antroponímicos e linguísticos também reforçam aquelas teses. Nunes e Kremer, *Antroponímia primitiva da Madeira*, p. VII, dando à região setentrional 87.4% das ocorrências antroponímicas. (ibid., p. 15).

¹²⁵⁴ “El dominio de las islas menores y el titulo de la Gomera, son los que acometen la empresa, que se inicia de modo efectivo en 1478” J. de la V., “Canarias, islas”, *Diccionario de Historia de España* (Madrid 1968), 656.

¹²⁵⁵ Em 26 de Setembro de 1433, o rei concede o poder de promover a colonização ao Infante que o terá delegado nos seus cavaleiros “atribuindo-lhes o encargo... de darem as terras em sesmaria nos termos do foral por ele concedido à ilha”. Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 21

que objectar que a Lei das Sesmarias se tem considerado como instrumento legislativo de orientação e essência feudal, tendo como enfoque central a sujeição do trabalhador e como indicador da suposta crise da agricultura portuguesa, numa alquimia impossível¹²⁵⁶. Segundo ela, uma economia como a portuguesa dos finais do século XIV, que estava em “profunda crise e depressão”, magicamente sentira necessidade de mais mão-de-obra e também magicamente tivera necessidade e capacidade para encontrar novos espaços ecológicos, a milhares de quilómetros de distância do habitat original¹²⁵⁷.

As ilhas Canárias e provavelmente a Madeira, eram conhecidas desde a primeira metade do século XIV¹²⁵⁸, mas, apesar disso, não foram incluídas nas rotas comerciais até o século XV. Isto porque, antes desse século, não existia uma economia atlântica capaz de viabilizar estas descobertas¹²⁵⁹. A Madeira, os Açores e a África ocidental, logo depois de serem redescobertas, foram incluídas no sistema económico do reino¹²⁶⁰.

Se a Lei das Sesmarias tinha na sua essência a sujeição dos trabalhadores para não deixarem as terras incultas, então nem a empresa de Ceuta, nem, sobretudo, a humanização da Madeira,

¹²⁵⁶ Malyn Newitt relaciona a lei das Sesmarias com a colonização da Madeira e dos Açores, mas o pressuposto de onde parte segue a linha tradicional, de ver o ponto de partida da colonização no declínio da agricultura. A *Lei das Sesmarias*, “which created a legal framework for bringing wasteland back into cultivation, was a sign that the Crown was aware of a serious social and economic malaise. Newitt, *The Portuguese in West Africa*, 6.

¹²⁵⁷ “A solidão das ilhas não era, de início, propícia a um povoamento rápido”. António Dias Farinha, “A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI (I)”, *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (1986), 362.

¹²⁵⁸ Notícia atribuída a G. Bocaccio. Julho-Novembro de 1341. *DP*, vol. I, pp. 77 e ss; *MH*, vol. I, doc. 88, pp. 201-206. O arquipélago tinha sido representado na cartografia desde 1339, (Dulcert). Por isso, os autores portugueses denominam como redescobrimto a chegada dos portugueses no século XV. Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, I, 15 e ss; Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, I, 233.

¹²⁵⁹ Sobre a possibilidade de os europeus terem chegado à América do Norte desde o séc. IV, (cantábricos) e o séc. VI (irlandeses), Rodolfo Barón Castro, “The discovery of América and the geographical and historical integration of the World”, in *Cahiers d’histoire mondiale*, Espagne, VI-4, 1961, 809-811. Os vikings terão chegado à América no século X, mas sem uma economia capaz de utilizar esta terra não teve qualquer impacto na história de Europa nem na dos próprios vikings. O que os atraía era mais as ricas cidades do sul de Europa, do que as novas terras vazias descobertas. Veja-se: Gwyn Jones, *The Norse Atlantic Saga. Being the Norse voyages of discovery and settlement to Iceland, Greenland, America* (London: Oxford University Press, 1964).

¹²⁶⁰ A Madeira logo que foi descoberta foi povoada e aproveitada economicamente, o que indica a maturidade da economia portuguesa deste tempo e a sua capacidade para incluir a Madeira na sua órbita. Zurara, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 83: «fallarom sobrelo ao jffante, contandolhe a bondade da terra e o desio que tijnham acerca de sua pouoraçom, de que o jfante muyto prouue.».

e dos Açores¹²⁶¹ fariam sentido e não podiam acontecer. Como é que podia o rei D. João I¹²⁶² e o seu sucessor, D. Duarte¹²⁶³ deixar que a mão-de-obra que era tão necessária em Portugal, fugisse dele para se estabelecer nas ilhas? E como se explica que, ainda por cima, concedessem privilégios a quem o fizesse e os retirassem se a terra não fosse aproveitada dentro dum prazo, primeiro estabelecido em dez anos e mais tarde em cinco, ou três¹²⁶⁴, o que testemunha a pressão sobre os povoadores para cultivar e aproveitar eficazmente as terras concedidas¹²⁶⁵? Estas terras eram dadas claramente segundo a prática de sesmarias utilizada ao mesmo tempo no reino¹²⁶⁶. Os pedidos dos sesmeiros ou povoadores para que fosse aliviada a pressão que a coroa lhes impunha para o rápido aproveitamento das terras é prova disso e fica bem clara nos documentos da época¹²⁶⁷. Esta política de fomento agrário e de colonização, dando as terras da ilha em regime de sesmaria, tinha as suas consequências, quando os povoadores pediam que se limitassem “os males que a ilha virá sofrer por falta de lenha se continuar a prática de limpar as terras por meio de fogo”¹²⁶⁸.

¹²⁶¹ A mais antiga alusão ao povoamento dos Açores está inserta numa carta régia de 2 de Julho de 1439. *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, 237.

¹²⁶² “a os nouos poboradores da dita ylha da madeira que per noso mamdado Joham gomçalves Zarquo destrebuir que as terras lhe sejam soo mête dadas forras... y se proueitaram em dez annos e soo memte lhe sera dada terra razoadamente ellis nos dittos dez annos possam proveytar... em razom de a irem poborar e leyxarem suas terras e patrias”, ANTT, Provedoria da Alfândega do Funchal, livro 13, fl. 100;

¹²⁶³ O estatuto de D. João I foi modificado em 1433 quando D. Duarte concede o senhorio da ilha ao Infante D. Henrique, segundo o qual “elle possa mamdar fazeer nas ditas ylhas proueytos e bem feytorias aquellas que emtemder por bem e proveyto das ditas ylhas e dar em perpetuo ou atempo ou a forar todas has ditas terras a quem lhe aprouuer.”, ADF, RGC, Tombo I, doc. 5, p. 21; Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 58.

¹²⁶⁴ A concessão de D. João I que dava em sesmaria as terras por dez anos, diminuiu para cinco no tempo de D. Duarte. ANTT, L. de I, fl. 55 v; Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 59; “ainda na primeira metade do século, em 1447, João Gonçalves Zarco concede-as por apenas três anos.” Miguel Jasmins Rodrigues, “O Arquipélago da Madeira. A economia: A agricultura e o comércio. A propriedade. O regime fiscal e as finanças”, *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, (102-137), 116.

¹²⁶⁵ A redução do prazo de cultivo é utilizado como instrumento de incentivo para o aproveitamento da terra, e como ameaça de as terras serem consideradas livres e dadas a outrem se não forem aproveitadas. Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 60.

¹²⁶⁶ João José Alves de Sousa, “O Arquipélago da Madeira. A sociedade: tentativa de caracterização”, *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, (138-174), 144.

¹²⁶⁷ Em 1461, os povoadores diziam que precisavam de mais tempo “por has terras serem bravas e fragosas e de muytas arvoredos”, mas D. Fernando não tencionava aliviar esta pressão dizendo que “ho tempo dos çimquo annos he razoado pera se aproueytar quallquer terra”, mas deixando aberta a possibilidade que “quamdo algum começar de proveytar algũa terra de sesmaria e a nom poder acabar nos ditos çimco annos continuando sempre no proveyto della requeyra liçemça”, ADF, RGC, Tombo I, doc. 4, pp. 11-20.

¹²⁶⁸ ADF, RGC, Tombo I, doc. 13, pp. 36-40.

Mais ainda, a procura de novas terras chegou a tal nível que alguns capitães começaram a dar em sesmaria terras que não eram boas e tinham pouco valor¹²⁶⁹. Ainda em 1497, D. Manuel, que já tinha tomado como regalenga a ilha, ordena que durante cinco anos, “a nenhum morador possam ser tiradas terras por si recebidas de sesmaria”¹²⁷⁰. No final do século XV começou a ser evidente que a colonização tinha sido tão completa que já não havia mais terras livres para serem colonizadas, ou “sesmadas”¹²⁷¹.

Que a humanização da Madeira seguiu e se baseou na prática das sesmarias, afirmam claramente os cronistas. Assim, Jerónimo Dias Leite refere que João Gonçalves Zarco, quando voltou à ilha com a missão de começar o seu povoamento, “começou traçar ha villa e dar has terras em sesmaria”¹²⁷². Também o facto da colonização ter sido de índole exclusivamente agrária diz muito sobre a motivação e as causas que levaram este povoadores a abandonarem as suas terras em Portugal, para se fixar em numero cada vez maior na ilha e agricultural áreas cada vez mais vastas¹²⁷³. A fama da prosperidade da ilha já tinha ultrapassado as fronteiras de Portugal, ainda antes da morte do Infante D. Henrique e o seu exemplo deve ter agitado a imaginação de muitos mercadores¹²⁷⁴.

¹²⁶⁹ Em 1483 os habitantes do Funchal queixavam-se do capitão que, “da de sesmaria algũas terras de lenha as quaes nam sam boas pera aproueytar em nehũa cousa”. ADF, RGC, Tombo I, doc. 85, 122-134.

¹²⁷⁰ ADF, RGC, Tombo I, doc. 212, p. 366; Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 61.

¹²⁷¹ No fim do séc. XV já estavam fundadas 8 freguesias na costa sul e 1 na norte. Raquel Soeiro de Brito, “Introdução. A geografia dos arquipélagos portugueses do Atlântico”, *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, 22; «em toda essa ilha se não dêem daqui em diante nenhuma sesmarias». João José Abreu de Sousa, “O arquipélago da Madeira. O povoamento: modelo, método e estímulos. Os povoadores”, *Ibid.*, III, 1, 71-72.

¹²⁷² Leite, *Descobrimento*, 25-26. Essa prática que na sua aplicação rudimentar remontava aos tempos da reconquista foi seguida também nos Açores. *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, 220.

¹²⁷³ “O cultivo da terra era na verdade o único móbil que movia os povoadores a transplantaram-se do Reino.” Pereira, *Estudos sobre história da Madeira*, 57. Para a Madeira e Açores sabe-se terem saído, até ao último quartel do século xv, várias centenas ou milhares de famílias. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 45.

¹²⁷⁴ Em 1469 dizia-se que “rrua dos mercadores do tramto do açuquar e outros que a esto perteeçem da quall sayrom ao repique dos nauios que aqui vierom de castella bem seysçemtos ou VII homês”. E havia tantos mercadores “que nas rramadas pousam por nom acharem cassas” ADF, RGC, Tombo I, doc. 18, pp 47-49.

1.5. As aldeias “perdidas” na Europa e as aldeias “encontradas” em Portugal

A Peste Negra e os “aftershocks” que se lhe seguiram¹²⁷⁵, assim como as dificuldades económicas, deram origem ao fenómeno das “Lost Villages”, em Inglaterra¹²⁷⁶, das “villages désertes”, em França¹²⁷⁷ ou das “Wüstungen”, na Alemanha¹²⁷⁸. A queda populacional continuou a progredir até à década de 1370, quando começou a estabilizar-se e a abrandar, embora a tendência não mudasse até aos meados do século XV¹²⁷⁹. Mesmo os mais pessimistas entre os autores da história portuguesa da segunda metade do século XIV e da primeira metade do século XV, embora em termos gerais, têm pintado um quadro trágico idêntico ao resto da Europa, quando tratam dos casos particulares da história local portuguesa, os argumentos normalmente citados e reciclados são a (má) interpretação da Lei das Sesmarias,¹²⁸⁰ ou das guerras fernandinas.

¹²⁷⁵ Para a França segundo Harry Miskimin, *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460* (New Jersey: Prentice-Hall, 1969), 10, os efeitos das epidemias foram mais devastadores do que as destruições da guerra. A mesma opinião expressa Léopold Gênicot, “Crisis: from the Middle Ages to Modern Times”, in *The Cambridge Economic History of Europe*, I, 2nd edition, ed. M. M. Postan, Cambridge 1966, 675. No entanto Contamine, “La guerre de Cent ans en France: une approche économique,” 144, chama a atenção para os efeitos indirectos, desde que “os exércitos, especialmente quando imobilizados por um cerco, eram focos de epidemias.

¹²⁷⁶ Maurice W. Beresford, *The lost villages of England*, (London: Lutterworth Press, 1954); Id., “Villages désertés: bilan de la recherche anglaise”, in *Villages désertés et histoire économique, XIe-XVIIIe siècle* (Paris: SEVPEN, 1965), 533-580. M. W. Beresford and J. Hurst, (eds), *Deserted Medieval Villages* (London: Lutterworth Press, 1971). K. J. Allison, *Deserted Villages*, (London: Macmillan, 1970).

¹²⁷⁷ Jean-Marie Pesez e Emmanuel Le Roy Ladurie, “Les cas français: vue d’ensemble”, in *Villages désertés et histoire économique, XIe-XVIIIe siècle* (Paris: SEVPEN, 1965), 127-252; J. Glénisson e J. Misraki, “Désertions rurales dans la France médiévale”, *ibid.*, 267-286.

¹²⁷⁸ Wilhelm Abel, *Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters* (Stuttgart: G. Fischer 1955), Id., *Crises agraires en Europe (XIIIe-XXe siècle)* (Paris: Flammarion, 1973), pp. 112-128; Id., “Désertions rurales: bilan de la recherche allemande”, in *Villages désertés et histoire économique, XIe- XVIIIe siècle*, (Paris, 1965), 515-531. Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 203.; Leuschner, *Germany in the Middle Ages*, 175, pensa que cerca 1/4 das aldeias foram abandonadas, e nalgumas partes da Alemanha Central, chegou aos níveis de 40 a 50%. A recuperação começou na segunda metade do século XV.

¹²⁷⁹ Claster, *The Medieval Experience*, 359. O mesmo padrão e ritmo foi descrito para Portugal, por Sousa, “Portugal”, 627. Antes da Peste a população de Portugal estima-se aos 1.5 milhões de habitantes. Em 1348 a população diminuiu entre um terço e a metade, e terá ficado no mesmo nível até 1460.

¹²⁸⁰ As vezes esta má-interpretação leva a afirmações contraditórias tais como: “The sesmaria system was created in Portugal at the end of the fourteenth century. Its goal was to solve the problem of supplying the country, putting an end to a severe crisis of general food stuffs. The objective of the legislation was *not to prevent land from remaining uncultivated, but rather to impose the obligation that the soil be utilized*. Marcia Maria Menendes Motta, “The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century”, *e- Journal of Portuguese History*, 3/2 (2005): 2, (n.1)

No entanto, ao contrário da maior parte da Europa, onde os registos das aldeias perdidas já datam de longo tempo, em Portugal não encontramos exemplos ou esboços de tais registos¹²⁸¹. As consequências devastadoras da Peste Negra e dos surtos posteriores desta são factos conhecidos, por isso não podemos negar o decréscimo demográfico. Porém, considerando a Peste Negra e os posteriores surtos desta como factores exógenos, a realidade portuguesa parece muito mais optimista e colorida do que em muitas outras regiões da Europa¹²⁸². Se existem indícios de terras abandonadas e de aldeias despovoadas, antes de concluir sobre a depressão agrária, a crise económica e a deterioração geral do nível de vida dos estratos sociais, temos que ter em conta a reorganização espacial dos núcleos populacionais em torno de novos centros¹²⁸³ e também o facto muito importante do crescimento demográfico acelerado das cidades portuguesas em geral e da capital e das grandes cidades em particular¹²⁸⁴.

Porém, ao contrário do que se diz muitas vezes, não todas, nem a maioria das cidades no continente cresceram em número depois da Peste Negra¹²⁸⁵. Quanto às “aldeias perdidas”

¹²⁸¹ “Não temos nenhuma prova deste abandono total de povoados, que a ter existido se situaria, talvez, apenas nas zonas mais inóspitas...” Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 72-73.

¹²⁸² Segundo A. H. de Oliveira Marques, “Demografia”, s.v. in *Dicionário de História de Portugal*, a população portuguesa teria atingido os valores de 1347, (1 100 000 a 1 400 000 habitantes) só no último quartel do séc. XV. Comparando com dados de outras zonas do continente o panorama parece melhor. Para a Inglaterra se diz que chegou o nível anterior à Peste só nos inícios do século XVII. Na França um factor a ter em conta além da peste são as fomes frequentes. North e Thomas, *The Rise of the Western World*, 72-73.

¹²⁸³ O despovoamento progressivo do castelo de Alcácer do Sal no século XV foi compensado pelo desenvolvimento da zona ribeirinha devido ao “aumento da actividade mercantil na Ribeira”. Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 68, 85-86, 169; O Reguengo de Ervas Tenras no termo de Trancoso, baixara de 30 para 9 o número dos seus povoadores, por motivos de mortes e de heranças que os haviam desviado para outras partes. TBC, Arch. Hist. Port., vol. X, pp. 218-219; A. H. Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal* (Lisboa: Ed. Cosmos 1978), 57; No alfoz torriano, “o número de núcleos habitados diminuiu, tendo desaparecido alguns dos mais pequenos ou sido absorvidos por outros contíguos, cujo poder de atracção era maior; surgiram, em contrapartida, algumas novas aldeias onde antes existiam terrenos de cultivo.” Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, 94.

¹²⁸⁴ É claro que houve excepções como a vila de Torres Vedras que continuou a perder gente quando se verifica um crescimento geral dos centros urbanos do País. Mas segundo a explicação de Ana Maria Rodrigues este movimento inverso ao padrão geral foi influenciado pela situação de guerra com Castela, quando a vila serviu de base aos partidários de Castela. Rodrigues, “De cidade atractiva a cidade decadente,” 369, 372.

¹²⁸⁵ Zurique, em 1350 tinha 12,375, e em 1468 só 4,713. Lopez, “Hard Times and Investment in Culture,” 105; Gent contava 50,000 em 1357 mas em 1385 tinha diminuído em 25,000. Ypres contava 20-30,000 em 1311 mas em 1412 tinha caído em 10,000. Nicholas, *Medieval Flanders*, 305; Lopez e Miskimin pensam que nos meados do século XIV, o movimento de fronteira medieval chegou a um fim abrupto e a área cultivada encolheu. Opondo-se à ideia de Carlo Cipolla, que defende que o desenvolvimento de agricultura na Itália de

portuguesas, antes de serem dadas definitivamente como perdidas, para lá de buscar a respectiva explicação nas devastações da Peste e das guerras, temos que procurar nas proximidades se novas aldeias surgiram¹²⁸⁶ e também temos que ver se os arrabaldes das cidades se iam enchendo de nova gente sobretudo na capital¹²⁸⁷ e ainda as praças marroquinas e nas ilhas atlânticas¹²⁸⁸.

Harold Johnson sugere a possibilidade da suposta crise agrária portuguesa da segunda metade do século XIV e do século XV ter sido baseada na contração do peso específico da produção e cultivo do trigo no conjunto das culturas agrícolas¹²⁸⁹, mas afirma que as outras culturas, como por exemplo a viticultura e a olivocultura expandiram¹²⁹⁰, avançando a hipótese que isto obedecia às regras da oferta e da procura do mercado interno e externo¹²⁹¹. Maria Helena da Cruz Coelho coloca pergunta se toda esta expansão da vinha “teria ela feito perigar a cultura cerealífera¹²⁹²?”. Aparentemente “até ao ultimo quartel do século XIV tem-se a impressão de que a vinha, vai tomando muitas vezes, o lugar ocupado pelo cereal”¹²⁹³

Renascimento compensou qualquer declínio no comércio e na indústria. Carlo Cipolla, ‘Per la storia della terre della “bassa” lombarda’, in *Studi in onore di Armando Saponi*, I, 665 ss; Cfr. Carlo Cipolla, “The decline of Italy: the case of a fully matured economy”, *The Economic History Review*, 5/2 (1952): 178-87; Lopez e Miskimin, *The Economic Depression of the Renaissance*, 413-414.

¹²⁸⁶ O caso do Concelho de Cadaval fundado em 1371 é um destes exemplos, onde “depois desta data e até 1527, o desenvolvimento do Concelho parece ter sido considerável, pois o número de povoações entretanto surgidas faz disso prova”. Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, I, 207-208; Semelhante caso é a outorga de estatuto de vila a Anção do termo de Coimbra. ANTT, Chanc. de D. Fernando, liv. 1, fl. 88-88v (12.12. 1371); Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, II, doc. 39, p. 788.

¹²⁸⁷ Na Inglaterra, diz-se que o que as províncias perderam, a capital ganhou. G. V. Scammell, “English Merchant Shipping at the End of the Middle Ages: some East Cost Evidence”, *The Economic History Review* 13, (1961): 330.

¹²⁸⁸ *Nova História da expansão portuguesa*, III, 1, 62.

¹²⁸⁹ Johnson, “Uma aldeia portuguesa em mutação- a Póvoa d’El Rei,” 20.

¹²⁹⁰ Harold Johnson, “Distribuição de rendimentos numa aldeia medieval portuguesa: Verride em 1422”, in *Camponeses e colonizadores*, 96; Na zona do Baixo Mondego “continua a ser preponderante a expansão dos vinhedos. Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 154.; Na região de Évora a expansão vitícola “ter-se-á detido ou, pelo menos, diminuído no início do último quartel de Trezentos. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Lisboa: INIC, 1990), 127.

¹²⁹¹ “as condições da oferta e da procura encontravam-se numa situação tal que não era do interesse de Portugal tentar bastar-se a si próprio em cereais”. Johnson, “Uma aldeia portuguesa em mutação- a Póvoa d’El Rei,” 20.

¹²⁹² A produção do vinho tinha chegado a tal ponto que nas cortes de Évora de 1391, se diz que “no tempo antigo na dita cidade avia muy poucas viãs e pouco vinho” mas “depois aconteceu e acontece que os homeens se trabalhar de fazerem vinhas e se colhem em cada hum anno na dita cidade muitosinhos”. AMC, *Pergaminhos avulsos*, n. XXXVIII; Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 171.

¹²⁹³ Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 168, 169-170.

No concelho de Óbidos, houve localidades que cresceram em importância, mesmo no período 1350-1450¹²⁹⁴. D. João I até tentou reparar os efeitos negativos do mar no assoreamento do porto de Atouguia, e para maior segurança dos “mareantes nossos subditos e naturães e estrangeiros que trautam suas mercadorias”, colocou à sua disposição “huma barca de pescar alta e huum arraez”¹²⁹⁵. Alcácer do Sal também viu a sua posição valorizada nos séculos XIV e XV, sobretudo devido à intensificação do tráfego marítimo com Lisboa¹²⁹⁶.

Muitas cidades na Europa perderam grande parte da população e a superfície habitada diminuiu consideravelmente. Bairros inteiros jaziam em ruínas ou foram abandonados pelos seus habitantes¹²⁹⁷. O decréscimo no valor das propriedades imóveis nas zonas consideradas ricas, também confirma o nível do desastre. No entanto, as cidades portuguesas, entre as quais Lisboa se destaca, fogem ao padrão geral, ou *generalizado*, conhecendo ritmos rápidos de crescimento na segunda metade do século XIV, mesmo tendo em conta os efeitos da Peste Negra¹²⁹⁸. A tendência para aumentar o espaço habitado dos núcleos urbanos, através do povoamento dos arrabaldes, é outro indicador importante sobre o aumento populacional das cidades portuguesas¹²⁹⁹.

Comparando as cidades de Portugal com outras cidades da Europa, vemos que a tendência em Portugal é de crescimento, mesmo quando em muitas outras cidades da época a tendência

¹²⁹⁴ D. Fernando I veio “a criar mais um aldeia dotada de privilégios especiais.” Tratava-se do Vau. Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, I, 90-91.

¹²⁹⁵ DP, I, doc. 308, pp. 394-395; Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, I, 223-224.

¹²⁹⁶ Em 1380, as autoridades proibiram os “baixeees e pinaças quee andam continuamente a carretar pam do dicto lugar dalçaçar pera a dicta cidade de Lixboa” de serem desviados para transportar produtos de outros lugares. DP, supl. ao vol. I, n.º 43, p. 60; Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, 89.

¹²⁹⁷ Leguay, “Urban Life,” 110.

¹²⁹⁸ Em 1329, “quando se caseou uma parte da Ribeira, o rei desejava que o trabalho fosse executado “en tal guysa que sejam as ruas bem espaçosas”. Mas, as ruas julgadas espaçosas em 1329, já o não seriam nos fins do século XV.” *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis*, IV, Lisboa 1959, p. 51; Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média,” 169; “Lisbon was on the way to becoming a great Atlantic port in the fourteenth century”. Leguay, “Urban Life”, 110-111

¹²⁹⁹ Em Óbidos, o arrabalde chamado “do Vale” nascia “fora da porta com o mesmo nome e juntava, nos séculos XIV e XV, profissionais de ofícios considerados insalubres e de má vizinhança à vila. Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, I, 182.

era contrária¹³⁰⁰. Este crescimento demográfico das cidades portuguesas mostra-se ainda mais significativo se tivermos em conta a opinião, largamente aceite pelos autores, que fora nas cidades que as consequências da Peste se fizeram sentir com mais intensidade¹³⁰¹. Mais ainda, podemos deduzir que a população que ia viver nas cidades, fazia isto não por causa da falta de oportunidades económicas nas zonas rurais¹³⁰², mas por causa de existência de melhores condições de vida e maiores possibilidades económicas nas cidades¹³⁰³.

A preocupação das autoridades concelhias com a boa manutenção da higiene¹³⁰⁴ e até para tornar as cidades, que cresciam em habitantes e espaços, mais atrativas não só para os seus habitantes, mas também para os estrangeiros, está bem visível nas posturas municipais¹³⁰⁵. Neste século, diz-se que toda a Europa estava a passar por um período difícil e de crise que, para os contemporâneos, parecia apocalíptica¹³⁰⁶. Em toda a Península, só Portugal estava consolidado em termos económicos e políticos¹³⁰⁷. A expansão portuguesa aconteceu, pois, quando se diz que a Europa passava o período de maior contracção¹³⁰⁸. Foi Portugal o primeiro reino que, devido ao seu extraordinário crescimento económico, respondeu antes de qualquer outro à pergunta que Wallerstein colocou: «What was so wonderfull about the discoveries, and why was it good that there was a new world?»¹³⁰⁹.

¹³⁰⁰ Em Veneza, tal como em Génova a extensão das principais infraestruturas portuais parou por volta de 1325 e só foi retomada na centúria seguinte”. Kedar, *Merchants in Crisis*, 16.

¹³⁰¹ Veja sobre este ponto de vista Carpentier, “Autour de la Peste Noire,” 1065-1070.

¹³⁰² Harold Johnson, “Contas de um hospital português (1379-1383)”, in *Camponeses e colonizadores: estudos de história luso-brasileira*, 64.

¹³⁰³ Em 1391, D. João I, dizia que “elles... fazem suas festas muy solene e honrradamente trazendo os homeens suas çintas e espadas guarnidas e cothas douradas”. *Livro de Reis*, vol. II, Lisboa 1958, p. 135.

¹³⁰⁴ Desde o princípio do séc. XV, “os vizinhos estavam obrigados varrer diariamente a rua”. *Livro de Posturas Antigas*, Lisboa 1974, p. 21; Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média,” 165.

¹³⁰⁵ Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média,” 166-167.

¹³⁰⁶ Ferdinand Seibt, “Sobre un nuevo concepto de la «crisis de la baja Edad Media», in *Europa 1400*, 7-26; Jean Delumeau, *La peur en Occident. XIV^e-XV^e siècles, Une cité assiégée*, (Paris: Fayard, 1978), 211.

¹³⁰⁷ “Why Iberia?” Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 117.

¹³⁰⁸ «It is one of the paradoxes of European history however that the impulse towards overseas expansion came at a period of overall contraction». George Holmes, *Europe: Hierarchy and revolt 1320-1450*, pp. 233-234.

¹³⁰⁹ I. Wallerstein, “The «Discoveries» and human progress”, in *Estúdios e Ensaio em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa 1988, 104.

1.6. Auto-suficiência *versus* comercialização na agricultura

Um simples olhar sobre a historiografia portuguesa que trata da demografia do País durante os séculos XIV e XV revela a quase total concentração sobre o adivinhar ou o calcular dos quantitativos populacionais que, seguramente a partir da Peste Negra, manifestam um decréscimo numérico. No entanto, ele pode ser diferente segundo os autores e os métodos de calculo ou de abordagem¹³¹⁰. Estes estudos, mesmo tendo em conta o facto de que não existem registos donde se possam fazer possíveis estatísticas fidedignas e obter números reais, são indispensáveis para o melhor conhecimento da época. Lembremos que a contração demográfica tem constituído o argumento mais importante dos autores que falam duma crise e depressão geral para o Portugal nos séculos XIV e XV.

No entanto, a necessidade de reconhecer ou anexar aos valores quantitativos demográficos valores qualitativos, tendo em conta que estes dados incidem sobre pessoas e não coisas, é crucial para o nosso entendimento sobre este periodo¹³¹¹. Se, por exemplo, se diz que a população do País passou de um milhão e meio para um milhão, logo a seguir à Peste Negra, e que este valor ficou inalterado até a segunda metade do século seguinte¹³¹² e, por outro lado, se afirma que as cidades cresceram, a conclusão mais importante seria que o peso específico das cidades no total demográfico do reino aumentou. Portanto, assistimos a um

¹³¹⁰ Wallace K. Ferguson, “Renaissance Economic Historiography”, in *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance, Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*, 116. Apoia a tese de Armando Saporì “not to ask of statistical data more than they can offer”, (ibid., 122)

¹³¹¹ Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism*, 216, refere uma tendência para confiar demais em modelos inflexíveis, ou quantificação, fechando os olhos perante as forças históricas de desequilíbrio e mudança repentina tão características do século XIV.

¹³¹² Sousa, “Tempos medievais,” 17 pensa que durante o periodo 1369-1495, “a população portuguesa oscilou muito, com altos e baixos na linha do milhão, caindo para 800 000 em meados de Quatrocentos e subindo, aí por 1460, aceleradamente, para os valores de duzentos anos antes, os quais são atingidos só por 1527.”,

ritmo acelerado da urbanização do País, que se deve pelo menos a estes dois factores: a diminuição do número total e o aumento do número específico da população urbana.¹³¹³

A “fuga” dos trabalhadores rurais para os cargos artesanais é difícil de interpretar como evidência de depressão económica, embora geralmente a leitura deste processo vá nesse sentido¹³¹⁴. Outro aspecto importante é determinar o *optimum* demográfico, isto é, determinar se uma terra estava povoada como devia, ou se estava subpovoada ou sobrepovoada¹³¹⁵.

Para S. Epstein, o bloqueio do comércio, a incapacidade das respectivas redes e a ineficácia da distribuição de bens foram mais importante nas crises agrícolas do século XIV do que o próprio nível de produção. Deste modo, ele vê a crise do século XIV como uma crise da capacidade de integração comercial e da incapacidade da rede comercial de integrar devidamente as áreas de produção¹³¹⁶. Esta observação tem servido de ponto de partida a outros autores, que têm demonstrado a importância da funcionalidade e integração do mercado¹³¹⁷.

A sua interpretação encaixa-se muito bem no caso de Portugal antes da integração da economia portuguesa nos circuitos comerciais do continente. Neste quadro inserimos a fome

¹³¹³ Se por exemplo, em 1347 a população total era um milhão e a população urbana cem mil, ou seja 10 %, mas nos finais do século XIV, a população total tinha decaído em 700 mil, mas a população urbana tinha mantido o mesmo número, então, este valor inalterado de facto representa uma maior taxa de urbanização, ou seja 14.28%.

¹³¹⁴ Marques, *Introdução à História da Agricultura*, 59. Segundo Persson “one of the principal yardsticks for economic expansion is the level of urbanization, since people living in the cities were more productive than those in the countryside”. Persson, *Pre-Industrial Economic Growth*, 107-110.

¹³¹⁵ “O sobrepovoamento é um termo relativo. O primeiro remédio contra isso é aumentar e melhorar a produção e distribuição. Lopez e Miskimin, *The Economic Depression of the Renaissance*, 411.

¹³¹⁶ Stephan Epstein pensa que não houve antes de 1348 uma crise provocada pelo desequilíbrio entre a população e os recursos agrícolas, mas antes: pela imperfeição dos circuitos comerciais e pelo alto custo de transporte. S. R. Epstein, “The late medieval crisis as an integration crisis”, in *Early modern capitalism: Economic and Social Change in Europe 1400-1800*, dir. M. Prak (London: Routledge, 2001), 25-50.

¹³¹⁷ Esta nova explicação da crise do séc. XIV é aportada por Epstein, conforme os novos postulados e implicações da teoria dos custos de transacção no funcionamento da economia. Neste processo a Peste Negra, actuaria como um factor exógeno. Casado, “Existió la crisis del siglo XIV?” 22. A crise das companhias comerciais mais importantes do continente, por exemplo, foi seguida de perto pela crise alimentar em Itália. Em 1346 muita gente morreu de fome. Larner, *Culture and Society in Italy*, 122-123.

que houve em Portugal e noutras zonas da Península, nos anos de 1331-1333¹³¹⁸, que causou muitos mortos, algo que não tinha acontecido antes, mas que também não aconteceu depois¹³¹⁹. Mesmo quando se registaram anos de más colheitas¹³²⁰, não temos notícia de mortes por causa da fome¹³²¹. Talvez por ter existido, a partir dos meados do séc. XIV, uma integração maior da marinha e do mercado português nos circuitos comerciais do continente, os maus anos agrícolas não se traduziram em tragédias como a dos anos 1331-33.

Uma análise da tragédia da fome no reino nestes anos e das suas consequências fatais diz muito sobre a cronologia da integração do mercado português nos circuitos comerciais extra-peninsulares e também da cronologia do desenvolvimento das ligações comerciais entre o Mediterrâneo e o Atlântico, através da rota do Estreito¹³²². O facto desses maus anos agrícolas terem tido resultados tão trágicos constitui a prova mais eloquente da incapacidade, nessa época, desta via de comércio para abastecer o País com cereais. O mesmo se pode dizer sobre a incapacidade da marinha portuguesa e da infraestrutura do comércio português para

¹³¹⁸ Humberto Baquero Moreno, “La crisis del siglo XIV en Portugal.” In *Castilla y el mundo feudal*, vol. III, 2009, 55. Na consciência popular catalã e na documentação da época ficou marcado o ano 1333, como o primeiro ano mau. J. Mutgé Vives, “L’abastament de blat à la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336)”, *AEM*, 31/2 (2001): 651. Depois deste «mal any primer» o problema cerealífero ir-se-à tornando dramático na Catalunha. Tangheroni, *Aspetti del commercio dei cereali nei paesi della Corona d’Aragona*, 73.

¹³¹⁹ Na Era de Mil e CCCLXXJ anno fuy tam mao anno por todo Portugal...en este ano morreron muytas gentes de fame quanta nunca os homens uirom morrer por esta rrazom nem uirom njnen ouuiron dizer oomees antigos dante sy que tal cossa uissem nin uissem e tantos fueron os passados que fueron soterrados em os adros das egrejas que non cabiam em eles...” *Livro das Eras*, publicado por António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (Porto: Biblioteca Pública Municipal 1968), fl. 18v-19r, pp. 79-80.

¹³²⁰ Como maus anos agrícolas contam-se os anos 1355 e 1356 (Marques, *Introdução à história da agricultura*, 41, 257-258.), 1364, 1371 e em 1374-1376 (ibid., pp. 42-43, 258-264), e também 1384-1387. (Barros, V, 279-290; Damião Peres, *História de Portugal*, II, 332-346). Para o século XV contam como períodos de crise agrícola de 1422-27 e de 1436-41, (Marques, ob. cit., pp. 44 e 267-272).

¹³²¹ Em Maio de 1334 o rei e o concelho de Lisboa queixavam-se ao rei aragonês que 6 navios portugueses enviados a Sicília a comprar trigo, tinham sido capturados por 8 galés catalães. ACA, *Cartas Reales Diplomaticas*, Afonso III, Cx. 22, ff. 1-4 e 4-7; 2 de Maio e 8 de Maio de 1334, resumidos por Barata, *Navegação*, 511, doc. n.º 3 e 4, pp. 172 e 192. Em 1435 houve escassez de cereais em Maiorca, por isso a rainha D. Maria de Aragão pediu a D. Duarte licença para comprar trigo de Portugal. Também Valência sofria. Tendo passado por ali, em Março seguinte, uma nau portuguesa a Rainha mandou-a descarregar. ACA, Registro 2795, fl. 91; António Joaquim Dias Dinis, “Fornecimento de cereais por Portugal, a Maiorca e a Valência de Aragão em 1435”, in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres* (Lisboa: APH, 1974), 151.

¹³²² “Não há nenhuma grande cidade em cima das ondas. Lisboa, Coimbra, Porto e Silves eram cidades fluviais”. Armindo de Sousa, in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. II, 1993, p. 349.

dar resposta rápida à necessidade de importação¹³²³. Ainda por cima, a possibilidade de buscar cereais fora do país não estava limitada pelo facto de não ter onde ir busca-los, como tinha sido o caso em 1315-1317¹³²⁴.

Os efeitos positivos da nova comercialização foram testados durante a grande crise da agricultura do século XV, que se estendeu a praticamente todos os países europeus, ou seja a crise dos anos 1437 a 1441. A crise foi tão grave que até na própria Prússia, um dos celeiros da Europa, houve fome. Enquanto os portugueses preparavam a conquista de Tânger, na cidade de Paris teria morrido uma terça parte da população, por mingua de subsistências¹³²⁵. E Portugal como agiu nesta crise tão grave? Importou cereais do estrangeiro¹³²⁶. Os preços era normal que aumentassem¹³²⁷ numa tal situação, mas não se morreu de fome, como um século antes, numa situação muito mais fácil, ou como aconteceu em Paris durante a mesma crise. Ainda por cima, notamos que a capacidade económica do reino era tal que se abastecia de cereais na Bretanha¹³²⁸, que se encontrava às portas da capital francesa, desviando assim para milhares de quilómetros os cereais que eram tão necessários na própria França¹³²⁹.

Por outro lado, no quadro do mundo rural, até à Peste Negra, a agricultura estava organizada de um modo que reforçava a preocupação de auto-suficiência, manifestada na sua estruturação baseada no cultivo de cereais. Depois da Peste Negra, além da redução da

¹³²³ Nas Cortes de Santarém de 1331 foi pedido para não haver sacas de pão para fora do reino, *Livro das Leis e Posturas* (Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971), p. 311, mas isto não impediu a tragédia.

¹³²⁴ As fomes eram um fenómeno comum a toda a Europa, por isso havia pouca esperança de aliviar a angústia através das importações de cereais. Bolton, *The Medieval English Economy*, 182.

¹³²⁵ Marques, *Introdução à História da Agricultura*, 44.

¹³²⁶ Barros, *História da Administração Pública*, IX, 68-71; “A carta regia de 16 de março de 1439 segura ao conde de Medelim, castelhano, uma remessa de trigo que elle enviava a Lisboa. Barros, *ibid.*, X, 249.

¹³²⁷ Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, IX, 272.

¹³²⁸ A paz com os Bretões “assumia tal importancia que, havendo sido arrestados em Portugal navios e mercadorias de subditos do duque... foram os proprios regedores da cidade que ficaram por fiadores deles. Chancel.de D. Aff. V, liv. II, fol. 90v; Liv. X da Estremadura, fol. 92v.

¹³²⁹ Em 1448, o concelho de Lisboa insistia na política de incentivar os bretões a abastecer a capital com cereais dizendo que quando “em Lisboa havia esterilidade de pão, eram os Bretões quem, entre os estrangeiros, mais depressa a soccorria. (Estremadura, liv. 7, fol. 722). Barros, *História da Administração Pública*, X, 285.

superfície total cultivada, nota-se o aumento do cultivo da vinha¹³³⁰, da oliveira¹³³¹ e das culturas não-cerealíferas. Temos, pois, uma agricultura estruturada de um modo diferente, onde a preocupação vai estar cada vez mais ligada à comercialização, em vez da auto-suficiência¹³³².

Essa preocupação contra a linha tradicional de autosuficiência já estava presente nas cortes de Évora de 1361, quando os povos se queixaram contra a medida da Coroa que proibia a actividade dos mercadores de gados, porque “estes marchantes lhos vinham mercer asuadamente e davam-lhes grandes quantias de dinheiros por elles”¹³³³. Nas mesmas cortes, os povos queixaram-se ao rei D. Pedro que os membros da nobreza arrendavam terras para agricultural, o que não era costume nem permitido anteriormente¹³³⁴. Nas cortes de 1371, queixaram-se os concelhos de que alguns clérigos e fidalgos “compravam para revender”¹³³⁵.

Esta preocupação dos povos com os lucros do cultivo da terra e a rivalidade sobre o direito do seu cultivo, sugerem que as consequências da Peste Negra em Portugal, pelo menos nalgumas zonas, não deveriam ter sido tão catastróficas e trágicas como noutros países¹³³⁶.

¹³³⁰ Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, II, doc. 45, pp. 796-797.; Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, 254.

¹³³¹ Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, 262.

¹³³² “entre 1340 e 1390, outorgaram-se 94 contratos que incidiam sobre vinhas, 48 dos quais envolvendo a intenção de arroteamento”. Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 34-35.

¹³³³ Visconde de Santarem, *Alguns documentos para servirem de provas a parte 2.^a das memoras para a historia, e theoria das cortes geraes que em Portugal se celebrarão pelos tres estados do reino* (Lisboa: Impressão regia, 1828), 46-7.

¹³³⁴ per nosso Padre... fosse defeso que nom Rendassem nossa terra nenhũa a fidalgo por o mal que os lauradores del rreçebijam e que se nom guardaua porque agora a Rendauam Assj a estes cõmo os outros... “Cortes de 1361 (Elvas). Capítulos gerais do povo”, art. 50, f. 7v, 56-57.

¹³³⁵ “os grandes homens da nosa terra caualeiros e ffidalgos e corregedores porque som homeens de grandes algos mandam comprar grandes mercadorias. E as mandam uender e rregatar o que nom perteeçe aa taaes pessoas fazer.” Cortes de 1371. Capítulos gerais do povo”, vol. I, f. 2v, p. 21; Também os vassalos do monarca, “lançam-se na especulação, comerciando esses produtos, o que lhes é defeso”. Cortes de Leiria de 1372, artigo 13 (Colecção de Cortes, liv. 6, fl. 137v). Enfim, os próprios lavradores abandonam a terra para se tornarem marchantes, almocreves, e regatões”. (Cortes de Lisboa de 1371, art. 51, Colecção de Cortes, liv. 1, 194-194v.

¹³³⁶ As regiões costeiras e de desenvolvido comércio acusaram uma percentagem muito mais elevada de mortes, do que as regiões interiores”. A. H. de Oliveira Marques, “A Peste Negra na Europa”V, in “Para o estudo da Peste Negra em Portugal”, sep. *Bracara Augusta*, 24-25, 1-2 (1963): 8. Castela parece ter sofrido muito menos-por ser território interior do que a Catalunha ou a Andaluzia”. Charles Verlinden, “La Grande Peste de 1348 en Espagne. Contribution à l’étude de se conséquences économiques et sociales”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, t. XVII, (1938): 143.

1.7. Situação de Portugal no meio da “crise geral” europeia

A posição de Portugal em relação à suposta crise geral na Europa no século XV tem levado muitos autores a colocar a pergunta: como é que um país tão pequeno, com relativamente poucos recursos, pôde ter um papel tão importante na história europeia do século XV¹³³⁷ e, depois, na história mundial nos séculos posteriores¹³³⁸? Esta singularidade e aparentemente inexplicada ou inexplicável papel histórico do país¹³³⁹, tem levado a conclusões que remetem para a paradoxalidade entre o suposto carácter pobre do país¹³⁴⁰ e os frutos da sua acção colonizadora e descobridora¹³⁴¹. Por vezes, a alusão ao Infante D. Henrique basta para preencher todos os paradoxos da abordagem e parece tudo poder ultrapassar-se e explicar-se por referência a essa figura. Mas será que o Infante D. Henrique era entidade autónoma ou independente da problemática portuguesa¹³⁴²?

Em grande medida, os próprios autores portugueses têm contribuído para envolver a história de Portugal numa nuvem de paradoxalidade, de enigma¹³⁴³ de inexplicável¹³⁴⁴ e de anti/não-

¹³³⁷ “Portugal had become a full-fledged state, a power of consideration, and was fully conscious of its peculiar Lusitanianism and its mature capacity to carve out a place for itself in the world”, Patte, *Portugal and the Portuguese World*, 73.

¹³³⁸ “No other people in history made such extensive geographical explorations as the Portuguese... The question inevitably arises of why Portugal, a small country with only a million people, led the way in exploration in the fifteenth century.” Bailey W. Diffie, *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580. Europe and the World in the Age of Expansion*, vol. 1 (Mineapolis: University of Minessota Press, 1977), p. XIII.

¹³³⁹ “Portugal and its empire are one of the great enigmas of the history” J. H. Plumb, in Introduction, de Charles Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825* (New York: Knoff, 1969), p. XX.

¹³⁴⁰ “The historian is left with a rich harvest of questions as to how so small a nation achieved so much over so many centuries” David Birmingham, *A Concise History of Portugal* (Cambridge University Press, 1993), 2; “A tiny, impoverished country located on the western fringe of Europe”. Love, *Maritime Exploration in the Age of Discovery*, 10; “Portugal was a small and relatively poor country that in due course came to dominate a vast maritime empire.” Massa, “The Economy in the Fifteenth Century,” 19; “Portugal’s overseas expansion had begun in the fifteenth century largely because of the poverty of the land”. Newitt, *Portugal*, 17.

¹³⁴¹ “The country’s unique character and 850-year old history as an independent state present several curious paradoxes. There is a paradox too. About Portugal’s overseas empire”. Wheeler, *Historical Dictionary of Portugal*, 1993, 1.

¹³⁴² O estabelecimento duma ligação directa com o Extremo Oriente iria caber ao nosso Infante, cujos, “*motives* were strangley mixed: intellectual curiosity, the crusader’s dream of outflanking the Moslem states of North Africa, the pious hope of bringing Christianity to the heathen, and a very practical *desire* to add to the territory and wealth of Portugal by discovering new areas”. Ferguson, *Europe in Transition*, 413.

¹³⁴³ “Portugal is an enigmatic country, and the proces of discovery enhances its fascination”. Sarah Bradford, *Portugal*, (London: Thames and Hudson, 1973), 7; “All along the African coast there was sharp rivalry between

logico¹³⁴⁵ desenvolvimento histórico. Isso cria um problema: os autores estrangeiros que têm sido atraídos pela história de Portugal, maioritariamente no período dos descobrimentos e da colonização e se têm maravilhado, não simplesmente com esse período, mas também com a organização social e a singularidade da situação interna do país¹³⁴⁶, não têm tido outra hipótese para mergulhar nas raízes desta época maravilhosa, que não sejam os trabalhos de autores portugueses. Estes, por seu lado, têm sido influenciados pelas conclusões generalistas ou paneuropeias, que apontavam para crise, regressão, declínio, decadência, catástrofes, etc. Mesmo quando as visões de conjunto para o continente chamam a atenção para a existência de exceções à crise geral¹³⁴⁷, a maioria dos autores tem pensado que é preferível conformar-se com o pertencer à maioria em declínio do que com a minoria em desenvolvimento¹³⁴⁸.

Portugal and Castile, of which we know the essential facts. What we do not know is its economic background, which was, from the outset, linked to a mystical concept.” Vicens Vives, *An Economic History of Spain*, 269.

¹³⁴⁴ “The Portuguese have always been keenly aware of the complexities of their own national origin and the apparently insoluble historical problems that it poses; in fact, this problem may be said to constitute one of the obsessions of the nationality and is a source of constant speculation and surmise”, Patte, *Portugal and the Portuguese World*, 15; «Die überseeische Expansion der Portugiesen ist für den Historiker eines der interessantesten Phänomene seines Arbeitsgebietes... und man muss sich immer wieder fragen, wie es für das kleine Portugal möglich war, diese gewaltige Leistung zu vollbringen». H. Kellenbenz, *Wirtschaftsgeschichtliche Aspekte der überseeischen Expansion Portugals*, in, *Scripta Mercaturae*, 2, 1970, 1.

¹³⁴⁵ “Looking at a map of the peninsula, the independent existence of Portugal appears illogical. The question arises –why Portugal?” Sarah Bradford, *Portugal*, p. 9.

¹³⁴⁶ “Rarely has a small people, so little privileged from the material point of view, achieved so solid a place in the annals of mankind as have the Portuguese” Patte, *Portugal and the Portuguese World*, 14; “Portugal’s overseas expansion, as the self-evident importance of Portugal in initiating what today is called “globalization” can hardly be ignored”. Newitt, *Portugal*, 11.

¹³⁴⁷ A maioria dos historiadores sempre descreveu o período 1300-1450 como um dos períodos mais negros da história económica europeia. Mas, seria errado ver o período de 1300-1500 como um momento de desastre. A Liga Hanseática atingiu o auge de seu poder. 1350-1500 foi um período de crescimento inegável da Lombardia. Para Portugal, também, o início do século XV, marcou uma nova fase de expansão, tanto económica e geográfica. Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 202-203. “alguns historiadores italianos mostraram recentemente a Itália do norte e centro avançando no século XV “Holanda do Norte entrou num período de grande desenvolvimento marítimo comercial, no século XV. Na Inglaterra, Londres e talvez também Southampton e Bristol floresceram. Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, 20; Alguns historiadores alemães sugeriram recentemente que a Baixa Idade Média deve ser considerada como o ponto alto na prosperidade de cidades alemãs, e que a atividade de construção nas cidades deve ser vista como compensadora da Wüstungen no campo. Postan, *Essays on Medieval Agriculture*, 21.

¹³⁴⁸ A produção agrícola estava em baixa na França em meados do séc. XV. Ben Dodds, “Patterns of decline: arable production in England, France and Castile, 1370-1450”, in *Agriculture and Rural Society after the Black Death. Common Themes and Regional Variations*, eds. Ben Dodds, and Richard Britnell (University of Hertfordshire Press, 2008), 121. “as áreas que prosperaram entre 1300 e 1450 eram menos e menores do que aqueles que sofreram devastação e ruína económica. Cipolla, *Before the Industrial Revolution*, 203.

Os ritmos de declínio e de desenvolvimento também não foram uniformes e divergiram de uma região para outra¹³⁴⁹. Talvez por isso, embora existam fortes indícios que apontam para uma situação de desenvolvimento rápido, dum verdadeiro “boom” económico no período de crise “geral” europeia, tem predominado a tendência de fazer avançar o período de desenvolvimento português para a segunda metade do século XV, quando já a tendência geral europeia é ascendente. José Mattoso com razão tem chamado a atenção para esta evidente contradição¹³⁵⁰, e também para os efeitos daquela que ele chama “a teleological conception of history”.¹³⁵¹

Desta maneira começou a construir-se o mito da paradoxalidade da história dos descobrimentos portugueses¹³⁵² e com razão, se considerarmos que uma árvore de raízes pequenas, secas, mal nutridas, plantada num solo pobre¹³⁵³ infértil¹³⁵⁴ possa dar frutos tão

¹³⁴⁹ Até no caso da França as tendências não foram só de declínio. Bois para o caso de Normandia, descreveu o período 1364-1404, como “40 anos de crescimento económico e demográfico. (Bois, *Crisis* pp. 125 e 300). Houve uma recuperação em França no final do século XIV. (Neveux, “Déclin et reprise”, pp. 75-76). Boutrouche recolheu uma grande quantidade de evidências de recuperação no Bordelais durante o mesmo período. (Robert Boutrouche, *La crise d'une société: seigneurs et paysans du Bordelais pendant la Guerre de Cent Ans*, (Paris: Les Belles Lettres, 1947, rééd. 1965). Para Dodds, “Patterns of decline: arable production in England, France and Castile, 1370-1450”, 123. O autor resumindo os dados afirma que “de 1400 os níveis de produção em muitas áreas da França mergulharam novamente.

¹³⁵⁰ “Se o Ocidente passava, desde meados do século XIV, por um período de crise demográfica e de recessão económica, como se compreende esta tendência para a expansão ultramarina?” Mattoso, *Breves reflexões sobre o início*, 297. José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Some Reflections on the Middle Ages”, e- Journal of Portuguese History, 8/2 (2010): 9-10 comenta a ideia de Bernardo de Vasconcelos e Sousa expressa em *História de Portugal*, ed. Rui Ramos (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), 195: “Rather than being rooted in any long cycle of growth in western Europe, the Portuguese overseas expansion originated from the immediate circumstances of the crisis of the 14th and 15th century, the structural difficulties faced by the kingdom.” Para Sottomayor-Pizarro “this statement, as rich in ideas as it is paradoxical in its contents... How then should the fifteenth-century expansion be explained within the context of the recession of the late Middle Ages?”. Esta contradição aparece, embora numa afirmação mais suave, na obra mais recente sobre a história económica portuguesa. Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Munch Miranda, *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, 13, “Foi com a entronização da dinastia de Avis, ocorrida numa conjuntura, se não de crise, pelo menos de estagnação demográfica e económica, que se inaugurou uma nova etapa de movimento de fronteiras.”

¹³⁵¹ “Or, in other words, the importance that we now give to this question results from what we know to have happened afterwards. I doubt whether contemporaries, even those who actually sponsored the voyages, could imagine the consequences that they would have in the distant future. Mattoso, “Histories of Portugal”, 11.

¹³⁵² “Paradoxalmente, a pobreza favoreceu os europeus, a quem a escassez de oportunidades económicas em casa compeliu a explorar noutros lugares.”. Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 117.

¹³⁵³ “the exploration of the Sahara coastline was abandoned, and when it was taken up again in the years round 1415 it was not by Mediterranean traders but by adventurers and seamen of a poor nation on the fringe of Europe”. Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, 2; “The contrast between the breadth of Portuguese imperialism and the modest dimensions of the home country is the most conspicuous mystery of Portuguese history and one of the most puzzling contrasts in the history of the world”. Fernández-Armesto, *A Global*

grandes e abundantes, é simplesmente um paradoxo¹³⁵⁵. Da nossa perspectiva, os frutos dos descobrimentos portugueses não caíram do céu, mas precisaram de muitos meios e recursos, humanos¹³⁵⁶ e financeiros. Só o número de navios que foram armados e utilizados nas conquistas marroquinas e nas explorações atlânticas constitui um facto que não pode ser negado sobre as capacidades económicas e demográficas do Reino.

Na campanha de Ceuta foram 200 navios, grandes e pequenos¹³⁵⁷ e cerca de 25 mil combatentes¹³⁵⁸. Foi a maior frota alguma vez reunida por um estado da Península¹³⁵⁹. Ainda mais importantes e com maiores despesas foram as expedições ao longo da costa marroquina, visando regiões cada vez mais a sul, começadas a partir de 1419 e que foram “anuais ou quase”.¹³⁶⁰ Assim, na expedição às Canárias, em 1424, participaram 2500 homens de armas e 120 cavaleiros¹³⁶¹, “que custou nada mais, nada menos que 39.000 dobras, ou seja, mais de 600 marcos de ouro, cerca de 1/5 ou 1/6 das receitas da Coroa”. Não obstante os poucos resultados obtidos e apesar das despesas extraordinárias “é possível que, em 1427, tivesse

History of Explorations, 118.; Mesmo os contemporâneos não estavam de acordo sobre a classificação económica do país. Na mesma viagem em 1466 dois acompanhantes de Leo de Rozmital tinham impressões muito diferentes: Tetzl fala de aridez e de pobreza do país enquanto Schaseck se maravilha com a abundância de árvores e com a fertilidade dos vinhedos. *The Travels of Leo of Rozmital*, ed. M. Letts, Hakluyt Society, 2nd ser., CVIII (1957), 100-107, 119, 123.

¹³⁵⁴ Johnson, “Uma aldeia portuguesa em mutação- a Póvoa d’El Rei,” 35, chegou à conclusão que o rendimento de trigo na Póvoa d’El Rei nos finais do século XIV de 4.46 (semente-produto) era semelhante com o das “regiões agrícolas da Europa medieval consideradas avançadas”, estando próximo do nível atingido por Inglaterra em 1250-1500, por França, Espanha e Itália em 1300-1500. Johnson, “Uma aldeia portuguesa em mutação- a Póvoa d’El Rei,” 35.

¹³⁵⁵ “Four centuries ago, Portugal, small and generally backward today, was one of the leading nations of the world.” Charles E. Nowell, *A history of Portugal* (New York: Van Nostrand, 1952), p. 1. “The seaward turn of Spain and Portugal resembled those of “Third World” countries”. Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 119.

¹³⁵⁶ Como dizia o infante D. Pedro, “Mas, posto caso que passasseis e tomaseis Tanger, Alcacer, Arzila, queria, Senhor, saber que lhe faríeis; porque povoardelas com Regno tam despovorado e tam minguado de gente, como he este vosso, he impossivel”. Ruy de Pina, *Crónica do rei D. Duarte*, cap. 19.

¹³⁵⁷ A maior concentração da frota portuguesa no reinado de D. Afonso IV era de 20 navios. No reinado de D. Fernando durante a primeira guerra com Castela, o rei achou bastante mandar uma frota de 32 navios para sitiarem Sevilha. Serrão, *História de Portugal*, I, 285.

¹³⁵⁸ “Combatentes, seriam uns 25 mil números de Pina, ou 26 mil, números de Gois, que neles não inclui gente do mar e de serviço.” *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, 272.

¹³⁵⁹ Em 1359, a frota castelhana sob o comando de Gil Bocanegra contava 128 “velas”, incluindo 10 portuguesas sob o comando de “Lanceroto Pesano, genovês”. *Alfonso XI: Crónica*, cap. CLXXXIV, p. 600.

¹³⁶⁰ A. H. de Oliveira Marques, “A expansão no Atlântico”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, 56.

¹³⁶¹ Esta expedição foi “aparentemente inspirado por Henrique, mas pago pela coroa”. Fernández-Armesto, *A Global History of Explorations*, 133.

seguido nova frota com destino ao arquipélago canarino”¹³⁶². A frota que acompanhou D. Isabel na sua viagem para a Flandres, em 1429, era composta por 14 navios, com 2000 homens a bordo¹³⁶³. Outra expedição se seguiu em 1434, consistindo, “ao que parece, em duas naus grandes, dois barinéis e galés, transportando algumas centenas de homens. Na primeira expedição a Tânger, em 1437, reuniu-se uma frota que transportou 6000 a 7000 homens¹³⁶⁴. Em 1440, duas caravelas partiram, mas voltaram para trás devido a obstáculos insuperáveis, provavelmente meteorológicos. No Verão desse ano, contudo, os esforços visaram antes socorrer Ceuta, com o envio de uma custosa frota chefiada por D. Fernando de Castro. As expedições de descobrimento reiniciaram-se em 1441. Mais tarde, outra expedição custou, pelo menos, 710.000 reais brancos, emprestados pelas comunas de judeus.

Em 1445, as expedições continuaram com uma frota de 14 embarcações, 13 caravelas e uma fusta, onde seguiram mais de 300 homens. Para qualquer reino da época, esta expedição teria sido considerada um enorme esforço. No mesmo ano de 1445, saiu de Lisboa uma frota de dez caravelas e outra expedição, no mesmo ano, foi a expedição madeirense de três caravelas, sob o comando do capitão-mor do Machico. Em 1446, foi organizada mais uma frota partindo de Lagos e da Madeira, composta por nove caravelas e dois outros navios. A partir de 1448, ocorreu mais um compasso de espera no progresso das expedições¹³⁶⁵. Por isso, foi decisiva a guerra civil terminada em Alfarrobeira, mas também o desvio da atenção para a cruzada no

¹³⁶² Marques, “A expansão no Atlântico”, 58-60.

¹³⁶³ Mallet, *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century*, 253.

¹³⁶⁴ *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 551; Ruy de Pina, *Crónica do rei D. Duarte*, cap. 14, diz que houve gente que foi chamada e não foi, “e também deu grande torva a myngoia dos Navios que fallecerom nos fretes, que com os Feitores d’El Rey tynham contratados; porque os de Frandres e Alemanha foram impedidos por guerras que antre sy aviam, e os de Bizcaya, por defesas dos Officiaes d’El Rey de Castella”.

¹³⁶⁵ Marques, “A expansão no Atlântico”, 63-71.

Mediterrâneo oriental, o que mostra a confiança e a grande margem de manobra de que o Reino gozava em termos económicos¹³⁶⁶.

Na conquista de Alcácer Ceguer, a frota, que fora preparada para a conquista de Constantinopla, contava 220¹³⁶⁷ ou 200 navios.¹³⁶⁸ Se as campanhas de 1460 e de 1463 falharam, as despesas já se tinham feito e não eram poucas¹³⁶⁹. Em 1469, o infante D. Fernando conquistou Casablanca, que foi abandonada depois¹³⁷⁰. A frota preparada em 1471 contava 6 mil homens de armas¹³⁷¹.

F. Lopes expressa perfeitamente os efeitos da mudança da conjuntura económica, afirmando que a economia portuguesa durante o reinado de D. Pedro I tinha prosperado de tal maneira que D. Fernando, quando começou o seu reinado, era «o mais rico rei que em Portugal foi até o seu tempo»¹³⁷². O Cronista explica as razões para o melhoramento da conjuntura económica do reino, atribuindo-as à mudança da conjuntura comercial:

«Avia outrossi mais em Lisboa estantes de muitas terras, nom em huua soo casa, mas muitas casas de hua nação, assi como genoezes e prazentiis e lombardos, e catellães d'Aragom e de Maiorgua, e de Millam, e corciins¹³⁷³ e bizcainos e assi d'outras nações, a que os reis davom privilegios e liberdades, sentindo-o por seu serviço e proveito; e estes faziam viir e enviavom do reino grandes e grossas

¹³⁶⁶ Os números falam por si. Duarte Leite, enumera para os anos de 1434-1447, um total de 70 embarcações de descobrimento, das quais 63 caravelas, ou seja 90%. Nas empresas do período henriquino contam-se 130 navios, dos quais 98 caravelas, (75,3 %)” *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, 174-175.

¹³⁶⁷ Em 30 de Setembro de 1458, uma frota de 220 velas partiu do Sado e de outros pontos da costa portuguesa. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 560.

¹³⁶⁸ Serrão, *Portugal e o mundo*, 68.

¹³⁶⁹ Em Novembro de 1463, D. Afonso V, com 10 000 homens tentou apoderar-se de Tânger, o que não conseguiu, demorando-se em Ceuta até Março do ano seguinte. Também seu irmão D. Fernando atacou Tânger por três vezes, sem resultado”. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 560.

¹³⁷⁰ Portugal na crise dos séculos XIV e XV, 561.

¹³⁷¹ Serrão, *Portugal e o mundo*, 68. É geralmente aceite que a morte do infante D. Henrique, em 1460, “não veio trazer grandes alterações na política ultramarina.” Marques, “A expansão no Atlântico,” 83. Entre 1415 e 1460, de 81 casos mencionados por Zurara e por outras fontes, 60 ou seja 74%, couberam ao infante D. Henrique, 10 (12,3%) à Coroa e 11 (13,5%) a particulares.” *Nova História da Expansão Portuguesa*, II, 166.

¹³⁷² Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 2.^a edição, revista. Ed. de Giuliano Macchi, Lisboa, 2004, p. 5.

¹³⁷³ A presença dos corsos no século XIV é atestada também pela documentação. *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1984, fl. 3, p. 13 carta de confirmação dos privilégios «aos mercadores de scorcias moradores em Lisboa» os quais também «el rei seu padre deu»; Trindade, *Marchands étrangers de la Méditerranée au Portugal*, 217; O mais provável no entanto é que se trate de naturais de Cahors, de uma cidade do interior da França, entre Toulouse e a foz do rio Garona. Serrão, *História de Portugal*, I, 363.

mercadarias... vinham de desvairadas partes muitos navios a ella, em guisa que com aquelles que viinham de fora e com os que no rreino avia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaom; e estavom aa carrega no rrio de Sacavem e aa ponta do Montijo da parte de Rribatejo sasenta e sateenta navios em cada logar carregando de sall e de vinhos; e por a grande espessura de muitos navios que assi jaziam ante a cidade, como dizemos, hiam ante as barcas d'Almada aportar a Santos».¹³⁷⁴

Lopes acrescenta que esta conjuntura económica favorável tinha começado a dar os seus frutos desde o reinado de D. Pedro I¹³⁷⁵, que «acrecentou nas conthias aos fidalgos e vassallos»¹³⁷⁶ e ainda cunhou moeda de ouro¹³⁷⁷. As receitas nas finanças eram maiores do que as despesas, chegando este balanço positivo, só no caso de Lisboa, a ultrapassar os quinze mil dobras por ano¹³⁷⁸. Por isso, no final do seu reinado, D. Pedro tinha um «mui gram tesouro»¹³⁷⁹. A prosperidade económica durante o seu reinado traduziu-se numa estabilidade e paz social bem diferente do que se passava nalgumas zonas da Europa¹³⁸⁰. Por outras palavras e como escreveu P. Chaunu, «Il n'est pas de routes sans économie»¹³⁸¹ e, neste sentido, poderíamos dizer que não poderia haver descobrimentos sem este «boom» económico que F. Lopes fielmente descreve¹³⁸².

A fisionomia das empresas marítimas no século XV também se apresenta diferente das expedições do século XIV. Durante este século, as expedições, além de serem mal documentadas e contestadas eram encabeçadas por estrangeiros, nomeadamente italianos que

¹³⁷⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ob. cit., Prologo, p. 6.

¹³⁷⁵ Que era «em dar mui ledos», dizendo que «o dia que o rrei nom dava nom devia seer avudo por rrey». Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, Ed. Giuliano Macchi, Roma 1966, cap. 1, p. 92.

¹³⁷⁶ «o vassallo nom avia ante de sua contia mais de 75 libras e el-rrei dom Pedro lhe pôs cento», *ibid.*, cap. 11.

¹³⁷⁷ *Ibid.*, cap. 11, p. 132; No entanto, por não se conhecer nenhum exemplar desta cunhagem já este testemunho do cronista explica-se como lapso dele. Serrão, *História de Portugal*, I, 346.

¹³⁷⁸ *Ibid.*, cap. 12, pp. 137-138.

¹³⁷⁹ *Ibid.*, cap. 13, p. 141.

¹³⁸⁰ «Pois d'este rei achamos escripto que era muito amado de seu poboo», *ibid.*, cap. 4, p. 103.

¹³⁸¹ Chaunu, «Les routes espagnoles de l'Atlantique», 106.

¹³⁸² O aumento da superfície em cultivo num tempo de aumento populacional tem sido caracterizado como “boom” económico noutros casos. Hilton, *Class Conflict and the Crisis of Feudalism*, 169. Mas no caso de Portugal o “boom” deveria ser ainda mais visível dado que houve aumento inegável da terra cultivada, num tempo de decréscimo populacional.

na equipagem talvez incluíssem também portugueses¹³⁸³. Mas no século XV é o contrário. Portugal era um dos poucos países europeus que estava liberto de conflitos externos neste século¹³⁸⁴. Esta situação deu ao reino margem de manobra suficiente para poder canalizar os recursos disponíveis para fins pacíficos e também para conflitos fora do seu território¹³⁸⁵. Se os séculos XIV e XV, para a Europa em geral, foram tempos de agitação, de crise social, política, económica e religiosa¹³⁸⁶, em Portugal esta agitação teve uma dinâmica diferente e aponta para mais coesão social¹³⁸⁷, mais estabilidade política¹³⁸⁸, mais progressos e desenvolvimento económico¹³⁸⁹ e até mais tradicionalismo religioso¹³⁹⁰.

A comparação com a França seria muito ilustrativa neste caso, sobretudo em relação ao destino das propriedades eclesiásticas. Uma lista de igrejas destruídas em Portugal durante os séculos XIV e XV, é pouco provável que possa existir como, de facto, existe para a França¹³⁹¹. Em vez disto, as notícias de fundação de novas capelas e de construção de novas

¹³⁸³ Lanzarotto Mallocello, navegador ao serviço da coroa portuguesa, que em 1336 fizera uma expedição às Canárias? Serrão, *Portugal e o mundo*, 69.

¹³⁸⁴ “The Portuguese, at peace by land, turned to expansion overseas” C. W. Previté-Orton, *The Shorter Cambridge Medieval History*, vol. II (Cambridge: University Press, 1952), 1074.

¹³⁸⁵ Uma das razões do desenvolvimento lento do comércio alemão “deve ter sido pelo facto dos alemães gastarem mais em defesas no período pré-Praga, porquanto a anarquia e os poderes locais persistiram na área”. Russell, *Medieval Regions and their Cities*, 37. “O fato de que, entre 1413 e 1415, o rei português se sentir e capaz, de jogar estes jogos estratégicos contra os seus dois vizinhos mais poderosos e vários outros governantes europeus, é a prova do estado de espírito de autoconfiança nacional, que passou a dominar a corte portuguesa”. Russell, *Prince Henry “the Navigator”*, 32.

¹³⁸⁶ Claster, *The Medieval Experience*, 360.; Na França mencionamos a revolta de 1358 conhecida como Jacquerie. As revoltas Florence (1378), Ghent (1379-82), Nîmes, Le Puy in 1378, Montpellier in 1379, at Danzig, Brunswick, Lubeck, at Paris (1382). Leguay, “Urban Life,” 111; Meeüs, *History of the Belgians*, 92. Samuel Cohn Jr, “Florentine Insurrections, 1342-1385 in Comparative Perspective,” in *Past and Present Society Conference, “The English Rising of 1381”* (London: Past and Present Society, 1981), 1. Pirenne, *A History of Europe*, 379; Os grupos heréticos serviam de inspiração às revoltas sociais, como era o movimento dos Lollards na Inglaterra (Claster, *The Medieval Experience*, 361) e os hussitas na Boémia; Anna Foa, *The Jews of Europe after the Black Death* (Berkeley: University of California Press, 2000), 86.

¹³⁸⁷ Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, 3-4.

¹³⁸⁸ Em 1385 Portugal “was already a mature country”. Sousa, “Portugal”, 629631. “it was already a political power enjoying stable geographical frontiers”; No caso da Itália J. Larner relaciona o declínio económico com a instabilidade política. Larner, *Culture and Society in Italy*, 125. Os Genoveses concederam o governo da cidade ao rei francês depois terem tido dez doges em cinco anos Lane, *Venice: A Maritime Republic*, 199.

¹³⁸⁹ « Ou- en d’autres termes- quelle était la situation économique du Portugal au moment où cette expansion va commencer? Charles Verlinden, “Le problème de l’expansion commerciale portugaise au moyen age,” 457.

¹³⁹⁰ Serrão, *Portugal e o mundo*, 23.; Serrão, *História de Portugal*, I, 1977, 247 e segs.

¹³⁹¹ O Papado atribuía a queda na renda do Mosteiro de St Truiden não à epidemia, mas às guerras. Van Houtte, *An Economic History of the Low Countries*, 60. Em 1360, 1200 pessoas foram queimadas na igreja de Arpajon. Boutruche, “Devastation of Rural Areas during the Hundred Years War,” 37; Uma visita apostólica ao

igrejas e mosteiros, em Portugal são bastante numerosas, tendo o património ecclesiástico aumentado ainda mais¹³⁹².

Portugal foi o único país europeu, neste século, que, no confronto com o mundo muçulmano, saiu vencedor. Esta expansão de Portugal em terras muçulmanas está ligada à conjuntura favorável em que o país se colocou com a Guerra dos Cem Anos, considerando as oportunidades que esta conjuntura abriu. É verdade que Portugal se expandiu em terras muçulmanas, que neste tempo estavam em decadência, mas devemos notar que a acção dos estados europeus, na época, não dependia da decadência dos estados muçulmanos, mas da situação difícil em que eles próprios se encontravam. O caso de Granada, o estado muçulmano mais vulnerável do tempo e a sua sobrevivência até ao fim do século, ilustra a afirmação que fazemos.

arcebispado de Aix em 1421 “mostrava igrejas devastadas e um país ainda arruinado.” Noël Coulet, “La desolation des églises de Provence, à la fin du Moyen Age.” *Provence Historique* 6 (1956): 34-52, 123-141; Baratier, *La démographie Provençale*, 84.

¹³⁹² Em Santarém temos notícia dum “mosteiro intramuros surgido na segunda metade do séc. XIV. Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa*, 175. A Igreja de Santa Maria da Lourinhã, foi fundada “em finais do século XIV ou mesmo início do XV”. Em 1371, quatro capelas foram elevadas na dignidade de igrejas. Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, II, 172, 174; Em Setúbal, na segunda metade do século XIV surgem duas igrejas S. Lourenço de Azeitão (1352) e S. Salvador do Mundo de Coina (1364). Na primeira metade do séc. XV se registam as fundações de um convento franciscano em Setúbal (1410) e outro dominicano e em Vila Nogueira de Azeitão (1435) Francisco José dos Santos Mendes, *O Nascimento da Margem Sul. Paróquias, concelhos e comendas (1147-1385)* (Colibri: Lisboa 2011), 127, 130-131, 137.; “En el monte opuesto al del castillo hay un monasterio de frailes carmelitas, tan soberbiamente construido por el infante don Enrique, que lo creeria una fortaleza.” Münzer, *Viaje Por España y Portugal*, 173. Este património “permaneceu intocável em relação aos séculos passados, aumentando ainda”. Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, I, 719; Em Alcobaça, foi a partir da década de 1380 que se recuperaram, os estragos causados na época anterior. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, 247-248.; Em Torres Vedras “instalou-se, em finais do século XIV, o mosteiro de Santo Agostinho.” Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, 149. A situação dos hospitais e albergarias neste tempo foi melhorando. Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora*, 42.

2. A INTERVENÇÃO PORTUGUESA NA GUERRA DOS CEM ANOS

Quase ao terminar o nosso trabalho, recuperamos o tema que lhe dá sentido – a guerra dos cem anos. E qual terá, então, sido o papel de Portugal no equilíbrio das forças da Europa ao longo do conflito? Se Portugal teve nele alguma importância, terá ido ele diminuindo ou aumentando ao longo do tempo? Que conclusões poderíamos tirar se comparássemos Portugal do ano 1337 com o Portugal do ano 1453? E a Europa do ano 1337 com a Europa do ano 1453? O crescimento económico do País e o aumento da sua importância no mapa económica do continente terá sido acompanhado do crescimento do seu peso no teatro político internacional?

Perguntemos ainda: de que maneira se entrecruzam as guerras para a independência do reino nos finais do século XIV e as guerras para a supremacia de Portugal na Península e no Atlântico, a partir do início do século XV, com os outros actores e protagonistas da vida política da Europa? Qual foi o papel de Portugal no equilíbrio das forças na Europa e no âmbito do conflito da Guerra dos Cem Anos?

Embora se pense geralmente que o papel de Portugal na Guerra acabou com Aljubarrota e a trégua de 1389, parece certo que este papel manteve a sua importância decisiva para o equilíbrio das forças, pelo menos até à campanha portuguesa de Ceuta e à conquista inglesa da Normandia. Por isso, a opinião tradicional, que considera que o papel de Portugal na Guerra se limitou ao período da intervenção inglesa nos assuntos peninsulares, tem que ser revisto e questionado. Com efeito, este papel continuou reforçar-se, pelo menos até à unificação das coroas de França e Inglaterra, sob Henry V. Depois disso a Guerra dos Cem Anos deixou de ser um conflito entre dois países para se tornar uma guerra de libertação nacional.

2.1.A fase ibérica da Guerra. Aljubarrota

Aljubarrota (14 de Agosto de 1385) tem sido frequentemente ligada ao conflito anglo-francês, pelo facto de, ao lado dos principais beligerantes, terem estado também mercenários ingleses, por parte de Portugal e franceses por parte de Castela. Os autores ingleses têm escrito muito sobre esta Guerra e sobre a campanha de Azincourt¹³⁹³, mas não têm relacionado esta campanha com a de Ceuta. O mesmo se pode dizer sobre os autores ingleses que têm escrito sobre Ceuta e que não a relacionam a de Azincourt¹³⁹⁴.

Ambas as batalhas, no entanto, têm sido descritas como muito importantes, seja para a história de Portugal, seja para a história da Europa. A importância de Aljubarrota tem sido sublinhada por vários autores, portugueses¹³⁹⁵ e estrangeiros, incluindo Russell¹³⁹⁶ Sumption¹³⁹⁷, Newitt¹³⁹⁸, Pattee¹³⁹⁹, Novell¹⁴⁰⁰, Ure¹⁴⁰¹, Ramsey¹⁴⁰², O'Callaghan¹⁴⁰³, Vicens Vives¹⁴⁰⁴, MacKay¹⁴⁰⁵, Saul¹⁴⁰⁶, Hillgarth¹⁴⁰⁷, Perroy¹⁴⁰⁸, e Trend¹⁴⁰⁹.

¹³⁹³ Aqui listamos algumas obras importantes nas quais não se menciona nem a aliança com Portugal, nem Ceuta. Nicholas Harris Nicolas, *The History of the Battle of Agincourt and of the Expedition of Henry the Fifth into France to which is added the Roll of the Men at Arms in the English Army* (London: 1827);

¹³⁹⁴ Russell, *Prince Henry "the Navigator"*, 31. Encontramos uma exceção, relativamente tardia do I. Mortimer que se baseia na carta de Benedict Espina "Do ponto de vista dos franceses, a situação parecia ainda pior, pois havia rumores de que também o aliado de Henrique, D. João de Portugal e seus três filhos tinham juntado 225 navios em Lisboa e Porto, com a intenção de ajudar os ingleses. Os portugueses eram tão ansiosos de esconder o destino final deles, igual como os ingleses." Ian Mortimer, *1415: Henry V's Year of Glory* (London: The Bodley Head 2009), 226; Wylie, *Henry V*, I, 449, n. 3 "24 de Julho. A frota portuguesa finalmente zarpou de Lisboa. Para grande alívio dos espiões franceses que estavam assistindo, não para o norte, mas o sul, em direção ao Estreito de Gibraltar. Ibid., p. 293.

¹³⁹⁵ "João and his constable, Nun' Alvares Pereira, had secured the most resounding victory of their country". Sousa, "Portugal", 635; "Toro era a replica castelhana de Aljubarrota- não no campo militar, mas no aspecto politico". Guedes, *A Aliança inglesa*, 112.

¹³⁹⁶ «deve ser incluída entre os mais decisivos confrontos da guerra medieval. Se os portugueses tivessem sido derrotados, a independência portuguesa teria desaparecido dentro de poucas semanas.». Russell, *A intervenção inglesa na Península Ibérica*, p. 432.

¹³⁹⁷ "Aljubarrota was the foundation of Portuguese independence and the beginning of the greatest period of the country's history." "It also transformed the balance of power among the southern allies of England and France and consolidated Portugal's position as a naval power capable of challenging Castile on Europe's Atlantic seaboard. For Castile Aljubarrota was a national catastrophe" Sumption, *The Hundred Year's War*, III, 567-568.

¹³⁹⁸ "was comparable in scale to Crecy, Poitiers, Najera and Agincourt, but was to prove far more decisive than any of these.". Newitt, *Portugal*, 45.

¹³⁹⁹ "must go down in history as one of the decisive actions of all time". Patte, *Portugal and the Portuguese World*, 61.

¹⁴⁰⁰ "Aljubarrota is one of the decisive battles of Western Europe". Nowell, *A History of Portugal* 123.

Logo depois do Tratado de Windsor, Portugal já se sentia capaz de ajudar os ingleses com forças navais, que iam servir no Golfo de Biscaia e no Canal da Mancha. Esta frota portuguesa era composta pelos navios que foram enviados por D. João I para incorporar a expedição de João de Gaunt em 1386¹⁴¹⁰. Parece que em 1389 ainda estavam em águas inglesas, servindo mercadores privados, provavelmente depois de terem sido despachados pelo duque, face à sua renúncia às pretensões ibéricas¹⁴¹¹. Neste ano, temos notícia de um mercador de Dartmouth que, segundo a crónica de Westminster, mandou uma força naval ao mar, em Novembro de 1388 e capturou vinho¹⁴¹² e que outros 25 navios foram capturados no Natal, por marinheiros de Dartmouth e Fowey¹⁴¹³.

Esta força conjunta anglo-portuguesa, pelo menos temporariamente, afastou o perigo que representava para Inglaterra a colaboração naval entre a França e Castela que, desde a retoma da Guerra em 1369, tinha oferecido aos franceses a possibilidade de dominar o mar e de

¹⁴⁰¹ “If it did not ensure the permanent independence of Portugal, at least it can be said that a contrary result of the battle probably would have ensured a permanent end to that independence”. John Ure, *Prince Henry the Navigator* (London: Constable, 1977), 23.

¹⁴⁰² “For almost two hundred years to come, Castile ceased to be a threat to Portuguese independence” Ramsey, *Spain: The Rise of the First World Power*, 103.

¹⁴⁰³ “The battle of Aljubarrota solidified Portuguese independence and enhanced the prestige of João I”. O’Callaghan, *A History of Medieval Spain*.

¹⁴⁰⁴ “Desde entonces la participación de Castilla en el gran conflicto europeo de los Cien Años dejó de ser una empresa nacional para convertirse en simple condottierismo particular” *Historia social y economica de España y America*, ed. J. Vicens Vives, Barcelona 1957, II, 354.

¹⁴⁰⁵ Aljubarrota presented the Castilians with problems similar to those which had faced the French after their defeat at Poitiers”. MacKay, *Spain in the Middle Ages*, 122.

¹⁴⁰⁶ “it delivered Portugal from the threat of annexation by Castile” Saul, *Richard II*, 148.

¹⁴⁰⁷ “The battle saved Portuguese independence.” Hillgarth, *The Spanish Kingdoms*, I, 397.

¹⁴⁰⁸ “aussi désastreuse pour la Castille que Crécy et Poitiers l’avaient été pour la France” Perroy, *L’Angleterre et le grand Schisme d’Occident*, 232-233.

¹⁴⁰⁹ “Aljubarrota is one of the decisive battles of western Europe”. Trend, *Portugal*, 123.

¹⁴¹⁰ Embora a presença desta frota testemunha-se entre os anos 1384-1389. Richmond, “The War at Sea”, 103.

¹⁴¹¹ Em 30 de Junho de 1386, na força naval do duque de Lencastre que se preparava navegar em direcção a Espanha, eram também 10 navios e 6 galés, enviadas por D. João I. A *Chronica Maiora* de Walsingham menciona só as galés, que disse eram seis. *The St. Albans Chronicle. The Chronica Maiora of Thomas Walsingham, I, 1376-1394*, f. 310, pp. 768-769; Segundo Russell, *The English Intervention*, 403, em 1386 D. João I terá enviado seis galés e doze navios. Também TNA E/30/309, 1386 May 9 Foedera. Froissart diz que o duque pediu “VI galees armees et XVIII ou XX gros vaisseaux”. *Chroniques de J. Froissart*, t. 12, 1356–1388, (Paris: Champion, 1931), 103v.

¹⁴¹² *Westminster Chronicle*, pp. 372-374; *Knighton’s Chronicle 1337-1396*, pp. 528-529.

¹⁴¹³ *Westminster Chronicle*, p. 376

ameçar as regiões da costa sul da Inglaterra¹⁴¹⁴. Assim, no golfo de Biscaia, o equilíbrio das forças navais dependia da presença e da acção das forças franco-castelhanas, que contavam com o apoio dos genoveses, por um lado e, por outro, das forças da Inglaterra e da Gasconha, que contavam com o auxílio dos portugueses e com a neutralidade da Bretanha¹⁴¹⁵.

Mas os franco-castelhanos, acostumados a dominar o mar desde 1369, não estavam satisfeitos com este retrocesso temporário, que se seguiu a Aljubarrota e à trégua de Leulingham, pelo que, em Dezembro de 1405, as acções da frota franco-castelhana, liderada por Pero Niño, tinham colocado a coroa inglesa numa posição difícil¹⁴¹⁶. Nestas circunstâncias, o rei expressou ao conselho o desejo de enviar cartas ao rei de Portugal, informando-o da situação e de como os franceses estavam a quebrar a trégua; ao mesmo tempo pediria ao rei D. João I para mandar galés em sua ajuda¹⁴¹⁷. Mas Portugal tinha tréguas com Castela e os castelhanos mostraram-se prudentes, de modo a para não dar motivo aos portugueses para as quebrarem¹⁴¹⁸.

¹⁴¹⁴ A ameaça que a aliança franco-castelhana constituía no início do séc. XV é demonstrado pela crónica das gestas de Pedro Niño. Kenneth Fowler, "Introduction: War and Change in Late Medieval France and England" *The Hundred Years War*, ed. Kenneth Fowler (London and Basingstoke, 1971), 5.

¹⁴¹⁵ A amizade ou a neutralidade da Bretanha era vital para Inglaterra para manter o comércio da Gasconha aberto, e nos finais do séc. XIV "to maintain the increasing if diversified trade with Portugal." Fowler, "Introduction: War and Change in Late Medieval France and England," 5. Em 1404-05 D. João I "allowed Portuguese knights, led by his illegitimate son Alfonso, to assist Henry in his "wars in the northern parts." CCR, Henry IV, 3: 23. Geouge, "Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I," 127.

¹⁴¹⁶ A campanha castelhano-francesa no Canal da Mancha ocorria depois da campanha inglesa de 1400-1403, que aparentemente consistia numa política de incentivo de pirataria contra os hanseáticos, franceses e castelhanos, por parte da coroa inglesa. C. J. Ford, "Piracy and Policy; the Crisis in the Channel, 1400-1403", *Trans. Roy. Hist. Soc.*, 5th series, 29, (1979): 63-78; Lloyd, *England and the German Hanse*, 111. O capitão castelhano depois de ter percorrido todo o Mediterrâneo ocidental contra os corsários foi mandado pelo rei de Castela em missão urgente, a pedido do rei francês. *El Victorial. Crónica de Don Pero Niño, Conde de Buelna por su alférez Gutierre Díez de Games*, edición y estudio por Juan de Mata Carriazo (Madrid: Espasa-Calpe, 1940), cap. LII, pp. 139-140.

¹⁴¹⁷ 11.12. 1405. BL, *Cotton Cleopatra F III*, f. 51; *Calendar of Signet Letters of Henry IV and Henry V (1399-1422)*, ed. J. L. Kirby, 1978, no. 514, p. 113.

¹⁴¹⁸ "llegaron quatro naoes de Portugal, e mosén Charles rogó al capitán que le ayudasse a tomarlas, por quanto heran henemigos de Francia, que ayudavan a los yngleses... e el capitán rogó a mosén Charles que las dexase por su amor, por quanto tenía tréguas con Castilla". *Crónica de Don Pero Niño*, pp. 251-252.

2.2.A última batalha portuguesa da Guerra: Ceuta

Ao contrario da Aljubarrota, a conquista de Ceuta (21 de Agosto 1415) tem sido sempre vista desligada de qualquer referência e ligação com o conflito anglo-francês e com a situação no continente¹⁴¹⁹. Mesmo tendo em conta que, em Aljubarrota, Portugal e Inglaterra não estavam ligados por uma aliança e, na batalha de Ceuta, já era válido o Tratado de Windsor, que previa que os dois países deveriam, em caso de guerra, prestar mútuo auxílio contra os inimigos respectivos¹⁴²⁰. Em Aljubarrota, D. João I não tinha ligações familiares com Inglaterra, mas a presença de mercenários ingleses, recrutados e pagos duma maneira privada por D. João I¹⁴²¹, é suficiente para colocar esta batalha entre as mais importantes da Guerra¹⁴²². No caso de Ceuta, embora D. João I estivesse ligado à coroa inglesa por laços familiares¹⁴²³ esta campanha dissocia-se do conflito anglo-francês.

A historiografia inglesa e europeia tem tentado fazer todas as ligações e comparações possíveis entre Azincourt e outras batalhas posteriores, às vezes séculos mais tarde, mas não

¹⁴¹⁹ Importantes estudos sobre a Guerra dos Cem Anos nem mencionam a palavra Ceuta. Edouard Perroy, *La Guerre de cent ans* (Paris: Gallimard, 1945); Édouard Hardy de Périni, *La guerre de cent ans: (1346-1453)* (Paris: Librairie Militaire de J. Dumaine, 1879, (244 pp); Philippe Contamine, *La Guerre de cent ans*, (Paris: Presses Universitaires de France, 1968, (128 pp); Antoine François Joseph Pierre Marie Lévis-Mirepoix, *La guerre de cent ans* (Paris: Albin Michel, 1973) (467 pp); Jacques Vivent, *La guerre de cent ans* (Paris: Flammarion, 1954) (489 pp); Robin Neillands, *The Hundred Years War*. Revised ed. Routledge, 2001. J. A. Wagner, *Encyclopedia of the Hundred Years War* (Westport: Greenwood Press, 2006), (374 pp). Georges Minois, *La guerre de cent ans: naissance de deux nations* (Paris: Perrin, 2008) (650 pp), 1 vez, p. 539: “L’année d’Azincourt, les Portugais d’Henri le Navigateur s’emparent de Ceuta”.

¹⁴²⁰ Em 1390, D. João I “tinha informado o governo inglês que tinha concluído uma trégua de três anos com o rei de Castela. Richard II aproveitou a oportunidade para lembrar ao rei João que a Inglaterra só seria vinculado a trégua, enquanto ela estava em paz com a França. J. J. N. Palmer, “English Foreign Policy 1388-99”, in *The Reign of Richard II: Essays in Honour of May McKisack*, eds. F.R.H. Du Boulay and Caroline M. Barron (London: Athlone, 1971), 96-97.; Cuttino, *English Medieval Diplomacy*, 17.

¹⁴²¹ Apoio “puramente voluntário e não-oficial.” Armitage-Smith, *John of Gaunt, King of Castile and Leon*, 275.

¹⁴²² Marques Guedes tratando da aliança com Inglaterra não menciona a campanha inglesa quando fala de Ceuta, e também não menciona Ceuta quando fala da campanha inglesa. Guedes, *A Aliança inglesa*, 97-99. Na obra de José Manuel Garcia, *Dicionário essencial de história de Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 2010), falta o s.v. “Guerra dos Cem Anos”, embora existem os s.v. “Guerra civil de Espanha” intervenção de Portugal na.”; “Guerra das Laranjas”; “Guerra fantástica”; “Guerra Peninsular”, ou seja “Invasões francesas”

¹⁴²³ Ana Echevarria-Arsuaga, “The Queen and the Master: Catalina of Lancaster,” in *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*, Ed. Theresa Earenfight (Aldershot: Ashgate, 2005), 93.

entre Azincourt e Ceuta¹⁴²⁴. B. Rogerson relaciona Azincourt com Aljubarrota, mas não com Ceuta, embora trate das duas¹⁴²⁵. Autores como A. Burne¹⁴²⁶ e P. Thompson¹⁴²⁷ têm comparado Azincourt com a batalha da Normandia, na Segunda Guerra Mundial¹⁴²⁸.

Mesmo se pensarmos que Portugal tinha assinado tréguas com Castela¹⁴²⁹ e que a actividade da frota castelhana tinha acalmado, nada podia impedir os castelhanos de cumprir as suas obrigações nos termos da aliança¹⁴³⁰. Entre Portugal e Castela, como afirma Manuela Mendonça, não houve uma paz definitiva até 1431, mas sim uma paz vigilante¹⁴³¹.

A situação interna dos dois reinos mostra semelhanças, sendo ambos os monarcas vistos como usurpadoras do poder legítimo¹⁴³². Até os preparativos das armadas têm semelhanças

¹⁴²⁴ Edgar Prestage, "Portugal in the Middle Ages", in *The Cambridge Medieval History*, VIII, 1936, 521 não faz qualquer menção da aliança anglo-portuguesa quando trata da campanha de Ceuta.; Christopher Hibbert, *Agincourt* (London: B.T. Batsford, 1964), (192pp), não menciona nenhum lugar nem pessoa portuguesa.; Anne Curry, *Agincourt: A New History*, (Gloucestershire: Tempus, Stroud, 2005), não menciona nem Portugal, nem, Lisboa, nem Ceuta, e nenhum lugar ou personagem portuguesa, nas suas densas 319 páginas.

¹⁴²⁵ "But on 14 August 1385, in a day that has often been compared to Agincourt, King John and the Portuguese archers shot down this army of knights on the field of Aljubarrota" Barnaby Rogerson, *The Last Crusaders: East, West and the Battle for the Centre of the World* (London: Abacus 2010).

¹⁴²⁶ "Anyone who witnessed the assembly in precisely the same area of the troops destined for a very similar venture 530 years later can perhaps envisage the scene". Burne, *The Agincourt War*, 36.

¹⁴²⁷ "The plans had been laid with extraordinary thoroughness, equal no doubt for their time to those prepared in exactly the same area over 500 years later". *Contemporary Chronicles of the Hundred Years War*, p. 266.

¹⁴²⁸ Esta batalha aconteceu em 25 de Outubro de 1415, perto da aldeia de Azincourt, no Artois ocidental. Wagner, *Encyclopedia of the Hundred Years War*, 1-3; Na Primeira Guerra Mundial "contavam-se histórias de arqueiros de Azincourt dando apoio e inspiração ao exército britânico em Mons." Curry, *The Battle of Agincourt. Sources and Interpretations*, 8.; Terá sido St. George que trouxe os arqueiros de Azincourt, e foram mortos 10 mil alemães.". Artur Machen, *The Bowmen and Other Legends of the War (The Angels of Mons)* (Wildside Press, 2005) (1st ed. London, 1915), p. 23.

¹⁴²⁹ Tratado de 31 de Outubro de 1411. IANTT, *Gav. 18*, maço 11, n. 4; *MH*, vol. II, n.º 5, pp.7-32.

¹⁴³⁰ Susan Rose, *Medieval Naval Warfare 1000-1500* (London and New York: Routledge, 2002), 82-83; A aliança franco-castelhana, "nunca será quebrada, pelo menos até o fim das hostilidades entre França e Inglaterra". Adeline Rucquoi, "Français et castillans: une "international chevaleresque", in *La "France anglaise" au Moyen Age. Colloque des historiens médiévistes français et britanniques*, 111, (1988), 402. Antes da assinatura da trégua com Portugal de 1411 foi solicitada a conformidade francesa. AGS, *Patronato Real*, Leg. 49, f. 15, 15 de Julho de 1411; Daumet, *Étude sur l'Alliance de la France et de la Castille*, doc. 55.

¹⁴³¹ As ratificações tardaram, só vindo a acontecer duas décadas mais tarde, em 30 de Outubro de 1431, por parte de Castela (ANTT, *Livro das Demarcações e Pazes*, ff. 142 e ss; Publicado em *MH*, vol. IV, doc. nr. 9, pp. 18-53), e a 17 de Janeiro de 1432, por parte de Portugal (*MH*, vol. IV, doc. 15). *Livro de Montaria feito por El-Rei D. João I de Portugal*, Introdução, leitura e notas Manuela Mendonça, Ericeira, 2003, p. XXI.

¹⁴³² A renovação de Henrique V da Guerra dos Cem Anos tem sido visto como uma fuga da insolúveis problemas internos que ameaçam a coroa." Pugh, "The Southampton Plot of 1415", 69.

claras¹⁴³³. Não sabemos se D. João I planeava o ataque a Ceuta, antes da trégua de 1411¹⁴³⁴.

A rainha de Castela, Catalina, tentou aferir a boa disposição de D. João I para manter a trégua, pedindo-lhe que a auxiliasse com 10 ou 12 galeras, numa hipotética campanha contra Granada¹⁴³⁵. D. João I deixava-a entender que estava seriamente decidido a participar numa campanha contra Granada¹⁴³⁶, mas sem as “amarras de uma obrigação ditada por tratado”¹⁴³⁷.

Ao contrário da política de segredo com os reinos peninsulares, Portugal seguiu uma política de colaboração com a Inglaterra e a Holanda¹⁴³⁸. Quando o conde da Holanda fazia o papel de inimigo e Henrique V, em Janeiro de 1415, permitia a compra de 350 lanças¹⁴³⁹, em Castela aumentava o receio sobre o destino da armada e se pedia a reconfirmação das tréguas de 1411¹⁴⁴⁰. Por seu lado, Fernando I de Aragão enviou também embaixadores e, em Janeiro de 1415, pensava-se que a armada se dirigia para o Levante¹⁴⁴¹. A possibilidade que mais temia relacionava-se com a aliança entre o Conde de Urgel e o rei de Portugal e um ataque a partir de Valência¹⁴⁴², ou ainda uma aliança de D. João I com a rainha de Sicília¹⁴⁴³.

¹⁴³³ Timothy J. Runyan, “Naval Power and Maritime Technology during the Hundred Years War”, in *War at Sea in the Middle Ages and the Renaissance*, ed., John B. Hattenford and Richard W. Unger (Woodbridge: The Boydell Press, 2003), 53.

¹⁴³⁴ Alberto Baeza Herrazti, *Bulas de cruzada en la reconquista de Ceuta* (Ceuta: Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ceuta, 1987), 10, assinala a bula *Eximie devocionis* de 20 de Março de 1411, na qual se concede às Ordens militares no país autorização para colaborem com o monarca na guerra justa contra mouros e outros inimigos, indicando que D. João I estava a planear a expedição. *MH*, I, doc. 147, p. 336..

¹⁴³⁵ Lopes, *Cronica de D. João I*, 1949, II, cap. 196.

¹⁴³⁶ «E, destas gualles que nos mandastes demandar, a nos praz, per o primeiro verão, em que voso filho fazer guerra, de as mandar laa, em sua ajuda». F. Lopes, *ibid.*, cap. 196.

¹⁴³⁷ Silva, “Filipa e Catalina de Lancaster e as negociações da paz de 1411 entre Portugal e Castela,” 287; Não tinham passado mais de seis meses, sobre o momento em que D. João I mostraria disponibilidade para uma campanha contra Granada. Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 7.

¹⁴³⁸ Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 29.; Joaquim Veríssimo Serrão, *A conquista de Ceuta no Diálogo veneziano de António Morosini*, in *Congresso internacional de história dos descobrimentos. Actas*, III (Lisboa, 1961), 543-550. Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, 77.

¹⁴³⁹ *MH*, vol. II, n. 51, p. 123, 20 de Janeiro de 1415; *DP*, *Supl.* vol. I, p. 462. 26 de Setembro de 1414, *DP*, *Supl.* ao vol. I, p. 320; *MH*, vol. II, p. 94-95; Foedera, IX, 160.; 350 lanças e 6 men-of-arms (Foedera, IX, 195, 20.01. 1415).; A palavra *lancea*, foi amplamente empregado para descrever homens-de-armas nos inventários da campanha de Agincourt. David Simpkin, “New Muster-related Sources for Henry IV’s Army in Scotland, August 1400,” *Archives. The Journal of the British Records Association* 35, no. 123, (2010): 1-18, p. 3.

¹⁴⁴⁰ Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 32.

¹⁴⁴¹ ACA, *Fernando I, caja 6*, n. 936; *MH*, doc. 48, pp. 120-121.

¹⁴⁴² «un caballero del reyno de Valencia que le affirmó, que el Conde de Urgel avia tenido su confederación con el Rey de Portugal», Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, t. III, lib. XII, f. 115-115v. Depois das garantias dadas por parte de D. João I, ele no entanto em 3 de Abril mandava Rui Dias da Vega a informar-se «quantos

Desde 1411, quando em Portugal começam os projectos de guerra, até à sua chegada ao trono, em 1413, Henry V mostra as suas divergências com o seu pai, defendendo uma acção mais vigorosa em França¹⁴⁴⁴. Embora se considere impossível saber em que preciso momento o rei inglês teria decidido definitivamente o ataque, no início de 1415 o projecto estava bastante avançado. Em 22 de Março, o rei mandou que todos os efectivos militares se juntassem em Londres. Para transportar todas as tropas necessárias à expedição eram necessários 1500 navios¹⁴⁴⁵. Os franceses já tinham a certeza que os preparativos se dirigiam contra eles, mas Henry fez todo o possível para manter secreto o destino da armada¹⁴⁴⁶.

Também é interessante observar as distâncias respectivas que as duas armadas tinham que percorrer. Assim, a armada inglesa partiu de Southampton, enquanto a portuguesa, embora se tenha reunido em Lisboa, recolheu a Lagos, onde se soube finalmente o alvo a atacar. O tempo dispendido no trajecto também é muito semelhante. Às 15.00 horas de 11 de Agosto, Henry V deu o sinal de partida¹⁴⁴⁷. Depois de uma viagem de 50 horas, a frota inglesa chegou

pilotes lieua consi en la armada nj de do son nj de que lengatge». *MH*, II, pp. 130-131; O Bailio geral de Valência em Dezembro de 1414 obrigou um patrão castelhano proveniente de Portugal a informá-lo «tot ço que saben del estal del rey de Portugal» ACA, Cartas Reales, Fernando I, c.10, n. 1759; Margarita Tintò Sala, *Cartas del Baile General de València Joan Mercader al Rey Fernando de Antequera* (Valencia: Instituto Valenciano de Estudios Históricos, 1979), n. 78, pp. 144-145.

¹⁴⁴³ «la armada que se faze en Portogal se presume se faze por dapnjficar aquex rregno en el qual, por algumas coniecturas, se presume se tiene qualquier tracto». ACA, Cancilleria Real, reg. 2400, ff. 4v-5; *MH*, vol. XV, *Supl.*, doc. 1; Em Março de 1415, Fernando I escrevia ao seu primogénito Alfonso: «lo rey de Portogal cuyta espetxament de sa armada, e havem gran dupte no vaje en lo reyalme de Nàpols». ACA, *reg.*, 2407, fol. 145v, 4.03. 1415 e doc. 559; Carlos López Rodríguez, *Epistolari de Ferran I d'Antequera amb els infants d'Aragó i la reina Elionor (1413-1416)* (Valencia: Universitat de València, 2004), pp. 377-388.

¹⁴⁴⁴ George Akenhead Knowlson, *Jean V, duc de Bretagne et l'Angleterre (1399-1442)* (Cambridge: Heffer, Rennes: librairie de Bretagne, 1964), 79-80.

¹⁴⁴⁵ Burne, *The Agincourt War*, 34-35.

¹⁴⁴⁶ Henry V nunca declarou na sua correspondência para que parte da França tinha a intenção de ir. J. R. Alban e C.T. Allmand, "Spies and Spying in the Fourteenth Century", in *War, Literature, and Politics in the Late Middle Ages. Essays in honour of G. W. Coopland*, ed. C. T. Allmand (Liverpool, Liverpool University Press, 1976), 78; Alguns pensavam que ia ser na Aquitania, ou na Bretanha, ou em Cherbourg, ou em Harfleur enquanto outros imaginavam que podia ser na Flandres; C. T. Allmand, *Lancastrian Normandy 1415-1450. The History of a Medieval Occupation* (Oxford: Clarendon Press, 1983), 2-3.

¹⁴⁴⁷ Burne, *The Agincourt War*, 37; Gaston du Fresne, *Histoire de Charles VII*, I, 260.

às 17 horas de 14 de Agosto, perto de Harfleur¹⁴⁴⁸. A frota portuguesa partiu de Faro a 7 de Agosto e a 12 de Agosto ancorou em Ceuta e começou o cerco da cidade¹⁴⁴⁹.

O período até à campanha de Azincourt foi muito agitada em termos de diplomacia. Em Julho de 1413, Henry V enviou a Portugal “on secret business” William Porter, acompanhado de outro emissário, que parece ter tido a função de correio¹⁴⁵⁰. Estamos perante uma actividade diplomática não usual, desde que ao mesmo tempo dois embaixadores do rei D. João I foram enviados para Inglaterra¹⁴⁵¹, onde chegaram nos finais de Agosto e ficaram lá pelo menos até Fevereiro de 1414. É óbvio que a finalidade desta missão ultrapassou o objectivo que, segundo Wylie, era o casamento entre a filha de D. João I, D. Isabel, e Henry V¹⁴⁵².

Entre os mais activos, foi Fernando de Antequera que, em Maio de 1413, enviou emissários para tratar duma aliança com o rei de Aragão e uma trégua para Castela¹⁴⁵³. Mas a acção diplomática mais curiosa dele, foi a proposta de casamento da sua filha, Maria, com Henry V¹⁴⁵⁴. A resposta de Henry V foi positiva, enviando em Outubro embaixadores para negociar o casamento dele ou de um dos seus irmãos, mas Maria já tinha sido prometida ao rei de Castela Juan¹⁴⁵⁵. O curto tempo entre a oferta de Fernando e o casamento com o rei de Castela, deixa-nos com a impressão que Fernando não tinha qualquer intenção séria para o

¹⁴⁴⁸ Burne, *The Agincourt War*, 40. Michel Mollat, *La guerre de Cent Ans vue par ceux qui l'ont vécue*, 61. A distância entre Lisboa e Ceuta de 440 milhas, nos finais do século XIII podia ser percorrida em 48 horas. Marques, *Hansa e Portugal na Idade Média*, 80.

¹⁴⁴⁹ Burne, *The Agincourt War*, 40; Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 64.

¹⁴⁵⁰ Que viajaram no navio do rei *Marie de la Tour* até Bordeaux, e de lá embarcaram noutro navio para Lisboa. *Iss. Roll I H V*, Psch., May 31, July 4, 1413; James Hamilton Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, vol. I, 1413-1415) (Cambridge: University Press, 1914), 98.;

¹⁴⁵¹ Os embaixadores de D. João I eram João Vasques de Almada e João Alves, que receberam as credenciais em Santarém em 21 de Junho de 1413; Segundo Wylie “it is evident that the two parties must have crossed each other on the voyage Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, I, 98.

¹⁴⁵² A dispensa do Papa foi concedida em 21 de Outubro de 1413. Wylie *The Reign of Henry the Fifth*, I, 98.

¹⁴⁵³ Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, I, 90; Com efeito, uma trégua de um ano foi assinada em Londres a partir de 2 de Fevereiro de 1414. (Foedera, IX, 115). Em Novembro de 1414 a trégua foi prorrogada por mais um ano até 2 de Fevereiro de 1416. Foedera, IX, 180, 204.

¹⁴⁵⁴ Zurita, II, 67. Foedera, IX, 546. Os embaixadores aragoneses chegaram em Southampton em 21 de Julho 1415. A missão deles foi estritamente acompanhada pelos serviços de informação ingleses. TNA E 321/32; Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, I, 94-96.

¹⁴⁵⁵ Foedera IX, 295, 296. Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, I, 96-97.

casamento da sua filha com o rei inglês, mas que utilizou isto como escusa para pedir a confirmação de tréguas e inquirir sobre a armada que o rei estava a preparar¹⁴⁵⁶.

A atitude dos outros aliados da Inglaterra, como a Borgonha, também deve ser considerada, mesmo que o papel importante que ela poderá ter tido se deva não à acção, mas à falta dela nas forças do Duque¹⁴⁵⁷. O mesmo aconteceu no caso da Bretanha¹⁴⁵⁸.

A imagem que os estudos históricos actuais deixa das duas campanhas difere da imagem que os contemporâneos tinham sobre os respectivos preparativos. Além da carta do catalão, Guillem Mir, que associava claramente os preparativos das duas campanhas¹⁴⁵⁹, temos um relato de Benedet Espina informando de Londres que pensava-se que a frota portuguesa que tinha três anos que estava a ser preparada iria juntar-se à frota inglesa¹⁴⁶⁰.

Outro assunto importante, mas ao qual não tem sido dado qualquer relevo, é o facto da campanha de Ceuta ter obrigado os dispositivos militares castelhanos, sobretudo a sua temida frota, a vigiar os passos de Portugal, não podendo assim assistir a França. Em 1415, a frota castelhana não foi, pois, socorrer França e este ano representou também o nível mais baixo da presença naval castelhana no golfo de Biscaia. Também os escoceses tiveram que limitar a sua ajuda aos franceses provavelmente por falta de navios, em virtude da impossibilidade da frota castelhana se envolver nesta operação¹⁴⁶¹. É de notar a presença reduzida dos navios

¹⁴⁵⁶ Fernando ofereceu em vez de D. Maria, a mãe da sua filha mais nova D. Leonor que mais tarde veio a casar com D. Duarte. Wylie, *The Reign of Henry the Fifth*, I, 97.

¹⁴⁵⁷ Richmond, "The War at Sea," 112. Nicholas, *Medieval Flanders*, 325.

¹⁴⁵⁸ Knowlson, *Jean V, duc de Bretagne et l'Angleterre*, 95, 101.

¹⁴⁵⁹ "Entre les altres coses dju que lo dit rrey de Portugal fa gran aparell d'armes, gents, fusts e artilleries e axi mateix lo rrey d'Anglaterra; pero que nos pot saber que volen fer", *MH*, II, doc. 53, pp. 126-127, 23. 02. 1415.

¹⁴⁶⁰ O concelho dos Jurados tomou conhecimento da carta em 7 de Julho de 1415, onde se dizia: "se ditz que lo filh dey rey de Portugau ben de part dessa, am grant pertreyt de gualeyas et de gens. Una outra barganha se fey que a durat III. ans a far; no son pas marchantz que la fen; mas be y a de bons corrateys". *Archives Municipales de Bordeaux. Registres de la Jurade. Délibérations de 1414 a 1416 et de 1420 a 1422*, IV, 193-194.

¹⁴⁶¹ Só a partir de 1419 foi possível para os escoceses auxiliar a França. Walter Bower, *Scotichronicon*, ed. D. E. R. Watt, vol. VIII (Aberdeen: Aberdeen University Press, 1987), 113; O total dos efectivos enviados entre 1419 e 1424, chegou aos 16 mil. Bernard Chevalier, "Les Ecosais dans l'Armée de Charles VII jusqu'à la Bataille de Verneuil", in *Jeanne d'Arc, une époque, une rayonnement*, Paris, 1962, 88; Michael Brown, "French Alliance or English Peace? Scotland and the Last Phase of the Hundred Years War, 1415-53", in *The Fifteenth Century. Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, VII, ed. Linda Clark (Woodbridge: The

castelhanos, mesmo um ano mais tarde, quando já se tinha revelado o segredo do destino da frota portuguesa¹⁴⁶². Mesmo em 1417, as batalhas entre ingleses e franceses não registam uma participação castelhana, mas apenas franco-genovesa¹⁴⁶³.

Sobre o facto de que não terem conseguido prestar ajuda aos seus aliados franceses, lastimava-se a coroa castelhana. Em 1418, Castela decidiu retornar ao Mar do Norte¹⁴⁶⁴. Em 1419, Juan II, com o pretexto de que os hanseáticos tinham ajudado os ingleses em Harfleur, em 1416, ordenou um ataque sobre uma frota de navios alemães e flamengos¹⁴⁶⁵. Na mesma altura, os portugueses também receberam uma acção retaliadora por parte dos castelhanos. À semelhança do que tinha acontecido antes da campanha de Ceuta, por parte dos castelhanos, foi agora a sua vez de pedirem a confirmação das tréguas¹⁴⁶⁶.

A importância da empresa de Ceuta reside no facto de que a colaboração com Inglaterra nos preparativos deixou em estado de alerta as forças castelhanas. A impossibilidade de abandonarem a Península teve como consequência não terem podido ajudar aos franceses¹⁴⁶⁷. Assim sendo, a empresa de Ceuta deve ser considerada como um dos movimentos estratégicos mais importantes, que contribuiu grandemente para a vitória inglesa em Azincourt.

Boydell Press, 2007), 82-85; *Letters and Papers Illustrative of the Wars of the English in France during the Reign of Henry the Sixth*, ed. Joseph Stevenson, (London: 1861), II, pt. 1, 18-23.

¹⁴⁶² O primeiro encontro entre os ingleses e franceses ocorreu em 1416, em Harfleur. Curry, “After Agincourt, What Next?” 33. Oito carracas e 12 galés genoveses assistiam os franceses. Rose, *Medieval Naval Warfare*, 86.

¹⁴⁶³ *English Historical Documents 1327-1485*, ed. A. R. Myers (London 1969), p. 218.

¹⁴⁶⁴ Araújo, *Portugal e Castela*, 36. Segundo um acordo de Junho de 1419, Castela prometeu ajudar a França com uma frota de 40 navios com 4 mil homens de armas” Rodger, *The Safeguard of the Sea*, 144.

¹⁴⁶⁵ Dollinger, *The German Hansa*, 257.

¹⁴⁶⁶ Os portugueses chegaram em Junho de 1419. Araújo, *Portugal e Castela*, 37.

¹⁴⁶⁷ Walsingham, da detalhes da estratégia que foi realizado em 1415, mas considerada necessária três décadas antes. “... iria impedir a passagem do mar através das colunas de Hércules ... se eles queriam invadir o oceano Atlântico a fim de ajudar os franceses e os espanhóis em ataques contra a Bretanha ou Inglaterra. Se se fizesse isso, Inglaterra estaria em segurança.” *Chronica Maiora of Thomas Walsingham 1376-1422*, pp. 119-120.

Conclusões?

Chegados a este ponto, que conclusões podíamos encontrar? Vimos como se tem tradicionalmente subvalorizado a importância da Guerra dos Cem Anos para a vida económica e comercial da Europa. Vimos também como o significado desta Guerra ultrapassa o contexto anglo-francês e chega até aos cantos mais remotos da Europa do seu tempo.

Durante a Guerra dos Cem anos ocuparam o trono português seis monarcas: D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Este tempo longo permite equacionar etapas diversas no reino. No início da Guerra, Portugal constituía um reino periférico, com muito pouca projecção internacional, mas nos meados do século XV, quando a Guerra acaba, já o reino lusitano liderava a projecção europeia no mundo. Entre o início e o fim da Guerra, as relações políticas e económicas de Portugal com o resto da Europa aumentaram cada vez mais. Portugal tornou-se um desses paraísos comerciais que ajudaram o fluxo de bens e a riqueza a movimentar-se.

Uma das ideias mais importantes que tentámos demonstrar foi que, para Portugal, não existiu uma crise económica dos finais da Idade Média. Tentámos mostrar, ao mesmo tempo, que Portugal não foi o único país que escapou a essa crise. De um modo geral pode afirmar-se que foi a França e as regiões que estavam mais perto do teatro da Guerra que conheceram uma profunda crise económica. Porém, o resto do continente progrediu, embora não com o mesmo ritmo e dinâmica. Portugal foi o país que, não só liderou a expansão europeia no mundo, mas, antes disso, aquele que teve a posição chave no funcionamento das rotas comerciais desviadas pela Guerra, liderando, consequentemente, o ritmo e a dinâmica do desenvolvimento económico no continente.

Portanto, a nossa tarefa foi dupla. Primeiro demonstrar que, para Portugal, não existiu uma crise económica durante este tempo; depois, provar que esta realidade se deveu, antes de tudo, à nova conjuntura económica gerada pela Guerra dos Cem Anos e proporcionou os caminhos novos percorridos por Portugal ao ritmo da expansão.

Temos plena consciência que essa dupla hipótese precisa de muito mais espaço e labor historiográfico, do que aquele que cabe numa tese de doutoramento. Por isso, esta tese irá servir-nos mais como um ponto de partida para projectos futuros de investigação e aprofundamento, do que como ponto de chegada a uma conclusão definitiva. A nossa preocupação não foi apenas a de argumentar uma hipótese, mas, simultaneamente, sugerir algumas sólidas pistas de investigação, que apontem na direcção da melhor compreensão da história de Portugal durante estes séculos.

Fontes e Bibliografia

Fontes primarias

ANTT

Chancelarias

- *Chancelaria de D. Pedro I.*

Livro único

- *Chancelaria de D. Fernando.*

Livro 1.

- *Chancelaria de D. João I.*

Livros 1, 2, 3, 4, 5

- *Chancelaria de D. Duarte.*

Livro 2

- *Chancelaria de D. Afonso V.*

Livros, 5, 10, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 24, 35, 36, 37

Leitura Nova

- *Beira* Livro 1

- *Guadiana* Livros, 1, 3, 4

- *Além Douro*, 3, 4.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa [AHCML]

- *Livro dos Pregos*

- *Livro das Posturas Antigas*

Biblioteca Nacional, Lisboa (BNL)

Reservados, n.^o 68

The National Archives, London (TNA)

E101/128/31

SC/8/77/3827; /8/19/911

C 1/68/104; 1/75/32; /1/7/39; 1/45/140; 1/12/77; /1/9/488-491; /47/30/9/15

Obras de referencia, dicionários e guias.

Marques, Alfredo Pinheiro, *Guia de história dos descobrimentos e expansão portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.

Guia geral dos Fundos da Torre do Tombo, primeira parte: Instituições do Antigo Regime, volume I, Administração Central (1), Coordenação José Mattoso, Maria Madalena Moura Machado Garcia, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, José Mariz, IAN/TT, Lisboa 1998.

... *volume II*, Coordenação Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, António Frazão, IAN/TT, Lisboa 1999.

Arquivo Municipal de Lisboa, *Documentos Medievais. (1179-1383). Catálogo*, Câmara Municipal de Lisboa, Imprensa Municipal, 2003.

J. A. Wagner, *Encyclopedia of the Hundred Years War*, Greenwood Press, Westport, 2006.

Douglas L. Wheeler, Walter C. Opello, *Historical Dictionary of Portugal*, Scarecrow Press, Maryland, 2010, (3rd ed.)

Fontes e consultas de Internet (webgrafia)

<http://www.archive.org>

<http://www.british-history.ac.uk>

www.bl.uk.

<http://www.icmacentre.ac.uk>

<http://www.nationalarchives.gov.uk/documentsonline>

<http://www.cidehus.uevora.pt>

<http://www.ehs.org.uk>

<http://www.estherlederberg.com>

<http://pt.wikipedia.org>

Teses de Mestrado e Doutoramento

Conde, Manuel Sílvo Alves “O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes”. (Ponte Delgada: Universidade dos Açores, 1997), 2vols.

Damas, Maria Judite Calado *Os italianos em Portugal nos séculos XIII à XV*, Tese de licenciatura em História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1971.

Dick, Bryan “Framing ‘Piracy’: Restitution at Sea in the Later Middle Ages”, PHD thesis, University of Glasgow, 2010.

Farelo, Mário Sérgio da Silva *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

Fernandes, Hermenegildo Nuno Goinhas, “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja”. Dissertação de Mestrado em Hist. Medieval (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1991).

Ferreira, Cândida Florinda. *A Guerra dos Cem Anos: seus reflexos em Portugal*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para o acto de doutoramento, Lisboa, 1936.

Silva, Manuela Santos “Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média”. Dissertação de Doutoramento, (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996), 2 vols.

Vicente, Maria da Graça Antunes Silvestre, “A Covilhã: o espaço e os homens. Do foral de D Sancho I à integração do Senhorio na Casa do Infante D. Henrique (1186-1415)”. Dissertação de mestrado, Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2006, 2. Vols.

Crónicas e relatos de viagens

Anónimo. *Livro de Arautos*. Ed. A. Aires Nascimento. Lisboa 1977

Chronicon Galfridi le Baker de Swynebroke. Edited by Edward Maunde Thompson. Oxford: Clarendon Press, 1889.

Barros, João de. *Decada primeira da Asia de Ioão de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*. Lisboa: Impressa por Iorge Rodriguez, 1628.

Basin, Thomas. *Histoire de Luis XI*. Éditée et traduite Ch. Samaran e M. –C. Garand, 3 vols. Paris: Société d'édition Les Belles Lettres, 1963-1972. (1^a ed. *Histoire des règnes de Charles VII et de Louis XI*. t. 1. publ... par J. Quicherat. Paris: J. Renouard, 1855.)

Le Bouvier, Gilles. *Le livre de la description des Pays/ de Gilles le Bouvier, dit Berry, publie pour la première foi avec une introduction et des notes et suivi de l'Itinéraire Brugeois, de la Table de Velletri et de plusieurs autres documents géographiques inédits ou mal connus du XVe siècle recueillis et commentés* par E.-T. Hamy. Paris: Ernest Leroux, 1908.

Bower, Walter. *Scotichronicon*. Edited by D. E. R. Watt, vol. VIII, Books XV and XVI. Aberdeen: Aberdeen University Press, 1987.

Cadamosto, Luis de. *Viagens*, Introdução de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

Contemporary Chronicles of the Hundred Years War from the Works of Jean Le Bel, Jean Froissart and Enguerrand de Monstrelet. Translated and edited by Peter E. Thompson. London: The Folio Society, 1966.

Crónica de Portugal de 1419. Edição crítica com Introdução e Nota de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Crónica dos sete primeiros Reis de Portugal. Edição crítica Carlos da Silva Tarouca. Volume II, 2.^a ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História 2009. (1.^a ed., 1952).

Díez de Games, Gutierre. *El Victorial. Crónica de Don Pero Niño, Conde de Buelna por su alférez Gutierre Díez de Games*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1940.

Chroniques de J. Froissart. Deuxième livre, publié pour la Société de l'Histoire de France par Gaston Raynaud, tome X, 1380–1382 (depuis l'avènement de Charles VI jusqu'au commencement de la campagne de Flandre). Paris: Renouard, 1897.

Chroniques de J. Froissart. Troisième livre, publié pour la Société de l'Histoire de France par Léon Mirot, tome douzième. 1356–1388. Paris: Champion, 1931.

Duarte Nunes Leão, *Crónica dos Reis de Portugal*. Porto: Lello e Irmão, 1975

Gran Crónica de Alfonso XI. Preparada por Diego Catalán. Madrid: Gredos, 1977.

Livro das Eras. Edição de António Cruz. In *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1968, pp. 69-88.

Gesta Henrici Quinti The Deeds of Henry the Fifth. Translated from the Latin with Introduction and Notes by Frank Taylor and John S. Roskell. Oxford: Clarendon Press 1975.

Knighton's Chronicle 1377-1396. Edited and translated by G. H. Martin. Oxford: Clarendon Press, 1995.

Lopes, Fernão *Crónica de D. Pedro*. Edição de Giuliano Macchi. Roma: Ateneo, 1966.

Lopes, Fernão. *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1975. (2ª ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004).

The Nouble of Weyghtes. [latter part of the fifteenth century] MS Cotton, Vesp. E. IX ff 86-110. Editors Hubert Hall, and Frida J. Nicholas. *Select Tracts and Table Books Relating to English Weights and Measures*. Camden Third Series vol. XLI. London: Camden Society, 1929.

Popplau, Niclas Von. *Reisebeschreibung Niclas von Popplau Ritters, bürtig von Breslau*, Vorwort und Kommentar von Piotr Radzikowski. Kraków: Trans-Krak, 1998.

Chronicon Angliae, ab Anno Domini 1328 usque ad Annum 1388. Auctore Monacho quodam Sancti Albani. Edited by Edward Maunde Thompson. London: Longman; Trübner; Parker; Macmillan; 1874.

The St. Albans Chronicle. The Chronica Maiora of Thomas Walsingham, I. 1376-1394. Edited and translated by John Taylor, Wendy R. Childs and Leslie Watkiss. Oxford: Clarendon Press, 2003.

The Chronica Maiora of Thomas Walsingham 1376-1422. Translated by David Prest, with introduction and notes by James G. Clark. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

The Westminster Chronicle 1381-1394. Edited and translated by L. C. Hector and Barbara F. Harvey. Oxford: Clarendon Press, 1982.

Wright, Thomas. *Political Poems and Songs Relating to English History, Composed during the Period from the Accession of Edw. III. to that of Ric. III.* vol. II, London: Longman and Roberts, 1861.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses.* Lisboa: Academia Real das Ciências, 1972.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I.* Lisboa 1915.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique.* Introdução e notas por Torquato Sousa Soares. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978.

Fontes primarias impressas

Actas de Vereação de Loulé. Século XV. Suplemento da Revista Al'-Ulyã nº 10, 2004.

Azevedo, Pedro de. *Documentos Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

Battistini, Mario. *La confrérie de Sainte-Barbe des flammands a Florence. Documents relatifs aux tisserands et aux tapissiers*. Bruxelles: Maurice Lamertin, 1931.

The Complete Works of John Gower. Edited from the Manuscripts with Introduction, Notes and Glossaries, by G. C. Macaulay. Oxford: Clarendon Press, 1899.

The Black Book of Southampton. Edited by A. B. Wallis Chapman, Vol. I, A.D. 1388-1414. Southampton: Cox & Sharland, 1912.

The Black Book of the Admiralty with an Appendix. Edited by Sir Travers Twiss. London: Longman & Co, 1871.

Cotrugli, Benedetto. *Il libro dell'arte di mercatura*. A cura di U. Tucci. Venezia: Arsenale, 1990.

Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, vol. I (1147-1460). Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944.

Newitt, Malyn. *The Portuguesees in West Africa, 1415-1670: A Documentary History*, Cambridge University Press, 2010.

Peres, Damião. *O Livro de recebimentos de 1470 da chancelaria da câmara de Lisboa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1974.

Marques, A. H. de Oliveira (Org.). *Cortes Portuguesas. Reinado de Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa: INIC, 1982.

Marques, A. H. de Oliveira (Org.). *Cortes Portuguesas. Reinado de Fernando I (1367-1383)*, volume I (1367-1380). Lisboa: INIC, 1990.

Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis D. Afonso IV D. Pedro I. Documentos para a história da cidade de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa 1947.

Balletto, Laura, *Liber Offici Provisionis Romanie. (Genova, 1424-1428)*. Genova: Università degli Studi di Genova, 2000.

Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque generis acta publica, inter reges Angliae et alios quosvis imperatores, reges, pontifices, principes, vel communitates ab ingressu Gulielmi I. in Angliam, A.D. 1066 ad nostra usque tempora habita aut tractata. cura et studio Thomae Rymer et Roberti Sanderson. Vol. I. pars II. 1272- 1307. Londres 1816; vol. II, pars I. 1307-1327, Londres: 1818; vol. II, pars. II. 1327-1344. Londres, 1821; vol. III, pars. I, 1344-1361 Londres, 1825; vol. III, pars. II, 1361-1377, Londres, 1830.

Archives de Bretagne. Recueil d'actes, de chroniques et de documents historiques rares ou inédits, t. IV, V. Nantes: Société des bibliophiles Bretons et de l'histoire de Bretagne, 1890.

Calendar of the Close Rolls preserved in the Public Record Office. Vol. XIV, 1374-1377, London 1913.

Calendar of Letter-Books preserved among the Archives of the Corporation of the City of London at the Guildhall, edited by Reginald R. Sharpe, *Letter-Book C. 1291-1309*, London 1901; *Letter-Book G. 1352-1374*, London 1905; *Letter-Book H. 1375-1399*, London, 1907.

Calendar of the Patent Rolls Preserved in the Public Record Office, 1338-1340, London 1898; 1340-1343, London 1900; 1343-1345, London 1902; 1345-1348, London 1903; 1348-1350, London 1905; 1350-1354, London 1907; 1358-1361, London 1911; 1364-1367, London 1911; 1367-1370, London 1913; 1370-1374, London 1914; 1374-1377, London 1916; 1377-1381, London 1895; 1381-1385, London 1897; 1385-1389, London 1900; 1388-1392, London 1902; 1399-1401, London 1903; 1401-1405, London 1905; 1405-1408, London 1907; 1413-1416, London 1910; 1416-1422, London 1911; 1422-1429, London 1901.

Arthur H. Thomas and Philip E. Jones (eds.), *Calendar of Plea and Memoranda Rolls preserved among the Archives of the Corporation of the City of London at the Guildhall, A.D. 1323-1482*, 6 vols., Cambridge 1926-61.

Calendar of State Papers and Manuscripts, existing in the Archives and Collections of Milan, vol. I, edited by Allen B. Hindis. London: The Hereford Times, 1912.

Calendar of Signet Letters of Henry IV and Henry V (1399-1422), edited by J. L. Kirby. London: Her Majesty's Stationery Office, 1978.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Lisboa: INIC, 1986.

Coses Vedades, en 1381. Materiales preparados por M^a. Desamparados Cabanes Pecourt. Valencia: Ediciones Anubar, 1971.

Coses Vedades, en 1393. Materiales preparados por Ramon Ferrer Navarro, Valencia: Anubar 1975.

Coses Vedades, en 1404. Materiales preparados por Jose Hinojosa Montalvo. Valencia: Anubar, 1972.

Crónica de los estados peninsulares. Texto del siglo XIV, Estudio preliminar, edición e índices por Antonio Ubieto Arteta. Granada: Universidad de Granada, 1955.

English Historical Documents 1327-1485. Edited by A. R. Myers. London: Eyre and Spottiswoode, 1969.

Perroy, Edouard. *The Diplomatic Correspondence of Richard II*, Camden Third Series, Volume XLVIII. London 1933.

Mercaderies i diners: la correspondència datiniana entre València i Mallorca (1395-1398). Edició a cura d'Angela Orlandi. Valencia: Universitat de València, 2008.

Les Journaux du trésor de Charles IV-le-Bel, ed. J. Viard (Paris: Imprimerie Nationale, 1917)

Royal and Historical Letters during the Reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland. Edited by F. C. Hingeston, vol. I. 1399-1404. London: Longman and Roberts, 1860.

Royal and Historical Letters during the Reign of Henry the Fourth King of England and France and Lord of Ireland, edited by F. C. Hingeston, vol. II. 1405- 1413. London: Longman, Her Majesty's Stationery Office, 1965.

(Visconde de Santarem), Manuel Francisco de Barros e Sousa de Santarém, *Alguns documentos para servirem de provas a parte 2.^a das memoras para a historia, e theoria das cortes geraes que em Portugal se celebrárão pelos tres estados do reino*, Lisboa: Na impressão regia, 1828.

Santarém, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o princípio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, tomo I, Paris: J. P. Aillaud, 1842.

Santarém, Visconde de, *Corpo diplomatico portuguez. Contendo todos os tratados de paz, de alliança, de neutralidade, de trégua, de commercio, de limites, de ajustes de casamentos, de cessões de território e outras transacções entre a corôa de Portugal e as diversas potências do mundo, desde o principio da monarchia até aos nossos dias*, t. I, *Portugal e Hespanha*. Paris: J. P. Aillaud, 1846.

The Alien Communities of London in the Fifteenth Century. The Subsidy Rolls of 1440 & 1483-4. Edited by J. L. Bolton. Stamford: Richard III & Yorkist History Trust, 1998.

The Great Red Book of Bristol. Edited by E. W. W. Veale. Bristol: Bristol Record Society, 1938.

Treaty Rolls preserved in the Public Record Office. vol. I, 1234-1325. Edited by Pierre Chaplais. London: Her Majesty's Stationery Office, 1955.

Consiglio dei Dieci, Deliberazioni Miste. Registri I-II. (1310-1325). A cura di Ferruccio Zago. Venezia: Il Comitato Editore, 1962.

Archives Municipales de Bordeaux. Registres de la Jurade. Délibérations de 1414 a 1416 et de 1420 a 1422, t. IV. Bordeaux: Imprimerie G. Gounouilhou, 1883.

Orlandi, Angela (Ed.). *Mercaderies i diners: la correspondència datiniana entre València i Mallorca (1395-1398)*. València: Universitat de València, 2008.

English Medieval Diplomatic Practice. Part I. Documents and Interpretations. Edited by Pierre Chaplais. London: HM Stationery Office, 1982. 2 vols.

Margarita Tintó Sala, *Cartas del Baile general de Valencia, Joan Mercader al Rey Fernando de Antequera*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1979.

The Port Books of Southampton. Or (Anglo-French) Accounts of Robert Florys, water-bailiff and receiver of Petty-customs, A.D. 1427-1430. Transcribed and Edited by Paul Studer. Southampton: Cox & Sharland, 1913.

The Local Port Book of Southampton for 1435-36. Edited with an Introduction by Brian Foster. Southampton: At the University, 1963.

The Local Port Book of Southampton for 1439-40. Edited with an Introduction by Henry S. Cobb. Southampton: At the University, 1961.

Livro de Montaria feito por El-Rei D. João I de Portugal. Introdução, leitura e notas Manuela Mendonça. Ericeira: Mar de Letras, 2003.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Duarte. Cortes de 1436 e 1438. Lisboa: Centro de Estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

Duarte, D. *Livro dos Conselhos de el - Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa).* Edição diplomática de João Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

Duarte, D. *Leal Conselheiro.* Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

Bonenfant, Paul. “Actes concernant les rapports entre les Pays-Bas et la Grand-Bretagne de 1293 à 1468 conservés au château de Mariemont”. *Bulletin de la Commission royale d’histoire* 109, Bruxelles, (1945): 53-125.

Facsimile of First Volume of MS. Archives of the Worshipful Company of Grocers of the City of London. 1345-1463. Transcribed and translated by John Abernethy Kingdon, part. I, London 1866.

Documentos e Memórias para a História do Pôrto, II. “Vereacoens”, Anos de 1390-1395. O primeiro livro de Vereações do município do Porto existente no seu arquivo. Comentário e notas de A. de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, [1937].

Vereacoens: anos de 1401-1449: o segundo livro de Vereações do Município do Porto existente no seu arquivo. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980.

José Soares da Silva, *Collecçam dos documentos com que se autorizam as memorias para a vida del Rey D. João I*, vol. IV. Lisboa: Academia Real, 1734.

Venezia-Senato. Deliberazioni miste. Registre XVIII (1339-1340). A cura di Maria Francesca Tiepolo, Dietter Girgensohn, Gherardo Ortalli. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2004-2007. 12 vols.

Giulia Camerani Marri, *I documenti commerciali del fondo diplomatico Mediceo nell'Archivio di Stato di Firenze (1230-1492). Regesti.* Firenze: Leo S. Olschki, 1951.

Chancelarias Portuguesas D. João I. Organização e revisão de João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2004-2005. 3 vols.

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte. Edição de João Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002. 3 vols.

Ordonnances de Philippe le Hardi, de Marguerite de Male et de Jean sans Peur 1381-1419, Tome I, contenant les Ordonnances de Philippe le Hardi et de Marguerite de Male du 16 octobre 1381 ao 31 décembre 1393. Publié sous la direction de Paul Bonenfant, par John Bartier, Andrée van Nieuwenhuysen. Bruxelles, 1965.

Cartulaire de l'ancienne Estaple de Bruges, Recueil de documents concernant le commerce intérieur et maritime, les relations internationals et l'histoire économique de cette ville, par L. Gilliodts-Van Severen. Bruges: Imprimerie de Louis de Plancke, 1904.

Monumenta Henricina. Edição de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. IV, V e VI, 1960-1964.

Notai Liguri del sec. XII e del XIII, VI, Lanfranco (1202 - 1226). A cura di H. C. Krueger - R. L. Reynolds. Genova: Societa Ligure di Storia Patria, 1951. 3 vols.

Pasquale Lisciandrelli, *Trattati e negoziazioni politiche della Repubblica di Genova (958 - 1797). Regesti.* Volume I. Genova: Atti della Societa Ligure di Storia Patria, 1960.

Rotuli litterarum clausarum in Turri londinensi asservati. (RLC). 1204-24. Edited by Thomas D. Hardy. London: G. Eyre and A. Spottiswoode, 1833.

Estudos

Abel, Wilhelm, *Agricultural Fluctuations in Europe. From the Thirteenth to the Twentieth Centuries*. London: Routledge, 2006. (1.^a ed. em alemão, 1966).

Abel, Wilhelm. *Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters*. Stuttgart: G. Fischer. 1955.

Abel, Wilhelm. *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècle)*. Paris: Flammarion, 1973.

Abulafia, David. *A Mediterranean Emporium. The Catalan Kingdom of Majorca*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Abulafia, David. "Catalan Merchants and the Western Mediterranean, 1236-1300: Studies in the Notarial Acts of Barcelona and Sicily," *Viator* 16, (1985): 209-242.

Abulafia, David. "The Problem of the Kingdom of Majorca (1229/76-1343). 2. Economic Identity." *Mediterranean Historical Review* 6/ 1 (June 1991): 35-61.

Alban, J. R. e C.T. Allmand. "Spies and Spying in the Fourteenth Century." In *War, Literature, and Politics in the Late Middle Ages. Essays in honour of G. W. Coopland*. Edited by C. T. Allmand, 73-101. Liverpool: Liverpool University Press, 1976.

Albuquerque, Luís de. "As "teorias" explicativas dos descobrimentos portugueses." In *Idem, Dúvidas e certezas na história dos Descobrimentos Portugueses*, 51-56. Lisboa: Vega, 1990.

Albuquerque, Luís de. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, 3^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

Allmand, Cristopher. *La guerra de los Cien Años. Inglaterra y Francia en Guerra, c. 1300-c. 1450*, trad. Castelhana. Barcelona: Crítica, 1990.

Allmand, C. T. *Lancastrian Normandy 1415-1450. The History of a Medieval Occupation*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

Álvarez Palenzuela, Vicente Ángel. "Objetivos y proyectos en las relaciones castellano-portuguesas." In *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*, II, M.^a Dirigida por Isabel del Valdivieso e Pascual Martínez Sopena, 447-477. Universidad de Valladolid, 2009.

Álvarez Palenzuela, Vicente Ángel. "Relations between Portugal and Castile in the Late Middle Ages – 13th-16th centuries." *e-Journal of Portuguese History*, 1/1, (2003): 1-18.

Ammann, Hektor. “Deutschland und die Tuchindustrie Nordwesteuropas im Mittelälter.” *Hansisches Geschichtsblätter* 72 (1954): 1-63.

Anderson, Adam. *An Historical and Chronological Deduction of the Origin of Commerce, from the earliest Accounts containing an History of the Great Commercial Interests of the British Empire to which is prefixed an Introduction exhibiting a View of the Ancient and Modern State of Europe; of the Importance of our Colonies; and of the Commerce, Shipping, Manufacturers, Fisheries, &c. of Great-Britain and Ireland; and their Infuence on the Landed Interest with an Appendix*. I. London 1787.

Andrade, Amélia Aguiar. “Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: uma relação de amor e ódio.” In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in Memoriam*. Volume I, 77-91. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

Andrade, Amélia Aguiar. *Um espaço medieval: Ponte de Lima*. Horizonte, Lisboa 1990.

Answaarden, Robert van. *Les portugais devant le grand conseil des Pays-Bas (1460-1580)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1991.

Araújo, Julieta Maria Aires de Almeida, *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

Armitage-Smith, Sydney, *John of Gaunt King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster, Earl of Derby Lincoln and Leicester, Seneschal of England*, Westminster: Archibald Constable, 1904.

Arnaut, Salvador Días, *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*. Coimbra 1960.

Arribas Palau, Antonio. *La conquista de Cerdeña por Jaime II de Aragón*. Barcelona: Instituto Español de Estudios Mediterráneos, 1952.

Ashton, Margaret. *O século XV*. Lisboa: Verbo, 1968. Aston, Margaret. *The Fifteenth Century: The Prospect of Europe*. London: Thames and Hudson Ltd, 1968.

Ashtor, Eliyahu. “L’exportation des textiles occidentaux dans le Proche Orient musulman au bas Moyen Age, (1370-1571).” In *Studi in memoria di Federigo Melis*. A cura di Luigi de Rosa, 303-377. Napoli: Giannini Editore, 1978,.

Ashtor, Eliyahu, "Observations on Venetian Trade in the Levant in the XIVth Century", *Journal of European Economic History* 5 (1976): 533-586.

Ashtor, Eliyahu, "Il volume del commercio levantino di Genova nel secondo Trecento." In *Saggi e documenti I*. A cura di Geo Pistarino, 391-432. Genoa: Civico Istituto Colombiano, 1978.

Asole, A. Terrosu. *L'insediamento umano medioevale e i centri abbandonati tra il secolo XIV ed il secolo XVII*, suppl. ao fasc. II do *Atlante della Sardegna*, Roma, 1974.

Ayton, Andrew. "The Battle of Crécy: Context and Significance." In Andrew Ayton and Sir Philip Preston, 1-34. *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge: The Boydell Press, 2005.

Azevedo, Pedro A. d'. "As ilhas perdidas", *Arquivo Historico Portuguez*, Vol. I (1903).

Azevedo, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico. Esboços de história*. 3.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1973.

Backman, Clifford R. *The Worlds of Medieval Europe*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2003.

Bairoch, Paul. "Estimations de revenue national dans les societies occidentales durant les périodes pré-industrielles et le XIX^e siècle: propositions d'approches indirectes." *Revue Economique* 28, no.2 (1977): 177-208.

Baker, J. N. L., *Medieval Trade Routes*. London: G. Bell and Sons, 1938.

Balard, Michel, *La Romanie génoise. (XII^e - début du XV^e siècle)*. Rome : École Française de Rome, 1978.

Baletto, Laura. "La colonisation orientale dans les «Annales» génoises de Giorgio Stella." In *Le Partage du Monde*. 35-48. Paris : Publications de la Sorbonne, 1998.

Ballesteros Beretta, Antonio, *Alfonso X El Sabio*. Barcelona: Salvat Editores, 1963.

Barata, Filipe Themudo, "Portugal and the Mediterranean trade: A Prelude to the discovery of the "new world." *Al-Masaq* 17, 2 (2005): 205-219.

Barata, Filipe Themudo. “Mercadores, mercados e investimentos comerciais luso-aragonesas na primeira metade do século XV.” In *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época* (Porto, 1988), vol. III, 161-176. Porto: Universidade do Porto - CNCDP, 1989.

Barata, Filipe Themudo, *Comércio e navegação de Portugal com o Levante Peninsular, (1280-1415). Subsídios para a história do comércio externo português medieval*. Évora: Universidade de Évora, 1987.

Barata, Filipe Themudo, *Navegação, Comercio e Relações Políticas : os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385 – 1464)*. Lisboa: Calouste Gulbenkian- JNICT, 1998.

Baratier, Édouard. *La démographie Provençale du XIII^e au XVI^e siècle. Avec chiffres de comparaison pour le XVIII^e siècle*. Paris: SEVPEN, 1961.

Barbosa, Pedro Gomes. *Lisboa- O Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*. Lisboa: Colibri, 1995.

Baron, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton University Press, 1966

Barracough, G., *The Origins of Modern Germany*. London: Basil Blackwell, 1988. (1st ed. 1946).

Barros, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954.

Baschet, Armand. *Histoire de la chancellerie secrete. Le Sénat, le cabinet des ministres, le conseil des dix et les inquisiteurs d'état dans leurs rapports avec la France*. Paris: Henri Plon, 1870.

Basso, Enrico, *Genova: un imperio sul mare*. Cagliari: CNR, 1994.

Basso, Enrico. “De Boucicault à Francisco Sforza. Persistance et changements dans la politique orientale dès seigneurs étrangers de Gênes au XV^e siècle.” In *Le Partage du Monde*, pp. 63-70.

Basso, Enrico. “La Corona d’Aragona e la dominazione viscontea su Génova (1421-1435).” In *XIV Congreso de la Historia de la Corona de Aragón*, vol. III, pp. 123-135

Bastos, Mário Jorge da Motta, *O poder nos tempos da peste (Portugal-séculos XIV/XVI)*. Niterói: EdUFF, 2009.

Bautier, Robert-Henri, “Les foires de Champagne, recherches sur une evolution historique.” In *La Foire. Recueils de la Société Jean Bodin*. (Bruxelles) 1953: 97-148.

Bautier, Robert-Henri, “L’or et l’argent en occident de la fin du XIII^e siècle au début du XIV^e siècle.” In Académie des Inscriptions et Belles Lettres. Comptes rendus des séances. Paris, 1951, pp. 169-174.

Bautier, Robert-Henri. “Les grands problemes politiques et economiques de la Mediterranee médiévale.” *Revue Historique* 234 (1965): 1-28.

Bautier, Robert-Henri. “Les relations commerciales entre l’Europe et l’Afrique do Nord et l’équilibre économique méditerranéen du XIII^e au XIV^e siècle.” *Bulletin philologique et historique* (1953-1954): 399-416.

Bautier, Robert-Henri, “Les marchands et banquiers de Plaisance dans l’économie internationale du XII^e au XV^e siècle.” In *Il “Registrum magnum” del Comune di Paicenza : Atti del Convegno Internazionale di Studio (Piacenza, 1985)*, Piacenza 1987, pp. 182-237.

Beardwood, Alice, *Allien Merchants in England, 1350 to 1377. Their Legal and Economic Position*. Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America, 1931.

Beaucourt, Gaston du Fresne de. *Histoire de Charles VII*. Paris, 1881-1891. 6 vols.

Beirante, Maria Ángela. “Ceuta nas Ordenações afonsinas.” In *Ceuta Hispano-portuguesa*, ed. Alberto Baeza Herrazti, 87-200. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993.

Belgrano, Luigi Tomasso. “Documenti e Genealogia dei Pessagno genovesi ammiragli del Portogallo”, *Atti della Società Ligure di storia patria* 15 (1881): 241-295.

Bernard, Jacques, *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400- vers 1550)*. Paris: SEVPEN 1968.

Bernard, Jacques, “Trade and Finance in the Middle Ages 900-1500.” In *The Fontana Economic History of Europe*. Volume I. *The Middle Ages*. Edited by Carlo M. Cipolla, 274-337. New York: Harvester Press/ Barnes & Noble, 1976.

Bigwood, G. “Un marché de matières premières: laines d’Angleterre et marchands italiens vers la fin du XIII^e siècle.” *Annales d’Histoire Economique et Sociale* 2 (1930): 193-211.

Birmingham, David, *A Concise History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Birot, Pierre. *Portugal. Estudo de geografia regional*. 2.^a edição. Lisboa: Horizonte, 2004.

Bisson, Thomas N. *The Medieval Crown of Aragon. A Short History*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

Bjork, D. J. “The Peace of Stralsund, 1370”, *Speculum* 7 (1932): 447-476.

Black, Jeremy, *Convergence or Divergence? Britain and the Continent*. Basingstoke and London: Macmillan, 1994.

Blockmans, Wim, “The Economic Expansion of Holland and Zeeland in the Fourteenth-Sixteenth Centuries.” In *Studia Historica Oecumenica. Liber Amicorum Herman Van der Wee*. Editores Erik Aerts, Brigitte Henau, Paul Janssens, Raymond van Uytén. 41-58. Leuven: Leuven University Press, 1993.

Blomme, Jan, “Application of the System of National Accounts to a Pre-industrial Economy: An Evaluation of the Different Approaches”, in *Studia Historica Œconomica. Liber Alumnorum Herman Van Der Wee*. Edited by Erik Aerts, et alii., 59-70. Leuven: Universitaire Pers Leuven, 1993.

Bofarull y Broca, Antonio de. *Historia critica, (civil e eclesiastica) de Cataluña*. Tomo V. Barcelona: Juan Aleu y Fugarull, 1877

Bofarull y Mascaró, Próspero de. *Los Condes de Barcelona vindicados. Cronología y genealogía de los Reyes de España considerados como soberanos independientes de su marca*, II. Barcelona, 1836.

Bois, Guy, *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale, au debut du XIV^e siècle au milieu du XVI^e siècle*. Paris: Presses de FNSP/ Éd. de l’EHESS, 1976.

Bois, Guy, *La gran depresión medieval. Siglos XIV-XV. El precedente de una crisis sistémica*, Valencia: Universitat de València, 2001.

Boissellier, Stéphane, *Le peuplement medieval dans le sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII^e – XV^e siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Bolton, J L, *The Medieval English Economy 1150-1500*. London e Totowa, NJ: J M Dent & Sons, Rowman & Littlefield, 1980.

Boscolo, Alberto e Francesco Giunta. *Saggi sull'età colombiana*. Milano: Cisalpino-Goliardica, 1982.

Boscolo, Alberto. *I Parlamenti di Alfonso il Magnânimo*. Milano: A. Giuffrè, 1953.

Botão, Maria de Fátima. “Um contributo para o estudo das finanças urbanas na Idade Média.” In *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pp. 113-120.

Bourquelot, Louis Félix, *Études sur les foires de Champagne, sur la nature, l'étendue et les règles du commerce qui s'y faisait aux XII^e, XIII^e et XIV^e siècles*. Paris: Imprimerie Impériale, 1865.

Bourin, Monique, Carocci, Sandro, Menant, François, Figueras, Lluís To, “Les campagnes de Méditerranée occidentale autour de 1300: tensions destructrices, tensions novatrices.” *Annales. Histoire, Sciences sociales*, 66^e année, n° 3 (2011): 663-704.

Boutruche, Robert. *La crise d'une société. Seigneurs et paysans du Bordelais pendant la Guerre de Cent Ans*. Paris: Les Belles Lettres, 1947.

Boutruche, Robert. “The Devastation of Rural Areas during the Hundred Years War and the Agricultural Recovery of France.” In *The Recovery of France in the Fifteenth Century*. Edited by P. S. Lewis. London: Macmillan, 1971.

Bovill, E. W. *The Golden Trade of the Moors*. London: Oxford University Press, 1968.

Boxer, Charles Ralph. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succint Survey*. University of California Press, 1969.

Boxer, Charles, *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, New York: Knoff, 1969. (trad. port. O Império Colonial Português, Lisboa: Edições 70, 1977).

Bradford, Sarah, *Portugal*. London: Thames and Hudson, 1973.

Braudel, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1966.

Brazão, Eduardo, *Uma velha aliança*. Lisboa: APH, 1955.

Broodbank, Joseph G., *History of the Port of London*, vol. I. London: Daniel O' Connor, 1921.

Brown, Michael, "French Alliance or English Peace? Scotland and the Last Phase of the Hundred Years War, 1415-53." In *The Fifteenth Century. Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, vol. VII. edited by Linda Clark. 81-99. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

Bridbury, A.R. *Economic Growth: England in the later Middle Ages*. Brighton: The Harvester Press, 1975 (1st ed. London 1962).

Bridbury, A.R. "The Hundred Years War: Costs and Profits." In *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England, Essays presented to F. J. Fisher*, edited by D. C. Coleman and A. H. John. 80-95. London: Weidenfield and Nicolson, 1976.

Brucker, Gene, *Renaissance Florence*. New York: John Wiley and Sons, 1969.

Boulay, F. R. H. Du. *An Age of Ambition. English Society in the Late Middle Ages*. London: Nelson, 1970.

Burne, Alfred H., *The Agincourt War. A Military History of the Latter Part of the Hundred Years from 1369 to 1453*. London: Eyre and Spottiswoode, 1956.

Bussche, E. Van Den, *Flandre et Portugal. Relations qui Existerent Autrefois entre les Flamands et les Portugais*. Bruges, 1872.

Butaud, Germain, "Nice au Moyen-Age." In *Nice et son Comté, 1200-1500. (Témoignages et mémoires)*, ed. Hervé Barelli. 19-64. Nice: Mémoires millénaires editions, 2010.

Buzzatti, Giulio Cesare. "Relations diplomatiques entre l'Angleterre et Venise au XIV^e siècle." *Revue de Droit international et de législation compare*, 16, (1884): 592-4.

Cabanes Pecourt, Maria Desamparados. "*Avehinaments*" (*Valencia, s. XIV*). Valencia: Acció Bibliogràfica Valenciana, 2000.

Cabezuelo Pliego, José Vicente. "Diplomacia y Guerra en el Mediterráneo Medieval. La Liga Véneto-Aragonesa contra Génova de 1351." *Anuario de Estudios Medievales* 36/1 (2006): 253-294.

Caetano, Marcelo, *A administração municipal de Lisboa durante a 1.^a dinastia (1179-1383)*, Lisboa: Horizonte, 1990.

Campbell, Bruce M. S. "Nature as historical protagonist", *Tawney Memorial Lecture*, 2008: <http://www.ehs.org.uk>; 20.11.2011

Campbell, Bruce M. S. "Physical shocks, biological hazards, and human impacts: The crisis of the fourteenth century revisited." In *Le interazioni fra economia e ambiente biologico nell'Europa preindustriale, secc. XIII-XVIII*. Edited by S. Cavaciocchi, 13-32. Firenze: University Press, 2010.

Canestrini, Giuseppe. "Intorno alle relazioni commerciali de' fiorentini co' portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza." *Archivio storico italiano* 3 (1846): 94-110.

Cantor, Norman F. *The civilization of the Middle Ages. A Completely Revised and Expanded Edition of Medieval History. The Life and Death of a Civilization*. New York: Harper Collins, 1994 (1st 1963).

Carile, Antonio. "Partitio terrarum imperii Romanie." *Studi Veneziani* 7 (1965) : 125-305.

Capmany y de Monpalau, Antonio. *Memorias Históricas sobre la marina, comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona*. Barcelona: Cámara Oficial de Comercio y Navegación de Barcelona, 1961. (1st ed. Madrid: Imprenta de António de Sancha, 1786-1794)

Cariñena Balaguer, Rafael, Andrés Díaz Borrás. "Las reclamaciones por actos piráticos entre Valencia y Ceuta a mediados del siglo XV (1438-1441)". In *Ceuta Hispano-portuguesa*, ed. Alberto Baeza Herrazti, 123-143. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1993.

Carita, Rui, *História da Madeira (1420-1560). Povoamento e produção açucareira*. Funchal: Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1989.

Carpenter, Christine. "War, Government and Governance in England in the Later Middle Ages." In *The Fifteenth Century, Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, vol. VII, ed. Linda Clark. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

Carpentier, Élisabeth. “Autour de la Peste Noire: famines et épidémies dans l’histoire du XIV^e siècle.” in *Annales ESC* 17 (1962): 1062-1092.

Carrère, Claude. “Marseille, Aigues-Mortes, Barcelone, et la compétition en Méditerranée occidentale au XIII^e siècle.” In *Actas del I Congreso Internacional de Historia Mediterránea, La Península Ibérica y el Mediterráneo centro-occidental (siglos XII-XV)*. Barcelona: CSIC, 1980, pp. 161-171.

Carrère, Claude. *Protectionisme industriel et peuplement a Valence en 1343*, in *VIII Congreso de Historia de la Corona de Aragón*, t. II, vol. I. Valencia, 1969, pp. 210-217.

Carrère, Claude. *Barcelone. Centre économique à l’époque des difficultés. 1380-1462*. Paris, La Haye: Mouton&Co, 1967. 2 vols.

Cartellieri, Otto, *The Court of Burgundy. Studies in the History of Civilization*. London and New York: Kegan Paul, Trench, Trubner, 1929.

Carter, F. W. “The Commerce of the Dubrovnik Republic, 1500-1700.” *The Economic History Review* 24, no. 1 (1971): 370-394.

Carter, F. W. *Trade and Urban Development in Poland: An Economic Geography of Cracow, from its origins to 1795*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Carus-Wilson, E. M. Olive Coleman, *England’s Export Trade, 1257-1547*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

Carus-Wilson, E. M. ‘The Overseas Trade of Bristol.’ In *Studies in English Trade in the Fifteenth Century*. Edited Eileen Power and M.M. Postan, 201-214. London, 1933; También *Medieval Merchant Venturers*, Collected Studies. London: Methuen, 1954, pp. 1-97.

Carvalho, Vicente Antonio Esteves de, *Observações historicas e criticas sobre a nossa legislação agraria chamada communmente das Sesmarias*. Lisboa: Impressão Regia, 1815.

Casado, Hilario, “Existió la crisis del siglo XIV? Consideraciones a partir de los datos de la contabilidad de la catedral de Burgos.” In *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al profesor Julio Valdeón*, eds. María Isabel del Val Valdivieso e Pascual Martínez Sopena. Vol. III. 9-25. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2009.

Castelnuovo, Guido. "Les Alpes et leurs dangers." In *Le calamità ambientali nel tardo medioevo europeo: realtà, percezioni, reazioni*. Coloquio internazionale, San Miniato. A cura di M. Matheus, G. Piccinni, G. Pinto, G. M. Varanini, 299-317. Firenze: Firenze University Press, 2010.

Castro, Armando, *Portugal na Europa do seu tempo: história socio-económica medieval comparada*. Lisboa: Seara Nova, 1977. (1.^a ed. Lisboa: Seara Nova, 1970)

Castro, Filipe Vieira de. *Pepper Wreck. A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*, Texas: A&M University Press, 2005.

Casula, Francesco Cesare. *Profile storico della Sardegna catalano-aragonese*. Cagliari: CNR, 1982.

Ceccarelli, Giovanni. "Stime senza probabilità. Assicurazione e rischio nella Firenze rinascimentale." *Quaderni storici* 135, n. 3 (2010): 651-701.

Chaplais, Pierre. *The War of Saint-Sardos (1323-1325). Gascon Correspondence and Diplomatic Documents*. Camden 3rd ser, lxxxvii. London: Royal Historical Society, 1954.

Chaplais, Pierre. *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. London and New York: Hambledon and London, 2003.

Chaplais, Pierre. "Master John de Branketre and the Office of Notary in Chancery, 1355-1375." *Journal of the Society of Archivists*, 4, no. 3 (1971): 169-199.

Chaunu, Pierre et Richard Gascon. *Histoire économique et sociale de la France. Tome I: de 1450 à 1660*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.

Chaunu, Pierre. *L'expansion européenne du XIII^e au XV^e siècle*. Paris : PUF, 1969.

Chaunu, Pierre. *Les routes espagnoles de l'Atlantique*, in *Noveno Coloquio Internacional de Historia Marítima*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1969.

Childs, Wendy R. "Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century." In *The Age of Richard II*, ed. James L. Gillespie, 27-49. Stroud and New York: St. Martin's Press, 1997.

Childs, Wendy R. *Anglo-Castilian trade in the later Middle Ages*. Manchester: Manchester University Press, 1978.

Childs, Wendy R. "Irish merchants and seamen in late medieval England." *Irish Historical Studies* 32, no. 125 (May 2000): 22-43.

Childs, Wendy R. "Cloth of Gold and Gold Thread: Luxury Imports to England in the Fourteenth Century." In *War, Government and Aristocracy in the British Isles, c. 1150-1500. Essays in Honour of Michael Prestwich*, edited by Chris Given-Wilson, Ann Kettle, Len Scales, 267-285. The Boydell Press, Woodbridge 2008.

Childs, Wendy R. *The Trade and Shipping of Hull. 1300-1500*. Beverley UK: East Yorkshire Local History Society, 1990.

Childs, Wendy R. "Anglo-Portuguese Trade in the Fifteenth Century." *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, 2 (1992): 196-219.

Cipolla, Carlo M. *Between History and Economics. An Introduction to Economic History*. Translated from Italian by Christopher Woodall. Blackwell, 1991.

Cipolla, Carlo M. *Before the Industrial Revolution. European Society and Economy, 1000-1700*. London: Routledge, 1993. (1st ed English, Methuen, 1976).

Claster, Jill N. *The Medieval Experience: 300-1400*. New York and London: New York University Press, 1982.

Coelho, Maria Helena da Cruz. *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. 2 vols.

Coelho, Maria Helena da Cruz. *Ócio e negócio*. Coimbra: Inatel, 1998.

Cohn, Samuel. "Florentine Insurrections, 1342-1385, in Comparative Perspective." In *Past and Present Society Conference, "The English Rising of 1381"*, 143-164. London: Past and Present Society, 1981.

Cohn, Samuel K. *Creating the Florentine State. Peasants and Rebellion, 1348-1434*. Cambridge: University Press, 1999.

Coleman, Joyce. "Philippa of Lancaster, Queen of Portugal- and Patron of the Gower Translations?" In *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century. Cultural, Literary, and Political Exchanges*, edited by María Bullón-Fernández, 135-165. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

Comet, Georges. "Montagnes médiévales, qu'est-c'e à dire?" In *Montagnes médiévales*, XXIV^e Congrès de la SHMES, 9-20 Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.

Contamine, Philippe. "La guerre de Cent ans en France: une approche économique." *Bulletin of the Institute of Historical Research* 47 (1974): 125-149.

Contamine, Philippe. "Une interpolation de la "Chronique Martinienne": le "Brevis Tractatus" d'Etienne de Conty, official de Corbie († 1413)." *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 87 (1980): 367-386.

Conti, Simonetta. "Aspetti storico-geografici degli insediamenti italiani in Andalusia." In *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*. Atti del secondo convegno, Roma, 25-27 Maggio 1984. A cura di Alberto Boscolo e Bibiano Torres, 116-123. Bologna: Capelli, 1986.

Coornaert, Emile. «Draperies rurales, draperies urbaines. L'évolution de l'industrie flamande au Moyen Age et au XVI siècle.» *Belgische tijdschrift voor filologie en gescheidenis/Revue belge de philologie et d'histoire* 28 (1950): 60-96.

Cortêsão, Jaime *Obras Completas*. I. Lisboa: Portugália, 1964.

Cortêsão, Armando. *Esparsos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1975.

Costa, Marisa. "Os ourives na Lisboa de Quatrocentos." In *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade*, 288-314. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, e Susana Munch Miranda. *História Económica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.

Coulet, Noël. "La desolation des églises de Provence, à la fin du Moyen Age." *Provence Historique* 6 (1956): 34-52 e 123-141.

Coulet, Noël. *Affaires d'argent et affaires de famille en Haute Provence au XIV^e siècle. Le dossier du process de Sybille de Cabris contre Matteo Villani et la compagnie des Buonaccorsi (Archivio di Stato di Firenze, Mercanzia, 14143)*. Rome: École Française de Rome, 1992.

Crouzet-Pavan, Elisabeth. *Triumphant Venice. The Horizons of a Myth*, (transl. Lydia G. Cochrane). Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 2002.

Crumlin-Pedersen, Ole. "To be or not to be a cog: the Bremen Cog in perspective", *The International Journal of Nautical Archaeology* 29/2 (2000): 230–246

Curry, Anne. "France and the Hundred Years War, 1337-1453." In *The Short Oxford History of France: France in the Later Middle Ages 1200-1500*. Edited by David Potter, 90-116. Oxford University Press, 2002.

Curry, Anne. *The Battle of Agincourt. Sources and Interpretations*. Woodbridge: The Boydell Press, 2000.

Curry, Anne. "After Agincourt, What Next? Henry V and the Campaign of 1416." In *The Fifteenth Century. Conflicts, Consequences and the Crown in the Late Middle Ages*, vol. VII. Edited by Linda Clark, 23-51. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

Curry, Anne. *Agincourt: A New History*. Stroud: Tempus, 2005.

Cuttino, G. P. *English Medieval Diplomacy*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

Dallaway, James. *Antiquities of Bristow in the middle centuries: including the topography by William Wyrcestre, and the life of William Canynges*. Bristol: Mirror Office, 1834.

Daumet, Georges. *Étude sur l'Alliance de la France et de la Castille au XIV^e et au XV^e siècles*. Paris: Librairie Émile Bouillon, 1898.

Davidsohn, Robert. *Storia di Firenze*. Firenze: Sansoni, 1960-1965.

Davis, Ralph. *The Rise of the Atlantic Economies*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1977.

Davis, Ralph. "The Rise of Antwerp and its English Connection, 1406-1510." In *Trade, Government and Economy in Pre-Industrial England, Essays presented to F. J. Fisher*. Edited by D. C. Coleman and A. H. John, 2-20. London: Weidenfield and Nicolson, 1976.

Day, John. *Monnaies et marchés au Moyen Âge*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France, 1994.

Day, John. "Malthus démenti? Sous-peuplement chronique et calamités démographiques en Sardaigne au Bas Moyen Age." *Annales ESC* 4 (1975): 684-697.

Day, John. *Money and Finance in the Age of Merchant Capitalism*. Oxford: Blackwell, 1999.

Day, John. *Villaggi abbandonati in Sardegna dal trecento al settecento: inventario*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1973.

De Boer, D.E.H. “Op weg naar volwassenheid”. De ontwikkeling van produktie en consumptie in de Hollandse en Zeeuwse steden in de dertiende eeuw.” In *De Hollandse stad in de dertiende eeuw* ed. E.H.P. Cordfunke, F.W.N. Hugenholtz e Kl. Sierksma, 28-43. Zutphen, 1988.

Delumeau, Jean. *La peur en Occident. XIV^e-XV^e siècles, Une cité assiégée*. Paris: Fayard, 1978.

Denifle, Henri. *La désolation des églises, monasteries & hopitaux en France pendant la guerre de Cent ans*. Paris, 1897. 3 vols.

Denucé, Jean. “Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Alemands (XV^e et XVI^e siècle).” *Archivo Historico Portuguez* 7 (1909): 310 e ss e 377.

Déprez, Eugène. *Les préliminaires de la guerre de cent ans: La papauté, la France et l'Angleterre (1328-1342)*. Paris: Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 1902.

Deroisy, Armand. “Les routes terrestres des laines anglaises vers la Lombardie.” *Revue du Nord* 25 (1939): 40-60.

DeSoignie, Raphael R. “The Fairs of Nîmes: Evidence on Their Function, Importance, and Demise.” In *Order and Innovation in the Middle Ages, Essays in Honor of Joseph R. Strayer*. Edited by William C. Jordan, Bruce McNab, Teofilo F. Ruiz, 195-205. New Jersey: Princeton University Press, 1976.

Diago, Francisco. *Anales del Reyno de València, tomo primero que corre desde su población después del Diluvio, hasta la muerte del Rey Don Iayme el Conquistador*. Valencia, 1613.

Díaz Borrás, Andrés, José Trenchs Odena. “Piratería y dret portugués: el ocaso lusitano en Valencia durante la transición del Mediterráneo al Atlántico.” In *Bartolomeu Dias e a sua época*, Actas do Congresso Internacional. Volume III, 406-425.

Ditchburn, David, Simon Maclean, Angus Mackay. (Eds.). *Atlas of Medieval Europe*. London and New York: Routledge, 2007.

Dickinson, Joycelyne Gledhill. *The Congress of Arras: 1435. A Study in Medieval Diplomacy*. Oxford: Clarendon Press, 1955.

Diehl, Charles. *La république de Venise*. Paris: Flammarion, 1967.

Diffie, Bailey W. e George D. Winius. *Foundations of the Portuguese Empire 1415-1580. Europe and the World in the Age of Expansion*. Mineapolis: University of Minnessota Press, 1977. 2 vols.

Diffie, Bailey W. *Prelude to Empire. Portugal Overseas before Henry the Navigator*. University of Nebraska Press, 1960.

Dobson, Barrie. "Urban Europe." In *The New Cambridge Medieval History*, vol.VII c. 1415-c.1500. Edited by Cristopher Allmand, 121-143. Cambridge University Press, 1998.

Dobson, R. B. "Aliens in the City of York during the 15th Century." In *England and the Continent in the Middle Ages: Studies in Memory of Andrew Martindale, Proceedings of the 1996 Harlaxton Symposium*. Edited by John Mitchell, 249-266. Donington: Shaun Tyas, 2000.

Dodds, Ben. "Patterns of decline: arable production in England, France and Castile, 1370-1450." In *Agriculture and Rural Society after the Black Death. Common Themes and Regional Variations*. Edited by Ben Dodds, and Richard Britnell, 113-131. University of Hertfordshire Press, 2008.

Doehaerd, Renée. *Les relations commerciales entre Genes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génois aux XIII^e et XIV^e siècles*, vol. III. Bruxelles, Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1941, 3 vols.

Doehaerd, Renée. *L'Expansion Economique Belge au Moyen Age*. Bruxelles: La Renaissance du Livre, 1946.

Doehaerd, Renée. *Études anversoises. Documents sur le Commerce International à Anvers. 1488-1514*. Paris: SEVPEN, 1963. 3 vols.

Doehaerd, Renée. "Les galères génoises dans la Manche et la Mer du Nord à la fin du XIIIe et au debut du XIVe siècle". *Bulletin de l'Institut historique belge de Rome* (19): 5-76.

Dollinger, Philippe. *The German Hansa*. Translated and edited by D. S. Ault and S. H. Steinberg. London and Basingstoke: Macmillan, 1970.

Doren, Alfred. *Storia economica dell'Italia nel medioevo*. Bologna: Forni, 1965. (1st ed. Padova: Cedam, 1936.

Dotan, Yossi. *Watercraft in world coins*. Eastbourne, UK: Alpha Press, 2007.

Doubleday, Simon R. *The Lara Family. Crown and Nobility in Medieval Spain*. Cambridge MA, London: Harvard University Press, 2001.

Dowd, Douglas F. "The Economic Expansion of Lombardy, 1300-1500. A Study in Political Stimuli to Economic Change" *The Journal of Economic History* 21 (1961): 143-160.

Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte. Requiem por um rei triste*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2007.

Duarte, Luis Miguel. "Regresso a Ceuta." In *Portogallo mediterraneo*. Cagliari: CNR, 2001.

Duarte, Luis Miguel e Luis Amaral, "Os homens que pagaram a Rua Nova: ficalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista." *Revista de História* 6 (Porto: 1985): 7-96.

Ducellier, Alain. *La façade maritime de l'Albanie au moyen âge. Durazzo et Valona du XIe au XVe siècle*. Thessaloniki : Institute of Balkan Studies, 1981.

Dufourcq, Ch-., J. Gautier-Dalché. *Historia economica y social de la Espana cristiana en la Edad Media*. Barcelona: Ediciones El Albir, 1983.

Dufourcq, Charles-E. "Les relations de la Péninsule Ibérique et de l'Afrique du Nord au XIVE siècle." *AEM* 7 (1970-1971): 39-65.

Doumerc, Bernard. "La politique des "Rois-marchands" au XV^e siècle: l'enjeu des Flandres." In *La "France anglaise" au Moyen Age*, Actes du Congrès National des Sociétés Savantes, Vol. 111. Paris: C.T.H.S, 1988, pp. 61-71.

Du Boulay, F.R.H. *Germany in the Later Middle Ages*, New York: St.Martin's Press, 1983.

Echevarria-Arsuaga, Ana. "The Queen and the Master: Catalina of Lancaster." In *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*. Edited by Theresa Earenfight, 91-105. Aldershot: Ashgate, 2005.

Eiden, Herbert, Franz, Irsingler. "Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later middle ages." In *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c. 1300-1600*. Edited by James A Galloway. London: Institute of Historical Research, 2000.

Elbl, Martin Malcolm. "The Portuguese Caravel and European Shipbuilding: Phases of Development and Diversity" *Revista da Universidade de Coimbra* 33 (1985): 543-572.

Elliot, J. H. *La España imperial, 1469-1716*. Barcelona: Vicens Vives, 1986. (1st ed. London, 1964)

Endres, Rudolf. "Nürnberg in de Frühneuzeit." In *Europäische Städte im Zeitalter des Barock: Gestalt, Kultur, Sozialgefüge*, ed. Kersten Krüger, 141-67. Köln, Wien: Böhlau 1988.

Epstein, Steven A. *An Economic and Social History of Later Medieval Europe, 1000-1500*. Cambridge University Press, 2009.

Epstein, Steven A. *Genoa and the Genoese (958-1528)*. Chapel Hill, N.C., and London: The University of North Carolina Press, 1996.

Epstein, S. R. "The late medieval crisis as an integration crisis." In *Early modern capitalism: Economic and Social Change in Europe 1400-1800*. Directed by. M. Prak, 25-50. London: Routledge, 2001.

Erdmann, Carl. *A idea de cruzada em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1940.

Faria, Tiago Viúla de, Flávio Miranda. "Pur bone alliance et amiste faire". Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média." *CEM, Espaço, Cultura e Memória* 1 (2001-2003): 109-127.

Farinha, António Dias. "A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI (I)." In *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1986. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989, pp. 360-369.

Favier, Jean. *Gold and Spices. The Rise of Commerce in the Middle Ages*. Transl. from French Caroline Higgit. New York, London: Holmes & Meier, 1998.

Ferguson, Wallace K. "Renaissance Economic Historiography." In *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*. Edited by Anthony Molho, 116-123. New York: John Wiley, 1969.

Ferguson, Wallace K. *Europe in Transition 1300-1520*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

Fernández-Armesto, Felipe. "Exploration and Discovery." In *The New Cambridge Medieval History, vol.VII c. 1415- c.1500*. Edited by Cristopher Allmand, 175-203. Cambridge University Press, 1998.

Fernández-Armesto, Felipe. *Pathfinders. A Global History of Explorations*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Ferreira, Ana Maria Pereira. *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385 a 1481)*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983.

Ferreira Priegue, Elisa. *Galicia en el comercio marítimo medieval*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 1988.

Ferreira, Manuel Juvenal Pita. "Notas para a história da Ilha da Madeira: descoberta e início do povoamento." *Das Artes e da História da Madeira* 4, n.º 23 (1956): 11-25.

Ferrer Mallol, Maria Teresa. *Entre la paz e la guerra. La corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: CSIC, 2005.

Ferrer i Mallol, M. T. "Els italians a terres catalanes (segles XII-XV)." *Anuario de Estudios Medievales* 10 (1980): 393-467.

Ferrer Navarro, Ramón. *La exportacion valenciana en el siglo XV*. Zaragoza: CSIC, 1977.

Ferro, João Pedro. *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996.

Finlay, Robert. "Crisis and Crusade in the Mediterranean: Venice, Portugal and the Cape Route to India (1498-1509)." *Studi Veneziani* 28 (1994): 45-90.

Foa, Anna *The Jews of Europe after the Black Death*. Berkeley: University of California Press, 2000,

Fonseca, Luís Adão da, *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisboa: Inapa, 1991.

Fonseca, Luís Adão da. *O Porto nas rotas do Mediterrâneo Ocidental (vésperas da época moderna)*, *Revista de História* 3 (1982): 127-140.

Fonseca, Luís Adão da. *Portugal entre dos mares*. Madrid: MAPFRE, 1993.

Fonseca, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

Fonseca, Luís Adão da. “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares, nos séculos XIV e XV.” In *Actas das II Jornadas Luso- Espanholas de História Medieval*. Vol. II, 541-561. Porto, 1987. .

Font i Sagué, Norbert. *Historia de Catalunya*. 2 ed. Barcelona: Imp. Fransesc X. Altés, 1919.

Ford C. J. “Piracy and Policy; the Crisis in the Channel, 1400-1403.” *Trans. Roy. Hist. Soc.* 29, (1979): 63-78.

Fourquin, Guy. *História Económica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições, 1981.

Fourquin, Guy. *Les Campagnes de la Région Parisienne à la Fin du Moyen Age*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

Fowler, Kenneth, “Introduction: War and Change in Late Medieval France and England.” In *The Hundred Years War*. Edited by Kenneth Fowler, 1-27. London and Basingstoke: Macmillan, 1971.

Friel, Ian. “Winds of Change? Ships and the Hundred Years War.” In *Arms, Armies and Fortifications in the Hundred Years Wars*. Edited by Anne Curry and Michael Hughes, 183-193. Woodbridge: The Boydell Press, 1994.

Fryde, E. B. “Italian Maritime Trade with Medieval England (c. 1270-c. 1530)” *Recueils de la Société Jean Bodin* 32 (1974): 291-337.

Fryde, E. B. "The English Cloth Industry and the Trade with the Mediterranean C. 1370-c. 1480." In *Produzione, Commercio e Consumo dei Panni di Lana*, 343-363. Firenze: Olschki, 1976.

Fryde, E. B. "Anglo-Italian Commerce in the Fifteenth Century: Some Evidence about Profits and the Balance of Trade." *Revue Belge de Philologie et d'Histoire* 50 (1972): 345-355.

Fudge, John D. *Cargoes, Embargoes, and Emissaries. The Commercial and Political Interaction of England and the Hanse 1450-1510*. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 1995.

Furió, Antoni. "Disettes et famines en temps de croissance. Une révision de la "crise de 1300": le royaume de Valence dans la première moitié du XIV^e siècle." In *Les disettes dans la conjuncture de 1300 en Méditerranée occidentale*. Dirs. Monique Bourin, John Drendel et François Menant, 433-416. Roma: École française de Rome, 2011.

Furió, Antoni, Ferran García. "Dificultats agràries en la formació i consolidació del feudalisme al País Valencià", *Estudi General* 5-6 (1985-1986): 291-310.

Galbraith, John Kenneth. *Money. Whence it Came, Where it Went*. Boston: Houghton Mifflin, 1975.

García de Cortazar, José Angel, «La época medieval», in *Historia de España*, dir. Miguel Artola, 8^a ed. Madrid: Alianza Editorial, Alfaguara, 1981.

Gautier-Dalché, Jean. "L'étude du commerce médiéval a l'échelle locale, régionale et inter-régionale: La pratique méthodologique et le cas des Pays de la Couronne de Castille." In *Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias históricas*. II, 329-351 Santiago de Compostela, 1975.

Geanokoplos, D. J. *Emperor Michael Paleologos and the West 1258-1282*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.

Génicot, Léopold. "Crisis: from the Middle Ages to Modern Times." In *The Cambridge Economic History of Europe. I. The Agrarian Life of the Middle Ages*, 2nd edition, edited by M. M. Postan, 660-741. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

Geouge, Jennifer C. "Anglo-Portuguese Trade during the Reign of João I of Portugal, 1385-1433." In *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century. Cultural, Literary, and*

Political Exchanges. Edited by María Bullón-Fernández, 119-133. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

Germain, Alexandre. *Histoire du commerce de Montpellier, antérieurement à l'ouverture du port de Cette, rédigée d'après les documents originaux, et accompagnée de pièces justificatives inédites*. Montpellier: Impr. de J. Martel aîné, 1861.

Girardi, Francesca. *Venezia e il regno di Tunis. Gli accordi diplomatici conclusi fra il 1231 e il 1456*. Roma, Viella, 2006.

Giunta, Francesco. "Benedetto XII e la crociata." *Anuario de Estudios Medievales* 3 (1966): 215-234.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1962.

Godinho, Vitorino Magalhães. "As ilhas atlânticas. Da geografia mítica à construção das economias oceânicas." In *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 27-43. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Ensaio*. 2.^a ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

Goldthwaite, Richard A. *The Building of Renaissance Florence. An Economic and Social History*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1980.

Goldthwaite, Richard A. *The Economy of Renaissance Florence*. Baltimore: The John Hopkins University, 2009.

Gomes, Rita Costa. *A Guarda medieval. 1200-1500*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

Gomes, Saul António. "Notas sobre a produção de sal-gema e de papel em Leiria e em Coimbra durante a Idade Média." *Revista Portuguesa de História* 31, I (1996): 431-446.

Gonçalves, Ernesto. *Portugal e a ilha: colectânea de estudos históricos e literários*. Prefácio, selecção e notas de Alberto Vieira. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1992.

Gonçalves, Iria. "Posturas Municipais e vida urbana na bixa Idade Média: o exemplo de Lisboa." *Estudos Medievais* 7 (Porto, 1986): 155-172.

Gonçalves, Iria. *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1964.

Goodman, Anthony. "England and Iberia in the Middle Ages." In *England and her Neighbours, 1066-1453, Essays in Honour of Pierre Chaplais*. Edited by Michael Jones and Malcolm Vale, 73-96. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989.

Gourdin, Philippe. "Présence portugaise en Méditerranée occidentale et au Maghreb au XVe siècle." In *Portogallo mediterraneo*. 129-142. Cagliari: CNR, 2001.

Gras, Norman Scot Brien. *The Early English Customs System. A Documentary Study of the Institutional and Economic History of the Customs from the Thirteenth to the Sixteenth Century*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1918.

Greenhill, Basil. "The Mysterious Hulc" *The Mariner's Mirror* 86 (2000): 3-18.

Greif, Avner. *Institutions and the path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade*. Cambridge University Press, New York, 2006.

Greve, Anke. "Brügger Hosteliers und hansische Kaufleute: Ein Netzwerk vorteilhafter Handelsbeziehungen oder programmierte Interessenkonflikte?" In *Hansekaufleute in Brügge*, vol. IV, 151-161. Frankfurt am Main, New York Peter Lang, 1992.

Griffiths, Ralph A. *The Reign of King Henry VI. The Exercise of Royal Authority, 1422-1461*. London: Ernest Benn, 1981.

Griffiths, Ralph. "Ffor the myght off the lande, aftir the might off the grete lords thereof, stondith most in the kynges officers": The English Crown, Provinces and Dominions in the Fifteenth Century." In *Concepts and Patterns of Service in the Later Middle Ages*. Edited by Anne Curry and Elizabeth Matthew, 80-98. Woodbridge: The Boydell Press, 2000.

Grigg, David. *Population Growth and Agrarian Change. An Historical Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

Grosshaupt, Walter. "Commercial relations between Portugal and the Merchants of Augsburg and Nuremberg." In *La decouverte, Le Portugal et l'Europe, Actes du Colloque*, 359-397. Paris: Calouste Gulbenkian, 1990.

Grousset, René. *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*. III. Paris, 1936.

Guedes, Armando Marques. *A Aliança inglesa (notas de história diplomática, 1383-1943)*. Nova edição actualizada. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1943.

Guiral-Hadziiossif, Jacqueline. *Valence, port méditerranéen au XV^e siècle (1410-1525)*. Paris : Publications de la Sorbonne, 1986.

Habakkuk, H. J. "The Economic History of Modern Britain." *Journal of Economic History* 18, 4 (1958): 486-501.

Harvey, Barbara. "The Population Trend in England between 1300 and 1348." *Transactions of the Royal Historical Society* 16 (1966): 23-42.

Cunningham, W. *The Growth of English Industry and Commerce during the Early and Middle Ages*. Fifth edition. Cambridge: At the University Press, 1915.

Harwood, Winifred A. "The Trade of Southampton 1448-9." *Hampshire Studies. Proceedings of the Hampshire Field Club and Archaeological Society* 55 (2000): 142-168.

Hassall, Arthur. *Germany in the Later Middle Ages, 1200-1500*. London, New York, Bombay, Calcutta: Longmans, Green, 1908.

Hatcher, John. *Plague, Population and the English Economy, 1348-1530*. London and Basingstoke: Macmillan Press, 1977.

Hatcher, John, Mark Bailey. *Modelling the Middle Ages. The History and Theory of England's Economic Development*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Hay, Denis. *The Italian Renaissance in its Historical Background*. Cambridge: At the University Press, 1970.

Hay, Denys and John Law. *Italy in the Age of the Renaissance, 1380-1530*. London and New York: Longman, 1989.

Hurtado, Víctor. *Els Mitjavila: una família de mercaders a la Barcelona del segle XIV*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2007.

Iradriel Murugarren, Paulino, David Igual Luis. "Del Mediterráneo al Atlántico. Mercaderes, productos y empresas italianas entre Valencia y Portugal (1450-1520)." In *Portogallo mediterraneo* (Cagliari: CNR, 2001), pp. 142-194.

Heers, Jacques. "Le commerce des Basques en Méditerranée au XV^e siècle." «*Bulletin Hispanique*», 57 (1955): 292-320.

Heers, Jacques. *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*, 2 ed. Paris, 1966.

Heers, Jacques. *Gênes au XV^e siècle. Activité économique et problèmes sociaux*. Paris: SEVPEN, 1961.

Heers, Jacques. "Rivalité ou collaboration de la terre et de l'eau? Position générale des problèmes." In *Les grandes voies maritimes dans le monde, XV^e-XIX^e*, 7^e Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime, 13-63. Paris: SEVPEN, 1965,.

Heers, Jacques. "L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen Age : la Méditerranée". *Revista da Faculdade de Letras* 32, n.º 2 (Lisboa, 1956): 1-33.

Heers, Jacques. "Veneza, Relações com", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, 268-269. Lisboa, 1971.

Henriques, António Castro. "Finanças régias e *Reconquista*. Em torno de uma hipótese de Iria Gonçalves." In *Estudos em Homenagem a Iria Gonçalves*. Ed. Amélia A. Andrade e Hermenegildo Fernandes, 181-204. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.

Herlihy, David. "Population, Plague and Social Change." In *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*. Edited by Anthony Molho, 77-90. New York: John Willey and Sons, 1969.

Herlihy, David. "Società e spazio nella città italiana del Medioevo." In *La storiografia urbanistica*. Atti del 1^o Convegno Internazionale di Storia urbanistica, Lucca 1975. A cura di R. Martinelli e L. Nuti. 174-190, Lucca: CISCU, 1976.

Higounet, Charles. « Les «Terre Nuove» florentines du XIV^e siècle. » In *Studi in onore di Amintore Fanfani*. Volume III, 3-17. Milano: A. Giuffrè, 1962.

Higounet, Charles. "Les villeneuves du Piémont et les bastides de Gascogne (XII^e-XIV^e siècles)." In Idem. *Paysages et villages neufs du Moyen Age*. Recueil d'articles, 365-371. Bordeaux, 1975.

Hillgarth, J. N. *The Spanish Kingdoms, 1250-1516*. Oxford: Clarendon Press, 1976.

Hillgarth, J. N. "The problem of a Catalan Mediterranean Empire 1229-1327." *The English Historical Review*, Supplement 8 (1975).

Hilton, Rodney. *Class Conflict and the Crisis of Feudalism. Essays in Medieval Social History*. London, New York: Verso, 1990. (1st ed. 1985).

Hinojosa Montalvo, José. *Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: el "Dret Português."* In *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Volume II, 759-779. Porto: INIC, 1987.

Hinojosa Montalvo, José. "De Valencia a Portugal y Flandres. Relaciones durante la Edad Media." *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval* 1 (1982): 149-168.

Hinojosa Montalvo, José. "Aspectos del comercio exterior valenciano en el siglo XIV (1351-1378)." *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval* (1999): 207-236.

Hintze, Otto. "Military Organization and the Organization of the State." In *The Historical Essays of Otto Hintze*. Edited by Felix Gilbert. Oxford: Oxford University Press, 1975.

Hodgett, Gerald A. J. *A Social and Economic History of Medieval Europe*. London: Methuen, 1972.

Holmes, George. "A Letter from Lucca to London in 1303." In *Florence and Italy. Renaissance Studies in Honour of Nicolai Rubinstein*. Edited by Peter Denley and Caroline Elam, 227-233. London: University of London, 1988.

Holmes, George. "The Libel of English Policy." *The English Historical Review* 76 (1961): 193-216.

Homem, Armando Luís de Carvalho. "Uma crise que saí d' "a crise", ou o Desembargo Régio na década de 1380." In *Idem, Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade política*, 175-213. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

Homem, Armando Luís de Carvalho. "Poder e poderes no Portugal de finais da Idade Média." In *Economia, sociedade e poderes. Estudos em Homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coordenação de Leontina Ventura, 73-102. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

Homem, Armando Luís de Carvalho. "Diplomacia e burocracia nos finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor, (1374-1399), e negociador do Tratado

de Windsor.” In *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhaes Godinho*, 217-228. Lisboa: Sá da Costa, 1988.

Hoyt, Robert S., Stanley Chodorow. *Europe in the Middle Ages*, third edition. New York: Harcourt Brace 1976. (1st ed. 1957).

Hutchinson, Gillian. *Medieval Ships and Shipping*. London: Leicester University Press, 1994.

Hybel, Nils. *Crisis or Change. The Concept of Crisis in the Light of Agrarian Structural Reorganization in Late Medieval England*. Aarhus: Aarhus University Press, 1989.

Igual Luís, David, Germán Navarro Espinach, “Relazioni economiche tra Valenza e l’Italia nel Basso medioevo.” *Medioevo. Saggi e rassegne* 20 (Cagliari, 1996): 61-97.

Iria, Alberto. *O Algarve e os Descobrimentos*. Lisboa, 1956.

Israel, Jonathan J. *Dutch Primacy in World Trade: 1585-1740*. Oxford: University Press, 2002.

Jansen, H.P.H. “Holland's advance.” *Acta historiae neerlandicae* 10 (1978): 1-19.

Georges Jehel. “Gênes et Tunis au Moyen Age: ou l’alternative de la guerre et de la paix.” *Les Cahiers de Tunisie, Revue de Sciences Humaines*, n. spécial, 169-170 (1995): 89-104.

Jenks, Stuart. *Robert Sturmy's Commercial Expedition to the Mediterranean (1457/8). With Editions of the Trial of the Geoneses before the King and Council and of other sources*. Bristol: Bristol Record Society, 2006.

Jones, Michael. “The last Capetians and early Valois kings, 1314-1364.” In *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*. Vol. VI. Edited by Michael Jones, 388-421. Cambridge University Press, 2000.

Johnson, Harold. *Camponeses e colonizadores: estudos de história luso-brasileira*. Lisboa: Estampa, 2002.

Jordán de Urries, Juan Marqués de Ayerbe, *Enlaces de reyes de Portugal*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1899.

Jordan, William C. “Supplying Aigues-Morts for the Crusade of 1248: The Problem of Restructuring Trade.” In *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of*

Joseph R. Strayer. Edited by William C. Jordan, Bruce McNab, Teofilo F. Ruiz, 165-172. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976.

Jordan, William Chester. *The Great Famine. Northern Europe in the early Fourteenth Century*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

Jourdin, Michel Mollat du. *Europe and the Sea*, Translated by Teresa Lavender. Oxford UK & Cambridge USA: Fagan, Blackwell, 1993.

Jourdin, Michel Mollat du. *La guerre de Cent Ans vue par ceux qui l'ont vécue*. Paris: Seuil, 1992.

Kaeuper, Richard W. "Royal Finance and the Crisis of 1297." In *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*. Edited by William C. Jordan, Bruce McNab, Teofilo F. Ruiz, 103-110. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1976.

Kedar, Benjamin Z. *Merchants in Crisis. Genoese and Venetian Men of Affairs and the Fourteenth-Century Depression*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

Kerling, Nelly Johanna Martina. *Commercial Relations of Holland and Zeeland with England from the Late 13th Century to the Close of the Middle Ages*. Leiden: E. J. Brill, 1954.

Kermode, Jenny. *Medieval Merchants. York, Beverly and Hull in the Later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Klep, Paul M. M. "Long-term Developments in the Urban Sector of the Netherlands (1350-1870)." In *Le reseau urbain en Belgique dans une perspective historique (1350-1850). Une approche statistique et dynamique*. Actes, 15^e Colloque Internationale, 210-242. Bruxelles: Crédit Communal, 1992.

Kłoczowski, Jerzy. *East Central Europe in the Historiography of the Countries of the Region*. Translated by Christopher Garbowski. Lublin: Institute of East Central Europe, 1995.

Knowlson, George Akenhead. *Jean V, duc de Bretagne et l'Angleterre (1399-1442)*. Cambridge-Rennes, 1964.

Kosminsky, E.A. *Studies in the Agrarian History of England in the Thirteenth Century*. Edited by R. H. Hilton. Translated by R. Kitch. Oxford: Blackwell, 1956.

Kosminsky, Eugen A. "Peut-on considerer les XIV et XV siècles comme l'époque de la décadence de l'économie européenne?" In *Studi in onore di Armando Sapori*, 551-569. Milano: Istituto editoriale cisalpino, 1957.

Azevedo, João Lucio d'. *Elementos para a história económica de Portugal. (Séculos XIII a XVII)*. Lisboa: Inapa, 1990.

Kraus, Henry. *Gold was the Mortar. The Economics of Cathedral Building*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.

Krekić, Bariša. "Dubrovnik and Spain: commercial and human contacts, fourteenth-sixteenth centuries." In *Iberia and the Mediterranean World of the Middle Ages. Essays in Honor of Robert I. Burns S. J.* Leiden: Brill, 1996, vol. II, pp. 396-397

Ladero Quesada, Miguel-Angel. *Las Ferias de Castilla siglos XII a XV*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 1994.

Laiou, Angéliki. "L'interprétation byzantine de l'expansion occidentale (XI^e-XII^e siècles)." In *Le partage du Monde. Échanges et colonisation dans la Méditerranée medievale*. Dir. M. Balard e A. Ducellier. Paris : Publications de la Sorbonne, 1998.

Lalou, Elisabeth. *Les négociations diplomatiques avec l'Angleterre sous le règne de Philippe le Bel*, in *La «France anglaise» au Moyen Age, Actes du 111^e Congrès National des Sociétés Savantes*, t. I. 325-355. Paris: CTHS, 1988.

Lander, J. R. *Government and Community: England, 1450-1509*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

Lane, Frederic Chapin. *Venice: A Maritime Republic*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1973.

Lane, Frederic Chapin. "National Wealth and Protection Costs." In *Venice and History. The Collected Papers of Frederic C. Lane*. 373-382. Baltimore: The John Hopkins University, 1966.

Lane, Frederic Chapin. *Profits from Power. Readings in Protection Rent and Violence-controlling Enterprises*. Albany: State University of New York Press, 1979.

Larner, John. *Culture and Society in Italy, 1290-1420*. London: B. T. Batisford, 1971.

Law, John. "Venice and the Problem of Sovereignty in the Patria del Friuli, 1421." In *Florence and Italy. Renaissance Studies in Honour of Nicolai Rubinstein*. Edited by Peter Denley and Caroline Elam, 135-147. London: University of London, 1988.

Law, John E. "The Venetian Mainland State in the Fifteenth Century." *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, 2 (1992): 153-174,

Le Goff, Jacques. *The Birth of Europe*. Transl. Janet Lloyd, Oxford: Blackwell, 2005.

Leguay, Jean-Pierre. "Urban Life." In *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*. VI Edited by Michael Jones, 102-123. Cambridge University Press, 2000.

Leitão, Humberto, Vicente Lopes, *Dicionário de linguagem de marinha antiga e actual*, Lisboa, 1963.

Leite, Jerónimo Dias. *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha*. Tratado composto em 1579 e agora publ. com introd. e notas de João Franco Machado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947. (Jerónimo Dias Leite, *Descobrimento da Ilha da Madeira*. Lisboa: Alfa, 1989.)

Le Mené, Michel. *Les Campagnes Angevines à la Fin du Moyen Age (vers 1350-vers 1530) : étude économique*. Nantes: Cid, 1982.

Leuschner, Joachim. *Germany in the Middle Ages*. Amsterdam: North-Holland, 1980.

Lewis, Archibald R., Timothy J. Runyan. *European Naval and Maritime History, 300-1500*. Bloomington: Indiana University Press, 1985.

Lewis, Archibald R. "Northern European Sea Power and the Straits of Gibraltar, 1031-1350 A. D." In *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*. Edited by William C. Jordan, Bruce McNab, Teofilo F. Ruiz, 139-164. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1976.

Lewis, P. S. *Later Medieval France. The Polity*. London, New York: St. Martin's Press, Macmillan, 1968.

Lewis, P. S. *Essays in later Medieval French History*. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1985.

Linehan, Peter. "Castile, Navarre and Portugal." In *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*, VI. Edited by Michael Jones, Cambridge University Press, 2000, pp. 619-650.

Lipson, E. *The Economic History of England*, volume I. *The Middle Ages*, 7th edition. London: Adam and Charles Black, 1937.

Little, Lester K. *Religious poverty and the Profit Economy in Medieval Europe*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1983.

Livemore, H. V. *A New History of Portugal*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1976.

Lloyd, T. H. *Alien Merchants in England in the High Middle Ages*. Brighton: The Harvester Press, 1982.

Lloyd, T. H. *The Movement of Wool Prices in Medieval England*, *Economic History Review Supplement*, 1973.

Lloyd, T. H. *England and the German Hanse, 1157-1611. A Study of their trade and commercial diplomacy*. Cambridge University Press, 1991.

Lopes, David. *História de Arzila durante o Domínio Português (1471-1550 e 1557-1589)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

Carlos López Rodríguez, *Epistolari de Ferran I d'Antequera amb els infants d'Aragó i la reina Elionor (1413-1416)*. Valencia: Universitat de València, 2004.

Lopez, Robert, Harry Miskimin, Abraham Udovitch. "England to Egypt, 1350-1500: Long-term Trends and Long-distance Trade." In *Studies in the Economic History of the Middle East*. Edited by M. A. Cook, 93-128. Oxford University Press, 1970.

Lopez Elum, Pedro. *Coses vedades en Castellón, desde 1412 a 1418 y 1422*. Valencia: Anúbar, 1973.

Lopez, Robert S. *Genova marinaria nel Dugento: Benedetto Zaccaria, ammiraglio e mercante*. Messina, Milano: Principato, 1933.

Lopez, R.S. "Market expansion: the case of Genoa," *Journal of Economic History* 24 (1964): 445-464.

López, R. S. *Naissance de l'Europe*. Paris: Librairie Armand Collin, 1962. *The Birth of Europe*. London: Phoenix House, 1966. (trad. do francês, 1962).

Lopez, Robert S. "Hard Times and Investment in Culture." In *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*. Edited by Anthony Molho, 95-116. London and New York: John Willey, 1969.

Lopez, R. S. "The Evolution of Land Transport in the Middle Ages." *Past and Present* 9 (1956): 17-29.

Lopez R. S. H. A Miskimin. "The Economic Depression of the Renaissance." *The Economic History Review* 14 (1962): 408-426.

Lopez. R. S. "Majorcans and genoesees on the North Sea route in the thirteenth century." *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 29 (1951): 1163-1179.

Lopez, R. S. "Économie et architecture médiévales. Cela aurait-il tué ceci?" *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* 7 (1952): 433-438.

Love, Ronald S. *Maritime Exploration in the Age of Discovery, 1415-1800*. Connecticut, London: Greenwood Press, 2006.

Lucas, Henry Stephen. *The Low Countries and the Hundred Years' War, 1326-1347*. Ann Arbor: University of Michigan, 1929.

Macedo, Jorge Borges de. *História diplomática portuguesa: Constantes e linhas de força*. Lisboa: Rev. Nação e Defesa, 1987.

Macedo, Jorge Borges de. "Portugal um destino histórico." In *1^{as} Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*. 25 a 27 de Maio de 1988. Lisboa: APH, 1990: 263-318.

Macedo, Pedro da Costa de Sousa de. (Conde de Villa Franca). *João I e a aliança Inglesa: investigações histórico-sociais* 2 ed. Lisboa: 1950.

Machen, Artur. *The Bowmen and Other Legends of the War*, Wildside Press, 2005 (1st ed. London, 1915).

Mackay, Angus. "Comercio/Mercado interior y la expansión económica del siglo XV." In *Actas del II Coloquio de Historia Medieval Andaluza: Hacienda y Comercio (Sevilla, 8-10 de Abril, 1981)*. 103-12. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1982.

MacKay, Angus. *Spain in the Middle Ages: From Frontier to Empire, 1000-1500*. London: Macmillan, 1977.

Mackay, Angus. *Money, Prices and Politics in Fifteenth Century Castile*. London: Royal Historical Society, 1981.

Macaulay, Rose. *They went to Portugal*. Oxford: Jonathan Cape, 1946.

Madurel Marimón, J. M. e A. Garcia Sanz, eds. *Comandas comerciales barcelonesas de la baja edad media*, AEM, supp. 4 (1973)

Magnino, Leo. "Antonio da Noli e la collaborazione fra Genovesi e Portoghesi nelle grandi scoperte." *Atti della Società Savonese di Storia Patria* 35, (1963): 263-276.

Mainoni, Patrizia. *Mercanti lombardi tra Barcellona e Valenza nel basso medioevo*. Bologna: Capelli editore, 1982.

Malanima, Paolo. "The long decline of a leading economy: GDP in central and northern Italy, 1300-1913" *European Review of Economic History* 15, 2 (2011):169-219.

Mallet, Michael E. *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century with The Diary of Luca di Maso degli Albizi, Captain of the Galleys, 1429-1430*. Oxford: Clarendon Press, 1967.

Mallet, M. E., J. R. Hale. *The Military Organization of a Renaissance State. Venice c. 1400 to 1617*. Cambridge University Press, 1984.

Małowist, Marian. "The Trade of Eastern Europe in the Latter Middle Ages." In *The Cambridge Economic History*. Vol. II. 2nd ed. Edited by M. M. Postan e Edward Miller, 525-612. New York : Cambridge University Press, 1987.

Małowist, Marian. "L'expansion économique des Hollandais dans le bassin de la Baltique aux XIV^e et XV^e siècles." In *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*. Recueil d'articles, 91-138. Paris: Librairie Armand Colin, 1972.

Małowist, Marian. "L'inégalité du développement économique en Europe au bas Moyen Age." In *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles, Recueil d'articles*. Paris: Armand Colin, 1972, pp. 38-52. Orig: "The Problem of Inequality of Economic Development in Europe in the Later Middle Ages." *Economic History Review* 19 (1966): 15-28.

Małowist, Marian. “Les changements dans la structure de la production et du commerce du drap au cours du XIV^e et du XV^e siècle.” In *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, pp. 53-62.

Małowist, Marian. “Bases économiques du retoru de la Poméranie de Dantzig à la Pologne au XV^e siècle.” In *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, pp. 63-90.

Małowist, Marian. “Les mouvements d’expansion en Europe aux XV^e et XVI^e siècles.” In *Croissance et régression in Europe, XIV^e-XVII^e siècles*, pp. 217-223.

Marques, A. H. de Oliveira. “A Peste Negra na Europa.” In “Para o estudo da Peste Negra em Portugal”, separata da Bracara Augusta, 24-25, n.os 1-2 (1963): 6-9.

Marques, A.H. de Oliveira. *Ideário para uma História Económica de Portugal na Idade Média*, sep. da *Revista de Economia* 14/3 (Lisboa: 1962): 1-16.

Marques, A. H. Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*. 3.^a edição. Lisboa: Cosmos, 1978. (1.^a ed. Lisboa: Faculdade de Letras, 1962).

Marques, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987.

Marques, A.H. de Oliveira. *Hansa e Portugal na Idade Media*, Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 1959.

Martins, Armando Alberto. *D. Fernando: o Formoso. 1367-1383*. Matosinhos: Quidnovi, 2009.

Martins, Miguel Gomes, Maria do Rosário Santos, Inês Morais Viegas. *A evolução municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*. Lisboa: Camara Municipal, 1996.

Martins, Manuel Gonçalves. “A expansão portuguesa e o condicionalismo externo.” In *Bartolomeu Dias e a sua época*, Actas do Congresso Internacional, vol. I, pp. 99-117.

Marzal Palacios, F. Javier. *El mercado de esclavos de la ciudad de Valencia entre los siglos XIV y XV*, in *XVII CHCA*, 211-227. Barcelona, 2003.

Mattoso, José. “Breves reflexões sobre o inicio dos descobrimentos portugueses.” In *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa: Estampa, 1987.

Mattoso, José. "Histories of Portugal", *e-Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010):1-11.

McFarlane, K.B. *The Nobility of Later Medieval England*. Oxford, 1973.

Mckisack, May. *The Fourteenth Century 1307-1399*. Oxford: Clarendon Press, 1959.

Meer, Adrien de. *History of the Belgians*. New York: Praeger, 1962.

Meier, Dirk, Seafarers. *Merchants and Pirates in the Middle Ages*, transl. Angus McGeoch. Woodbridge: The Boydell Press, 2006.

Melero Fernández, María Inés. "Fondos medievales del Archivo di Stato de Venecia referentes a los reinos españoles. Regestos." *Miscel·lània de Textos Medievals* 5 (Barcelona,1989): 329-359.

Melis, Federigo. "L'area catalano-aragonesa nel sistema economico del Mediterraneo occidentale." In *I mercanti italiani nell'Europa medievale e rinascimentale*. A cura di Luciana Frangioni, 215-231. Firenze: Le Monnier, 1990.

Melis, Federigo. "Contributo alla storiografia economica della Fiandra e del Brabante da fonti italiane della seconda metà del Trecento e degli inizi del Quattrocento." In *I mercanti italiani nell'Europa medievale e rinascimentale*. 345-366

Melis, Federigo. "Gli italiani e l'apertura delle vie Atlantiche." In Idem. *Mercaderes italianos en España. Siglo XIV-XVI. (Investigaciones sobre su correspondencia e su contabilidad)*, 169-175. Universidad de Sevilla, 1976.

Melis, Federigo. "Industria, commercio, credito (secoli XIV-XVI)." In, Idem, *L'economia fiorentina del Rinascimento*, ed. B. Dini, 31-185. Firenze, 1984.

Melis, Federigo. *I trasporti e le comunicazioni nel Medioevo*. A cura di Luciana Frangioni. Firenze: Le Monnier, 1984.

Melis, Federigo. "Malaga nel sistema economico del XIV e XV secolo." *Economia e Storia* 3 (1956): 19-163.

Meloni, Giuseppe. *Mediterraneo e Sardegna nel Basso Medioevo*. Cagliari: Consiglio nazionale delle ricerche, 1988.

Meloni, Giuseppe. “Note sull’economia della Sardegna basso-medioevale.” In *La sardegna nel mondo mediterraneo, Atti del primo convegno internazionale di studi geografici-storici*, 315-323. Sassari, 1981,.

Mendes, Francisco José dos Santos. *O Nascimento da Margem Sul. Paróquias, concelhos e comendas (1147-1385)*. Colibri: Lisboa, 2011.

Mendonça, Manuela. “As capitánias atlânticas portuguesas.” Comunicação apresentada no *Congresso Internacional Iberoamericano de Historia de las Gobernaciones Atlánticas en el Nuevo Mundo*, S. Juan de Puerto Rico, 11-15 de Abril de 2011, (18 pp).

Mendonça, Manuela. *O sonho da união ibérica. Guerra luso-castelhana, 1475-1479*. Matosinhos: Quidnovi, 2007.

Mendonça, Manuela. *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

Mendonça, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

Mendonça, Manuela. “D. João II e o seu tempo.” In *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Dirigida por João Medina, IV. 60-83. Madrid, Lisboa: Clube Internacional do Livro, 1995.

Mendonça, Manuela. “Afonso V, Calisto III e a cruzada contra o Turco. A politica africana de D. Afonso V ou os interesses portugueses no Mediterraneo?” In *Actas dos 2. os Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Vol. I. 81-96. Cascais: Camara Municipal, 1996.

Martinez, Pedro Soares. *Historia diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.

Massa, Paolo. “The Economy in Fifteenth Century: Preconditions for European Expansion.” In *An Economic History of Europe. From Expansion to Development*. Edited by Antonio di Vittorio, 1-25. London and New York: Routledge, 2006.

Mengel, David C. “A Plague on Bohemia? Mapping the Black Death.” *Past and Present* 211 (May 2011): 3-34.

Miami, Gemma. “L’économie lombarde aux XIVe et XVe siècles: une exception à la règle?” *Annales ESC* 19/3 (1964): 569-579.

Miro Jódar, A. J. “La financiación de las empresas mediterráneas de Alfonso el Magnánimo Bailia general, subsidios de Cortes y credito institucional en Valencia (1419-1455)”. *AEM* 33/2 (2003): 695-727.

Mollat, Guillaume. “Les desastres de la guerre de Cent ans en Bretagne.” *Annales de Bretagne* 26 (1910-1911): 168-177.

Mollat, Guillaume. “The Popes of Avignon and the Great Schism.” In *The Cambridge Medieval History*, VII, pp.270-304.

Mollat, Michel. *Genèse médiévale de la France moderne. XIV^e-XV^e siècle*. Paris: Arthaud, 1977.

Mollat, Michel. *Le Commerce maritime normand à la fin du moyen âge. Etude d'histoire économique et sociale*. Paris: Librairie Plon, 1952.

Miller, Edward. “The English Economy in the Thirteenth Century.” *Past and Present* 28 (July 1964): 21-40.

Miller, Edward. “England in the Twelfth and Thirteenth Centuries: An Economic Contrast?” *The Economic History Review* 24, No. 1 (1971): 1-14.

Miskimin, Harry. *Money, Prices, and Foreign Exchange in Fourteenth Century France*. New Haven: Yale University Press, 1963.

Miskimin, Harry A. “Agenda for Early Modern Economic History.” *The Journal of Economic History* 31, 1 (1971): 172-183

Miskimin, Harry A. “The Enforcement of Gresham’s Law.” In *Credito, banche e investimenti, secoli XIII-XX: Ati della quarta Settimana di studio* (Prato, 14-21 aprile 1972). Firenze: Felice le Monnier, 1985, 147-161.

Miskimin, Harry A. “Monetary Movements and Market Structure: Forces for Contraction in Fourteenth and Fifteenth Century England”, *The Journal of Economic History* 24 (1964): 470-490.

Miskimin, Harry. *The Economy of Early Renaissance Europe, 1300-1460*. New Jersey: Prentice-Hall, 1969.

Molmenti, Pompeo. *Venice. Its Individual Growth from the earliest Beginnings to the Fall of the Republic, The Middle Ages*. Part. I, transl. Horatio F. Brown. London: John Murray, 1906.

Moreno, Humberto Baquero. *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

Moreno, Humberto Baquero. “Relações entre Portugal e Galiza nos séculos XIV e XV”, *Revista da Faculdade de Letras, História* 7 (1990): 35-45.

Moreno, Humberto Baquero. “Relações marítimas e comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia.” *Revista de História* 12 (Porto 1993): 9-24

Mortimer, Ian. *1415: Henry V's Year of Glory*. London: The Bodley Head, 2009.

Mortimer, Ian. 'What Hundred Years War?', *History Today* 59 (October 2009): 27-33.

Motta, Marcia Maria Menendes “The Sesmarias In Brazil: Colonial Land Policies In The Late Eighteenth-Century”, *e-Journal of Portuguese History*, 3/2 (2005): 1-12.

Mueller, Reinhold C. “La situación económica de Italia en la Baja Edad Media.” In *Europa 1400. La crisis de la baja Edad Media*. Edited by Ferdinand Seibt e Winfried Eberhard. Barcelona: Crítica, 1992, 181-195. (Orig. “Die wirtschaftliche Lage Italiens in spätmittelalter”. *Europa 1400: Die Krise des Spätmittelalters*. Stuttgart, 1984, 221-32.

Muñoz Pomer, María Rosa, Germán Navarro – Espinach. “Los mercaderes y la fiscalidad. *El Dret dels Portuguesos* en Valencia (1464-1512).” In *Portogallo mediterraneo*, 195-257. Cagliari: CNR, 2001.

Munro, John H. “The Costs of Anglo-Burgundian Interdependence.” *Revue belge de philologie et d'histoire*. Histoire (depuis l'Antiquité)- Geschiedenis (sedert de Oudheid), 46 (1968): 1228-1238.

Munro, John H. ‘Monnayage, monnaies de compte, et mutations monétaires au Brabant à la fin du moyen âge.’ In *Études d'histoire monétaire, XIIe - XIXe siècles*. Edited by John Day, 263-94. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1984.

Münzer, Jerónimo. *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*. Ed. Ramón Alba. Madrid: Ediciones Polifemo, 1991.

Murray, James M. *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390*. Cambridge University Press, 2005.

Murray, James M. "Hanse Merchants and the Bruges Money Market 1366-1370." In *Hansekaufleute in Brügge. Teil 4: Beiträge der Internationalen Tagung in Brügge April 1996*. Hrsg. Nils Jörn, Werner Paravicini, Horst Wernicke, 139-149. Frankfurt am Main-Berlin: Peter Lang, 2000.

Navarro Espinach, Germán. "Los genoveses y el negocio de la seda en Valencia (1457-1512)." *AEM*, 24 (1994): 201-224.

Mut, Vicente. *Historia de Mallorca*, t. II. Mallorca, 1650.

Mutgé Vives, J. "L'abastament de blat à la ciutat de Barcelona en temps d'Alfons el Benigne (1327-1336)." *AEM* 31/2 (2001): 649-691.

Neillands, Robin. *The Hundred Years War*. Routledge, 2001 (1st edition 1990).

Neves, José Accursio das. *Considerações políticas, e commerciaes sobre os descobrimentos e possessões dos portuguezes na Africa, e na Asia*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1830.

Newitt, Malyn. *Portugal in European and World History*. London: Reaction Books, 2009.

Nicholas, David. *Medieval Flanders*. London and New York: Longman, 1992.

Nicholas, David. *The Metamorphosis of a Medieval City. Ghent in the Age of the Arteveldes. 1302-1390*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1987.

Nicolas, Nicholas Harris. *The History of the Battle of Agincourt and of the Expedition of Henry the Fifth into France to which is added the Roll of the Men at Arms in the English Army*, London, 1827.

Niculescu, Adrian. "Vénitiens et génois, acteurs de la colonisation dans les Pays roumaine et aux bouches du Danube aux XIVe et XVe siècles." In *Le partage du monde: échanges et colonisation dans la Méditerranée medievale*. Ed. Michel Balard et Alain Ducellier, 233-258. Paris: Publications de la Sorbonne, 1988.

Nightingale, Pamela. *A Medieval Mercantile Community. The Grocers' Company and the Politics and Trade of London 1000-1485*. New Haven, London: Yale University Press, 1995.

Nordmann, Claus. "Nürnberger Grosshändler im spätmittelalterlichen Lübeck." *Nürnberger Beiträge zu den Wirtschafts-und Sozialwissenschaften* 37-38 (1933): 109-117.

North, Douglass C. and Robert Paul Thomas. *The Rise of the Western World. A New Economic History*. Cambridge: The University Press, 1973.

North, Michael. "Von den Warenmessen zu den Wechselmessen. Grundlagen des europäischen Zahlungsverkehrs in Spätmittelalter und Früher Neuzeit." In *Europäische Messen und Märktesysteme im Mittelalter und Neuzeit*, herausgegeben Peter Johanek e Heinz Stoob, 223-238. Köln: Böhlau, 1996.

Nunes, Naidea Nunes, Dieter Kremer, *Antroponímia primitiva da Madeira e Repertório onomástico histórico da Madeira (séculos XV e XVI)*, Tübingen: Max Niemeyer, 1999.

Oakley, Francis. *The Medieval Experience. Foundations of Western Cultural Singularity*. Toronto Buffalo London: University of Toronto Press, 1988.

O'Callaghan, Joseph F. *A History of Medieval Spain*. Ithaca and London: Cornell University Press 1975.

Offeddu, Luigi. "Storia della villa e delle saline turritane di Genano." In P. Mameli, L. Offeddu, A. Oliva, O. Schena, G. Spiga, R. Tanda, *Miscelanea di studi medioevali sardo-catalani*. Cagliari: CNR, 1981.

Oliveira, José Augusto C. F. "Atravessar o Tejo: mercadores entre Lisboa e a Outra Margem." In *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade*, 214-220. Lisboa: Horizonte, 2007.

Oliveira, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1^a parte, tomo I. Lisboa: Typographia Universal, 1885.

Orrman, Eljas. "The progress of settlement in Finland during the late Middle Ages." *Scandinavian Economic History Review* 29 (1981):129-143.

Ortega Villoslada, Antonio, "La Coca En El Intercambio Mercante Atlántico-Mediterráneo", *AEM* 38/1 (2008): 429-444.

Pacini, Arturo. *I presupposti politici del "secolo dei genovesi": la riforma del 1528*. Genova: Società ligure di storia patria, 1990.

Palmer, J. J. N. "English Foreign Policy 1388-99." In *The Reign of Richard II: Essays in Honour of May McKisack*. Edited by F.R.H. Du Boulay and Caroline M. Barron, 75-100. London: Athlone, 1971.

Papacostea Șerban e Virgil Ciocîltan. *Marea Neagră: Râspântie a drumurilor intercontinentale (1204-1453)/ The Black Sea: Crossroads of the Intercontinental Route-Ways (1204-1453)*. Constanța: Ovidius University Press, 2007.

Parry, J. H. *The Age of Reconnaissance*. London: Weidenfield and Nicolson, 1963.

Pattee, Richard. *Portugal and the Portuguese World*. Milwaukee: The Bruce, 1957.

Paviot, Jacques. *La politique navale des ducs de Bourgogne 1384-1482*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995.

Paviot, Jacques. "Les relations économiques entre le Portugal et la Frandre au XV^e siècle." In *Bartolomeu Dias e a sua época*. Actas do Congresso Internacional, III, 532-539. Porto: Universidade do Porto, CNCDP, 1989.

Paviot, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle, 1384-1482: recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995.

Paviot, Jacques. "Les Portugais et Ceuta 1415-1437." In *Le partage du Monde. Échanges et colonisation dans la Méditerranée médiévale*. dir. De M. Balard e A. Ducellier. Paris : 1998.

Guilhem Pépin, "Le crie de guerre "Gueyenne!" et "Saint George!". L'expression d'une identité politique du duché d'Aquitaine anglo-gascon". *Le Moyen Age* 112, (2006): 263-281.

Pereira, Fernando Jasmins. *Estudos sobre história da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1991.

Pereira, Maria Teresa Lopes. *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa : Edições Colibri, 2000.

Perroy, Edouard. *L'Angleterre et le grand Schisme d'Occident. Études sur la politique religieuse de l'Angleterre sous Richard I (1378-1399)*. Paris: Monnier, 1933, vols. I, II.

Perroy, Edouard. "At the Origins of a Contracted Economy: The Crises of the 14th Century." In *Essays in French Economic History*. Edited by Rondo Cameron. Georgetown, Ontario: Irwin-Dorsey, 1970, 91-105. (Orig. 'A l'origine d'une économie contractée: les crises du XIV^e siècle,' *Annales: E.S.C.* 4 (1949):167-82)

Persson, Karl Gunnar. *Pre-industrial Economic Growth: Social Organisation and Technical Progress in Europe*. Oxford and New York: Basil Blackwell, 1988.

Persson, Gunnar, Peter Scott. "Growth and Stagnation in the European Medieval Economy." In *Suntory Toyota International Centre for Economics and Related Disciplines*. London School of Economics and Political Sciences. S.d.

Pesez, Jean-Marie e Emmanuel Le Roy Ladurie. "Les cas français: vue d'ensemble." In *Villages désertés et histoire économique, Xie-XVIIIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1965, 127-252.

Philips, William D. Jr. *Enrique IV and the Crisis of Fifteenth-Century Castile 1425-1480*. Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America, 1978.

Pico, Maria Alexandra Tavares Carbonell. *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Lisboa: Sociedade de Lingua Portuguesa, 1963.

Piles Ros, Leopoldo. «Actividad y problemas comerciales de Valencia en el cuatrocientos.» In *VI Congreso de Historia de la Corona de Aragon*, 411-431. Madrid:1959.

Piles Ros, Leopoldo. *La población de Valencia a través de los «Llibres de avehinaments»*. Valencia: Ayuntamiento de Valencia, 1978.

Pirenne, Henri. *A History of Europe from the Invasions to the XVI Century*. London: George Allen & Unwin, 1967. (1st ed.1939).

Pistarino, Geo. "Chio dei Genovesi." *Studi Medievali* 10/1 (1969): 3-68.

Pistarino, Geo. "Génova Medievale tra Oriente e Occidente." *Rivista Storica Italiana* 81/1 (1969): 44-73.

Platt, Colin. *Medieval Southampton. The Port and Trading Community, A. D. 1000-1600*. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1973.

Põder, Kaire "Credible commitment and cartel: the case of the Hansa merchant in the guild of late medieval Tallinn", *Baltic Journal of Economics* 10(1) (2010): 43-60.

Pollard, Justin. *Seven ages of Britain*. London: Hodder and Stoughton, 2005. (1st ed. 2003).

Porras, Alberto García, Adela Fábregas García. “Genoese trade networks in the southern Iberian peninsula: trade, transmission of technical knowledge and economic interactions.” *Mediterranean Historical Review* 25, No. 1 (June 2010): 35-51.

Port, Célestin. *Essai sur l'histoire du commerce maritime de Narbonne*. Paris: Durand, 1854.

Previté-Orton, C. W. *The Shorter Cambridge Medieval History*, volume II. Cambridge: The University Press, 1952.

Prynne, M. W. “Henry V’s Grace Dieu”, *Mariner’s Mirror* 54 (1968), 115-28.

Quintela, Ignacio da Costa. “A caravela portuguesa”, *Annaes da marinha portuguesa*. Lisboa: 1975.

Rhodes, W. E. “The Italian Bankers in England and their Loans to Edward I and Edward II.” In *Historical Essays by the Members of Owens College, Manchester, Published in Commemoration of its Jubilee (1851-1901)*. Edited by T. F. Tout e J. Tait, 137-167. London: Longmans, Green, 1902.

Romero Portilla, Paz. “Apoyo del partido portugués a una política pro-lusitana en Castilla durante el siglo XV.” In *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*, II, M.^a Isabel del Valdivieso, Pascual Martínez Sopena (dirs.). 665-677. Universidad de Valladolid, 2009.

Romero Portilla, Paz. “La singular relación Portugal-Galicia y su reflejo en la documentación medieval.” *Revista de Ciências Históricas* 14 (Porto, 2000): 53-69.

Romero Portilla, Paz. “Implicaciones gallegas en el caso de Inés de Castro.” *Revista da Faculdade de Letras, História* 15 (Porto, 1998): 1493-1508.

Jürgen Pohle. *Deutschland und die überseeische Expansion Portugals im 15. und 16. Jahrhundert*. vol. 2. Munster: Lit, 2000.

Postan, M. M. “Moyen Age”, *Rapports I*, IX^e Congrès international des sciences historiques. Paris, 1950, pp. 236-241.

Postan, M. M. “Trade and Industry in the Middle Ages.” In M. M. Postan e Edward Miller, eds. in *The Cambridge Economic History*, II, Cambridge University Press, 1987. (1st ed. 1952).

Postan, M. M. "Italians and the Economic Development of England in the Middle Ages." In *Medieval Trade and Finance*, Cambridge: The University Press. 1973, 335-341.

Pounds, N. J. G. *An Economic History of Medieval Europe*, 2nd ed. London and New York: Longman, 1994. (1st ed. 1974).

Prestage, Edgar. *A aliança anglo-portuguesa*. Coimbra: Publicações da Biblioteca da Universidade, 1936.

Pugh, T. B. "The Southampton Plot of 1415." In *Kings and Nobles in the Later Middle Ages. A Tribute to Charles Ross*. Edited by Ralph A. Griffiths and James Sherborne, 62-88. New York: St. Martin's Press, 1986.

Pullan, Brian. *A History of Early Renaissance Italy, From the Mid-Thirteenth to the Mid-Fifteenth Century*. London: Allen Lane, 1973.

Punta, Ignazio del. "Principal Italian banking companies of the XIIIth and XIVth centuries: a comparison between the Ricciardi of Lucca and the Bardi, Peruzzi and Acciaiuoli of Florence." In *The Journal of European Economic History* 33/3 (Winter 2004): 647-662.

Pierre Racine. «I banchieri piacentini e i cambi sulle fiere di Champagne alla fine del Duecento.» In *Studi storici in onore di E. Nasalli Rocca*, 475-505. Piacenza : Deputazione di Storia Patria per le Province Parmensi, 1971.

Racine, Pierre. "Le col du Saint-Gothard, maillon du grand commerce international 91260-1320." In *Montagnes médiévales, XXIVe Congrès de la SHMES*, Chambéry, 23-25 mai 2003, 63-81. Paris : Publications de la Sorbonne, 2004.

Radulet, Carmen M. *Documenti delle scoperte portoghesi. 1. Africa*. Bari: Adriatica, 1983.

Ramsey, John Fraser. *Spain: The Rise of the First World Power*. Alabama: The University of Alabama Press University, 1973.

Rau, Virgínia. "Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato." In *Estudos de História: mercados, mercadorias, pensamento económico*. 1º volume, 59-74. Lisboa: Verbo, 1968.

Rau, Virgínia. *Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa: Centro de Estudos de de Marinha, 1973.

Rau, Virgínia, *A Casa dos Contos*, Suplemento do tomo IV da *Revista Portuguesa de História*. Coimbra 1951.

Rau, Virgínia. *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1943.

Rau, Virgínia. “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI).” In *Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime*, Introdução e organização de José Manuel Garcia. Lisboa: Presença, 1984.

Rau, Virgínia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1946.

Rau, Virgínia. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

Ramsay, James H. *Lancaster and York. A Century of English History (A. D. 1399-1485)*. Oxford: Clarendon Press, 1892, vol. I e II.

Silva Rego, A. da. *Os descobrimentos henriquinos e a expansão portuguesa*. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Abril-Junho 1960): 158-161

Renouard, Yves. “Les relations du Portugal avec Bordeaux et la Rochelle, au Moyen-Âge.” *Revista Portuguesa da História* 6 (1955): 239-255.

Renouard, Yves. “Les voies de communication entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique au Moyen Age. Problèmes et hypotheses.” In *Mélanges d’histoire du Moyen Age dédiées à la mémoire de Louis Halphen*, 587-594. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

Renouard, Yves. *Les homes d’affaires italiens du Moyen age. Avec une carte*. Paris: Librairie Armand Colin, 1949.

Renouard, Yves. *Les relations des Papes d’Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 a 1378*. Paris : Éditions E. de Boccard, 1941.

Reyerson, K. C. “Patterns of population attraction and mobility: the case of Montpellier, 1293-1348.” *Viator* 10 (1979): 257-281.

Reyerson, Kathryn. *Business, banking and finance in medieval Montpellier*. Toronto 1985.

- Reyerson, K. "Medieval Silks in Montpellier: The Silk Market ca. 1250-1350." *Journal of European Economic History* 11 (1982): 117-140
- Reynolds, Robert L. *Europe Emerges. Transition toward an Industrial World-Wide Society 600-1750*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1961.
- Reynolds, Robert L. "The Market for Northern Textiles in Genoa 1179-1200." *Revue belge de philologie et d'histoire* 8, 3 (1929): 495-533
- Ribeiro, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- Ribeiro, Orlando, *Ensaio de geografia humana e regional*, I. Lisboa: Sá da Costa, 1970.
- Richmond, C. F. "The War at Sea." In *The Hundred Years War*. Edited by Kenneth Fowler, 96-121. London and Basingstoke: Macmillan, 1971.
- Rigby, S. H. "Introduction: Social structure and economic change in late medieval England." In *A Social History of England 1200-1500*, Edited by Rosemary Horrox and W. Mark Ormrod, 1-30. Cambridge University Press, 2006.
- Rodger, N. A. M. *The Safeguard of the Sea. A Naval History of Britain*, London: Harper Collins, 1997.
- Rodrigues, Ana Maria S. A. "De cidade atractiva a cidade decadente. O percurso torriense nos finais da Idade Média." In *Espaços, Gente, e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, 361-377. Cascais: Patrimónia Histórica, 1996.
- Rodrigues, Ana Maria Seabra de Almeida. *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais do Idade Média*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1995.
- Rogers, C. J. "By fire and sword: bellum hostile and "civilians" in the Hundred Years War." In *Civilians in the Path of War*. Edited by M. Grimsley and C. J. Rogers, 33-78. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2002.
- Rogers, C.J. "The military revolutions of the Hundred Years War," *Journal of Military History* 57 (1993): 241-278
- Rogers, Francis M. *The Travels of the Infante Dom Pedro de Portugal*. Cambridge- MA: Harvard University Press, 1961.

Rogerson, Barnaby. *The Last Crusaders: East, West and the Battle for the Centre of the World*. Hachette UK, 2010.

Romano, Dennis. *The Likeness of Venice. A Life of Doge Francesco Foscari 1373-1457*. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

Romestan, G. “Els mercaders llenguadocians en el Regne de València durant la primera meitat del segle XIV.” In *València, un mercat medieval*, coord. de A. Furiò, 175-263. Valencia, 1985.

Rose, Susan. *Medieval Naval Warfare 1000-1500*. London and New York: Routledge, 2002.

Rose, Susan. “Digs and Documents: Gaps in our Knowledge of Medieval Shipping.” *Mariner’s Mirror*, 97/1 (2011): 63-76.

Roover, R. de. “The Organization of Trade.” In *The Cambridge Economic History of Europe*. III. Edited by E. E. Rich, M. M. Postan e Edward Miller. 42-155. Cambridge University Press, 1963.

Roover, Raymond de. *Il banco Medici. Dalle origini al declino (1397-1494)*. Firenze: “La nuova Italia” editrice, 1970. (1st. ed. Harvard University Press, 1963).

Roover, Raymond de. “The Commercial Revolution of the 13th Century.” *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*. Edited by Anthony Molho. New York: John Willey, 1969, pp. 22-26.

Rothman, Michael. *Die Frankfurter Messen im Mittelalter*. Stuttgart: Steiner, 1998.

Rowell, S.C. *Lithuania ascending. A pagan empire within east-central Europe 1295-1345*. Cambridge University Press, 1994.

Rubio Vela, A. “El segle XIV.” In *História del País Valencià*, II, coord. por E. Belenguer Cebrià. Barcelona: Edicion 62, 1989, 179-185.

A. Rubiò, Vela. “Urgelistas valencianos. Sobre la oposición a Fernando I de Trastámara”, *AEM*, 33/1, 190-261

Rucquoi, Adeline. “Français et castillans: une “international chevaleresque.” In *La “France anglaise” au Moyen Age*. Colloque des historiens médiévistes français et britanniques, Vol. 111, Parte 1, C.T.H.S, 1988, pp. 401-419.

Ruddock, Alwyn. "London Capitalists and the Decline of Southampton in the early Tudor Period." *Economic History Review*, 2nd serie, II, (1949): 137-51.

Ruiz, Teofilo F. *Spain's Centuries of Crisis 1300-1474*. Malden MA: Blackwell, 2007.

Ruiz, Teofilo F. "Castilian merchants in England 1248-1350." In *Order and Innovation in the Middle Ages. Essays in Honor of Joseph R. Strayer*. Edited by W. C. Jordan et al. (1976), pp. 173-185.

Ruiz Doménech, José Enrique. "La crisis económica de la Corona de Aragón. Realidad o ficción historiográfica?" *Cuadernos de Historia. Anexos a la revista Hispania* 8 (1977): 77-118

Runyan, Timothy J. "Naval Power and Maritime Technology during the Hundred Years War." In *War at Sea in the Middle Ages and the Renaissance*. Edited by John B. Hattenford e Richard W. Unger, 53-67. Woodbridge: The Boydell Press, 2003.

Russell, Ephraim. "The societies of the Bardi and the Peruzzi and their dealings with Edward III." In *Finance and trade under Edward III. The London lay subsidy of 1332*. Edited by George Unwin, 93-135. London: Longman, Green, 1918.

Russell. Josiah C. "Population in Europe." In *The Fontana Economic History of Europe*. Edited by Carlo M. Cipolla, 25-71. Vol. I. Glasgow : Collins/Fontana, 1972.

Russell, P. E. *English Intervention in Spain and Portugal in the Time of Edward III and Richard II*. Oxford: Clarendon Press, 1955.

Russell, Peter. *Prince Henry "the Navigator". A Life*. New Haven and London: Yale University Press, 2000. (Em português: *Henrique, O Navegador*. Lisboa: Horizonte, 2004)

Russell-Wood, A. J. R. *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*. The John Hopkins University Press, 1998.

Ryder, Alan. *Alfonso the Magnanimous, King of Aragon, Naples and Sicily, 1396-1458*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

Salavert y Rocà, Vicente. *Cerdeña y la expansión aragonesa, de la Corona de Aragón, 1297-1314*. Madrid: CSIC, 1956.

Salavert i Roca, Vicente. *Los motivos económicos en la conquista de Cerdeña*, in *VI CHCA* (Madrid, 1959), 433-445.

Saldanha, António Vasconcelos de. “As capitanias à luz da história e do direito. (Perspectivas e metodologia).” In *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 1986, vol. I. 88-107. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989.

Salicrú i Lluch, Roser. *El tràfic de mercaderies a Barcelona segons els comptes de la lleuda de Mediona (febrer de 1434)*. Barcelona: CSIC, 1995.

Sanchez-Albornoz, Claudio. *Spain, a historical enigma*. II. Translated by Colette Joly Dees & David Sven Reher. Madrid: Fundacion Universitaria Espanola, 1975.

Santamaría Arández, A. “La reconquista de las vías maritimas.” *AEM* 10 (1980): 41-134.

Sapori, Armando. “The Physiognomy of the Florentine Merchant.” In *Social and Economic Foundations of the Italian Renaissance*. Edited by Anthony Molho, 65-75. New York: John Willey, 1969.

Sapori, Armando. *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*. Firenze: Leo S. Olschki editore, 1926.

Sapori, Armando. *Le Marchand italien au Moyen Age. Conférences et bibliographie*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

Salzman, L. F. *English Trade in the Middle Ages*. Oxford: Clarendon Press, 1931.

Sampaio, Alberto. *As póvoas marítimas*. Vol. II. Lisboa: Vega, 1979. (1^a ed., 1923).

Sanchos, Guarnier Manuel. *La ciutat de València. Síntesi d’História i Geografia urbana*, 5. Ed.. Valencia: Ajuntament de València, 1989. (1 ed. 1978)

Obras completas do Cardeal Saraiva (d. Francisco de S. Luiz) patriarcha de Lisboa, precedidas de uma introdução pelo marquez de Rezende, Volume 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Saul, Nigel. *Richard II*, Yale. New Haven and London: University Press, 1999.

Sayous, André-Emile. “Le commerce terrestre de Marseille au XIII^e siècle.” *Revue historique* 163 (1930): 27-50.

Scammell, G. V. "English Merchant Shipping at the End of the Middle Ages: some East Coast Evidence." *The Economic History Review*, 13 (1961): 327-341.

Scammell, G. V. "The English in the Atlantic Islands, c. 1450-1650." *The Mariner's Mirror* 72 (1986): 295-317

Schaube, Adolf. "Die Anfänge der venezianischen Galeerenfahrten nach der Nordsee." *Historische Zeitschrift* 101 (1908): 28-89.

Schmitt, Oliver Jens. *Das venezianische Albanien 1392-1479*. München : Oldenbourg, 2001.

Schmitt, Oliver Jens. "Le commerce vénitien dans l'Albanie vénitienne: mécanismes et conjonctures d'un espace économique au XV^e siècle." *AEM*, 33/2 (2003): 881-903.

Schnerb, Bertrand. "Vassals, Allies and Mercenaries: the French Army before and after 1346." In *Society at War. The Experience of England and France During the Hundred Years War*. Edited by C. T. Allmand, 265-272. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1973.

Schulte, Aloys. *Geschichte des mittelalterlichen Handels und Verkehrs zwischen Westdeutschland und Italien mit Ausschluss von Venedig*, I. Band. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.

Terry, Schuyler B. *The Financing of the Hundred Years' war, 1337-1360*. London: Constable, 1914.

Scott, Tom. *Society and Economy in Germany 1300-1600*. New York: Palgrave, 2002.

Sérgio, António. "A conquista de Ceuta. (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)." In *Ensaio*. Lisboa: Sá da Costa 1971, I, pp. 253-271. (1.^a ed. 1919).

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, volume I, 2.^a edição. Lisboa: Verbo, 1978. (4^a ed. Lisboa: Verbo, 1990).

Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. volume II. 3.^a edição. Lisboa: Verbo, 1980.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI. Um percurso de dimensão universal*. Lisboa: Verbo, 1992.

Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, (dirs.) *Nova História de Portugal*, volume III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

Serrão, Joel (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, 2 ed., 6 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979.

Sevillano Colom, Francisco. "Mallorca-Valencia: relaciones marítimo-mercantiles en el siglo XIV." In *Primer Congreso de Historia del País Valenciano*, Valencia 14-18 Abril de 1971. vol. II, 539-551. Valencia: Univesidad de Valencia, 1980,

Sherborne, James. *War, Politics and Culture in Fourteenth-Century England*. Edited by Anthony Tuck. London and Rio Grande: The Hambledon Press, 1994.

Sherborne, James W. "The Hundred Years' War. The English Navy: Shipping and Manpower 1369-1389." *Past and Present* 37 (1967): 163-175.

Shillington, Violet Mary e Annie Beatrice Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*. London: Routledge, 1907.

Sleeswyk, André W. "Carvel-planking and Carvel Ships in the North of Europe", *Archaeonautica* 14 (1998): 223–228.

Shneidman, J. Lee. *The Rise of The Aragonese-Catalan Empire 1200-1350*. Volume II. New York-London, New York University Press-University of London Press, 1970.

Silva, José Pinheiro da. "Política portuguesa de povoamento: o exemplo de Brasil." In *Estudos de Humanidades*. Volume I. Universidade de Luanda, 1968, pp. 5-24.

Silva, Manuela Santos. "O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel)- paradigma documental da negociação de uma aliança." In *Problematizar a história. Estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Coordenação de Ana Leal de Faria, Isabel Drumond Braga, 77-91. Lisboa: Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007.

Silva, Manuela Santos. "Filipa e Catalina de Lancaster e as negociações da paz de 1411 entre Portugal e Castela – segundo os cronistas portugueses." In *La participación de las mujeres en lo político: mediación, representación y toma de decisiones*. Coord. Isabel del Val Valdevieso e Cristina Segura, 281-291. *Al-Mudayna*, 2011.

Silva, Manuela Santos. “John of Gaunt, duque de Lancaster, rei de Castela e Leão: a “praxis” de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos”. In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. A Guerra e a sociedade na Idade Média*, 159-171. Batalha: SPEM, 2009.

Silva, Maria João Violante Branco Marques da. *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara municipal de Aveiro, 1991.

Simões, Alberto Veiga. «O infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção.» In *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, editores António Baião, Hernani Cidade, Manuel Múrias, vol. I, 353-356. Lisboa: Editorial Atica, 1937.

Simões, Alberto Veiga. “A Flandres, Portugal e os primórdios da capitalismo moderno.” In *Estudos de História*, edição de A. A. Marques de Almeida, 31-66. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. [Primeira ed. in *Revue Economique Internationale*, Agosto 1932].

Simon, André L. *The History of the Wine Trade in England*. volume I. London: Wyman, 1906. (vol. II., London 1907)

Simpkin, David. “New Muster-related Sources for Henry IV’s Army in Scotland, August 1400.” *Archives. The Journal of the British Records Association* 35 (October 2010): 1-18.

Sivéry, Gerard. *Mirages mediterranees ou realites atlantiques? XIII-XV siecles*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

De Smedt, Oskar. *De Engelse Natie te Antwerpen in de 16e eeuw (1496-1582)*. Antwerp: De Sikkels, 1950-1954, 2 vols.

Smith, Denis Mack. *Storia della Sicilia medievale e moderna*, vol. I. Bari: Laterza, 1973.

Solmi, Arrigo. *Studi storici sulle istituzioni della Sardegna nel Medio Evo*. Cagliari: Società storica sarda, 1917.

Sosson, Jean-Pierre. “Travaux publics et politiques économiques. L’exemple de quelques villes des ancient Pays-bas (XIV^e-XV^e siècle).” In *Studia Historica Oecumenica. Liber Amicorum Herman Van der Wee*. Edited by Erik Aerts. 239-258. Leuven University Press, 1993.

Sottas, Jules. *Les messageries maritimes de Venise au XV^e siècle*. Paris: Société d'éditions géographiques, maritimes et coloniales, 1938.

José Augusto de Sottomayor-Pizarro, "Some Reflections on the Middle Ages", *e- Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010): 1-13.

Sousa, Armindo de. "Portugal." In *The New Cambridge Medieval History*. Vol.VII c. 1415-c.1500, edited by Cristopher Allmand, 627-644. Cambridge University Press, 1998, pp..

Sousa, Armindo de. "Tempos medievais." In *História do Porto*. Direcção de Luís A. de Oliveira Ramos, 118-253. Porto: Porto Editora, 1994.

Sousa, Armindo de. *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC-CHUP, 1990, 2 vols.

Sousa, João Silva de. "Lisboa em Cortes de 1352/1371." In *Lisboa medieval. Os Rostos da Cidade*, 413-421. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

João José Abreu de Sousa, "O arquipélago da Madeira. O povoamento: modelo, método e estímulos. Os povoadores", *Nova história da expansão portuguesa*, III, 1, (61-77).

Spufford, Peter. *Money and its Use in Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Spufford, Peter. "Trade in Fourteenth-Century Europe." In *The New Cambridge Medieval History: c. 1300-c. 1415*. VI. Edited by Michael Jones, 155-208. Cambridge University Press, 2000.

Spufford, Peter. *Handbook of Medieval Exchange*. London: Royal Historical Society, 1986.

Starn, Randolph. "Historians and "Crisis." *Past and Present* 52 (1971): 3-22.

Steensberg, Axel. "Archeological Dating of the Climatic Changes in North Europe about A.D. 1300." *Natura* 168 (1951): 672-674

Sturler, Léone Liagre-de. *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises (1320-1400)*. Bruxelles, Rome: L'Institut Historique Belge de Rome, 1969.

Suárez Fernández, Luis. *El Atlantico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara*. Coimbra : Instituto de estudios históricos D. Antonio de Vasconcelos, 1951.

Suárez Fernandez, Luis. *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique, 1393-1460*. Madrid: CSIC, 1960.

Suárez Fernandez, Luis. “Las relaciones diplomaticas entre Portugal e Castilla en la Edad Media.” In *1ª Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal*, 215-233. Lisboa, 1990.

Suárez Fernández, Luis. *Monarquía Hispana y revolución Trastámara*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1994.

Sumption, Jonathan. *The Hundred Year's War*, vol. II. Trial by Fire. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999. (vol. III, *Divided Houses*, 2009).

Surdich, Francesco. “Genova e Venezia fra Tre e Quattrocento.” *Atti della società ligure di storia patria* 7/2 (1967): 205-327.

Sutton, Anne F. *The Mercery of London: Trade, Goods and People, 1130-1578*. Aldershot and Burlington: Ashgate, 2005.

Tadic, J. “Le port de Raguse et sa flotte au XVI^e siècle.” In *Le navire et l'économie maritime du Moyen Âge, principalement en Méditerranée*, ed. M. Mollat, 9-26. Paris: SEVPEN, 1958.

Tangheroni, Marco. “Rapporti economici tra il Mediterraneo e l'Europa settentrionale.” *Revista d'Historia Medieval* 6 (1995): 53-62.

Tangheroni, Marco. *Aspetti del commercio dei cereali nei paesi della Corona d'Aragona. La Sardegna*. Pisa: Pacini Editore, 1981.

Tangheroni, Marco. *Commercio e navigazione nel Medioevo*. Bari: Editori Laterza, 1996.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro. *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*. Lisboa: Escola dos Deficientes das Forças Armadas, 1974.

Tavares, Maria José Pimenta Ferro. *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: IAC, 1970 (3ª ed. vol. I, Lisboa: Universidade Nova, 1982; vol. II, Lisboa: INIC, 1985).

Telechea, Jesús Ángel Solórzano. “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular en la Edad Media.” In *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valderón*. I. Dir. M.^a Isabel del Valdivieso, Pascual Martínez Sopena, 485-502. Universidad de Valladolid, 2009.

Thielemans, Marie-Rose. *Bourgogne et Angleterre. Relations politiques et économiques entre les Pays-bas bourguignons et l'Angleterre 1435-1467*. Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles, 1966.

Thomaz, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Edifel, 1994.

Thomson, J. K. *Decline in History. The European Experience*. Cambridge: Polity, 1998.

Thompson, J. Westfall. *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages. 1300-1530* New York: Frederick Ungar, 1960. (1st ed. 1931)

Thiriet, Freddy. *Histoire de Venise*. 5 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

Thiriet, Freddy. *La Romanie Vénitienne au Moyen Age: le développement et l'exploitation du domaine colonial vénitienne, XIIe-XVe siècles*. Paris: Éditions E. de Boccard, 1959.

Touchard, Henri. *Le commerce maritime Breton à la fin do Moyen age*. Paris: les Belles Lettres, 1967.

Trend, J. B. *Portugal*. London: Ernest Benn, 1957.

Trocmé, Etienne e Marcel Delafosse, *Le Commerce rochelais de la fin du XVe siècle au début du XVIIIe* (Paris: Armand Collin, 1952).

Tuck, Anthony. “Henry IV and Europe: A Dynasty’s Search for Recognition.” In *The McFarlane Legacy. Studies in Late Medieval Politics and Society*. Edited by R. H. Britnell and J. Pollard. 107-125. New York: St. Martin’s Press, 1995

Thuma, Elias H., *European Economic History. Tenth Century to the Present. Theory and History of Economic Change*. New York: Harper and Row, 1971.

Treppo, Mario del. *I mercanti catalani e l’espansione della corona d’Aragona nel secolo XV*. Napoli: l’Arte tipografica, 1972.

Tytler, Patrick Fraser. *History of Scotland*. Vol. 2. Edinburgh: William Tait, 1829.

Unger, Richard W. "Shipping and Western European Economic Growth in the Late Renaissance: Potential Connections." *International Journal of Maritime History* 18 No. 2 (2006): 85-104.

Unger, Richard W. "Dutch Nautical Sciences in the Golden Age: the Portuguese Influence", *e-Journal of Portuguese History*, 9/2 (Porto 2011): 68-83.

Ure, John. *Prince Henry the Navigator*. London: Constable, 1977.

Van Uyten, Raymond. "Brabantse en Antwerpse central plaatsen (14de-19de eeuw)." In *Le réseau urbain en Belgique dans une perspective historique (1350-1850). Une approche statistique et dynamique*. 15^e Colloque Internationale, 29-79. Bruxelles: Crédit Communal, 1992.

Vale, Malcolm. *The Hundred Years war. The Angevin Legacy 1250-1340*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Vale, Malcolm. "England, France and the Origins of the Hundred Years War." In *England and her Neighbours, 1066-1453, Essays in Honour of Pierre Chaplais*, edited by Michael Jones and Malcolm Vale, 199-216. London and Ronceverte: The Hambledon Press, 1989.

Valentini, Giuseppe. "Dell'amministrazione veneta in Albania." In *Venezia e il Levante fino al secolo XV*, editor A. Pertusi, 844-910. Firenze: L.S. Olschki, 1973

Van Bavel, Bas J. P e Jan Luiten van Zanden. "The Jump-start of the Holland Economy during the Late-Medieval Crisis, c. 1350-c. 1500." *Economic History Review* 57/3 (2004): 503-532.

Van der Wee, Herman e Erik Aerts, *De economische ontwikkeling van Europa 950-1950*. Leuven: Acco, 1982.

Van der Wee, H. e Th. Peeters. "Een dynamisch model voor de seculaire ontwikkeling van de wereldhandel en de welvaart (12e-18e eeuw)." *Tijdschrift voor Geschiedenis* 82 (1969): 233-249. ("Un modèle dynamique de croissance interseculaire du commerce mondiale, XIIe-XVIIIe siècles." *Annales: E.S.C.* 25 (1970): 100-28.)

Van Houtte, Jan A. *Bruges: essai d'histoire urbaine*. Bruxelles: La Renaissance du livre, 1967.

Van Houtte, Jan A. “La Genèse du grand marché international d’Anvers à la fin du Moyen Age.” *Revue belge de Philologie et d’Histoire* 19 (1940): 87-126.

Van Houtte, Jan A. “Anvers aux XV^e et XVI^e siècles. Expansion et apogée.” *Annales. Economies, sociétés, civilisations* 16 (1961): 248-278.

Van Houtte, J. A. *An Economic History of the Low Countries 800-1800*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1997.

Van Houtte, Jan Arthur. “Rise and decline of the Market of Bruges.” *Economic History Review* 19 (1966): 29-47

Van Houtte, J. A. “Bruges et Anvers, marchés «nationaux» ou «internationaux» du XIV au XV siècle.” *Revue du Nord* 34 (1952): 89-109.

Van Zanden, J. L. *The Rise and Decline of Holland’s Economy. Merchant Capitalism and the Labour Market*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1993.

Vaughan, Richard. *Philip the Bold. The Formation of the Burgundian State*. 2nd ed. Woodbridge: The Boydell Press, 2002. (1st ed. London and New York: Longman, 1962).

Vaughan, Richard, *The Valois Dukes of Burgundy. Sources of Information*. University of Hull Publications, 1965.

Vaughan, Richard, *John the Fearless. The Growth of Burgundian Power*. Woodbridge: The Boydell Press, 2002. (1st ed. London and New York: Longman, 1966);

Vaughan, Richard, *Philip the Good. The Apogee of Burgundy*. London: Longmans, 1970.

Vaughan, Richard. *Valois Burgundy*. London: Penguin Books, 1975.

Vaz Freitas, Isabel. *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006.

Ventura, Leontina. “A muralha coimbrã na documentação medieval.” *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra, 1979, 43-56.

Ventura, Margarida Garcez. *O Messias De Lisboa. Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.

Ventura, Margarida Garcez. “Os coutos de homiziados nas fronteiras com o direito de asilo.” *Revista de Faculdade de Letras, História* 15, no. 1 (Porto 1998): 601-626.

Ventura, Margarida Garcez. “Navegadores, piratas, corsários, guardiães da Cristandade: portugueses no Mediterrâneo me meados do séc. XV.” *Iacobus* 27-28 (2010): 119-128.

Verga, Ettore. *La Camera dei mercanti di Milano nei secoli passati*. Milano: Tipografia Umberto Allegretti, 1914.

Verlinden, Charles. “La colonie italienne de Lisbonne et le developpement de l’économie metropolitaine et colonial portugaise.” In *Studi in onore di Armando Saporì*. I. 617-28, Milano, 1957.

Verlinden, Charles. “From the Mediterranean to the Atlantic: Aspects of an Economic Shift (12th-18th Century).” *JEECH*, I (1972): 625-46.

Verlinden, Charles. “La position de Madère dans l’ensemble des possessions insulaires portugaises sous l’infant Dom Fernando (1460-1470).” In *Colóquio Internacional de História da Madeira*, 53-63. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989.

Verlinden, Charles. “Le problème de l’expansion commerciale portugaise au moyen âge.” *Biblos, Revista da Faculdade de Letras de Coimbra* 23/2 (1947): 453-467.

Verlinden, Charles. “Relations commerciales entre Gênes et le Portugal à l’époque des grandes découvertes.” *Bulletin de l’institut historique belge de Rome* 33 (1961): 163-277.

Viana, Mário. *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.

Vicens Vives, J. (dir.), *Historia social y economica de España y America*, tomo II, Editorial Teide, Barcelona 1957.

Vicens Vives, Jaime. *An Economic History of Spain*. (Trad. de espanhol). Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1969.

Vicens Vives, Jaime. *Els Trastàmars. El segle XV*. Barcelona: Editorial Teide, 1950.

Vieira, Alberto. “A Emigração portuguesa nos Descobrimentos: Do litoral às ilhas.” *Portuguese Studies Review* 15, (1-2) (2007): 63-101.

Vilar, Hermínia Vasconcelos. “The Temptation of the Synthesis”, *e-Journal of Portuguese History*, 8/2 (2010): 1-5.

Vilar, Pierre. *La Catalogne dans l'Espagne moderne. Recherches sur les fondements économiques des structures nationales*, vol. I (Paris: Flammarion, 1962)

Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão. Obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos, que entre nós se conservão*, 2 vols. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798-1799.

Wallerstein, Immanuel. *The Modern World System, Vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. New York: New York Academic Press, 1974.

Weber, Max. *The City*. Trad. Gertrud Neuwirth. New York: Free Press, 1958.

Weightman, Christine. *Margaret of York, Duchess of Burgundy 1446-1503*. Gloucester e New York: Alan Sutton, St. Martin's Press, 1989.

Wheeler, Douglas L. *Historical Dictionary of Portugal*. London: The Scarecrow Press, 1993.

Williams, Michael. *Deforesting the earth: from prehistory to global crisis*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

Winks, Robin W., Teofilo F. Ruiz. *Medieval Europe and the World. From Late Antiquity to Modernity, 400-1500*. New York Oxford: Oxford University Press 2005.

Wolff, Philippe. *Commerce et marchands de Toulouse (vers 1350-vers 1450)*. Paris: Plon, 1954.

Wolff, Philippe. *Automne du Moyen Age, ou printemps des temps nouveaux?: l'économie européenne aux XIVe et XVe siècles*. Paris : Aubier, 1986.

Wollock, Jennifer Goodman. "Medieval England and Iberia: a Chivalric Relationship." In *England and Iberia in the Middle Ages, 12th-15th century. Cultural, Literary, and Political Exchanges*, edited by María Bullón-Fernández, 11-28. New York: Macmillan, 2007.

Wood, Diana. *Medieval Economic Thought*. Cambridge; Cambridge University Press, 2002.

Woodman, Richard. *The History of the Ship: A Comprehensive Story of Seafaring from the Earliest Times to the Present Day*. London: Conway Maritime Press, 2005. (1. London 1997)

Wright, Nicholas. *Knights and Peasants. The Hundred Years War in The French Countryside*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

Wylie, James Hamilton. *History of England under Henry the Fourth*, volume IV. 1411-1413. London: Longmans, Green, 1898.

Wylie, James Hamilton, William Templeton Waugh. *The Reign of Henry the Fifth*, 3 vols. Cambridge: University Press, 1914-1929.

Zimmern, Helen. *The Hansa Towns*, 3rd Edition. London: T. Fisher Unwin, 1889.

Zink, Michel. *Froissart et le temps*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

Zulaica Palacios, Fernando. *Fluctuaciones económicas en un período de crisis. Precios y salarios en Aragón en la Baja Edad Media (1300-1430)*. Zaragoza: “Fernando el Católico”, 1994.